Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA

Diagnóstico Socioambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Concha D'Ostra -

Processo IEMA Nº 50442090
Contrato nº 003/2011

Relatório Makoto Ambiental nº. MMAS 002/2012
Abril/2012 – Revisão 1

Rua Padre Antônio Ribeiro Pinto, 195 – Ed. Guizzardi Center – Sala 602 – 29052-290 - Vitória-ES
Tel: 27 3314.1916 – Fax: 27 3026.1917 – Email: makoto@makotoambiental.com.br – www.makotoambiental.com.br

APRESENTAÇÃO

Este documento trata da apresentação do Diagnóstico da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Concha D'Ostra, realizado pela empresa Makoto Meio Ambiente e Sustentabilidade Ltda - Makoto Ambiental.

As Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis existentes no Brasil, em um total de 20, sendo 19 estaduais e somente uma Federal, vem preencher em termos práticos uma importante lacuna do sistema de áreas protegidas brasileiras antes do estabelecimento do marco legal regulatório conhecido como Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, criado pela Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000.

Antes do advento do SNUC a presença de comunidades tradicionais e até mesmo proprietários rurais só poderiam ser permitidos em uma UC, caso esta fosse da categoria Área de Proteção Ambiental – APA. Destaca-se particularmente que as comunidades tradicionais, não tinham nenhum tratamento específico ou especial, situação essa prevista na categoria RDS, que busca justamente meios de não só conciliar a presença humana no território, mas fundamentalmente entender seu modo de vida, valorizá-lo e preservá-lo, pois sabiamente conseguem ao mesmo tempo, usufruir dos recursos naturais ali existentes, saber como conservá-los e ainda repassar o "modo de vida" para as próximas gerações.

Este paradoxo entre a conservação de recursos naturais e sua exploração sustentável foi durante anos palco de discussões acaloradas, durante a construção do SNUC e em particular na elaboração dos conceitos e regras que vieram a criar essa nova categoria de manejo.

O Estado do Espírito Santo, através do Instituto Estadual de Meio Ambiente - IEMA, diante da iniciativa parlamentar da criação de uma unidade de conservação muito restritiva (Estação Ecológica) para o contexto do manguezal da Baía de Guarapari em dezembro de 2003, propõe a recategorização da UC, lançando mão justamente da opção RDS, buscando conciliar a preservação dos recursos naturais e manutenção de sua exploração de forma sustentável pelas populações tradicionais, ali supostamente existentes.

O diagnóstico realizado, entretanto apresenta fortes indicativos da inexistência de populações tradicionais ou mesmo agrupamentos na área da RDS, mas somente de moradores distribuídos em diferentes bairros localizados em seu entorno, que desenvolvem atividades extrativistas, levantando a discussão sobre um dos objetivos previstos em seu

instrumento de criação, qual seja: ***o de assegurar as condições e os meios necessários à reprodução e melhoria dos modos, qualidade de vida e exploração dos recursos naturais pelas populações*** *(grifo nosso).*

Concomitantemente, a pressão de ocupações irregulares observadas em seu interior, motivo de intervenção do Ministério Público Estadual e problemas de saneamento básico freqüentemente observados, são os dois principais aspectos negativos identificados que colocam em risco os recursos naturais, objeto de sua criação.

Por outro lado, iniciativas do poder publico estadual de promover ações de reconhecimento da realidade atual da UC e a implantação de condições mínimas para sua gestão, combinadas com iniciativas do município de Guarapari voltadas à contenção das pressões antrópicas, juntas com o desenvolvimento em parceria com o Governo do Estado para a implementação do saneamento básico, permite se construir um cenário promissor para a RDS Concha D'Ostra.

Essas iniciativas, porém só terão êxito em sua plenitude, se houver uma intensa participação dos diferentes setores da sociedade e da população diretamente envolvida.

Neste particular, a mobilização efetiva do Conselho Deliberativo da RDS Concha D'Ostra tem papel primordial de promover a divulgação dessas iniciativas junto aos diferentes setores da sociedade que representam, ampliando o olhar do poder público sobre o contexto da Unidade de Conservação e consolidando as propostas decorrentes deste diagnóstico.

Vitória (ES), Abril de 2012.

CONTEÚDO

1. INTRODUÇÃO 001

2. HISTÓRICO 002

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI 006

3.1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS 006

3.2. LIMITES E FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA 006

3.3. HISTÓRICO 006

3.4. DESCRIÇÃO DEMOGRÁFICA 009

3.4.1. Migração e Ocupação 009
3.4.2. Renda Familiar 010
3.4.3. Faixa Etária 011

3.5. EDUCAÇÃO 012

3.6. SAÚDE 014

3.7. TURISMO 016

3.7.1. Principais Atrações Turísticas 017

4. CARACTERIZAÇÃO DA RDS CONCHA D'OSTRA 024

4.1. HISTÓRICO 024

4.2. LIMITES E FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA 028

4.3. ASPECTOS GERAIS 028

4.4. GEOMORFOLOGIA 033

4.5. PEDOLOGIA 035

4.6. VEGETAÇÃO 038

4.7. FAUNA 046

4.8. CARACTERIZAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS 057

4.9. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS 059

4.9.1. Aspectos Sociais 059
4.9.1.1. Histórico da Região 061
4.9.1.2. Descrição Demográfica 078
4.9.1.3. Distribuição das Unidades Produtivas na Área 080
4.9.1.4. Migração e Ocupação 080
4.9.1.5. Renda Familiar 081
4.9.1.6. Educação 082
4.9.1.7. Saúde 083
4.9.1.8. Infraestrutura de Transporte 086
4.9.1.9. Comunicação 088
4.9.1.10. Associativismo e Organização Comunitária 089
4.9.1.11. Índice de Desenvolvimento Humano 090

4.9.2. Atividades Econômicas 091
4.9.2.1. Economia Local 091
4.9.2.2. Atividades Agropastoris 093
4.9.2.3. Extrativismo e Pesca 094
4.9.2.4. Turismo 099
4.9.2.5. Outras Atividades 100
4.9.2.6. Programas e Projetos Sociais e Econômicos 101
4.9.2.7. Expectativas de Crescimento e Desenvolvimento 102

4.9.3. Aspectos Culturais 103

4.9.4. Percepção Ambiental e Interação da População com a UC 105
4.9.4.1. Percepção das Organizações Governamentais 106
4.9.4.2. Percepção das Organizações Não-governamentais 112
4.9.4.3. Percepção das Organizações Comunitárias 117
4.9.4.4. Percepção dos Moradores 125

4.9.5. Mapa de Uso e Ocupação do Solo 376
4.9.5.1. Caracterização Geral 376
4.9.5.2. Sítios Arqueológicos 385

4.9.6. Situação Legal e Fundiária da UC 391
4.9.6.1. Enquadramento da RDS nas Disposições Legais Fundiárias 393
4.9.6.2. Relatório dos Dados Coletados nos Órgãos Oficiais 397
4.9.6.3. Caracterização Analítica dos Imóveis Levantados 398
4.9.6.4. Pesquisa Cartorial dos Ocupantes Cadastrados 431
4.9.6.5. Mapa Pontuando as áreas Regularizadas 431
4.9.6.6. Conclusão e Indicação ao IDAF dos Imóveis Incidentes na UC ... 435
4.9.6.7. Banco de Dados Geográfico (SIG) 435
4.9.6.8. Conclusão Geral da Análise da Socioeconômica da Área de Estudo da RDS 440

5. METODOLOGIA 444

5.1. Cronograma de Locais Visitados 444

5.2. Elaboração e Aplicação dos Questionários 445

5.3. Amostragem e Análise Estatística 446

6. SÍNTESE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS 449

7. EXPECTATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL..452

8. LAUDO BIOLÓGICO E SOCIOAMBIENTAL DA RDS 456

9. PROPOSTA DE REDELIMITAÇÃO DA UC 461

10. LEGISLAÇÃO PERTINENTE 468

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 472

12. EQUIPE TÉCNICA 475

13. ANEXOS 476

- Anexo 4.1-1: Lei que Cria a Estação Ecológica Estadual da Concha D'Ostra 477
- Anexo 4.1-2: Relação dos Indicados na Instrução de Serviço Nº 140–S, de 28 de Junho de 2004 479
- Anexo 4.1-3: Resultados Obtidos pelo Primeiro Diagnóstico Socioeconômico Realizado na RDS 481
- Anexo 4.1-4: Lei Estadual Nº 8.464, de 14 de março de 2007 490
- Anexo 4.2-1: Memorial Descritivo e suas Coordenadas - RDS Concha D'Ostra ... 494
- Anexo 4.3-1: Poligonal da Estação Ecológica de Guarapari 504
- Anexo 4.9.1.1-1: Trecho do Decreto 26/71 que Autoriza a Recuperação de 246 ha de "charco-mangue" 506
- Anexo 4.9.1.1-2: Decreto 04 de 1983 dispondo sobre a aprovação do "Núcleo Prioritário" 510
- Anexo 4.9.1.1-3: Decisão sobre Reconhecimento de Usucapião a Favor de Anézio Freire 515
- Anexo 4.9.6.2-1: Lista dos Imóveis Cedidos pelo Estado no Município de Guarapari 517
- Anexo 4.9.6.5-2: Anúncio de Venda da Ilha do Piraí 527
- Anexo 5.2-1: Questionário 1 – Dados do Censo Imobiliário 529
- Anexo 5.2-2: Questionário 2 - Roteiro de Entrevista com os Responsáveis pela RDS Concha D'Ostra 532
- Anexo 5.2-3: Questionário 3 – Comunidade 535
- Anexo 5.2-4: Questionário 4 - Lideranças de Associações Comunitárias 543

- Anexo 5.2-5: Questionário 5 – Lideranças ONGS 548
- Anexo 5.2-6: Questionário 6 – Autoridades Municipais/Estaduais 553
- Anexo 10-1: Instrução Normativa Nº 09/2009 de 09/12/2009 556

LISTA DE FIGURAS

Figura 2-1: Equipe da Makoto junto com o gerente da RDS, Sr. Georges, na saída da visita técnica 003
Figura 2-2: Observação de ocupações irregulares na margem de um dos canais que compõe a RDS 003
Figura 2-3: O gerente da RDS Sr. Georges na comunidade de Concha D'Ostra 003
Figura 2-4: Equipe da Makoto junto com o gerente da RDS observando área recém-desmatada na RDS 003
Figura 2-5: Visita ao extremo sul da UC, destacando em primeiro plano o solo formado por conchas 004
Figura 2-6: Destaque para a queima de lixo no Bairro Espírito Santo e o aterro sobre mangue na RDS 004
Figura 3.3-1: Vista parcial da cidade de Guarapari 008
Figura 4.1-1: Estação Ecológica Estadual da Concha D'Ostra 024
Figura 4.1-2: Limites da Estação Ecológica Estadual da Concha D'Ostra 026
Figura 4.1-3: Limites da Estação Ecológica Estadual da Concha D'Ostra (Geomática – IEMA) 027
Figura 4.2-1: Mapa da RDS elaborado pelo Setor de Geomática da SEAMA 028
Figura 4.3-1: Localização da RDSCD dentro da MC-799 029
Figura 4.3-2: Mapa da Zona de Amortecimento da RDS 032
Figura 4.4-1: Mapa do Domínio Geológico da Região de Guarapari 034
Figura 4.5-1: Pedologia da região 037
Figura 4.5-2: Destaque para a composição da mata atlântica 038
Figura 4.6-1: Vista parcial do manguezal no canal de Guarapari 041
Figura 4.6-2: *Rhizophora mangle* L – Mangue vermelho na RDSCD 041
Figura 4.6-3: Vista da vegetação de Apicum e da Restinga próxima a margem do canal de Guarapari 044
Figura 4.6-4: Floresta Ombrófila Densa a margem do canal de Guarapari 045
Figura 4.6-5: Remanescente da Floresta Ombrófila Densa em estagio médio de regeneração no Bairro Coroado 045
Figura 4.7-1: Vista parcial do local onde foram realizados os estudos ambientais 046
Figura 4.7-2: Valores percentuais na abundância numérica das famílias de teleósteos 049
Figura 4.7-3: Percentual dos valores numéricos das famílias de répteis observadas 052
Figura 4.7-4: Curva acumulativa de espécies em relação às listas de espécies 053
Figura 4.7-5: Gavião-caranguejeiro - *Buteogallus aequinoctialis* 054
Figura 4.7-6: *Ajaia ajaja* – Colhereiro 055
Figura 4.7-7: Representatividade das famílias de mamíferos 056
Figura 4.8-1: Vista parcial do manguezal de Guarapari em primeiro plano 057
Figura 4.8-2: Vista parcial Floresta Ombrófila Densa presente na margem Leste 058
Figura 4.8-3: Vista parcial Floresta Ombrófila Densa presente na margem Oeste 058
Figura 4.8-4: Vista parcial da formação da vegetação de restinga 058
Figura 4.8-5: Vista parcial da "Ilha Piúra", onde ocorre a formação "Apicum" 058
Figura 4.9.1-1: Unidades habitacionais identificadas dentro e no limite da RDS Concha D'Ostra 059
Figura 4.9.1-2: Forma de utilização do imóvel 060
Figura 4.9.1.1-1: Limite da RDS Concha D'Ostra sobreposto à fotografia aérea da década de 70 061
Figura 4.9.1.1-2: Região do Lameirão na década de 70 e o limite atual da UC 062
Figura 4.9.1.1-3: Região do Lameirão em 29/6/2003 com o limite atual da RDS 063
Figura 4.9.1.1-4: Região do Lameirão em 26/11/2011 com o limite atual da RDS 063
Figura 4.9.1.1-5: Região da Praia do Riacho e "Bico do Urubu" na década de 70 e o limite atual da UC 064
Figura 4.9.1.1-6: Região do Bairro Praia do Riacho e "Bico do Urubu" em 29/6/2003 com o limite atual da RDS 065
Figura 4.9.1.1-7: Evolução da ocupação da final da Rua Espírito Santo 065
Figura 4.9.1.1-8: Região do Bairro Praia do Riacho e "Bico do Urubu" 066
Figura 4.9.1.1-9: Região do Kubitschek na década de 70 e o limite atual da UC 067
Figura 4.9.1.1-10: Região do Bairro Kubitschek em 29/6/2003 com o limite atual da RDS 067
Figura 4.9.1.1-11: Região do Bairro Kubitschek, em 26/11/2011 com o limite atual da RDS 068
Figura 4.9.1.1-12: Região dos Bairros Coroado e Concha D'Ostra na década de 70 068
Figura 4.9.1.1-13: Trecho do decreto 26/71 que autoriza a "recuperação de 246 ha de charco-mangue" 069
Figura 4.9.1.1-14: Reprodução do caput do decreto 04A/83 de 21 de janeiro de 1983 070
Figura 4.9.1.1-15: Região dos bairros Corado e Concha D'Ostra em 29/6/2003 com o limite atual da RDS 070
Figura 4.9.1.1-16: Região dos bairros Coroado e Concha D'Ostra, em 26/11/2011 071
Figura 4.9.1.1-17: Região da Praia de Olaria na década de 70 e o limite atual da UC 072
Figura 4.9.1.1-18: Região da Praia de Olaria em 29/6/2003 com o limite atual da RDS 072
Figura 4.9.1.1-19: Região da Praia de Olaria, em 26/11/2011 com o limite atual da RDS 073
Figura 4.9.1.1-20: Material depositado no fundo do lote para possível edificação 073
Figura 4.9.1.1-21: Região do Bairro Itapebussu na década de 70 e o limite atual da UC 074
Figura 4.9.1.1-22: Foto da Inauguração da ponte em 1952 074
Figura 4.9.1.1-23: Região do Bairro Itapebussu em 29/6/2003 com o limite atual da RDS 075
Figura 4.9.1.1-24: Região do Bairro Itapebussu, em 26/11/2011 com o limite atual da RDS 076
Figura 4.9.1.1-25: Região do Bairro Camurugi na década de 70 e o limite atual da UC 076
Figura 4.9.1.1-26: Região Bairro Camurugi em 29/6/2003 com o limite atual da RDS 077
Figura 4.9.1.1-27: Região do Bairro Camurugi, em 26/11/2011 com o limite atual da RDS 077
Figura 4.9.1.2-1: Distribuição das 1060 unidades habitacionais identificadas dentro dos limites da RDS 078

Figura 4.9.1.2-2: Morador por domicílio 079
Figura 4.9.1.2-3: Número de filhos 079
Figura 4.9.1.4-1: Tempo que reside 080
Figura 4.9.1.4-2: Distribuição dos imigrantes que residem em torno da RSD Concha D'Ostra 081
Figura 4.9.1.5-1: Renda familiar 082
Figura 4.9.1.6-1: Escolaridade 082
Figura 4.9.1.7-1: Doenças 083
Figura 4.9.1.7-2: Óbitos em função das doenças 083
Figura 4.9.1.7-3: Coleta de Lixo 084
Figura 4.9.1.7-4: Coleta de lixo sendo realizada na Concha D'Ostra 084
Figura 4.9.1.7-5: Abastecimento de água 085
Figura 4.9.1.7-6: Rede de esgoto. 085
Figura 4.9.1.7-7: Manutenção do esgoto 086
Figura 4.9.1.7-8: Destinação do esgoto 086
Figura 4.9.1.8-1: Via asfaltada no Bairro Camurugi 087
Figura 4.9.1.8-2: Coletivo fotografado em rua próxima ao limite da RDS no Bairro Kubitschek 087
Figura 4.9.1.8-3: Rua Espírito Santo sem pavimentação e sem transporte público no "Bico do Urubu" 087
Figura 4.9.1.8-4: Rua em estado precário no Bairro Coroado 087
Figura 4.9.1.8-5: Lanchas atracadas ao lado de condomínio no Bairro Olaria 088
Figura 4.9.1.8-6: Atracadouro precário construído pelos moradores para acesso as suas residências 088
Figura 4.9.1.8-7: Acesso ao Bairro Concha D'Ostra pelo Canal, para pescadores, moradores e turistas 088
Figura 4.9.1.8-8: Abrigo em meio ao mangue observado no Kubitschek 088
Figura 4.9.1.9-1: Telefones públicos 089
Figura 4.9.1.9-2: Avaliação geral da telefonia 089
Figura 4.9.1.10-1: Renda no período do defeso 090
Figura 4.9.2.1-1: Pequenos estaleiros localizados na Concha D'Ostra 091
Figura 4.9.2.1-2: Barcos diversos ancorados em frente a Concha D'Ostra 092
Figura 4.9.2.1-3: Escuna encalhada em frente a Concha D'Ostra 092
Figura 4.9.2.1-4: Estaleiro e Barcos diversos ancorados em frente ao final da Rua da Marinha 092
Figura 4.9.2.1-5: Atividades de carcinocultura observadas na ilha do Piraí 093
Figura 4.9.2.2-1: Pastagem junto com plantios de banana e coco na Concha D'Ostra 093
Figura 4.9.2.2-2: Plantio de Coqueiros na Praia de Olaria 094
Figura 4.9.2.2-3: Chiqueiros de porco localizados na Concha D'Ostra e Kubitschek 094
Figura 4.9.2.3-1: Atividades extrativistas 095
Figura 4.9.2.3-2: Coleta de ostra e pesca de siri em Concha D'Ostra 095
Figura 4.9.2.3-3: Pesca de tarrafa 096
Figura 4.9.2.3-4: Pesca embarcada de linha 096
Figura 4.9.2.3-5: Forma de transporte de pesca e comercialização 097
Figura 4.9.2.3-6: Forma de comércio do pescado 097
Figura 4.9.2.3-7: Respeita o defeso? 097
Figura 4.9.2.3-8: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento? 098
Figura 4.9.2.3-9: Conhece Associação de Marisqueiros/catadores? 098
Figura 4.9.2.4-1: Embarcação no Posto do Dino em 1972, na entrada da Baía de Guarapari 099
Figura 4.9.2.4-2: Escunas usadas para passeio no manguezal de Guarapari 099
Figura 4.9.2.4-3: Banana-boat no canal 100
Figura 4.9.2.4-4: Pesca esportiva no canal da Baía de Guarapari 100
Figura 4.9.2.4-5: Crianças brincando nas margens do canal na Concha D'Ostra e na Prainha de Olaria 100
Figura 4.9.2.5-1: Pontos de armazenagem e comercialização de resíduos sólidos em "Bico do Urubu" 101
Figura 4.9.2.5-2: Pontos de armazenagem de resíduos sólidos em "Bico do Urubu" 101
Figura 4.9.2.6-1: Programas ou projetos 102
Figura 4.9.3-1: Manifestação Cultural/Folclore 104
Figura 4.9.3-2: Manifestações culturais na visão dos moradores da RDS 104
Figura 4.9.4.1-1: Participação na criação da RDS Concha D'Ostra 107
Figura 4.9.4.1-2: Atuam junto a comunidade no entorno da RDS? 107
Figura 4.9.4.1-3: Tem conhecimento da existência de Associação de Pescadores/Marisqueiros 108
Figura 4.9.4.1-4: Existência de interação entre as Secretarias Municipais e as Associações de Pesca 108
Figura 4.9.4.1-5: Conhecem os problemas no entorno da RDS? 109
Figura 4.9.4.1-6: Tem o conhecimento de algum programa ou projeto que envolvesse a RDS 109
Figura 4.9.4.1-7: O que fariam para melhorar a atuação junto a Reserva? 110
Figura 4.9.4.1-8: Satisfeitos com a situação atual da RDS? 110
Figura 4.9.4.1-9: Conhecem a legislação que regulamentou a criação da RDS? 111
Figura 4.9.4.1-10: Acham importante a conservação da RDS? 111
Figura 4.9.4.2-1: Como é a atuação das ONG's junto aos órgãos públicos? 112
Figura 4.9.4.2-2: Conquista das ONG's junto aos órgãos públicos. 113
Figura 4.9.4.2-3: Dificuldades encontradas. 113
Figura 4.9.4.2-4: Quais os principais impactos ambientais que ocorrem na RDS? 114
Figura 4.9.4.2-5: Principais problemas ambientais e de infraestrutura 114
Figura 4.9.4.2-6: O que fazer para resolver os problemas sociais e de infraestrutura? 115
Figura 4.9.4.2-7: A ONG em que faz parte, participou da criação da RDS? 115
Figura 4.9.4.2-8: Conhece ou desenvolve algum programa ou projeto na RDS? 116
Figura 4.9.4.2-9: Sobre a qualidade do sistema de esgoto/saneamento no entorno da RDS. 116
Figura 4.9.4.2-10: Sobre a qualidade da coleta de lixo na RDS. 117
Figura 4.9.4.3-1: Sabe da existência de alguma Reserva Ambiental na região? 118
Figura 4.9.4.3-2: De que forma ficou sabendo da criação da RDS? 118

Figura 4.9.4.3-3: Conhecem as regras para viver na RDS? 119
Figura 4.9.4.3-4: Estão dispostos a viver na área da RDS respeitando suas regras? 119
Figura 4.9.4.3-5: Necessitam da RDS para desenvolver seus trabalhos? 120
Figura 4.9.4.3-6: Como se dá a forma de utilização da RDS? 120
Figura 4.9.4.3-7: Já tiveram problema com pescadores/catadores na época do defeso? 121
Figura 4.9.4.3-8: Forma de renda na época de defeso. 121
Figura 4.9.4.3-9: Sua associação ou entidade religiosa participou da criação da RDS? 122
Figura 4.9.4.3-10: Conhecem ou desenvolvem algum projeto na RDS? 122
Figura 4.9.4.3-11: Sabe da existência de alguma Associação de Marisqueiros/pescadores na região? 123
Figura 4.9.4.3-12: Está satisfeito com a atual situação da RDS? 123
Figura 4.9.4.3-13: Qual a importância da RDS pra você? 124
Figura 4.9.4.4-1: Acesso ao Bairro Lameirão 126
Figura 4.9.4.4-2: Estado civil 126
Figura 4.9.4.4-3: Número de filhos 127
Figura 4.9.4.4-4: Escolaridade 127
Figura 4.9.4.4-5: Profissão 128
Figura 4.9.4.4-6: Renda familiar 128
Figura 4.9.4.4-7: Morador/Domicílio 129
Figura 4.9.4.4-8: Escola do Bairro Lameirão da Prefeitura Municipal de Guarapari 129
Figura 4.9.4.4-9: Abastecimento de água 130
Figura 4.9.4.4-10: Energia elétrica 130
Figura 4.9.4.4-11: Coleta de lixo 131
Figura 4.9.4.4-12: Destinação do esgoto 131
Figura 4.9.4.4-13: Telefonia 132
Figura 4.9.4.5-14: Avaliação geral da telefonia 132
Figura 4.9.4.4-15: Um dos poucos telefones públicos localizado em frente a escola municipal da comunidade 133
Figura 4.9.4.4-16: Telefones públicos 133
Figura 4.9.4.4-17: Serviço médico disponível 134
Figura 4.9.4.4-18: Doenças 134
Figura 4.9.4.4-19: Óbitos em função das doenças 135
Figura 4.9.4.4-20: Igreja Assembléia de Deus 135
Figura 4.9.4.4-21: Comércio 136
Figura 4.9.4.4-22: Comércio que falta 136
Figura 4.9.4.4-23: Problemas da comunidade 137
Figura 4.9.4.4-24: Grupo que freqüenta 138
Figura 4.9.4.4-25: Desenvolve atividade esportiva? 138
Figura 4.9.4.4-26: Participa de atividade ou programa cultural? 139
Figura 4.9.4.4-27: Interesse por curso geração de renda? 139
Figura 4.9.4.4-28: Como se relaciona com o meio ambiente? 140
Figura 4.9.4.4-29: Conhece reserva ou área protegida? 140
Figura 4.9.4.4-30: Conhece regras para viver na RDS? 141
Figura 4.9.4.4-31: Disposto a viver/trabalhar com respeito regras? 141
Figura 4.9.4.4-32: Necessita da reserva para sustento? 142
Figura 4.9.4.4-33: Forma de comércio do pescado 142
Figura 4.9.4.4-34: Respeita o defeso? 143
Figura 4.9.4.4-35: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento? 143
Figura 4.9.4.4-36: Conhece associações de marisqueiros/pescadores? 144
Figura 4.9.4.4-37: Participou da criação da RDS? 144
Figura 4.9.4.4-38: Conhece programas ou projetos na RDS? 145
Figura 4.9.4.4-39: Conhece festas e manifestações culturais? 145
Figura 4.9.4.4-40: O que a RDS é para a comunidade? 146
Figura 4.9.4.4-41: Bairro Praia do Riacho 147
Figura 4.9.4.4-42: Estado civil 147
Figura 4.9.4.4-43: Número de filhos 148
Figura 4.9.4.4-44: Profissão 148
Figura 4.9.4.4-45: Escolaridade dos entrevistados 149
Figura 4.9.4.4-46: Condições de moradia 149
Figura 4.9.4.4-47: Tempo que reside na comunidade 150
Figura 4.9.4.4-48: Casa de Veraneio na localidade 150
Figura 4.9.4.4-49: Renda familiar dos entrevistados 151
Figura 4.9.4.4-50: Morador domicílio 151
Figura 4.9.4.4-51: Abastecimento de água 152
Figura 4.9.4.4-52: Rede de esgoto 152
Figura 4.9.4.4-53: Destinação do esgoto 153
Figura 4.9.4.4-54: Energia elétrica 153
Figura 4.9.4.4-55: Coleta de lixo 154
Figura 4.9.4.4-56: Lixo a céu aberto no Bairro da Praia do Riacho 154
Figura 4.9.4.4-57: Telefonia 155
Figura 4.9.4.4-58: Avaliação geral da telefonia 155
Figura 4.9.4.4-59: Telefones públicos 156
Figura 4.9.4.4-60: Orelhão na comunidade 156
Figura 4.9.4.4-61: Serviço médico hospitalar 157
Figura 4.9.4.4-62: Doenças 157
Figura 4.9.4.4-63: Óbitos em função das doenças 158

Figura 4.9.4.4-64: Avaliação do comércio..... 158
Figura 4.9.4.4-65: Comércio que falta..... 159
Figura 4.9.4.4-66: Mercearia na Praia do Riacho..... 159
Figura 4.9.4.4-67: Problemas da comunidade..... 160
Figura 4.9.4.4-68: Ruas sem calçamento da Praia do Riacho..... 160
Figura 4.9.4.4-69: Rua da Praia do Riacho sem qualquer tipo de pavimentação..... 161
Figura 4.9.4.4-70: Grupo que freqüenta..... 161
Figura 4.9.4.4-71: Desenvolve atividade esportiva?..... 162
Figura 4.9.4.4-72: Se sim, qual?..... 162
Figura 4.9.4.4-73: Participa de atividade ou programa cultural?..... 163
Figura 4.9.4.4-74: Se sim, qual?..... 163
Figura 4.9.4.4-75: Interesse por curso de geração de renda..... 164
Figura 4.9.4.4-76: Como se relaciona com o meio ambiente..... 164
Figura 4.9.4.4-77: Esgoto a céu aberto na comunidade..... 165
Figura 4.9.4.4-78: Conhece a RDS..... 165
Figura 4.9.4.4-79: Conhece regras para viver na RDS?..... 166
Figura 4.9.4.4-80: Disposto a viver/trabalhar com respeito as regras?..... 166
Figura 4.9.4.4-81: Necessita da reserva para sustento?..... 167
Figura 4.9.4.4-82: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento?..... 167
Figura 4.9.4.4-83: Conhece Associação de Marisqueiros/pescadores?..... 168
Figura 4.9.4.4-84: Participou da criação da RDS?..... 168
Figura 4.9.4.4-85: Conhece programa ou projeto da RDS?..... 169
Figura 4.9.4.4-86: Conhece festas e manifestações culturais?..... 169
Figura 4.9.4.4-87: O que a RDS é para a comunidade?..... 170
Figura 4.9.4.4-88: Abordagem para entrevista..... 170
Figura 4.9.4.4-89: Uma das entradas para o Bairro Praia do Riacho..... 171
Figura 4.9.4.4-90: Esgoto a céu aberto..... 171
Figura 4.9.4.4-91: Local onde se realiza o armazenamento dos resíduos sólidos..... 172
Figura 4.9.4.4-92: Carrinhos de catadores de papelão..... 172
Figura 4.9.4.4-93: Visita de campo da equipe da Makoto junto com técnicos da PMG 19/07/2011..... 173
Figura 4.9.4.4-94: Corte de vegetação observado em uma tentativa de ocupação na Praia do Riacho em 19/07/11..... 174
Figura 4.9.4.4-95: Lotes sendo demarcados em uma tentativa de ocupação observada na Praia do Riacho..... 174
Figura 4.9.4.4-96: Foto da Rua Espírito Santo – "Bico do Urubu"..... 175
Figura 4.9.4.4-97: Entrevista com moradora da Rua Espírito Santo – "Bico do Urubu"..... 175
Figura 4.9.4.4-98: Estado civil..... 176
Figura 4.9.4.4-99: Número de filhos..... 176
Figura 4.9.4.4-100: Escolaridade..... 177
Figura 4.9.4.4-101: Profissão..... 177
Figura 4.9.4.4-102: Condições de moradia dos entrevistados..... 178
Figura 4.9.4.4-103: A moradora Rosimere Barbosa..... 178
Figura 4.9.4.4-104: Tempo que reside..... 179
Figura 4.9.4.4-105: Morador por domicílio..... 179
Figura 4.9.4.4-106: Renda familiar..... 180
Figura 4.9.4.4-107: Abastecimento de água..... 180
Figura 4.9.4.4-108: Rede de esgoto..... 181
Figura 4.9.4.4-109: Destinação do esgoto..... 181
Figura 4.9.4.4-110: Destaque para o "banheiro" ao centro com a destinação do esgoto direto no mangue..... 181
Figura 4.9.4.4-111: Energia elétrica..... 182
Figura 4.9.4.4-112: Lote do Sr. Benedito Marques..... 182
Figura 4.9.4.4-113: Coleta de lixo..... 183
Figura 4.9.4.4-114: Telefonia..... 183
Figura 4.9.4.4-115: Avaliação dos serviços de telefonia..... 184
Figura 4.9.4.4-116: Telefones públicos..... 184
Figura 4.9.4.4-117: Serviço médico disponível..... 185
Figura 4.9.4.4-118: Doenças..... 185
Figura 4.9.4.4-119: Óbitos..... 186
Figura 4.9.4.4-120: Avaliação do comércio..... 186
Figura 4.9.4.4-121: Comércio que falta..... 187
Figura 4.9.4.4-122: Igreja Assembléia de Deus no "Bico do Urubu"..... 187
Figura 4.9.4.4-123: Grupo que freqüenta..... 188
Figura 4.9.4.4-124: Problemas da comunidade..... 188
Figura 4.9.4.4-125: Desenvolve atividade física?..... 189
Figura 4.9.4.4-126: Se sim, qual?..... 189
Figura 4.9.4.4-127: Participa de atividade ou programa cultural?..... 190
Figura 4.9.4.4-128: Se sim, qual?..... 190
Figura 4.9.4.4-129: Se interessa por curso de geração de renda?..... 191
Figura 4.9.4.4-130: Como se relaciona com o Meio Ambiente?..... 191
Figura 4.9.4.4-131: Cesto de lixo improvisado no meio da Rua Espírito Santo..... 192
Figura 4.9.4.4-132: Terreno de uma moradora que tem como fundos o manguezal..... 192
Figura 4.9.4.4-133: Manguezal sendo contaminado por resíduos sólidos..... 192
Figura 4.9.4.4-134: Resíduos sólidos sendo queimados a céu aberto na Rua Espírito Santo..... 193
Figura 4.9.4.4-135: Foto do manguezal do no entorno do "Bico do Urubu"..... 193
Figura 4.9.4.4-136: Conhece reserva ou área protegida?..... 194
Figura 4.9.4.4-137: Placa indicando a RDS Concha D'Ostra no Bairro Lameirão..... 194

Figura 4.9.4.4-138: Conhece regras para viver na RDS? 195
Figura 4.9.4.4-139: Está disposto a viver/trabalhar com respeito às regras? 195
Figura 4.9.4.4-140: Necessita da reserva para seu sustento? 196
Figura 4.9.4.4-141: Forma de comércio do pescado. 196
Figura 4.9.4.4-142: Respeita do defeso? 197
Figura 4.9.4.4-143: Conhece alguém que utiliza a RDS para seu sustento? 197
Figura 4.9.4.4-144: Conhece Associação de Marisqueiros/pescadores? 198
Figura 4.9.4.4-145: Participou da criação da RDS? 198
Figura 4.9.4.4-146: Conhece programa ou projeto na RDS? 199
Figura 4.9.4.4-147: Conhece festas e manifestações culturais locais? 199
Figura 4.9.4.4-148: Considera que a RDS é importante para a comunidade? 200
Figura 4.9.4.4-149: RDS Concha D'Ostra, no "Bico do Urubu" 201
Figura 4.9.4.4-150: Acúmulo de lixo próximo a RDS, trazido pelos recicladores que moram no local. 202
Figura 4.9.4.4-151: Acúmulo de lixo ao lado do manguezal. 202
Figura 4.9.4.4-152: Um dos acessos à Comunidade de Kubitschek. 204
Figura 4.9.4.4-153: Detalhe de uma das ruas do Bairro Kubitschek. 204
Figura 4.9.4.4-154: Estado civil. 205
Figura 4.9.4.4-155: Número de filhos. 205
Figura 4.9.4.4-156: Escolaridade dos entrevistados 206
Figura 4.9.4.4-157: Profissão 206
Figura 4.9.4.4-158: Condições de moradia 207
Figura 4.9.4.4-159: Morador/domicílio 207
Figura 4.9.4.4-160: Tempo que reside 208
Figura 4.9.4.4-161: Renda familiar 208
Figura 4.9.4.4-162: Abastecimento de água. 209
Figura 4.9.4.4-163: Rede de esgoto. 210
Figura 4.9.4.4-164: Manutenção do esgoto. 210
Figura 4.9.4.4-165: Destinação do esgoto. 210
Figura 4.9.4.4-166: Esgoto das casas sendo despejado direto para o mangue 211
Figura 4.9.4.4-167: Esgoto saindo das residências e sendo despejado direto no manguezal. 211
Figura 4.9.4.4-168: Energia elétrica. 212
Figura 4.9.4.4-169: Coleta de lixo. 212
Figura 4.9.4.4-170: Entulho na RDS. 213
Figura 4.9.4.4-171: Lixo na RDS. 213
Figura 4.9.4.4-172: Telefonia. 214
Figura 4.9.4.4-173: Avaliação geral da telefonia. 214
Figura 4.9.4.4-174: Telefones públicos. 215
Figura 4.9.4.4-175: Serviço médico disponível. 215
Figura 4.9.4.4-176: Posto de Saúde de Kubitschek. 216
Figura 4.9.4.4-177: Doenças. 216
Figura 4.9.4.4-178: Óbito em função das doenças. 217
Figura 4.9.4.4-179: Avaliação do comércio. 217
Figura 4.9.4.4-180: Comércio que falta. 218
Figura 4.9.4.4-181: Grupo que freqüenta. 218
Figura 4.9.4.4-182: Problemas na comunidade. 219
Figura 4.9.4.4-183: Foto de esgoto a céu aberto indo direto para a Reserva. 219
Figura 4.9.4.4-184: Esgoto a céu aberto em outra rua do Bairro Kubitschek. 220
Figura 4.9.4.4-185: Falta de calçamento nas ruas. 220
Figura 4.9.4.4-186: Ônibus passando na comunidade. 220
Figura 4.9.4.4-187: Escola Municipal de Educação Infantil. 221
Figura 4.9.4.4-188: Escola Estadual do Ensino fundamental e médio. 221
Figura 4.9.4.4-189: Desenvolve atividade esportiva? 222
Figura 4.9.4.4-190: Se sim, qual? 222
Figura 4.9.4.4-191: Participa de atividade ou programa cultural? 222
Figura 4.9.4.4-192: Interesse em participar de curso de geração de renda? 223
Figura 4.9.4.4-193: Como se relaciona com o meio ambiente? 224
Figura 4.9.4.4-194: Visão parcial do Manguezal no entorno do Bairro Kubitschek. 224
Figura 4.9.4.4-195: Canais superficiais onde o esgoto adentra a RDS. 224
Figura 4.9.4.4-196: O chamado "mangue morto" pelos moradores. 224
Figura 4.9.4.4-197: Aterro e construção sobre o mangue. 225
Figura 4.9.4.4-198: Entulho e lixo sendo acumulado na RDS. 225
Figura 4.9.4.4-199: Chama-maré, único espécie sobrevivente neste trecho da RDS. 226
Figura 4.9.4.4-200: O mangue devastado e a quantidade de lixo jogado na Reserva. 226
Figura 4.9.4.4-201: Sr. Benedito Santos Junior, nos mostrando os sacos 227
Figura 4.9.4.4-202: Tentativa do Sr. Benedito em reflorestar o manguezal. 227
Figura 4.9.4.4-203: Conhece reserva ou área protegida? 228
Figura 4.9.4.4-204: Conhece regras para viver na RDS? 228
Figura 4.9.4.4-205: Disposto a viver/trabalhar respeitando as regras? 229
Figura 4.9.4.4-206: Necessita da Reserva para sustento? 230
Figura 4.9.4.4-207: Forma de comércio do pescado. 230
Figura 4.9.4.4-208: Respeita o defeso? 231
Figura 4.9.4.4-209: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento? 231
Figura 4.9.4.4-210: Conhece Associação de Marisqueiros/pescadores da região? 232
Figura 4.9.4.4-211: Participou da criação da RDS? 232

Figura 4.9.4.4-212: Conhece programa ou projeto da RDS? 233
Figura 4.9.4.4-213: Conhece festas e manifestações culturais? 233
Figura 4.9.4.4-214: O que a RDS é para a comunidade? 234
Figura 4.9.4.4-215: Entrevista com moradores. 235
Figura 4.9.4.4-216: Entrevista com morador. 235
Figura 4.9.4.4-217: Esgoto de Bairro adjacente a Kubitschek sendo lançado na RDS 236
Figura 4.9.4.4-218: Criação de porcos na RDS 236
Figura 4.9.4.4-219: Exemplar pequeno de caranguejo encontrado nas partes mais preservadas 237
Figura 4.9.4.4-220: Uma criança se arrisca brincando no meio do lixo e dos urubus 237
Figura 4.9.4.4-221: Vista da RDS na localidade de Concha D'Ostra 239
Figura 4.9.4.4-222: Construção interrompida devido ao embargo 239
Figura 4.9.4.4-223: Rua principal da Comunidade Concha D'Ostra 240
Figura 4.9.4.4-224: Via de acesso para o Centro Comunitário da Concha D'Ostra 240
Figura 4.9.4.4-225: Morador sendo abordado pela equipe de pesquisa 241
Figura 4.9.4.4-226: Estado civil 241
Figura 4.9.4.4-227: Número de filhos 241
Figura 4.9.4.4-228: Escolaridade 242
Figura 4.9.4.4-229: Profissão 242
Figura 4.9.4.4-230: Pescador, morador típico local, na fabricação de rede 243
Figura 4.9.4.4-231: Condições de moradia 244
Figura 4.9.4.4-232: Tempo que reside 244
Figura 4.9.4.4-233: Morador local que afirma residir a mais de 20 anos na comunidade 244
Figura 4.9.4.4-234: Renda familiar 245
Figura 4.9.4.4-235: Morador/domicílio 245
Figura 4.9.4.4-236: Abastecimento de água 246
Figura 4.9.4.4-237: Energia elétrica 246
Figura 4.9.4.4-238: Rede de esgoto 247
Figura 4.9.4.4-239: Destinação do esgoto 247
Figura 4.9.4.4-240: Entrevista com o Vice Presidente e com o Vice Tesoureiro 248
Figura 4.9.4.4-241: Responsáveis pela Associação de Moradores da Concha D'Ostra 248
Figura 4.9.4.4-242: Coleta de lixo 249
Figura 4.9.4.4-243: Telefonia 249
Figura 4.9.4.4-244: Avaliação geral da telefonia 250
Figura 4.9.4.4-245: Telefones públicos 250
Figura 4.9.4.4-246: Serviço médico disponível 251
Figura 4.9.4.4-247: Doenças 251
Figura 4.9.4.4-248: Óbitos com relação as doenças 252
Figura 4.9.4.4-249: Comércio que falta 252
Figura 4.9.4.4-250: Avaliação do comércio existente no bairro 253
Figura 4.9.4.4-251: Vista em frente ao Bar do Léo 253
Figura 4.9.4.4-252: Problemas da comunidade 254
Figura 4.9.4.4-253: Falta de pavimentação e calçamento no bairro 254
Figura 4.9.4.4-254: Esgoto na rua 255
Figura 4.9.4.4-255: Grupo que freqüenta 255
Figura 4.9.4.4-256: Desenvolve atividade esportiva? 256
Figura 4.9.4.4-257: Sim, qual? 256
Figura 4.9.4.4-258: Participa de atividade ou programa cultural? 257
Figura 4.9.4.4-259: Sim, qual? 257
Figura 4.9.4.4-260: Interesse por curso geração de renda? 258
Figura 4.9.4.4-261: Como se relaciona com o Meio Ambiente? 258
Figura 4.9.4.4-262: Estaleiro instalado na RDS 259
Figura 4.9.4.4-263: Equipamentos e barcos no estaleiro 259
Figura 4.9.4.4-264: Conhece reserva ou área protegida? 260
Figura 4.9.4.4-265: Conhece regras para viver na RDS? 260
Figura 4.9.4.4-266: Disposto a viver/trabalhar com respeito regras? 261
Figura 4.9.4.4-267: Necessita da reserva para sustento? 261
Figura 4.9.4.4-268: Forma de comércio do pescado 262
Figura 4.9.4.4-269: Respeita o defeso? 263
Figura 4.9.4.4-270: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento? 263
Figura 4.9.4.4-271: Conhece Associações de Marisqueiros/pescadores? 264
Figura 4.9.4.4-272: Participou da criação da RDS? 264
Figura 4.9.4.4-273: Conhece programas ou projetos na RDS? 265
Figura 4.9.4.4-274: Conhece festas e manifestações culturais? 265
Figura 4.9.4.4-275: Igreja Católica de Santo Expedito 266
Figura 4.9.4.4-276: O que a RDS é para a comunidade? 266
Figura 4.9.4.4-277: Vista da RDS 267
Figura 4.9.4.4-278: Residência localizada na parte mais alta do morro ocupado irregularmente 268
Figura 4.9.4.4-279: Entrevista com a Sra. Sônia Maria Borges Pereira 269
Figura 4.9.4.4-280: Entrevista com Alaíde Silva Vieira 269
Figura 4.9.4.4-281: Vista do manguezal do Bairro Concha D'Ostra 270
Figura 4.9.4.4-282: Foto da Rua do Coroado no entorno da RDS 272
Figura 4.9.4.4-283: Via de acesso do local do Bairro Coroado onde se localiza a RDS 272
Figura 4.9.4.4-284: Estado civil 273
Figura 4.9.4.4-285: Número de filhos 273

Figura 4.9.4.4-286: Escolaridade 274
Figura 4.9.4.4-287: Profissão 274
Figura 4.9.4.4-288: Condições de moradia 275
Figura 4.9.4.4-289: Renda familiar 275
Figura 4.9.4.4-290: Casas do Bairro Coroado no entorno da RDS 276
Figura 4.9.4.4-291: Tempo que reside 276
Figura 4.9.4.4-292: Morador/domicílio 277
Figura 4.9.4.4-293: Abastecimento de água 277
Figura 4.9.4.4-294: Rede de esgoto 278
Figura 4.9.4.4-295: Manutenção do esgoto 279
Figura 4.9.4.4-296: Energia elétrica 279
Figura 4.9.4.4-297: Coleta de lixo 280
Figura 4.9.4.4-298: Rua sem pavimentação e de difícil acesso para passagem de carros 280
Figura 4.9.4.4-299: Local de depósito de lixo 280
Figura 4.9.4.4-300: Lixo a céu aberto em Coroado, percebe-se que há restos das cascas de marisco 281
Figura 4.9.4.4-301: Telefonia 281
Figura 4.9.4.4-302: Avaliação geral da telefonia 282
Figura 4.9.4.4-303: Telefones públicos 282
Figura 4.9.4.4-304: Serviço médico disponível 283
Figura 4.9.4.4-305: Doenças 283
Figura 4.9.4.4-306: Óbito em função das doenças 284
Figura 4.9.4.4-307: Avaliação do comércio 284
Figura 4.9.4.4-308: Comércio que falta 285
Figura 4.9.4.4-309: Problemas na comunidade 285
Figura 4.9.4.4-310: Rua do Bairro Coroado 286
Figura 4.9.4.4-311: Grupo que freqüenta 286
Figura 4.9.4.4-312: Desenvolve atividade esportiva 287
Figura 4.9.4.4-313: Pratica atividade ou programa cultural? 287
Figura 4.9.4.4-314: Se sim, qual? 287
Figura 4.9.4.4-315: Interesse por curso de geração de renda? 288
Figura 4.9.4.4-316: Como se relaciona com o meio ambiente? 288
Figura 4.9.4.4-317: Esgoto e lixo na rua 289
Figura 4.9.4.4-318: Conhece a RDS? 289
Figura 4.9.4.4-319: Conhece regras para viver na RDS? 290
Figura 4.9.4.4-320: Disposto a viver/trabalhar com respeito regras? 290
Figura 4.9.4.4-321: Necessita da reserva para sustento? 291
Figura 4.9.4.4-322: Forma de comércio do pescado 291
Figura 4.9.4.4-323: Respeita o defeso? 292
Figura 4.9.4.4-324: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento? 292
Figura 4.9.4.4-325: Conhece associações de marisqueiros/pescadores? 293
Figura 4.9.4.4-326: Participou da criação da RDS? 293
Figura 4.9.4.4-327: Conhece programas ou projetos na RDS? 294
Figura 4.9.4.4-328: Conhece festas e manifestações culturais? 294
Figura 4.9.4.4-329: O que a RDS é para a comunidade? 295
Figura 4.9.4.4-330: Lixo disposto no entorno da RDS 296
Figura 4.9.4.4-331: Cascas de marisco jogado no meio da rua 296
Figura 4.9.4.4-332: Mata (RDS) na rua em que foram feitas as entrevistas em Coroado 297
Figura 4.9.4.4-333: Manguezal utilizado para lazer 298
Figura 4.9.4.4-334: Comunidade Prainha de Olaria 298
Figura 4.9.4.4-335: Entrevista com moradora local 299
Figura 4.9.4.4-336: Estado civil 299
Figura 4.9.4.4-337: Número de filhos 300
Figura 4.9.4.4-338: Escolaridade 300
Figura 4.9.4.4-339: Profissão 301
Figura 4.9.4.4-340: Condições de moradia 301
Figura 4.9.4.4-341: Tempo que reside 302
Figura 4.9.4.4-342: Renda familiar 302
Figura 4.9.4.4-343: Morador/Domicílio 303
Figura 4.9.4.4-344: Abastecimento de água 303
Figura 4.9.4.4-345: Rede de esgoto 304
Figura 4.9.4.4-346: Destinação do esgoto 304
Figura 4.9.4.4-347: Energia elétrica 305
Figura 4.9.4.4-348: Coleta de lixo 305
Figura 4.9.4.4-349: Telefonia 306
Figura 4.9.4.4-350: Avaliação geral da telefonia 306
Figura 4.9.4.4-351: Telefones públicos 307
Figura 4.9.4.4-352: Orelhão público do bairro 307
Figura 4.9.4.4-353: Serviço médico disponível 308
Figura 4.9.4.4-354: Doenças 308
Figura 4.9.4.4-355: Óbitos em função das doenças 309
Figura 4.9.4.4-356: Classificação geral do comércio 309
Figura 4.9.4.4-357: Comércio que falta 310
Figura 4.9.4.4-358: Mercearia do bairro 310
Figura 4.9.4.4-359: Pequeno comércio na Prainha de Olaria 311

Figura 4.9.4.4-360: Problemas da comunidade 311
Figura 4.9.4.4-361: Grupo que freqüenta 312
Figura 4.9.4.4-362: Igreja Batista Prainha 312
Figura 4.9.4.4-363: Desenvolve atividade esportiva? 313
Figura 4.9.4.4-364: Se sim, qual? 313
Figura 4.9.4.4-365: Participa de atividade ou programa cultural? 314
Figura 4.9.4.4-366: Se sim, qual? 314
Figura 4.9.4.4-367: Interesse por curso de geração de renda? 315
Figura 4.9.4.4-368: Como se relaciona com o meio ambiente? 315
Figura 4.9.4.4-369: Lixo a céu aberto na entrada do acesso ao manguezal 316
Figura 4.9.4.4-370: Lixo a céu aberto no bairro 316
Figura 4.9.4.4-371: Conhece reserva ou área protegida? 317
Figura 4.9.4.4-372: Conhece regras para viver na RDS? 317
Figura 4.9.4.4-373: Disposto a viver/trabalhar com respeito às regras da RDS? 318
Figura 4.9.4.4-374: Necessita da RDS para sustento? 318
Figura 4.9.4.4-375: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento? 319
Figura 4.9.4.4-376: Conhece Associações de Marisqueiros/pescadores? 319
Figura 4.9.4.4-377: Participou da criação da RDS? 320
Figura 4.9.4.4-378: Conhece programas ou projetos na RDS? 320
Figura 4.9.4.4-379: Conhece festas e manifestações culturais? 321
Figura 4.9.4.4-380: O que a RDS é para a comunidade? 321
Figura 4.9.4.4-381: Lixo na entrada do manguezal 322
Figura 4.9.4.4-382: Lixo dentro da Reserva 323
Figura 4.9.4.4-383: Lixo dentro da área da Reserva 323
Figura 4.9.4.4-384: Ruas sem pavimentação 324
Figura 4.9.4-4-385: Bairro Itapebussu 325
Figura 4.9.4-4-386: Estado civil 325
Figura 4.9.4-4-387: Número de filhos 326
Figura 4.9.4-4-388: Profissão 326
Figura 4.9.4-4-389: Escolaridade 327
Figura 4.9.4-4-390: Condições de moradia 327
Figura 4.9.4-4-391: Tempo que reside no local 328
Figura 4.9.4-4-392: Renda familiar 328
Figura 4.9.4-4-393: Morador por domicílio 329
Figura 4.9.4-4-394: Abastecimento de água 329
Figura 4.9.4-4-395: Rede de esgoto 330
Figura 4.9.4-4-396: Destinação de esgoto 330
Figura 4.9.4-4-397: Rede coletora da Cesan 330
Figura 4.9.4-4-398: Energia elétrica 331
Figura 4.9.4-4-399: Coleta de lixo 331
Figura 4.9.4-4-400: Telefonia 332
Figura 4.9.4-4-401: Avaliação geral da telefonia 332
Figura 4.9.4-4-402: Telefones públicos 332
Figura 4.9.4-4-403: Orelhão em frente a uma farmácia do bairro 333
Figura 4.9.4-4-404: Serviço médico disponível 333
Figura 4.9.4-4-405: Doenças 334
Figura 4.9.4-4-406: Óbitos em função das doenças 334
Figura 4.9.4-4-407: Comércio da comunidade 335
Figura 4.9.4-4-408: Classificação do comércio 335
Figura 4.9.4-4-409: Comércio que falta 336
Figura 4.9.4-4-410: Esgoto no bairro indo para o mangue 336
Figura 4.9.4-4-411: Problemas da comunidade 337
Figura 4.9.4-4-412: Grupo que freqüenta 337
Figura 4.9.4-4-413: Igreja Batista de Itapebussu. 338
Figura 4.9.4-4-414: Desenvolve atividade esportiva? 338
Figura 4.9.4-4-415: Participa de atividade ou programa cultural? 339
Figura 4.9.4-4-416: Se sim, qual? 339
Figura 4.9.4-4-417: Interesse por curso geração de renda? 340
Figura 4.9.4-4-418: Como se relaciona com o meio ambiente? 340
Figura 4.9.4-4-419: Lixo no manguezal 341
Figura 4.9.4-4-420: Esgoto no manguezal 341
Figura 4.9.4-4-421: Conhece reserva ou área protegida? 342
Figura 4.9.4-4-422: Conhece regras para viver na RDS? 342
Figura 4.9.4-4-423: Disposto a viver/trabalhar com respeito as regras? 343
Figura 4.9.4-4-424: Necessita da reserva para sustento? 344
Figura 4.9.4-4-425: Forma de comércio do pescado 344
Figura 4.9.4-4-426: Respeita o defeso? 344
Figura 4.9.4-4-427: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento? 345
Figura 4.9.4-4-428: Conhece Associações de Marisqueiros/pescadores? 345
Figura 4.9.4-4-429: Participou da criação da RDS? 346
Figura 4.9.4-4-430: Conhece Programa ou projeto na RDS? 346
Figura 4.9.4-4-431: Conhece festas e manifestações culturais? 347
Figura 4.9.4-4-432: O que a RDS é para a comunidade? 347
Figura 4.9.4-4-433: Ônibus passando no bairro 348

Figura 4.9.4-4-434: Praça do bairro 348
Figura 4.9.4-4-435: Quadra do bairro 349
Figura 4.9.4-4-436: Entrevista 349
Figura 4.9.4-4-437: Entrevista com Luciana Gonçalves 350
Figura 4.9.4-4-438: Manguezal RDS em Itapebussu contaminado por esgoto 350
Figura 4.9.4-4-439: Lixo dentro do Manguezal RDS em Itapebussu 351
Figura 4.9.4-4-440: Entrada do Bairro Camurugi 352
Figura 4.9.4-4-441: Via de acesso ao Bairro Camurugi 352
Figura 4.9.4-4-442: Estado civil. 353
Figura 4.9.4-4-443: Número de filhos 353
Figura 4.9.4-4-444: Escolaridade 354
Figura 4.9.4-4-445: Profissão 354
Figura 4.9.4-4-446: Condições de moradia 355
Figura 4.9.4-4-447: Renda familiar 355
Figura 4.9.4-4-448: Casas no Bairro Camurugi 356
Figura 4.9.4-4-449: Tempo que reside no local 356
Figura 4.9.4-4-450: Morador/Domicílio 357
Figura 4.9.4-4-451: Abastecimento de água 357
Figura 4.9.4-4-452: Rede de esgoto 358
Figura 4.9.4-4-453: Destinação do esgoto 358
Figura 4.9.4-4-454: Energia elétrica 359
Figura 4.9.4-4-455: Coleta de lixo 359
Figura 4.9.4-4-456: Telefonia 360
Figura 4.9.4-4-457: Avaliação geral da telefonia 360
Figura 4.9.4-4-458: Telefones públicos 361
Figura 4.9.4-4-459: Orelhão em frente a uma Igreja Evangélica do bairro 361
Figura 4.9.4-4-460: Serviço médico disponível 362
Figura 4.9.4-4-461: Doenças 362
Figura 4.9.4-4-462: Óbitos em função das doenças 363
Figura 4.9.4-4-463: Comércio 363
Figura 4.9.4-4-464: Comércio que falta na comunidade 364
Figura 4.9.4-4-465: Sorveteria 364
Figura 4.9.4-4-466: Bar 364
Figura 4.9.4-4-467: Problemas da comunidade 365
Figura 4.9.4-4-468: Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Maria Veloso Calmon 366
Figura 4.9.4-4-469: Grupo que freqüenta 366
Figura 4.9.4-4-470: Desenvolve atividade esportiva? 367
Figura 4.9.4-4-471: Participa de atividade ou programa cultural? 367
Figura 4.9.4-4-472: Interesse por curso geração de renda? 368
Figura 4.9.4-4-473: Como se relaciona com o meio ambiente? 368
Figura 4.9.4-4-474: Animal morto encontrado as margens do mangue 369
Figura 4.9.4-4-475: Conhece reserva ou área protegida? 369
Figura 4.9.4-4-476: Conhece regras para viver na RDS? 370
Figura 4.9.4-4-477: Disposto a viver respeitando as regras? 370
Figura 4.9.4-4-478: Necessita da reserva para sustento? 371
Figura 4.9.4-4-479: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento? 371
Figura 4.9.4-4-480: Conhece Associações de Marisqueiros/pescadores? 372
Figura 4.9.4-4-481: Participou da criação da RDS? 372
Figura 4.9.4-4-482: Conhece programas ou projetos na RDS? 373
Figura 4.9.4-4-483: Conhece festas e manifestações culturais? 373
Figura 4.9.4-4-484: O que a RDS é para a comunidade? 374
Figura 4.9.4-4-485: Rua de acesso ao Bairro Camurugi que corta o manguezal 374
Figura 4.9.4-4-486: AABB, localizada na entrada do Bairro Camurugi 375
Figura 4.9.5.1-1: Mapa com segmentação da UC e do entorno de 100 m 376
Figura 4.9.5.1-2: Mapa de Uso e Ocupação do Solo da RDS Concha D'Ostra 377
Figura 4.9.5.1-3: Gráfico da distribuição do uso do solo na RDS Concha D'Ostra 378
Figura 4.9.5.1-4: Ponte sobre a Baía de Guarapari, trecho inicial da baía 379
Figura 4.9.5.1-5: Aspecto da baía no sentido sul 379
Figura 4.9.5.1-6: Aspecto do manguezal na Baía de Guarapari em Itapebussu e em Concha D'Ostra 380
Figura 4.9.5.1-7: Área de Apicum na região da Concha D'Ostra 380
Figura 4.9.5.1-8: Área de Apicum usado como campo de várzea na Praia de Olaria 380
Figura 4.9.5.1-9: Contexto onde se observa a Vegetação de Transição, tendo em primeiro plano o Mangue 381
Figura 4.9.5.1-10: Aspecto da Vegetação de Transição onde se destaca elementos arbóreos 381
Figura 4.9.5.1-11: Presença do manguezal e a "Mata de Tabuleiro" ao fundo 382
Figura 4.9.5.1-12: Floresta Ombrófila Densa em meio aos matacões, em contato direto com o canal de Guarapari 382
Figura 4.9.5.1-13: Presença do manguezal, no centro abaixo e a direita e a Mata de Encosta a esquerda 383
Figura 4.9.5.1-14: Presença de Aroeira (*Schinus terebinthifolius*) 383
Figura 4.9.5.1-15: Entrada de um Sítio no Bairro Camurugi 384
Figura 4.9.5.1-16: Presença de coqueiral ao fundo do manguezal 384
Figura 4.9.5.1-17: Aspecto de pastagens na área de estudo no Bairro Camurugi 384
Figura 4.9.5.1-18: Outra pastagem ao lado do mangue no Bairro Camurugi 384
Figura 4.9.5.1-19: Aspecto solo exposto na área de estudo, em Camurugi 385
Figura 4.9.5.1-20: Presença de casas dentro da Baía de Guarapari, no Bairro Itapebussu 385
Figura 4.9.5.2-1: Sítios Arqueológicos da área da RDS Concha D'Ostra 386

Figura 4.9.5.2-2: Vista do sítio Limeira da parte oeste, a frente da torre a vegetação de mangue 387
Figura 4.9.5.2-3: Vista oeste do sítio Limeira 388
Figura 4.9.5.2-4: Remoção da camada superficial 388
Figura 4.9.5.2-5: Bigornas, bases para lascamento bipolar 389
Figura 4.9.5.2-6: Raspadores laterais com escotadura em quartzo leitoso 389
Figura 4.9.5.2-7: Raspadores laterais em quartzo leitoso com lascamentos por pressão 389
Figura 4.9.5.2-8: Perfuradores em lâmina de quartzo hialino 389
Figura 4.9.5.2-9: Bivalvas com sinais de uso como perfurador e raspador lateral 390
Figura 4.9.6.1-1: Mapa com a Delimitação da Área de Domínio da União 395
Figura 4.9.6.1-2: Mapa do Limite da Preamar Média - LPM (1970) 396
Figura 4.9.6.3-1: Via sem pavimentação, e paisagem da ocupação em Lameirão 398
Figura 4.9.6.3-2: Manguezal no fundo dos lotes 398
Figura 4.9.6.3-3: Situação dos imóveis do Bairro Lameirão 399
Figura 4.9.6.3-4: Uso do imóvel do Bairro Lameirão 399
Figura 4.9.6.3-5: Estado do imóvel do Bairro Lameirão 400
Figura 4.9.6.3-6: Tipo de imóvel do Bairro Lameirão 400
Figura 4.9.6.3-7: Conservação do imóvel do Bairro Lameirão 401
Figura 4.9.6.3-8: Tipo de construção do Bairro Lameirão 401
Figura 4.9.6.3-9: Ponto viciado de depósito de lixo em um galpão abandonado em ruína 401
Figura 4.9.6.3-10: Depósito de materiais recicláveis e ao fundo o mangue 401
Figura 4.9.6.3-11: Aspecto da R. Espírito Santo, única via, e não pavimentada, do Bairro Bico do Urubu 402
Figura 4.9.6.3-12: Situação dos imóveis do Bairro Bico do Urubu 403
Figura 4.9.6.3-13: Uso do imóvel do Bairro Bico do Urubu 403
Figura 4.9.6.3-14: Estado do imóvel do Bairro Bico do Urubu 404
Figura 4.9.6.3-15: Tipo de imóvel do Bairro Bico do Urubu 404
Figura 4.9.6.3-16: Conservação do imóvel do Bairro Bico do Urubu 404
Figura 4.9.6.3-17: Tipo de construção do Bairro Bico do Urubu 405
Figura 4.9.6.3-18: Fundo de lote na Praia do Riacho com ocupação do manguezal 405
Figura 4.9.6.3-19: Lotes com boa organização e rua sem pavimentação em todo o bairro 405
Figura 4.9.6.3-20: Situação dos imóveis do Bairro Praia do Riacho 406
Figura 4.9.6.3-21: Uso dos imóveis do Bairro Praia do Riacho 406
Figura 4.9.6.3-22: Estado dos imóveis do Bairro Praia do Riacho 407
Figura 4.9.6.3-23: Tipo dos imóveis do Bairro Praia do Riacho 407
Figura 4.9.6.3-24: Conservação dos imóveis do Bairro Praia do Riacho 407
Figura 4.9.6.3-25: Tipo de construção do Bairro Praia do Riacho 408
Figura 4.9.6.3-26: Destaque para a ocupação bastante densa no Kubitschek 408
Figura 4.9.6.3-27: Grande número de becos no bairro 408
Figura 4.9.6.3-28: Casas em bom estado de conservação 409
Figura 4.9.6.3-29: Habitações precárias 409
Figura 4.9.6.3-30: Embarcações observadas ao lado de uma casa com o mangue ao fundo 409
Figura 4.9.6.3-31: Pequeno porto em meio ao manguezal 409
Figura 4.9.6.3-32: Situação dos imóveis do Bairro Kubitscheck 410
Figura 4.9.6.3-33: Uso dos imóveis do Bairro Kubitscheck 410
Figura 4.9.6.3-34: Estado dos imóveis do Bairro Kubitscheck 411
Figura 4.9.6.3-35: Tipo dos imóveis do Bairro Kubitscheck 411
Figura 4.9.6.3-36: Conservação dos imóveis do Bairro Kubitscheck 411
Figura 4.9.6.3-37: Tipo de construção do Bairro Kubitscheck 412
Figura 4.9.6.3-38: Ponto de atracação de embarcações, com restaurante e estaleiro 412
Figura 4.9.6.3-39: Local de atracações de pequenas embarcações utilizadas por marisqueiros 412
Figura 4.9.6.3-40: Lotes recém-abertos na região onde havia a Mata de Tabuleiro, podendo se observar 413
Figura 4.9.6.3-41: Área recentemente aberta com a instalação de um chiqueiro de porcos destacada 413
Figura 4.9.6.3-42: Situação dos imóveis do Bairro Concha D'Ostra 413
Figura 4.9.6.3-43: Uso dos imóveis do Bairro Concha D'Ostra 414
Figura 4.9.6.3-44: Estado dos imóveis do Bairro Concha D'Ostra 414
Figura 4.9.6.3-45: Tipo dos imóveis do Bairro Concha D'Ostra 415
Figura 4.9.6.3-46: Conservação dos imóveis do Bairro Concha D'Ostra 415
Figura 4.9.6.3-47: Tipo de construção do Bairro Concha D'Ostra 415
Figura 4.9.6.3-48: Vista dos lotes em Coroado adentrando a mata de Tabuleiro 416
Figura 4.9.6.3-49: Ocupação irregular de áreas dentro da RDS, observando-se a mata de tabuleiro 416
Figura 4.9.6.3-50: Ocupação em Coroado observando-se ao fundo a mata de tabuleiro relativamente 417
Figura 4.9.6.3-51: Esgoto saindo das casas e despejado no córrego que adentra a RDS 417
Figura 4.9.6.3-52: Sistema de coleta de esgoto implantado, mas ainda sem funcionamento no Bairro Coroado 417
Figura 4.9.6.3-53: Ponto de conexão do sistema de coleta de esgoto ainda não conectado a unidade domiciliar 418
Figura 4.9.6.3-54: Situação dos imóveis do Bairro Coroado 418
Figura 4.9.6.3-55: Uso dos imóveis do Bairro Coroado 419
Figura 4.9.6.3-56: Estado dos imóveis do Bairro Coroado 419
Figura 4.9.6.3-57: Tipo dos imóveis do Bairro Coroado 420
Figura 4.9.6.3-58: Conservação dos imóveis do Bairro Coroado 420
Figura 4.9.6.3-59: Tipo de construção do Bairro Coroado 420
Figura 4.9.6.3-60: Aspecto de rua sem pavimentação e imóveis em estado regular de conservação 421
Figura 4.9.6.3-61: Aspecto de ocupações sem padrão de organização definido 421
Figura 4.9.6.3-62: Imóveis em construção em direção ao manguezal 421
Figura 4.9.6.3-63: Situação dos imóveis do Bairro Olaria 422
Figura 4.9.6.3-64: Uso dos imóveis do Bairro Olaria 422

Figura 4.9.6.3-65: Estado dos imóveis do Bairro Olaria 423
Figura 4.9.6.3-66: Tipo dos imóveis do Bairro Olaria 423
Figura 4.9.6.3-67: Conservação dos imóveis do Bairro Olaria 423
Figura 4.9.6.3-68: Tipo de construção do Bairro Olaria 424
Figura 4.9.6.3-69: Aspecto de uma casa de dois andares construída sobre pilotis à margem da Baía de Guarapari ... 424
Figura 4.9.6.3-70: Aspecto de uma casa na Rua da Marinha em contato direto com a maré da Baía de Guarapari 424
Figura 4.9.6.3-71: Situação dos imóveis do Bairro Itapebussu 425
Figura 4.9.6.3-72: Uso dos imóveis do Bairro Itapebussu 425
Figura 4.9.6.3-73: Estado dos imóveis do Bairro Itapebussu 426
Figura 4.9.6.3-74: Tipo dos imóveis do Bairro Itapebussu 426
Figura 4.9.6.3-75: Conservação dos imóveis do Bairro Itapebussu 427
Figura 4.9.6.3-76: Tipo de construção do Bairro Itapebussu 427
Figura 4.9.6.3-77: Aspecto de ocupações, a esquerda uma grande chácara e a direita residências menores 428
Figura 4.9.6.3-78: Aspecto de rua asfaltada que dá acesso ao Bairro Camurugi 428
Figura 4.9.6.3-79: Situação dos imóveis do Bairro Camurugi 428
Figura 4.9.6.3-80: Uso dos imóveis do Bairro Camurugi 429
Figura 4.9.6.3-81: Estado dos imóveis do Bairro Camurugi 429
Figura 4.9.6.3-82: Tipo dos imóveis do Bairro Camurugi 430
Figura 4.9.6.3-83: Conservação dos imóveis do Bairro Camurugi 430
Figura 4.9.6.3-84: Tipo de construção do Bairro Camurugi 430
Figura 4.9.6.4-1: Planta da área do loteamento Concha D'Ostra que previa o uso áreas sobre o manguezal 431
Figura 4.9.6.4-2: Detalhe da descrição do projeto com o carimbo de aprovação pela PM de Guarapari 431
Figura 4.9.6.5-1: Mapa de Situação Atual da RDSCD 432
Figura 4.9.6.7-1: Técnica da Makoto Ambiental realizando entrevista com moradores - Concha D'Ostra 436
Figura 4.9.6.7-2: Formulário usado para coleta dos dados sobre as unidades habitacionais 437
Figura 4.9.6.7-3: Banco de dados Acces do pacote Office 438
Figura 4.9.6.7-4: Visualização da informação cadastrada já armazenada no programa Arcgis 439
Figura 4.9.6.7-5: Visualização do mesmo dado cadastrado, mas sobre a imagem atual do Google Earth 439
Figura 4.9.6.7-6: Banco de dados gerados no Acces e transferidos para a planilha Excel 440
Figura 5.1-1: Primeira visita de campo da equipe da Makoto Ambiental 444
Figura 5.3-1: Percepção das Ongs entrevistadas sobre os impactos ambientais 448
Figura 5.3-2: Sabe da existência de alguma Reserva Ambiental na região? 448
Figura 6-1: Lançamento de esgoto no mangue morto do Bairro Kubitschek 450
Figura 6-2: Desmatamento no Bairro Concha D'Ostra 451
Figura 6-3: Desmatamento no Bairro Praia do Riacho 451
Figura 8-1: Foto aérea de março de 1970 destacando a inexistência de mangue 458
Figura 9-1: Mapa dos limites Alternativos da Localização da RDS - Proposta 1 462
Figura 9-2: Mapa dos limites Alternativos da Localização da RDS - Proposta 2 463
Figura 9-3: Mapa dos limites Alternativos da Localização da RDS - Proposta 3 464
Figura 9-4: Mapa dos limites Alternativos da RDS Propostas 1 + 2 + 3 Sobrepostas 467
Figura 10-1: Mapa de Macrozoneamento do Município de Guarapari 470
Figura 10-2: Parte do Macro Zoneamento onde se observa na parte inferior a esquerda identificação da RDS 471

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.4.1-1: Estoque de imigrantes externos, por local de nascimento ..... .010
Tabela 3.4.1-2: Estoque de imigrantes externos, por origem 010
Tabela 3.4.1-3: Taxa de crescimento anual da população residente 010
Tabela 3.4.2-1: Emprego formal, segundo estrutura etária 2004 011
Tabela 3.4.2-2: Distribuição da população com idade ativa 011
Tabela 3.4.3-1: População residente, por situação do domicílio e gênero, 2010 011
Tabela 3.5-1: Número de alunos matriculados por nível de ensino 012
Tabela 3.5-2: Número de estabelecimentos – Educação Infantil 012
Tabela 3.5-3: Número de estabelecimentos – Ensino Fundamental 013
Tabela 3.5-4: Número de estabelecimentos – Ensino Médio 013
Tabela 3.6-1: Unidades ambulatoriais cadastradas 014
Tabela 3.6-2: Leitos disponíveis no Município de Guarapari 015
Tabela 3.6-3: Número de Profissionais por especialidade 015
Tabela 4.4-1: Quadro com características resumidas de cada região com as respectivas áreas mapeadas 035
Tabela 4.6-1: Levantamento florístico a partir das espécies observadas e amostradas 042
Tabela 4.6-2: Espécies amostradas no levantamento fitossociológico no manguezal do Canal de Guarapari 043
Tabela 4.7-1: Valores absolutos e relativos do número de espécies de teleósteos capturados 047
Tabela 4.7-2: Relação das espécies de anfíbios anuros observados na área de influência 050
Tabela 4.7-3: Abundância numérica absoluta e relativa das espécies de répteis 051
Tabela 4.7-4: Espécies de mamíferos de ocorrência confirmada para a região de estudo 055
Tabela 4.9.4-1: Quadro com a distribuição da representação dos diferentes segmentos entrevistados 105
Tabela 4.9.4.4-1: Distribuição dos resultados da aplicação dos questionários 128
Tabela 4.9.5.1-1: Uso do solo da RDS e no seu entorno (100m) 378
Tabela 4.9.6.5-1: Situação Fundiária da RDS Concha D'Ostra 434
Tabela 5.1-1: Cronograma de locais visitados 445
Tabela 5.3-1: Número de questionários aplicados por unidades habitacionais em cada bairro 447
Tabela 6-1: Avaliação dos moradores quanto aos principais problemas 449

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desse estudo é identificar as famílias e/ou comunidades que, de acordo com a Lei de criação da RDS Concha D'Ostra, e com critérios sociais e antropológicos, podem ser localmente definidas como "População Tradicional" para fins de regulamentação e zoneamento do uso e ocupação do solo desta reserva e/ou para alteração dos limites da mesma.

Unidades de Conservação são áreas protegidas *stricto sensu*. Áreas legalmente definidas para a conservação da natureza. Representam um dos principais instrumentos para esse fim, entre os mais usados e os de maior sucesso, para garantir equilíbrio ambiental, proteção da diversidade biológica, reservas de recursos naturais e qualidade ambiental. Ao definirem potenciais, restrições de usos e ocupação, as UC'S colaboram indiretamente com definições fundiárias ou de dominialidade, além de representarem unidades ativas, operacionais e promotoras da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável nas regiões onde se encontram.

A diversidade de situações presentes na realidade brasileira exige diferentes categorias de áreas protegidas. Essas categorias são divididas em dois grandes grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

As UC'S de uso sustentável têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, sendo assim permite a presença de moradores. Apesar de criticadas pelo prejuízo que podem impingir às comunidades locais, a experiência brasileira com áreas protegidas desse grupo prova com freqüência que a criação das áreas oferece melhores condições de vida para a população. Representam a possibilidade de apoiar modos de vida tradicionais e de estabelecer uma espécie de "reserva de mercado" para as atividades de Uso Sustentável dos Recursos Naturais.

A RDS Concha D'Ostra tem como objetivos básicos a conservação da natureza, a utilização sustentável de seus recursos ambientais e o asseguramento das condições e meios necessários à reprodução e melhoria dos modos de produção, de qualidade de vida e exploração dos recursos naturais pelas populações. Entende-se por regime de uso sustentável a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (Lei Nº 8464/07).

2. HISTÓRICO

O diagnóstico da RDS Concha D'Ostra teve início a partir da assinatura do contrato em meados de janeiro de 2011, sendo iniciados os trabalhos de campo a partir do mês de abril e finalizado em setembro.

O contrato que deu origem legal ao diagnóstico foi assinado e posteriormente publicado no dia 18 de janeiro, sendo a primeira versão do Plano de Trabalho protocolado em 07 de fevereiro. A partir desta primeira versão, duas reuniões foram realizadas entre os técnicos da Makoto Ambiental e do IEMA, no sentido da elaboração conjunta da versão final do plano de trabalho, sendo a última aprovada e protocolada no IEMA no dia 01/03/2011, já com a metodologia definida a ser empregada no diagnóstico, com o respectivo cronograma de execução das atividades.

O início do trabalho ocorreu, entretanto paralelamente, através de reuniões realizadas no âmbito da equipe técnica da Makoto, a partir do mês de janeiro e em nível de campo a partir do dia 11/02, com a presença do Coordenador Técnico da equipe o Geógrafo MS Eng. Ambiental Diogo Medice Poloni e do Geógrafo Luciano Cajaíba Rocha, junto às diferentes secretarias da Prefeitura Municipal de Guarapari, objetivando fazer os primeiros contatos e iniciar o levantamento das informações existentes sobre a RDS e de projetos existentes no município voltados para a região, objeto do trabalho.

Durante o mês de março além da mobilização da infraestrutura necessária a realização das atividades, foram enviados a 04 servidores da Gerência de Recursos Naturais do IEMA, o questionário 02, que objetivou a identificação das ações já realizadas em relação à UC, a percepção destes em relação aos principais problemas existentes e as suas respectivas expectativas em face da possível implementação da RDS.

Em virtude, das dificuldades decorrentes com as chuvas ocorridas durante o mês de março, a equipe começou o reconhecimento da área de trabalho no dia 01/04, em duas etapas: a primeira, na parte da manhã, realizada em um barco, com a presença do Gerente Georges, que orientou o percurso na UC, teve como objetivo ter uma visão geral do estágio de conservação do manguezal, a observação dos usos dos recursos naturais e das atividades realizadas na região do canal e seu entorno, bem como as ocupações de suas margens (Figuras 2-1 e 2-2).

Figura 2-1: Equipe da Makoto junto com o gerente da RDS, Sr. Georges, na saída da visita técnica. Foto: E. Valpassos.

Figura 2-2: Observação de ocupações irregulares na margem de um dos canais que compõe a RDS. Foto: E. Valpassos.

Esta parte da visita permitiu ainda, o primeiro contato com lideres e moradores da comunidade de Concha D'Ostra, percebendo-se inicialmente, dois problemas recorrentes, também identificados em outros locais, que foram: o subdimensionamento do quantitativo das unidades habitações existentes dentro da RDS e no seu entorno e os impactos decorrentes destas ocupações sobre a UC (Figuras 2-3 e 2-4).

Figura 2-3: O gerente da RDS Sr. Georges na comunidade de concha D'Ostra, explicando a presença da Equipe da Makoto Ambiental. Foto: E. Valpassos.

Figura 2-4: Equipe da Makoto junto com o gerente da RDS, Sr. Georges, observando área recém-desmatada na RDS. Foto: E. Valpassos.

A segunda etapa da visita técnica ocorreu na parte da tarde, nas comunidades-situadas ao sul da UC, com destaque para a de Praia do Riacho onde foi observado um local com características de um sitio arqueológico e da comunidade Espírito Santo, também conhecida como "Bico do Urubu", destacando-se nesta última, um quadro socioambiental muito grave, decorrente de uma ocupação desordenada, que causa sérios impactos sobre o manguezal da RDS (Figuras 2-5 e 2-6).

Figura 2-5: Visita ao extremo sul da UC, destacando em primeiro plano o solo formado por conchas na mão do Sociólogo Vitor. Foto: E. Valpassos.

Figura 2-6: Destaque para a queima de lixo no Bairro Espírito Santo (Bico do Urubu) e o aterro sobre mangue na RDS. Foto: E. Valpassos

Em 13 de abril foi realizada uma reunião com o Conselho Deliberativo da RDS, no Radium Hotel em Guarapari, objetivando apresentar a equipe da Makoto Ambiental, estabelecer o primeiro contato entre os participantes e as lideranças locais e apresentar a metodologia usada para se fazer o diagnóstico socioambiental da RDS. Outras duas reuniões foram realizadas com a participação de representantes da equipe técnica da Makoto Ambiental, junto às lideranças comunitárias, nos dias 20 e 25/04 sendo a primeira na Comunidade de Concha D'Ostra e a outra na Praia do Riacho.

Ainda no mês de abril, foi realizada no dia 26, uma reunião no setor de Geoprocessamento do IEMA, na presença dos técnicos: Georges, Gerente da RDS, André Tebaldi, Coordenador de Áreas Protegidas e do Coordenador do Setor de Geomática Lobão além dos técnicos da Makoto Ambiental, o Biólogo Edson Valpassos, o Geógrafo Cajaíba e o coordenador técnico do diagnóstico o Geógrafo Diogo. O objetivo principal da reunião foi entrega das bases de dados e *shapesfiles* existentes da RDS, para a empresa contratada, entretanto, aproveitou-se para se definir os limites da área de abrangência do levantamento das informações sobre a UC, que por sua vez se desdobrou na análise dos limites atuais da unidade e da verificação das informações pretéritas geradas pela Comissão de Reavaliação da Categoria da UC Concha D'Ostra criada pela IS nº 140, de 28 de junho de 2004. Nesta reunião, chegou-se a conclusão que os limites atuais definidos pelas coordenadas presentes na lei de criação da UC, eram a princípio, diferentes do que fora inicialmente idealizado, com base nos critérios definidos pela comissão, na reunião realizada em 20 de agosto de 2004. A fim de se buscar informações que venham a ajudar na reanálise dos atuais limites, o gerente da RDS Sr. Georges, ficou encarregado de localizar o processo original da criação da UC, para se buscar possíveis elementos para respaldar a hipótese levantada sobre a explicação dos atuais limites da RDS.

Finalmente no dia 30 de maio, foi realizada uma reunião na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Guarapari, com a presença do Secretario Baldoto, do Subsecretário Adriano Pavesi, do Gerente da RDS Sr. Georges e o representante da empresa Makoto Ambiental, o Biólogo Edson Valpassos. O objetivo principal foi a apresentação feita pelos representantes da PMG da possibilidade de se construir um parque linear com uma passarela, como forma de se conter o avanço de ocupações sobre os limites da RDS. Após a apresentação da proposta o representante da empresa contratada, reiterou a necessidade de se aguardar o resultado do estudo, para depois se projetar a solução apresentada, uma vez que as informações até então levantadas pela equipe, indicavam que existiam situações diferenciadas dentro da UC e em seus limites, não podendo *a priori*, se adotar uma só solução para todos os casos. Assim entendido, acordou-se que seria melhor esperar os resultados do diagnóstico, sendo sugerido pelo biólogo, que enquanto isso fosse feito um orçamento para se tentar dimensionar o custo de um segmento da obra proposta, para após a conclusão do estudo se estimar o valor total do projeto, para áreas passiveis daquele tipo de intervenção. Na oportunidade o biólogo, fez um relato sobre o andamento dos trabalhos apresentando um quadro com o resumo de cada uma das atividades principais realizadas, para após justificar a necessidade de prorrogação do prazo para conclusão do diagnóstico da RDS. As justificativas foram aceitas, e todos compreenderam a necessidade da dilatação dos prazos, para que o estudo seja concluído de forma adequada, com objetivo de não comprometer a qualidade dos resultados esperados.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI

3.1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS

A cidade assim como toda a região central do Espírito Santo, possui vários afloramentos graníticos e possui muitas enseadas e baías protegidas. A sede da cidade é ao nível do mar, mas à proximidade com a região serrana do estado, alguns distritos da cidade chegam a 1000 metros de altitude.

3.2. LIMITES E FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Inicialmente foi elevada à categoria de freguesia (ou paróquia) com a denominação de Aldeia dos Índios, pelo Alvará de 11 de janeiro de 1655, passando à categoria de vila com a denominação de Vila de Guarapari, pela Provisão de 01/01/1679 e instalada em 01/03/1679. Posteriormente, em 19/09/1891, foi transformada pela lei nº 28 em cidade com a denominação de Guarapari.

Sua delimitação inicial decorreu da lei estadual nº 26, de 24/12/1878, e pela lei estadual nº 578, de 05/12/1908, é criado o distrito de Todos os Santos e anexado ao município de Guarapari. Posteriormente à divisão em 1911 o município ficou constituído de 02 distritos: Guarapari e Todos os Santos e em 26/11/1914, foi criado pela lei estadual nº 973 o distrito de Sagrada Família e anexado ao município.

Já no ano de 1933, a divisão administrativa do município é constituída de três distritos: Guarapari, Sagrada Família e Todos os Santos, sendo alterada pelo decreto-lei estadual n° 15177, de 31/12/1943, sendo desmembrado o distrito de Sagrada Família, do município de Guarapari, passando a pertencer ao município de Alfredo Chaves.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944/1948, o município é constituído de dois distritos: Guarapari e Todos os Santos, mas, pela lei estadual nº 776, de 29/12/1953, o distrito de Rio Calçado é criado e anexado ao município de Guarapari fixando em três os distritos que compõe o município. De acordo com a divisão territorial datada de 01/07/1960, o município é constituído pelos distritos de Guarapari, Rio Calçado e Todos os Santos[1], assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

Em 29 de fevereiro de 1948, Guarapari teve sua Câmara instaurada.

3.3. HISTÓRICO

Guarapari é um dos municípios mais antigos do Estado do Espírito Santo. As terras de Guarapari foram habitadas desde vários séculos por índios da tribo Termininós. Foi somente no século XVI quando os portugueses atraídos pelo

[1] Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Infográficos Cidades@Guarapari – ES.

seu encanto conquistaram a região. A população de Guarapari surgiu a partir de duas aldeias fundadas pelos jesuítas em meados deste século.

O povoamento de Guarapari começou em 1569, com as visitas do padre José de Anchieta ao Espírito Santo, vindo do sul do Brasil, com a missão de fundar o quarto e último aldeamento[2] em terras capixabas. O Apóstolo José de Anchieta depois de ter evangelizado em outros cantos deste País, veio para a Capitania do Espírito Santo ao lugar chamado Reritiba. A história conta que um missionário de Tenerife, a maior das Ilhas Canárias, província da Espanha, de nobres famílias da Península, Llarena, Loyola, Núñes e Anchieta e, ainda, um soldado do grande santo Inácio de Loyola, arribou a estas terras brasileiras a 13 de julho de 1553.

Por volta de 1580, Padre José de Anchieta e seus missionários passavam pelo estado do Espírito Santo para visitar os jesuítas, que formaram aldeias no local com a finalidade de catequizar os índios.

Após cinco anos, Anchieta inaugura uma capela no alto da colina. O lugar servia de residência para os padres em missão e local de catequese dos índios. A capela foi devotada a Santa Ana, recebendo o nome de Aldeia do Rio Verde ou Aldeia de Santa Maria de Guarapari, que recebeu também os nomes: Vila dos Jesuítas, Goaraparim e finalmente Guarapari.

Os índios passaram a residir junto à igreja e o aldeamento foi crescendo com a presença também de portugueses. Índios Guarás também habitavam a região e influenciaram no nome conferido à cidade.

A origem do nome do município Guarapari, pode ser explicada de diferentes formas: Vocábulo de origem indígena derivado de: GUARÁ - garça, ave (Íbis-rubra, nasce branca, fica acinzentada, torna a embranquecer e, por fim sua coloração é vermelho carmesim) e PARIM ou PARI - laço ou armadilha de pegar peixe. Entretanto, etimologicamente temos: Guaraporé ou Guaraparim: Árvore silvestre da madeira arroxeada da família das Cumoniáceas e Mangue vermelho - manguezal predominante na região. Temos ainda Guara "Parim" (garça manca, em linguagem indígena), mas na forma como é escrito hoje Guarapari significa Guará (pássaro) e Pari (armadilha), desta forma armadilha de pássaro[3].

O Padre José de Anchieta recolheu-se a Reritiba, aonde veio a falecer a 09 de junho de 1597.

Quase cem anos depois, em 1677, o donatário da capitania, Francisco Gil de Araújo, construiu uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição (atual padroeira) e em 1679 criou a vila (hoje a ruína da igreja é patrimônio histórico).

---

[2] Ato ou efeito de aldear. Povoação de índios dirigida por missionários ou por autoridade leiga. Fonte: Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa.

[3] http://pt.wikipedia.org/wiki/Guarapari

Em primeiro de janeiro de 1679, o Donatário Francisco Gil de Araújo eleva a Aldeia de Guaraparim à categoria de "Vila" e sua instalação foi iniciada em primeiro de março daquele ano.

A comarca de Guarapari foi criada pela Lei Provincial de 1835, compreendendo a mesma o Rio Itapemirim, Beneventes e Guarapary.

Em 24 de dezembro de 1878 Guarapari passou de vila a município, mas durante alguns anos ainda pertenceu à cidade de Anchieta.

A Lei Estadual de 19 de setembro de 1891, sancionada pelo Juiz de Direito e Presidente da Província, Coronel Manoel da Silva Mafra, deu a Guarapari foros de cidade, tornando-se hoje, a antiga vila fundada pelo Padre José de Anchieta em 1585, o principal pólo turístico do Espírito Santo.

No final do século XIX colonos europeus (italianos, em sua maioria, que aportaram no Rio Benevente) se instalaram no interior do município, fundando as localidades de Todos os Santos e Rio Calçado. A principal atividade econômica dessas famílias era o café além do plantio que faziam para a própria subsistência.

O crescimento de Guarapari, no decorrer de sua história, foi muito lento. Até 1952, Guarapari era lugar de difícil acesso, pois a travessia do canal ainda era feita através de balsa. Naquele ano foi construída a primeira ponte de madeira ligando o município aos acessos disponíveis na época.

Mas foi na década de 1960 que o município se destacou turisticamente. Divulgada pelo Dr. Silva Mello, a cidade das areias monazíticas, medicinais que passou a ser referência mundial para o turismo saúde. Daí o título de “Cidade Saúde”. Guarapari é hoje o principal pólo turístico do Espírito Santo (Figura 3.3-1).

Figura 3.3-1: Vista parcial da cidade de Guarapari.

Em meados do século XX, com a chegada do turismo, Guarapari converte-se então em um dos destinos turísticos mais importantes do Estado do Espírito Santo. Os turistas são atraídos pelas propriedades curativas de suas areias e pela grande quantidade de praias, para todos os gostos, que banham seu extenso litoral. Sem esquecer-se do maravilhoso ambiente natural onde se encontra localizado, freqüentado pelos amantes dos esportes em contato com a natureza.

Por este motivo houve uma onda turística crescente em torno da cidade. Segundo dados não oficiais no ano de 1994 a cidade chegou a receber 1,5 milhão de pessoas no período de verão, o que causou alguns problemas no abastecimento de água e energia, problema este, que vem ocorrendo também em outros verões.

3.4. DESCRIÇÃO DEMOGRÁFICA

O município de Guarapari limita-se ao norte com Viana e Vila Velha, ao sul com Anchieta, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Alfredo Chaves e Marechal Floriano.

Guarapari integra a Região Metropolitana da Grande Vitória, juntamente com os municípios de Vitória, Serra, Vila Velha, Viana, Cariacica e Fundão.

O município de Guarapari, com área de 599 km², localiza-se a uma latitude sul de 20º40’15” e uma longitude oeste de Greenwich de 40º29’56”. Limita-se ao norte com os municípios de Marechal Floriano, Viana e Vila Velha; ao sul com Anchieta e o oceano Atlântico, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Alfredo Chaves e Anchieta. Dista de Vitória cerca de 51 km e faz parte da região metropolitana e é inserido no território sul litorâneo. Além da sede é compreendido pelos distritos de Rio Calçado e Todos os Santos. As bacias que compõem a paisagem hidrográfica do município são as dos rios Benevente, Jucu e Guarapari.

As atividades econômicas desenvolvidas na bacia hidrográfica do rio Guarapari constituem-se pelo turismo, indústrias, pesca e agropecuária. Integram a bacia hidrográfica do rio Guarapari, os municípios de Guarapari, Viana e Vila Velha.

3.4.1. Migração e Ocupação

A Tabela 3.4.1-1 apresenta um total de 28.665 pessoas que compõe o total de imigrantes de Guarapari, sendo maior parte são provenientes da Bahia.

Tabela 3.4.1-1: Estoque de imigrantes externos, por local de nascimento.

MUNICÍPIO	TOTAL	MG	BA	RJ	SP	DEMAIS ESTADOS	PAÍSES ESTRANGEIROS
GUARAPARI	28.665	9.095	10.365	4.556	1.322	3.013	304
%	100	31,72	36,15	15,89	4,6	10,51	1.06

Fonte: IBGE, 2000. – Banco de Dados IPES, Microdados Censo, 2000.

No que diz respeito à origem dos imigrantes, a Tabela 3.4.1-2, permite constatar que o fluxo imigratório ainda é positivo para o município, pois tiveram aumento da quantidade de imigrantes entre 1991 e 2000. No ano de 2000, estes números subiram para 17.977, 28.655 e 46.632 respectivamente.

Tabela 3.4.1-2: Estoque de imigrantes externos, por origem.

MUNICÍPIO	TOTAL		MUNICÍPIOS DO ES		OUTROS ESTADOS E PAÍSES ESTRANGEIROS	
	1991	***2000***	***1991***	***2000***	***1991***	***2000***
GUARAPARI	13.939	17.977	13.436	28.655	27.375	46.632

Fonte: IBGE, 2000. – Banco de Dados IPES, Microdados Censo, 1991/2000[4].

A Tabela 3.4.1-3 permite constatar que o Estado do Espírito Santo apresenta uma queda na taxa de crescimento de sua população entre os períodos de 2000/2001 e 2010/2011, passando de 1,87 para 0,91. Na Tabela 3.4.1-3, observa-se que o crescimento geométrico da população de Guarapari apresentou uma taxa de 3,47 entre os anos de 2000 e 2001 e uma taxa de 1,23 entre 2010 e 2011. Nota-se que nestes períodos a taxa de crescimento é superior à média estadual.

Tabela 3.4.1-3: Taxa de crescimento anual da população residente.

	2000/2001	2010/2011
Guarapari	*3,47*	*1,23*
Espírito Santo	*1,87*	*0,91*

Fonte: IBGE, Resultados do Censo 2010.

3.4.2. Renda Familiar

Os indicadores do mercado de trabalho formal *apud* IPES, 2004, segundo a estrutura etária, indicam na Tabela 3.4.2-1, que Guarapari possui 87,1% de sua população em idade ativa para o trabalho. Segundo o Instituto Jones Santos Neves (IJSN) 2010, a soma dos empregos formais indica que Guarapari no período de 2000 a 2010 sua população em idade ativa para o trabalho, respectivamente, possui 5.597 e 9.279 que aumentou consideravelmente.

[4] Os microdados do último censo de 2010, não estavam disponibilizados quando da elaboração do documento.

Tabela 3.4.2-1: Emprego formal, segundo estrutura etária 2004.

INDICADORES	GUARAPARI	
	Número de vínculos empregatícios	***(%)***
Até 17 anos	226	1,6
18 a 24 anos	2.840	20,1
25 a 39 anos	6.676	47,2
40 a 49 anos	2.801	19,8
54 a 64 anos	1.499	10,6
65 ou mais	99	0,7
Total	***14.141***	***100,0***

Fonte de dados: IPES *apud* Mte/RAIS, 2004.

A Tabela 3.4.2-2 mostra a distribuição da população com idade ativa, economicamente ativa e com ocupação, e indica que no município de Guarapari, dentre a população com idade ativa, 60,4% compõe a população economicamente ativa, que no ano de 2000, constituía 17,3% de ocupação e 22,3% de taxa de desocupação.

Tabela 3.4.2-2: Distribuição da população com idade ativa, ativa economicamente e com ocupação – 2000.

INDICADORES	GUARAPARI
População total	88.400
População em idade ativa (10 anos ou mais)	71.725
Aposentados	6.784
População Economicamente Ativa (PEA)	43.299
População ocupada	35.791
População desocupada	7.508
Taxa de atividade	60,4
Taxa de desocupação	17,3

Fonte: IBGE – 2000 - Microdados do Censo 2000.

O município de Guarapari é dotado de estrutura urbana e de equipamentos de uso coletivo, contendo estruturas viárias de transporte, energia elétrica, comunicações, posto de saúde, rede estadual e municipal de ensino, entre outros estabelecimentos que compõem os equipamentos coletivos da área urbana.

3.4.3. Faixa Etária

O município de Guarapari possui 51.494 homens e 53.792 mulheres, somando uma população de 105.286. A estimativa das populações por situação de domicílio é de 100.528 no meio urbano e 4.758 no meio rural. A Tabela 3.4.3-1 apresenta a população por situação do domicílio e gênero.

Tabela 3.4.3-1: População residente, por situação do domicílio e gênero, 2010.

MUNICÍPIO	TOTAL	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		GÊNERO	
		Urbana	***Rural***	***Homens***	***Mulheres***
Guarapari	*105.286*	*100.528*	*4.758*	*51.494*	*53.792*
Espírito Santo	***3.514.952***	***2.931.472***	***583.480***	***1.731.218***	***1.783.734***

Fonte: IBGE, Resultados do Censo 2010.

3.5. EDUCAÇÃO

O Sistema de Ensino de Guarapari configura-se como um dos mais importantes do Litoral Sul, o que pode ser atribuído ao fato de ser o município com maior número de habitantes da região e pela sua proximidade com a Grande Vitória.

A Tabela 3.5-1 a seguir apresenta o número de matrículas oferecidas pelo Sistema Educacional no município.

Tabela 3.5-1: Número de alunos matriculados por nível de ensino no município de Guarapari – 2002.

NUMERO DE ALUNOS MATRICULADOS								
Locali-zação	FEDERAL				ESTADUAL			
	Total	*Ed. Inf.*	*Ens. Fund.*	*Ens. Méd.*	*Total*	*Ed. Inf.*	*Ens. Fund.*	*Ens. Med.*
Total	-	-	-	-	9.194	-	5.463	3.731
Rural					1.035	-	858	177
Urbana					8.159	-	4.605	3.554

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS								
Locali-zação	MUNICIPAL				PRIVADA			
	Total	*Ed. Inf.*	*Ens. Fund.*	*Ens. Med.*	*Total*	*Ed. Inf.*	*Ens. Fund.*	*Ens. Med.*
Total	14.488	3.980	10.508	-	3.567	787	2.014	766
Rural	1.371	356	1.015	-	-	-	-	-
Urbana	13.117	3.624	9.493	-	3.567	787	2.014	766

TOTAL GERAL	
Total	27.249
Rural	2.406
Urbana	24.843

Fonte: SEDU, Sinopse 2007

Observa-se que o maior volume de matrículas encontra-se nas turmas de Ensino Fundamental - municipais, estaduais e privadas, respectivamente.

Do total de matrículas, as registradas no setor privado apresentam-se relativamente baixas – apenas 13%.

Quanto à Educação Infantil a principal rede é a municipal com 39 unidades escolares, sendo que, delas, 16 unidades estão na zona rural (Tabela 3.5-2). Já o setor privado dispõe de apenas 11 (onze) escolas representando 22% das unidades escolares de Educação Infantil.

Tabela 3.5-2: Número de estabelecimentos – Educação Infantil – município de Guarapari.

Número de Estabelecimentos que Ministram Educação Infantil														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Tot.	*Rur.*	*Urb.*	*Tot.*	*Rur.*	*Urb.*	*Tot.*	*Rur.*	*Urb.*	*Tot.*	*Rur.*	*Urb.*	*Tot.*	*Rur.*	*Urb.*
50	16	34	-	-	-	-	-	-	39	16	23	11	-	10

Fonte: Sedu, Sinopse 2007

O Ensino Fundamental em Guarapari apresenta, assim como na Educação Infantil, um maior número de escolas sob administração municipal conforme Tabela 3.5-3.

Tabela 3.5-3: Número de estabelecimentos – Ensino Fundamental – município de Guarapari.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Fundamental														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Tot.	*Rur.*	*Urb.*	*Tot.*	*Rur.*	*Urb.*	*Tot.*	*Rur.*	*Urb.*	*Tot.*	*Rur.*	*Urb.*	*Tot.*	*Rur.*	*Urb.*
76	45	31	-	-	-	26	16	10	43	29	14	7	-	7

Fonte: Sedu, Sinopse 2007.

Em análise do número de estabelecimentos de Ensino Médio neste município (Tabela 3.5-4), nota-se que este segmento conta com um pequeno número de estabelecimentos, apenas 10 (05 estabelecimentos estaduais e 05 privados).

De acordo com o documento Atlas do Desenvolvimento Humano, em 2000, 77,9% dos jovens na faixa dos 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola.

Tabela 3.5-4: Número de Estabelecimentos – Ensino Médio – município de Guarapari.

Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Médio														
Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
Tot.	*Rur.*	*Urb.*	*Tot.*	*Rur.*	*Urb.*	*Tot.*	*Rur.*	*Urb.*	*Tot.*	*Rur.*	*Urb.*	*Tot.*	*Rur.*	*Urb.*
10	1	9	-	-	-	5	1	4	-	-	-	5	-	5

Fonte: Sedu, Sinopse 2007

Isto pode estar relacionado pela hipótese do município estar situado nas proximidades da Grande Vitória, e oferece um melhor Sistema Educacional para qualificação de jovens com maiores recursos nesta faixa etária como também à necessidade da população jovem local ingressar no mercado de trabalho após o término do Ensino Fundamental, pela falta de condições de prosseguirem os estudos.

Informações locais, junto à Secretaria de Educação, indicam que a rede de ensino do município atende a demanda local.

No Ensino Superior ou 3º grau é importante ressaltar a importância da Faculdade de Turismo neste município, fundada em 1990, que nos últimos anos vem formando profissionais nesta área suprindo uma carência existente dentro da atividade do turismo que tem uma representação importante na economia municipal, não apenas de Guarapari, mas de todo o litoral sul do ES.

No município são desenvolvidos os seguintes programas e projetos aplicados pela Secretária de Educação Municipal:

- Parâmetros Curriculares Nacional PCN's
- Programação de Formação de Professores Alfabetizadores
- A Gazeta na Sala de Aula
- Programa Nacional do Livro Didático
- Programa Nacional da Biblioteca na Escola
- Programa Nacional do Dicionário na Escola
- Projeto Todos Podem Ler PTPL
- Projeto de Capacitação de Professores, serventes e Merendeiras
- Projeto de Desporto
- Projeto Arte e Cultura na Educação

- Projeto de Horta Escolar
- Projeto Capoeira nas Escolas

3.6. SAÚDE

As condições do setor saúde, no município de Guarapari, foram analisadas através dos seguintes indicadores: número de unidades de saúde, número de leitos e número de profissionais atuantes na área.

Unidades de Saúde: Em Guarapari foram relacionadas às seguintes Unidades de Saúde vinculadas à PMG, conforme apresentado na Tabela 3.6-1.

Tabela 3.6-1: Unidades Ambulatoriais Cadastradas – Guarapari.

Unidades de Saúde	Guarapari
Centro de Saúde / Unidade Básica	6
Clinica Especializada / Ambulatório de especialidade	19
Consultório Isolado	39
Hospital Geral	2
Policlínica	7
Posto de Saúde	13
Pronto Socorro Geral	1
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia (SADT ISOLADO)	1
Unidade de Vigilância Sanitária / Epidemiologia – Isolado	2
Unidade Móvel Terrestre	1
Total	***91***

Fonte: Ministério da Saúde / DATASUS – CNES, 2003

No município de Guarapari, observa-se um número significativo de unidades de saúde, no total das unidades, o número de consultórios isolados, 39. Ressalta-se ainda que a presença do setor privado na área de saúde é bastante forte em Guarapari.

Quanto aos Postos de Saúde, para atendimento básico da população de bairros, o município de Guarapari apresenta um total de 13 postos. A Secretaria de Saúde Municipal conta com equipes formadas para o programa de Saúde da Família, que exerce o atendimento domiciliar.

A rede de saúde do município de Guarapari encontra-se bem aparelhada para atendimentos de emergência, tendo instalado Pronto Socorro Geral e dispõe de Unidade Móvel Terrestre.

O município dispõe ainda de Unidades de Vigilância Sanitária Epidemiológica.

Leitos Cadastrados: A Tabela 3.6-2 apresenta a quantidade de leitos disponíveis no município de Guarapari.

Tabela 3.6-2: Leitos disponíveis no município de Guarapari.

Tipos de Leitos		Guarapari
Cirúrgico	Existente	24
	SUS	23
Clínico	Existente	68
	SUS	66
Complementar	Existente	-
	SUS	-
Total Geral	Existente	92
	SUS	89

Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS – Cnes, 2007.

Dos 92 leitos existentes no hospital do município de Guarapari a sua quase totalidade, 89, pode ser utilizada para internações pelo Sistema Único de Saúde, SUS.

De acordo com o parâmetro utilizado no Estado, que define a necessidade de 2.32 leitos por 1000 habitantes, Guarapari apresenta-se bem abaixo das necessidades locais, com 1.04 leitos por mil habitantes. Neste caso tomou-se como base de cálculo a população registrada através de microdados gerados pelo IBGE em 2005.

Profissionais de Saúde: A Tabela 3.6-3 a seguir apresenta o número de profissionais da área de saúde no município de Guarapari.

Tabela 3.6-3: Número de profissionais por especialidade – Guarapari.

Profissionais	Guarapari
Agente Comunitário	35
Agente de Saneamento	
Agente de Vigilância Sanitária	2
Assistente Social	2
Atendente de Enfermagem	
Auxiliar de Enfermagem	42
Auxiliar de enfermagem do PSF	6
Cirurgião Dentista	19
Enfermeiro	7
Enfermeiro PACS	
Enfermeiro PSF	11
Médico de Saúde da Família	8
Medico Diversas Especialidades	88

Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS – Cnes, 2007.

Programas e projetos: O município de Guarapari está habilitado à Gestão Plena de Atenção Básica. Neles são aplicados os seguintes programas:

- Programa de Controle de Vetores
- Programa de Controle de Pragas Urbanas
- Programa de Controle de Dengue
- Programa DST/AIDS
- Programa de Esquistossomose
- Programa de Hanseníase
- Programa Hipertensão e Diabetes
- Programa de Leishimaniose

- Programa de Monitoramento de Doenças Diarréicas
- Programa de Agente Comunitário de Saúde - PACS
- Programas Especiais de Saúde do Escolar
- Programa de Profilaxia de Raiva Animal
- Programa de Profilaxia de Raiva Humana
- Programa de Saúde Mental
- Bolsa Alimentação
- Programa de Tuberculose
- Programa Viva Mulher
- Programa Vigiágua
- Vigilância Sanitária

3.7. TURISMO

Principal cidade turística do Espírito Santo, Guarapari atrai diversos turistas do mundo inteiro graças às suas belezas naturais e às areias monazíticas (radioativas), com virtudes alegadamente terapêuticas, apesar dos benefícios no tratamento de artrite ou reumatismo não terem comprovação científica.

Com mais de 30 praias e boa rede hoteleira, chega a atrair 700 mil turistas no verão, sendo que em 1994, a cidade recebeu 1,5 milhões de turistas, enfrentando graves problemas no abastecimento de energia e água.

O município possui ótimos clubes aquáticos, além de aquários, exposições marinhas e belas praias e passeios de mergulho,

O litoral de Guarapari conta com grande variedade de pontos de mergulho para principiantes, experientes e muito experientes. As Ilhas Rasas, a Ilha Escalvada e as Três Ilhas são famosas entre mergulhadores de todo o país pela quantidade e variedade de vida. O costão rochoso forma um recife biológico que permite um mergulho tranqüilo entre 04 e 25 metros de profundidade. A visibilidade media anual da água nestes locais é de entre 08 e 15 metros. No entanto, de janeiro até abril, pode superar os 30 metros.

Os pontos mais procurados por mergulhadores experientes são os famosos naufrágios capixabas. O Bellucia, um navio inglês que afundou em 1903, está localizado à uma hora de navegação e seus destroços podem ser visitados entre 18 e 26 metros de profundidade.

O navio Victory 8B é um gigante de aço que foi afundado em forma controlada para criar o maior Recife Artificial da América Latina. Atravessar os cardumes e penetrar nas estruturas submersas como a ponte de comando, cabine do capitão, salas dos marinheiros ou casa de máquinas, é uma aventura inesquecível. O Victory está localizado a 45 minutos de navegação saindo do centro de Guarapari. Existem muitas outras opções. Todas elas merecem uma visita.

Dentre todos os atrativos turísticos de Guarapari, a culinária capixaba merece uma atenção especial. Dos vários pratos baseados em frutos do mar, destacam-se a Moqueca Capixaba, a Torta Capixaba, a Muma de Siri e a Caranguejada.

Famosa internacionalmente, a Moqueca Capixaba é o prato mais conhecido da culinária do Espírito Santo. O nome "moqueca" designa um estilo de preparar o alimento que consiste no cozimento sem água, apenas com os vegetais e frutos do mar. Ao contrário da moqueca baiana, a capixaba não leva azeite de dendê e nem leite de coco.

Logo em seguida vem a Torta Capixaba, preparada com vários frutos do mar, como siri desfiado, camarão, ostra e sururu, além de bacalhau e palmito. Prato tradicionalmente consumido durante a Semana Santa em todas as casas capixabas.

3.7.1. Principais Atrações Turísticas

Guarapari é um dos mais belos e procurados balneários do Brasil. Está situada no litoral sul do Espírito Santo, há 51 km da capital Vitória. O acesso é feito através da Rodovia do Sol (ES-060) ou pela BR-101 Sul.

A cidade foi desenhada com muito capricho pela natureza, que atribuiu a seus cenários praias lindas e diversificadas: algumas com águas calmas, excelentes para famílias com criança; outras de ondas mais fortes, onde são praticados inúmeros esportes náuticos e as mais badaladas, que se tornaram *points* no Verão, o ponto de encontro da moçada.

A 50 minutos de navegação do centro da cidade, existem ilhas com águas cristalinas, jardins de corais e a mais rica biodiversidade de peixes de recife de todo o Brasil - o que faz de Guarapari um dos melhores locais do país para mergulho e pesca oceânica.

A vida noturna é um atrativo muito cobiçado. Diversos barzinhos com música ao vivo, restaurantes com a famosa culinária capixaba, boates e cinema agitam as noites da cidade, atraindo visitantes de todo lugar.

Outro atrativo interessante é um passeio pela história do município, que foi fundado em 1585 pelo jesuíta José de Anchieta. Vários monumentos como a Velha Matriz, a Casa da Cultura e as Ruínas da Igreja, revelam os primórdios de Guarapari.

Apesar de ser uma cidade litorânea, Guarapari oferece também o turismo ecológico e o agroturismo, pois abrigam em seus limites, matas, cachoeiras e morros, ideais para um contato maior com a natureza.

Em Guarapari existem vários atrativos e pontos turísticos dentre os quais se destacam:

Igreja Nossa Senhora da Conceição: Ruínas A Igreja Nossa Senhora da Conceição foi construída no século XVII no alto da colina conhecida como Morro da Igreja Matriz. Nunca foi inaugurada por causa de um incêndio que a arrasou. Atualmente encontra-se em ruínas e foi declarada Patrimônio Histórico.

Antiga Igreja Matriz: Museu Sacro de Guarapari A antiga Igreja Matriz de Guarapari é atualmente sede do Museu Sacro da cidade. Localiza-se no Morro da Igreja e nas suas imediações encontram-se as ruínas da Igreja Nossa Senhora da Conceição.

Casa da Cultura: A Casa da Cultura de Guarapari está localizada na Praça Jerônimo Monteiro, centro da cidade, em um edifício do século XIX foi sede da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores e da Cadeia Pública, sofreu várias reformas ao longo de sua história. Atualmente é um espaço cultural onde se realiza exposições, ponto de informação turística da cidade e sede do Museu Histórico Municipal.

Casa do Artesão: A Casa do Artesão é um dos melhores lugares para poder adquirir alguma recordação do município, principalmente artesanato tradicional feito de barro, madeira e palha, entre outros materiais.

Poço dos Jesuítas: O Poço dos Jesuítas foi construído no ano de 1585 pelo Padre Anchieta. Está localizado no Morro Atalaia, a 1 km do centro da cidade.

Feira Hippie: A Feira Hippie de Guarapari é realizada na Praça Jerônimo Monteiro. É uma feira típica onde se pode comprar todo tipo de produtos.

Parque Municipal de Guarapari: Morro da Pescaria O Parque Municipal de Guarapari está localizado no Morro da Pescaria. É uma área de conservação com 110 hectares.

Lagoa de Caraís: Localizada no interior do Parque Estadual Paulo César Vinha, é um dos pontos mais visitados do parque.

Lagoa Vermelha: A Lagoa Vermelha, conhecida como Lagoa do Milho, está localizada também no Parque Estadual Paulo César Vinhas. Destaca-se a cor de suas águas avermelhadas cor de Coca-Cola.

Cachoeira de Iracema: A Cachoeira de Iracema se localiza a 10 km de Guarapari, na Fazenda Bourgninon.

Cascatinha: A Cascatinha é uma pequena cascata localizada no Morro do Cruzeiro.

Acquamania: Parque Aquático Acquamania é um parque aquático situado a 34 km de Guarapari na direção à Vitória, na Rodovia do Sol, com as típicas atrações destes parques como são os tobogãs, piscinas com ondas, biribol, kamikases etc., e uma ampla zona esportiva.

O Aquário Expomar: É um aquário com mais de 100 espécies de fauna marinha instalada na Ilha das Gaivotas, nos arredores da Praia do Morro.

- ***PRAIAS DE GUARAPARI***

Três Praias: Conjunto de pequenas praias separadas por rochedos, praticamente sem ondas, com areia fina e escura. A água é esverdeada e transparente, boa para mergulho e pesca submarina. Possui uma extensa área de lazer, sombreada por árvores e coqueiros. O acesso é feito de carro ou a pé, e não é preciso pagar. Há estacionamento, mas são proibidas as práticas de camping e uso de churrasqueiras.

Santa Mônica: Praia com areias amarronzadas e ondas fracas. Os condomínios que a rodeiam funcionam como clubes de férias.

Praia de Setiba Pina (ou Setibão) e Setiba: Localizadas 10 km ao norte do Município Saúde, destacam-se pelas águas azuladas e transparentes. A primeira é a preferida dos surfistas, tem faixa de areia inclinada e castanheiras. Liga-se por uma estrada de terra à praia de Setiba, que tem águas calmas e boas para a pesca. Uma ilhota de formação rochosa separa as duas principais praias de Setiba.

Praia das Virtudes: Ganhou este nome por ser a praia preferida das freiras. Localizada no centro de Guarapari, é cercada por edifícios de alto padrão. Tem água esverdeada e areia clara e fofa. Paredões de pedra contornam a praia dos dois lados.

Praia D'Ulé: Esta praia fica no extremo norte do município e está localizada dentro do Parque Estadual Paulo César Vinha. Tem ondas grandes e areia fofa. É geralmente freqüentada por turistas e por surfistas. O nome Ulé dado à praia foi em homenagem a um cientista estrangeiro pesquisador de restingas que por ali passou e identificou a formação dunar ali existente, há muitas décadas atrás. Contígua a ela encontra-se a Praia da Sereia onde há pouco tempo um morador que possui um bar em suas proximidades, que para dar maior conhecimento ao seu estabelecimento, passou a chamá-la de Praia da Sereia (seu bar: Sereia's bar). Como isso foi aceito, ele mandou construir um monumento em forma de sereia na beira da praia, para atrair mais turistas.

Praia do Riacho: Com ondas fortes, areia clara, grossa e solta, é pouco freqüentada e boa para a pesca. Seus 5,5 km de extensão foram urbanizados e iluminados recentemente.

Prainha ou Praia de Muquiçaba: Mini-enseada com mar tranqüilo e areia escura. Serve de ancoradouro natural para os barcos de pesca. Não é indicada ao banho.

Praia dos Padres: Faz parte do complexo da Enseada Azul, mas fica escondida atrás de um morro coberto por uma mata. O acesso é feito por uma trilha, a partir da praia da Bacutia. Com apenas 50 m de extensão, tem águas

verdes e ondas fortes. O dono do terreno em frente à praia cobra pelo estacionamento.

Praia do Morro: Com quase três quilômetros de extensão, esta é uma das maiores praias de Guarapari. De um lado as ondas são fortes, do outro as águas são calmas. A areia é clara, fina e solta. A vida noturna é movimentada durante todo o verão. O turista encontra bares com música ao vivo, restaurantes e quiosques.

Praia dos Namorados, das Castanheiras e do Meio**:** O conjunto formado por estas praias é um dos principais cartões postais de Guarapari. Com faixas rajadas de marrom e amarelo de areia monazítica, pedras enormes intercalam-se com arrecifes, formando piscinas naturais. Durante a maré baixa, as crianças podem observar os peixes que ficam nestas piscinas. A água é transparente e tranqüila. Na "Pedra da Paquera", na ponta da Praia do Meio, localiza-se o Clube Siribeira. Os turistas desfilam no largo calçadão sombreado pelas castanheiras.

Praia da Fonte: Com águas calmas, é ideal para crianças, entretanto, o acesso é difícil devido às construções particulares feitas ao redor da praia. Possui uma estrutura de cimento conhecido como trampolim, de onde se pode pular para a água. Apresenta uma grande biodiversidade marinha, com a visualização de um grande número de tartarugas. Durante a tarde é possível avistar tartarugas bem de perto.

Perocão: Este é um reduto de pescadores artesanais. Do pequeno porto pesqueiro partem barcos para passeios nas Três Ilhas. Escondida por um recanto de pedras fica a praia do Boião, com mar aberto ao fundo, que forma piscina naturais na maré baixa.

Enseada Azul: Formada pelas praias de Guaibura, Bacutia e Mucumã, interligadas por areias brancas e finas. A área próxima à praia foi loteada e ganhou um bairro com casas de veraneio, Nova Guarapari. O costão rochoso do lado direito foi ocupado irregularmente, mas ainda é possível fazer passeios na área. Deste lado da praia, o mar é calmo e as águas formam um espelho esverdeado. No lado oposto existe um mirante, no alto de um morro. A água é tão cristalina que é possível mergulhar a 8 m de profundidade e encontrar o cargueiro alemão que naufragou em 1942, a 300 m da areia.

Praia da Cerca: Com apenas 300m, possui areia amarela e ondas boas para surfe. A ocupação imobiliária começou há poucos anos. Localiza-se logo após o morro da Pescaria, que a separa da Praia do Morro. Ao seu lado, há um acesso através de uma trilha feita pelas pedras que leva a Praia do Carlito, pequena de areia grossa e que é muito freqüentada por surfistas devido a suas ondas. Dá acesso também as Três Praias.

Praia de Meaípe: Esta aldeia de pescadores é hoje um dos lugares mais badalados do Estado. A 6 km do centro do município, com acesso pela Rodovia do Sol (ES-60), esta praia já foi considerada uma das dez mais

bonitas do Brasil pela Revista Quatro Rodas. As ondas são fracas e a areia grossa é contornada por castanheiras. Lugar bom para se passar as férias, Meaípe tem "barraquinhas" na beira das praias, onde você encontra vários petiscos para passar uma perfeita estadia na praia. Point dos modismos de verão, a vida noturna é agitada. Os restaurantes do local preparam os melhores frutos do mar do município. As mulheres do vilarejo, em sua maioria esposas de pescador, fazem as rendas de bilro, artesanato característico do município. Panos, caminhos de mesa, golas, rendas de metro em bico e entremeios são produzidos por encomenda. Os trabalhos estão expostos na Casa das Rendeiras, na orla marítima de Meaípe.

Praia da Areia Preta: Com faixas douradas e escuras, esta é a principal praia de areia monazítica de Guarapari. Além dos idosos que se enterram nas areias em busca de suas propriedades medicinais, muitos jovens freqüentam o local. É pequena, apenas 200m, e tem ondas fracas. Uma trilha sobre as pedras, no lado direito, leva à prainha das Pelotas, aos pés de uma falésia.

Aldeia da Praia Guarapari: Conjunto de praias calmas, de areia branca, que ficam entre rochedos. Como foram ocupadas por lindas casas o condomínio se torna fechado, tornaram-se praticamente praias particulares. O acesso é difícil. Para chegar ao local, os aventureiros podem seguir pelas pedras da Praia da Cerca.

Praia do Sol: Como a região é de difícil acesso, esta praia de 5 km de extensão é praticamente deserta. Fica 19 km ao Norte do centro de Guarapari. As ondas são fortes e a areia é clara. Também faz parte do Parque Paulo César Vinha.

- ***OUTROS ATRATIVOS***

Unidades de Conservação - Parque Estadual Paulo César Vinha: Situado no extremo norte do município, na faixa litorânea, o parque possui 1.500 ha de área, protegendo o ecossistema restinga, uma rica flora composta por orquídeas, bromélias, clúsias e outras espécies típicas de restinga. Conta com uma fauna variada: de pererecas endêmicas a saguis-da-cara-branca, cotias, jibóias, quatis, tamanduás e veados. Possui três lagoas de águas avermelhadas, mas somente uma, a Lagoa de Caraís, é aberta a visitação. O Parque possui também duas trilhas para visitação que é: ***Trilha da Clúsia:*** Trilha que possibilita ao visitante um contato mais íntimo com a natureza, da uma impressão que está dentre uma mata fechada. ***Trilha da Restinga:*** Uma trilha relativamente maior, com grau de dificuldade fácil, está trilha leva o turista até a Lagoa de Caraís, ela possui 1,5 km de extensão. O parque recebeu esse nome em homenagem ao biólogo Paulo C. Vinha, assassinado cruelmente nos limites do parque, enquanto fazia um levantamento fotográfico sobre liquens e fungos. Sua sede fica no km 36 da ES-060 - Rodosol, onde conta com guardas-parque e uma estrutura básica de apoio ao turista.

Os ***manguezais*** estão presentes no município de Guarapari na parte mais interna da península que abriga o centro da cidade e próximo à foz de alguns

rios, como o Meaípe. É conhecimento popular e científico que o manguezal funciona para várias espécies como um berçário natural, possibilitando às mesmas a perpetuação e equilíbrio. Sendo esse berçário para o ecossistema marinho muito frágil, necessita de cuidados especiais para que não ocorra desequilíbrio no ecossistema causando a extinção de espécies. Além desta função, entre as raízes típicas de mangues aparecem os caranguejos e siris, essenciais à alimentação da população local.

A seguir se apresenta os roteiros turísticos mais procurados de Guarapari.

A Secretaria Municipal de Turismo desenvolveu um projeto, em parceria com a iniciativa privada, para valorizar ainda mais o turismo no município, onde, foram instaladas guaritas de atendimento ao turista em várias praias, onde adolescentes entre 15 e 18 anos atuam como Monitores Turísticos. Eles distribuem material institucional, aplicam pesquisas e contribuem com informações sobre a localização das principais praias, atrativos e equipamentos turísticos do município. Ainda há a disposição nos locais todo material do Projeto Roteiros de Guarapari.

Há também outra iniciativa, que busca atraírem cada vez mais turistas de todos os gostos. Os roteiros vão ao passado contar a história do município, passando pelos parques e aquários da cidade. Sem se esquecer dos mergulhos em alto mar, onde existem corais incríveis, e dos sítios e fazendas do interior, que permitem ao turista notar a variedade de ambientes encontrados aqui. Há também um passeio onde as pessoas vêem de perto o dia-a-dia da população.

- ***O ROTEIRO HISTÓRICO CULTURAL***

O Roteiro Histórico e Cultural de Guarapari foi catalogado em forma de roteiro autoguiável, onde o turista terá maior facilidade para percorrer todo circuito cultural do Centro da Cidade. O percurso começa na Casa da Cultura onde hoje funciona a Biblioteca Municipal. Segue em direção ao Poço dos Jesuítas construídos em meados do século XVI, construídos em forma de cúpula para proteger a nascente de água doce.

Depois segue paralelo ao mar e chega ao Cemitério de São João, que por coincidência, inspirou o enredo da maior novela da teledramaturgia Brasileira “O Bem Amado’’. Subindo o morro em direção à ladeira Dom João Cavati, encontramos a Grutinha. A próxima parada é nas Ruínas da Igreja Velha, que nunca foi inaugurada, mas resquícios de suas paredes e o campanário foram preservados.

A Antiga Matriz de Nossa Senhora da Conceição é patrimônio tombado pelo IPHAN e foi construída em 1585, pelo padre Anchieta. Enfim, seguindo pela beira mar, passando pela praia da Areia Preta, o roteiro chega ao fim no prédio do Radium Hotel.

- ***O ROTEIRO TURISMO DE VIVÊNCIA***

O Roteiro Turismo de Vivência foi especialmente elaborado para que os turistas conheçam o cotidiano social da cidade através das artes (artesanato), ritmos (música), movimentos (dança) e os nossos sabores (culinária). A atividade turística de vivência também é geradora de novas experiências pessoais.

- ***O TURISMO RURAL***

Guarapari é um caso a parte na geografia do litoral do Espírito Santo. Em apenas quinze minutos podemos nos deslocar da beira do mar alcançar uma altitude de aproximadamente 800 metros, onde o friozinho aconchegante da montanha é mais um atrativo neste cenário exuberante que é o portão de entrada para o Turismo Rural. Várias propriedades praticam agricultura familiar estão á espera de turistas e moradores para degustarem guloseimas como: bolos, compotas e mel e artesanatos em fibra de bananeiras. Conhecer suas cachoeiras e descobrindo o que de melhor o friozinho da montanha tem para oferecer. As Montanhas de Guarapari podem ser descritas como varandas com vista para o mar.

- ***O ROTEIRO ECOTURISMO***

O Roteiro do Ecoturismo é para quem gosta de estar perto da natureza e quer interagir com as belezas naturais que oferece a cidade. Os vários equipamentos turísticos como os aquários marinhos - Planet Sub e Expomar - e as duas relíquias naturais - Parque Estadual Paulo César Vinha e a reserva de Setiba - estão no percurso. São 1.500 hectares de praias, lagoas, dunas, com fauna e flora preservadas. Outra opção é o Parque Natural Morro da Pescaria, na Praia do Morro. Um costão de mais de 600 anos rodeado pelo mar e coberto por vegetação de restinga um pedaço da mata atlântica a beira mar.

- ***O ROTEIRO NÁUTICO***

Guarapari reúne condições perfeitas para a prática de mergulho recreativo. Nas ilhas próximas do litoral, localizadas uma hora de navegação do Centro da cidade, encontramos águas cristalinas e a “mais rica biodiversidade de peixes de recife do Brasil”. Guarapari tem cinco pontos de mergulho naturais e artificiais com o maior Recife Artificial da América Latina - o Navio Victory 8B, afundado em 2003.

4. CARACTERIZAÇÃO DA RDS CONCHA D'OSTRA

4.1. HISTÓRICO

O histórico da atual RDSCD começa anos antes com aprovação da lei nº 7.658/03 de autoria do Deputado Sérgio Borges, criando a Estação Ecológica Concha D'Ostra no município de Guarapari, a partir de uma proposta da CODEG – Cia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Guarapari em uma área compreendida pelo Manguezal do Saco do Lameirão, do Córrego do Lameirão, da Concha D'Ostra e do Rio Aldeia Velha, Figura 4.1-1 e Anexo 4.1-1, com vegetação arbórea constituída de manguezais do tipo vermelho, preto e branco. Dentre os objetivos estavam fortalecer o potencial turístico existente e contribuir para o desenvolvimento econômico local, coadunando-o com a preservação ambiental através do uso sustentável de seus recursos pesqueiros como a aqüicultura (Século Diário, 2003), conforme se observa em seu Art. 3º:

"A Estação Ecológica Estadual Concha D'Ostra tem como finalidade a preservação e a proteção integral e permanente do ecossistema e dos atributos naturais existentes em seus limites, especialmente das reservas genéticas da flora e da fauna, para fins científicos, educacionais e de sobrevivência das populações tradicionais, através da prática da maricultura sustentável."

Figura 4.1-1: Estação Ecológica Estadual da Concha D'Ostra.
Fonte: IEMA (2006).

Após sua publicação o órgão responsável percebeu alguns problemas referentes a sobreposição dos limites da UC com áreas urbanas já consolidadas, além da impossibilidade de se conciliar o objetivo de se conciliar "*a proteção integral e permanente do ecossistema e dos atributos naturais*" versus o desenvolvimento da "*maricultura sustentável*" sendo este ultimo objetivo incompatível com categoria de manejo escolhida pelo então Deputado Sérgio Borges.

Dessa foram propõe, então a realização de estudos objetivando sua recategorização e revisão dos limites através da Instrução de Serviço do IEMA Nº 140–S, de 28 de Junho de 2004, baseada nos pressupostos legais previstos no SNUC, estabelecidos nos artigos 22, §2º e 5º inciso III da Lei 9985/00 que prevê:

"Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:
...
III – "assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação."
...
Art. 22. ...
...
§2º "A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento."

A partir da identificação dos representantes de comissão mista (Anexo 4.1-2) envolvendo os setores público e representantes da sociedade civil, foram desenvolvidos estudos tecnicos que identificaram que a área era composta por 13 bairros a saber: Bela Vista, Camurugi, Casuar, Concha D'Ostra, Coroado, Independência, Itapebussu, Jabaraí, Kubitschek, Lameirão, Olaria, Parque da Areia Preta e Santa Margarida.

Um inventário socioeconômico foi realizado através de duas campanhas de campo (Anexo 4.1-3) e os resultados sintetizados baseados em IEMA (2006) são a seguir apresentados:

- Os bairros Itapebussu, Camurugi, Concha D'Ostra e Ilha do Ruberval Melotti foram considerados como áreas críticas;
- Maioria das famílias tem casa construída dentro da Unidade de Conservação;
- Loteamentos clandestinos e invasões do mangue são comuns;
- Parte dos alimentos adquirida no Bairro Kubitschek e parte obtida do mangue (peixes e crustáceos);
- 55,8% dos entrevistados encontravam-se desempregados e as profissões mais comuns foram: Do Lar, Pescador e Marisqueiro;

- Salário, no inverno, em torno de R$ 200,00/mês; no verão chega até R$ 50,00/dia;
- Associação de Aqüicultura trabalhando para organizar melhor a situação de catadores.

A partir dos dados obtidos e das reuniões realizadas foi realizada um audiência publica em 08/05/2006, onde foi apresentada a proposta de recategorização da UC assim como a sua redelimitação, reduzindo a área de 1.036,6 ha da Estação Ecológica para 953,5 hectares atuais (Figura 4.1-2).

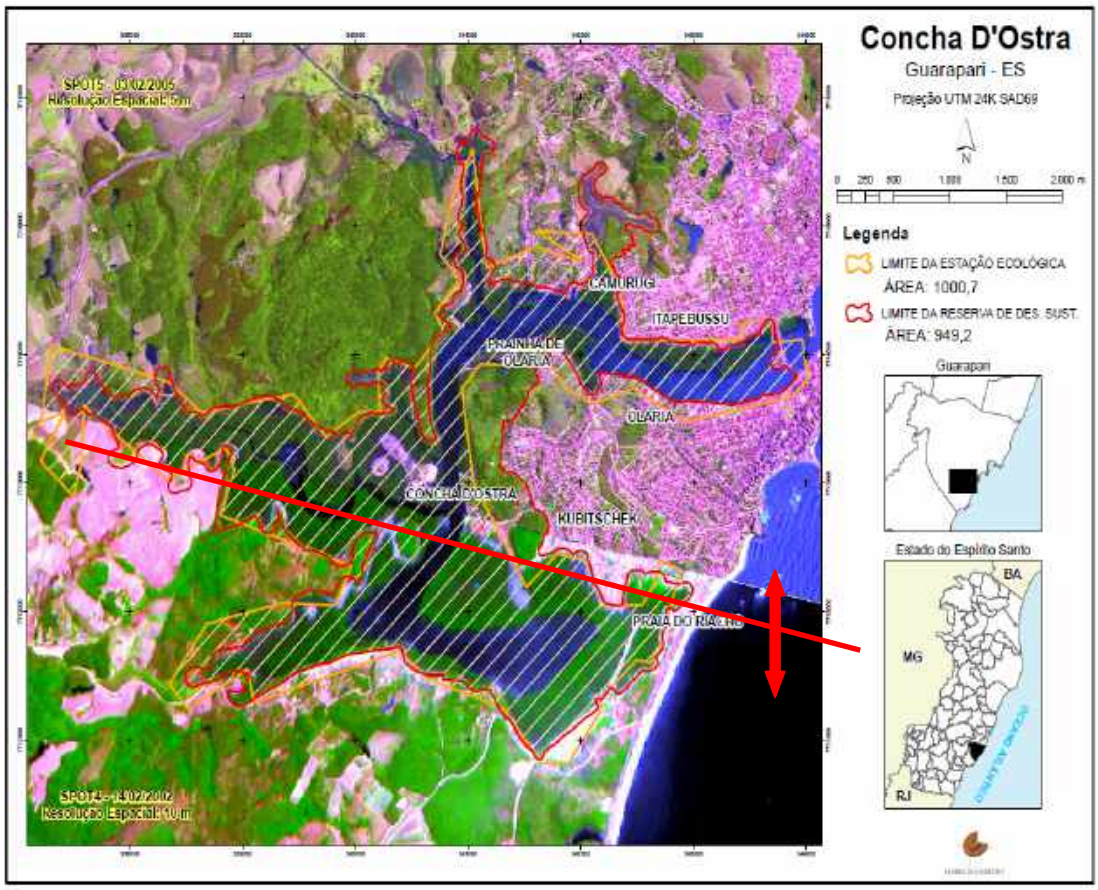


Figura 4.1-2: Limites da Estação Ecológica Estadual da Concha D'Ostra. *versus* Reserva de Desenvolvimento Sustentável (IEMA, 2006).

Durante a audiência na Consulta Pública de Concha D'Ostra houve uma divergência de opiniões manifestadas por membros da comunidade, em relação aos limites sugeridos a respeito da exclusão, de dentro da referida RDS, do fragmento de mangue encontrado a Leste da Ponte de Guarapari (fundos do Bairro Muquiçaba), sendo submetido o assunto à avaliação da Comissão.

Observa-se que para a redelimitação proposta foi adotado como um dos critérios, a não inclusão de áreas urbanas já consolidadas, situação essa de difícil definição, em particular para a região ao sul da UC, em função das limitações decorrentes da resolução espacial das imagens do satélite spot e do momento em que foram obtidas sendo imagem spot 5 – Res. Esp. 5m de

2/2/2005, ao norte e spot 4 – Res. Esp. 10m de 14/02/2002 ao sul, conforme observado na Figura 4.1-3. Esse detalhe pode explicar o porquê da identificação de um grande número de unidades habitacionais encontrados nos bairros Kubitschek e Praia do Riacho, notadamente neste último onde fica a Rua Espírito Santo, conhecida também como "Bico do Urubu", conforme caracterizado no **item 4.9. Aspectos Socioeconômicos e Culturais**.

Após estes procedimentos, os limites da Unidade de Conservação passaram por um refinamento no setor de Geomática do IEMA (Figura 4.1-3) sendo encaminhada a mensagem da proposta da criação da nova UC para a Assembléia Legislativa a qual foi instituída através da Lei Estadual Nº 8.464, de 14 de março de 2007 (Anexo 4.1-4), como Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável RSD Concha D'Ostra.

Figura 4.1-3: Limites da Estação Ecológica Estadual da Concha D'Ostra. já ajustados pelo setor de Geomática (IEMA, 2006).

Percebe-se ainda que entre esta versão e a que é considerada oficialmente pelo IEMA, há algumas diferenças notadamente a parte referente a inclusão do fragmento de mangue encontrado a Leste da Ponte de Guarapari (fundos do Bairro Muquiçaba) que se encontra atualmente incorporado ao limite da mesma. Observe-se neste sentido, que a primeira versão da lei que cria a UC foi publicada no D.O. de 27/02/2007 e após republicada no D.O. de 14/03/2007 por ter havido uma incorreção.

4.2. LIMITES E FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

A área definida para constituição da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável (RSD) Concha D'Ostra observada na Figura 4.2-1, envolveu a baía de Guarapari abrangendo terrenos de marinha, faixas de terras adjacentes às margens dos canais da baía, os manguezais do Lameirão, do Córrego do Lameirão, de Concha D'Ostra e dos rios Aldeia Velha e Jabuti, compreendendo uma área de 9.294.102,50 m^2, com um perímetro de 38.666,13 metros, sendo seu memorial descritivo e suas coordenadas encontradas no Anexo 4.2-1 (IEMA, 2005).

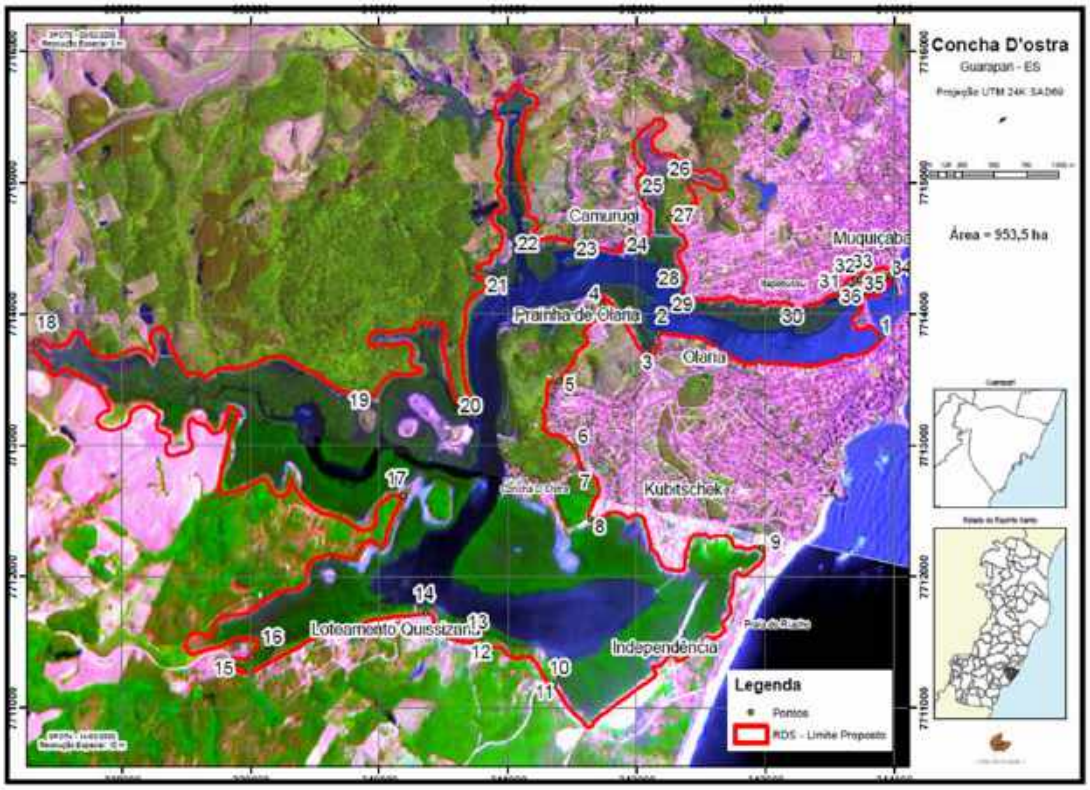


Figura 4.2-1: Mapa da RDS elaborado pelo Setor de Geomática da SEAMA.

4.3. ASPECTOS GERAIS

Em relação à região onde está localizada a RDSCD, destaca-se a porção territorial compreendida entre o manguezal de Jacarenema (Vila Velha) até o manguezal de Guarapari que foi identificada como de Extremamente Alta Importância Biológica - MC-799, no mapa das Áreas Prioritárias (Figura 4.3-1), realçando junto com outras UCs existentes nesta área sua importância no contexto da Região Metropolitana da Grande Vitória por estar incluída dentre as 900 Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira em todo o Brasil (MMA, 2003).

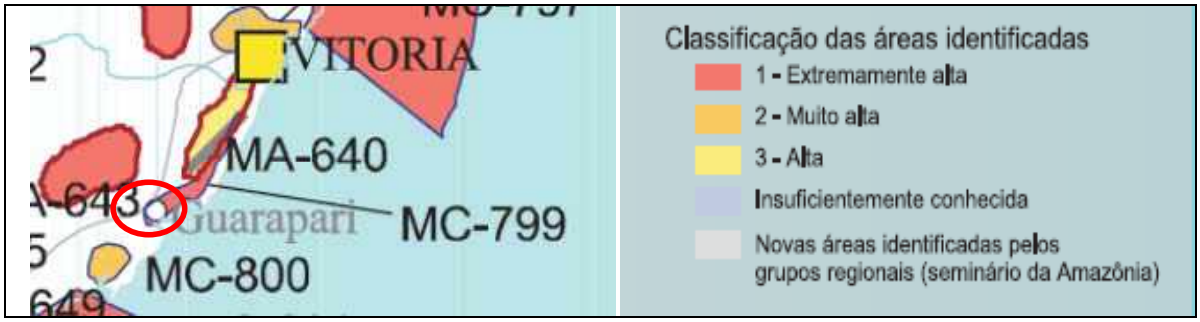


Figura 4.3-1: Localização da RDSCD dentro da MC-799 – "*localizada entre a Reserva Ecológica de Jacarenema e até o Manguezal de Gurapari*" dentro do Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira. Fonte: MMA, 2003.

A Baía de Guarapari se destaca na área territorial do município por suas belezas naturais e por sua importância ambiental e cultural. Durante muitos anos a baía se constituiu numa barreira natural de proteção da região em que hoje está instalada a cidade de Guarapari. A partir dos anos 70, com a construção da ponte sobre a passagem do canal e com o descobrimento de areias monazíticas, com propriedades medicinais, é que se intensificou o processo de urbanização do balneário, que passou a receber um grande número de turistas de todas as partes do país, que vêm ao município em busca de lazer e tratamento de saúde (IEMA, 2006).

Por outro lado ocorreu um processo acelerado de ocupação do solo provocado tanto pela expansão da atividade imobiliária voltada para o mercado de média e alta renda, formado principalmente por consumidores externos, de outras cidades tanto do próprio Estado e de outras partes do País, como pela oferta de terrenos localizados na periferia urbana, voltados para as famílias de baixa renda (Vargas, 2007).

Esse contexto se reflete na opinião de Soffiati (2005), quando afirma que de todos os núcleos urbanos (...) o maior e mais problemático é, sem dúvida, o de Guarapari. Os aterros crescem sobre o ecossistema já estropiado e tais acréscimos estão à venda. Existem algumas placas informando à população que manguezal é área de preservação permanente e que deve ser protegido, mas essa medida se revela inócua.

Os problemas acima caracterizados podem ser exemplificados através do registro de várias tentativas e algumas até consolidadas de ocupação do manguezal da Baía de Guarapari, onde até mesmo o Prefeito da cidade coadunava com esta situação ao autorizar a instalação de loteamentos em áreas sobre o mangue, conforme descrição mais detalhada no **item 4.9.1.1. Histórico da Região** sobre os bairros Concha D'Ostra e Coroado.

Um registro importante desta situação pode ser encontrado em reportagens do Século Diário, COIMBRA (2005):

“A área de mangue que está sendo vendida em Guarapari é parte da Estação Ecológica Estadual Concha D'Ostra, criada pela Lei 7.658/03. A Estação tem área de 10.365.985,82 m² "em que se localizam os manguezais de Saco do Lameirão, do Córrego do Lameirão, de Concha D'Ostra e do rio Aldeia Velha", segundo o ato de sua promulgação, em quatro de dezembro de 2003. Apesar da proteção da lei, lotes vêm sendo vendidos na área.

A denúncia de que o manguezal está sendo vendido em Guarapari pela imobiliária HI é da presidente da Associação dos Moradores dos bairros Lameirão, Recreio Atlântico e Morro da Telha, Lourdes Mesquita. Ela afirma que a prefeitura é omissa por não retirar o entulho, e que vem denunciando o aterro desde outubro do ano passado.

No local foram colocados nove caminhões de entulhos pesados na área, vendida pelo corretor de imóveis Pedro Piveta, da HI. Na quinta-feira (19) a pessoa que "comprou" o mangue voltou à carga, jogando mais um caminhão de entulho no local. Lourdes Mesquita denunciou ainda que está sendo ameaçada de morte por denunciar a destruição do mangue.

O IBAMA assegurou que irá investigar a denúncia de que o manguezal, com 8 mil metros quadrados, está sendo vendido.”

Importante registrar por outro lado, tentativas de se desenvolver atividades comerciais sustentáveis como no caso do Instituto Harpia que em parceria com a Água Ambiental participou da reestruturação do Projeto de Cultivo de Ostra da AAGRI – A Associação Aquícola de Guarapari no ano de 2006, na localidade de Concha D’Ostra município de Guarapari. O projeto beneficiou diretamente 20 famílias e indiretamente 40 famílias de pescadores artesanais da região. Ao final do primeiro cultivo foram produzidas e comercializadas aproximadamente 100.000 ostras (HARPIA, 2012). Entretanto, o projeto não teve seqüencia por uma série de motivos, dentre os quais o furto do material usado para o cultivo.

Destaca-se ainda o conflito decorrente da não identificação de populações tradicionais na área da UC, como verificado no **item 4.9.1.1. Histórico da Região**, mas que para Lima (2006), a Lei que cria o SNUC e o decreto regulamentador não são claros em relação à necessidade da preexistência de população tradicional no interior da área a ser incluída nos limites da RDS, dando ensejo à interpretação de que seria possível ao poder público criar uma RDS para beneficiar população tradicional não pré-existente na área afetada, sendo admissível a interpretação de que o poder público pode criar uma RDS para abrigar uma população tradicional local que não resida atual ou permanentemente dentro dos limites da RDS a ser criada. Portanto, se a comunidade vive nos seus arredores ou se utiliza sazonalmente dos recursos naturais existentes na unidade, pode ser por ela beneficiada desde que

desenvolvam práticas adaptadas às especificidades ecológicas locais (da área afetada pela UC) e compatíveis com o objetivo da unidade.

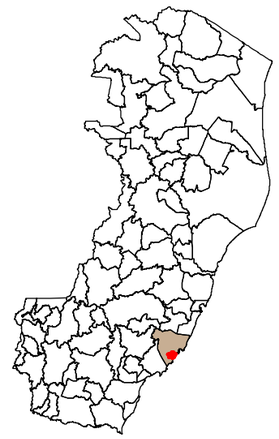
Acrescenta-se ainda com o importante instrumento de gestão da UC a definição dos limites da sua zona de amortecimento (Figura 4.3-2) construída a partir da sua definição no Art. 1 da Resolução CONAMA N° 428, de 17 de dezembro de 2010 e dos seus limites atingindo um raio de 3 km no entorno da UC, excetuando as áreas urbanas consolidadas.

335000 340000 345000

7715000

7710000

CAMURUGI
ITAPEBUSSU
PRAINHA DE OLARIA
OLARIA
COROADO
CONCHA D'OSTRAS
KUBITSCHECK
PRAIA DO RIACHO
BICO DO URUBU
LAMEIRÃO



Legenda:

- Limite Atual RDS*
- Zona de Amortecimento 3Km
- Zona Urbana Consolidada

* A= 953,5 ha / P= 39.490 m

N

Projeção: Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal: WGS-84.
Zona: 24S

MAKOTO AMBIENTAL

iema

Projeto: Diagnóstico Socioambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Concha D´Ostra

Título: Mapa da Zona de Amortecimento da RDS Conha D'Ostra.

Local: ES

Resp. Técn.Cart.: Diogo Poloni
Geóg. CREA/ES-014129/D

Data: Jan/12

Escala: 1:45.000 (450 225 0 450 m)

Fonte: Apoio de campo, IBGE; IEMA.

4.4. GEOMORFOLOGIA

- ***Geologia e Relevo***

De acordo com a base cartográfica da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), a área compreendida na RDS Concha D'Ostra está situada entre três regiões geológicas, correspondendo a três de diferentes períodos geológicos, gênese, estrutura e material conforme descrito a seguir:

01) A primeira região é composta por uma planície flúvio-marinha de origem do período quaternário (aproximadamente 20 mil anos – quaternário superior) formada pelo deposito de sedimentos continentais trazidos pelos sistemas de drenagens e pela deposição marinha através das oscilações do nível do mar. Essa região tem a predominância de relevo plano e com altitude bem próxima do nível de variação das marés, acontecendo aí planícies intertidais colonizadas por vegetação halófita de mangue, apicuns e restingas.

02) A segunda região é composta por tabuleiros costeiros, também conhecida como formação barreiras. Na literatura geológica brasileira, o termo Barreiras, de origem fisiográfica, tem sido utilizado para se referir, de maneira geral, a rochas clásticas, inicialmente consideradas afossilíferas, de cores vivas, geralmente friáveis, de ocorrência quase ininterrupta ao longo da costa, desde o Rio de Janeiro até o Pará (PETRI, S. & FÚLFARO, 1983). Segundo Suguio, K.; Nogueira, A.C.R. (1999), os depósitos desta unidade estendem-se até o estado do Amapá. Brito, I. M.; Mello, C. L.; Madeira, C. V. (1996) menciona a "formação" ou "grupo" Barreiras como sedimentos cenozóicos clásticos, de coloração variegada, constituídos principalmente de areias e argilas. Segundo o mesmo autor, várias foram as tentativas de subdividir a unidade, tendo as principais iniciativas a este respeito sido feitas, principalmente, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte.

Sua idade tem sido admitida, desde os fins do Mesozóico até o início do Quaternário (MATOSO, S. de Q. & ROBERTSON, F.S., 1959), sendo normalmente aceita entre o Mioceno-Plioceno a Pleistoceno, segundo Brito, I. M.; Mello, C. L.; Madeira, C. V (1996).

03) A área de influência que engloba geologicamente a "Suíte" Intrusiva Espírito Santo. A denominação desta "suíte" é para representar um conjunto predominantemente granítico a granodiorítico, de caráter *sin* a pós-tectônico em relação ao Ciclo Brasiliano, ocorrente na região sul do Estado do Espírito Santo. Embora se assemelhe à "Suíte" Intrusiva Serra dos Órgãos, adotou-se tal procedimento devido ao posicionamento geográfico distinto.

Um dos primeiros autores a constatar a presença de corpos graníticos junto ao litoral capixaba foi Lamego (1949) quando citou os Maciços de

Mestre Alvo (denominação também usada para o Mestre Álvaro) em Vitória, ao descrever a faixa costeira sul do Estado do Espírito Santo.

Quando da execução do Projeto Mimoso do Sul, que abrangeu áreas entre Bom Jesus de Itabapoana (RJ) e Guaçuí (ES), identificaram corpos graníticos e granitóides, alguns deles aqui incluídos na “Suíte” Espírito Santo (RADAMBRASIL, 1983).

O contexto da RDS do ponto de vista geomorfológico pode ser melhor entendido a partir da Figura 4.4-1 usada para se construir um quadro com características resumidas de cada região, observadas na Tabela 4.4-1, através da com base na interpretação do mapa do Domínio Geológico da Região de Guarapari dentro dos limites da RDS.

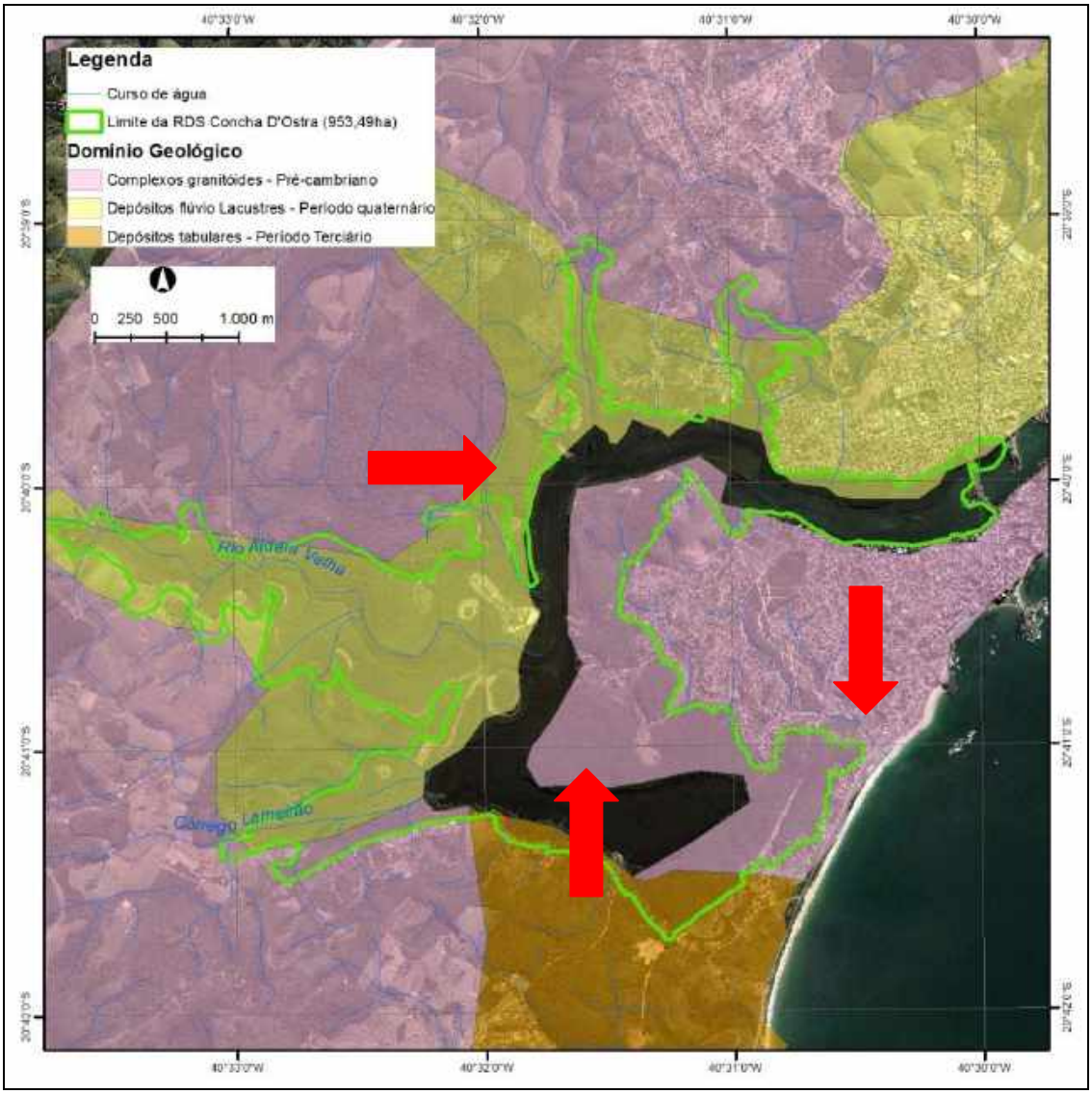


Figura 4.4-1: Mapa do Domínio Geológico da Região de Guarapari.
Fonte: CPRM (2012).

Tabela 4.4-1: Quadro com características resumidas de cada região com as respectivas áreas mapeadas, com base na interpretação da sobreposição dos limites atuais da RDS sobre o mapa do Domínio Geológico da Região de Guarapari.

REGIÃO	MATERIAL DEPOSITADO	PERÍODO	RELEVO	DESCRITIVO
01 – Depósitos inconsolidados	Areia, cascalho, silte, argila e turfa	Período Quaternário	Plano	Compreende a parte central,norte e oeste da Baía de Guarapari correspondendo a região de sedimentação dos rios Jaboti, Aldeia velha e Lameirão.
02 – Depósitos pouco à moderadamente consolidados	Areia, silte, argila e cascalho	Período Terciário	Tabular, plano a levemente ondulado com vertentes íngremes	Essa região ocupa a parte mais ao sul da RDS correspondendo a áreas nos bairros Lameirão e Praia do Riacho.
03 – Complexos granitóides muito deformados	Granitóides pré a *sin* tectônicos. Crosta inferior a intermediária.	Pré-Cambriano	Domínio de Colinas Amplas e Suaves	Esse domínio geológico se refere às colinas encontradas na região da Concha D'Ostra e a noroeste da UC.

Destaca-se que, devido a escala do mapeamento, algumas imprecisões do quanto a forma podem ser observadas no mapa, como as apontadas pelas setas vermelhas, aonde, no primeiro caso, no centro do mapa a área dos Complexos Granitóides chega a encontrar o limite do canal da Baía de Guarapari permitindo a vegetação da mata atlântica se debruçar sobre as águas do canal. O outro ponto observado refere-se à região dos bairros Concha D'Ostra, Kubitschek e parte de Praia do Riacho, onde predomina o manguezal, mas, no entanto, está enquadrada como Complexos Granitóides.

Este contexto de justaposição de três domínios geomorfológicos na região da RDS, não só confere uma diversidade geológica e pedológica não muito comum (no ES é comum), como reflete também na riqueza de paisagens e no padrão da distribuição da vegetação, em particular o mangue conforme veremos no **item 4.6 Vegetação**.

4.5. PEDOLOGIA

O estuário da Baía de Guarapari é circundado por áreas de mangue, de restinga e por Tabuleiros do Terciário (Formação Barreiras) e por solos resultantes da decomposição da "Suíte" Intrusiva Espírito Santo.

Embora os mangues e as restingas sejam similares em termos de idade geológica, sendo ambos de origem do Quaternário, apresentam ecossistemas distintos e com especificidades peculiares.

Os solos dos mangues se são caracteristicamente úmidos, salgados, lodosos, pobres em oxigênio e muito rico em nutrientes, halomórficos (meio concentrado em sais e com valores de pH entre 5,0 e 9,6) e desenvolvidos a partir de sedimentos marinhos e fluviais com presença de matéria orgânica e que

ocorrem em regiões de topografia plana na faixa costeira sob a influência constante do mar, (PRADA-GAMERO M. et alii, 2005).

Sua ocorrência é bem distribuída, predominando ao sul da UC, na localidade denominada de Lameirão, se entendendo ao longo da Praia do Riacho e Concha D'Ostra, ocorrendo ainda ao longo do canal em Olaria e na margem esquerda entre Camurugi até a Itapebussu.

Já os solos que formam as restingas são solos arenosos formados por areias quartzozas, bem drenados, profundos e de baixa fertilidade natural, distróficos, ácidos e em relevo plano. São formados por sedimentos não consolidados de origem marinha do Quaternário (Holoceno). A textura, a baixa fertilidade e retenção de unidade são limitantes ao uso agrícola. Face ao relevo plano e a alta taxa de infiltração o risco de erosão é nulo.

A vegetação original é formação pioneira de Restinga com variações apresentando-se até mesmo desprovido de vegetação formando as manchas de Apicum. Além dessas áreas, o solo de restinga, cobria uma faixa originalmente entre a Praia do Riacho e o Mangue, objeto de aterro, na sua porção mais próxima do mangue descaracterizando-a do ponto de vista pedológico, mas apresentando ainda remanescente de espécies vegetais típicas de restinga, mas também adaptada a outros solos, como no caso da Aroeira. Esta alteração estrutural favorece a ocupação humana dando atipicamente, firmeza ao solo que é normalmente arenoso e impróprio para construção.

Já a Formação Barreiras corresponde aos solos sedimentares do Terciário, em geral muito profundos, apresentando elevada coesão dos agregados estruturais. Este tipo de solo foi identificado por Governo do Estado do Espírito Santo (2006) (Figura 4.5-1), em estudo de mapeamento pedológico efetuado em observação, ao Sistema Brasileiro de Classificação de Solos – EMBRAPA (1999) e com auxílio de trabalhos de campo na área de influência direta do empreendimento em foco, identificando a pedologia da região que é representada pelas Classes de 1º Nível - Ordens do Podzólico Amarelo, denominado atualmente de Argissolos e de uma parte de Areias Quartzosas Marinhas. Esses solos apresentam muito baixa fertilidade natural, alto grau de distrofismo, baixo pH e muito baixa capacidade de troca catiônica em todo seu perfil, exigindo correção do pH e da concentração de nutrientes para sua utilização econômica. Sua distribuição é observada já mais ao sul da RDS, podendo em função da confluência das três regiões geológicas, já citadas no **item 4.4. Geomorfologia**, de estar presente em outros locais dentro e no entorno da UC.

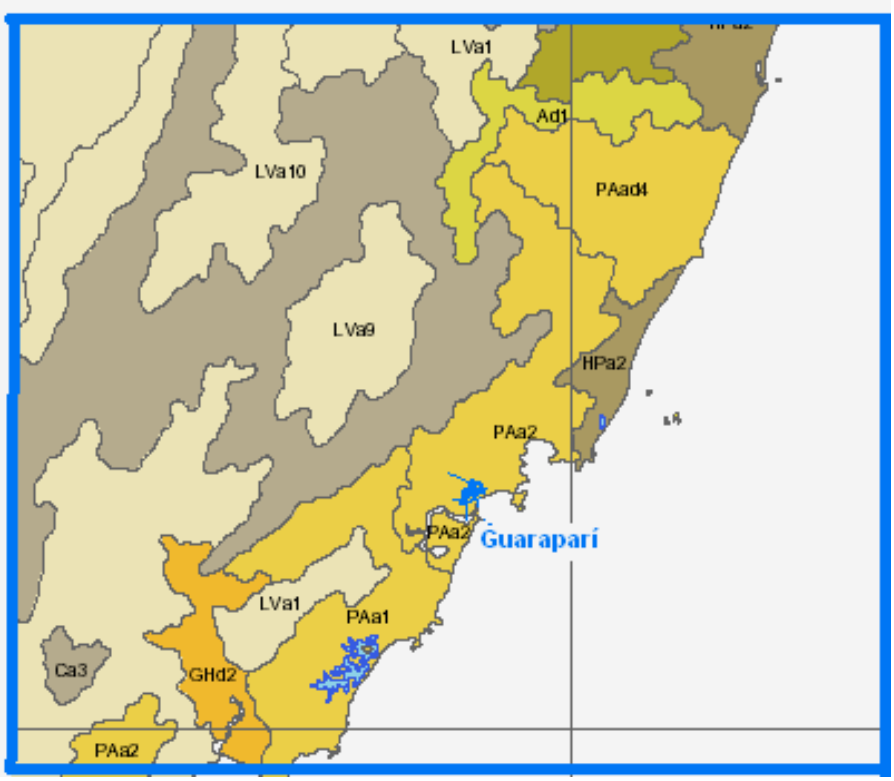


Figura 4.5-1: Pedologia da região.
Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo (2006).

A caracterização do quarto tipo de solo encontrado na RDS foi extrapolada a partir de um estudo geológico e geomorfológico da bacia do córrego Morrinho, localizado no município de Guarapari, sul do estado do Espírito Santo sobre rochas do embasamento pré-cambriano a oeste, e rochas da Formação Barreiras a leste, WANDERLEY, et alli (S.D.). Essa situação se assemelha ao contexto da RDS, se aplicando a descrição devido à proximidade e as características semelhantes observadas nas duas áreas.

As rochas do embasamento pré-Cambriano segundo FILHO et al. (1983) citado por WANDERLEY, et alli (S.D.), estão inseridas na Suíte Intrusiva Espírito Santo. Os corpos intrusivos da “suíte” exibem formatos aproximadamente circulares ou ligeiramente alongados na direção nordeste, em concordância com a estrutura regional e compõem elevações expressivas na topografia da região, as quais apresentam pontões e encostas de rocha nua. Estes conjuntos compõem-se de uma associação litológica bastante variada, onde predominam tipos graníticos a granodioríticos e nela foram caracterizadas por intrusões em fases *sin* e pós-tectônicas, em relação ao Ciclo Brasiliano.

O embasamento pré-cambriano está inserido na Unidade Colinas e Maciços Costeiros no Domínio das Faixas de Dobramentos Remobilizados (GATTO et al. 1983) *apud* WANDERLEY, et alli (S.D.). As Faixas de Dobramentos Remobilizados caracterizam-se pelas evidências de movimentos crustais, com marcas de falhas, deslocamentos de blocos e falhamentos transversos, impondo nítido controle estrutural sobre a morfologia atual. Dessa forma, a

Unidade Colinas e Maciços Costeiros distribuem continuamente ao longo da faixa costeira. Caracteriza-se por ser uma área de topografia deprimida, com reduzidos valores altimétricos em relação a outras unidades, refletindo estrutura fraturada e dobrada. Os solos podem ser caracterizados pela presença de Latossolo Vermelho-Amarelo Álico e por Podzólico Amarelo Álico.

Os Latossolos Vermelho-Amarelo compreendem solos minerais, não hidromórficos, são normalmente muito profundos ou profundos, com seqüência de horizontes A, B e C. Sua ocorrência na RDS é observada a oeste da UC chegando até ao canal permitindo o contato da Mata Atlântica com o canal da Baía de Guarapari formando um conjunto excepcional dentro do contexto do Manguezal da Baía de Guarapari e, ao mesmo tempo, permitindo o desenvolvimento atípico de espécies de mangue sobre o sedimento argiloso (Figura 4.5-2).

Figura 4.5-2: Destaque para a composição da mata atlântica à direita se debruçando sobre pequenos matacões a beira do canal e a esquerda o mangue se instalando sobre a área ao lado. Foto: Esther Kill.

4.6. VEGETAÇÃO

A vegetação encontrada na RDSCD é composta basicamente por três formações florestais distintas, a saber: Manguezal que recobre a maior parte da área da UC, seguido de vegetação de Restinga localizada após as áreas de mangue, tendo entre as mesmas, às vezes, a típica vegetação de Apicum e por fim com menor distribuição, mas não menos importante, a Floresta Ombrófila Densa, descritas a seguir.

- **Manguezal**

Apesar de existirem diferentes estudos sobre as áreas de manguezais do Estado do Espírito Santo, alguns estão disponíveis na literatura, com destaque para os trabalhos na Baía de Vitória (Carmo et al. 1995, 2000, Carmo et al. 1998a) e na porção norte do Estado (Carmo et al. 1998b, Silva et al., 2000), *apud* (Governo do Estado do Espírito Santo (2006) e Estudos relacionados a composição florística e organização estrutural do Manguezal foram realizados ao longo da costa, como para a Baia de Vitória por Ferreira (1989), Carmo et al. (1995), Carmo et al. (1998a) e Carmo et al. (2000), em Fundão Carmo et al. (1998b), em São Mateus Silva et al. (2000), Anchieta (Pereira et al. 2004) e Petri (2009), *apud* PEREIRA, & VALENTIN (2010).

Quanto a registros existentes sobre pesquisas específicas realizadas na área da Baía de Guarapari, destaca-se segundo IEMA (2004), inicialmente os trabalhos de Ruschi, (1950), Vinha & Comes, (1991). Foram ainda identificados Governo do Estado do Espírito Santo (2006) e PEREIRA, & VALENTIN (2010).

Os ecossistemas manguezal e marisma geralmente estão associados às margens de baías, enseadas, barras, desembocaduras de rios, lagunas e reentrâncias costeiras, onde haja encontro de águas de rios com a do mar, ou diretamente expostos à linha da costa. São sistemas funcionalmente complexos, altamente resilientes e resistentes e, portanto, estáveis. A cobertura vegetal, ao contrário do que acontece nas praias arenosas e nas dunas, se instala em substratos de vasa de formação recente, de pequena declividade, sob a ação diária das marés de água salgada ou, pelo menos, salobra (MMA, 2002) *apud* Governo do Estado do Espírito Santo (2006).

De acordo com Schaeffer-Novelli (1995), citado por Governo do Estado do Espírito Santo (2006) os manguezais são ecossistemas costeiros, de transição entre os ambientes terrestres e marinhos, característicos de regiões tropicais e subtropicais costeiras e abrigadas, sujeito ao regime das marés. Apresenta condições propícias para a alimentação, proteção e reprodução de muitas espécies animais, sendo considerados importantes transformadores de nutrientes em matéria orgânica e gerador de bens e serviços. As espécies vegetais do mangue são plantas halófitas, próprias de ambientes salinos, que embora possam se desenvolver em locais livres da presença do sal, não formam bosques nessas condições, pois perdem espaço com plantas de crescimento mais rápido, melhor adaptadas à presença de água doce (Fernandes & Peria, 1995).

Segundo Governo do Estado do Espírito Santo (2006) os manguezais são considerados áreas de preservação permanente e possuem várias legislações que o protegem, sendo a primeira delas datada de 1704 (Panitz, 1998). Ao todo os manguezais são protegidos por mais de duas dezenas de Leis, Decretos e outros instrumentos legais, incluindo a Constituição Federal de 1998 (Polette, 1995). Apesar de toda essa proteção legal, os manguezais sofrem intensa pressão antrópica que culminaram em decréscimo de sua

cobertura vegetal. Dentre os principais impactos podemos citar o desmatamento para expansão urbana, poluição sanitária e industrial e alteração do substrato (Lacerda & Resende, 1993, *apud* MMA, 2002). Grande parte dos problemas de degradação dos recursos costeiros está associada às grandes concentrações metropolitanas, industriais e portuárias, uma vez que mais da metade da população brasileira está localizada na faixa costeira. Cabe ainda registrar a multiplicação e o crescimento contínuo das "cidades de veraneio" polarizadas pelas áreas metropolitanas. A expansão do turismo, sobretudo sob a forma de "segunda residência", tem caracterizado o litoral brasileiro de Norte a Sul, como por exemplo, os casos de Fortaleza/CE, Maceió/AL, Salvador/BA, Guarapari/ES, região dos lagos do Rio de Janeiro, litoral norte de São Paulo, Camburiú/SC e Tramandaí/RS (CIMA, 1991, *apud* MMA, 2002).

De acordo com Governo do Estado do Espírito Santo (2006) a costa do Espírito Santo, com uma extensão de 401 quilômetros, está inserido na porção oriental da costa brasileira correspondendo a 5,4% deste litoral (Vale & Ferreira, 1998). Os manguezais estão distribuídos nessa costa desde o Riacho Doce, na divisa com a Bahia, até o rio Itabapoana, no limite com o estado do Rio de Janeiro (Vale, 2000), sendo que as florestas mais extensas são encontradas no entorno da Baía de Vitória e nos estuários dos rios Piraqueaçu e São Mateus (Vale & Ferreira 1998). Os remanescentes cobrem área aproximada de 70,35 km^2, estando representado no estuário de seus principais rios, excetuando o Doce (Vale 2008) *apud* PEREIRA, & VALENTIN (2010). A composição florística dos bosques consiste nas espécies *Rhizophora mangle* L., *Laguncularia racemosa* (L.) Gaertn., *Avicennia schaueriana* Stapft & Leechm. e *Avicennia germinans* (L.) Stearn., ocorrendo ainda os gêneros Spartina, *Hibiscus e Acrostichum*, como associados (Silva et al., 2005), *apud* PEREIRA, & VALENTIN (2010) e Governo do Estado do Espírito Santo (2006).

O levantamento de Vale & Ferreira (1998) citado por Governo do Estado do Espírito Santo (2006), ao analisarem o litoral do estado do Espírito Santo, informa que o manguezal do Canal de Guarapari (Figura 4.6-1) possui área igual a 3,42 km^2, o que representa 5% da área total de manguezais do Estado. Destes, 0,18 km^2 apresentam-se alterado/degradados, sendo os principais impactos verificados a urbanização, desmatamento, lixo, esgoto e pesca predatória, situação essa também percebida por PEREIRA, & VALENTIN (2010).

IEMA (2004) descreve que os mangues da Baía de Guarapari são formados por três tipos de formações características: o mangue branco, cujas espécies de porte arbóreo, formada por *Laguncularia racemosa* L., tem como característica a presença de pecíolo vermelho, que é o cabo de suas folhas; sistema radicular radial, adaptado ao solo sedimentar pouco consolidado, apresentando pneumatóforos um pouco menor; o mangue vermelho, formado por *Rhizophora mangle* L. (Figura 4.6-2) que tem como características a presença de raízes escora ou rizoforos, que são adaptações que auxiliam na sustentação da planta no sedimento lodoso. A região do córtex no tronco é rica

em uma substância polissacarídica de cor vermelha, conhecida popularmente como “tanino”, utilizado tradicionalmente no Espírito Santo para tingir as panelas de barro. O mangue vermelho recebe este nome, portanto, pela presença do tanino em seu tronco. Outro mangue encontrado na região é o mangue preto ou siriúba, que é formado por *Avicennia schaueriana,* cuja característica marcante é a presença de pneumatóforos, que são raízes radias respiratórias, cujas ramificações verticais ficam fora do solo, ajudando a respiração das árvores.

Figura 4.6-1: Vista parcial do manguezal no canal de Guarapari.
Foto: E. Valpassos.

Figura 4.6-2: *Rhizophora mangle* L – Mangue Vermelho na RDSCD.
Foto: E. Valpassos.

A vegetação de Manguezal que está na faixa de servidão da linha de energia, abrange alguns trechos das margens do Rio Jabuti e do estuário de Guarapari possuem bosques de mangue as três espécies arbóreas características dos manguezais, *Laguncularia racemosa, Avicenia shaueriana e Rizophora mangle*), onde estas apresentavam dominâncias fitofisionomicamente alternadas em suas ocorrências, sendo esta condição abordada por Soares et al. (2003), onde este descreve que tal ecossistema pode apresentar bosques monoespecíficos ou mistos, que vão depender de como as espécies vão

reagir segundo suas exigências fisiológicas e tolerâncias ambientais. Nas margens destes manguezais - onde áreas são abertas - foram observadas espécies arbustivas e herbáceas características destes tipos de regiões nos mangues, como *Hibiscus pernambucensis, Acrostichum danaeifolium, Dalbergia ecastophyllum* e *Sporobolus virginicus.*

Em estudo realizado por Governo do Estado do Espírito Santo (2006) objetivando analisar os impactos decorrentes da implantação do **"Projeto Náutico e Urbanização da Orla do Canal de Guarapari"** verificou-se a revelou a presença de 26 espécies pertencentes a 15 famílias (Tabela 4.2-1), sendo a maioria das espécies foi identificada nas áreas antropizadas como a arborização urbana e no paisagismo da praça pública. O ambiente natural normalmente não poderia contribuir com um maior número de espécies, uma vez que a flora dos manguezais é pobre devido às peculiaridades ambientais restritivas. A amostragem da vegetação arbórea em um setor desse manguezal revelou o predomínio de *Rhyzophora mangle,* seguida por *Laguncularia racemosa* e *Aviccenia schauerianna* (Tabela 4.6-1).

Tabela 4.6-1: Levantamento florístico a partir das espécies observadas e amostradas na área de influência do Projeto Náutico e Urbanização da Orla do Canal de Guarapari.

Família	Espécie	Porte	Nome Vulgar
Agavaceae	*Agave americana* L.	herbáceo	piteira
Apocynaceae	*Allamanda cathartica* L.	arbustivo	alamanda
Arecaceae	*Chrysalidocarpus lutescens*H. Wendl.	arbustivo	areca-bambu
Arecaceae	*Cocos nucifera* L.	arbóreo	coqueiro
Arecaceae	*Livistona chinensis* R. Br.	arbustivo	palmeira-de-leque-chinesa
Arecaceae	*Syagrus romanzoffiana* (Cham.) Glassman	arbóreo	jerivá
Aviceniaceae	*Avicennia schauerianna* Stapf. & Leechman	arbóreo	siribeira
Chrysobalanaceae	*Licania tomentosa* Fritsch.	arbóreo	oiti
Combretaceae	*Conocarpus erectus* L.	arbustivo	mangue-de-botão
Combretaceae	*Laguncularia racemosa* (L.) Gaertn.	arbóreo	mangue-branco
Combretaceae	*Terminalia catappa* L.	arbóreo	castanheira
Euphorbiaceae	*Ricinus communis* L.	arbustivo	mamona
Leguminosae	*Caesalpinia peltophoroides* Benth.	arbóreo	sibipiruna
Leguminosae	*Cassia fistula* L.	arbustivo	chuva-de-ouro
Leguminosae	*Delonix regia* (Bojer ex Hook.) Raf.	arbóreo	flamboyant
Leguminosae	*Leucaena leucocephala* (Lam.) De Wit	arbóreo	leucena
Leguminosae	*Senna siamea* (Lam.) Irwin & Barneby	arbóreo	cássia ferruginosa
Malvaceae	*Hibiscus rosa-sinensis* L.	arbustivo	hibisco
Malvaceae	*Hibiscus tiliaceus* L.	arbustivo	algodoeiro da praia
Meliaceae	*Melia azedarach* L.	arbóreo	cinanomo
Moraceae	*Ficus benjamina* L.	arbustivo	benjamina
Musaceae	*Musa paradisiaca* L.	arbustivo	banana
Poaceae	*Panicum maximum* Jacq.	herbáceo	capim-colonião
Poaceae	*Rhynchelytrum repens* (Willd.) C. E. Hubbard	herbáceo	
Rhyzophoraceae	*Rhizophora mangle* L.	arbóreo	mangue-vermelho
Rubiaceae	*Ixora duffii* T. Moore	arbustivo	Ixora

Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo (2006).

Os parâmetros fitossociológicos analisados por Governo do Estado do Espírito Santo (2006) foram Freqüência, Densidade, Dominância, Valor de Cobertura e de Importância, e os estruturais foram Área Basal e Densidade por hectare, Altura e Diâmetro Médios (Mueller-Dombois & Ellenberg, 1974).

Todos os cálculos foram realizados pelo programa FITOPAC (Shepheard, 1986) Em relação aos parâmetros estruturais, informa que o manguezal do Canal de Guarapari obteve como valores médios de altura e diâmetro, 5,93 metros e 8,42 centímetros, respectivamente. A densidade total foi de 1.980 indivíduos por hectare e a área basal 17,59 m^2/ha (Tabela 4.6-2).

Tabela 4.6-2: Espécies amostradas no levantamento fitossociológico no manguezal do Canal de Guarapari. (NP = número de parcelas; NI-= número de indivíduos; FR= freqüência relativa; DR= dominância relativa; DoM= dominância média; VC= valor de Cobertura; VI- Valor de Importância).

Espécies	NI	NP	DR	DoR	FR	VC	VI
Rhizophora mangle	74	5	74,75	44,64	41,67	119,39	161,06
Laguncularia racemosa	17	3	17,17	49,04	25,00	66,21	91,21
Avicennia schauerianna	8	4	8,08	6,32	33,33	14,40	47,74

Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo (2006).

Dentre as espécies encontradas na área de estudo, desenvolvido por Governo do Estado do Espírito Santo (2006), não foi detectada nenhuma considerada endêmica ou rara, uma vez que são, em sua maioria, são exóticas, ruderais ou de ampla distribuição geográfica, principalmente as ornamentais (Lorenzi & Souza, 1995; Lorenzi, 1998, 2000; 2002; Cintrón-Molero & Schaeffer-Novelii, 1992). Também não constam nas listas nacional e estadual de espécies ameaçadas de extinção (Portaria IBAMA Nº 37-N, de 03/04/92; Decreto Estadual 1499-R de 14/06/05), nenhuma das espécies observadas em Guarapari.

Destaca-se que o levantamento acima descrito não foi realizado sobre as áreas com a presença da Floresta Ombrófila Densa, que ocorre mais ao sul de onde de pretendia implantar o **"Projeto Náutico e Urbanização da Orla do Canal de Guarapari".**

- **Vegetação de Restinga e Apicum**

De acordo com IEMA (2005) as restingas são constituídas por solos desenvolvidos a partir de sedimentos arenosos, de origem do Quaternário. São profundos, excessivamente drenados, de baixa fertilidade natural, com reduzido valor de saturação de bases e alto valor de saturação de alumínio, características físicas e químicas que limitam o enraizamento das plantas neles cultivadas. São solos desprovidos de micronutrientes, com baixo potencial agrícola, limitados ao cultivo de culturas de subsistência como da mandioca e de algumas frutíferas como o caju e o maracujá. O relevo plano minimiza o processo erosivo. Os remanescentes de vegetação de restinga apresentam estruturas e portes variados, prevalecendo em alguns casos vegetação de porte arbóreo, com árvores de dezenas de metros, em outras vegetações arbustivas e até comunidades onde todas as plantas apresentam porte herbáceo, quase ao nível do solo.

Entre as áreas de mangue e a terra firme existe uma faixa de transição, normalmente de restinga, sem ou com vegetação, de largura variável, algumas vezes de caráter mais arenosos que limosos, denominada de Apicum, palavra

de origem indígena que significa “as coroas que fazem entre si o mangue e a terra firme” (Vinha & Gomes, 1991) *apud* IEMA (2005).

Essa descrição coincide com a de PEREIRA, & VALENTIN (2010) ao descreverem uma área fica localizada em terreno arenoso, constituindo uma Restinga, não característica do restante do litoral por estar entremeada com elementos do Manguezal.

> *“A vegetação lenhosa é de pequeno porte, não mais que três metros de altura, onde também são encontradas as espécies do ecótono Manguezal e ecossistemas terrestres. Grandes trechos são destituídos de vegetação por serem provavelmente "apicum", um tipo de ambiente hipersalino em Manguezal. Em outros pontos a vegetação é herbácea cobrindo o substrato arenoso.”*

Figura 4.6-3: Vista da área de Apicum e da Restinga próxima a margem do canal de Guarapari. Foto: E. Valpassos.

No diagnóstico da “Ilha Piúra”, elaborado por Paulo Vinha e José Manuel Gomes (1991), foram identificadas, numa área de aproximadamente 20.000 m^2, 30 famílias e 47 gêneros de plantas, entre nativas e exóticas. Dentre os remanescentes arbóreos naturais destacam-se a *Pseudobombax grandiflorum*, Jacaranda nítida (caroba), *Byrsonima sericea* (murici), *Pera glabrata* e plantas da família Trigoniaceae.

- **Mata de Tabuleiro**

No laudo técnico elaborado por PEREIRA, & VALENTIN (2010) a área apresenta cobertura vegetal florestal com representantes de altura em torno de 10 metros, Figura 4.6-4, como *Protium heptaphyllum* (Aubl.) Marchand (almescla) e *Pera glabrata* (Schott) Poepp. ex Baill. (pau-de-sapateiro), a presença da palmeira provavelmente *Attalea* sp., e resultado de antropização no passado tendo ocorrido regeneração natural. Esta situação pode ser comprovada ao se observar a Figura 4.6-5, na região do Bairro Coroado onde pode ser observado o estrato arbóreo mais alto e antigo pela presença de um único exemplar já morto do dossel superior.

Figura 4.6-4: Floresta Ombrófila Densa a margem do canal de Guarapari. Foto: E. Valpassos.

Figura 4.6-5: Remanescente da Floresta Ombrófila Densa em estagio médio de regeneração no Bairro Coroado com destaque de exemplar já morto da mata primitiva ao centro. Foto: E. Valpassos.

Nesse cenário, recomenda Governo do Estado do Espírito Santo (2006), torna-se importante a realização de estudos técnicos, mesmo empregando metodologia de amostragem rápida, para uma melhor caracterização dos remanescentes e levantamento preliminar da flora, que poderão subsidiar estratégias de conservação de manejo da vegetação natural.

4.7. FAUNA

De acordo com estudos realizados pela SEAMA (1989), *apud* IEMA (2004) indicam que as matas de restinga abrigam uma grande diversidade de espécies animais. Neste tipo de formação é comum encontrar espécies de mamíferos como rato-espinho *Proechimys* sp., a paca *Agouti paca*, a cutia *Dasyprocta aguti*, o mão-pelada *Procyos caccrivorus*, o sauí-de-cara-branca *Callintrix geoffoyi*, o gambá *Didelphis marsupialis* e a cuíca *Philander opossum*. Entre as espécies de aves destacam-se a jacupemba *Penelope superciliares*, a choquina *Thamnophylus punctatus*, a juriti *Leptotila* sp. e o inhambu *Crypturellus* sp.. Diversas aves aquícolas, como as garças *Egretta thula*, o socó *Butorides striatus*, o Martin-pescador *Ceryle torquata*, a piaçoca *Jaçanã jaçanã* e a saracura *Aramides* sp., são freqüentemente observadas nestes ambientes. Nas áreas de mangue e nas águas da baía existe uma fauna de peixes, crustáceos e mariscos de grande importância econômica, como o camarão lameirão, que é o camarão branco dos mangues, siris, caranguejos, moluscos como ostras, sururus, além de peixes como o robalo e a tainha, abundantes na região.

A semelhança do verificado para a vegetação da Baia de Guarapari as referencias de estudos locais sobre a fauna são ainda mais reduzidos, a exemplo de TRANSMAR (1995), sendo aqui a seguir relatados os resultados mais recentes obtidos por Governo do Estado do Espírito Santo (2006), objetivando analisar os impactos decorrentes da implantação do “Projeto Náutico e Urbanização da Orla do Canal de Guarapari” em área próxima a ponte de Guarapari (Figura 4.7-1).

Figura 4.7-1: Vista parcial do local onde foram realizados os estudos ambientais “Projeto Náutico e Urbanização da Orla do Canal de Guarapari”.
Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo (2006).

▪ Ictiofauna (Peixes)

Segundo Governo do Estado do Espírito Santo (2006) as áreas marinhas costeiras de regiões tropicais e subtropicais freqüentemente são bordeadas por uma vegetação característica e densa denominada manguezal (Day et. al, 1989). Representam grupos de plantas halofíticas, sendo que no novo mundo são representadas por dez espécies de plantas. No Brasil, são representadas principalmente por *Rhizophora mangle, Avicennia* sp. e *Laguncularia* sp. A zonação é uma das características de um manguezal, onde a vegetação se distribui de acordo com a resistência às taxas de salinidade. A morfologia das raízes destas plantas oferece abrigos importantes para muitas espécies de peixes e crustáceos.

Estudo sobre as espécies de peixes marinhos que ocorrem no Canal de Guarapari foram realizados por Governo do Estado do Espírito Santo (2006) e obtidos os seguintes resultados: 40 espécies de teleósteos pertencendo a 33 gêneros e 22 famílias (Tabela 4.7-1). As espécies mais abundantes numericamente foram: *Atherinella brasiliensis* (26,5%), *Mugilcurema* (13,1%), *Sphoeroides testudineus* (12,1%), *Trachinotus falcatus* (5,1%), *Chilomycterusantilarum* (4,2%), *Trachinotus carolinus* (4,2%) e *Eugerres lefroyi* (3,9%). A maioria das espécies foi representada por jovens, as quais utilizam as áreas rasas do canal como forma de proteção contra eventuais predadores. As famílias Scianidae e Carangidae apresentaram 6 espécies cada, sendo aquelas mais representadas dentro do Canal de Guarapari para o período amostrado.

Tabela 4.7-1: Valores absolutos e relativos do número de espécies de teleósteos capturados no canal de Guarapari.

FAMÍLIAS/ESPÉCIES	ESTAÇÕES								
	Nome Comum	*1*	*2*	*3*	*4*	*5*	*6*	*Total*	*%N*
SCIAENIDAE									
Menticirrhus americanus	Papa-lama	1		1				2	0,4
Micropogonias furnieri	Corvina	2	1	1		1		5	0,9
Ophioscion punctatissimus	Cabeça-dura		1					1	0,2
Paralonchurus brasiliensis	Maria-Luíza				1	1		2	0,4
Stellifer brasiliensis	Cabeça-dura			1				1	0,2
Umbrina coroides	-		1	2				3	0,6
CENTROPOMIDAE									
Centropomus undecimalis	Robalo	3	1	4	5	3	2	18	3,3
Centropomus parallelus	Robalo-flexa				1		1	2	0,4
GOBIIDAE									
Gobionelus boleosoma	-						1	1	0,2
GERREIDAE									
Eucinostomus gula					1		1	2	0,4
Eugerres brasilianus	Carapepa		3	1				4	0,7
Eugerres lefroyi	-	2	3	2	5	7	2	21	3,9
CARANGIDAE									
Caranx hyppos	Xaréu				1			1	0,2
Caranx latus	Xaréu								
Olygoplites saliens	Guaivira				2		1	3	0,6
Selene vomer	Peixe-galo		1	1				2	0,4
Trachinotus carolinus	Pampo	9	5	8		1		23	4,2
Trachinotus falcatus	Pampo	3	9	11	2	3		28	5,1

Tabela 4.7-1: Valores absolutos e relativos do número de espécies de teleósteos capturados no canal de Guarapari. Continuação.

FAMÍLIAS/ESPÉCIES	ESTAÇÕES								
	Nome Comum	***1***	***2***	***3***	***4***	***5***	***6***	***Total***	***%N***
LUTJANIDAE									
Lutjanus jocu	Dentão	1	2	1		1	1	6	1,1
Lutjanus synagris	Vermelho		1	3	2	4	2	12	2,2
CLUPEIDAE									
Harengula clupeola	Sardinha			1				1	0,2
EPHIPPIDIDAE									
Chaetodipterus faber	-					1	1	2	0,4
GOBIEXOSIDAE									
Gobiesox strumosus	-		1					1	0,2
ENGRAULIDIDAE									
Anchoviella lepidentostole	Manjubinha	2	1	4	3	1		11	2,0
Lycengraulis grossidens	Manjuba						2	2	0,4
SCORPAENIDAE									
Scorpaena plumieri	Peixe-escorpião				1			1	0,2
MUGILIDAE									
Mugil curema	Tainha	11	15	9	23	5	8	71	13,1
Mugil liza	Tainha	2	1	4	7	6	3	23	4,2
TRIGLIDAE									
Prionotus punctatus	Cabrinha	1						1	0,2
POMADASYIDAE									
Conodon nobilis	Roncador		1	2	1	1		5	0,9
SYNGNATHIDAE									
Syngnathus scovelli	Peixe-cachimbo				5	4	7	16	2,9
DIODONTIDAE									
Chilomycterus reticulatus	Baiacu-de-espinho	7	4	3	1	6	5	26	4,8
TETRAODONTIDAE									
Sphoeroides testudineus	Baiacu	13	10	14	17	9	3	66	12,1
Sphoeroides greeleyi	Baiacu	3	5	1	8	1	3	21	3,9
PARALICHTHYDAE									
Citharichthys spilopterus	Linguado		1		1		1	3	0,6
Etropus crossotus	Linguado					2		2	0,4
ACHIRIIDAE									
Achirus lineatus	Linguado		1			1	4	6	1,1
POLYNEMIDAE									
Polydactilus virginicus	-		2	1				3	0,6
CYNOGLOSSIDAE									
Sinphurus plagusia	Língua de Mulata					1		1	0,2
ATHERINIDAE									
Atherinella brasilienis	Peixe-rei	14	16	27	32	26	29	144	26,5
TOTAL	**-**	***75***	***88***	***105***	***123***	***90***	***63***	***544***	***100,0***

Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo (2006).

De acordo com Governo do Estado do Espírito Santo (2006), em termos de abundância numérica, as famílias Atherinidae, Mugilidae, Tetraodontidae, Carangidae, Gerreidae e Diodontidae contribuíram com mais de 80,0% de todos os exemplares capturados (Figura 4.7-2). Todas as demais famílias representaram apenas 19,4% dos exemplares capturados. Isto evidencia a importância, em termos de estrutura da comunidade, com a dominância de poucas espécies e famílias. Ou seja, em termos de contribuição para a biomassa total, poucas espécies participam como grandes contribuintes. O que é um caso geral, mesmo em regiões com uma diversidade maior de micro-habitats. O índice de diversidade específica Shannon-Weaver foi de 3,87, um valor alto, mas já esperado para regiões tropicais. A equitabilidade

foi de 0,73, evidenciando certo equilíbrio entre os membros que compõem a comunidade como um todo.

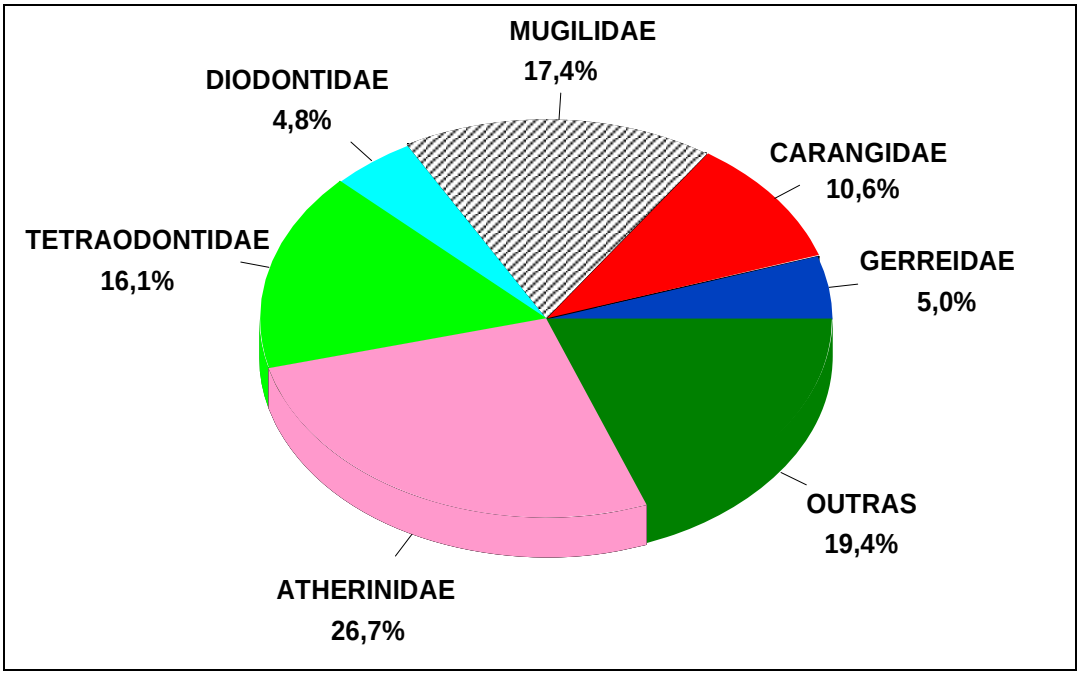


Figura 4.7-2: Valores percentuais na abundância numérica das famílias de teleósteos mais representativas no Canal de Guarapari.
Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo (2006).

- **Herpetofauna (Anfíbios)**

De acordo com Governo do Estado do Espírito Santo (2006), os ambientes na área de influência do empreendimento **"Projeto Náutico e Urbanização da Orla do Canal de Guarapari",** encontram-se bastantes perturbados por ações antrópicas, uma vez que estes foram ocupados de forma desordenada e os nichos ecológicos foram extintos. Dessa forma os resultados em relação a riqueza de anfíbios anuros que ocorrem na área de influência do empreendimento ficaram restritos a apenas 14 espécies de anfíbios anuros, as quais pertenceram a três famílias: Bufonidae, Hylidae e Leptodactylidae (Tabela 4.7-2). A família Bufonidae ficou representada por 2 espécies, Hylidae por 10 e a Leptodactylidae por 2 espécies, sendo que nenhuma das espécies amostradas consta na lista das ameaçadas de extinção, ou são endêmicas e/ou rara (MMA, 2003 e Decreto-ES, 2005), *apud* Governo do Estado do Espírito Santo (2006).

Tabela 4.7-2: Relação das espécies de anfíbios anuros observados na área de influência do empreendimento. Continuação.

FAMÍLIA / ESPÉCIES	NOME POPULAR	OCORRÊNCIA	
		AID	AII
BUFONIDAE			
Bufocrucifer	Sapo	X	X
Bufogranulosus	Sapinho		X
HYLIDAE			
Hypsiboas albomarginatus	Perereca-verde		X
Hypsiboas faber	Sapo-ferreiro		X
Hypsiboas semilineatus	Perereca		X
Dendropsophus elegans	Perereca-de-moldura		X
Dendropsophus decipiens	Perereca		X
Dendropsophus bipunctatus	Perereca		X
Dendropsophus branneri	Perereca		X
Dendropsophus minutus	Perereca		X
Scinax alter	Perereca		X
Scinax fuscovarius	Perereca-de-banheiro	X	X
LEPTODACTYLIDAE			
Leptodactylus ocellatus	Rã-manteiga	X	
Leptodactylus gr. *fuscus*	Rã-assobio		X

Legenda: AID - Área de Influência Direta; All - Área de Influência Indireta.
Nota: A classificação sistemática segue Faivovich, et al. 2005
Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo (2006).

A espécie mais abundante foi *Scinax alter* (19,18%), seguida por *Scinax fuscovarius* (15,07%) e *Leptodactylus* gr. *ocellatus* (12,33%). As outras espécies foram numericamente menos representadas.

- **Herpetofauna (Répteis)**

Os resultados obtidos por Governo do Estado do Espírito Santo (2006), os ambientes na área de influência do empreendimento **"Projeto Náutico e Urbanização da Orla do Canal de Guarapari",** para a herpetofauna totalizaram 10 espécies de répteis, pertencentes a 6 famílias (Tropiduridae, Gekkonidae, Teiidae, Boidae, Colubridae e Viperidae) e 2 subordens (Serpentes e Sauria), foram registradas nas áreas amostradas.

Estas espécies foram relacionadas a seguir, obedecendo-se um ordenamento alfabético (espécies dentro das famílias) e filogenético (famílias e ordens) (Pough et al., 1993) de acordo com Governo do Estado do Espírito Santo (2006).

ORDEM SQUAMATA

SUBORDEM SAURIA
FAMÍLIA TROPIDURIDAE
Tropidurus gr. torquatus - calango

FAMÍLIA GEKKONIDAE
Hemidactylus mabouia - lagartixa-de-parede
Gymnodactylus darwini - lagartixa

FAMÍLIA TEIIDAE
Ameiva ameiva - calango-verde
Tupinambis merianae - lagarto, teiú

SUBORDEM SERPENTES
FAMÍLIA COLUBRIDAE
Philodryas patagoniensis - parelheira
Liophis miliaris - cobra-d'água
Helicops carinicaudus - cobra-d'água

FAMÍLIA BOIDAE
Boaconstrictor - jibóia

FAMÍLIA VIPERIDAE
Bothrops jararaca – jararaca

Segundo Governo do Estado do Espírito Santo (2006), na área de influência direta ocorreu apenas duas espécies (*Hemidactylusmabouia* e *Tropidurus* gr. *torquatus*) e todas as espécies amostradas ocorreu na área de influência indireta do empreendimento. Entre os lagartos, *Tropidurus* gr. *torquatus* (Sauria: Tropiduridae) foi numericamente muito superior aos outros representando 37,49% dos exemplares observados. *Hemidactylus mabouia* (Sauria: Gekkonidae) foi a segunda espécie numericamente dominante que representou 28,57% do total amostrado. As demais espécies foram numericamente menos relevantes (Tabela 4.7-3). As serpentes como esperado foram numericamente pouco representativas. Nenhuma das espécies amostradas consta na lista das ameaçadas de extinção, ou são endêmicas e/ou rara (MMA, 2003 e Decreto-ES, 2005).

Tabela 4.7-3: Abundância numérica absoluta e relativa das espécies de répteis observados na área de estudo.

ESPÉCIES	N	%N
Hemidactylus mabouia	16	28,57
Gymnodactylus darwini	2	3,57
Tropidurus gr. *Torquatus*	21	37,50
Ameiva ameiva	8	14,29
Tupinambis merianae	2	3,57
Serpentes		
Philodryas patagoniensis	1	1,79
Liophis miliaris	3	5,36
Helicops carinicaudus	1	1,79
Boa constrictor	1	1,79
Bothrops jararaca	1	1,79
Total	***35***	***100,00***

Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo (2006).

A análise com relação às famílias predominantes não mostrou nenhuma surpresa (Figura 4.7-3). A Família Tropiduridae dominou no percentual numérico (37,49%), seguida pelas famílias Gekkonidae (32,14%) e Teiidae (17,86%). As outras famílias foram numericamente pouco representativas (Governo do Estado do Espírito Santo, 2006).

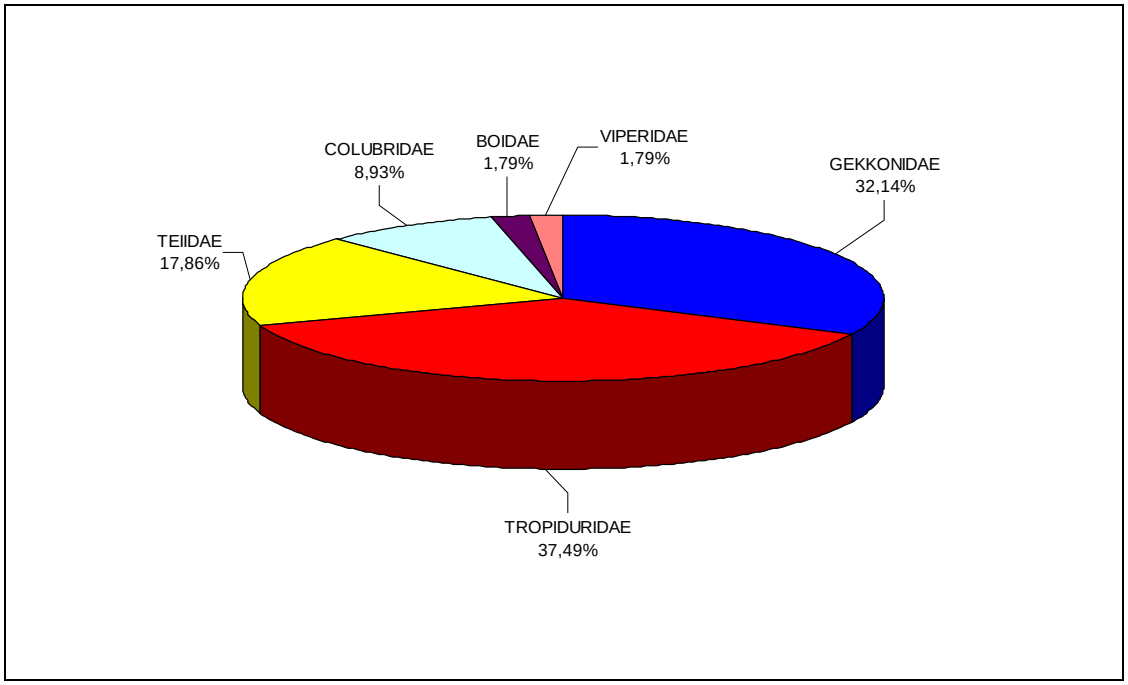


Figura 4.7-3: Percentual dos valores numéricos das famílias de répteis observadas.
Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo (2006).

- **Avifauna (Aves)**

De acordo com Governo do Estado do Espírito Santo (2006), a área destinada a implantação do empreendimento em si é completamente destituída de vegetação nativa, sendo esta constituída de um trecho urbanizado onde os elementos arbóreos encontram-se espaçados em pontos distintos da área. Dentro dos limites da área de influência direta do empreendimento foram detectadas pequenas manchas de mata, ambas localizadas na encosta e no topo dos dois morros, estes fragmentos encontram-se isolados por áreas de pastagem e culturas, não apresentando assim uma matriz permeável, e constituindo blocos florestais distintos.

As espécies encontradas foram agrupadas em relação a sua dieta alimentar classificando indivíduos que apresentam uma alimentação similar. Esta classificação foi feita com base no modelo sugerido por Salt (*apud* Simberloff & Dayan, 1991) onde a classificação alimentar da avifauna de um determinado local deve basear-se na localização dos sítios de alimentação, tipos de alimentos coletados e métodos de forrageamento. De fato, este é o modo atual adotado por muitos dos pesquisadores que dividem as avifaunas em guildas de forrageamento (Terborg & Robinson, 1986). As espécies encontradas no levantamento de Governo do Estado do Espírito Santo

(2006), foram ainda classificadas em relação a sua residência ou a hábitos migratórios seguindo CBRO (2006), e quanto a sua sensibilidade a distúrbios causados ao meio ambiente seguindo Parker III et al. (1996).

Foram encontradas ao final de 15 listas de espécies, 45 espécies de aves (Figura 4.7-4), sendo 31 Não Passeriformes e nove Passeriformes (Tabela 4.7-5), apresentada a seguir (Governo do Estado do Espírito Santo, 2006):

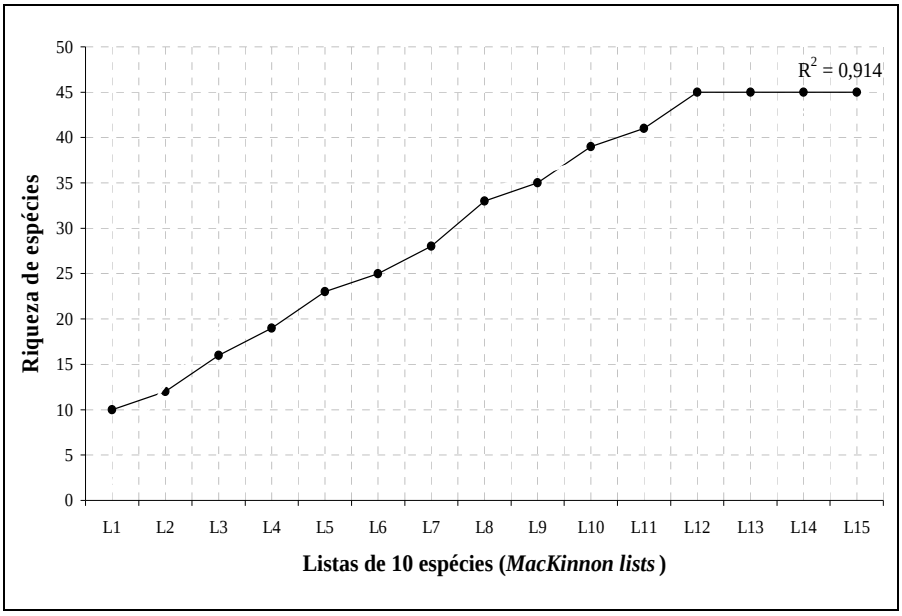


Figura 4.7-4: Curva acumulativa de espécies em relação às listas de espécies. Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo, (2006).

De acordo com (Governo do Estado do Espírito Santo, 2006), do total de espécies encontradas, 43 são residentes em Guarapari, ou seja, espécies que apresentam indícios de reprodução neste local. Apenas uma espécie (*Aramides mangle*) é endêmica do Brasil, ou seja, uma espécie que não pode ser encontradas em nenhuma outra parte do planeta a não ser em terras brasileiras. Não foram observadas na área em questão espécies cujos nomes constem nas listas oficiais de aves ameaçadas de extinção. O número de espécies encontradas por este estudo reflete a situação em um determinado momento da paisagem da região, este estudo não pretende subestimar a diversidade local, mas sim tentar demonstrar como se distribui a comunidade de aves que habita a área do empreendimento.

Acredita-se que o número de aves existentes no município de Guarapari, seja no mínimo duas vezes maior do que o encontrado, e que muitas destas ocorram em ambientes pouco alterados pelo homem. Para tal afirmação, toma-se como base os registros históricos presentes em Pinto (1938 e 1944), e os estudos recentes feitos por Venturini et al. (1996) no Parque Estadual Paulo César Vinha onde 144 espécies foram encontradas, muitas delas consideradas raras na região, e também pelo trabalho de Bauer (1999) na região Sul do Estado, onde encontrou 83 espécies que ocorrem nas baixadas sendo 11 destas restritas ao litoral (Governo do Estado do Espírito Santo, 2006).

Portanto poucas espécies de aves podem ser consideradas como típicas do ecossistema manguezal. Sick (1997) incluiu nesta categoria o gavião-caranguejeiro (*Buteogallus aequinoctialis*), localizado sobre o manguezal do Bairro Kubitscheck pela equipe da Makoto, (Figura 4.7-5) a garça-tricolor (*Egretta tricolor*) e o guará (*Eudocimus ruber*), espécies que se aproveitam da abundância de crustáceos que vivem na lama e sobre as árvores. Segundo Sick (1997), outra espécie típica do manguezal é a figuinha-do-mangue (*Conirostrum bicolor*). Sendo que esta ultima foi à única registrada por este estudo na área de influência do empreendimento. Não foi encontrada nenhuma espécie que figure nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção (Governo do Estado do Espírito Santo, 2006).

Figura 4.7-5: Gavião-caranguejeiro - *Buteogallus aequinoctialis*, localizado sobre o manguezal do Bairro Kubitschek pela equipe da Makoto no dia 19/07/2012. Foto: Patrick T. Pereira.

Destaca-se ainda o importante informe sobre o avistamento de *Ajaia ajaja* - Colhereiro (Figura 4.7-6) espécie em maio de 1998, num total de oito indivíduos foi observado por A. S. Amaral Neto no Bairro Lameirão (manguezal de Guarapari). A espécie é considerada como provavelmente ameaçada de extinção no estado do Rio de Janeiro (Bergallo et al., 2000) e como espécie ameaçada (vulnerável) para o estado de Minas Gerais (Machado et al., 1998). Consta nas listas de espécies de Ruschi para o Espírito Santo (Ruschi, 1953, 1967), tendo sido considerado como ameaçado de extinção para o Estado (Ruschi, 1954) e como não mais ocorrente para o Espírito Santo a partir de 1967 (Ruschi, 1976) de acordo com (VENTURINI & PAZ, 2003).

Figura 4.7-6: *Ajaia ajaja* – Colhereiro.
Fonte: http://www.birding.com/topbirds/3760rs.asp

- **Mamíferos**

Os Manguezais possuem uma fauna com baixa diversidade de mamíferos quando comparada as florestas ombrófilas, por exemplo, possivelmente devido ao estado inconsolidado do seu substrato e a pouca ocorrência de vegetação que produz frutos, goma e seiva, com isso, torna-se um ambiente com poucos atrativos para a fauna (Lacerda, 1984; Ruschi, 1979, Giulietti et al., 1983). Nas áreas amostradas, foram confirmadas a presença de 07 espécies de mamíferos, pertencente às ordens Didelphimorphia, Carnívora, Primates, Xenarthra (=Edentata), Lagomorpha e Rodentia (Tabela 4.7-4) sendo que nenhuma consta na lista das ameaçadas de extinção, ou são consideradas raras (MMA, 2003 e Decreto-ES, 2005) (Governo do Estado do Espírito Santo, 2006).

Tabela 4.7-4: Espécies de mamíferos de ocorrência confirmada para a região de estudo.

Ordem	Família	Nome Científico	Nome Vulgar	AID	AII
Didelphimorphia	Didelphidae	*Didelphis aurita*	Gambá		X
Primates	Calichrthidae	*Callithrix geoffroyi*	Sagui		X
Xenarthra	Dasypodidae	*Dasypus novemcinctus*	Tatu-galinha		X
Lagomorpha	Leporidae	*Sylvilagus brasiliensis*	Coelho		X
Rodentia	Hydrochaeridae	*Hydrochaeris hydrochaeris*	Capivara		X
	Muridae	*Rattus rattus*	Rato	X	X
	Muridae	*Rattus norvegicus*	Rato-de-esgoto	X	X
	Cavidae	*Cavia* sp.	Preá		X
	Agoutidae	*Agouti paca*	Paca		X

Legenda: AID - Área de Influência Direta; AII - Área de Influência Indireta.
Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo, 2006.

Somente 02 (duas) espécies ocorreram na área de influência direta, enquanto que 09 (nove) ocorreram na área de influência indireta. Dentre as espécies amostradas as mais comuns (corroborando com as entrevistas realizadas com moradores locais) foram os representantes do gênero *Rattus*, isto se deve a proximidade do empreendimento com a ocupação humana e as

características ecológicas dos ratos, os quais possuem hábitos periantrópicos. Nos ambientes mais afastados das habitações humanas, portanto, na área de influência direta a espécie mais comum foi o gambá (*Didelphis aurita*), trata-se de uma espécie endêmica da Mata Atlântica com ampla distribuição no estado do Espírito Santo (Palma, 1996). Por ser uma espécie extremamente generalista ocorre em vários tipos de habitats (Hermmann, 1991). Segundo os dados, a Ordem Rodentia com quatro famílias e cinco espécies foi a mais representada com 55,5% da captura. As outras ordens foram representadas por apenas 01 família e 01 espécie (Figura 4.7-7) (Governo do Estado do Espírito Santo, 2006).

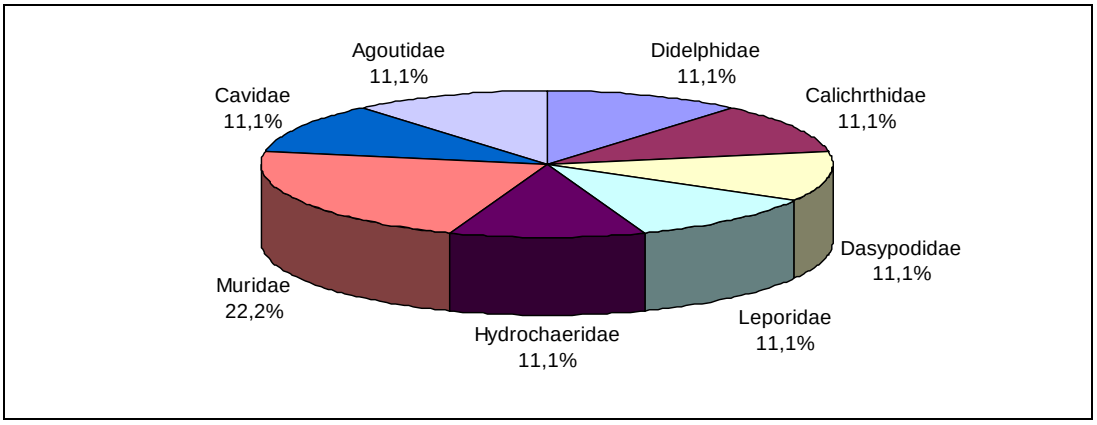


Figura 4.7-7: Representatividade das famílias de mamíferos baseado no número de espécies identificadas na área de estudo.
Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo, 2006.

Dadas as características da área de influência do empreendimento, ou seja, elevado grau de antropização, a riqueza de mamíferos mostrou-se muito baixa no período estudado. Estas informações corroboram com os dados obtidos no Estudo de Impacto da Implantação da Marina de Guarapari (TRANSMAR, 1995), Este estudo identificou três espécies, foram elas: o mão-pelada (*Procyon cancrivorus*), o gambá (*Didelphis marsupialis*) e o rato-de-esgoto (*Rattus norvegicus*).

A fauna terrestre presente no em torno do estuário da Baía de Guarapari é bastante diversificada, apesar de toda exposição às agressões decorrente da expansão urbana que vem se processando em suas mediações, principalmente nas áreas confrontantes aos bairros Kubitschek, Concha D'Ostra e Itapebussu. Estudos mais detalhados sobre a composição das populações da fauna terrestre e aquática devem ser promovidos tendo por objetivo obter conhecimentos básicos que possam contribuir o estabelecimento do zoneamento da UC objetivando a sua conservação e o manejo dos recursos naturais da RDSCD.

4.8. CARACTERIZAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS

Dentre as florestas tropicais, a Mata Atlântica é uma das mais ameaçados do mundo (Mittermeier et al., 1982) e devido à sua localização litorânea deste bioma, juntamente com os Campos Sulinos, foram os primeiros a serem colonizados no Brasil, concentrando-se nele mais de 70% da população brasileira (MMA/SBF, 2000) *apud* CTA, (2004). A cobertura vegetal em ambiente terrestre do Estado do Espírito Santo faz parte Bioma Mata Atlântica, e expressada nos ecossistemas Mata Atlântica s.l., Restinga e Manguezal (IPEMA 2005) *apud* PEREIRA, & VALENTIN (2010).

De acordo com o autor a área onde está situada a RDSCD, formada basicamente por vegetação de mangue pode receber denominações distintas como no de Veloso et al. (1991) que enquadrada como Área de Influência Fluviomarinha Arbórea, ou Mata Paludosa Marítima (Ruschi, 1950), Floresta de Estuário (Faria & Zippinotti, 1985) ou simplesmente Manguezal ou Bosques de Mangue (Vinha & Gomes, 1991), *apud* IEMA (2004).

Segundo Governo do Estado do Espírito Santo, 2006, a classificação dos tipos fisiográficos dos bosques de mangue (Cintrón et al., 1985, *apud* Cintrón-Molero & Schaeffer-Novelii, 1992), que inter-relaciona aspectos fisionômicos e características funcionais com a hidrologia e geomorfologia local, o manguezal estudado no Canal de Guarapari é do tipo Ribeirinho, ocorrendo ao longo do rio, (Figura 4.8-1) sofrendo influência da maré e com maior aporte de nutrientes.

Figura 4.8-1: Vista parcial do manguezal de Guarapari em primeiro plano, observando ao fundo a formação do cristalino sobre a qual desenvolve a Floresta Ombrófila Densa presente na margem oeste do canal de Guarapari na RDSCD. Foto: E. Valpassos.

O encontro de três formações geológicas de diferentes origens e momentos tão distintos na região da RDSCD, conforme já descrito no **item 4.4 Geomorfologia**, confere o desenvolvimento de condições particulares ao contexto da UC, permitindo-lhe em uma área relativamente pequena se observar uma variação de ambientes expressados por uma variedade de vegetações.

Podemos ter de um lado remanescentes da Floresta Ombrófila Densa sobre terreno do Terciário e em seu lado oposto a mesma formação da vegetal sobre o solo argiloso característico do Cristalino, conforme observado nas Figuras 4.8-2 e 4.8-3.

Figura 4.8-2: Vista parcial Floresta Ombrófila Densa presente na margem LESTE do canal de Guarapari, em Concha D'Ostra na RDSCD. Foto: E. Valpassos.

Figura 4.8-3: Vista parcial Floresta Ombrófila Densa presente na margem OESTE do canal de Guarapari na RDSCD. Foto: E. Valpassos.

A esta singularidade da ocorrência da Floresta Ombrófila Densa, se soma as variações encontradas das formações de vegetação halófita de restinga e de apicum (Figuras 4.8-4 e 4.8-5) onde nesse ultimo ambiente foram identificadas, na "Ilha Piúra", numa área de aproximadamente 20.000 m^2, 30 famílias e 47 gêneros de plantas, entre nativas e exóticas, segundo levantamento elaborado por Paulo Vinha e José Manuel Gomes (1991), citado por IEMA (2004). Dentre os remanescentes arbóreos naturais destacam-se a *Pseudobombax grandiflorum*, *Jacaranda nitida* (caroba), *Byrsonima sericea* (murici), *Pera glabrata* e plantas da família Trigoniaceae.

Figura 4.8-4: Vista parcial da formação da vegetação de restinga, na Prainha de Olaria na RDSCD. Foto: E. Valpassos.

Figura 4.8-5: Vista parcial da "Ilha Piúra", onde ocorre a formação "Apicum" na RDSCD. Foto: E. Valpassos.

A diversidade observada nos ambientes acima descritos deve ser objeto de um detalhamento cuidadoso, durante a elaboração do seu plano de manejo objetivando não um melhor conhecimento sobre os mesmos, mas um planejamento voltado a sua proteção e uso sustentável.

4.9. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS

4.9.1. Aspectos Sociais

O estudo realizado considerou a existência de 9 áreas associadas aos bairros adjacentes a UC. São eles: Lameirão, Praia do Riacho, Kubistchek, Camurugi, Praia de Olaria, Itapebussu, “Bico do Urubu” e Concha D’Ostra, sendo estes dois últimos estarem totalmente dentro dos limites da UC. Destaca-se que a área correspondente a Olaria foi excluída do levantamento, conforme entendimentos mantidos entre as equipes do IEMA/GRN e da Makoto Ambiental.

A inexistência do estabelecimento dos limites de cada bairro, uma vez que Guarapari ainda não oficializou esta divisão, fez com que os mesmos fossem divididos de acordo com a percepção dos moradores entrevistados que definiram os limites entre os mesmos. Esta aceitação se deu pela identidade de seus moradores com os locais onde residem, demonstrando certa “autonomia” em relação ao bairro que lhes deu origem. Destaca-se ainda que este trabalho considerasse como “bairros” a área identificada como Bico do Urubu, que é a Rua Espírito Santa ligada ao Bairro Praia do Riacho e Concha D’Ostra que estão ligados ao Bairro Coroado.

Dentro do universo estudado o número total de unidades habitacionais pesquisadas foi de 1060. Entretanto, o apontado no gráfico na Figura 4.9.1-1 é de 934 unidades habitacionais, devido a paralisação da coleta de informação no Bairro Kubitschek. Paralisação esta, causada pela intimidação de traficantes locais junto aos responsáveis pela pesquisa. Das 151 unidades habitacionais existentes na área inventariada do Bairro Kubitschek, apenas 25 foram pesquisadas, deixando assim um número de 126 casas em defasagem em relação ao número real.

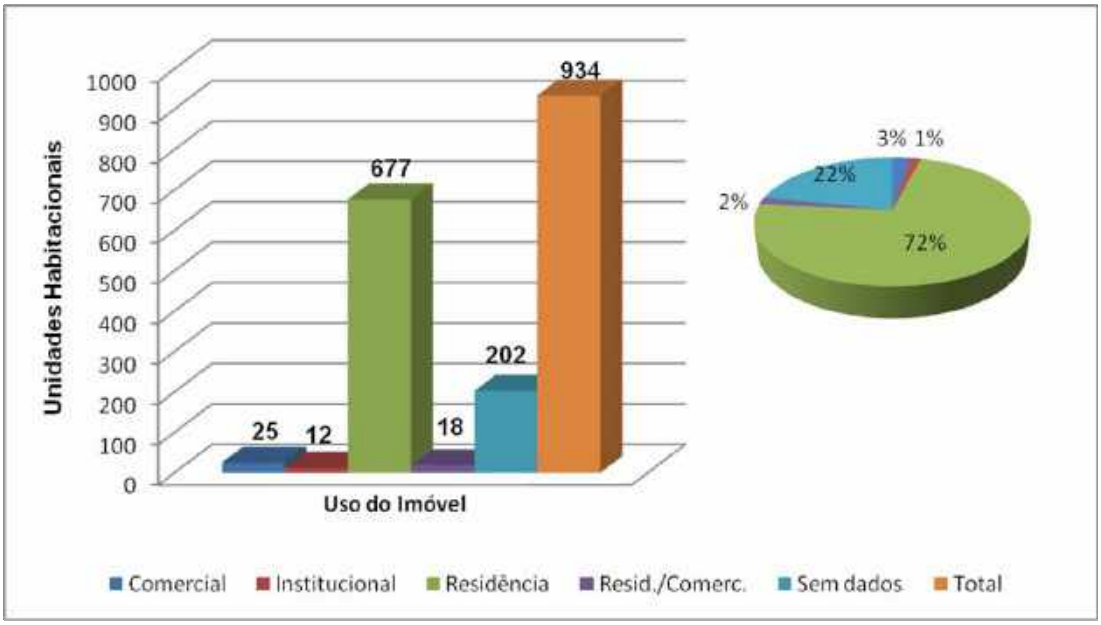


Figura 4.9.1-1: Unidades habitacionais identificadas dentro e no limite da RDS Concha D’Ostra.

Destaque deve ser feito sobre a metodologia de identificação das unidades habitacionais a serem inventariadas, estabelecida em conjunto com os técnicos do IEMA e da Makoto Ambiental, onde ficou estabelecido que fossem pesquisadas todas as que estivessem inseridas na UC, assim como, as sobrepostas ao limite, bem como as justapostas ao mesmo, mas fora da UC.

As informações descritas nos próximos subitens foram obtidas através da interpretação do somatório dos valores das respostas das de perguntas do **Questionário 1 – Dados do Censo Imobiliário** e/ou do **Questionário 3 – Comunidades**, conforme se observa no exemplo na Figura 4.9.1-2.

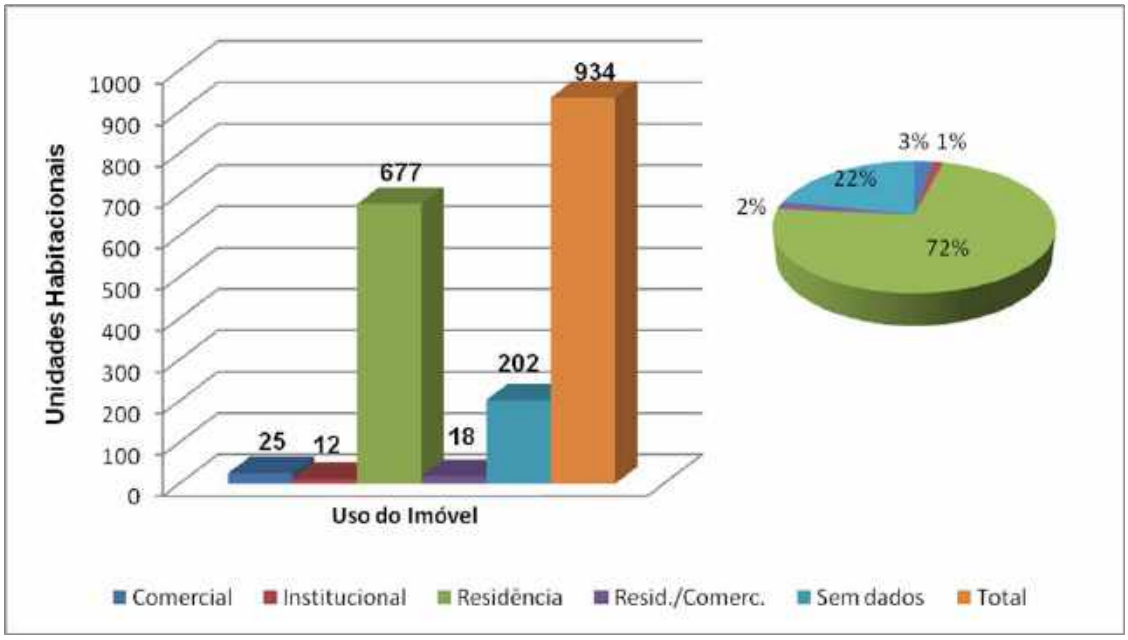


Figura 4.9.1-2: Forma de utilização do imóvel.

No exemplo acima apresentado, é possível então avaliar o **perfil da forma de utilização dos imóveis** pelos moradores, encontrados dentro da área de estudo dentro da RDS e no seu entorno imediato. No exemplo acima é possível se identificar os diferentes destinos encontrados para os imóveis localizados na área de estudo. A estas informações, se somaram ainda as percepções de campo, retratadas através de registros fotográficos e/ou de outras fontes bibliográficas.

Diferente da metodologia acima descrita, o **subitem 4.9.1.1. Histórico da Região** foi desenvolvido com base em análises de imagens do Google Earth e o **subitem 4.9.1.2. Infraestrutura de Transporte**, descrito a partir da avaliação da percepção do trabalho de campo.

Estas, portanto foram as formas possíveis encontradas para se "diagnosticar" os diferentes aspectos que compõe o item Aspectos Sociais da área da RDS. Destaca-se, porém que embora existam dados censitários do IBGE para o município de Guarapari, estes não são disponíveis para o recorte espacial da área de interesse.

4.9.1.1. Histórico da Região

Para conhecermos o processo de ocupação da região da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra criada pela Lei Estadual nº 8464/2007 em março de 2007, é necessário interpretar os registros fotográficos mais antigos da região, tendo como referência principal um conjunto de fotos aéreas tiradas no início da década de 70 pelo IBC – Instituto Brasileiro do Café num esforço para mapear os cafezais antigos objetivando erradicá-los (Figura 4.9.1.1-1). Esta importante referência permite identificar o contexto da ocupação urbana de Guarapari cerca de 40 anos atrás e, a partir deste, inferir o processo de ocupação urbana nos bairros da região.

Figura 4.9.1.1-1: Limite da RDS Concha D'Ostra sobreposto à fotografia aérea da década de 70.

Atualmente na região da UC e no seu limite imediato foram identificadas 1.060 unidades habitacionais distribuídas em 09 áreas dos seguintes bairros localizadas dentro da RDS, sendo elas: Lameirão, Praia do Riacho, Kubitschek, Concha D'Ostra, Coroado, Prainha de Olaria, Rua Espírito Santo, Itapebussu e Camurugi.

Cada área estudada foi avaliada quanto ao desenvolvimento de sua ocupação considerando o registro mais antigo de 1970 e as imagens mais recentes do Google Earth de 2011 e as históricas existentes em seu banco de imagens.

Acrescentou-se ainda, imagens reproduzidas de fotografias particulares de acervos pessoais encontrados ao longo do trabalho de campo.

❖ *BAIRRO LAMEIRÃO*

A área do Bairro Lameirão localizado dentro da RDS atualmente possui 62 unidades habitacionais. Entretanto, no início da década de 70, era somente um área rural com poucas áreas plantadas, com o mangue bem conservado e apenas uma estrada vicinal principal coincidindo com o limite atual da UC, conforme se observa na Figura 4.9.1.1-2.

Figura 4.9.1.1-2: Região do Lameirão na década de 70 e o limite atual da UC (em verde).

Importante observar que já existia uma faixa de terra não ocupada entre o mangue e eixo da estrada vicinal, constituído de pequenos pomares, que darão origem ao atual Bairro do Lameirão.

Anos depois no início do século XXI em 2003, podemos observar que a ocupação da região se desenvolveu praticamente ao longo da estrada vicinal, observando-se na região mais ao sul da RDS e a direita da imagem na Figura 4.9.1.1-3, o início da ocupação de uma área do mangue.

Este novo limite do manguezal que passou a ser usado como referência para o delineamento mais tarde da RDS.

Figura 4.9.1.1-3: Região do Lameirão em 29/6/2003 com o limite atual da RDS (em verde).
Fonte: Imagens históricas do Google Earth.

Ao longo dos anos subseqüentes a ocupação da área do bairro dentro da RDS não evolui de forma significativa, permanecendo praticamente a mesma até o presente conforme pode ser observado na Figura 4.9.1.1-4 de 2011.

Figura 4.9.1.1-4: Região do Lameirão em 26/11/2011 com o limite atual da RDS (em verde).
Fonte: Imagens históricas do Google Earth.

❖ *BAIRRO PRAIA DO RIACHO e RUA ESPÍRITO SANTO*

Estes dois bairros foram agrupados para melhor visualização em funcão das respectivas localizações espaciais, em relação um ao outro e aos limites da RDS.

Como pode ser observado na Figura 4.9.1.1-5, no início da década de 70 o mangue da Baía de Guarapari era maior na sua parte mais ao sul, se encontrando bem preservado e associado a vegetação de restinga situada a leste. Não havia nenhuma ocupação humana e a única intervenção antrópica se limitava a estrada próxima à praia.

Figura 4.9.1.1-5: Região da Praia do Riacho e "Bico do Urubu" na década de 70 e o limite atual da UC (em verde).

Já em 2003 (Figura 4.9.1.1-6) evidencia-se o aterro sobre o mangue da parte sul para o norte, a partir da área de uma jazida de barro, prolongando-se mangue adentro, formando a Rua Espírito Santo, também conhecido com "Bico do Urubu", dando início a ocupação ainda com poucas moradias. Discute-se nesse momento a informação de que a área fora um antigo lixão da prefeitura de Guarapari, pois apesar dessa ser uma afirmação corrente, não se evidencia nas imagens históricas do Google Earth esse uso do solo, uma vez que o padrão de desenvolvimento dessa atividade é bem conhecido, e pouco compatível com a forma observada da ocupação da área. Não se elimina, contudo a possibilidade de ter havido despejo de lixo nas laterais da rua, pois o processo de crescimento lateral é bem evidenciado ao se analisar as imagens, mas é evidente o processo, concomitantemente de aterro também com argila, conforme pode ser observado na seqüência das imagens, de 2003 a 2011 (Figura 4.9.1.1-7).

O processo de ocupação da vegetação natural torna-se mais efetivo, observando-se o alargamento sobre o mangue no início da referida rua, assim como mais ao norte, as margens da estrada vicinal sobre o que fora apicum e restinga.

Figura 4.9.1.1-6: Região do Bairro Praia do Riacho e "Bico do Urubu" em 29/6/2003 com o limite atual da RDS (em verde). Fonte: Imagens históricas do Google Earth.

Figura 4.9.1.1-7: Evolução da ocupação da final da Rua Espírito Santo durante os anos de 2003, 2005, 2007 e 2011. Fonte: Imagens históricas do Google Earth.

Já com o passar dos anos a ocupação da Rua Espírito Santo, se consolida, chegando a 110 moradias, conforme se observa na imagem de 26/2/2011 do Google Earth (Figura 4.9.1.1-8), com a maior parte da população vivendo em situação de moradias muito precárias, todas sem esgotamento sanitário e muitas tendo como principal atividade a coleta e revenda de resíduos sólidos, usando as áreas ainda vazias ou as laterais de seus lotes para deposição do lixo, para posterior separação. Os resíduos não aproveitados são dispersos pelo solo, contaminando progressivamente o manguezal.

A área do Bairro Praia do Riacho localizada dentro da RDS que divisa ao Sul com Lameirão e ao Norte com o Bairro Kubistchek possui 117 unidades habitacionais. É considerado um bairro de veraneio, pois as casas ali existentes são em sua maioria de pessoas que só as habitam durante o período de verão, embora sejam encontradas muitas casas também em condições ruins. Destaca-se que entre o final da área do Bairro da Praia do Riacho e o Lameirão, ainda existe uma grande área desocupada ao lado do mangue, onde foi constatada junto com a equipe da PMG uma tentativa de ocupação, com corte de vegetação natural em aproximadamente uns 20 lotes.

Figura 4.9.1.1-8: Região do Bairro Praia do Riacho e "Bico do Urubu", em 26/11/2011 com o limite atual da RDS (em verde). Fonte: Imagens históricas do Google Earth.

❖ *BAIRRO KUBITSCHEK*

A área do Bairro Kubitschek localizada dentro da RDS fica entre os bairros Praia do Riacho e Concha D'Ostra possuindo atualmente, 151 unidades habitacionais e é a localidade com o segundo maior número de casas dentro e no entorno da Reserva.

Entretanto, ao se avaliar a foto de 1970 (Figura 4.9.1.1-9) observa-se que o mangue ainda permanecia bem conservado, mas com ocupações acorrendo já

às margens das vias que o contornavam e algumas poucas na parte central por onde o limite da UC se sobrepôs.

Ao se analisar a imagem de 2003 (Figura 4.9.1.1-10) é possivel observar que já haviam muitas ocupações irregulares sobre o manguezal, praticamente ao longo de quase todo o limite da RDS, definido em 2006. Mas ao se comparar com a imagem de 2011 (Figura 4.9.1.1-11), a localização e o número de ocupações parece semelhante mostrando-se entretanto ampliadas e melhor edificadadas.

Essa situação leva a necessidade de se avaliar se havia ou não meios de se definir os limites da RDS, em 2006 excluindo-se as áreas já ocupadas ou se foram incluidas propositalmente, em face aos conflitos de gestão decorrentes da escolha feita.

Figura 4.9.1.1-9: Região do Kubitschek na década de 70 e o limite atual da UC (em verde).

Figura 4.9.1.1-10: Região do Bairro Kubitschek em 29/6/2003 com o limite atual da RDS (em verde). Fonte: Imagens históricas do Google Earth.

Figura 4.9.1.1-11: Região do Bairro Kubitschek, em 26/11/2011 com o limite atual da RDS (em verde). Fonte: Imagens históricas do Google Earth.

❖ *BAIRROS CONCHA D'OSTRA E COROADO*

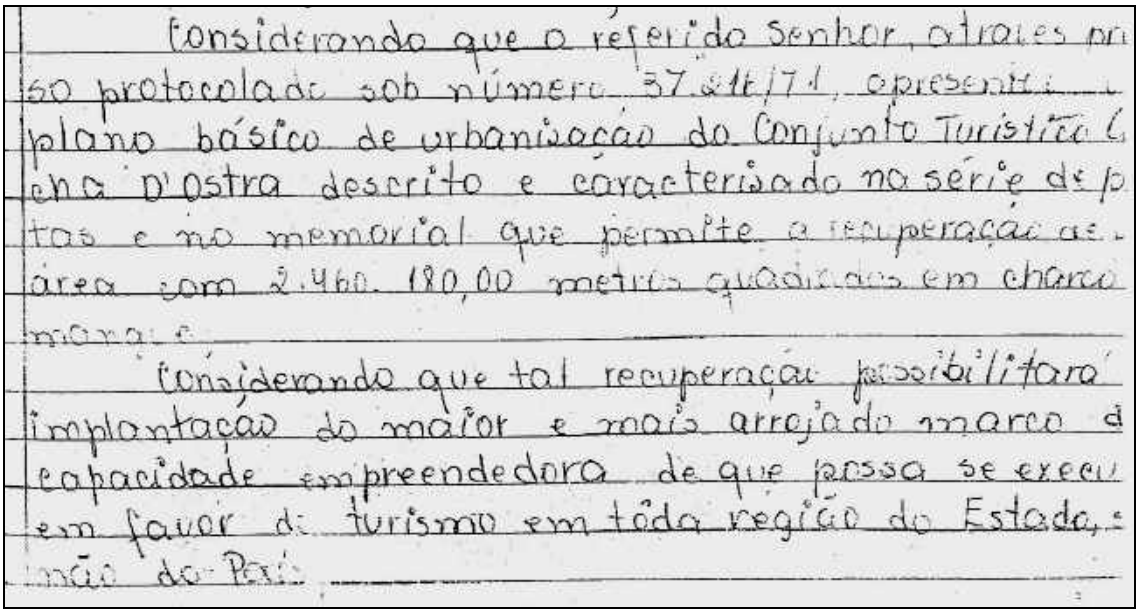
Conforme se observa na Figura 4.9.1.1-12 a região da Concha D'Ostra e Coroado era praticamente inabitada em 1970, havendo somente dois acessos, sendo um que vinha do centro de Guarapari através do atual Bairro Coroado, principal via de acesso atual, e outro mais ao norte, restrito a uma pequena casa situada ao lado do canal. A área do Bairro Concha D'Ostra está inteiramente dentro dos limites da RDS com 253 famílias. Em 2007, o IEMA oficializou que aquelas terras passariam a fazer parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra. Já a área do Bairro Coroado possui só 28 famílias dentro dos limites da UC.

Figura 4.9.1.1-12: Região dos bairros Coroado e Concha D'Ostra na década de 70 e o limite atual da UC (em verde) e a única habitação existente apontada pela seta vermelha.

Embora não se identifique nenhuma grande interferência antrópica na região, a exceção de algumas áreas abertas para plantios foi identificada a intenção da implantação de um grande loteamento que pretendia suprimir grande parte do mangue ao sul da Baía de Guarapari, até a região de Concha D'Ostra. Este loteamento pertencente à Saad Antônio Saad que teve o apoio legal da Prefeitura de Guarapari, em dois momentos, em 1971, através do decreto municipal 26/1971 de 26/08/1971 do prefeito Benedito Sater Lira quando aprova o "Plano Básico de Urbanização do Conjunto Turístico Concha D'Ostra" e cancela o anterior aprovado denominado "Cidade Saúde" da Seriguaral Ltda. Destaca-se que este instrumento informa ao final que o mesmo fora alterado a pedido do proprietário e substituído por outro de 1/09/1971 (Anexo 4.9.1.1-1), firmando abaixo do mesmo, mas sem assinatura, o próprio Saad Antônio Saad.

Digno de nota é um trecho contido nas considerações iniciais do decreto, que faz menção ao projeto de número 37.216/71 que permite ao requerente de promover a "recuperação" de uma área de 2.460.180,00 m^2 ou 246 ha de áreas de "charco-mangue", associando a essa autorização a justificativa que o mesmo "*possibilitará a implantação do maior e mais arrojado marco da capacidade empreendedora de que possa se executar em favor do turismo em toda a região do Estado se não do País".*

Esta ação somente parcialmente concretizada dá início ao objetivo de especulação imobiliária para ocupação na região (Figura 4.9.1.1-13).

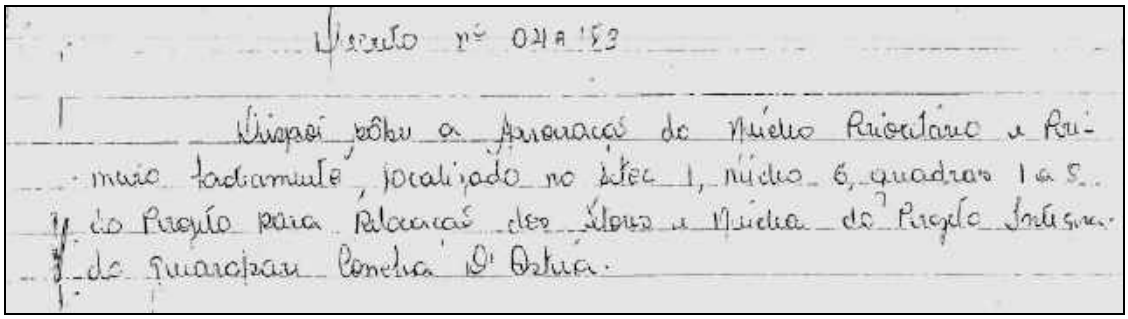


considerando que o referido Senhor, através pro
so protocolado sob número 37.216/71, apresenta
plano básico de urbanização do Conjunto Turístico C
cha D'Ostra descrito e caracterizado na série de p
tas e no memorial que permite a recuperação de
área com 2.460.180,00 metros quadrados em charco
mangue

considerando que tal recuperação possibilitará
implantação do maior e mais arrojado marco d
capacidade empreendedora de que possa se execu
em favor do turismo em tôda região do Estado,
não do País

Figura 4.9.1.1-13: Trecho do decreto 26/71 que autoriza a "recuperação de 246 ha de charco-mangue".

O segundo momento, quando o citado decreto foi ratificado pelo decreto 04 de 1983 (Anexo 4.9.1.1-2), dispondo sobre a aprovação do *"Núcleo Prioritário e Primeiro Loteamento localizado no.... do Projeto Integrado Guarapari Concha D'Ostra"*, conforme se observa na reprodução de parte do mesmo na Figura 4.9.1.1-14, de autoria do mesmo prefeito, Benedito Sater Lira.


Decreto nº 04A/83

Dispõe sôbre a Aprovação do Núcleo Prioritário e Primário Tachamento, localizado no Setor 1, Núcleo 6, quadras 1 a 5 do Projeto para Relocação dos Lotes e Núcleo do Projeto Integrado Guarapari Concha D'Ostra.

Figura 4.9.1.1-14: Reprodução do *caput* do decreto 04A/83 de 21 de janeiro de 1983.

Apesar de todo o respaldo "legal" o parcelamento não ocorreu, sendo concedida usucapião ao Sr. Anézio Freire em 5/10/1993 (Anexo 4.9.1.1-2). Estas informações são importantes, pois permite reconstruir o cenário em que se desenvolveu o Bairro Coroado e o crescimento do Bairro Concha D'Ostra. Conforme pode ser observado na Figura 4.9.1.1-15, após 33 anos o Bairro Coroado se desenvolveu ocupando quase todos os espaços vazios, mas respeitando as áreas mais elevadas. Já na área de Concha D'Ostra as ocupações começam a surgir pontualmente ao lado das vias de acesso, surgindo agora uma terceira do bairro vizinho Kubitschek.

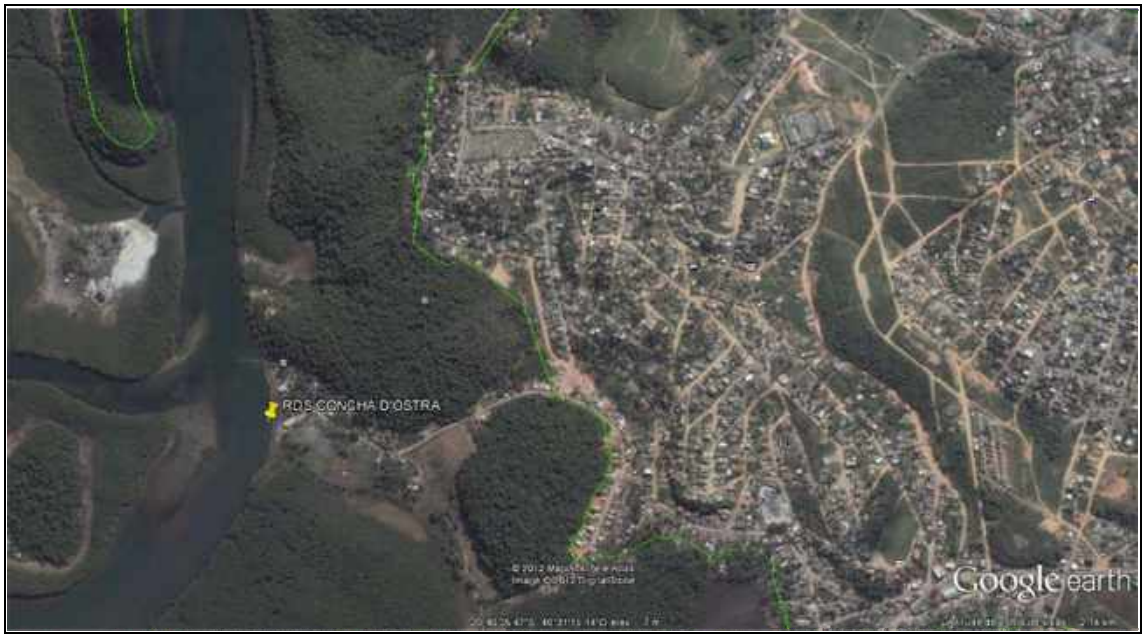


Figura 4.9.1.1-15: Região dos bairros Corado e Concha D'Ostra em 29/6/2003 com o limite atual da RDS (em verde). Fonte: Imagens históricas do Google Earth.

Este processo foi determinante para que com base em uma Ação Civil Pública do Ministério Público Estadual, a juíza da Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos e Meio Ambiente de Guarapari/ES, Danielle Nunes Marinho, determinasse, em regime liminar, a suspensão de novas ligações para instalações de energia elétrica e para o fornecimento de água nos imóveis construídos sem licença ambiental localizados na Reserva de Concha D'Ostra, em Guarapari. Ainda em sua decisão, a juíza determinou que

o município apresentasse em dez dias o plano de desocupação e remanejamento das moradias localizadas no limite da área ambiental (MIGALHAS, 2012). Atualmente toda a área da UC é vista pelos moradores e novos ocupantes como interditada judicialmente, devido ao desmatamento ocorrido nos últimos anos e em função da rapidez como vinha crescendo de maneira irregular, comprometendo os objetivos para os quais a RDS foi criada.

Figura 4.9.1.1-16: Região dos bairros Coroado e Concha D'Ostra, em 26/11/2011 com o limite atual da RDS (em verde). Fonte: Imagens históricas do Google Earth.

Após a interdição, a comunidade de Concha D'Ostra, em particular, passou a entender a gravidade do problema e que tinham que preservar a área ambiental, assim como o quanto aquilo era importante para que eles pudessem continuar vivendo no local.

Portanto hoje, os moradores estão mais conscientes e preocupados para que não haja mais desmatamento, pois sabem que se isso voltar a ocorrer irá prejudicar a todos, dificultando o crescimento natural do bairro.

❖ *BAIRRO PRAINHA DE OLARIA*

Na área do Bairro Prainha de Olaria localizada dentro da RDS residem atualmente 85 famílias, mas no início da década de 70 não se observava nenhuma ocupação humana (Figura 4.9.1.1-17), somente em Olaria a direita da foto, algumas poucas casas são observadas.

Observa-se o manguezal ainda integro e a vegetação da mata atlântica ainda bem preservada. Destaca-se, no entanto, a existência de um pequeno caminho que leva as pessoas de Olaria a uma prainha existente ao lado do canal de Guarapari. Este acesso, já em 2003, se apresenta ocupado formando o núcleo habitacional conhecido como Prainha de Olaria (Figura 4.9.1.1-18).

Observa-se ainda mais uma vez, que o futuro limite da RDS, veio a se sobrepor a várias moradias já existentes antes da criação da UC.

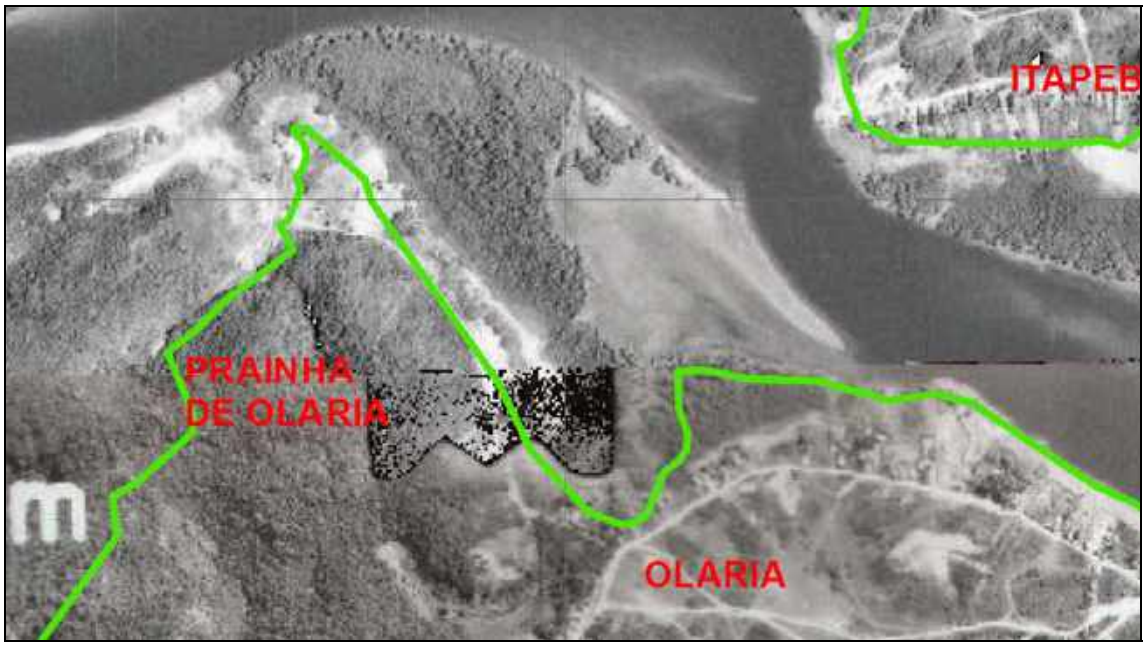


Figura 4.9.1.1-17: Região da Praia de Olaria na década de 70 e o limite atual da UC (em verde).

Figura 4.9.1.1-18: Região da Praia de Olaria em 29/6/2003 com o limite atual da RDS (em verde). Fonte: Imagens históricas do Google Earth.

Ao longo dos oito anos que se sucederam o padrão de ocupação não mudou significativamente e nem se ampliou além dos limites da RDS conforme se comprova ao se analisar comparativamente com a Figura 4.9.1.1-19.

Figura 4.9.1.1-19: Região da Praia de Olaria, em 26/11/2011 com o limite atual da RDS (em verde). Fonte: Imagens históricas do Google Earth.

No momento percebe-se que muitos moradores sabem da importância da Reserva para o local, evitando-se novas ocupações em áreas legalmente protegidas, embora durante a realização dos trabalhos de campo, tenha se flagrado situações que indicam possível expansão de novas moradias, nas áreas de aterro sobre mangue, conforme se observa na Figura 4.9.1.1-20.

Figura 4.9.1.1-20: Material depositado no fundo do lote para possível edificação sobre área de aterro sobre o mangue. Foto: E. Valpassos.

Assim como observado na maior parte das edificações que estão localizadas sobre o mangue dentro do limite da RDS, também na Prainha de Olaria muitas residências despejam o esgoto e as águas inservíveis, diretamente dentro do mangue, sendo necessário reavaliar o Projeto Águas Limpas em curso, para se encontrar meios de captar esses resíduos domiciliares.

❖ *BAIRRO ITAPEBUSSU*

Diferente do histórico das áreas dos bairros dentro do limite da RDS, até o momento analisadas, a área do Bairro Itapebussu já possuía um grande número de casas como se observa a cerca de 40 anos atrás na Figura 4.9.1.1-21.

Figura 4.9.1.1-21: Região do Bairro Itapebussu na década de 70 e o limite atual da UC (em verde).

A razão principal desta ocupação mais intensa se deu pela confluência do acesso que vinha de Vitória na direção da ponte, inaugurada em 1952 (Figura 4.9.1.1-22) que interliga os bairros adjacentes ao centro de Guarapari.

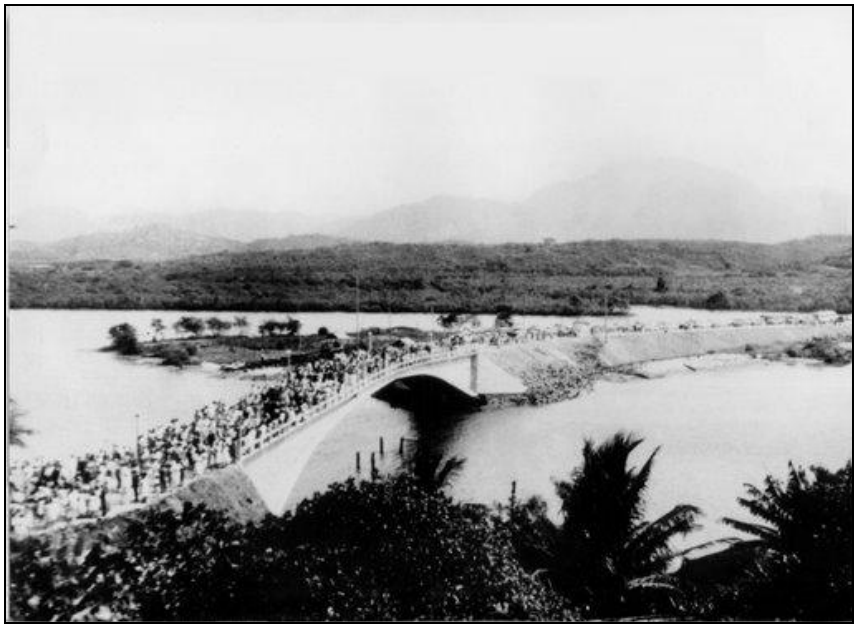


Figura 4.9.1.1-22: Foto da Inauguração da ponte em 1952.
Fonte: http://embarqueportao67.blogspot.com/2011/11/fotos-antigas-guarapari-es-antigamente.html

O acesso ao canal de Guarapari no final da Rua da Marinha e ao lado da ponte foram fatores preponderantes para o estabelecimento deste núcleo habitacional, podendo-se observar em 2003, na Figura 4.9.1.1-23, a Rua da Marinha praticamente toda ocupada.

À semelhança de outros bairros a linha de divisa da futura RDS, já se sobrepunha a várias casas, avançando bem sobre a área urbana após a ponte. Notadamente ao longo do canal a esquerda da mesma, o limite estabelecido foi absolutamente preciso evitando sobreposições sobre residências.

Figura 4.9.1.1-23: Região do Bairro Itapebussu em 29/6/2003 com o limite atual da RDS (em verde). Fonte: Imagens históricas do Google Earth.

Atualmente, o local tem muitos moradores, a maioria deles residindo no local há muitos anos no entorno da RDS, computando-se 210 unidades habitacionais (Figura 4.9.1.1-24). O padrão observado das moradias é um dos melhores encontrados, tornando-se muito dispendioso a possibilidade de se promover a remoção das casas em situação irregular e socialmente complicada em face o tempo de moradia no local.

Apesar desta convivência antiga com o ambiente natural não existe uma relação morador/manguezal, pois os poucos catadores de mariscos e pescadores, encontrados no local utiliza o mar ou o mangue na área do Lameirão.

Mesmo tendo a maioria dos moradores afirmados que a RDS é muito importante para o local muitos não se importam com o fato da Reserva estar sendo depredada, aterrada e poluída, pois não possuem uma ligação e nem uma preocupação com o Meio Ambiente como um todo por falta total de conhecimento.

A grande maioria dos entrevistados não tinha conhecimento que o manguezal no entorno do local era uma Reserva, embora grande parte destes esteja disposta a viver e trabalhar em uma área de RDS respeitando as regras da UC.

Figura 4.9.1.1-24: Região do Bairro Itapebussu, em 26/11/2011 com o limite atual da RDS (em verde). Fonte: Imagens históricas do Google Earth.

❖ *BAIRRO CAMURUGI*

Como pode ser observado na Figura 4.9.1.1-25 o bairro na década de 70, não possuía nenhuma ocupação humana a não ser uso agrícola, tendo sido limitado o crescimento urbano pelo mangue e áreas alagadas que se estendiam ao norte.

Figura 4.9.1.1-25: Região do Bairro Camurugi na década de 70 e o limite atual da UC (em verde).

Esta limitação uma vez vencida, com a construção de um aterro sobre o manguezal, permitiu o acesso e viabilizou a instalação deste núcleo urbano, podendo se observar em 2003, certo número de ruas e várias casas. Nota-se como em outras situações que o futuro limite da RDS, também se sobrepôs a algumas moradias, especialmente aquelas situadas a direita do referido aterro, Rua Rio Grande do Sul, no sentido do bairro (Figura 4.9.1.1-26). Atualmente (Figura 4.9.1.1-27) na área do Bairro Camurugi foram localizadas 44 famílias, dentro da RDS e fundos de chácaras.

Figura 4.9.1.1-26: Região Bairro Camurugi em 29/6/2003 com o limite atual da RDS (em verde). Fonte: Imagens históricas do Google Earth.

Figura 4.9.1.1-27: Região do Bairro Camurugi, em 26/11/2011 com o limite atual da RDS (em verde). Fonte: Imagens históricas do Google Earth.

4.9.1.2. Descrição Demográfica

A partir do número total de unidades habitacionais encontradas em cada área dos bairros adjacentes ou existentes dentro da RDS (Figura 4.9.1.2-1) apresenta-se a seguir uma análise de onde se concentra a maior densidade populacional, descrevendo os seus reflexos decorrentes. Da mesma forma o oposto foi feito descrevendo-se o menos populoso, mas nem por isso menos impactante em relação à RDS.

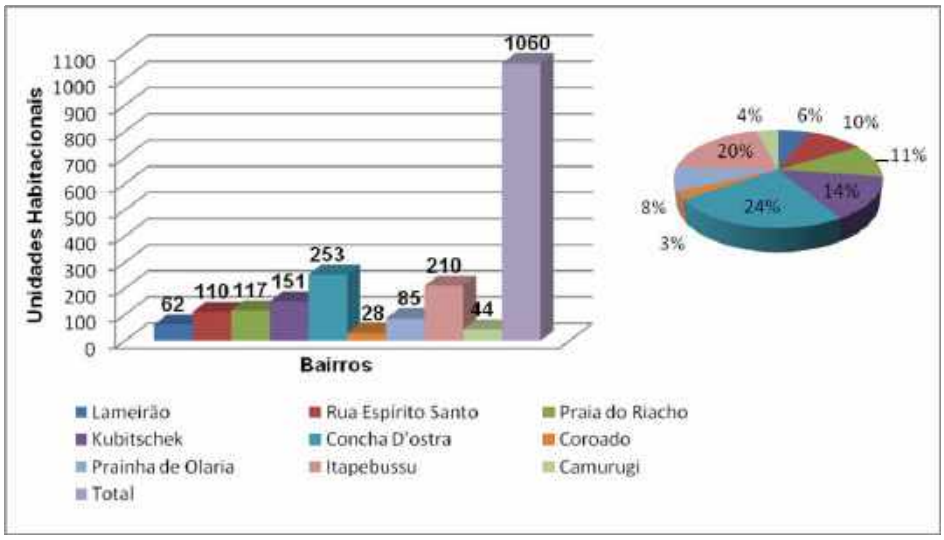


Figura 4.9.1.2-1: Distribuição das 1060 unidades habitacionais identificadas dentro dos limites da RDS, por bairro pesquisado.

As áreas do entorno da Reserva que possuem maior densidade habitacional são Kubitschek, Itapebussu e Concha D'Ostra. Estes locais vêm crescendo com rapidez e impactando os recursos naturais da Reserva, notadamente o mangue e a vegetação natural existente.

Na localidade de Concha D'Ostra, um dos locais mais preservados e considerado ponto turístico da RDS, algumas áreas estão sendo invadidas por moradores devido à especulação imobiliária de loteamentos ilegais em área de Mata de Tabuleiro dentro da Reserva, ocasionando uma interdição judicial realizada pelo Ministério Público.

A área no entorno de Kubitschek e Itapebussu existem trechos que estão totalmente descaracterizados, que não tem mais nenhum aspecto de mangue. Isso ocorre possivelmente, devido à falta de saneamento básico, pois o esgoto e lixo são lançados no manguezal. Além disso, alguns moradores estão aterrando o mangue para a construção de novas moradias, bem como para a criação de porcos e galinhas e o resíduo desses animais são despejados direto no mangue.

A área da Reserva localizada no Bairro Coroado apresenta a menor taxa de densidade habitacional. Essa área não se encontra em contato direto com o mangue e sim com a área de Mata de Tabuleiro, localizada no entorno do manguezal. Devido ao difícil acesso ao local, os serviços de coleta de lixo são

deficientes, isto faz com que alguns moradores joguem resíduos na mata, contribuindo ainda mais para a poluição local.

Foi observado que 46% dos entrevistados, declararam que dentro de seus domicílios moram uma média de 3 a 4 pessoas (Figura 4.9.1.2-2).

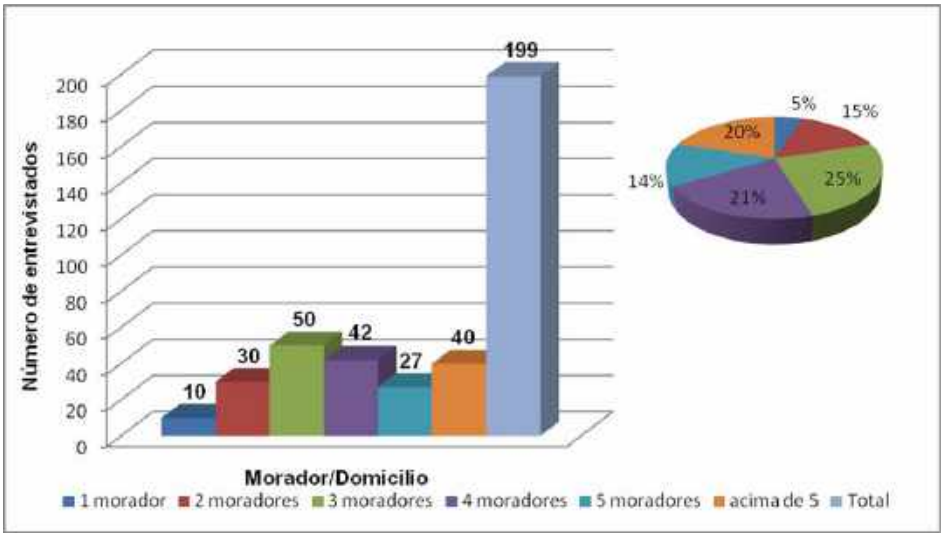


Figura 4.9.1.2-2: Morador por domicilio.

De acordo com os dados obtidos através das entrevistas, 49% dos entrevistados possuem até três filhos (Figura 4.9.1.2-3) sendo que na Praia do Riacho foi o local identificado com a maior presença de famílias formadas com mais de cinco filhos.

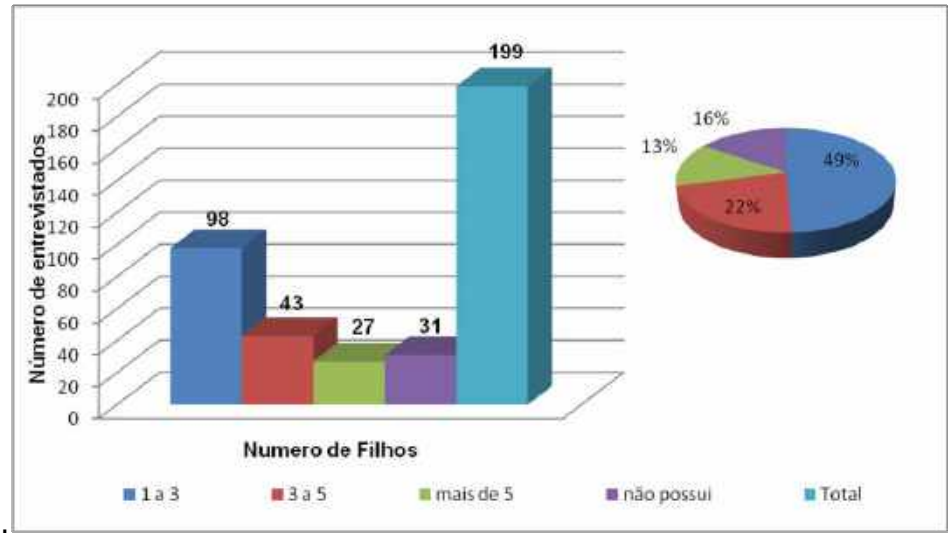


Figura 4.9.1.2-3: Número de filhos.

4.9.1.3. Distribuição das Unidades Produtivas na Área

Nas áreas no entorno da RDS foram identificados comércios como bares, mercados, farmácias, padarias, etc. Os moradores de uma maneira geral, avaliam o comércio como bom. A única localidade que o comercio é praticamente inexistente é na localidade Lameirão, sendo que das 55 famílias entrevistadas 62,5% consideram o comércio ruim.

Somente na localidade de Camurugi que o comércio é a principal atividade econômica, neste caso não foi identificado nenhum marisqueiro ou pescador no local.

Observou-se a tendência de que com o crescimento dos bairros a atividade econômica principal passe a ser o comércio.

4.9.1.4. Migração e Ocupação

De acordo com a Figura 4.9.1.4-1 observa-se que quase a metade dos moradores entrevistados, ou seja, 48% residem nas áreas dentro da Reserva a mais de 15 anos, o que permite inferir que existe um histórico de ocupação da região já a pelo menos uma geração, embora não seja possível inferir que haja populações tradicionais. A localidade de Itapebussu, conhecida como Rua da Marinha, possui 66,7% dos moradores residindo na região a mais de quinze anos, fato este que explica o porquê do índice alto de ocupações já bem consolidadas. Somente a Rua Espírito Santo não possui moradores que residem na área há tanto tempo, demonstrando por outro lado que é uma ocupação recente.

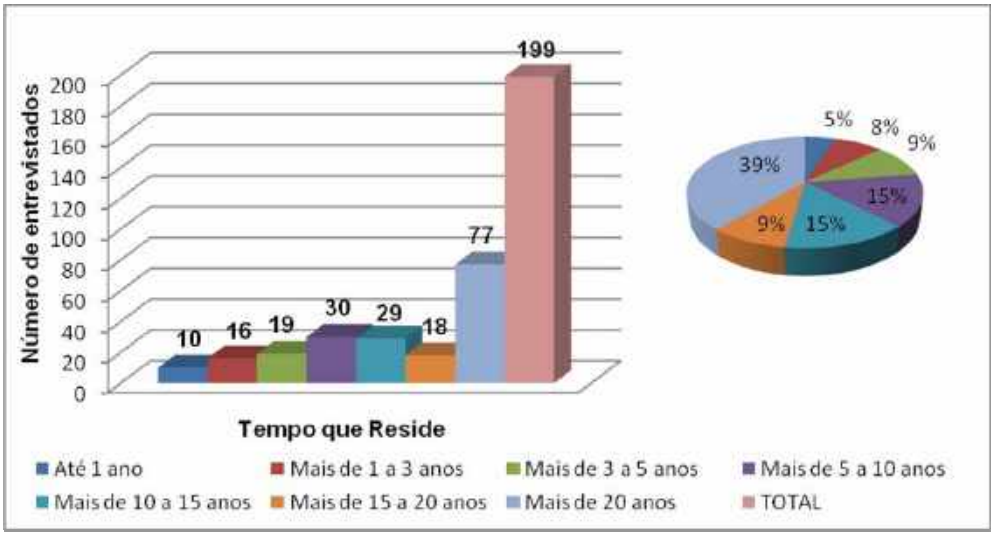


Figura 4.9.1.4-1: Tempo que reside.

A Figura 4.9.1.4-2 apresentada a seguir, mostra a distribuição dos imigrantes na área pesquisada da RSD Concha D'Ostra. De acordo com o local de nascimento, 65% dos entrevistados são do Espírito Santo, demonstrando que a maioria tem algum vínculo com a região, embora haja também moradores provenientes de outros estados.

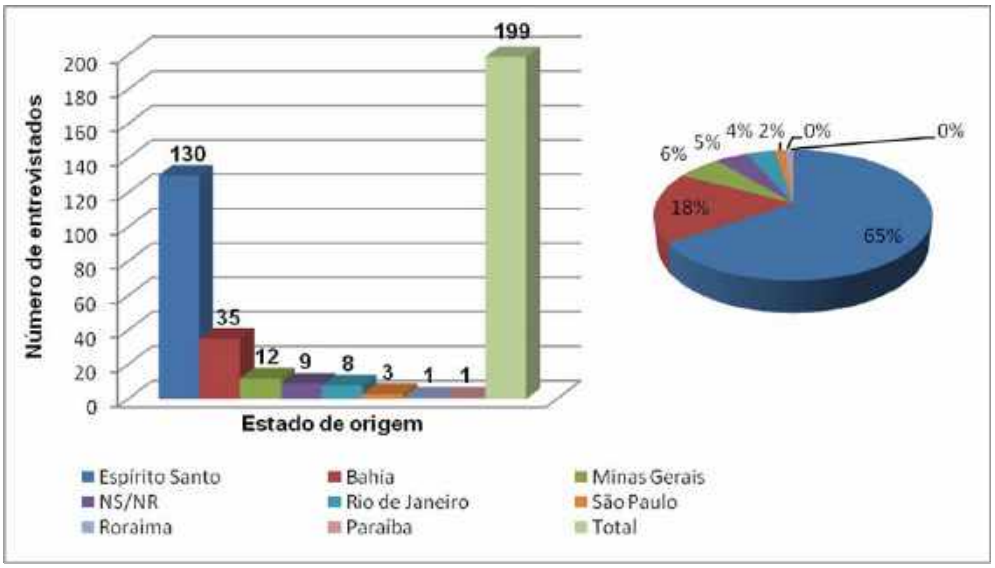


Figura 4.9.1.4-2: Distribuição dos imigrantes que residem em torno da RSD Concha D'Ostra.

4.9.1.5. Renda Familiar

De acordo com Figura 4.9.1.5-1 observa-se que a maioria dos moradores possui a renda familiar de até um salário mínimo. Dentre os moradores entrevistados 42% recebem até um salário mínimo que somados com os 36% dos que recebem até 2 salários, perfazem 78% dos moradores entrevistados, podendo-se inferir que é uma região muito carente, realidade essa percebida ao longo de todo o trabalho realizado.

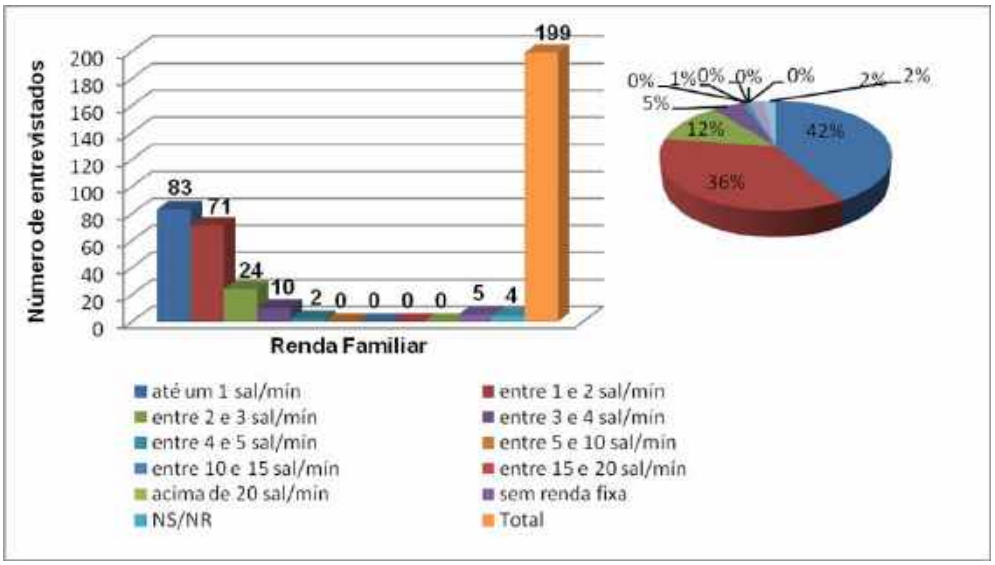


Figura 4.9.1.5-1: Renda familiar.

4.9.1.6. Educação

Nas áreas no entorno da RDS existem poucas escolas, mas foram identificadas quatro escolas, sendo uma na localidade de Lameirão, duas em Kubitschek e uma em Coroado.

Dentre as famílias pesquisadas, 51% possuem o Ensino Fundamental incompleto e 13% nunca freqüentaram a escola. Somente na localidade de Itapebussu 3,3% dos moradores possuem estudo universitário completo e mestrado (Figura 4.9.1.6-1).

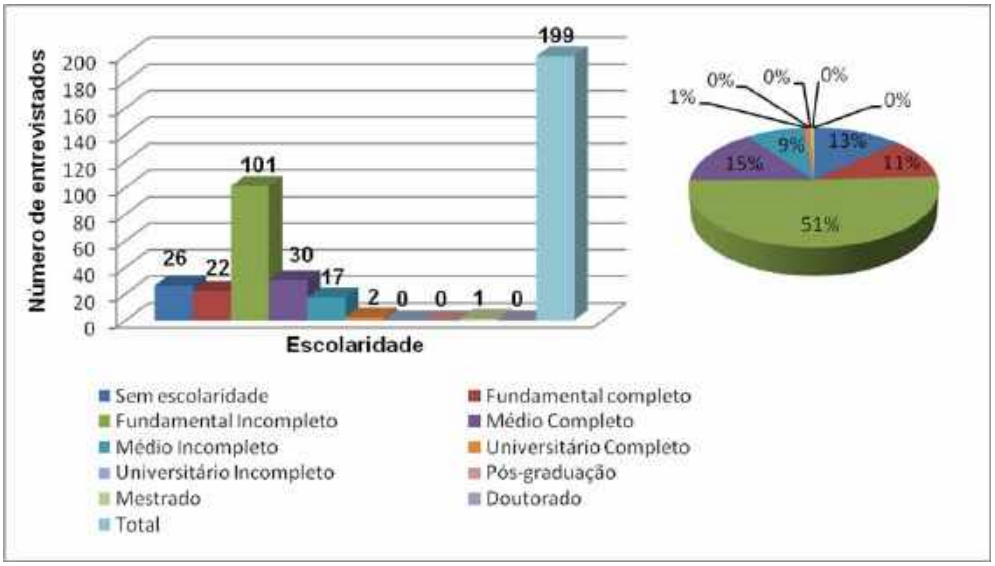


Figura 4.9.1.6-1: Escolaridade.

4.9.1.7. Saúde

Dentre as doenças mais citadas pelos moradores (Figura 4.9.1.7-1) destacam-se a gripe, diarréia e dengue, algumas destas associadas a precariedade do sistema de saneamento básico. No Bairro Coroado, destoando do contexto geral, a maioria dos moradores afirmou não ter contraído nenhum tipo de doença, mas por outro lado o número de óbitos foi o mais alto.

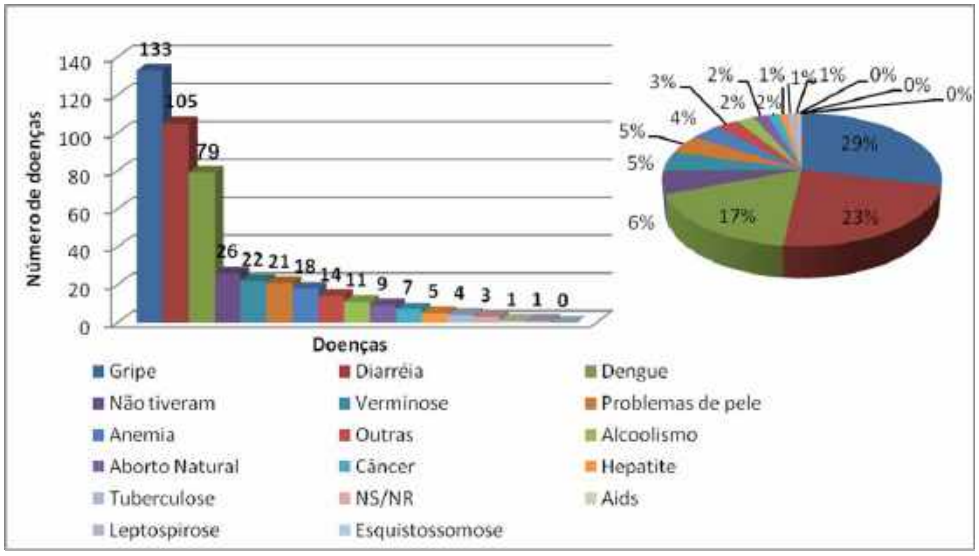


Figura 4.9.1.7-1: Doenças.

Dentre as nove áreas pesquisadas da RDS quatro tiveram óbitos em função das doenças que os moradores contraíram (Figura 4.9.1.7-2).

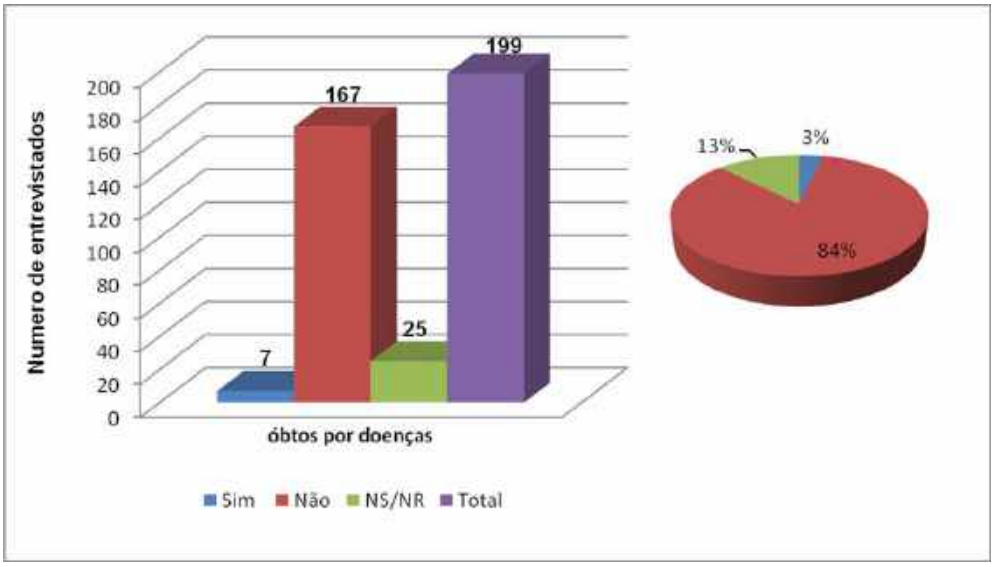


Figura 4.9.1.7-2: Óbitos em função das doenças.

Apenas na localidade Coroado o caminhão coletor de resíduos não passa. Devido às más condições que se encontra a rua os moradores precisam andar até o local que o caminhão consegue chegar e deixar seus resíduos domiciliares. Nas demais áreas a maioria 80% tem os resíduos sólidos recolhidos de duas a três vezes por semana (Figura 4.9.1.7-3) a exemplo do registrado em Concha D'Ostra (Figura 4.9.1.7-4).

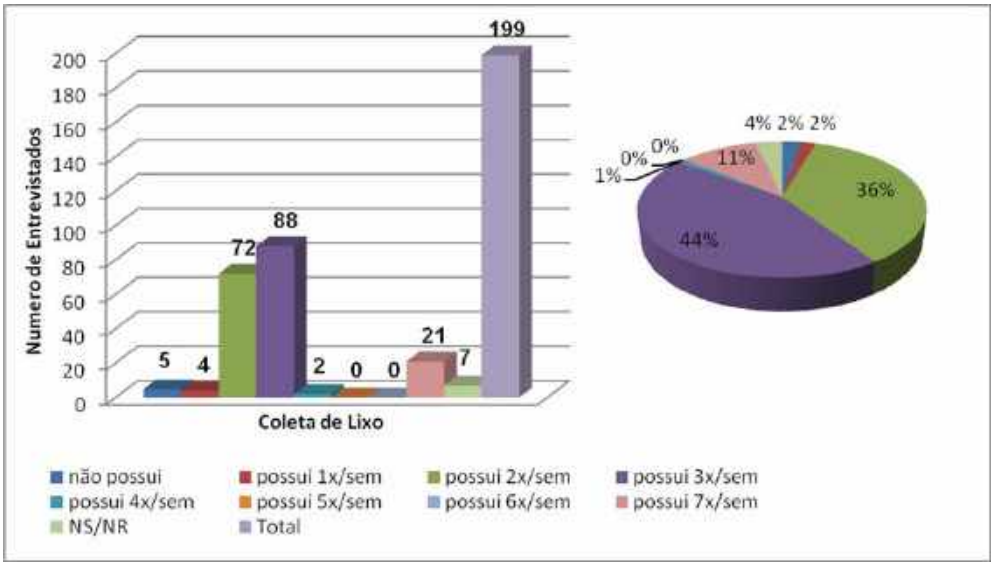


Figura 4.9.1.7-3: Coleta de lixo.

Figura 4.9.1.7-4: Coleta de lixo sendo realizada na Concha D'Ostra.

Em todas as áreas pesquisadas o abastecimento de água é feito pela concessionária de água CESAN – Companhia Espirito Santense de Saneamento. A localidade que os moradores mais utilizam outros meios para obter água é no Bairro Coroado, sendo 10% não são abastecidos pela CESAN (Figura 4.9.1.7-5).

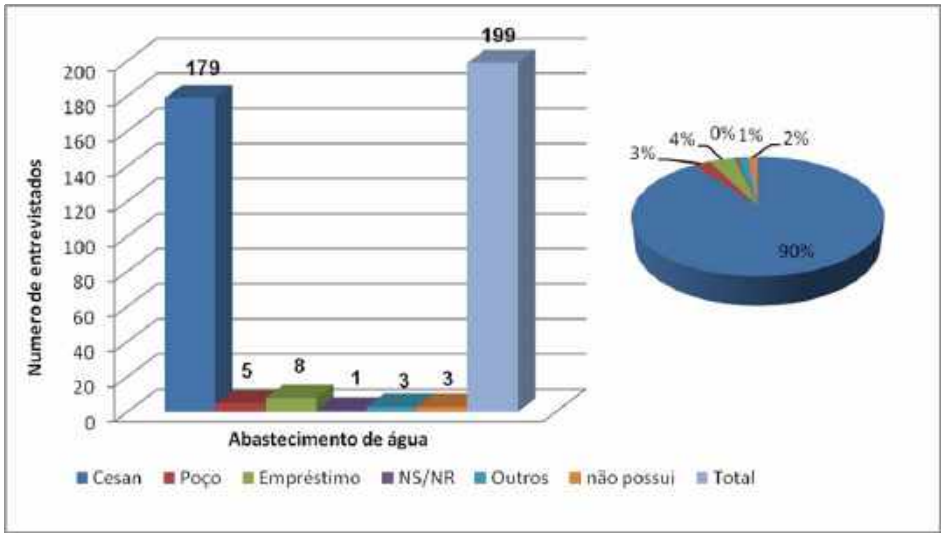


Figura 4.9.1.7-5: Abastecimento de água.

Dentre os moradores entrevistados apenas 11% possuem rede de esgoto, 9% dos moradores possuem rede coletora de esgoto implementada e mantida pela CESAN, e apenas 7% dos entrevistados informam que os dejetos de suas residências vão para a rede de esgoto. Os outros moradores não têm rede de esgoto e despejam o esgoto na rua ou na natureza (Figuras 4.9.1.7-6 a 4.9.1.7-8).

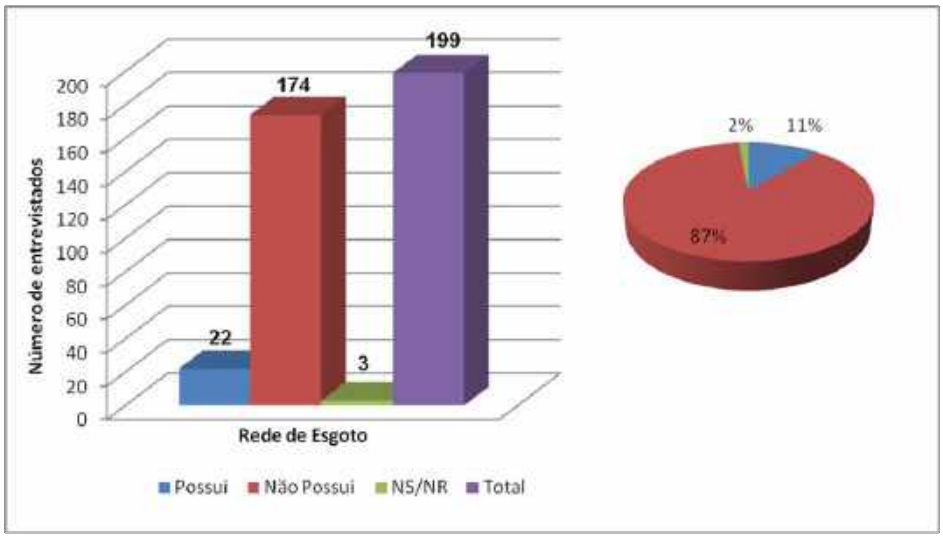


Figura 4.9.1.7-6: Rede de esgoto.

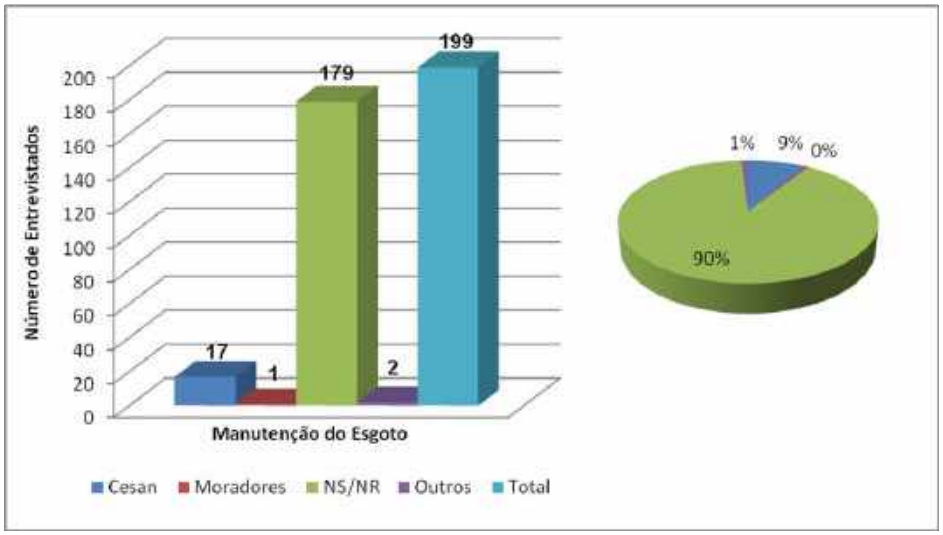


Figura 4.9.1.7-7: Manutenção do esgoto.

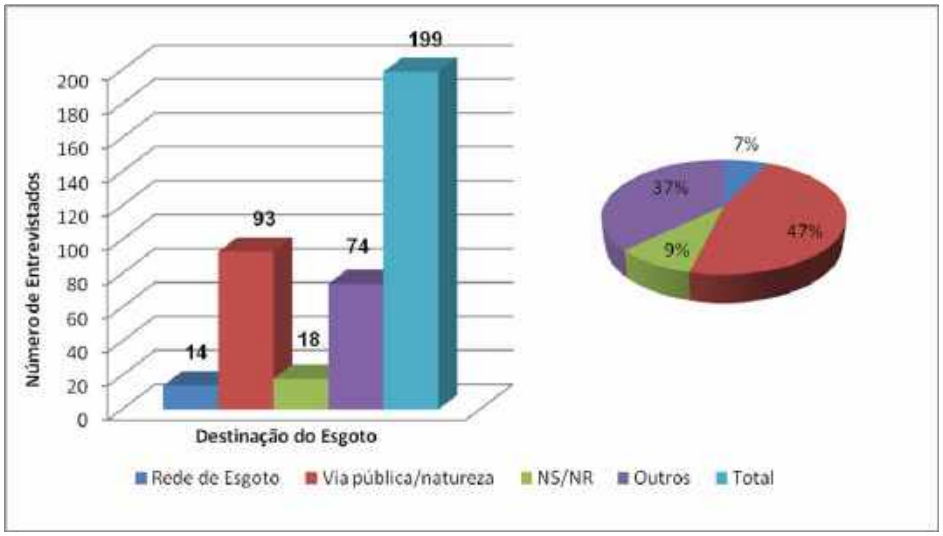


Figura 4.9.1.7-8: Destinação do esgoto.

4.9.1.8. Infraestrutura de Transporte

O processo de crescimento urbano no município de Guarapari ocorreu de forma bastante desordenada com impactos diretos sobre a infraestrutura urbana e a configuração física da cidade. Os principais impactos e dicotomias espaciais se expressam, por exemplo, no congestionamento da área central da cidade e dos bairros mais densamente urbanizadas (como é o caso da Praia do Morro), no uso indiscriminado do solo sem planejamento, no surgimento de diversos loteamentos irregulares ou clandestinos, no contraste entre as demandas da população flutuante e local, bem como nas diferenças entre o meio urbano e rural.

Os impactos da urbanização descontrolada também se fazem notar nas regiões mais interiores do seu território, que carecem de infraestrutura adequada e padrões mínimos de meios de transporte urbano, sobretudo nos bairros mais periféricos que abrigam as famílias de baixa renda, a exemplo da situação observada em bairros no entorno da RDS. Destaca-se que mesmo entre eles são observados contrastes quanto a infraestrutura de transporte que vão desde vias asfaltadas como nos bairros Camurugi e Kubitschek a vias sem qualquer tipo de pavimentação ou acesso de coletivos. (Figuras 4.9.1.8-1 a 4.9.1.8-4).

Figura 4.9.1.8-1: Via asfaltada no Bairro Camurugi. Foto: Patrick T. Pereira.

Figura 4.9.1.8-2: Coletivo fotografado em rua próxima ao limite da RDS no Bairro Kubitschek. Foto: Patrick T. Pereira.

Figura 4.9.1.8-3: Rua Espírito Santo sem pavimentação e sem transporte público no "Bico do Urubu" dentro da RDS. Foto: Patrick T. Pereira.

Figura 4.9.1.8-4: Rua em estado precário no Bairro Coroado. Foto: Patrick T. Pereira.

No caso da RDS Concha D'Ostra observou-se, além do sistema viário no seu entorno e em algumas ruas existentes em seu interior, a existência de acessos a residências pelo canal, construídos em diferentes padrões, refletindo a realidade econômica de cada local, a exemplo dos *piers* de cimento e madeira no Bairro Olaria, ou simples atracadouros como os observados nos bairros Itapebussu, Concha D'Ostra e Kubitschek (Figuras 4.9.1.8-5 a 4.9.1.8-8), onde se pode constatar a existência de atracadouros nos fundos das casas que são utilizados como principal meio de entrada e saída de barco de alguns moradores principalmente para os que vivem de atividades extrativistas.

Figura 4.9.1.8-5: Lanchas atracadas ao lado de condomínio no Bairro Olaria. Foto: Esther Kill.

Figura 4.9.1.8-6: Atracadouro precário construído pelos moradores para acesso as suas residências inseridas nos limites da RDS Concha D'Ostra.

Figura 4.9.1.8-7: Acesso ao Bairro Concha D'Ostra pelo Canal, para pescadores, moradores e turistas. Foto: Esther Kill.

Figura 4.9.1.8-8: Abrigo em meio ao mangue observado no Kubitschek. Foto: Vitor.

4.9.1.9. Comunicação

Nas áreas pesquisadas 19% dos moradores acham que os telefones públicos são suficientes, mas a maior parte dos entrevistados 79%, acham que os telefones públicos não atendem as necessidades da população local, observou-se que não existe nenhum tipo de manutenção nos aparelhos e ainda um índice considerável de vandalismo sem que seja tomada nenhum tipo de providencia por parte das autoridades competentes. (Figura 4.9.1.9-1).

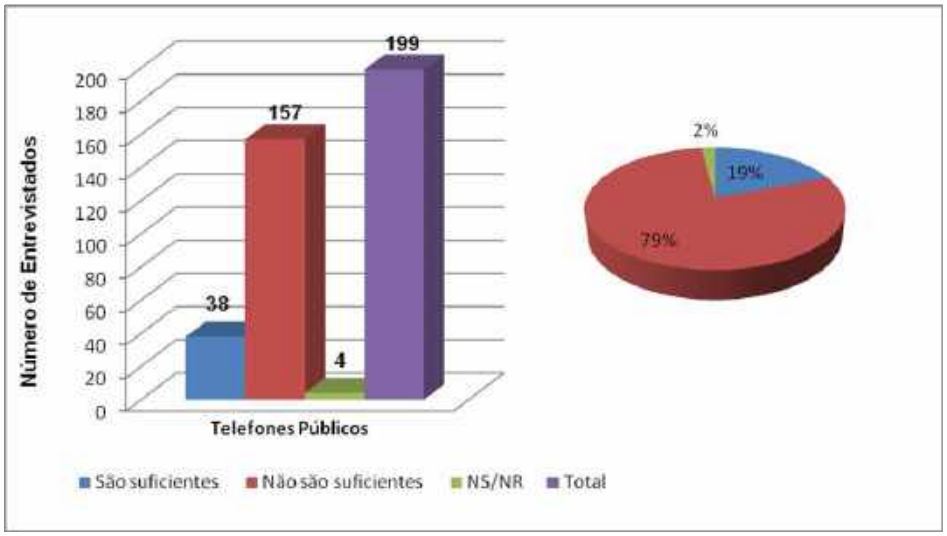


Figura 4.9.1.9-1: Telefones públicos.

Apesar disso grande parte dos moradores do entorno da reserva avaliam os serviços de telefonia como bom e regular, somente grande parte dos moradores da Rua Espírito Santo que avaliam os serviços de telefonia como péssimo, pois na rua não existe telefone público (Figura 4.9.1.9-2).

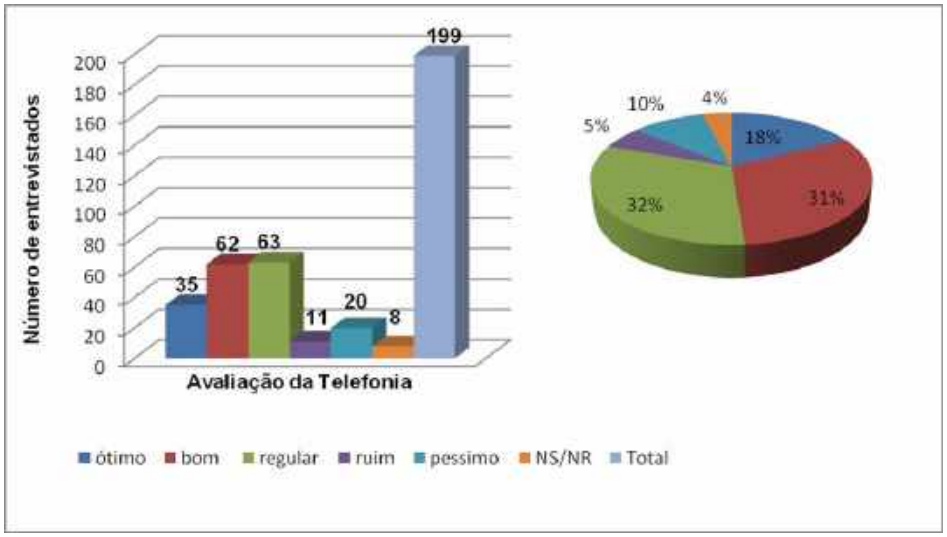


Figura 4.9.1.9-2: Avaliação geral da telefonia.

4.9.1.10. Associativismo e Organização Comunitária

Apesar de não constar no questionário nenhuma pergunta específica sobre o associativismo dos entrevistados, no Questionário 03 - Comunidade, na pergunta 53 (*Na época em que há o defeso, andada, reprodução, o que o Sr.(a) faz para conseguir renda?*) de um total de 198 entrevistados 46

moradores que responderam de forma diferente a pergunta conforme pode ser observado Figura 4.9.1.10-1.

Deste resultado observa-se que a maioria dos entrevistados, 33% são associados a uma Colônia de Pesca e informaram que durante o período de defeso/andada recebem do governo um salário mínimo para proteção do defeso, além de receberem essa renda do governo, a maioria dos moradores informaram que também exercem algum tipo de trabalho temporário, como alternativa de renda.

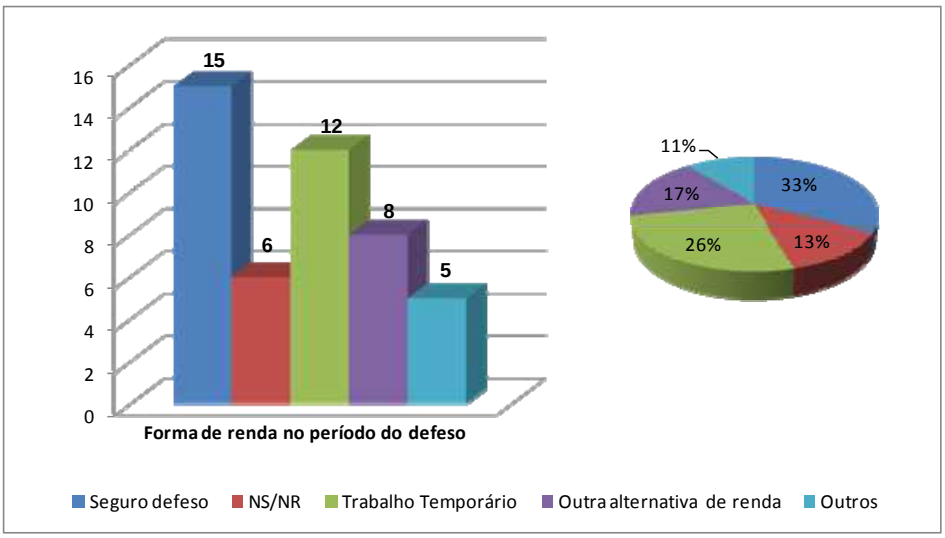


Figura 4.9.1.10-1: Renda no período do defeso.

4.9.1.11. Índice de Desenvolvimento Humano

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Guarapari, ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 4º lugar (0,79), no ranking do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Os dados obtidos na pesquisa de campo não foram suficientes para determinar o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH das localidades. É possível tirar uma conseqüência dos fatos de que o IDH deve variar entre os bairros.

Havendo com isso a possibilidade de um IDH maior nos Bairros mais desenvolvidos, como o Bairro Itapebussu, que apresenta um padrão de vida mais elevado.

Já em outras áreas pesquisadas, como a Rua Espírito Santo, Bairro Kubitschek, em face à realidade socioeconômica ter características carentes pode-se considerar os Índices de Desenvolvimentos Humanos – IDH mais baixos.

4.9.2. Atividades Econômicas

No contexto da RDS Concha D'Ostra as atividades extrativistas assumem dentro das atividades econômicas, uma parcela de grande importância social com características de subsistência para muitos moradores da RDS Concha D'Ostra e dos bairros localizados no entorno dos seus limites.

Entretanto, outras atividades em particular o comércio vem também ocupando espaço, na medida em que as melhorias de infraestrutura começam a chegar aos bairros mais carentes. Por outro lado, o perfil socioeconômico da população mais carente restringe as oportunidades de emprego e renda, restando para uma boa parcela dos moradores o desenvolvimento da cata e comércio de resíduos recicláveis, que por serem armazenados de forma imprópria em quintais e ruas acabam impactando de forma muito negativa a UC.

4.9.2.1. Economia Local

Conforme descrito no **item 4.9.1.3. Distribuição das Unidades Produtivas na Área**, o comércio dentro dos limites da RDS é restrito a poucos bares, mercados, farmácias e padarias, podendo ser destacado além dessas, a atividade de reparo naval observada na Concha D'Ostra (Figura 4.9.2.1-1).

Figura 4.9.2.1-1: Pequenos estaleiros localizados na Concha D'Ostra. Foto: E. Valpassos.

Segundo informações do proprietário de um dos estaleiros, o mesmo está procurando realizar o licenciamento junto a PMV, para legalizar sua atividade. Destaque para a presença de certo número de embarcações em frente aos estaleiros (Figura 4.9.2.1-2), que deve ser objeto de preocupação, em face ao risco de vazamento de combustíveis ou mesmo afundamento a exemplo da escuna observada na Figura 4.9.2.1-3.

Figura 4.9.2.1-2: Barcos diversos ancorados em frente a Concha D'Ostra. Foto: E. Valpassos.

Figura 4.9.2.1-3: Escuna encalhada em frente a Concha D'Ostra. Foto: E. Valpassos.

Na área limítrofe ao canal no Bairro Itapebussu, ao final da Rua da Marinha, também foi identificada um trapiche conforme se observa na Figura 4.9.2.1-4.

Figura 4.9.2.1-4: Estaleiro e Barcos diversos ancorados em frente ao final da Rua da Marinha. Foto: E. Valpassos.

Além das atividades econômicas citadas foi identificada a existência de atividade de carcinocultura (cultivo de camarão) na ilha do Piraí, embora sem ter sido possível comprovar seu funcionamento atual, junto com plantios de coco, conforme se observa na imagem do Google Earth na Figura 4.9.2.1-5.

Figura 4.9.2.1-5: Atividades de carcinocultura observadas na ilha do Piraí.
Fonte Google Earth. Acesso em 20/1/2012.

4.9.2.2. Atividades Agropastoris

Dentre as atividades agropastoris observadas dentro do limite da UC as pastagens e os plantios de coco foram os mais comuns (Figuras 4.9.2.2-1 e 4.9.2.2-2), tendo sido observado ainda um chiqueiro de porcos em Concha D'Ostra e Kubitschek (Figura 4.9.2.2-3).

Figura 4.9.2.2-1: Pastagem junto com plantios de banana e coco na Concha D'Ostra.
Foto: E. Valpassos.

Figura 4.9.2.2-2: Plantio de Coqueiros na Praia de Olaria. Foto: E. Valpassos.

Figura 4.9.2.2-3: Chiqueiros de porcos localizados na Concha D'Ostra (no centro da foto) e em Kubitschek. Foto: E. Valpassos e Patrick T. Pereira.

4.9.2.3. Extrativismo e Pesca

Para avaliação deste subitem focou-se nas respostas de 40 entrevistados que responderam a pergunta 43) *O(a) Sr(a) necessita da reserva para sustento da sua família?*

A partir desta resposta, outras respostas às perguntas feitas especificamente a este grupo de entrevistados permitiram traçar o perfil da relação deste público com as atividades extrativistas.

Em relação a de número 44) *Se sim, de que forma o Sr. utiliza a reserva Concha D'Ostra?* Foram obtidas 8 opções de resposta a saber: Camarão, Peixe, Mariscos, Siri, Caranguejo, Sururu, Ostra e ainda Não Sei ou Não Respondeu (NS/NR). O resultado desta percepção se observa na Figura 4.9.2.3-1, destacando-se a cata de mariscos (indistinta) com 25% das respostas. Deve ser observado que sendo uma pergunta do tipo aberta, as respostas dos entrevistados não se restringiram a uma só opção. De qualquer forma pode se observar uma distribuição equivalente entre as respostas, mostrando que não há um predomínio de uma atividade sobre outra, ou alguma com grande destaque, conforme foi percebido durante os trabalhos de campo, e observado nas Figuras 4.9.2.3-2 a 4.9.2.3-4.

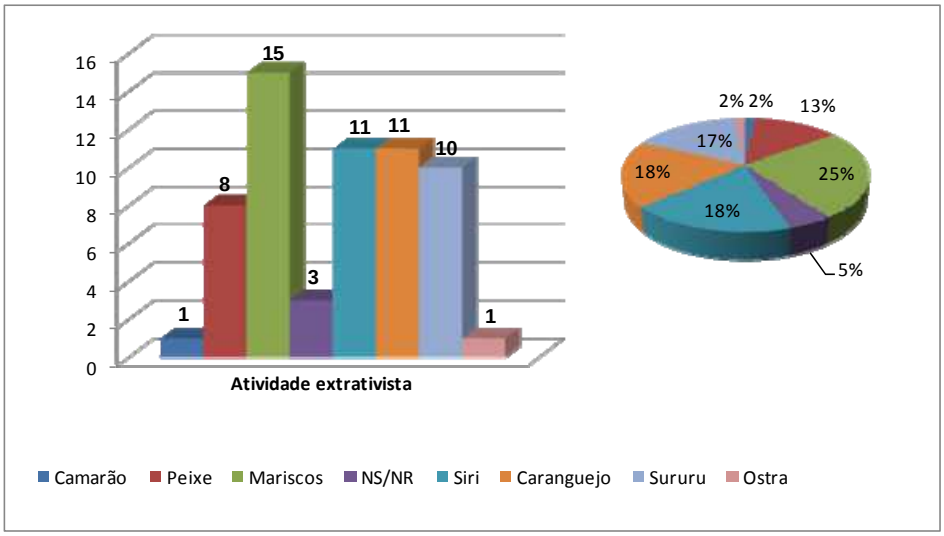


Figura 4.9.2.3-1: Atividades extrativistas.

Figura 4.9.2.3-2: Coleta de ostra e pesca de siri em Concha D'Ostra.
Foto: E. Valpassos.

Figura 4.9.2.3-3: Pesca de tarrafa.
Foto: E. Valpassos.

Figura 4.9.2.3-4: Pesca embarcada de linha.
Foto: E. Valpassos.

Ao se analisar a forma de transporte do resultado das atividades extrativistas observada no gráfico da Figura 4.9.2.3-5, observa-se o predomínio do uso de barco/baitera com 27%. Importante destacar que mesmo sendo do tipo aberta, a pergunta – *45, Se for pescador/marisqueiro ou catador de caranguejo – Como se dá a forma de transporte?* Não houve mais de uma resposta ou opção dada pelos entrevistados.

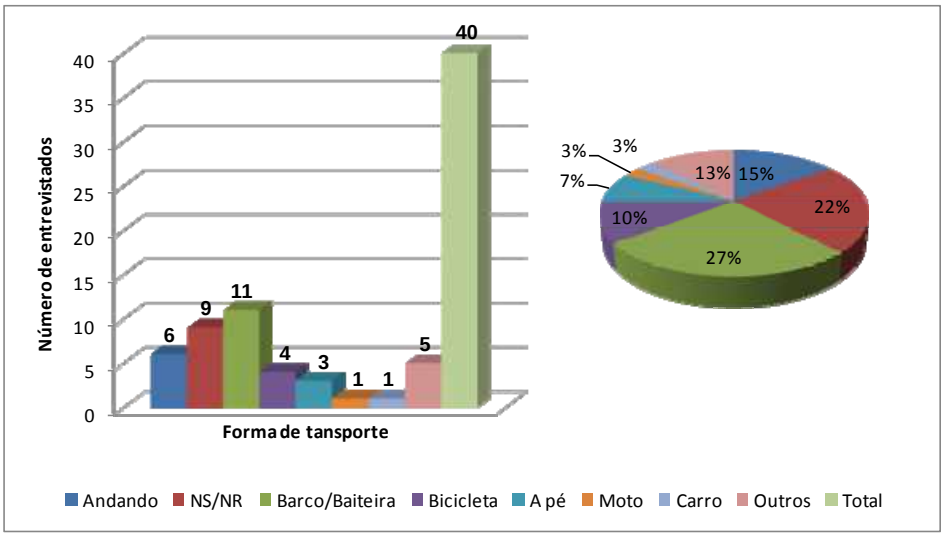


Figura 4.9.2.3-5: Forma de transporte de pesca e comercialização.

Segundo os pescadores e marisqueiros locais, a maior parte dos mariscos e pescados são negociados diretamente do pescador com o consumidor (Figura 4.9.2.3-6), pois a maioria compra os pescados para abastecer o próprio comércio local.

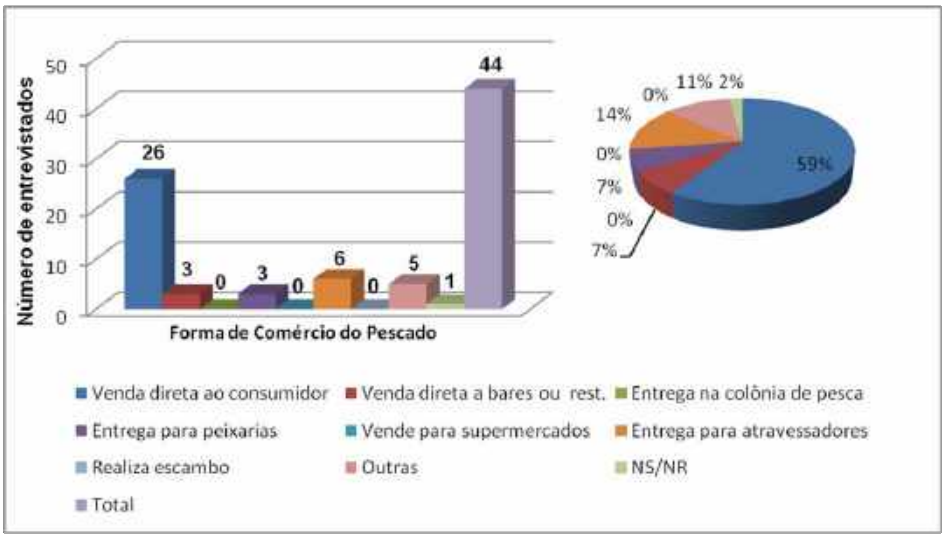


Figura 4.9.2.3-6: Forma de comércio do pescado.

Entre os 40 moradores entrevistados na área limítrofe dos bairros inseridos na RDS Concha D'Ostra, observa-se que destes um número expressivo 85%, informou que conhece e respeita o período de defeso (Figura 4.9.2.3-7). Fato este que muito contribui para a conservação e preservação das espécies locais, promovendo com isso a sustentabilidade da população local.

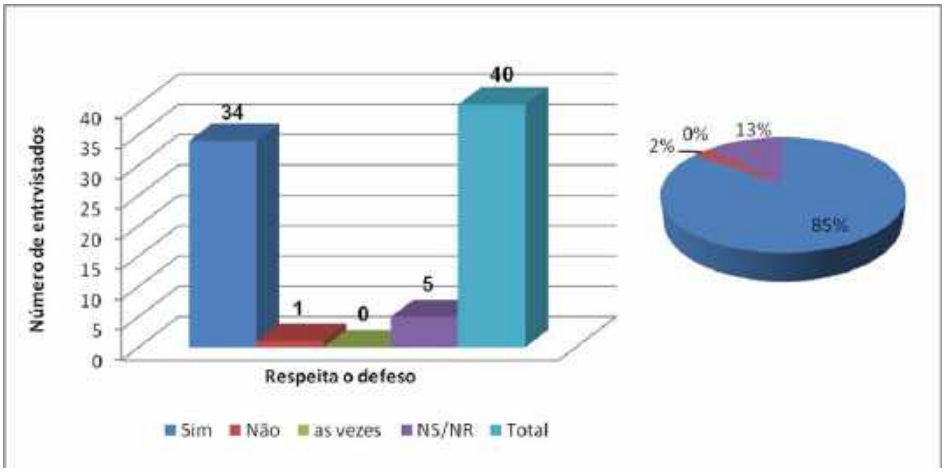


Figura 4.9.2.3-7: Respeita o defeso.

Dentre os 40 moradores entrevistados, 61% dos entrevistados conhecem alguém que utiliza a RDS para o sustento próprio (Figura 4.9.2.3-8). As áreas que existem menos pessoas que dependem da RDS para o próprio sustento são as áreas de Camurugi, Itapebussu e Prainha de Olaria. Na localidade de Camurugi se encontra poucos pescadores e marisqueiros, pois essa área da Reserva está muito poluída.

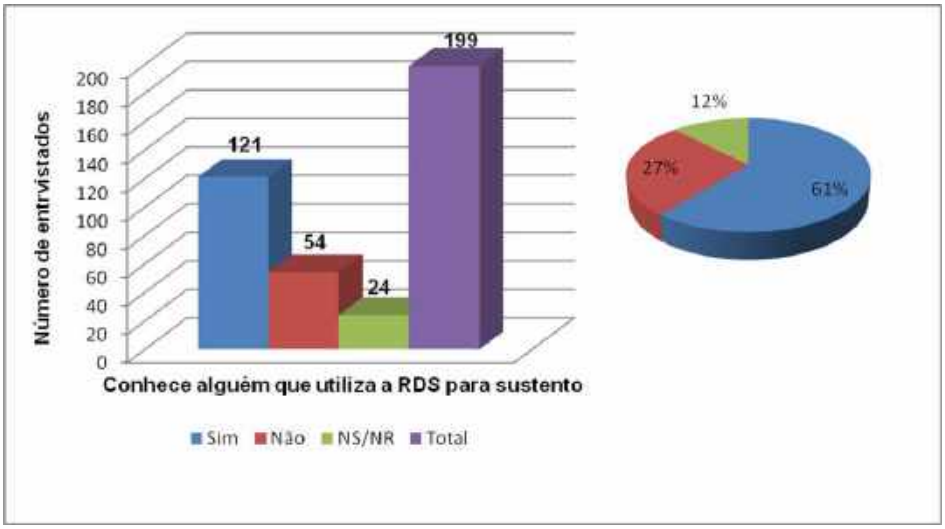


Figura 4.9.2.3-8: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento?

Do total de entrevistados observou-se durante o trabalho de campo, certo desconhecimento dos pescadores com relação a Associação de Marisqueiros/ Pescadores existentes na região. Constatou-se que embora 51% dos entrevistados desconheçam a existência de uma Associação de Marisqueiros/Pescadores, mas um número expressivo conhece 37%, fato este que demonstra claramente que existe uma relação dos moradores com atividades de extrativismo (Figura 4.9.2.3-9).

Registra-se ainda que no Bairro Concha D'Ostra 52% dos moradores conhecem a associação, mostrando um maior vínculo destes moradores com as atividades de extrativismo.

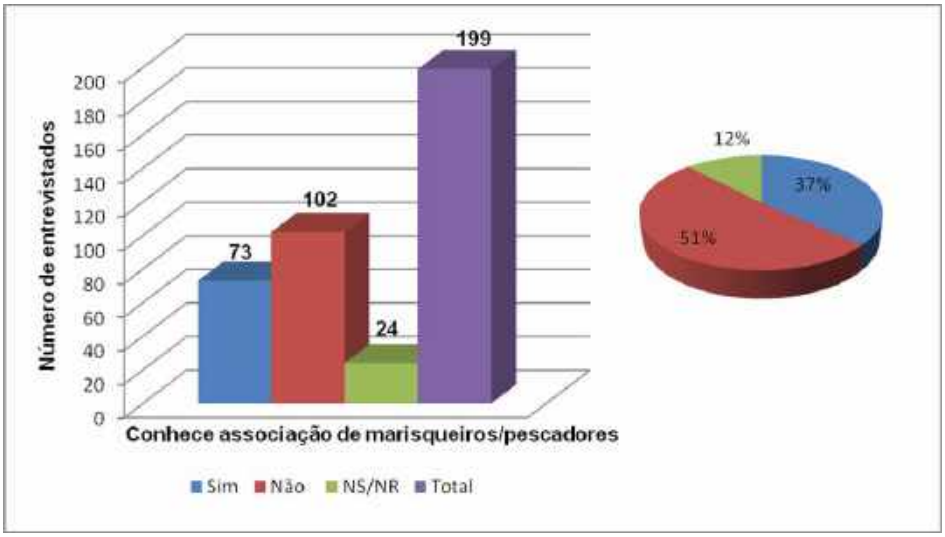


Figura 4.9.2.3-9: Conhece Associação de Marisqueiros/Catadores?

4.9.2.4. Turismo

O turismo de Guarapari referência no Estado do Espírito Santo há muitas décadas (Figuras 4.9.2.4-1 e 4.9.2.4-2) marca a ascensão de uma cidade estacionária que evoluiu bruscamente em nível regional de forma diferente em relação aos municípios dessa região, embora que as cidades vizinhas possuam aspectos físicos semelhante ao município de Guarapari. Ela recebe turistas de todo o Brasil e também de outros países que movimentam o comércio local.

Atualmente o turismo na Baía de Guarapari se da através de passeios de escunas, em épocas de alta estação, mas devido não haver nenhum tipo de infraestrutura dentro da UC, não deixam nenhum tipo de renda para a população local, mas somente para os empresários que as exploram.

Além dos passeios em escunas observa-se a prática do banana-boat (Figura 4.9.2.4-3), uso de Jet-sky, e a pesca esportiva constatada principalmente, nos fins de semana (Figura 4.9.2.4-4).

Destaca-se ainda que a Prainha de Olaria e a em particular a Concha D'Ostra são procuradas por moradores locais para banho e diversão, sendo um fator importante de inter-relação da comunidade com a UC (Figura 4.9.2.4-5).

Para os moradores da RDS Concha D'Ostra o desenvolvimento do turismo seria um grande avanço na economia local, uma vez que a exploração local poderá ser feita pelos próprios moradores reduzindo problemas como a pesca predatória e a destruição da fauna e flora da reserva.

Figura 4.9.2.4-1: Embarcação no Posto do Dino em 1972, na entrada da Baía de Guarapari. (foto-reprodução de acervo do posto Dino – E. Valpassos).

Figura 4.9.2.4-2: Escunas usadas para passeio no manguezal de Guarapari. Foto: E. Valpassos.

Figura 4.9.2.4-3: Banana-boat no canal. Foto: E. Valpassos.

Figura 4.9.2.4-4: Pesca esportiva no canal da Baía de Guarapari. Foto: E. Valpassos.

Figura 4.9.2.4-5: Crianças brincando nas margens do canal na Concha D'Ostra e na Prainha de Olaria. Foto: E. Valpassos.

4.9.2.5. Outras Atividades

Além das atividades já descritas destaca-se a comercialização de produtos obtidos com coleta de resíduos sólidos observados com mais freqüência nos bairros mais carentes, a exemplo dos encontrados em Lameirão, "Bico do Urubu" e Kubitschek. (Figuras 4.9.2.5-1 e 4.9.2.5-2), que em face da forma como são transportados e armazenados os resíduos sólidos, acabam atingindo o mangue trazendo um impacto significativo a UC.

Figura 4.9.2.5-1: Pontos de armazenagem e comercialização de resíduos sólidos em "Bico do Urubu" e Praia do Riacho. Foto: E. Valpassos.

Figura 4.9.2.5-2: Pontos de armazenagem de resíduos sólidos em "Bico do Urubu" ao lado do mangue dentro do limite da RDS.

4.9.2.6. Programas e Projetos Sociais e Econômicos

De acordo com informações obtidas Secretaria municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania da Prefeitura Municipal de Guarapari foi realizado um estudo para elaboração do Plano Municipal de habitação de Interesse Social de Guarapari onde foram identificadas demandas habitacionais no município as quais incidem a área da reserva RDS Concha D'Ostra.

Dentre os Programas e projetos sociais econômicos prioritários foram identificados os programas que contemplarão áreas da RDS, objeto de estudo desse diagnóstico, conforme descritos a seguir:

- **PROGRAMA DE GESTÃO HABITACIONAL:** Visa fortalecer a atuação do poder público, bem como o caráter transparente, democrático e permanente da política habitacional.

- **PROGRAMA DE PRODUÇÃO E MELHORIAS HABITACIONAIS:** Visa produzir HIS que garantam a qualidade do ambiente natural e construído, com qualidade e quantidade adequada à demanda. Também visa minimizar os problemas de inadequação habitacional, promovendo a qualificação geral das HIS existentes.

- **PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:** Visa orientar a ocupação do território urbano de forma sustentável, aproveitando a infraestrutura existente e evitando os processos especulativos de valorização da terra. Também visa promover a regularização fundiária, jurídica e urbanística, dos assentamentos irregulares consolidados.

Ressalta-se que dentro dos programas citado acima, está previsto o reassentamento das famílias que residem na localidade do Bico do Urubu, que será feito através da construção de unidades habitacionais do "Programa Minha Casa Minha Vida". Segundo informações da SETAC – PMG, as famílias dessa localidade terão prioridade no processo de seleção das famílias beneficiadas.

Mesmo com a informação da Prefeitura Municipal de Guarapari sobre a existência de projetos sociais que estarão trazendo melhoria da qualidade de vida dos moradores locais, observa-se na Figura 4.9.2.6-1 que existe total desconhecimento da população que vive no entorno da RDS, para com os benefícios do serviço público.

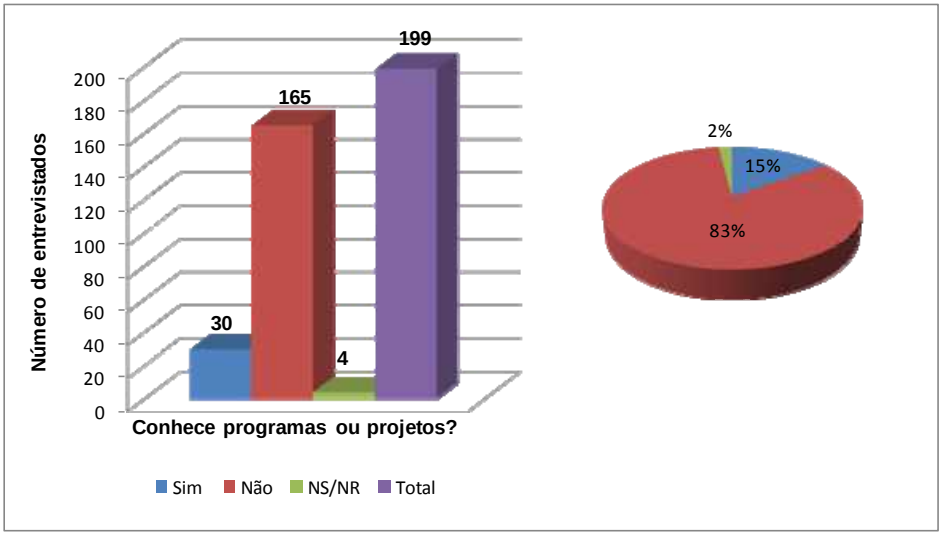


Figura 4.9.2.6-1: Programas ou projetos.

4.9.2.7. Expectativas de Crescimento e Desenvolvimento

Segundo informações da Secretaria Municipal de Projetos da Prefeitura Municipal de Guarapari dentro da expectativa de desenvolvimento ordenado para preservação e conservação da RDS Concha D'Ostra já está previsto um projeto de cerca para estabelecer uma barreira física que estará controlando a ocupação desordenada na reserva com o fechamento que contemplara pavimentação em pavi-S, iluminação com postes ornamentais e cerca com tela revestida em PVC com a demanda prevista do fechamento de 11.100,00 m no em seu entorno.

O outro projeto de grande importância na infraestrutura do município de Guarapari está voltado para o principal gargalo que atinge a cidade hoje que é mobilidade urbana. Este projeto consiste na proposta de construção da 3ª Ponte com objetivo de "desafogar" o transito do centro de Guarapari, sobretudo na Av. Davino Mattos, fornecendo uma terceira opção de trajeto viário dentro da zona urbana, com conforto, segurança e mais agilidade ligando a Av. Itapebussu, com a Av. Eliziario Lourenço Dias, no Bairro Olaria.

4.9.3. Aspectos Culturais

A manifestação cultural se faz presente em Guarapari por meio da Folia de Reis, do Congo de São Benedito e da Banda de Congo do Alto do Rio Calçado, em atividade há 80 anos.

Trata-se de conjunto musical típico do folclore capixaba; representa um auto, profano-cristão de origem afro-indígena, com som de percussão e dança no ritmo de jongo (não há registro histórico sobre a origem das bandas de congo de Guarapari).

A comunidade guarda lendas como: A Mulher de Algodão, A Mãe de Ouro, A Mulher Pata, A Praia dos Padres, A Sereia de Meaípe, e muitas outras lendas. Uma delas se refere ao fenômeno natural provocado por gases atmosféricos, que ocorre na ilha Escalvada. Quando acontece dizem que a ilha se encanta, e muitos afirmam tê-la visto mudar de formato (sombrinha, baleia, chapéu, navio, etc.).

Segundo os moradores entrevistados, a manifestação cultural de maior importância para eles é a Festa de São Benedito, na qual os pescadores homenageiam o Santo ao Som dos Tambores das Bandas de Congo da localidade de Alto Rio Calçado.

De acordo com as informações obtidas dos moradores locais durante a pesquisa de campo referente a existência de manifestação cultural ou folclórica dentro dos limites da RDS Concha D'Ostra, observa-se que 54% dos entrevistados respondeu que não existe, porém todos manifestaram interesse no desenvolvimento de projetos culturais e folclóricos na comunidade e alegam que essas ações serão de suma importância no combate a violência e ao consumo de álcool e drogas nas comunidades.

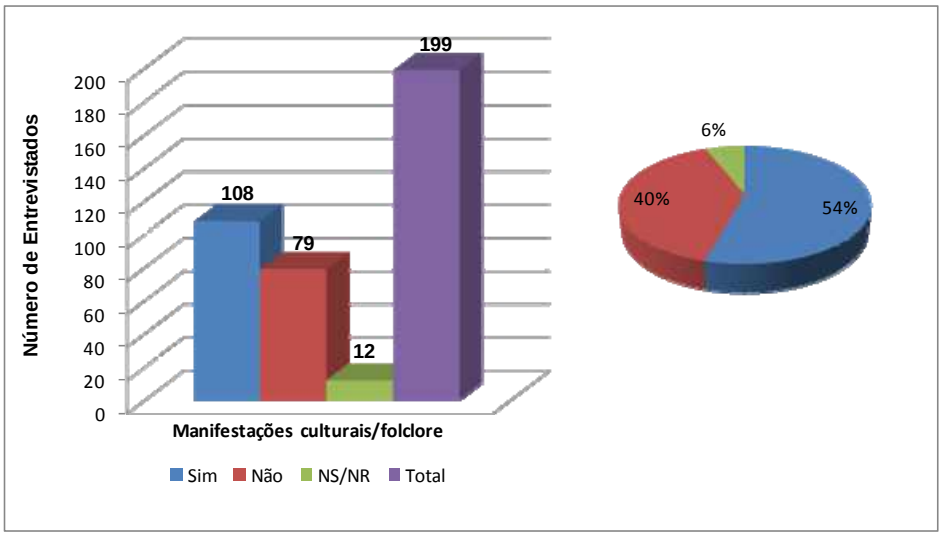


Figura 4.9.3-1: Manifestação Cultural/Folclore.

De acordo com a Figura 4.9.3-2, observa-se que a visão dos moradores referente à manifestação cultural/folclore é totalmente voltada para as festas religiosas cristã ressaltando os Santos Padroeiros, e as demais comemorações de acordo com a crença de cada um, tendo em vista a diversidade de religiões existentes em cada bairro. Apenas 7% dos entrevistados mencionaram eventos considerados como Manifestação Cultural e Folclórica no município de Guarapari que são a Festa de São Pedro com 6% das respostas, e apenas 1% menciona a Festa do Congo.

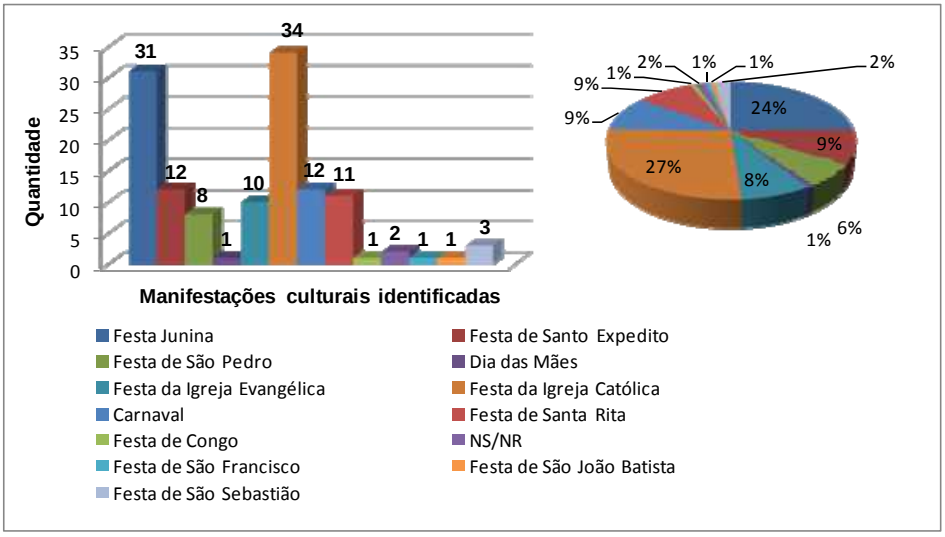


Figura 4.9.3-2: Manifestações culturais na visão dos moradores da RDS.

4.9.4. Percepção Ambiental e Interação da População com a UC

Uma Unidade de Conservação com as características da RDS Concha D'Ostra só tem condições de atingir os objetivos para os quais foi criada se houver uma integração com os diferentes segmentos da sociedade civil e também com as instituições públicas. Tanto um segmento como o outro, em face do perfil de suas representações ou atividades desenvolvidas, possui interface não só com os recursos naturais protegidos em seus limites, mas fundamentalmente com os moradores que residem dentro e no seu entorno imediato.

Nesse sentido a metodologia desenvolvida procurou avaliar a opinião de um conjunto de atores sociais através da aplicação de diferentes questionários, cujo conteúdo proposto de cada um foi objeto de construção conjunta entre os técnicos da empresa contratada e os da instituição contratante.

Dessa forma procurou-se dentro dos quatro segmentos escolhidos: organizações governamentais, não-governamentais, comunitárias e dos moradores, identificar os representantes de cada segmento conforme relacionados na Tabela 4.9.4-1.

Tabela 4.9.4-1: Quadro com a distribuição da representação dos diferentes segmentos entrevistados.

ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS MUNICIPAIS/ ESTADUAIS		
Representação	***Nome do Entrevistado***	***Função***
SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Adriana de Souza Guimarães	Gerente de Educação Ambiental
SEDEC – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Expansão Econômica	Aurelice Vieira Souza	Secretária Responsável
SEMAPER – Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Expansão Rural	Antônio Nivaldo Ferrari	Secretário Responsável
INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural	José Clezer de Oliveira	Chefe do Escritório Local
Colônia de Pesca Z3	Marcilene Carneiro Chagas Belo	Presidente
SETAC - Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Cidadania	Maria Helena Netto	Secretária Municipal
SEMPRAD – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Rural e Urbano	Edgar Behle	Secretário Municipal

LIDERANÇAS DE ONGs AMBIENTALISTAS		
Representação	***Nome do entrevistado***	***Função***
Sociedade Gaya Religare	César Ivan Pereira Pinheiro	Vice-Presidente e Conselheiro Técnico
Ass. Ecológica Força Verde	César Maioli Júnior	Presidente
Sinhá Laurinha	Ricardo Miranda Braga	Presidente do Departamento Ambiental
FAMOMPOG – Fundação das Assoc. de Moradores e Movimentos.	Andréa Ramos Gante	Presidente

Tabela 4.9.4-1: Quadro com a distribuição da representação dos diferentes segmentos entrevistados. Continuação.

LIDERANÇAS DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E RELIGIOSAS		
Representação	**Nome do entrevistado**	**Função**
Ass. de Moradores da Praia do Riacho	Regina Lúcia Martins	Presidente
Ass. Moradores da Praia do Riacho	Elarcil Soares	Tesoureira
Ass. de Moradores de Coroado	Vanderley Ramos Pinto	Vice-Presidente
Ass. de Moradores de Camurugi	Adelson Costa Silva	Presidente
Ass. de Moradores de Itapebussu	Nilcia Rodrigues Simões	Presidente
Ass. Moradores de Olaria	Márcia Jesus Simões	Representante da comunidade de Prainha de Olaria
Ass. de Moradores de Kubitschek	Marcio Oliveira Rodrigues	Presidente
Ass. de Moradores de Concha D'Ostra	Dirceu Silva Moraes	Vice-Tesoureiro
Ass. de Moradores de Concha D'Ostra	Malvino Costalonga Júnior	Secretário

Destaca-se que o levantamento da opinião dos moradores no **item 4.9.4.5. Percepção dos Moradores,** não foi naturalmente por representação, mas sim diretamente com os mesmos, conforme metodologia descrita no respectivo item.

É importante salientar que a metodologia empregada não personifica as respostas dos entrevistados, somando-se os resultados obtidos de cada pergunta de cada setor, de forma que se torna impossível identificar a opinião de cada um, mas sim a avaliação do conjunto de cada setor da sociedade.

4.9.4.1. Percepção das Organizações Governamentais

A percepção das organizações governamentais foi obtida a partir da análise dos resultados da aplicação do Questionário 6 – Autoridades Municipais e Estaduais, realizadas através de sete entrevistados que possuem cargos municipais ou estaduais.

Dentre os sete entrevistados, seis possuem cargos em secretarias municipais da PMG e apenas um entrevistado possui cargo em um órgão estadual.

Perguntamos as autoridades entrevistadas se tinham conhecimento da existência da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra – RDS Concha D'Ostra, e todos os entrevistados responderam que tem o conhecimento da existência da RDS Concha D'Ostra, demonstrando ser este um bom indicativo da divulgação da UC entre os órgãos públicos.

Em relação à criação da RDS Concha D'Ostra, quatro entrevistados disseram não ter participado da criação, dois participaram de reuniões iniciais e apenas um entrevistado disse ter participado da criação da Reserva (Figura 4.9.4.1-1).

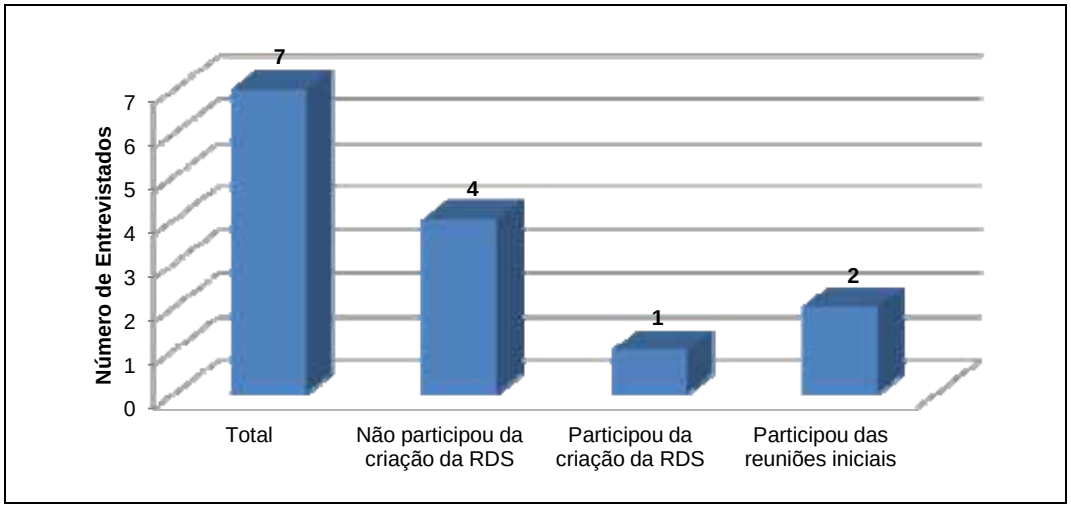


Figura 4.9.4.1-1: Participação na criação da RDS Concha D'Ostra.

Explica-se que a maioria não participou, uma vez que quando de sua recategorização, possivelmente estes servidores poderiam não estar trabalhando na função pública na ocasião, ou simplesmente não foram convidados a participar em função do número restrito de pessoas/instituições que participaram do grupo de trabalho instituído pelo IEMA. Ressalta-se como já descrito no **item 4.1. Histórico** que a representação da PMG foi restrita somente ao representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Sobre a atuação da secretaria em que possuem cargo, junto à comunidade e no entorno da RDS Concha D'Ostra (Figura 4.9.4.1-2) apenas dois entrevistados responderam que suas secretarias não atuam junto à comunidade do entorno da UC. As outras cinco autoridades responderam que as secretarias atuam com projetos sociais com os pescadores, programas e trabalhos de conscientização sobre ocupação do solo.

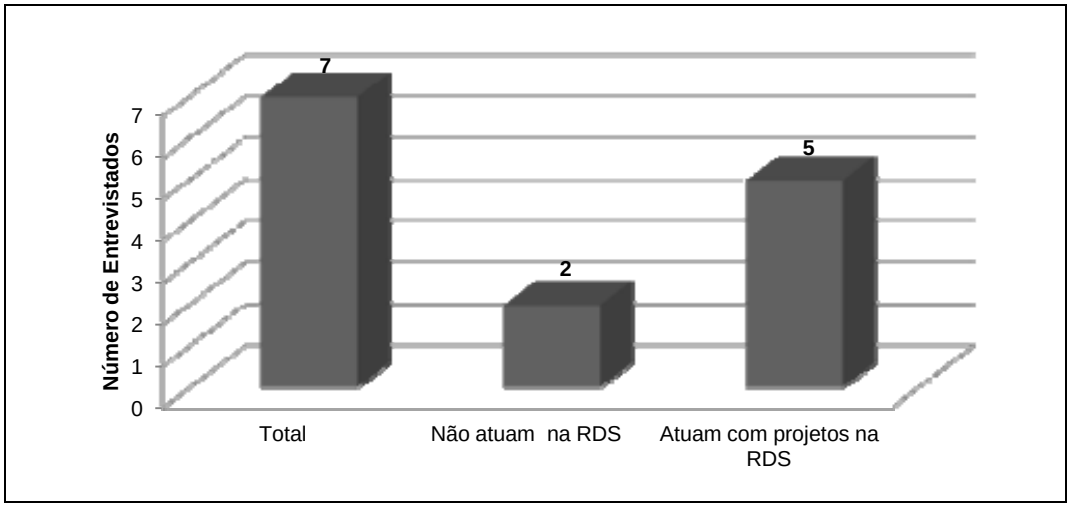


Figura 4.9.4.1-2: Atuam junto a comunidade no entorno da RDS?

Perguntados se as autoridades tinham o conhecimento da existência de Associação de Pescadores/Marisqueiros, Catadores de Caranguejo ou ONG's na região, somente um entrevistado disse não conhecer nenhuma Associação. Dentre os seis que disseram conhecer, quatro souberam citar os nomes das associações que conhecem que foram: a Associação dos Moradores da Concha D'Ostra, da Prainha, a AAGUA - Associação Ambientalista de Guarapari, Associação de Ostreicultores, a qual já se encontra inativa (Figura 4.9.4.1-3).

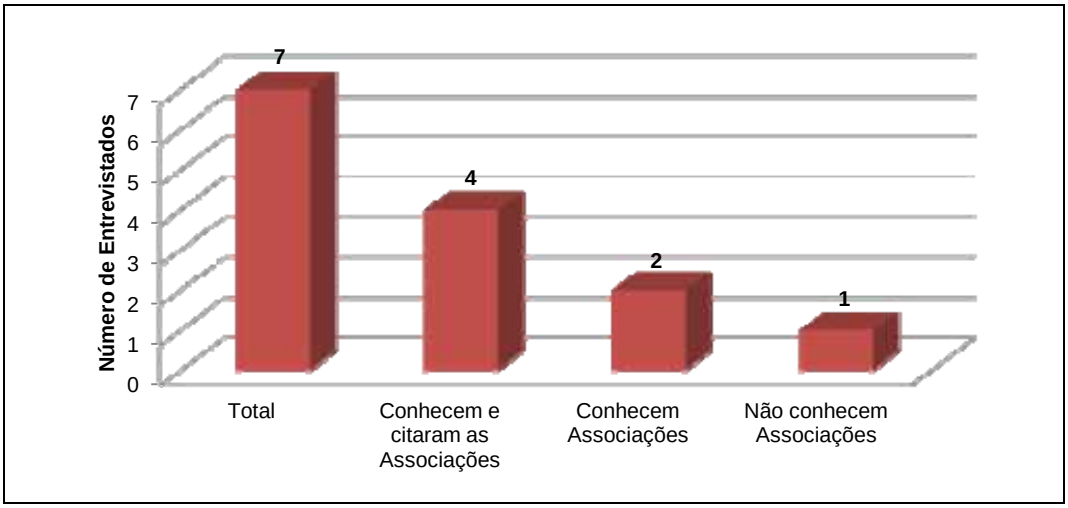


Figura 4.9.4.1-3: Tem conhecimento da existência de Associação de Pescadores/Marisqueiros, Catadores de Caranguejo ou ONG's na região?

Sobre a atuação dos órgãos junto a essas Associações, quatro entrevistados responderam que falta interação entre os órgãos e as Associações e três responderam que os órgãos atuam de forma satisfatória, atuando em programas sociais e projetos com pescadores (Figura 4.9.4.1-4).

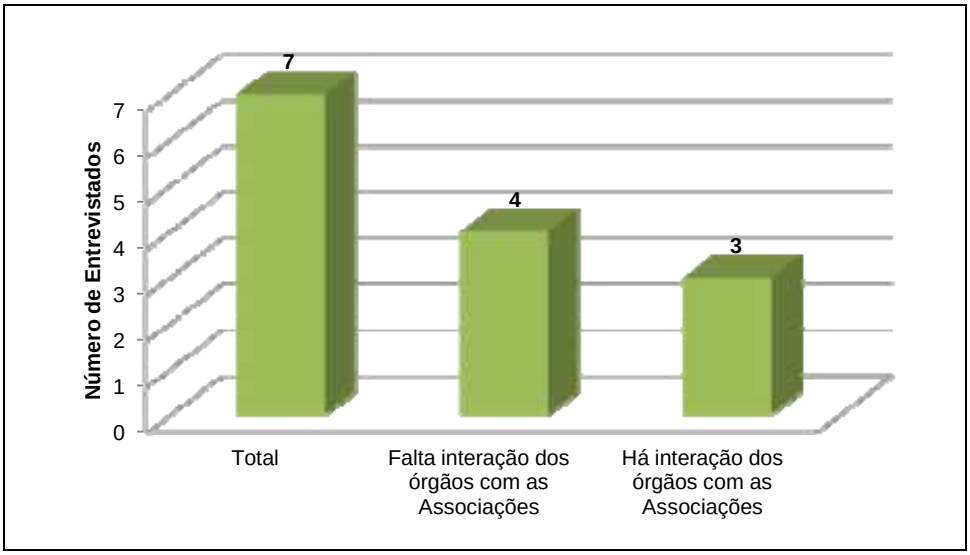


Figura 4.9.4.1-4: Existência de interação entre as Secretarias Municipais e as Associações de Pesca.

Quando perguntados se as autoridades tinham conhecimento dos problemas que envolvem a RDS Concha D'Ostra com a comunidade do entorno, somente um entrevistado disse não ter conhecimento de problemas na Reserva. Os outros seis entrevistados disseram ter conhecimento dos problemas e destacaram como um dos maiores problemas a ocupação irregular. Também foram citados falta de saneamento básico e infraestrutura. Dentre os seis que tem conhecimento dos problemas, um disse que prefere deixar que eles resolvam (Figura 4.9.4.1-5).

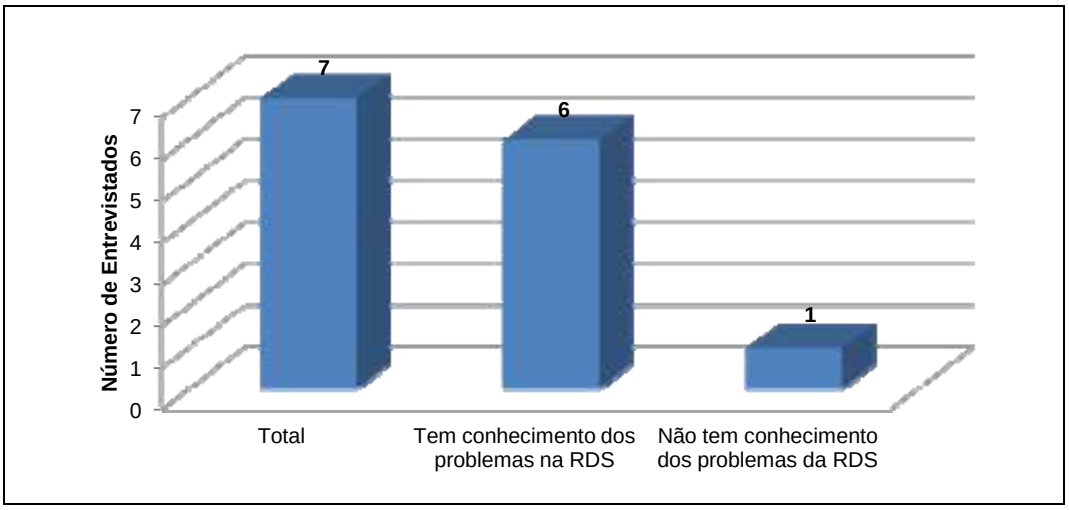


Figura 4.9.4.1-5: Conhecem os problemas no entorno da RDS?

Perguntados se tinham conhecimento de algum programa ou projeto na região que envolvesse a RDS Concha D'Ostra e dentre os sete entrevistados três disserem que não conhecem nenhum projeto ou programa. Dos outros entrevistados, um respondeu que conhece o Projeto Habitacional de Interesse Social – PETI, que é direcionado para os moradores do "Bico do Urubu"; o outro entrevistado disse que conhece o projeto de limpeza do manguezal; outro projeto citado por um entrevistado foi o programa de assistência social e foi citado também o processo de Urbanização Controlada, realizado pelo proprietário da área aonde parte da UC foi criada (Figura 4.9.4.1-6).

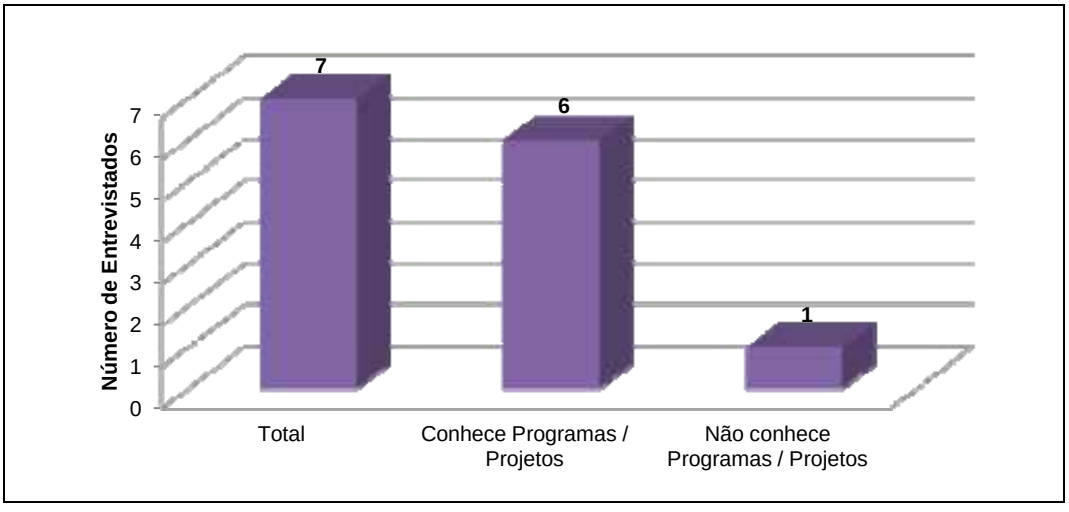


Figura 4.9.4.1-6: Tem o conhecimento de algum programa ou projeto que envolvesse a RDS Concha D'Ostra?

Quando perguntamos o que o entrevistado faria para melhorar a atuação junto a Reserva e a comunidade local, dois entrevistados não responderam, três responderam que com a fiscalização ambiental a atuação seria melhor, um entrevistado respondeu que será necessário propiciar às famílias residentes na área uma moradia adequada e acesso aos serviços de assistência social, articulado com os serviços básicos de saúde e educação e o outro entrevistado disse que atuaria em denúncias de ocupações irregulares (Figura 4.9.4.1-7).

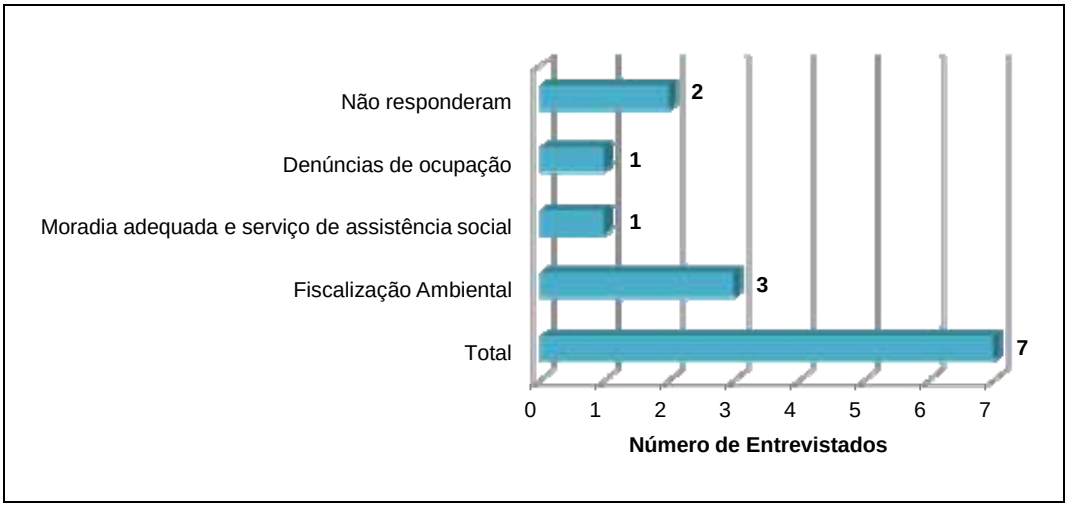


Figura 4.9.4.1-7: O que fariam para melhorar a atuação junto a Reserva?

Perguntamos se as autoridades estavam satisfeitas com a atual situação da RDS Concha D'Ostra, três entrevistados não responderam, três não estão satisfeitos e somente um entrevistado disse estar satisfeito, pois acredita que a partir da criação da Reserva criaram-se parâmetros e limitações referentes à intervenção do homem nesse ambiente de preservação (Figura 4.9.4.1-8).

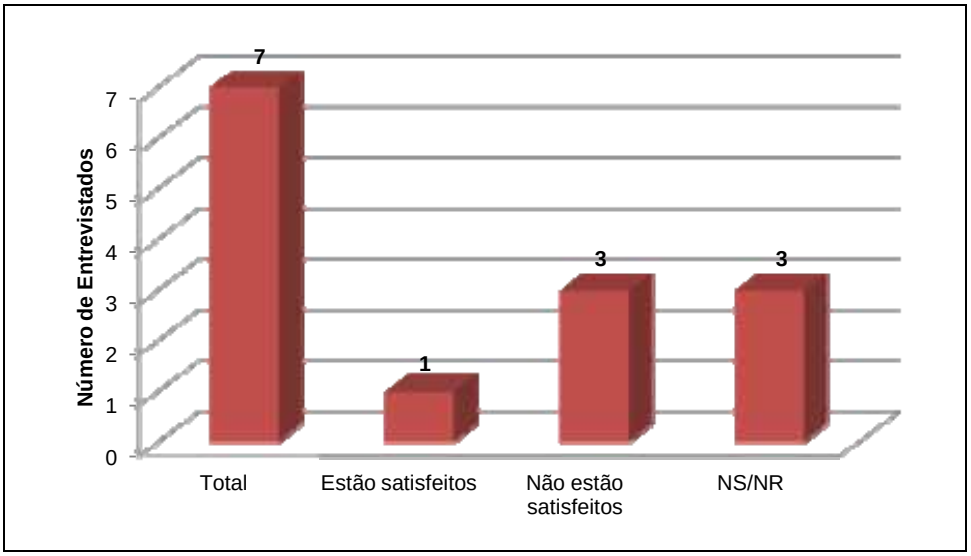


Figura 4.9.4.1-8: Satisfeitos com a situação atual da RDS?

Todos os entrevistados consideram a existência da RDS Concha D'Ostra muito importante, pois a Reserva fortalece os princípios de sustentabilidade no local.

Somente um entrevistado disse não conhecer a legislação relacionada à definição da RDS Concha D'Ostra e um entrevistado conhece pouco sobre a legislação. Os outros cinco entrevistados conhecem a legislação (Figura 4.9.4.1-9).

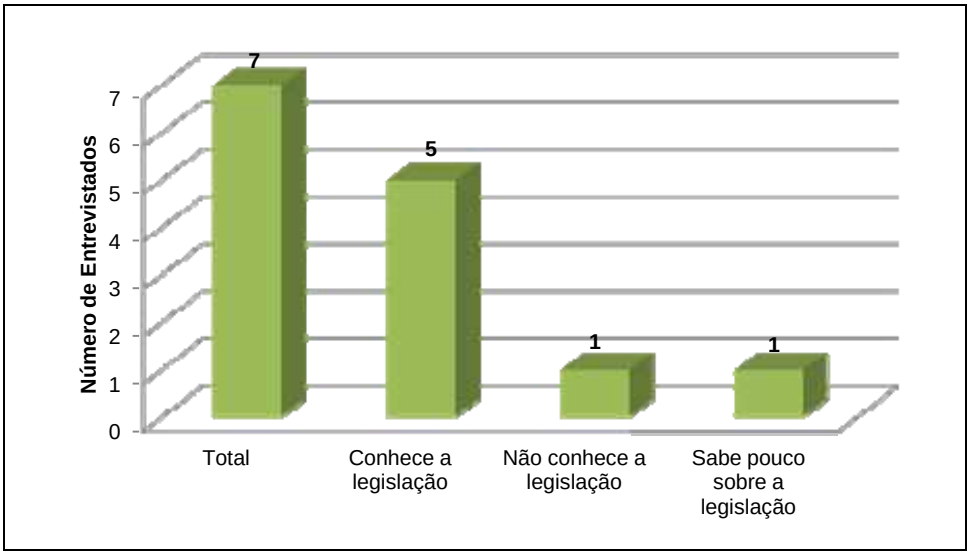


Figura 4.9.4.1-9: Conhecem a legislação que regulamentou a criação da RDS?

Quando perguntamos se os entrevistados acham importante a permanência e a conservação da Reserva de acordo com a legislação existente, um entrevistado disse que não acha importante, pois pensa que os limites da reserva devem ser revistos; dois entrevistados não responderam à pergunta e quatro acham importante, pois se trata de uma área de preservação permanente e de um "*estuário ecológico*", visando garantir os direitos de preservação ao local (Figura 4.9.4.1-10).

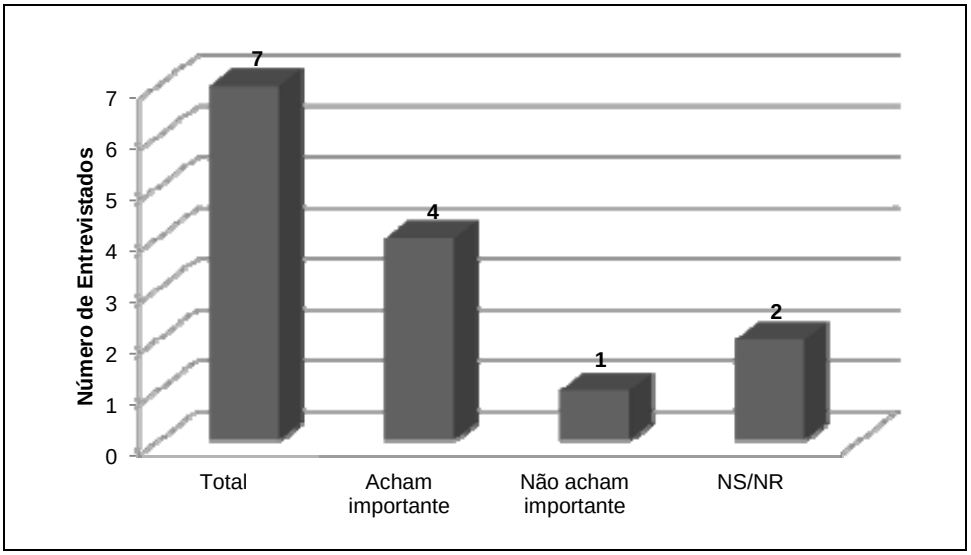


Figura 4.9.4.1-10: Acham importante a conservação da RDS?

❖ *Conclusão sobre Percepção das Organizações Governamentais*

A partir das respostas obtidas pode se constatar que apesar da importância inegável da UC para o município de Guarapari, a falta da presença institucional do IEMA de forma constante e ao mesmo tempo a ausência de qualquer estrutura administrativa na RDS, desde a criação da unidade de conservação trouxe como conseqüência, a insatisfação com a atual situação da Reserva. Depreende-se ainda que a falta de um local adequado onde a população ali residente possa levar suas reclamações e necessidades, aliado a pouca divulgação e integração com as instituições públicas locais, são fatores que contribuem de forma significativa para o desconhecimento sobre a importância da UC e o crescimento dos problemas, notadamente os das ocupações irregulares. A falta de planejamento integrado entre as instituições tem sido amenizada, após a intervenção do ministério publico, quando da proibição de novas ligações de energia e água para novas edificações construídas dentro da UC.

4.9.4.2. Percepção das Organizações Não-governamentais

Este diagnóstico foi desenvolvido através da aplicação do Questionário 2 é foi direcionado a lideranças de ONGs ambientalistas com atuação local. Foram realizadas quatro entrevistas com os presidentes e/ou vice-presidentes. Duas entrevistas foram realizadas por e-mail e duas diretamente com os líderes. Nesse questionário podemos avaliar quais são as ações que as ONGs desenvolvem em relação à RDS Concha D'Ostra.

Perguntados como é a atuação das ONGs junto aos órgãos públicos, um líder disse ter facilidade de tratar só assuntos políticos, nas demais áreas tem muita dificuldade. Dois líderes responderam que tem facilidade de tratar todos os assuntos junto aos órgãos públicos ambientais, mas encontram dificuldades quando o assunto engloba a esfera política local. Somente um líder respondeu que a ONG não tem nenhum vínculo com os órgãos públicos (Figura 4.9.4.2-1).

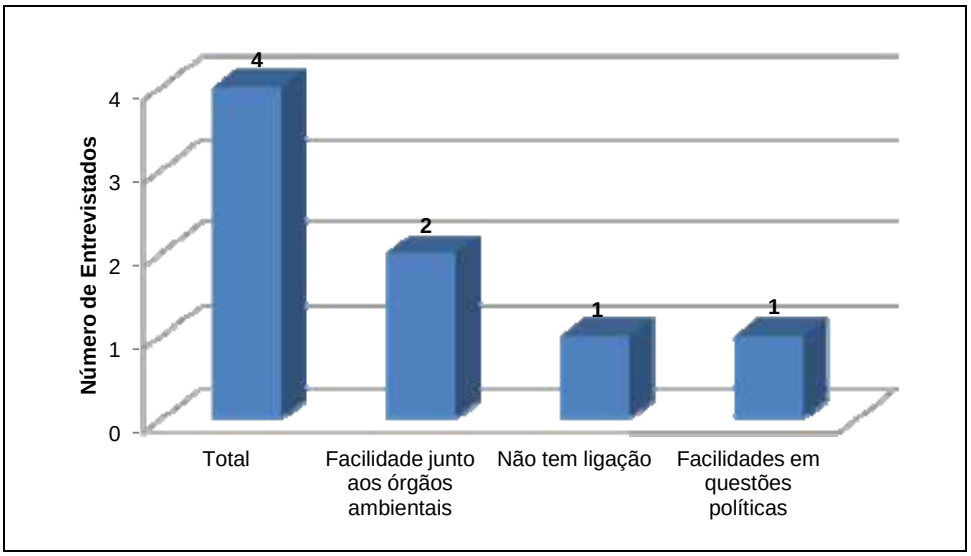


Figura 4.9.4.2-1: Como é a atuação das ONG's junto aos órgãos públicos?

Em relação às conquistas das ONGs junto aos órgãos públicos, três ONGs responderam que obtiveram conquistas. Somente um líder disse que a conquista que a ONG em que participa obteve foi fruto de uma parceria com entidades privadas (Figura 4.9.4.2-2).

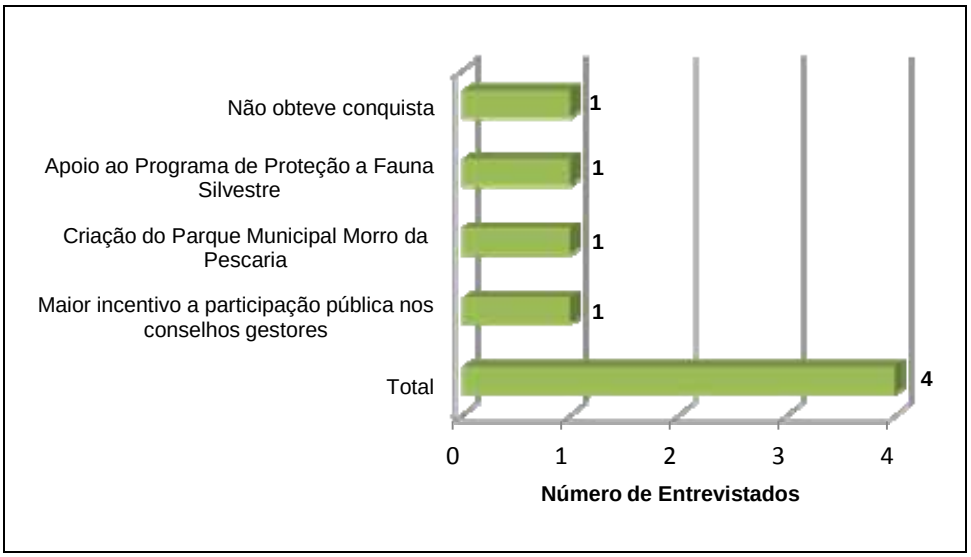


Figura 4.9.4.2-2: Conquista das ONG's junto aos órgãos públicos.

Sobre as dificuldades enfrentadas para se estabelecerem, os quatro responderam que as dificuldades foram a falta de parcerias com órgãos públicos, entidades privadas e falta de recursos financeiros (Figura 4.9.4.2-3).

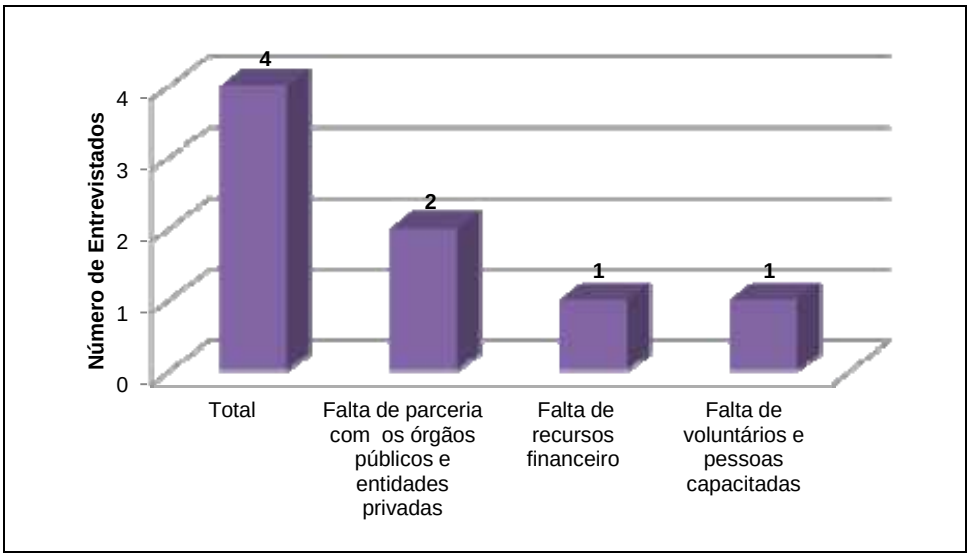


Figura 4.9.4.2-3: Dificuldades encontradas.

Dentre as opções perguntadas sobre os impactos ambientais que ocorrem, destacaram: aterro, derramamento de óleo, queimada, desmatamento, lixo e pesca predatória. Somente um entrevistado disse não ocorrer pesca predatória no local, os demais entrevistados citaram todas as opções (Figura 4.9.4.2-4).

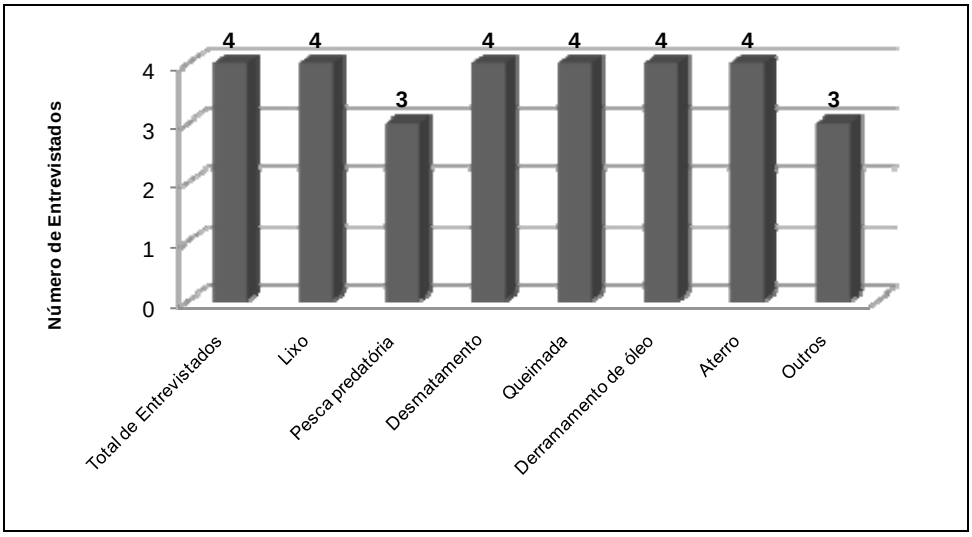


Figura 4.9.4.2-4: Quais os principais impactos ambientais que ocorrem na RDS?

Perguntados quais eram os principais problemas sociais e de infraestrutura nos bairros, sendo que a água encanada e iluminação pública foram os únicos itens que não foram citados como problema. Os entrevistados destacaram a falta de: saneamento básico, calçamento, áreas de lazer, de união entre os moradores e ainda o desemprego (Figura 4.9.4.2-5).

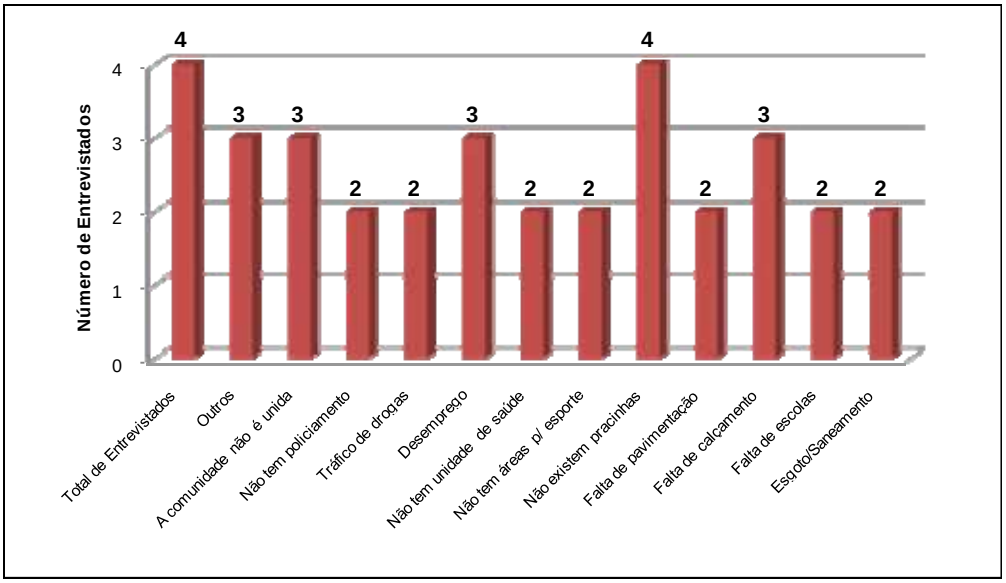


Figura 4.9.4.2-5: Principais problemas ambientais e de infraestrutura.

Quando perguntamos o que poderia ser feito para resolver estes problemas, dois entrevistados responderam que os órgãos responsáveis deveriam ter um melhor trabalho de fiscalização na área da RDS e um dos entrevistados citou cursos profissionalizantes como solução para estes problemas. Somente um entrevistado não respondeu (Figura 4.9.4.2-6).

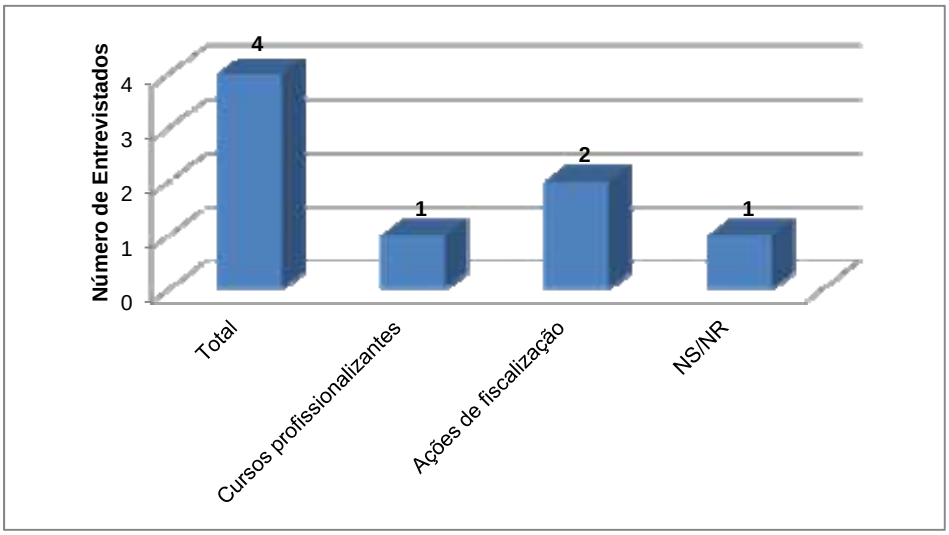


Figura 4.9.4.2-6: O que fazer para resolver os problemas sociais e de infraestrutura?

Todos os entrevistados têm conhecimento da existência da RDS Concha D'Ostra. Sobre a criação da Reserva, perguntamos aos entrevistados se a ONG em que eles fazem parte participou da criação da mesma e dois entrevistados responderam que não e um não respondeu. Apenas um entrevistado disse que a ONG foi uma dos percussores da idéia e que faz parte do conselho de gestor da mesma (Figura 4.9.4.2-7).

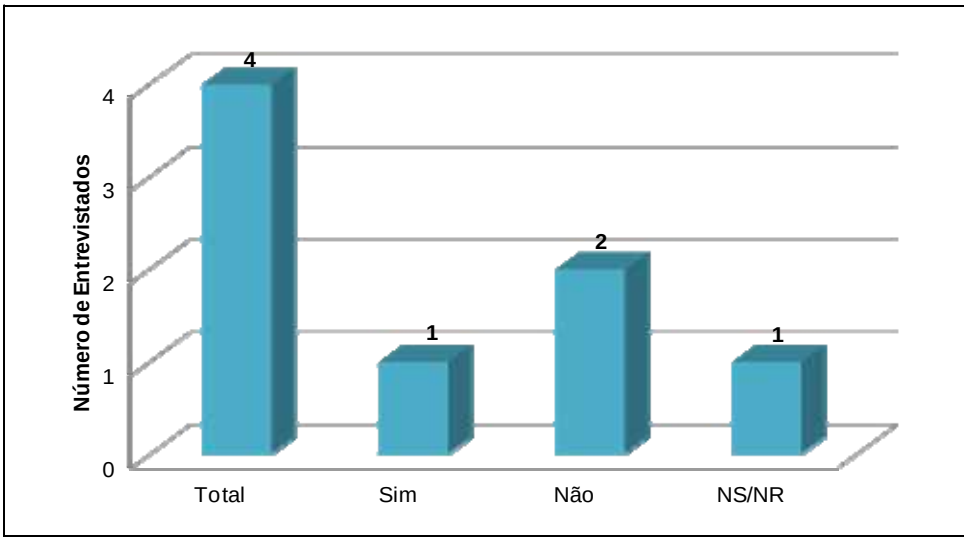


Figura 4.9.4.2-7: A ONG em que faz parte, participou da criação da RDS?

Perguntamos se as ONGs que fazem parte ou desenvolvem algum projeto ou programa na região que envolve a RDS Concha D'Ostra ou se conhecem algum projeto ou programa e dois entrevistados não responderam. Os outros dois entrevistados, um realiza o mutirão de limpeza, mas não conhece nenhum outro projeto ou programa e o outro não desenvolve nenhum programa ou projeto, mas participa do mutirão de limpeza (Figura 4.9.4.2-8).

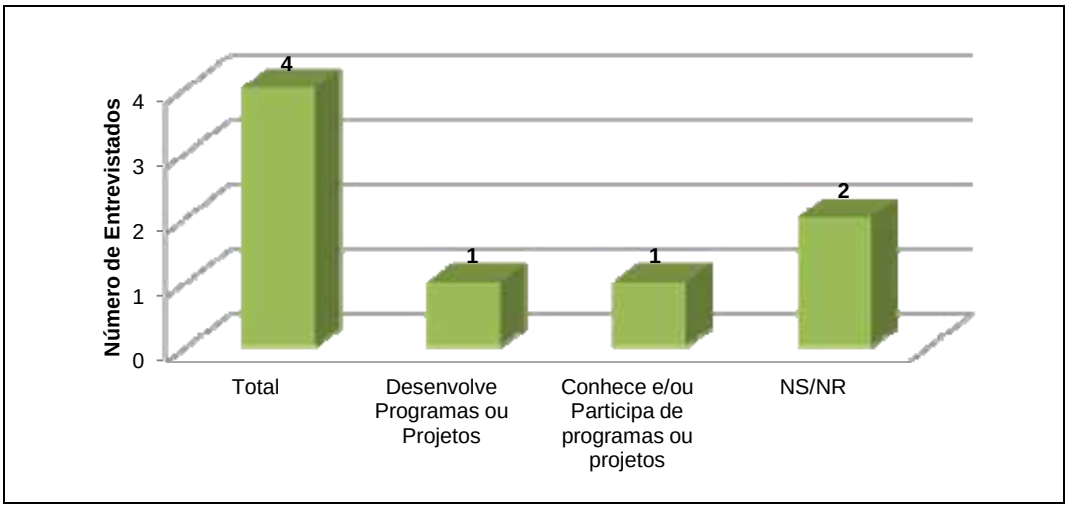


Figura 4.9.4.2-8: Conhece ou desenvolve algum programa ou projeto na RDS?

Quanto à qualidade da rede de esgoto/saneamento no bairro somente um entrevistado não respondeu. Os outros três responderam que o tratamento de esgoto/saneamento é péssimo (Figura 4.9.4.2-9).

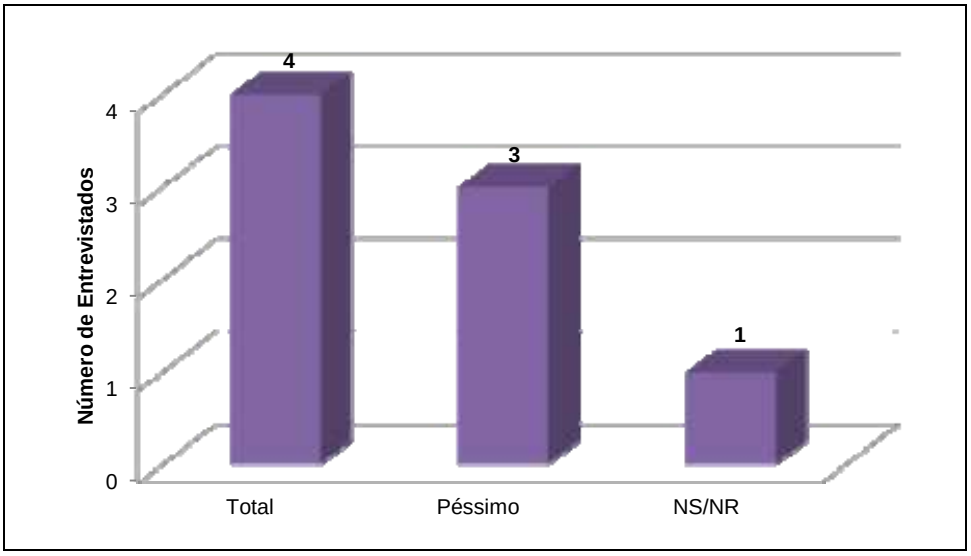


Figura 4.9.4.2-9: Sobre a qualidade do sistema de esgoto/saneamento no entorno da RDS.

Em relação à coleta de lixo realizada no bairro, um entrevistado acha que o serviço de coleta é bom, um acha ruim e o outro entrevistado acha o serviço de coleta do lixo péssimo. Somente um entrevistado não respondeu a pergunta (Figura 4.9.4.2-10).

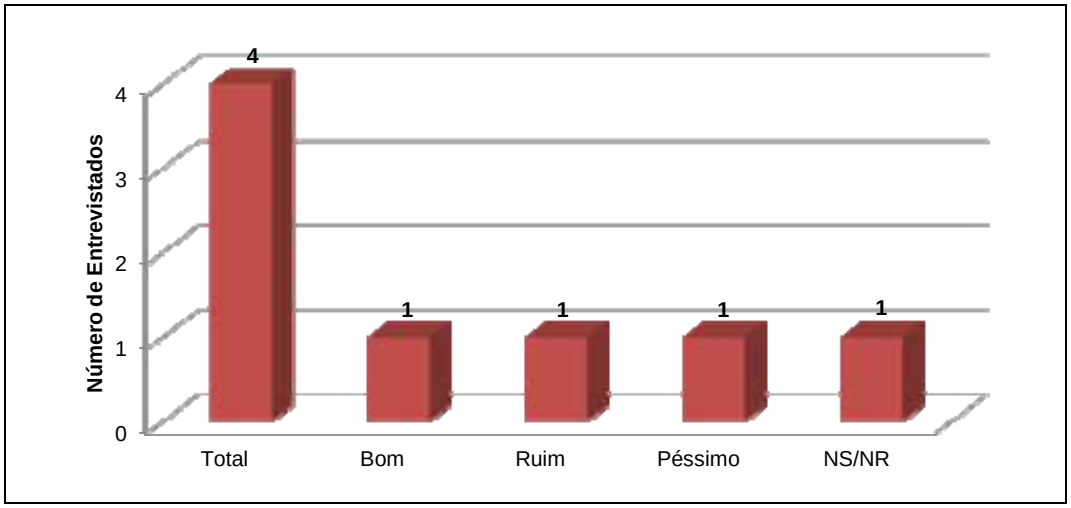


Figura 4.9.4.2-10: Sobre a qualidade da coleta de lixo na RDS.

Perguntamos aos líderes se eles acham importante a permanência e a conservação da RDS Concha D'Ostra de acordo com as leis específicas e todos responderam que acham importantes e entendem que não bastam as leis, pois elas precisam ser cumpridas para garantir a permanência e conservação.

❖ *Conclusão - Percepção das Organizações Não-governamentais*

Em relação à percepção das ONGs, verifica-se que a semelhança do que foi observado em relação a opinião do segmento Órgãos Públicos, a falta de uma maior presença institucional do IEMA, pós-criação da UC permitiu a ocorrência de impactos ambientais, bem como o pouco envolvimento de ONGs na implementação e participação de projetos na RDS. Ressalta-se ainda que na opinião dos mesmos, para que haja uma mudança nesse contexto não basta a existência da legislação protetora e ou regulamentadora, mas sim seu efetivo cumprimento, além de se implementar cursos profissionalizantes que irão contribuir para a solução dos principais problemas da unidade de conservação.

4.9.4.3. Percepção das Organizações Comunitárias

- Lideranças de Associações Comunitárias e Religiosas

O Questionário 4 é direcionado a líderes de Associações Comunitárias e Religiosas. Foram realizadas nove entrevistas com líderes comunitários dos bairros Camurugi, Coroado, Praia do Riacho, Kubistchek, Concha D'Ostra e Itapebussu.

Perguntamos se os líderes tinham conhecimento da existência de alguma Reserva nas proximidades da comunidade. Entre nove entrevistados, oito responderam que tem conhecimento sobre a Reserva Concha D'Ostra e somente um líder disse não conhecer alguma Reserva (Figura 4.9.4.3-1).

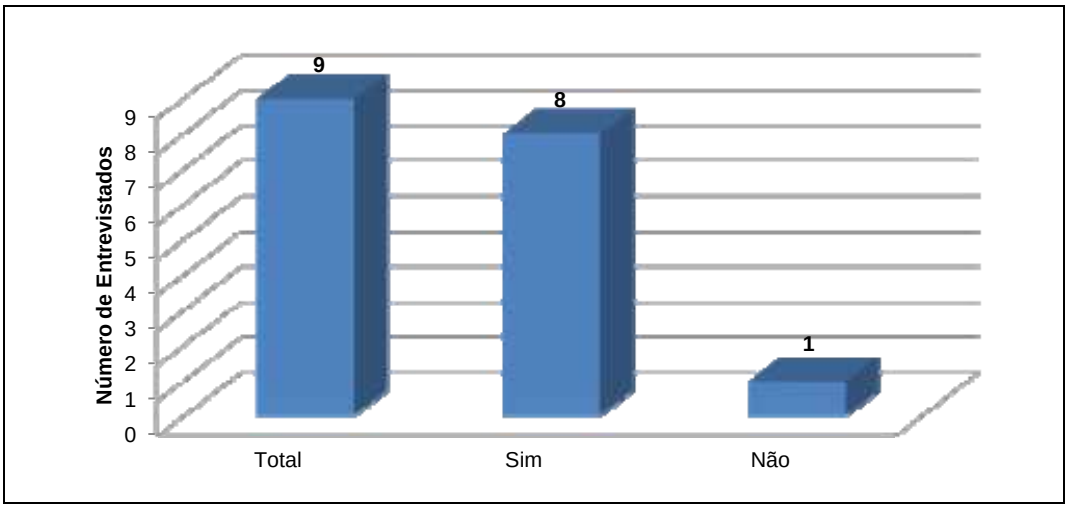


Figura 4.9.4.3-1: Sabe da existência de alguma Reserva Ambiental na região?

Em relação à criação da Reserva Concha D'Ostra, perguntamos aos líderes como ficaram sabendo da criação desta reserva. Entre os entrevistados, cinco responderam que participaram por meio de reuniões no bairro Concha D'Ostra, um através da associação de marisqueiros, um através de placas informativas instaladas na RDS e outro ficou sabendo quando foi legalizar seu terreno em 2004 e não pode. Somente uma liderança não respondeu a pergunta (Figura 4.9.4.3-2).

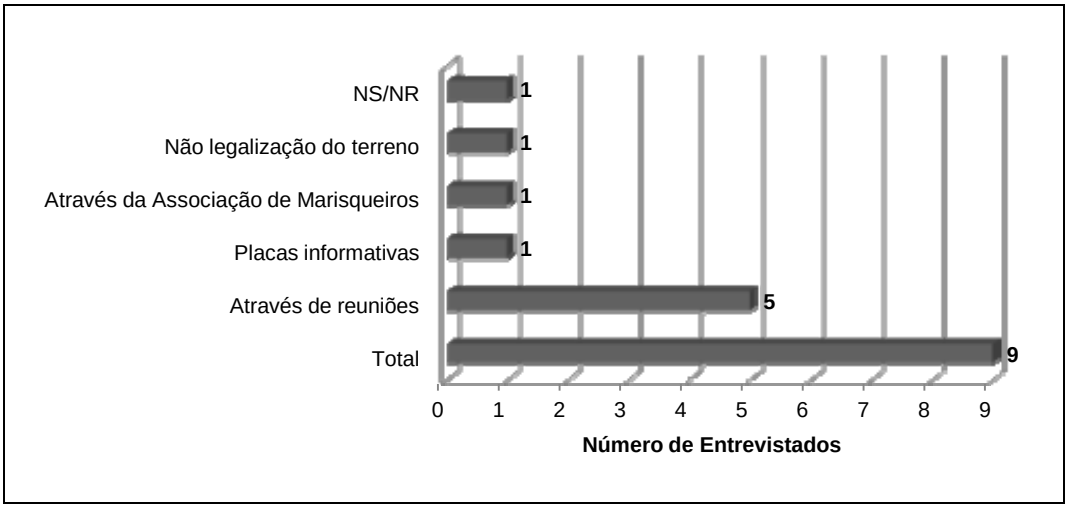


Figura 4.9.4.3-2: De que forma ficou sabendo da criação da RDS?

Quanto ao conhecimento das regras para permanecerem na área da Reserva, dentre os nove entrevistados, três conhecem as regras e seis não conhecem as regras para viver na área da Reserva (Figura 4.9.4.3-3).

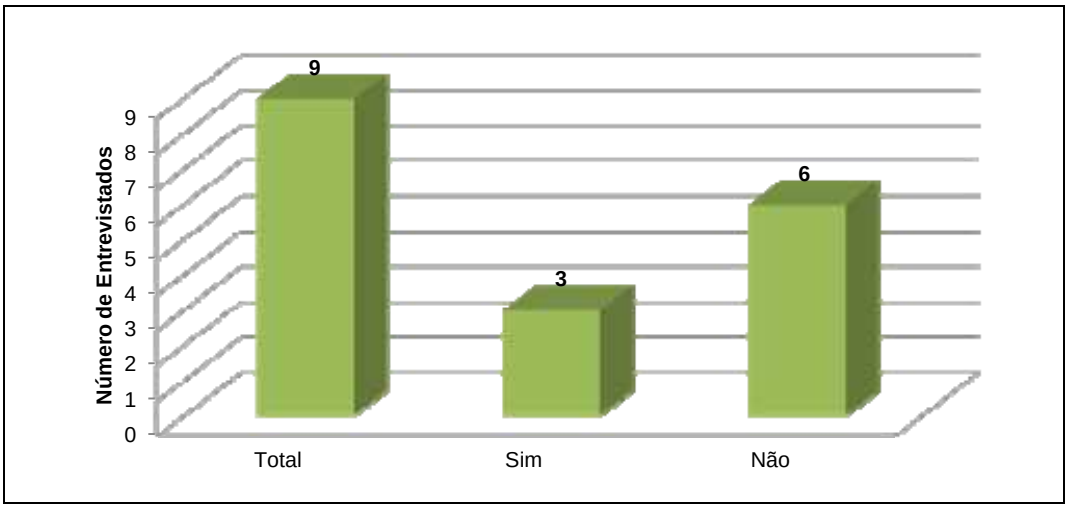


Figura 4.9.4.3-3: Conhecem as regras para viver na RDS?

Perguntados se eles estão dispostos a continuar desenvolvendo suas atividades na área respeitando as regras e somente um não respondeu e oito entrevistados responderam que estão dispostos a respeitar as regras (Figura 4.9.4.3-4).

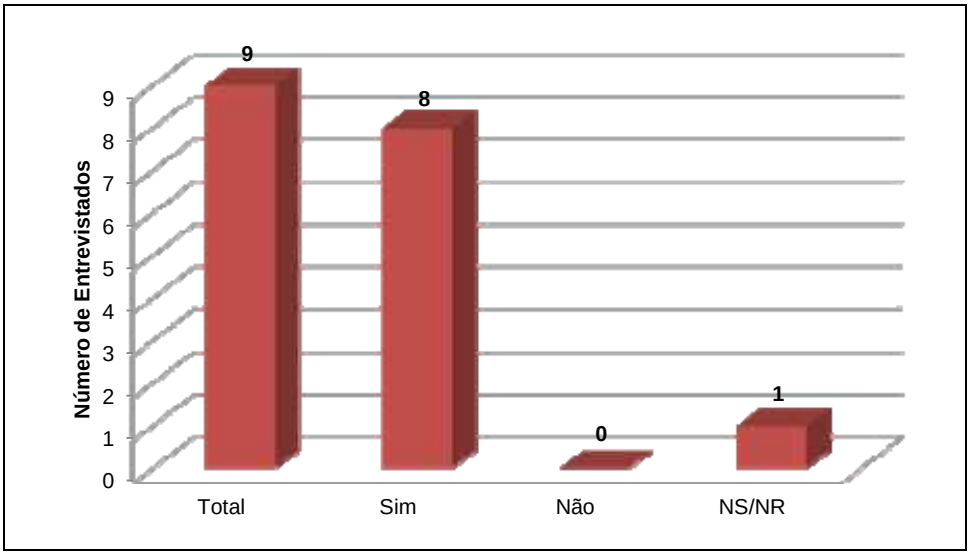


Figura 4.9.4.3-4: Estão dispostos a viver na área da RDS respeitando suas regras?

Perguntados se Associação ou a Entidade precisam da Reserva para a continuidade dos seus trabalhos e sete entrevistados disseram que precisam da Reserva e somente dois afirmaram que não necessitam da Reserva (Figura 4.9.4.3-5).

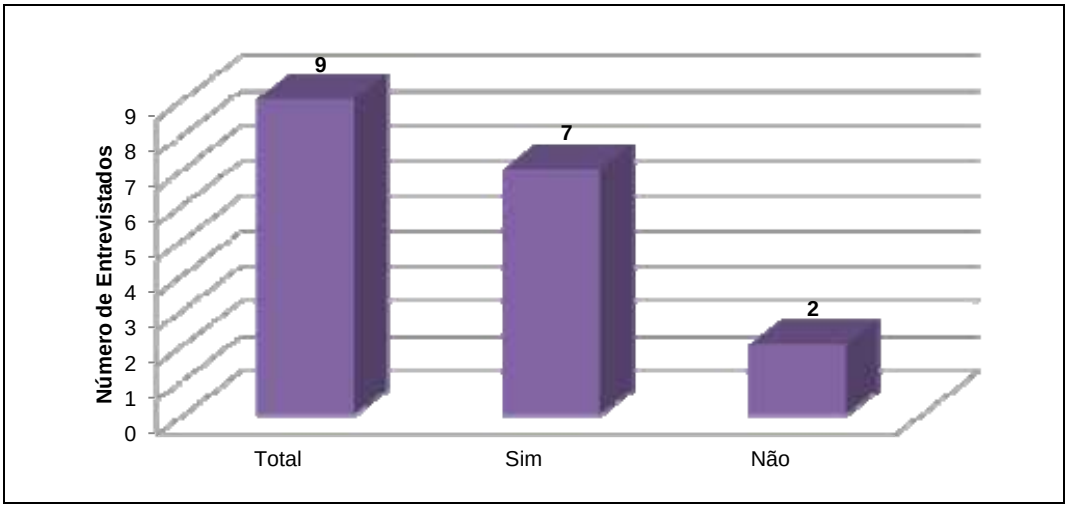


Figura 4.9.4.3-5: Necessitam da RDS para desenvolver seus trabalhos?

Em relação aos recursos da Reserva, foi perguntado como os líderes utilizam e de que forma são retirados da Reserva, dois responderam que utilizam o manguezal para a realização de projetos de pesca e cata de mariscos. Sete entrevistados não responderam a pergunta (Figura 4.9.4.3-6).

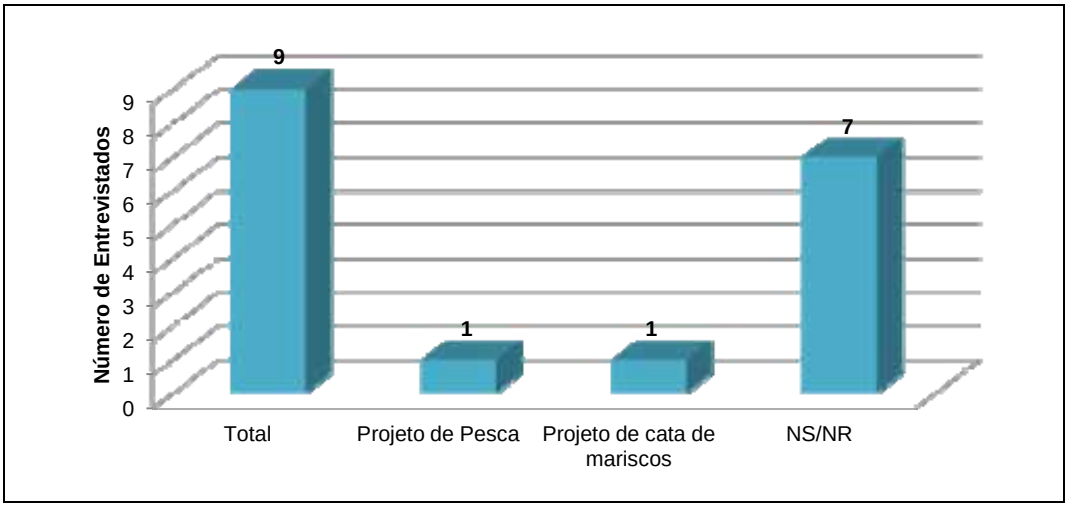


Figura 4.9.4.3-6: Como se dá a forma de utilização da RDS?

Sobre a comercialização dos mariscos e se os entrevistados têm conhecimento da época de defeso, nenhum entrevistado respondeu.

Perguntamos se os líderes já tiveram algum problema com os pescadores/catadores na época de suspensão da cata e dentre os nove entrevistados somente um respondeu que sim, que o IBAMA já precisou interferir. Os outros oito entrevistados responderam que nunca tiveram problemas (Figura 4.9.4.3-7).

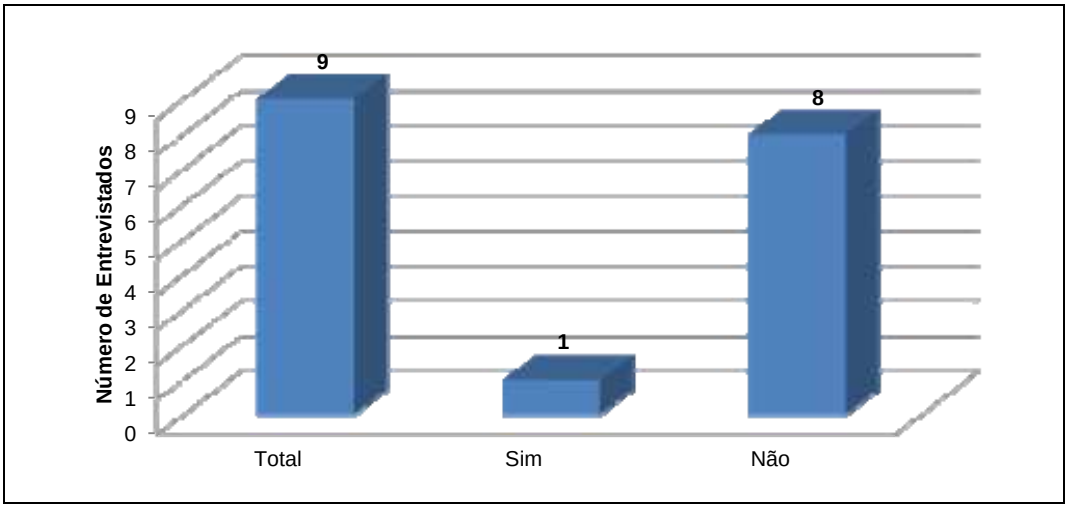


Figura 4.9.4.3-7: Já tiveram problema com pescadores/catadores na época do defeso?

Sobre a forma de conseguir renda em época de defeso, somente um entrevistado respondeu que em época de defeso faz “bicos” e oito entrevistados não responderam a pergunta (Figura 4.9.4.3-8).

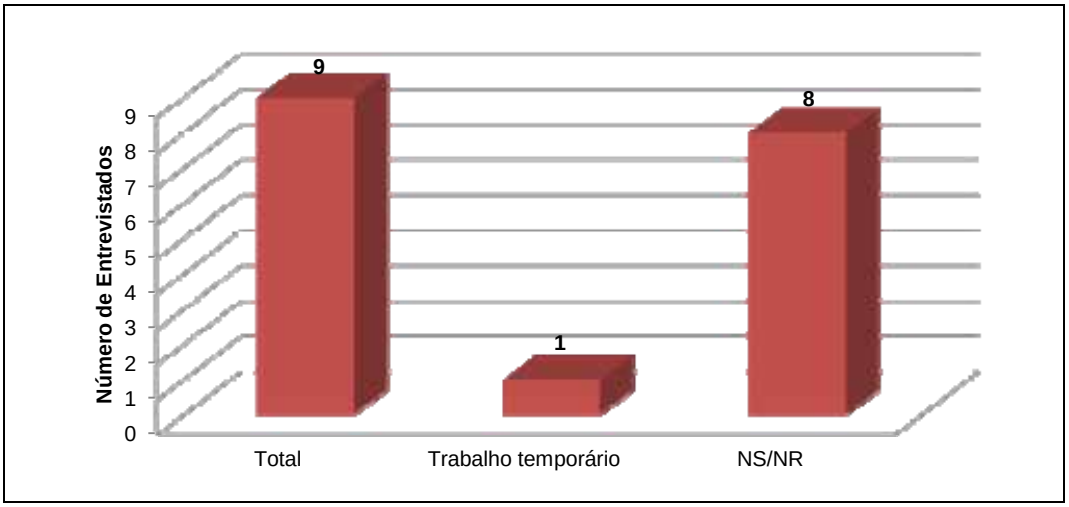


Figura 4.9.4.3-8: Forma de renda na época de defeso.

Em relação a criação da RDS, perguntamos se as Associações ou entidades participaram da criação da mesma. Dos entrevistados somente um não respondeu, seis responderam que não participaram e dois entrevistados disseram ter participado por meio de reuniões (Figura 4.9.4.3-9).

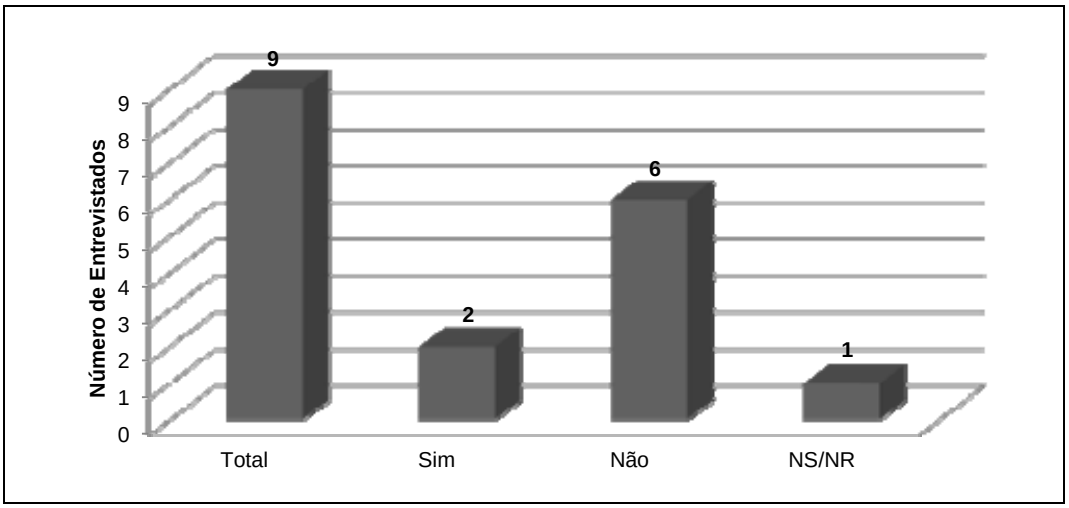


Figura 4.9.4.3-9: Sua associação ou entidade religiosa participou da criação da RDS?

Perguntamos se os líderes conhecem ou desenvolvem algum projeto que envolve a Reserva, sete entrevistados responderam que não conhecem e nem desenvolvem nenhum projeto e dois entrevistados afirmaram que conhecem e que realizam o projeto de limpeza do mangue (Figura 4.9.4.3-10).

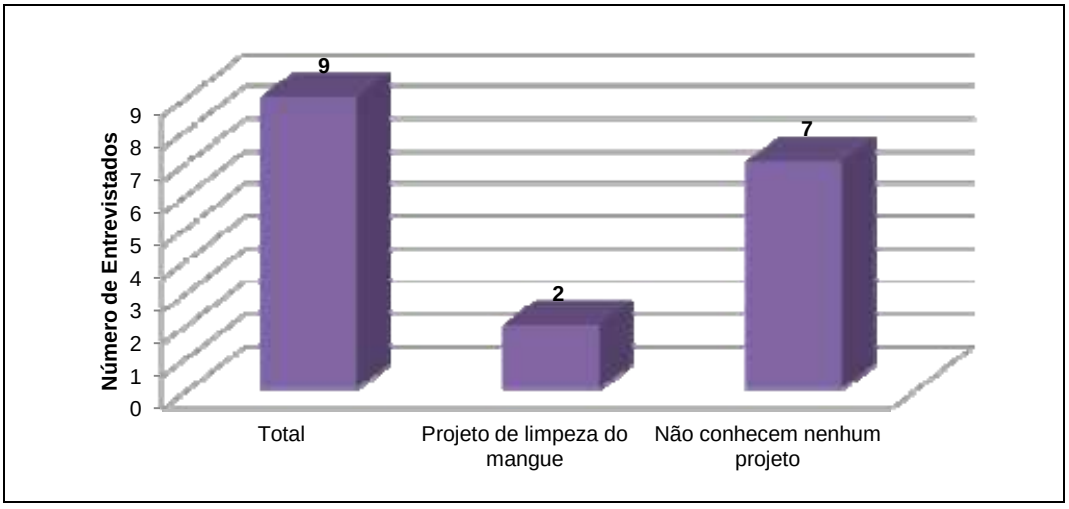


Figura 4.9.4.3-10: Conhecem ou desenvolvem algum projeto na RDS?

Sobre a existência de alguma Associação de Marisqueiros/Pescadores ou Catadores, somente um não respondeu. Dois entrevistados responderam que conhecem, mas não souberam citar e seis responderam que não conhecem (Figura 4.9.4.3-11).

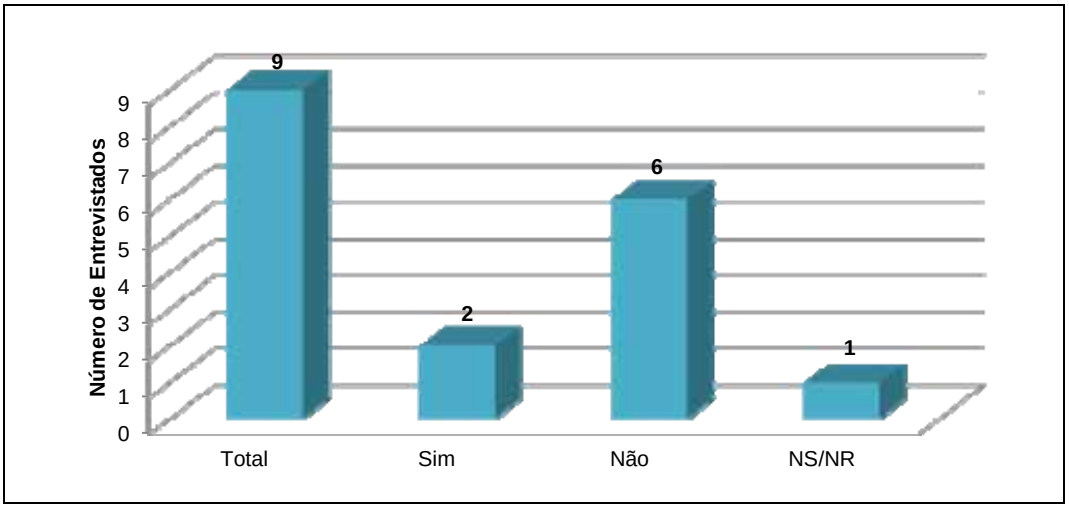


Figura 4.9.4.3-11: Sabe da existência de alguma Associação de Marisqueiros/ Pescadores na região?

Perguntamos se os líderes se sentem satisfeitos com a atual situação da Reserva Concha D'Ostra, somente um entrevistado não soube responder e oito responderam que não estão satisfeitos por causa do desmatamento, lixo e aterro (Figura 4.9.4.3-12).

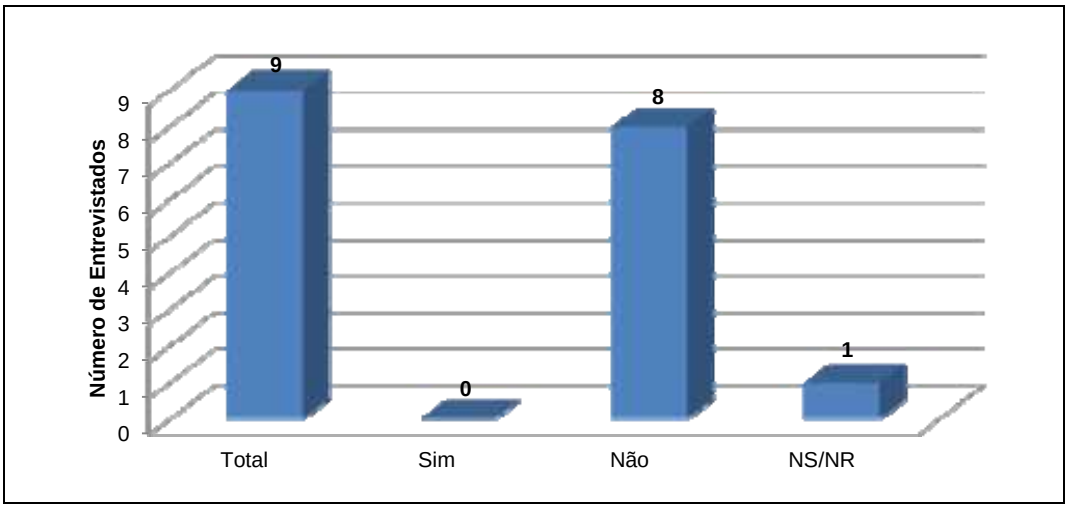


Figura 4.9.4.3-12: Está satisfeito com a atual situação da RDS?

Em relação à importância da RDS, um entrevistado respondeu que acha a Reserva importante e oito responderam que acha muito importante, destacando que a maioria tem este entendimento porque muitas famílias dependem do mangue para o próprio sustento (Figura 4.9.4.3-13).

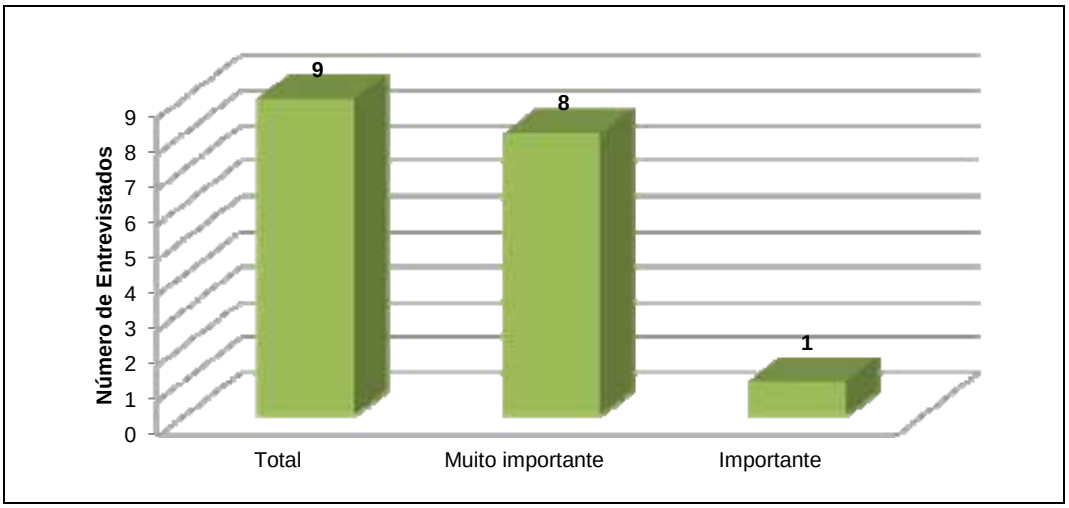


Figura 4.9.4.3-13: Qual a importância da RDS pra você?

❖ *Conclusão sobre as Lideranças de Associações Comunitárias e Religiosas*

A percepção das Lideranças de Associações Comunitárias tem uma grande relevância dentro do contexto do Diagnóstico Socioambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra em face de sua maior proximidade com a realidade da UC, e reforçada durante o processo de sua criação e ate mesmo antes dela criada. Por outro lado, essa situação curiosamente não se reflete, por exemplo, sobre o conhecimento das regras de seu funcionamento, identificando-se, portanto, a necessidade de uma maior aproximação com as lideranças comunitárias que são um excelente meio de comunicação com a população residente dentro e no entorno da UC, principalmente no sentido da necessidade de se garantir a continuidade do desenvolvendo de atividades na área respeitando as regras e a legislação vigente. Um exemplo dessa lacuna e o fato de nenhum entrevistado ter respondido se tinham conhecimento da época de defeso do caranguejo. Essa situação se reflete mais uma vez quando se verifica o desconhecimento da maioria dos entrevistados sobre projetos que envolvem a Reserva.

Essa maior aproximação devera ocorrer com a instalação de uma estrutura administrativa na UC uma vez que segundo a maioria dos entrevistados muitas famílias dependem do mangue para o próprio sustento.

4.9.4.4. Percepção dos Moradores

- *DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL - COMUNIDADES*

- Local

Foram identificadas 9 comunidades do entorno da RDS Concha D'Ostra, para aplicação do questionário junto aos moradores. São elas: Lameirão, Praia do Riacho, Espírito Santo (Bico do Urubu), Kubitschek, Concha D'Ostra, Coroado, Prainha de Olaria, Itapebussu e Camurugi.

- Meta/resultados obtidos

O objetivo do trabalho foi aplicar questionários socioeconômicos ambientais e atingir uma média de 18% do total das unidades habitacionais localizadas dentro e no entorno da RDS Concha D'Ostra, a fim de produzir um retrato da percepção dos moradores de cada comunidade estudada, e após ser consolidado os resultados em um relatório final. Da meta estabelecida, foram realizados no mínimo 50% das entrevistas de campo de cada localidade, e em alguns casos até 30% do total de moradores entrevistados, incluindo os representantes das associações comunitárias quando estas existiam, conforme se observa na Tabela 4.9.4.4-1.

Tabela 4.9.4.4-1: Distribuição dos resultados da aplicação dos questionários.

Bairros/ Comunidades	Nº de Unidades Habitacionais/ Comunidade	Nº de Questionários Aplicados nas Comunidades	% Unidades Habitacionais	Nº de Questionários Aplicados por Lideranças Comunitárias
Lameirão	62	8	12	0[1]
Praia do Riacho	117	11	9	2[2]
Espírito Santo (Bico do Urubu)	110	31	28	0[2]
Kubitschek	151	46	30	1
Concha D'Ostra	253	42	16	2[2]
Coroado	28	6	21	1
Prainha da Olaria	85	15	17	1
Itapebussu	210	30	14	1
Camurugi	44	9	20	1

As análises estatísticas apresentadas sob a forma de gráficos foram feitas para todas as áreas dos bairros pesquisados, apresentados a seguir:

[1] Não foram identificadas formas de organização comunitária.
[2] Foram identificadas mais de uma forma de organização comunitária.

❖ *BAIRRO LAMEIRÃO*

A parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Bairro Lameirão é considerada, pelos moradores, uma das mais limpas. Por meio da pesquisa de campo notamos que não há tanto lixo acumulado na beira do mangue e que muitos dos catadores de sururu, caranguejo, ostras e afins vão até o Lameirão para catar e pescar, pois ali há maior concentração de espécies do mangue, exatamente por ser uma área bastante conservada e limpa. Na região existe um local onde se pode chegar de carro até o mangue e muitos moradores locais e de outros lugares vão até lá para pescar.

Na área analisada do Bairro Lameirão (Figura 4.9.4.4-1) existem 62 unidades habitacionais. No local foram realizadas oito entrevistas com moradores.

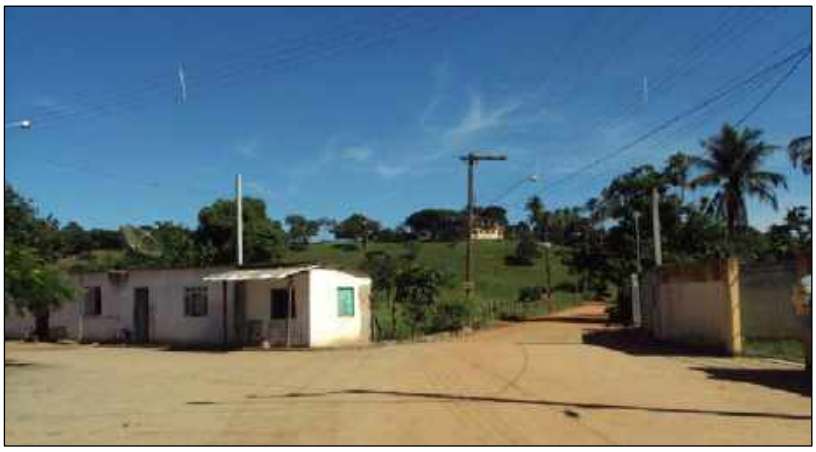


Figura 4.9.4.4-1: Acesso ao Bairro Lameirão.

O bairro não possui uma Associação de Moradores própria, ficando ligada a Associação de Moradores da Praia do Riacho.

Dentre os entrevistados 75% são casados ou possuem companheiros (Figura 4.9.4.4-2) e possuem entre um a três filhos (Figura 4.9.4.4-3).

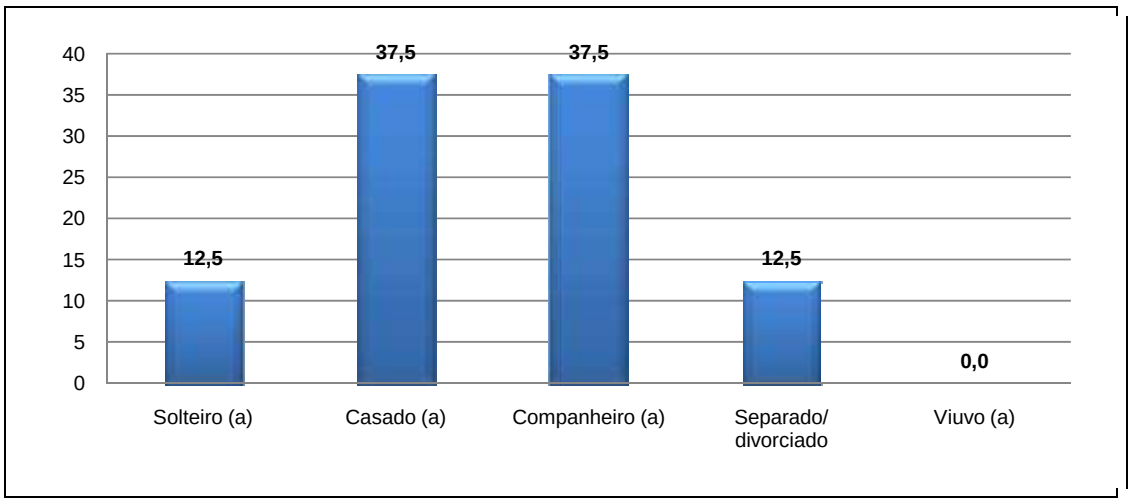


Figura 4.9.4.4-2: Estado civil.

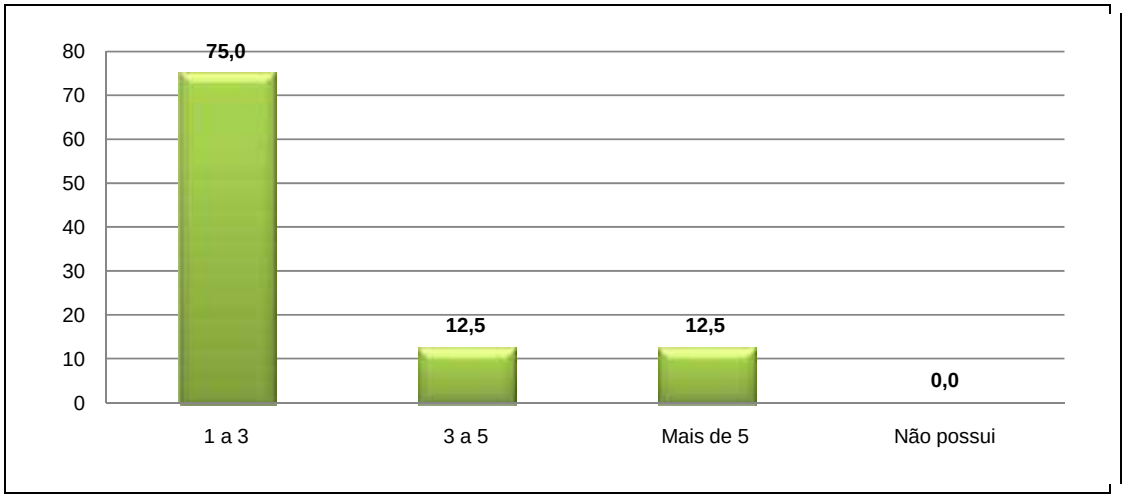


Figura 4.9.4.4-3: Número de filhos.

O nível de escolaridade na comunidade é baixo (Figura 4.9.4.4-4), a maioria não chegou a iniciar o ensino médio.

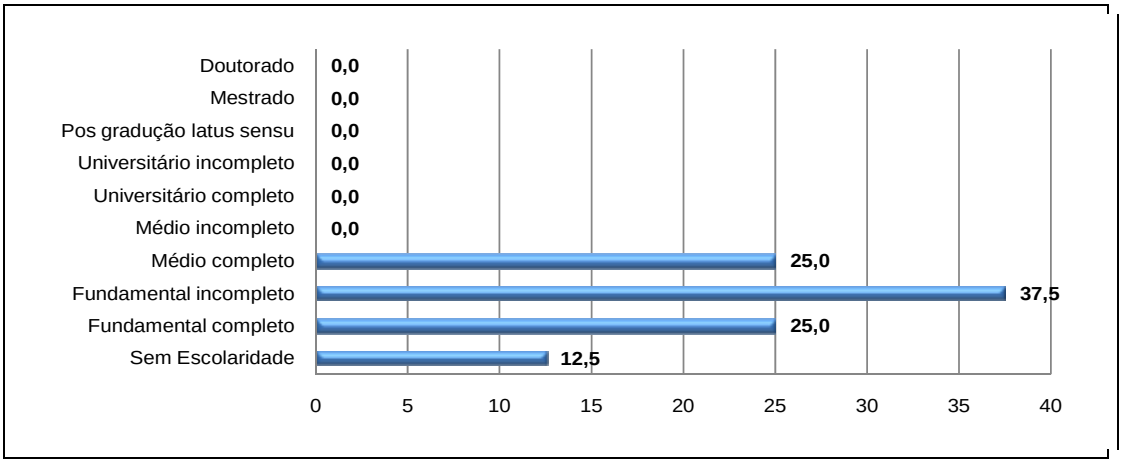


Figura 4.9.4.4-4: Escolaridade.

Dentre as profissões estão: costureira, caseiro, merendeira, aposentada (Figura 4.9.4.4-5).

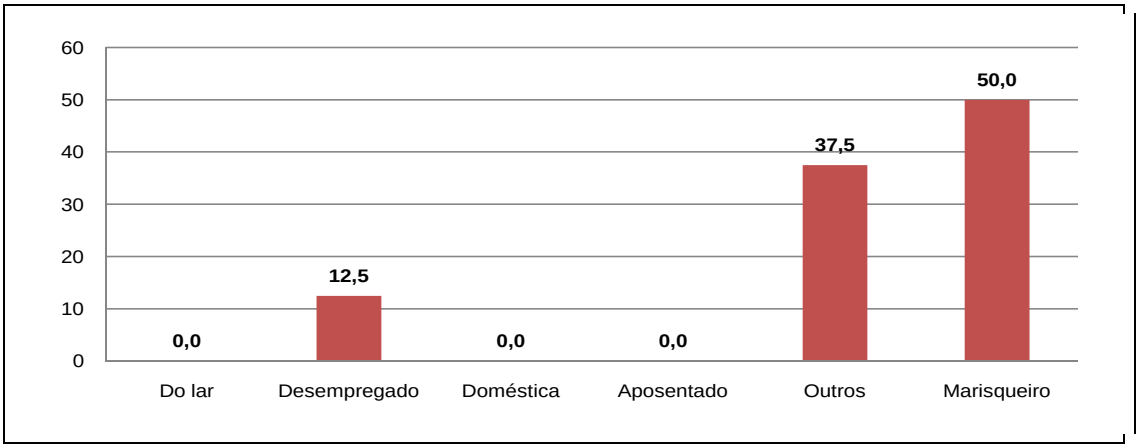


Figura 4.9.4.4-5: Profissão.

Encontramos quatro profissionais que utilizam o manguezal para sustento de sua família. Porém um deles não se encontra cadastrado na Colônia de Pescadores e por isso não recebe o salário defeso[3] para todos os pescadores, catadores de siri, caranguejo e afins que recebem esta ajuda durante a época em que fica suspensa a cata e a pesca dos crustáceos, mariscos e peixes.

Todos os entrevistados afirmaram serem proprietários de seus lotes, mas todo o Bairro do Lameirão é considerado terreno de marinha, porém 50% residem no local há mais de 20 anos, como é o caso de Dona Maria que mora a 45 anos na localidade e contou ser uma das primeiras moradoras da comunidade Lameirão.

Pela renda familiar dos entrevistados (Figura 4.9.4.4-6), observa-se que bairro é de classe social baixa onde podemos encontrar nos domicílios com mais de cinco moradores (Figura 4.9.4.4-7).

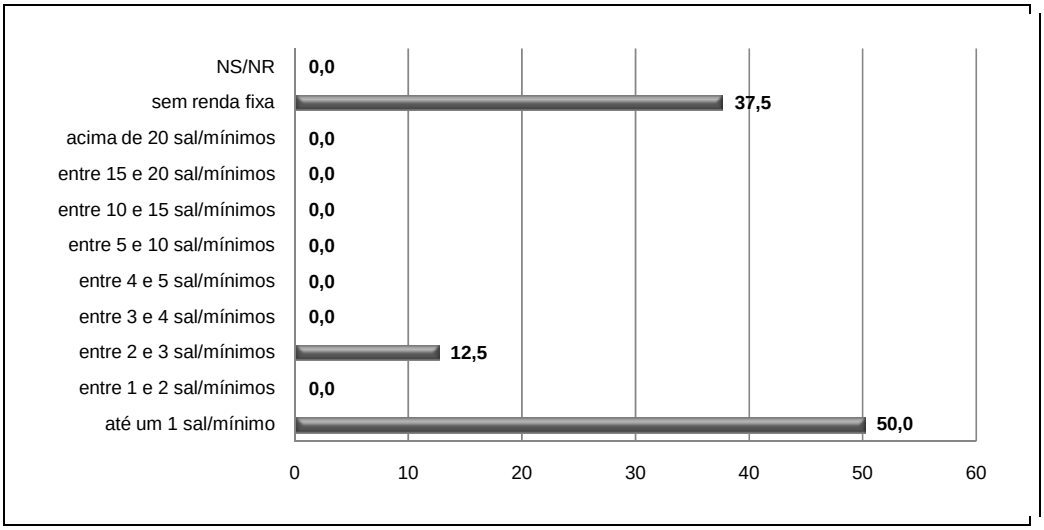


Figura 4.9.4.4-6: Renda familiar.

[3] Quatro salários mínimos anuais.

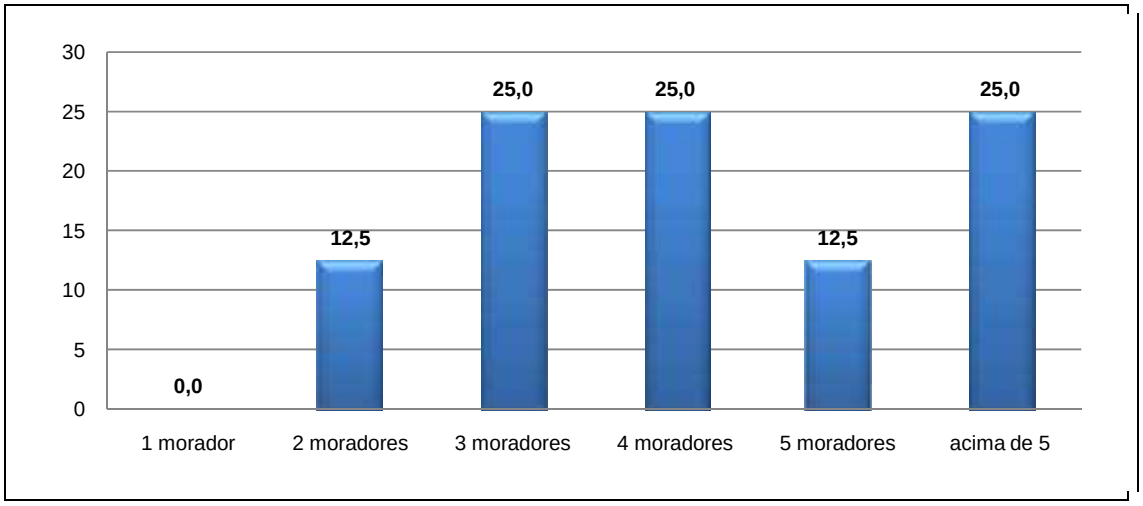


Figura 4.9.4.4-7: Morador/Domicílio.

Observamos que vários terrenos havia mais de uma casa, uma vez que os filhos à medida que vão se casando constroem suas casas no mesmo terreno dos pais.

A comunidade encontra-se provida de uma escola da Prefeitura Municipal de Guarapari (Figura 4.9.4.4-8) que funciona da pré-escola até ao ensino fundamental. Segundo informações da Coordenadora do Colégio, Patrícia Vilasnovas Fernandes, o colégio funciona há 25 anos, porém há quatro anos funciona no prédio novo construído pela Prefeitura. A escola possui 92 alunos, todos moradores do Lameirão e a PMG passou a disponibilizar transporte escolar a partir deste ano, o que gerou a diminuição da evasão escolar, pois muitos alunos moram nas áreas mais afastadas, já que a localidade é considerada uma área rural.

Figura 4.9.4.4-8: Escola do Bairro Lameirão da Prefeitura Municipal de Guarapari.

O abastecimento de água da região é realizado pela CESAN (Figura 4.9.4.4-9) e a energia elétrica é fornecida pela ESCELSA (Figura 4.9.4.4-10). De acordo com as entrevistas não foram encontrados casos de ligações clandestinas nas residências.

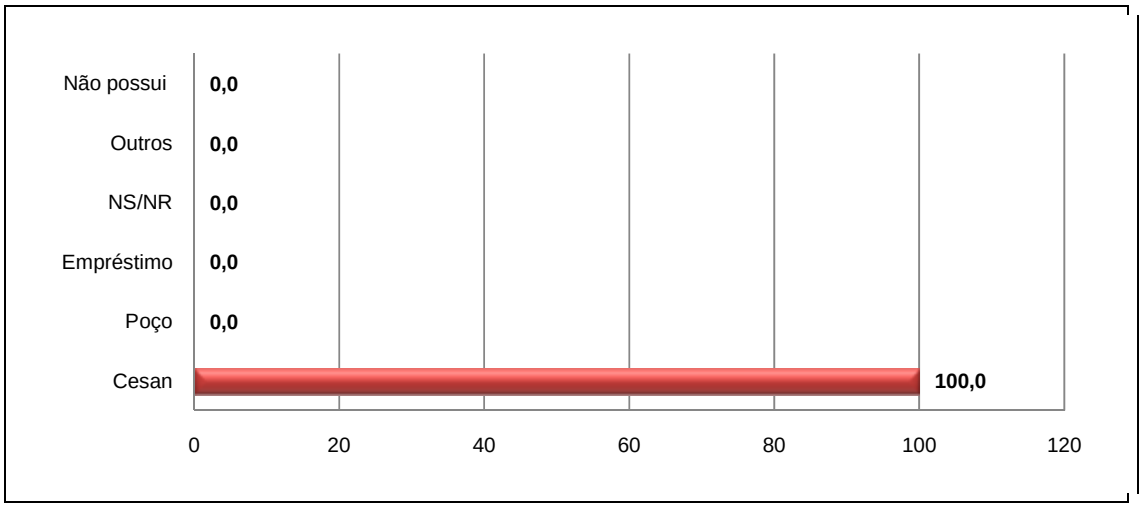


Figura 4.9.4.4-9: Abastecimento de água.

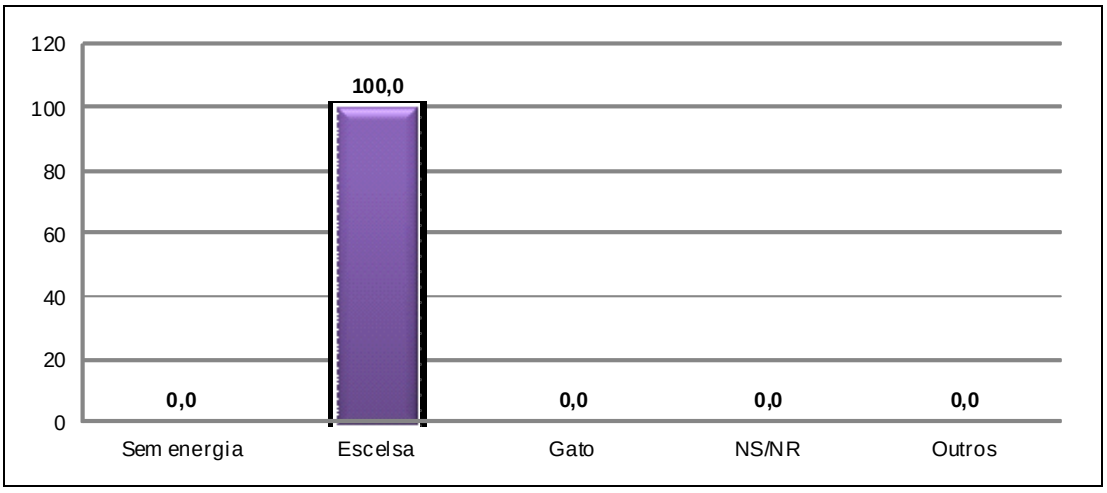


Figura 4.9.4.4-10: Energia elétrica.

Há coleta de lixo no bairro e segundo a maioria dos entrevistados (62,5%), sendo realizadas três vezes por semana (Figura 4.9.4.4-11) pela CODEG, empresa terceirizada contratada pela PMG.

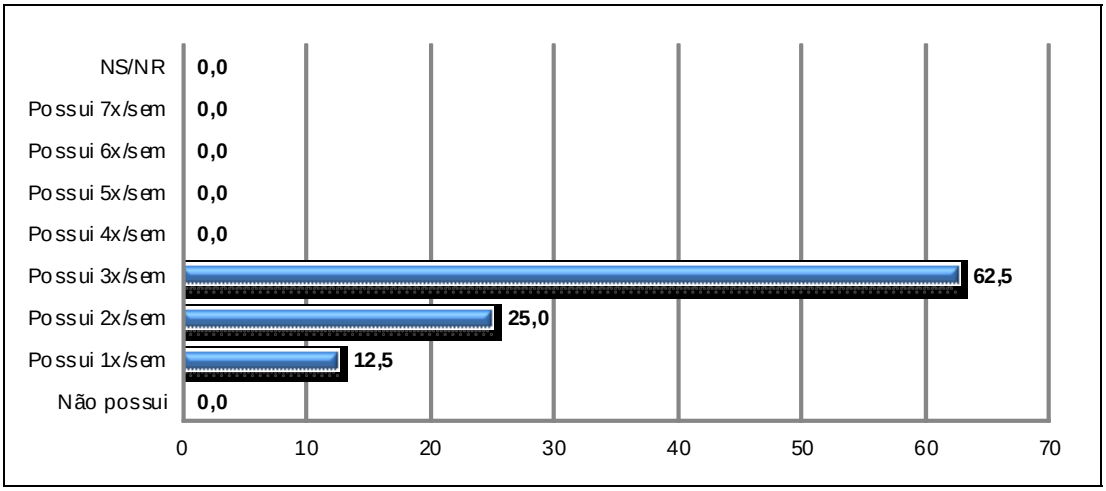


Figura 4.9.4.4-11: Coleta de lixo.

Com relação ao destino do esgoto, 50% dos entrevistados disseram possuir fossa séptica em suas casas e os outros 50% disseram despejar direto no mangue (Figura 4.9.4.4-12).

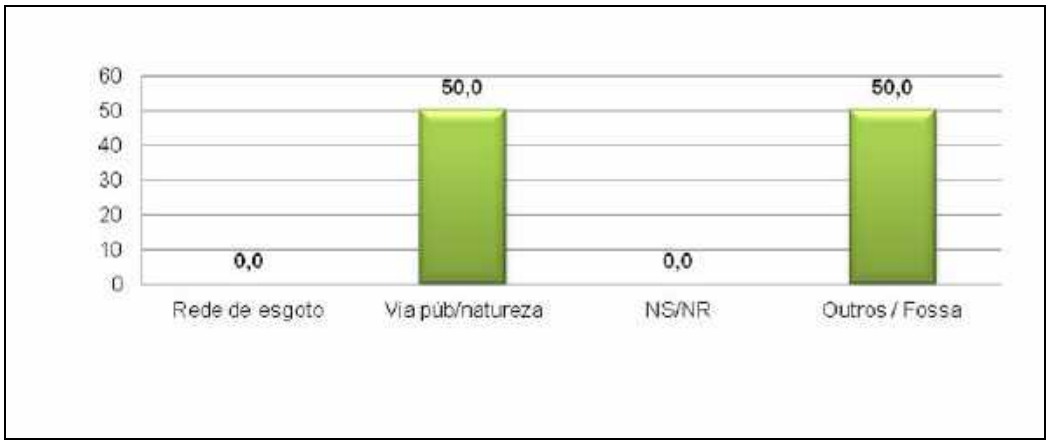


Figura 4.9.4.4-12: Destinação do esgoto.

Somente um morador nos informou não possuir nenhum tipo de telefonia, e apenas um possui tanto telefone residencial fixo, quanto o telefone móvel foi o mais encontrado correspondendo a 46,2% dos entrevistados (Figura 4.9.4.4-13).

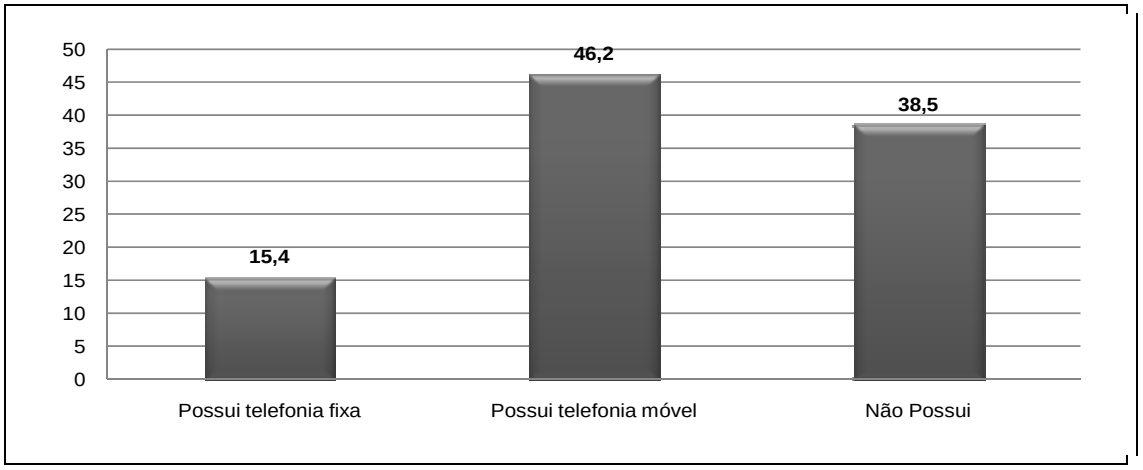


Figura 4.9.4.4-13: Telefonia.

Para 75%, a avaliação geral da telefonia no bairro ficou entre bom e regular (Figura 4.9.4.4-14).

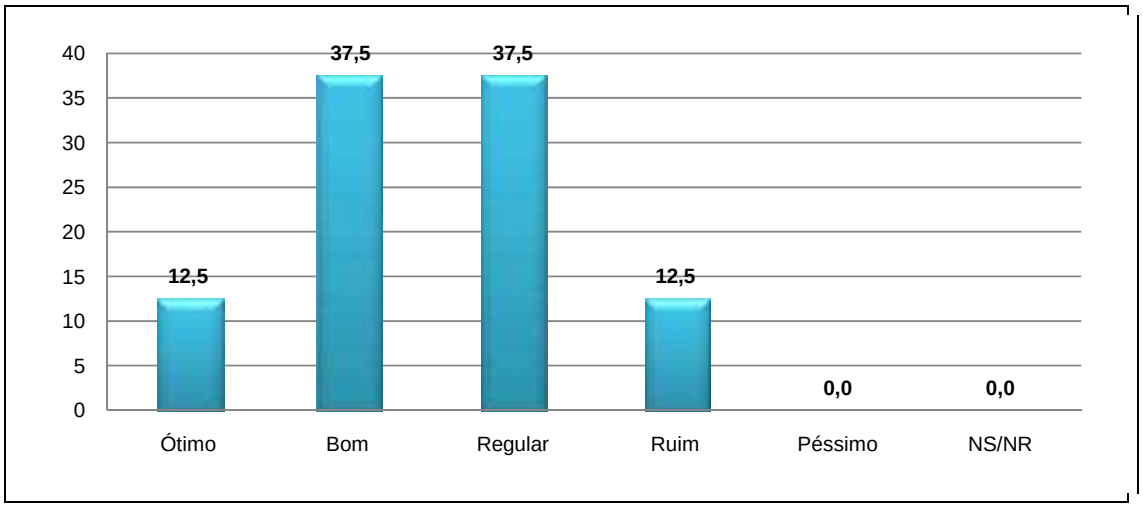


Figura 4.9.4.4-14: Avaliação geral da telefonia.

Quando questionados sobre a quantidade de orelhões públicos no bairro, 62,5% disseram não ser suficiente para atender toda a população (Figura 4.9.4.4-15), pois de acordo com os moradores existem poucos e sempre com defeito (Figura 4.9.4.4-16).

Figura 4.9.4.4-15: Um dos poucos telefones públicos localizado em frente a escola municipal da comunidade.

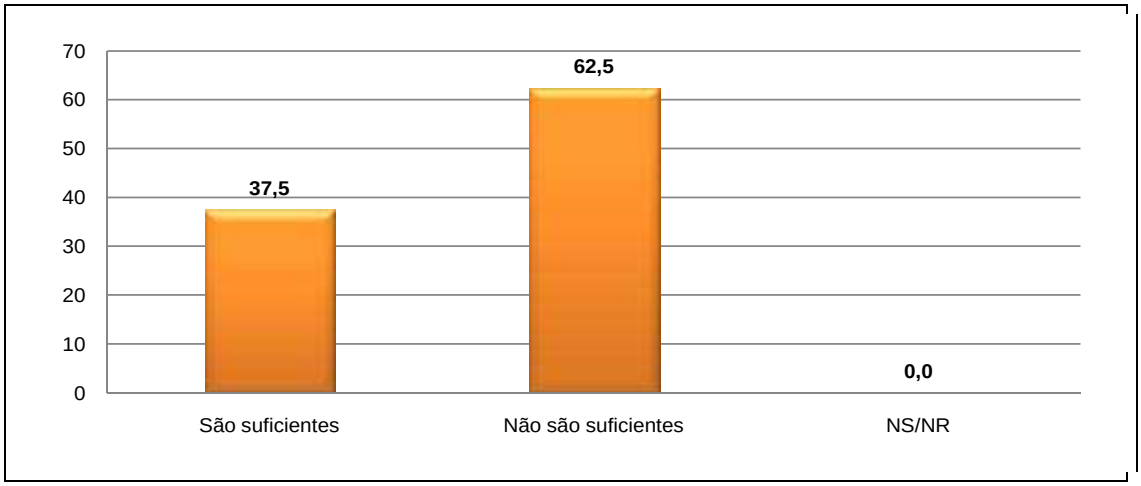


Figura 4.9.4.4-16: Telefones públicos.

Não há na comunidade Posto de Saúde e nem hospitais públicos e privados, porém um dos moradores nos informou que recentemente um médico da Prefeitura tem passado pelo bairro uma vez por mês, atendendo aos casos menos urgentes na escola da comunidade. Em geral os moradores buscam atendimento médico hospitalar no Centro de Guarapari ou no Posto de Saúde de Kubistchek, mas todos reclamaram da falta de médico constante que há no município de Guarapari (Figura 4.9.4.4-17).

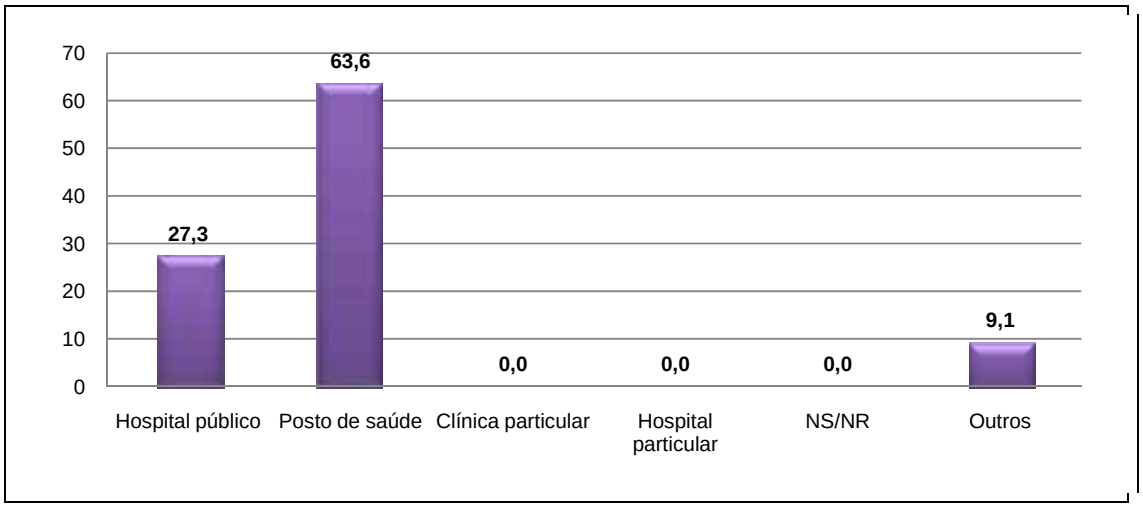


Figura 4.9.4.4-17: Serviço médico disponível.

Dentre as doenças mais comuns relatadas pelos moradores está a gripe, diarréia e a dengue (Figura 4.9.4.4-18), que para eles é a mais preocupante, em quase todas as famílias do bairro alguém já contraiu a doença. Porém não há relatos de morte devido às doenças citadas (Figura 4.9.4.4-19).

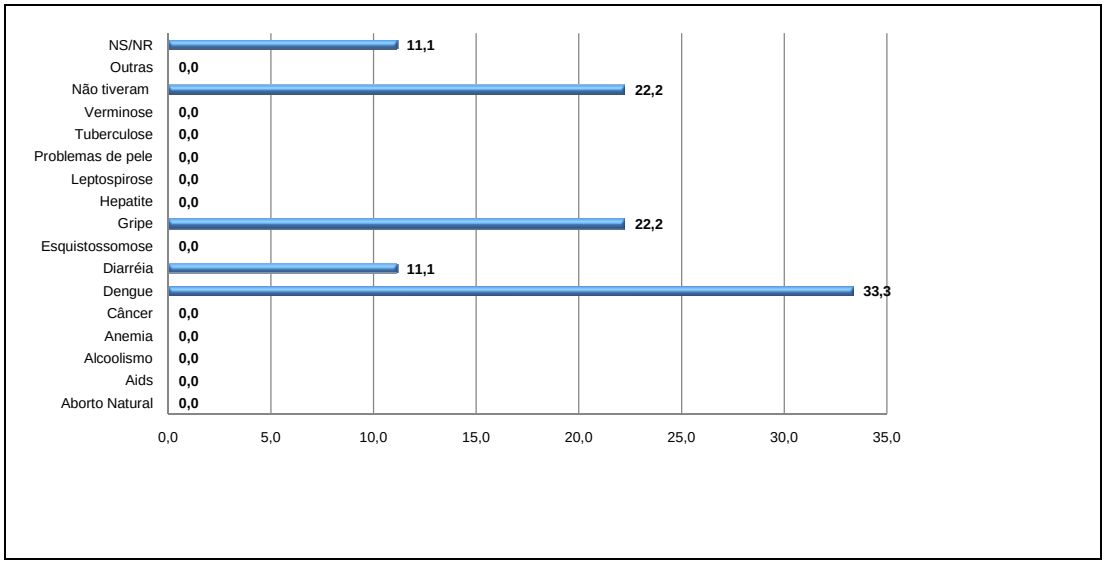


Figura 4.9.4.4-18: Doenças.

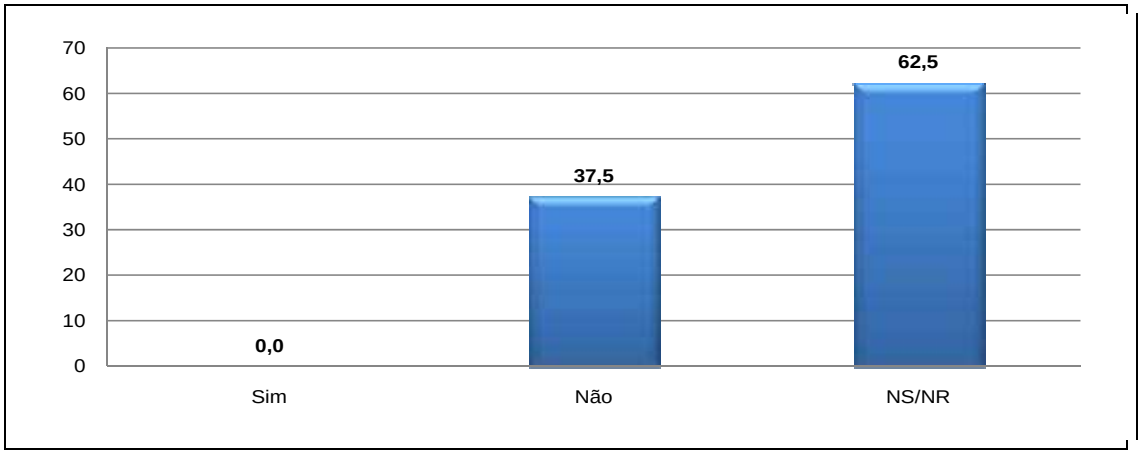


Figura 4.9.4.4-19: Óbitos em função das doenças.

O comércio é inexistente próximo as residências, no entorno da RDS Concha D'Ostra foi verificado apenas dois bares e uma loja de material de construção no início do Bairro Lameirão, que se encontra fora dos limites da Reserva. Há três igrejas, sendo duas evangélicas e uma católica (Figura 4.9.4.4-20).

Figura 4.9.4.4-20: Igreja Assembléia de Deus.

Para os moradores o comércio é ruim (Figura 4.9.4.4-21) e falta um pouco de tudo no bairro, principalmente supermercados e padarias (Figura 4.9.4.4-22).

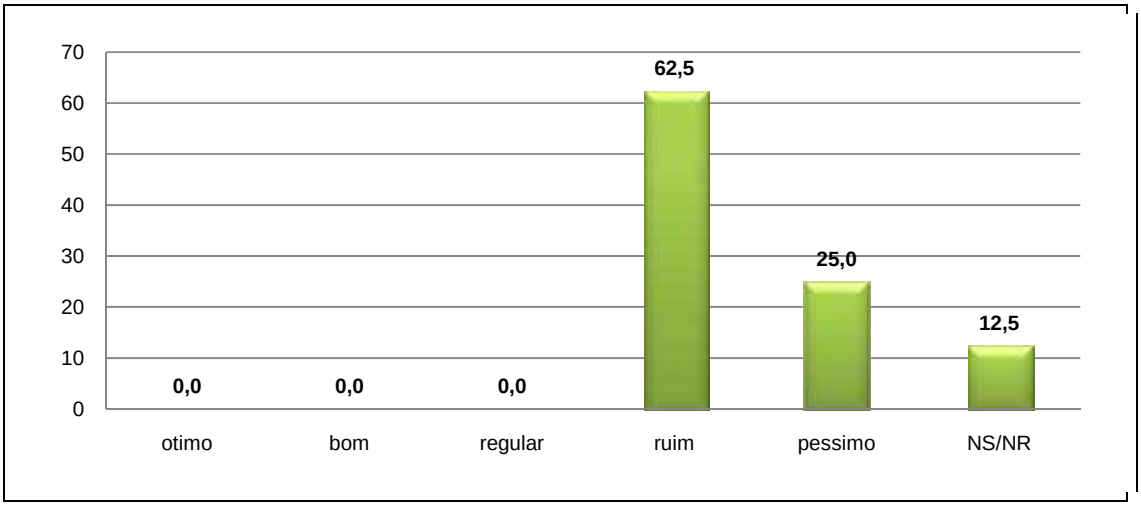


Figura 4.9.4.4-21: Comércio.

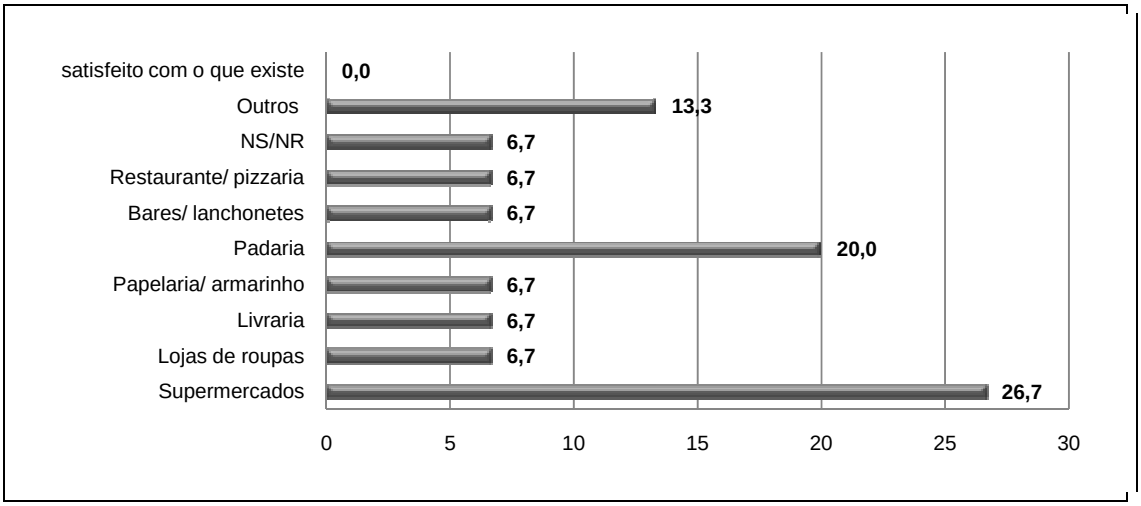


Figura 4.9.4.4-22: Comércio que falta.

Quando questionamos aos entrevistados com relação aos problemas da comunidade, nota-se uma grande insatisfação, já que praticamente todos os itens foram citados (Figura 4.9.4.4-23).

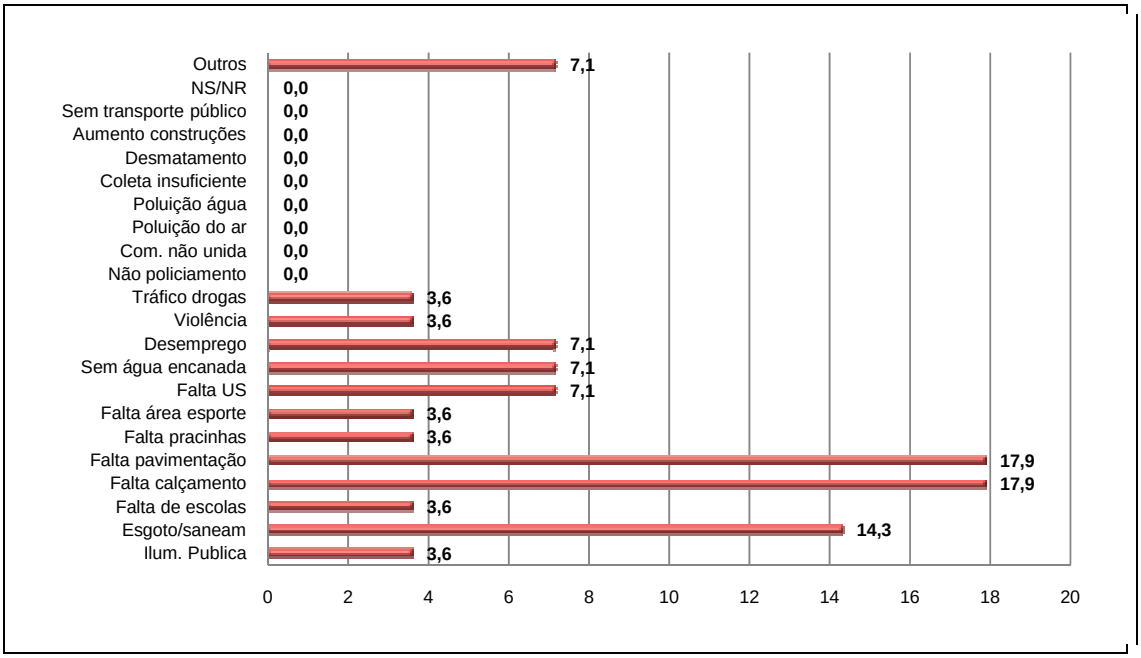


Figura 4.9.4.4-23: Problemas da comunidade.

O morador Flávio Márcio explicitou a sua indignação da seguinte forma: *"Somos esquecidos pelo povo, não tem escola direito, lazer e não tem infraestrutura no bairro"*.

O problema do calçamento e pavimentação é a maior preocupação dos moradores do bairro, já que segundo nos informaram, em dias de chuva fica impossível o acesso ao local devido à grande concentração de água e lama que se forma nas ruas e demora dias para melhorar.

Outro grande problema citado pelos moradores foi com relação ao transporte público do bairro. Há somente uma linha que transita pela localidade e somente em três horários: às 6h da manhã, 13h e às 18h da noite. Todos afirmaram que por isso acabam se deslocando do bairro normalmente a pé ou de bicicleta, quem as possui.

Por não possuírem uma Associação de Moradores, o Bairro Lameirão faz parte da Associação dos Moradores da Praia do Riacho e somente uma pessoa nos informou participar sempre das reuniões feitas no bairro vizinho (Figura 4.9.4.4-24), pois segundo ela também engloba assuntos relacionados ao Lameirão. A moradora Maria Luiza nos contou que o filho, André, participa ativamente da Associação dos Moradores da Praia do Riacho como representante do Bairro Lameirão.

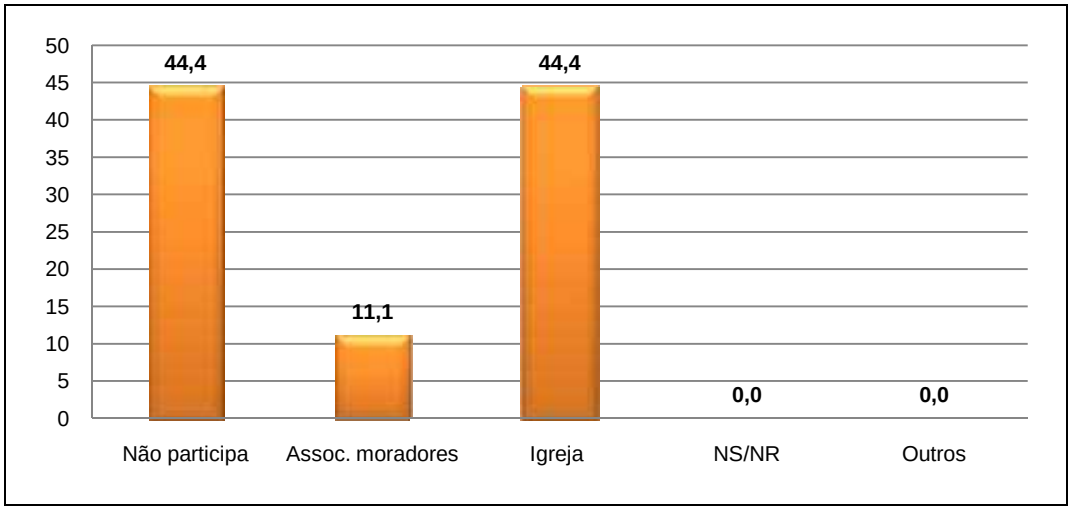


Figura 4.9.4.4-24: Grupo que freqüenta.

Com relação às atividades esportivas (Figura 4.9.4.4-25) ou programas culturais (Figura 4.9.4.4-26), podemos notar que a maioria não participa, porém participaria de programas de geração de renda caso fossem oferecidas na comunidade ou no entorno, sendo o curso de artesanato o mais citado (Figura 4.9.4.4-27).

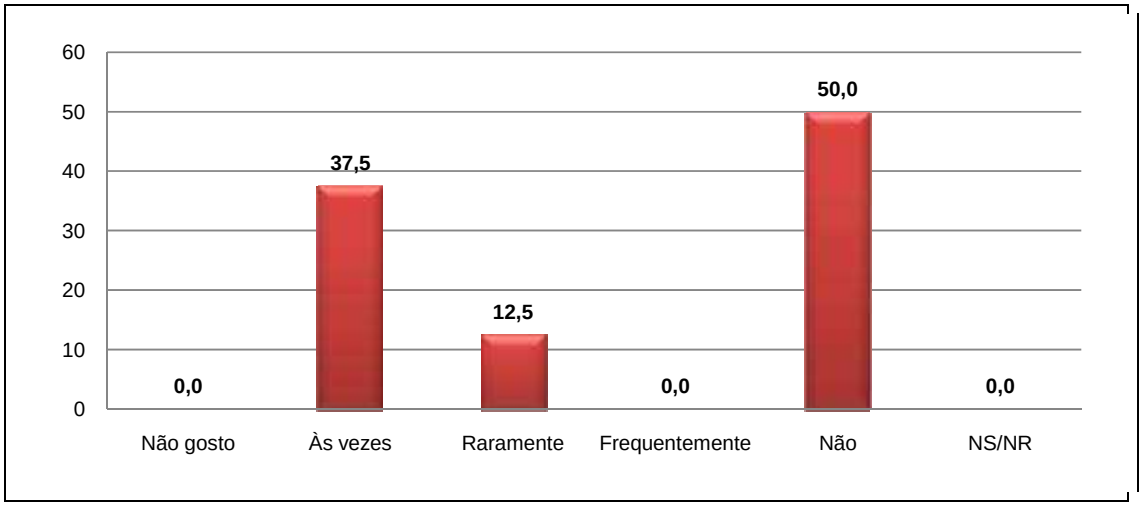


Figura 4.9.4.4-25: Desenvolve atividade esportiva?

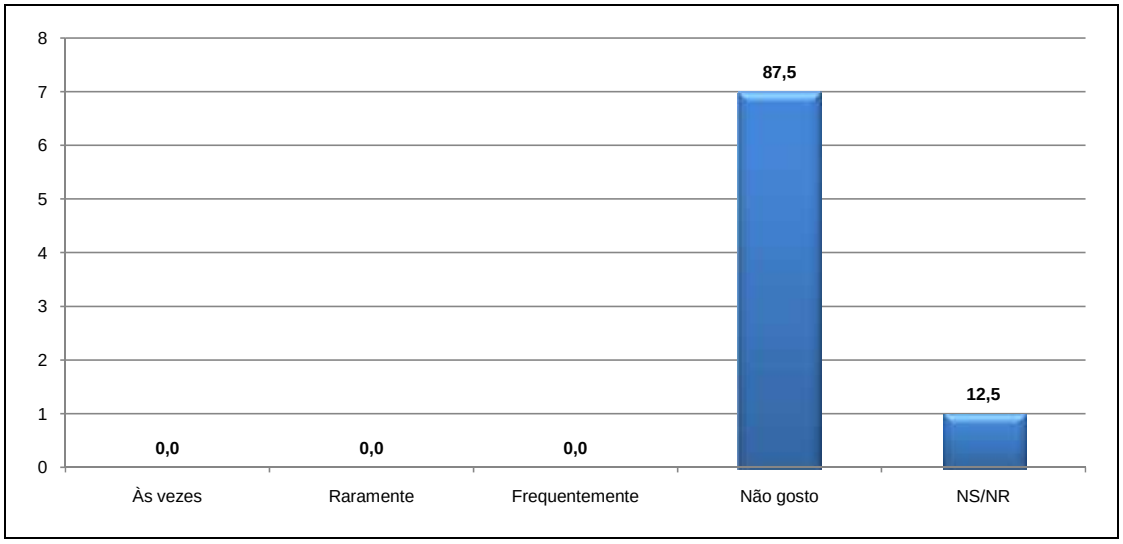


Figura 4.9.4.4-26: Participa de atividade ou programa cultural?

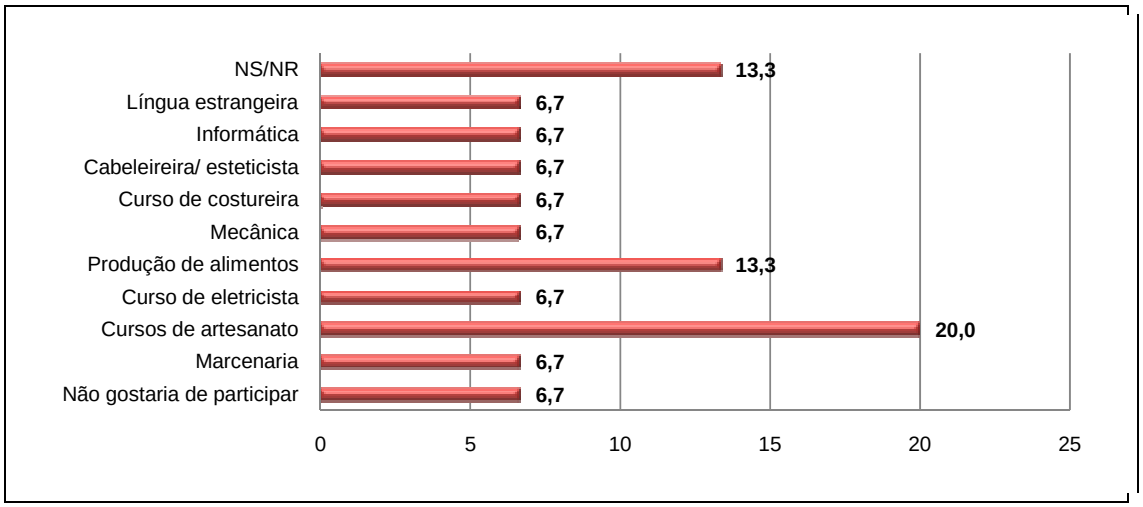


Figura 4.9.4.4-27: Interesse por curso geração de renda?

Dos moradores entrevistados 50% disseram fazer a sua parte quando o assunto é meio ambiente (Figura 4.9.4.4-28). A moradora Regiane Vieira informou separar todas as garrafas pets para entregar as pessoas que trabalham com reciclagem.

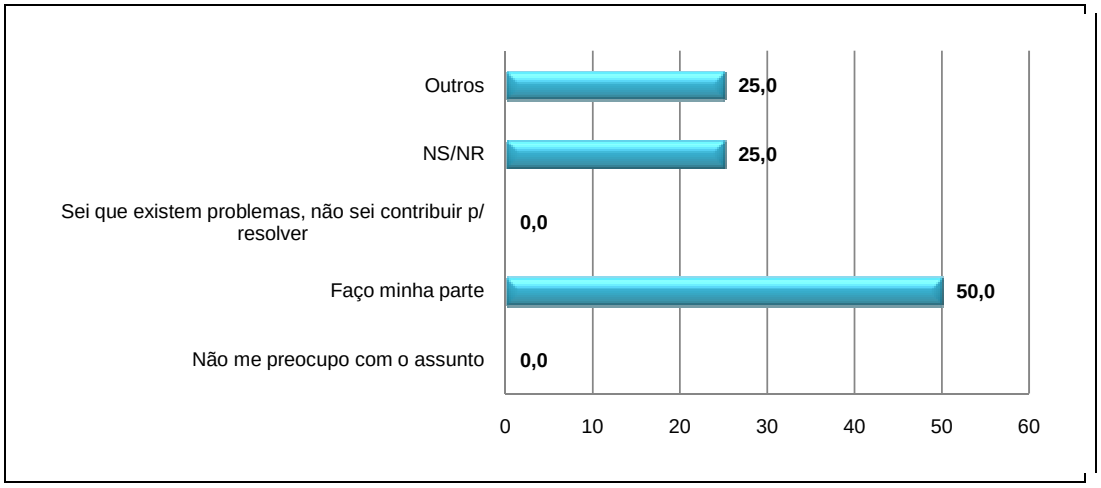


Figura 4.9.4.4-28: Como se relaciona com o meio ambiente?

Dentre os maiores problemas ambientais que ocorre na comunidade, segundo os moradores, estão em primeiro lugar o esgoto; apesar de algumas casas possuírem fossa séptica, a maioria vai direto para o mangue, lixo no mangue; mesmo passando o caminhão do lixo na rua, há ainda pessoas que jogam no mangue. Foram ainda citados o desmatamento, os aterros e as pessoas que não respeitam a época da andada do caranguejo.

Conversamos também com os moradores com a respeito da RDS Concha D'Ostra, e vimos que apenas 25% dos entrevistados tinham conhecimento da Reserva (Figura 4.9.4.4-29).

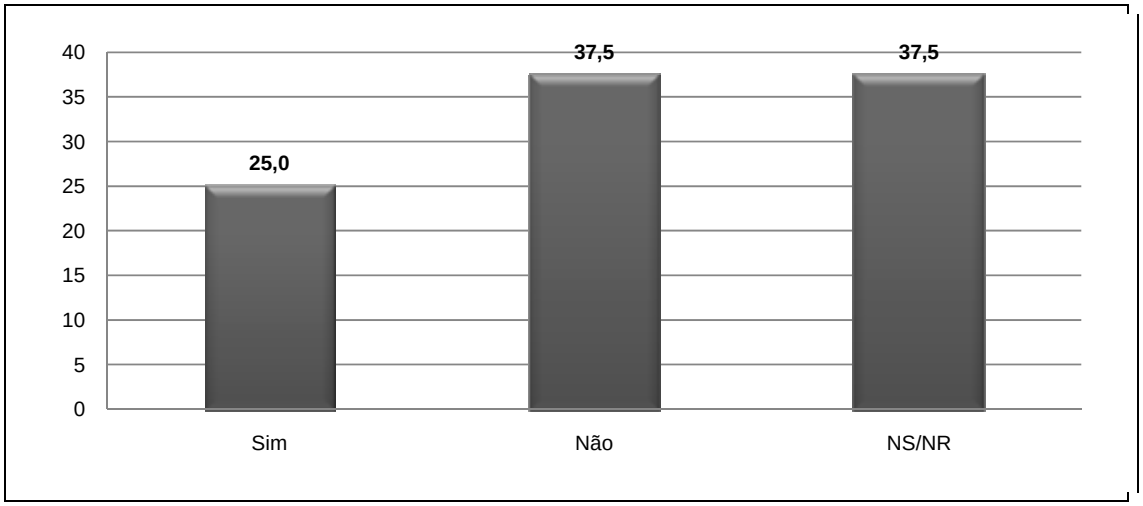


Figura 4.9.4.4-29: Conhece reserva ou área protegida?

O entrevistado Pedro Medeiro sabia da existência da Reserva, mas pensava que só o Bairro Concha D'Ostra pertencente à RDS.

Apesar de 87,5% nos informar não conhecer as regras para viver e trabalhar em uma área de RDS (Figura 4.9.4.4-30), 75% estão dispostos a conhecê-las para continuar vivendo na região, respeitando a área ambiental protegida

(Figura 4.9.4.4-31), pois sabem da importância do manguezal não só para as famílias que as utiliza para o seu sustento, como também para todos os seres vivos.

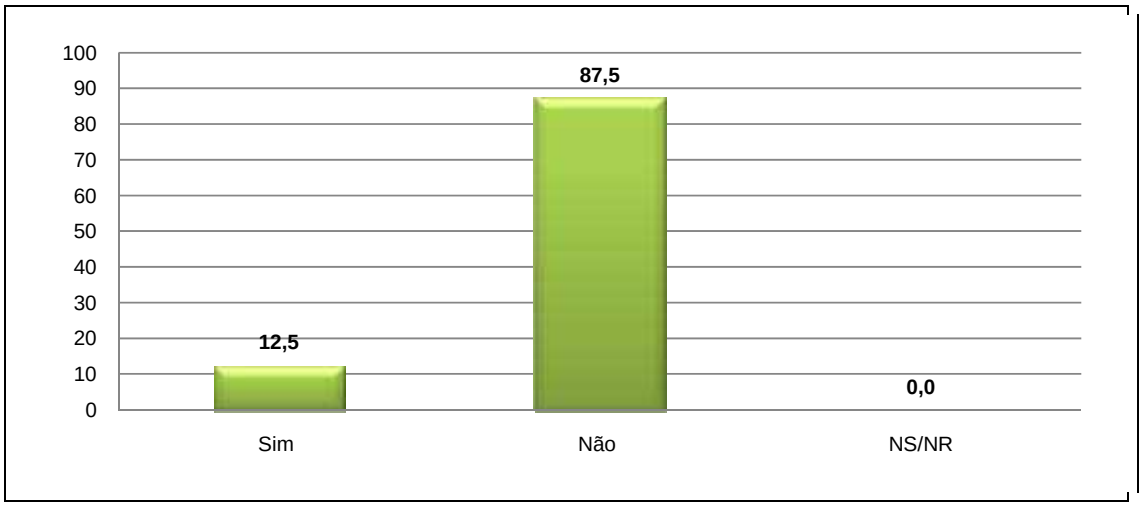


Figura 4.9.4.4-30: Conhece regras para viver na RDS?

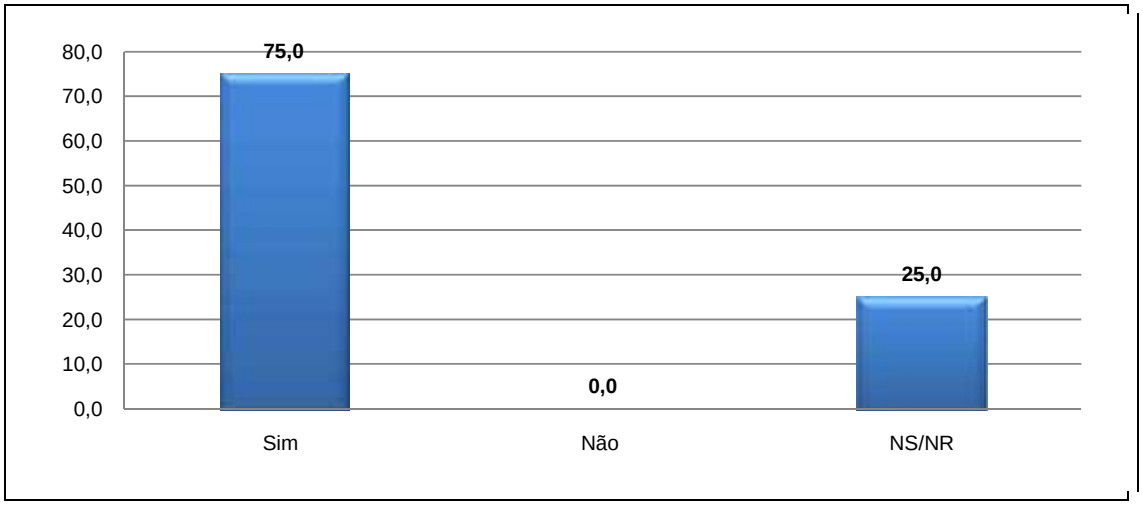


Figura 4.9.4.4-31: Disposto a viver/trabalhar com respeito regras?

Dos entrevistados, cinco afirmaram utilizar a reserva para o próprio sustento (Figura 4.9.4.4-32) como catadores de sururu, catadores de caranguejo e guaiamum. A moradora Maria José, no momento da entrevista estava fervendo sururu para depois vender. Ela nos contou que a mãe dela, hoje, está aposentada como catadora de caranguejo e todas as irmãs também se sustentam por meio da cata de sururu. A forma de comercialização de toda a família se dá pela venda direta para o consumidor, por meio de encomendas de pessoas que vão até a residência ou levam até o mercado de peixe para comercializar.

Percebemos que não há uma união entre os moradores que utilizam o mangue para sustento. Cada um cata ou pesca sozinho e fazem o seu próprio comércio.

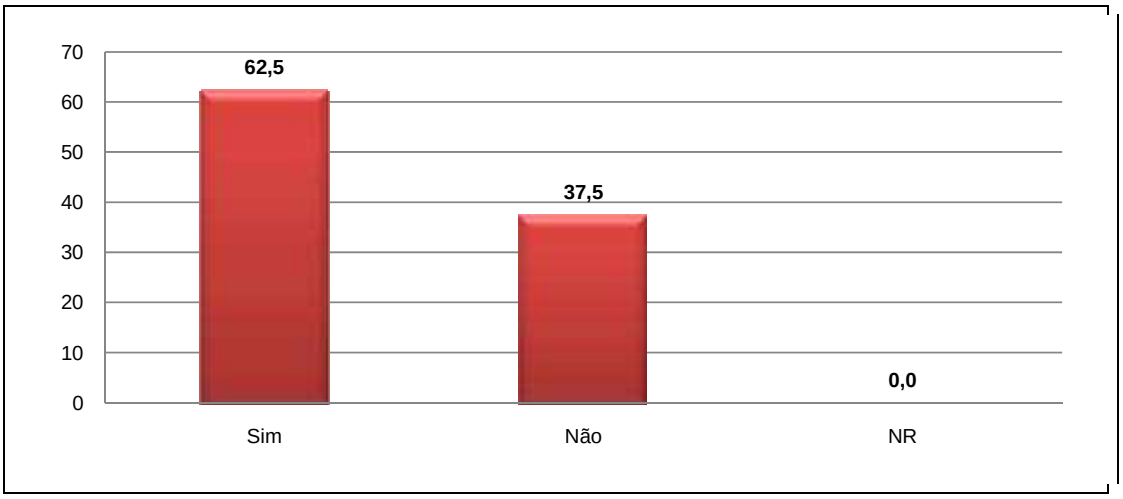


Figura 4.9.4.4-32: Necessita da reserva para sustento?

Rosangela Gomes nos contou que tanto ela quanto o marido utilizam o manguezal para sobrevivência de sua família. Ela como catadora de sururu, apesar de não possuir a carteira de pescadora e o marido como catador de caranguejo, este já registrado na Colônia Z3. Ambos vendem o produto no mercado de peixe da cidade diretamente ao consumidor.

Já Alcendina disse ter outro meio de sustento da família, mas sempre que pode vai ao mangue catar sururu para vender, e às vezes pesca com o marido peixes para o próprio consumo.

O catador de caranguejo e guaiamum, Flávio Márcio, nos mostrou o cativeiro onde deixa os guaiamuns durante o período de "engorda" antes da comercialização dos mesmos. A sua forma de comercialização também se dá de forma direta ao consumidor ou a bares e restaurantes (Figura 4.9.4.4-33).

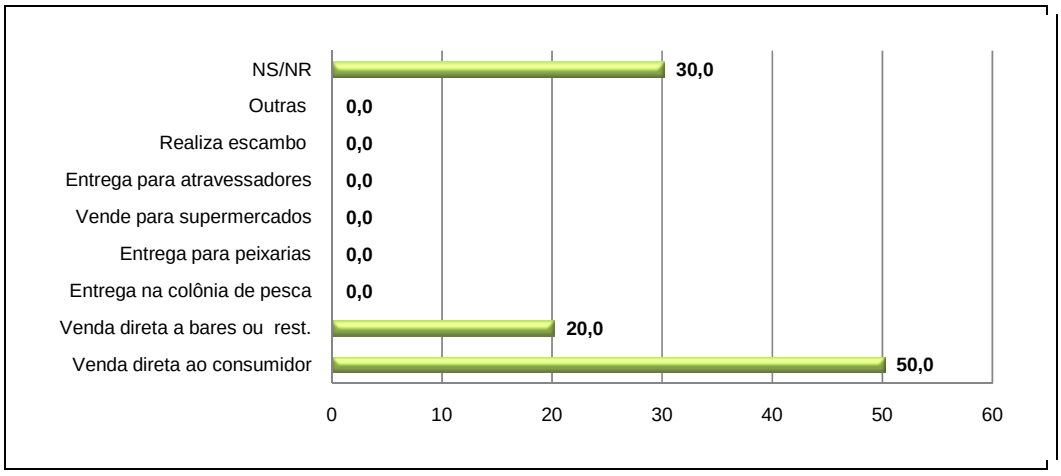


Figura 4.9.4.4-33: Forma de comércio do pescado.

Somente Maria José disse não respeitar a época do defeso/andada (Figura 4.9.4.4-34), pois segundo ela não existe época de suspender a cata de sururu. Todos os outros afirmaram respeitar as regras, e nos relataram que durante a época de suspender a pesca, cata de caranguejo e outros, a polícia ambiental circula todos os dias percorrendo toda a região do manguezal.

Mas segundo Flávio Márcio: *"Na época da andada, tem gente que vem de outros bairros para catar caranguejo, que prejudica os catadores. A noite tem muita gente que pega e o IBAMA só fiscaliza pela manhã"*.

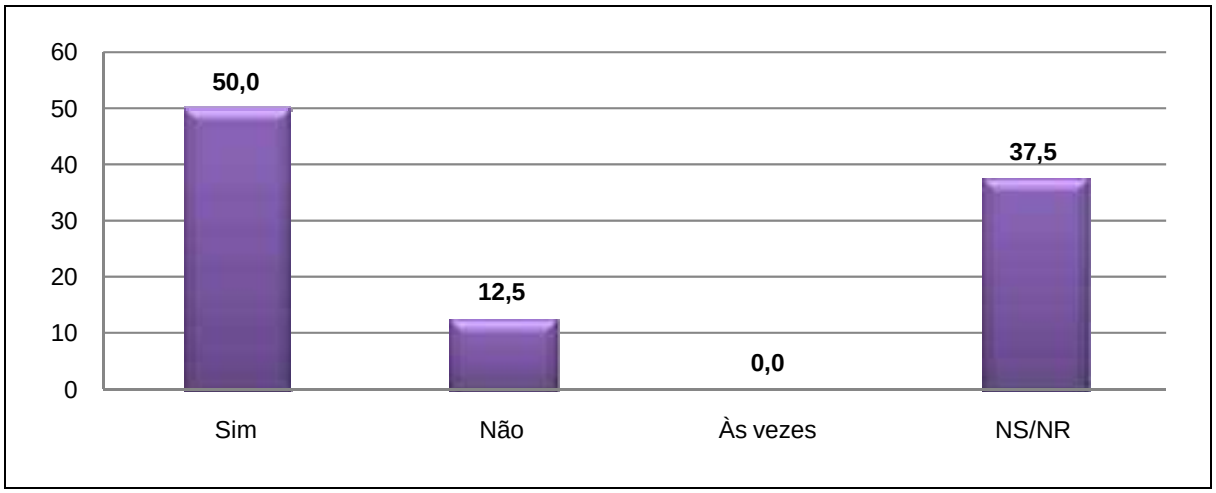


Figura 4.9.4.4-34: Respeita o defeso?

Ao serem perguntados sobre se conhecem alguém que utiliza a RDS para sustento, 50% dos entrevistados afirmaram que sim, demonstrando que a atividade extrativista existe na região (Figura 4.9.4.4-35).

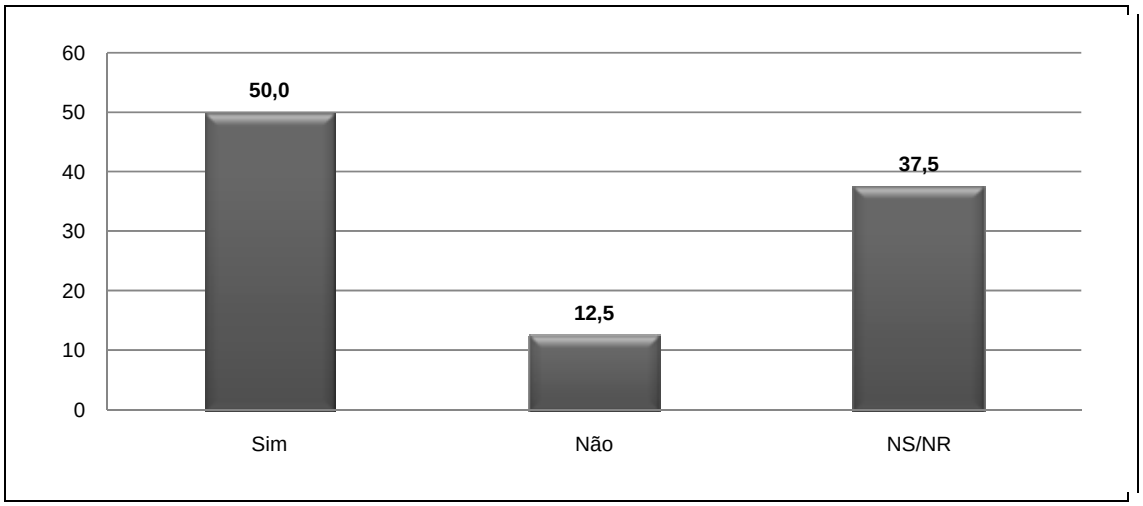


Figura 4.9.4.4-35: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento?

Apenas 25% responderam conhecer a Associação de Pescadores/Marisqueiros ou catadores de caranguejo na região (Figura 4.9.4.4-36), apesar de cinco dos oito entrevistados serem catadores. O que nos leva a notar que talvez por falta

de conhecimento e esclarecimento eles não entendam que a Colônia onde estão associados é uma Associação.

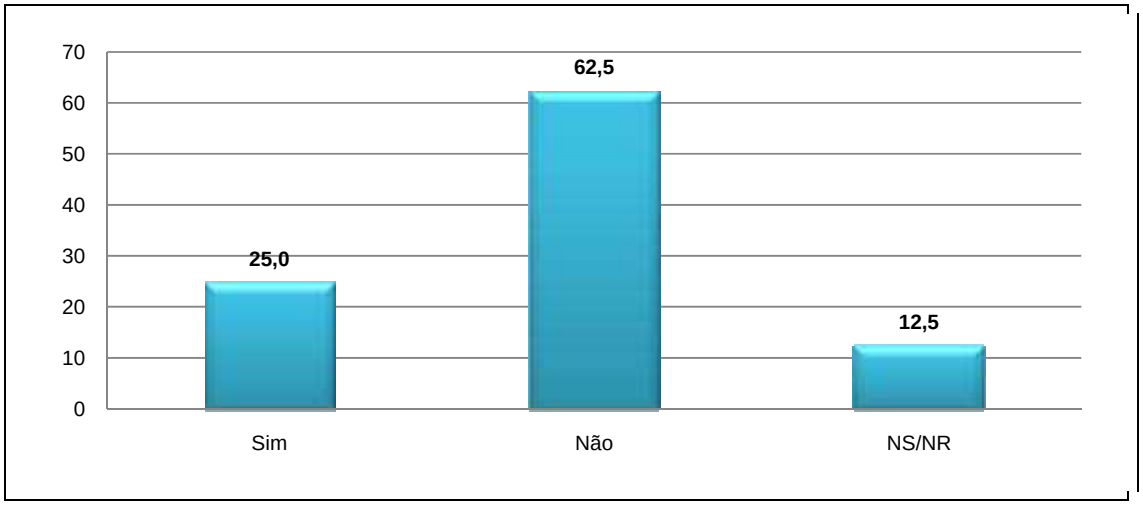


Figura 4.9.4.4-36: Conhece associações de marisqueiros/pescadores?

Nenhum dos entrevistados participou da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra (Figura 4.9.4.4-37) e 87,5% não conhecem nenhum projeto ou programa na região que envolva a RDS (Figura 4.9.4.4-38).

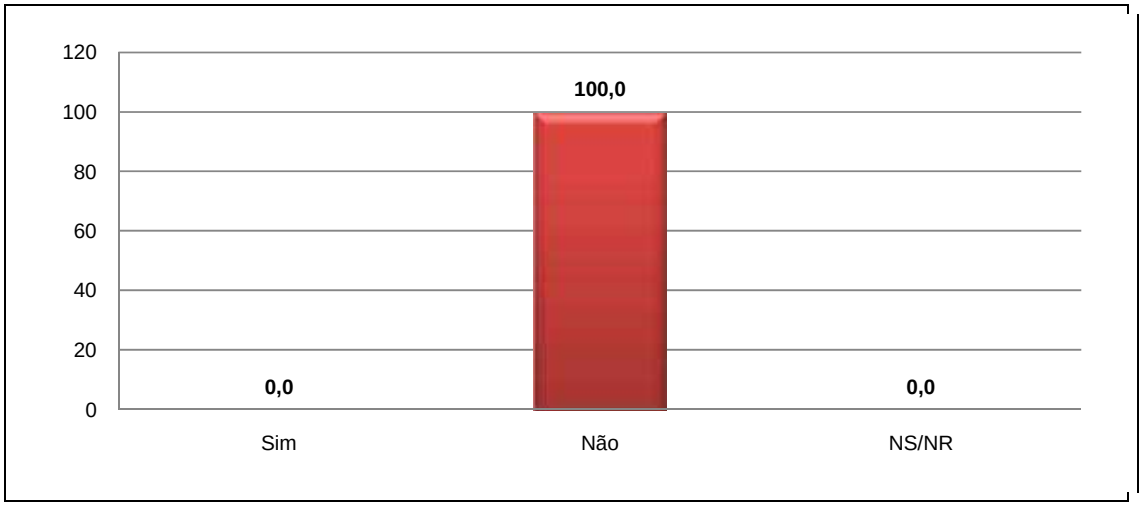


Figura 4.9.4.4-37: Participou da criação da RDS?

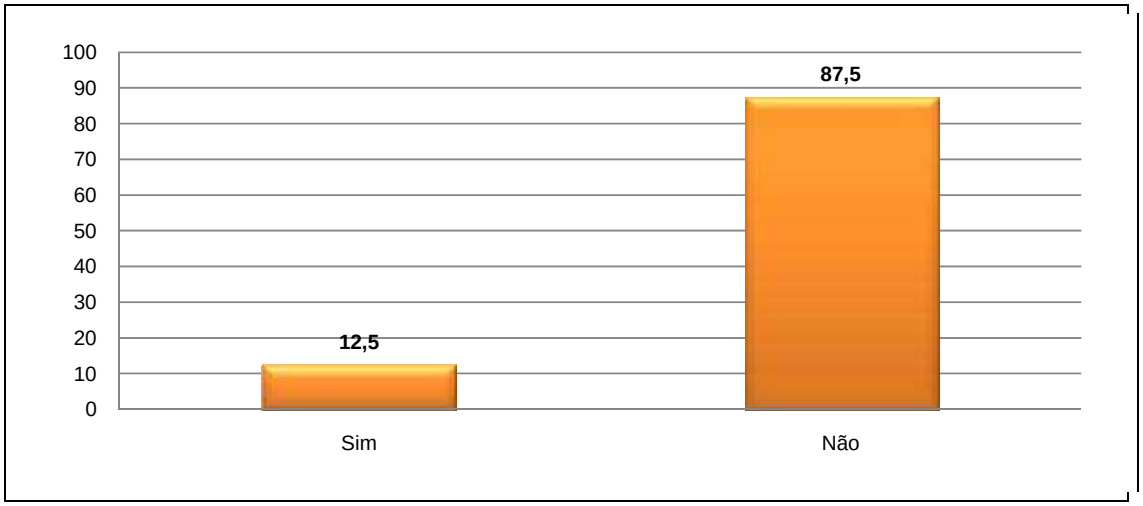


Figura 4.9.4.4-38: Conhece programas ou projetos na RDS?

Não há nenhum tipo de manifestação folclórica ou cultural na região (Figura 4.9.4.4-39) somente festas religiosas tanto na Igreja Evangélica quanto na Igreja Católica de acordo com o que nos foi relatado.

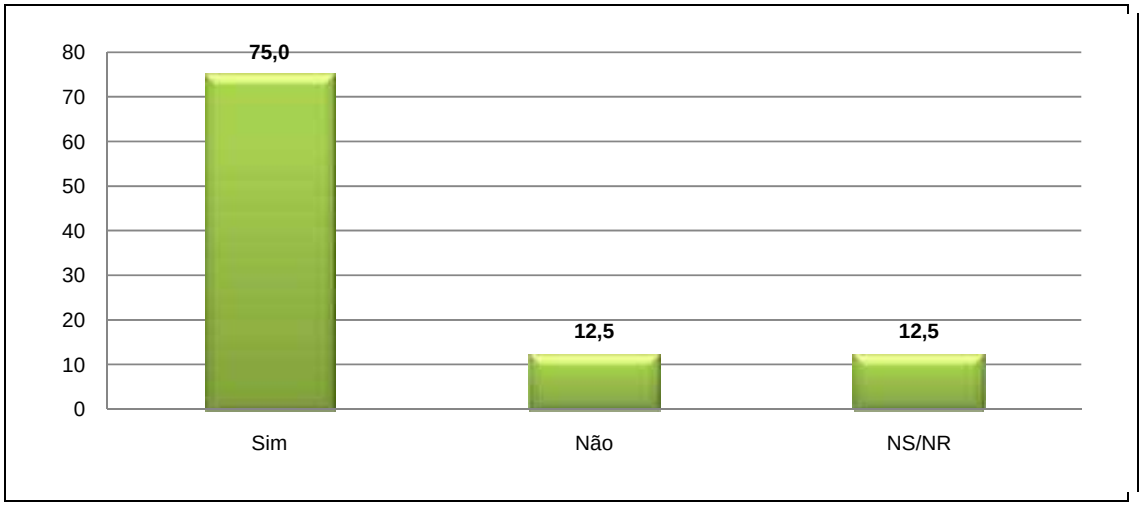


Figura 4.9.4.4-39: Conhece festas e manifestações culturais?

De acordo com as entrevistas percebemos que 87,5% consideram a existência da RDS para a comunidade muito importante (Figura 4.9.4.4-40), e creditam esta importância porque muitas famílias a utilizam para o seu sustento. Porém, muitos não estão insatisfeitos com a atual situação do manguezal, devido ao grande acúmulo de lixo encontrado no mangue.

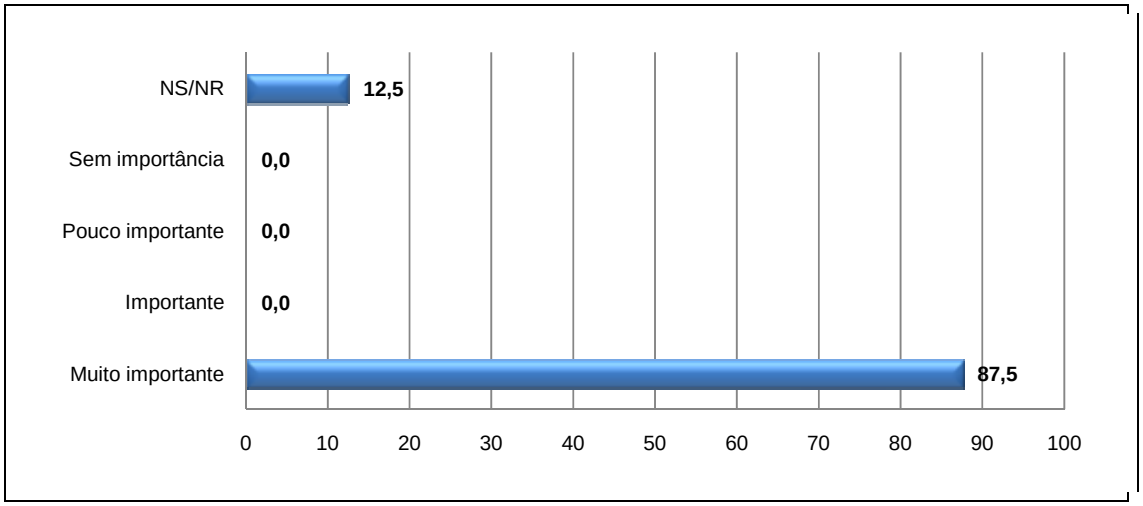


Figura 4.9.4.4-40: O que a RDS é para a comunidade?

Durante as entrevistas todos os moradores falaram da beleza do manguezal e mostraram preocupação com a questão do esgoto e lixo que se acumula por todo o manguezal e cobram maiores fiscalizações do governo, bem como projetos e trabalhos para que a grande área de reserva onde eles vivem continue a ser preservada.

❖ *Conclusão - Lameirão*

Em meio a todas as áreas da RDS percorridas a área localizada no Bairro Lameirão é uma das mais limpas. Muitos catadores de caranguejo, ostras, siris, mariscos e pescadores realizam o seu trabalho naquela região. Segundo informações dos moradores nesta área é onde se concentra a maior variedade de espécies do mangue.

A maioria dos moradores necessita do manguezal para o sustento ou para consumo próprio. Localizada em uma área rural, o bairro é humilde e os moradores possuem um baixo grau de escolaridade. Por muitos necessitarem da Reserva para o sustento, procuram preservar o máximo que podem a RDS localizada no bairro.

O bairro não possui rede de esgoto, todo o esgoto é lançado no mangue. Apesar disso o mangue é limpo e sem grande acúmulo de lixo.

Para que a Reserva continue a ser preservada nesta localidade é preciso que os moradores do bairro tenham um trabalho de conscientização ambiental, bem como uma contínua fiscalização, principalmente na época da andada dos caranguejos, é de extrema importância.

❖ *BAIRRO PRAIA DO RIACHO*

O Bairro Praia do Riacho fica próximo ao Bairro Lameirão e possui em torno da RDS Concha D'Ostra 117 unidades habitacionais. Foram realizadas onze entrevistas com moradores locais e duas entrevistas com representantes da Associação de Moradores (Figura 4.9.4.4-41).

Figura 4.9.4.4-41: Bairro Praia do Riacho.

Dos entrevistados, 63,7% são casados ou possuem companheiros(as) e 45,5% possuem entre um a três filhos (Figuras 4.9.4.4-42 e 4.9.4.4-43).

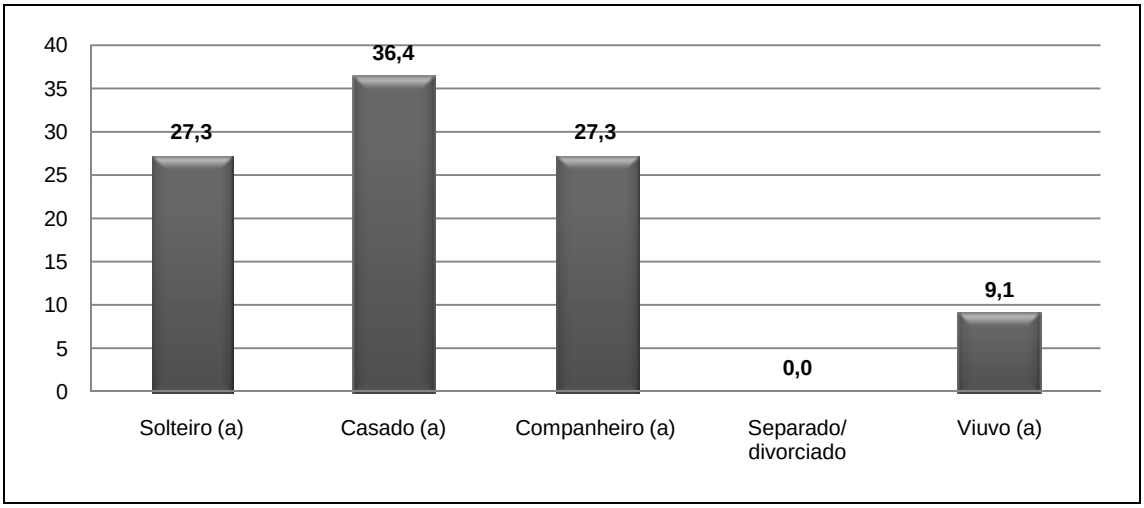


Figura 4.9.4.4-42: Estado Civil.

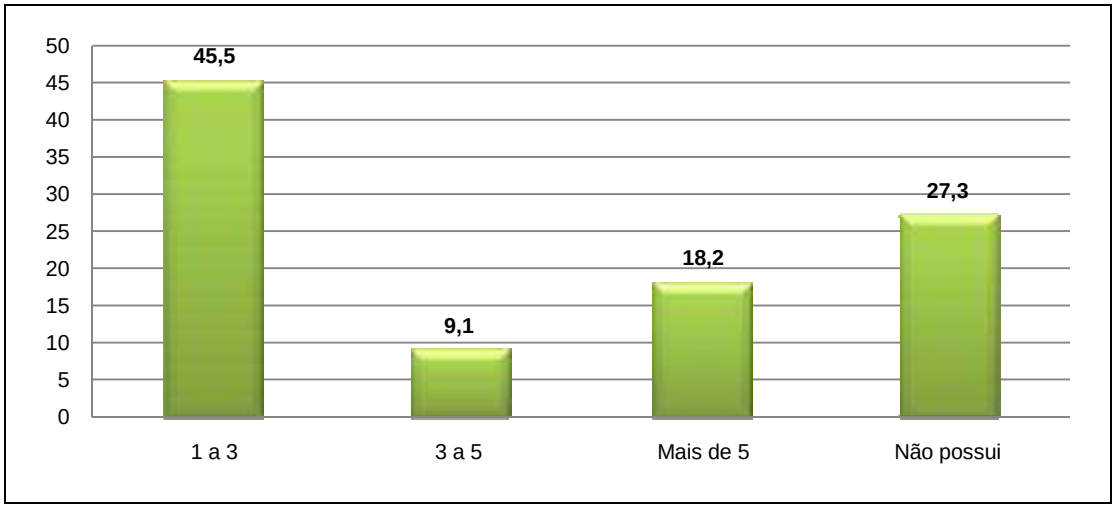


Figura 4.9.4.4-43: Número de filhos.

Entrevistamos donas de casa, aposentada, pedreiro, técnico de informática, professor de música, autônomo e comerciante. Destaca-se que não foi encontrado nenhum catador de caranguejo, pescador ou catador de marisco e ostra (Figura 4.9.4.4-44).

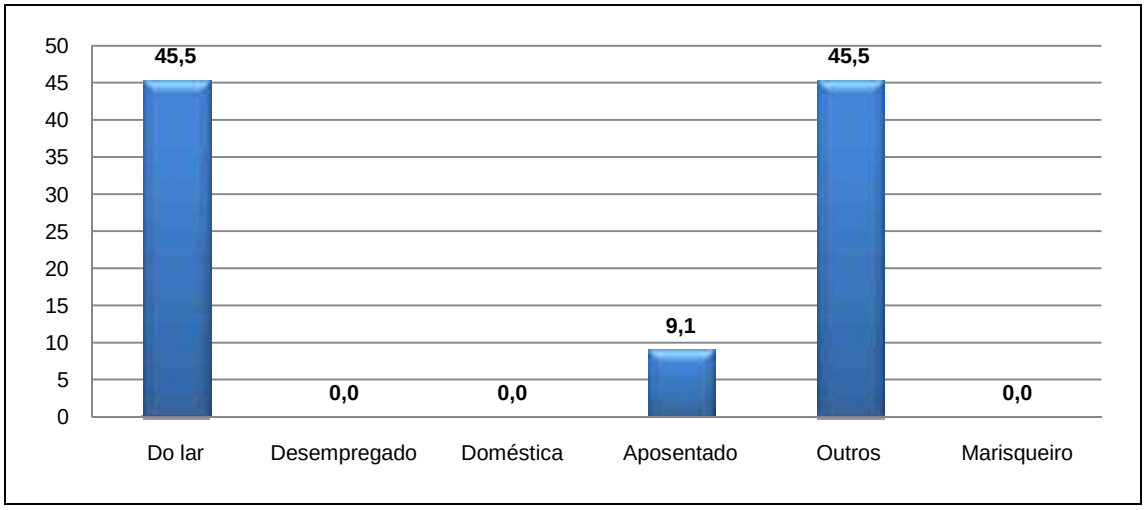


Figura 4.9.4.4-44: Profissão.

Dos onze entrevistados, apenas 27,3% possuem o ensino médio completo e 9,1% não possuem escolaridade (Figura 4.9.4.4-45).

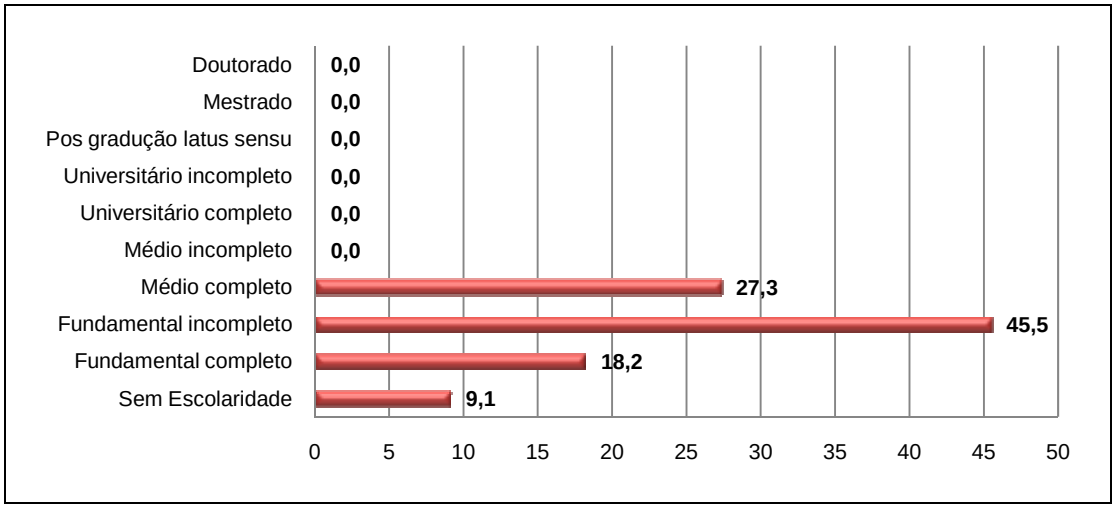


Figura 4.9.4.4-45: Escolaridade dos entrevistados.

Sobre as condições de moradia, 81,8% afirmaram serem proprietários de seus terrenos (Figura 4.9.4.4-46) e 45,5% moram na localidade há mais de 20 anos (Figura 4.9.4.4-47), como é o caso da moradora Adélia Brandão Simões, que segundo informações é uma das moradoras mais antigas da comunidade, residindo no local há 50 anos.

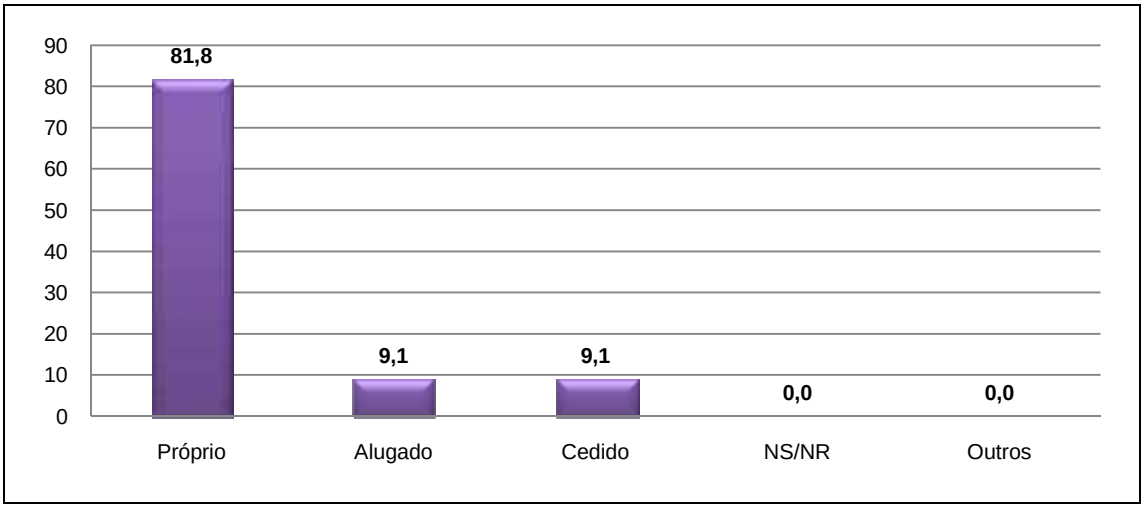


Figura 4.9.4.4-46: Condições de moradia.

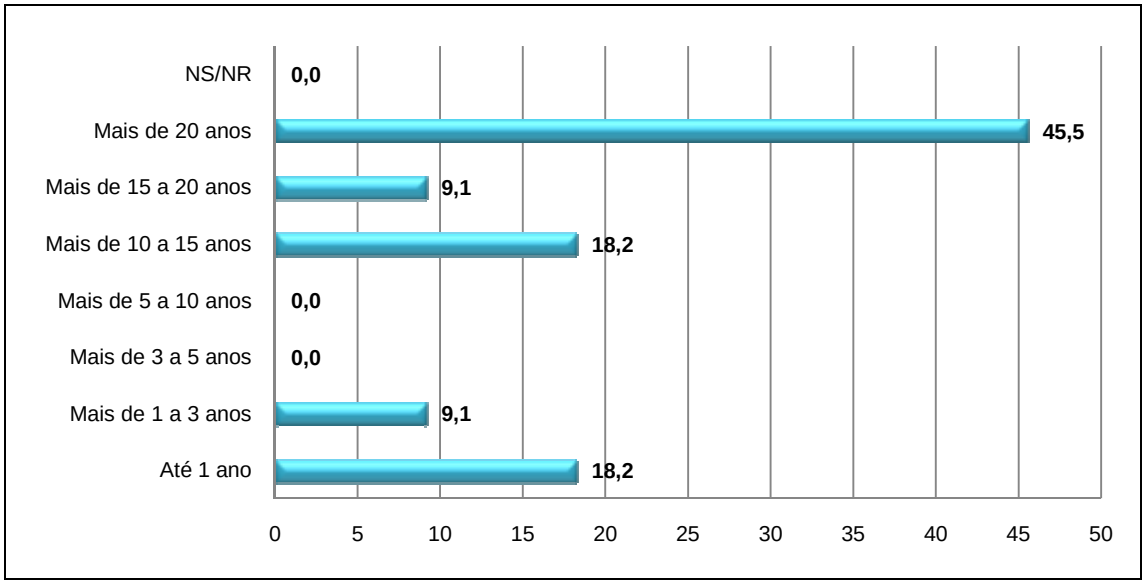


Figura 4.9.4.4-47: Tempo que reside na comunidade.

No trabalho de campo, notamos que o bairro possui muitas casas de veraneio e durante a pesquisa estavam quase todas fechadas (Figura 4.9.4.4-48).

Figura 4.9.4.4-48: Casa de veraneio na localidade.

No Bairro Praia do Riacho, apesar de a maioria, 45,5%, receberem entre um e dois salários mínimos, encontramos moradores que ganham até entre quatro a cinco salários mínimos (Figura 4.9.4.4-49).

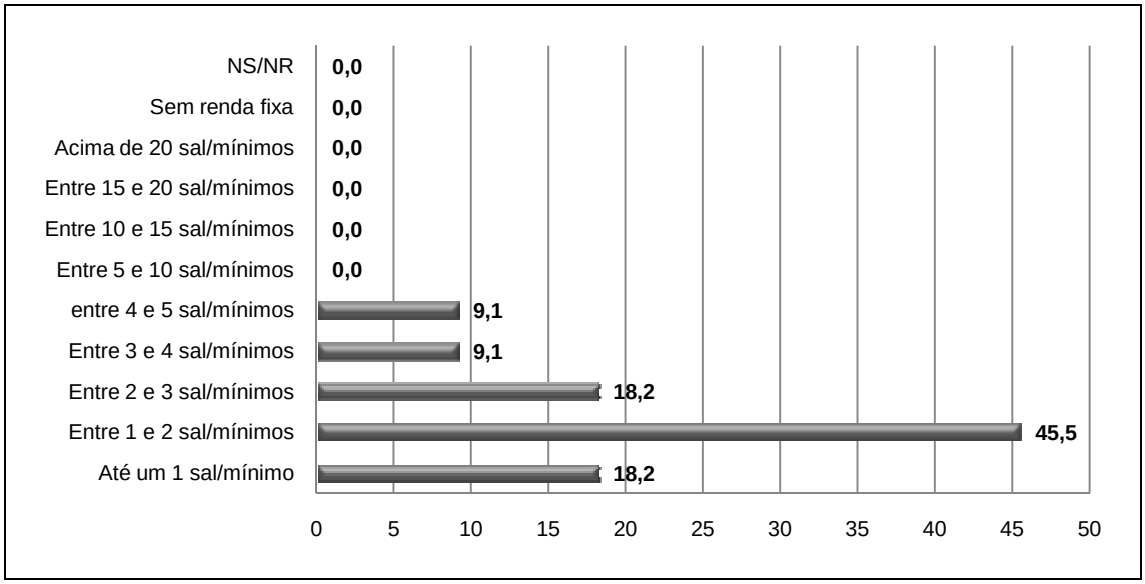


Figura 4.9.4.4-49: Renda familiar dos entrevistados.

Dentre os entrevistados a maioria das residências possui entre três a quatro moradores (Figura 4.9.4.4-50).

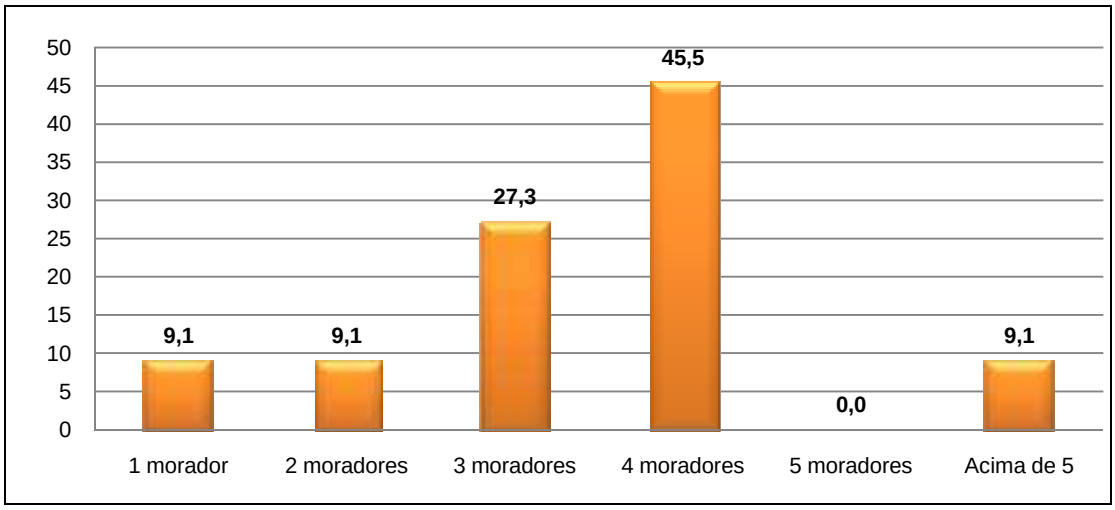


Figura 4.9.4.4-50: Morador domicílio.

Questionamos aos moradores se eles participavam de alguma Associação ou Organização e apenas três moradores afirmaram que sim, sendo um da Comunidade Sagrada Família (Igreja Católica), outro da Cooperativa Cotrag (Reciclagem) e um da Associação de Pescadores (Colônia de pesca Z3). Mesmo bairro possuindo Associação de Moradores nenhum dos entrevistados afirmou participar da Associação.

Entrevistamos a Presidente da Associação de Moradores da Praia do Riacho, Regina Lucia Martins Lomaia e a Tesoureira Elaicil Soares. Segundo informações da Presidente, a Associação funciona há oito anos, porém nos primeiros quatros anos não foram realizados nenhum trabalho.

O abastecimento de água é feito pela CESAN (Figura 4.9.4.4-51) e não há rede de esgoto no bairro (Figura 4.9.4.4-52). Apenas os moradores Jânio Rios e Elizete Barcelos afirmaram possuir fossa séptica, todos os outros nos informaram que o destino do esgoto de suas residências vai direto para o mangue (Figura 4.9.4.4-53).

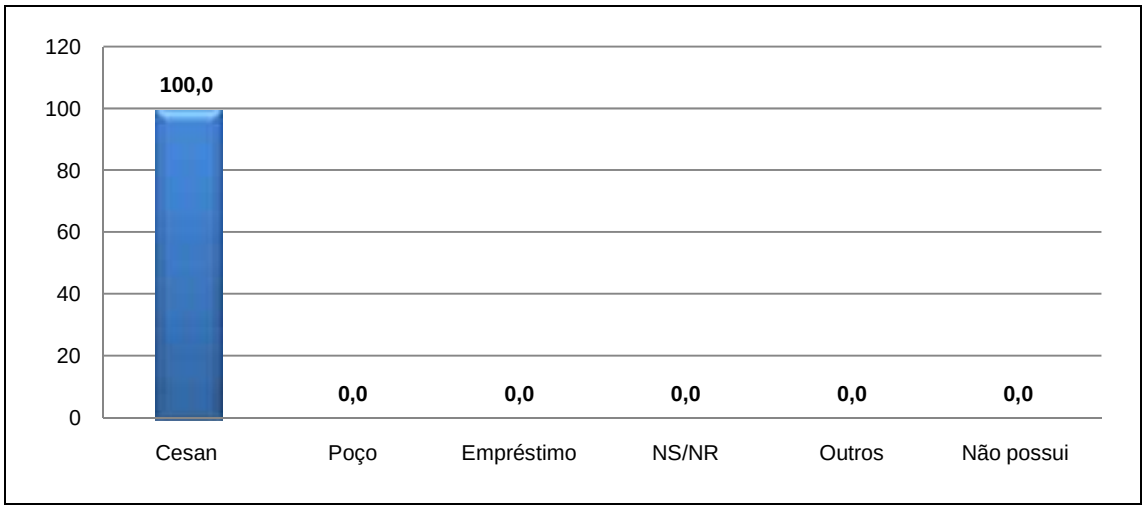


Figura 4.9.4.4-51: Abastecimento de água.

Figura 4.9.4.4-52: Rede de esgoto.

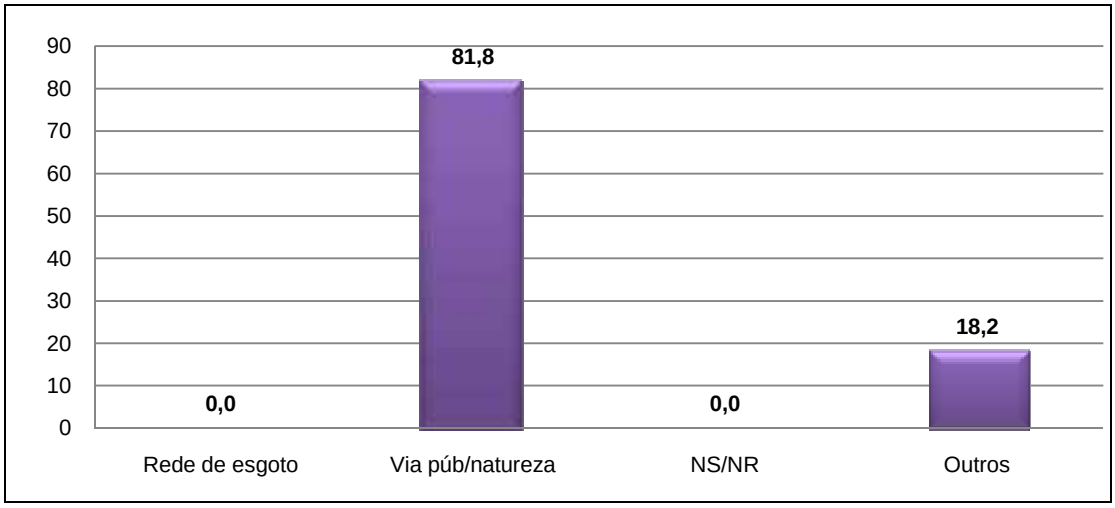


Figura 4.9.4.4-53: Destinação do esgoto.

A energia elétrica é fornecida pela Escelsa e não encontramos nenhum caso de gato, segundo os entrevistados (Figura 4.9.4.4-54).

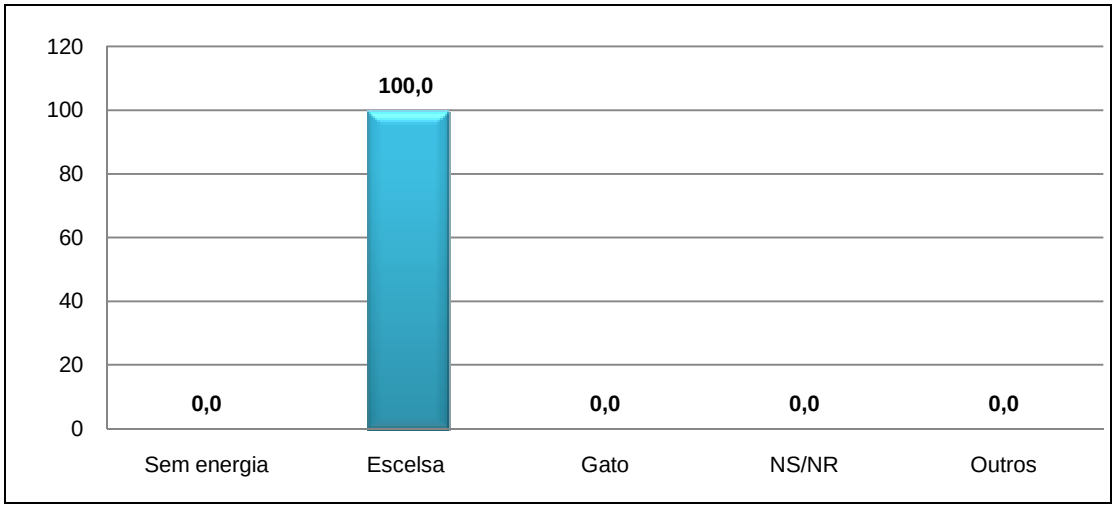


Figura 4.9.4.4-54: Energia elétrica.

Há coleta de lixo no bairro e 72,7% dos entrevistados afirmaram que o caminhão do lixo da CODEG passa três vezes por semana no bairro (Figura 4.9.4.4-55). Durante o trabalho de campo, notamos que há alguns terrenos baldios onde as pessoas jogam o lixo a céu aberto (Figura 4.9.4.4-56).

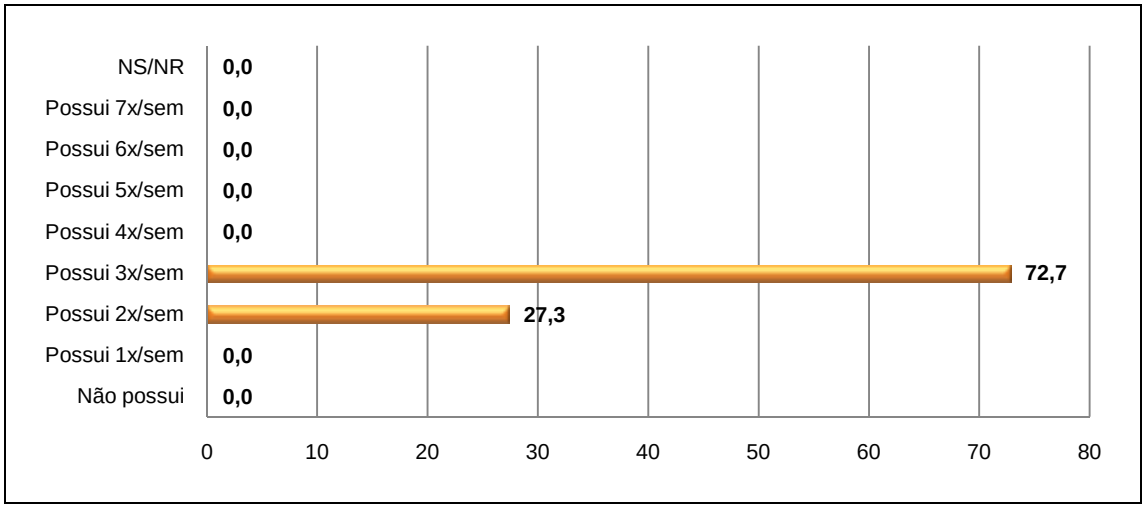


Figura 4.9.4.4-55: Coleta de lixo.

Figura 4.9.4.4-56: Lixo a céu aberto no Bairro da Praia do Riacho.

Apenas a moradora Maria Margarida não possui telefone celular, todos os outros entrevistados possuem telefone móvel. O telefone fixo, quatro entrevistados afirmaram possuir (Figura 4.9.4.4-57).

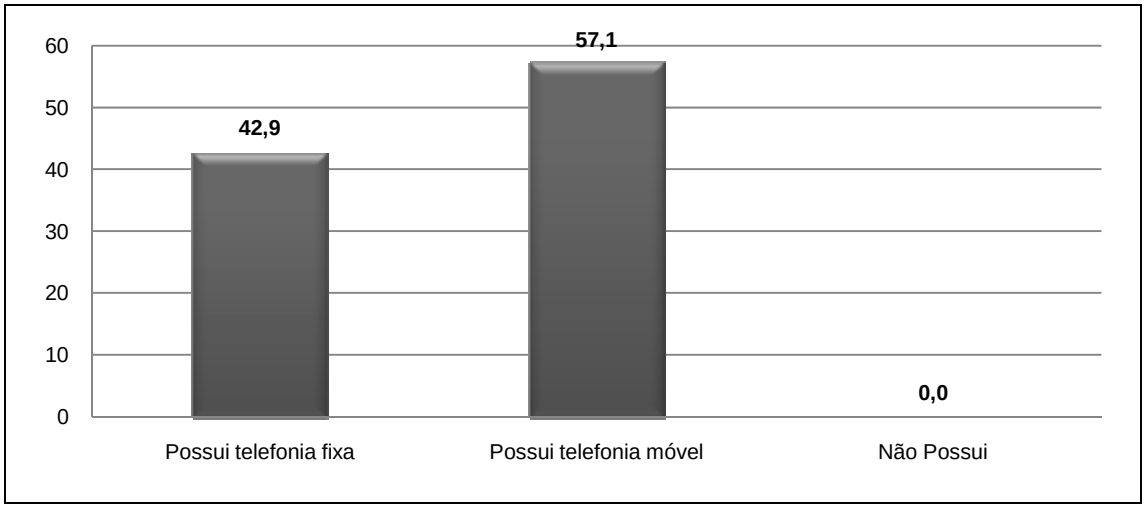


Figura 4.9.4.4-57: Telefonia.

Para 36,4% a avaliação geral da telefonia no bairro é ótima (Figura 4.9.4.4-58).

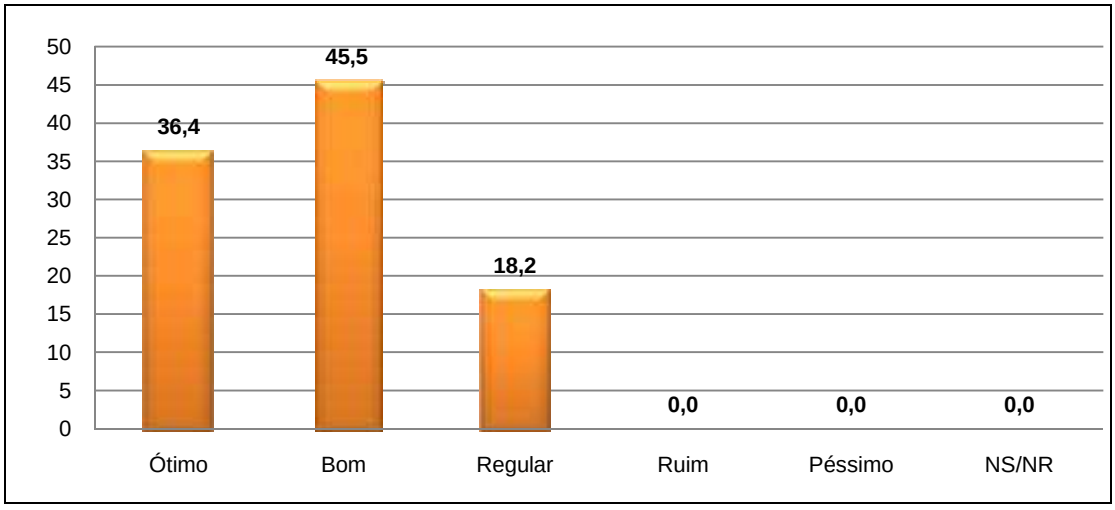


Figura 4.9.4.4-58: Avaliação geral da telefonia.

Questionamos aos moradores se a quantidade de telefones públicos na comunidade era suficiente para atender a todos e 72,7% consideram insuficientes (Figura 4.9.4.4-59).

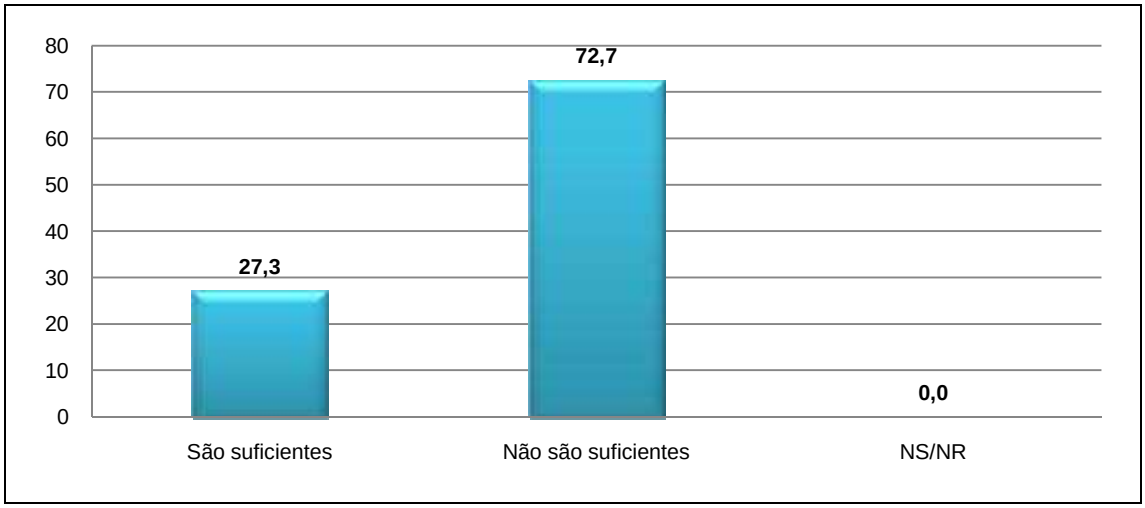


Figura 4.9.4.4-59: Telefones públicos.

A Figura 4.9.4.4-60 a seguir mostra a foto de orelhão na comunidade da Praia do Riacho.

Figura 4.9.4.4-60: Orelhão na comunidade.

Não há Posto de Saúde na comunidade e 69,2% dos entrevistados afirmaram ir aos postos de saúde do centro ou Ipiranga (Figura 4.9.4.4-61). Porém três pessoas possuem plano de saúde e vão a hospitais e clínicas particulares.

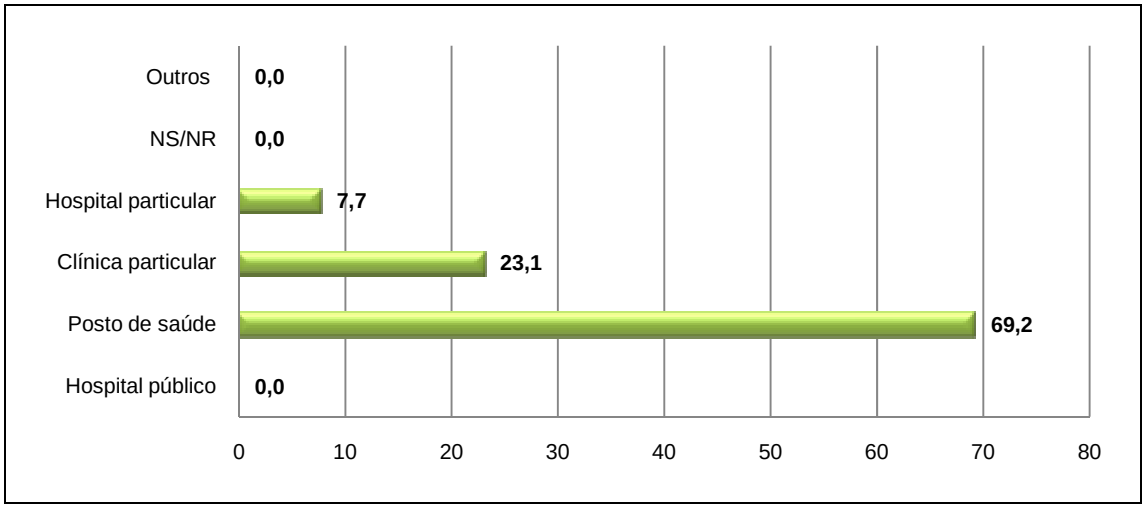


Figura 4.9.4.4-61: Serviço médico hospitalar.

Dentre as doenças citadas que os entrevistados ou alguém da família já desenvolveu ou sofreu, as mais citadas são: Gripe e diarréia. A terceira doença mais citada foi a dengue, 18,18% (Figura 4.9.4.4-62). Não houve nenhum relato de óbito (Figura 4.9.4.4-63).

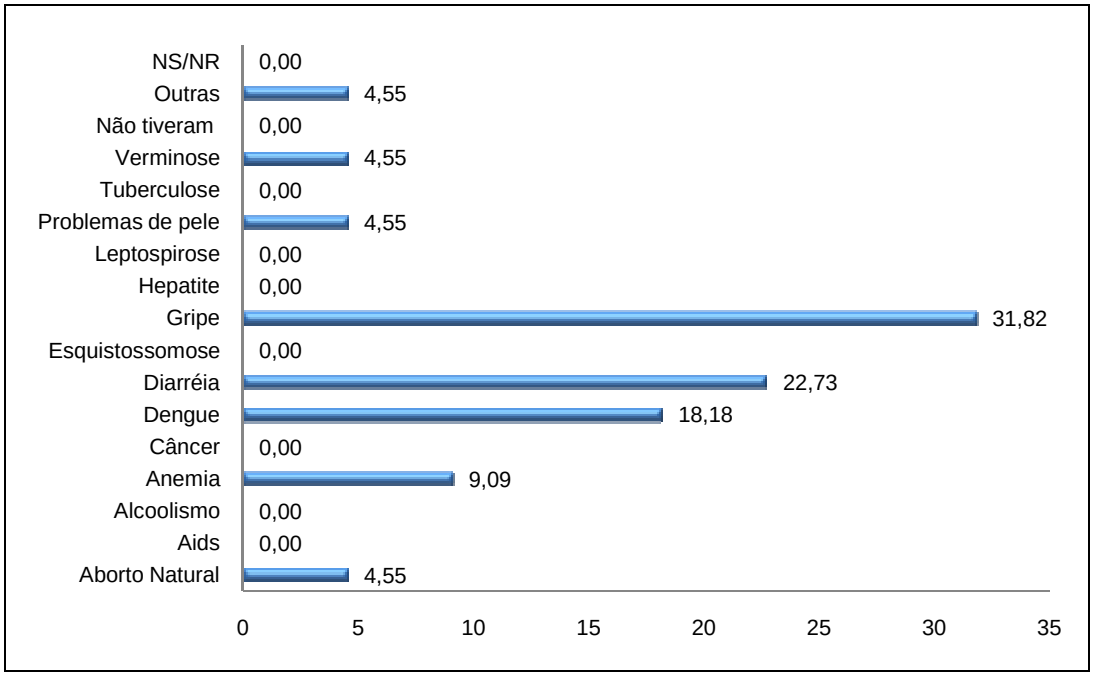


Figura 4.9.4.4-62: Doenças.

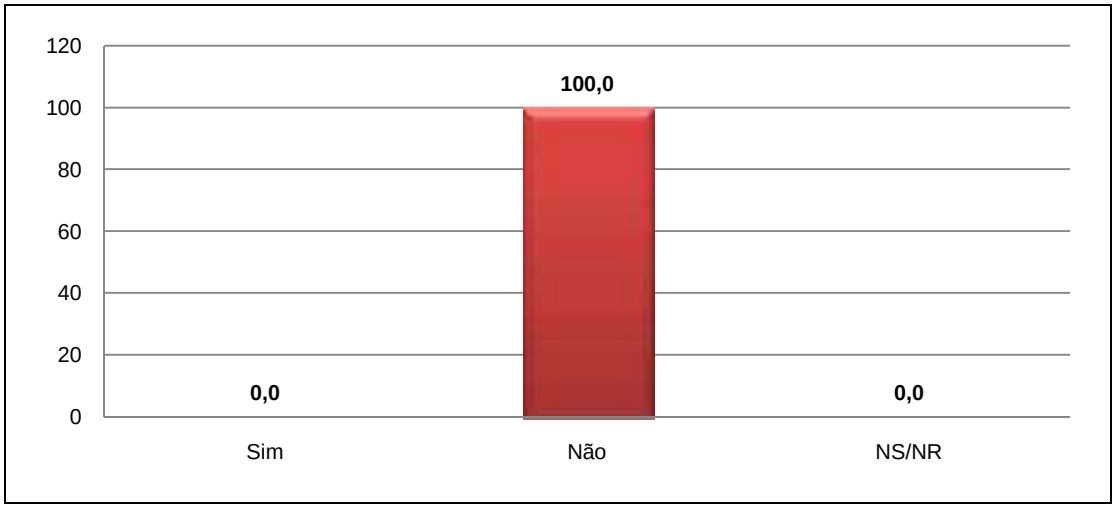


Figura 4.9.4.4-63: Óbitos em função das doenças.

Há no bairro um pequeno comércio e para 54,5% dos moradores o comércio existente é avaliado como regular (Figura 4.9.4.4-64). Para eles faltam principalmente supermercados, livraria, açougue e farmácia, apenas o morador Benedito Rocha acha que não há a necessidade de mais tipos de comércio na comunidade (Figura 4.9.4.4-65).

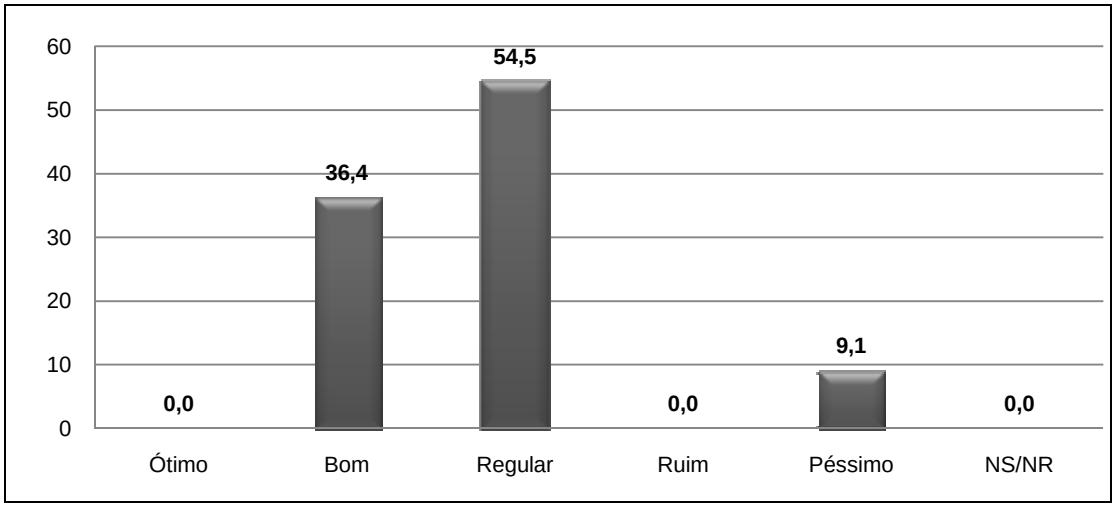


Figura 4.9.4.4-64: Avaliação do comércio.

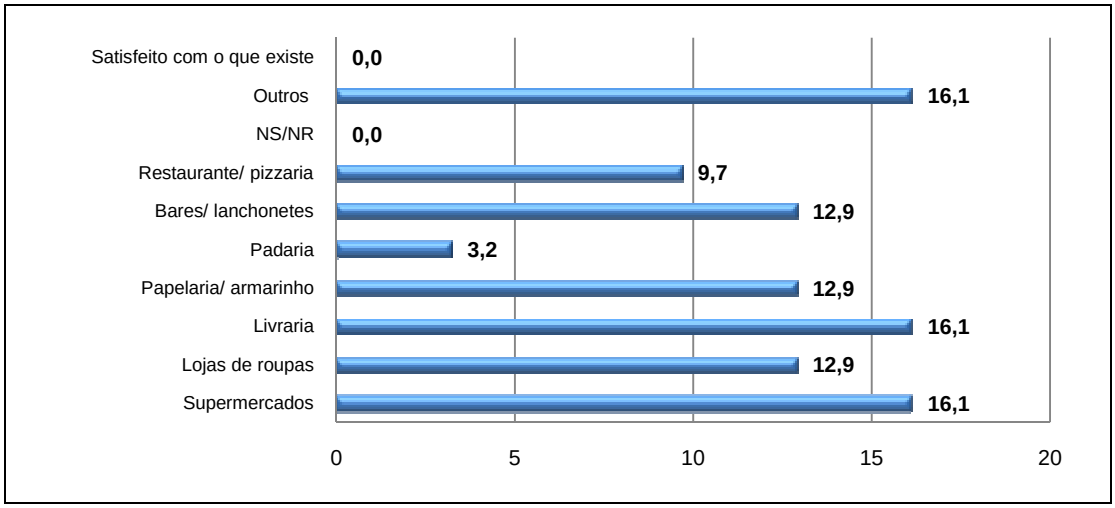


Figura 4.9.4.4-65: Comércio que falta.

A Figura 4.9.4.4-66 observa-se um dos comércios existentes na Praia do Riacho.

Figura 4.9.4.4-66: Mercearia na Praia do Riacho.

Quando questionamos sobre os principais problemas sociais e de infraestrutura do bairro, os três mais citados foram à falta de saneamento, falta de calçamento e falta de pavimentação (Figuras 4.9.4.4-67 a 4.9.4.4-69). Apesar de não passar ônibus no bairro, o item não foi citado, pois o bairro fica na beira da BR 101, onde passa quase todos os ônibus, segundo informações, assim como os itens coleta insuficiente, poluição do ar, sem água encanada, e poluição da água também não foram citados.

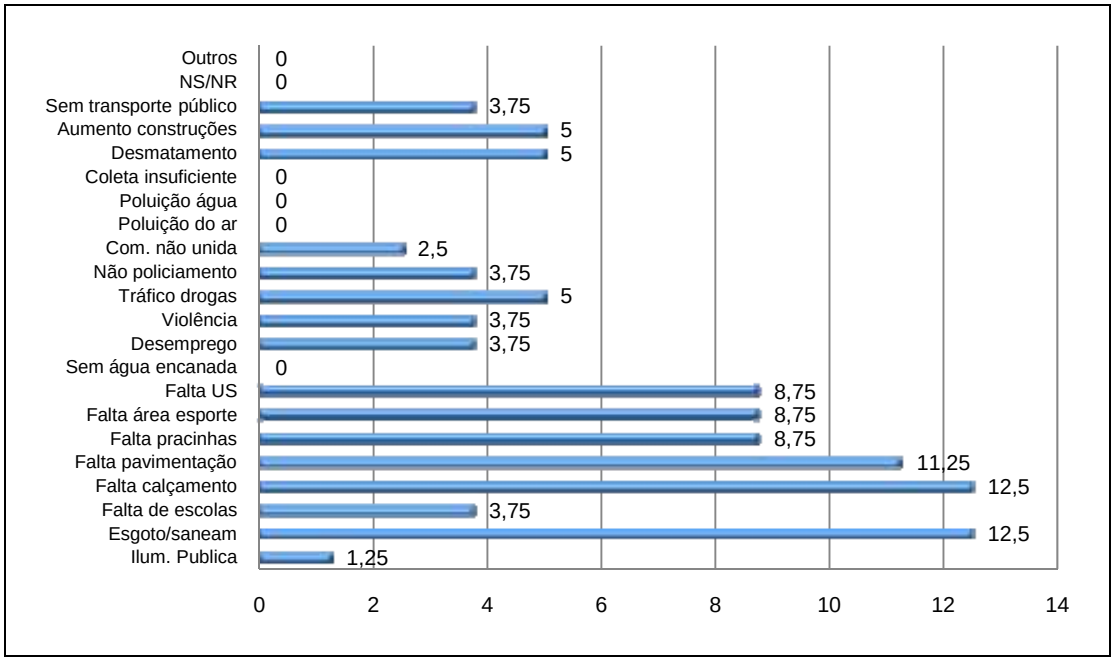


Figura 4.9.4.4-67: Problemas da comunidade.

Figura 4.9.4.4-68: Ruas sem calçamento da Praia do Riacho.

Figura 4.9.4.4-69: Rua da Praia do Riacho sem qualquer tipo de pavimentação.

A maior parte dos entrevistados não participa ou freqüenta nenhum grupo comunitário. Apenas os moradores Elizete Barcelos, Jânio Rios e Fabiana Neves participam da Associação de moradores (Figura 4.9.4.4-70).

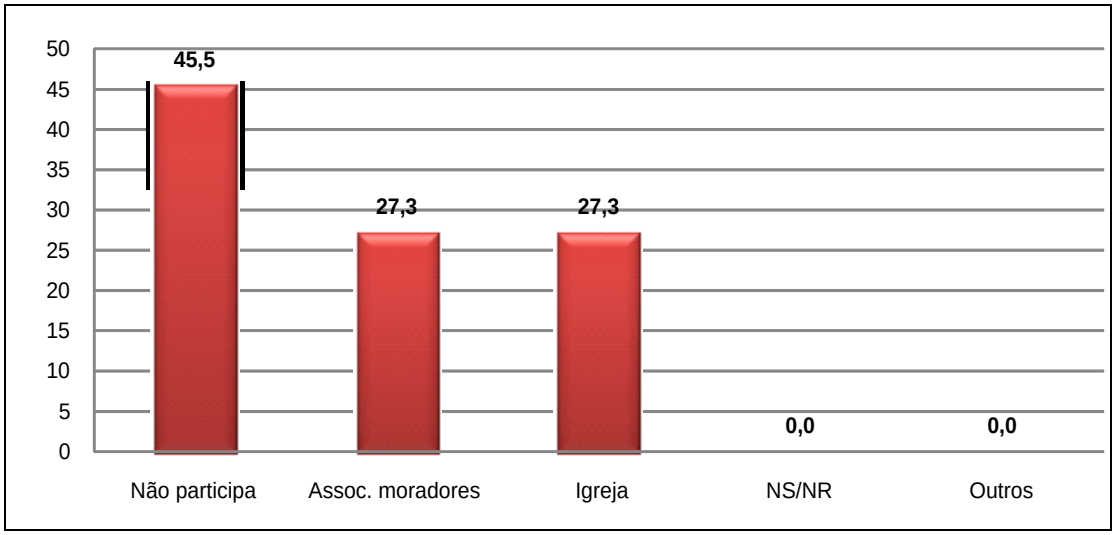


Figura 4.9.4.4-70: Grupo que freqüenta.

Questionamos também se eles conheciam alguma liderança na região e além dos três que participam das reuniões da Associação de Moradores, outros três moradores também sabem da existência da Associação de moradores na comunidade.

Dos entrevistados 81,8% afirmaram não desenvolver nenhuma atividade esportiva e daqueles que fazem atividades, todos afirmaram fazer caminhadas (Figuras 4.9.4.4-71 e 4.9.4.4-72).

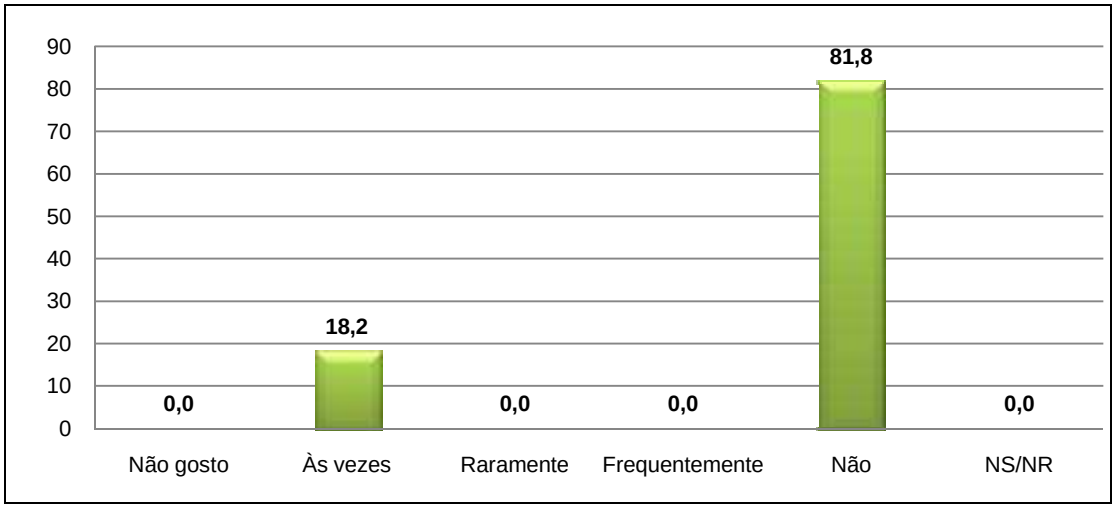


Figura 4.9.4.4-71: Desenvolve atividade esportiva?

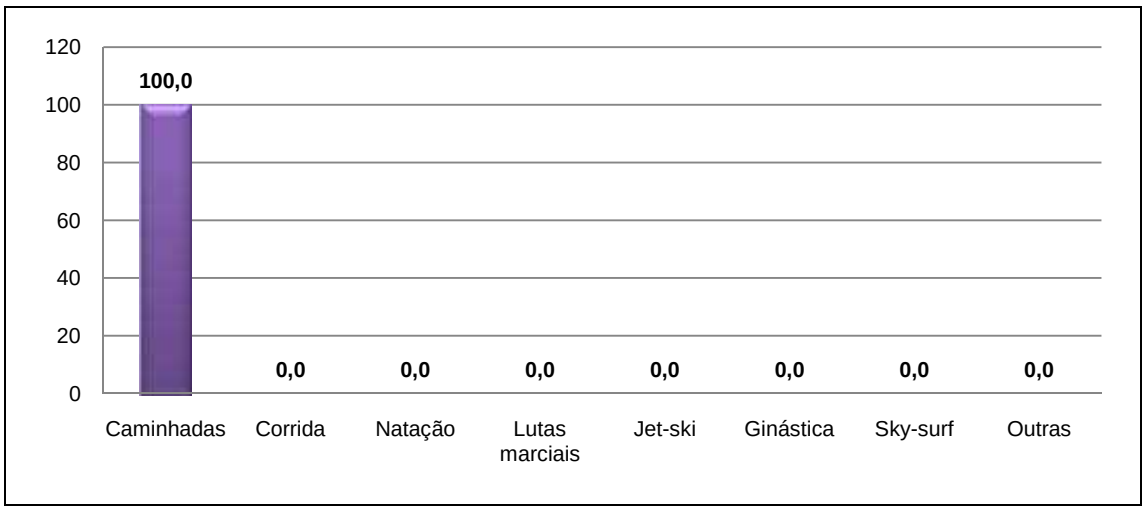


Figura 4.9.4.4-72: Se sim, qual?

Questionamos também se eles participavam de alguma atividade ou programa cultural e apenas 18,2% afirmaram que freqüentemente o fazem, sendo metade música e a outra metade dança (Figuras 4.9.4.4-73 e 4.9.4.4-74).

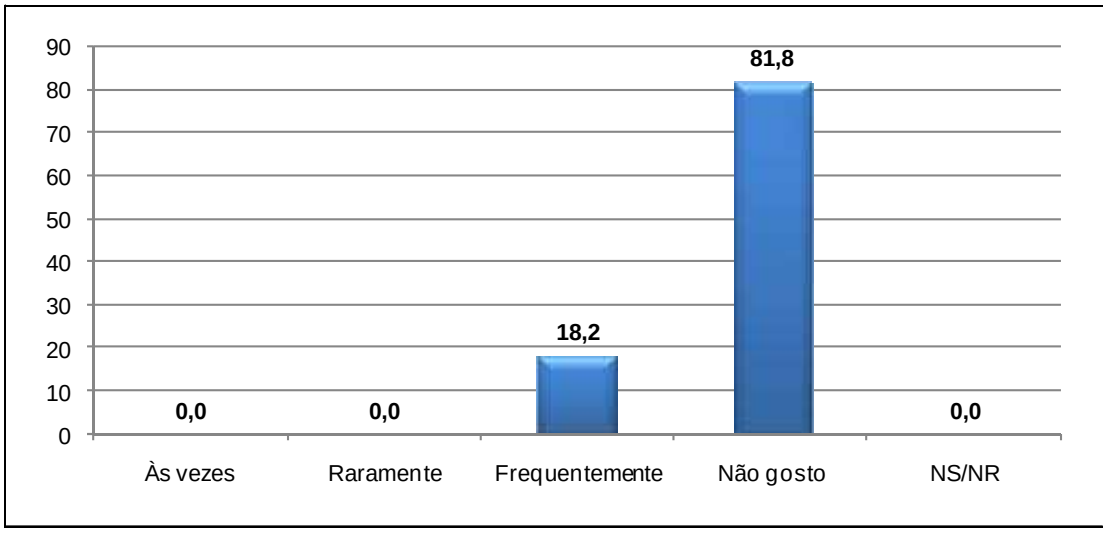


Figura 4.9.4.4-73: Participa de atividade ou programa cultural?

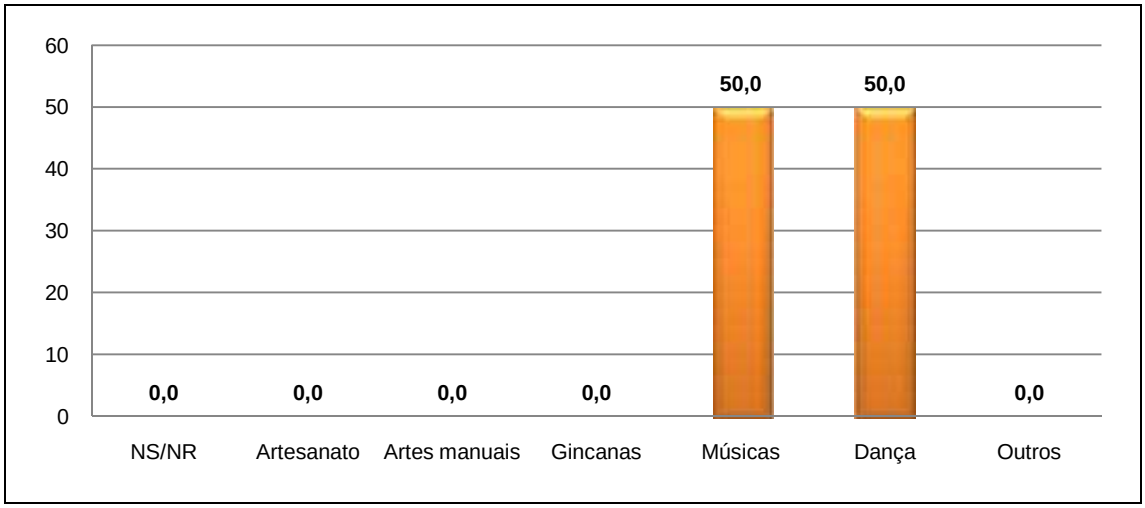


Figura 4.9.4.4-74: Se sim, qual?

Questionamos aos moradores se eles ou alguém da família teria interesse em participar de algum programa de geração de renda e apenas 7%, representando três pessoas informaram não possuir interesse em participar (Figura 4.9.4.4-75).

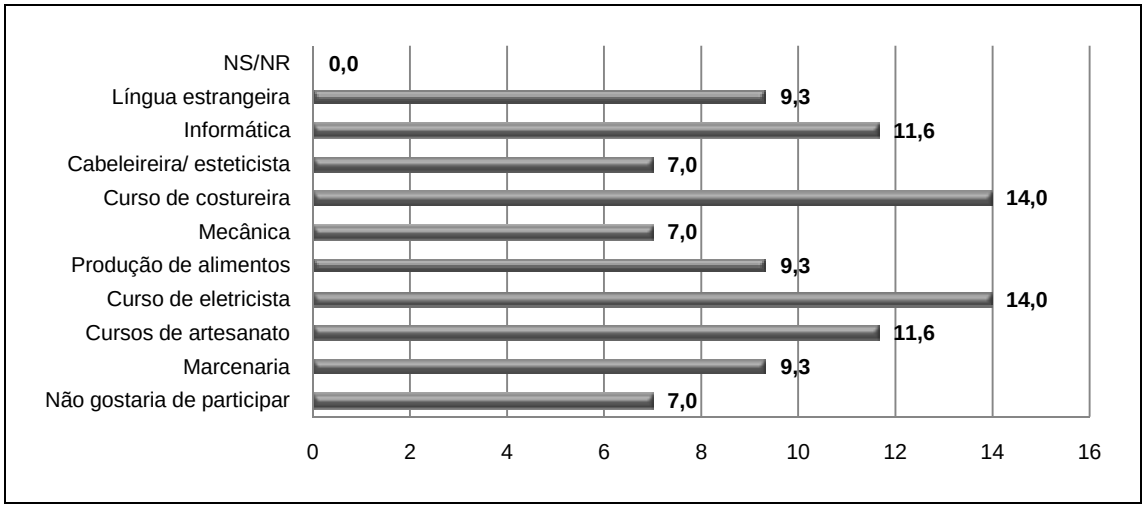


Figura 4.9.4.4-75: Interesse por curso de geração de renda.

Perguntamos também como os entrevistados se relacionavam com o meio ambiente e 50% deles nos revelaram fazer a sua parte (Figura 4.9.4.4-76). Dentre os problemas ambientais na comunidade, para eles o esgoto direto para o mangue, aterro no mangue e o lixo tanto nas ruas quanto no mangue são os grandes vilões para o meio ambiente.

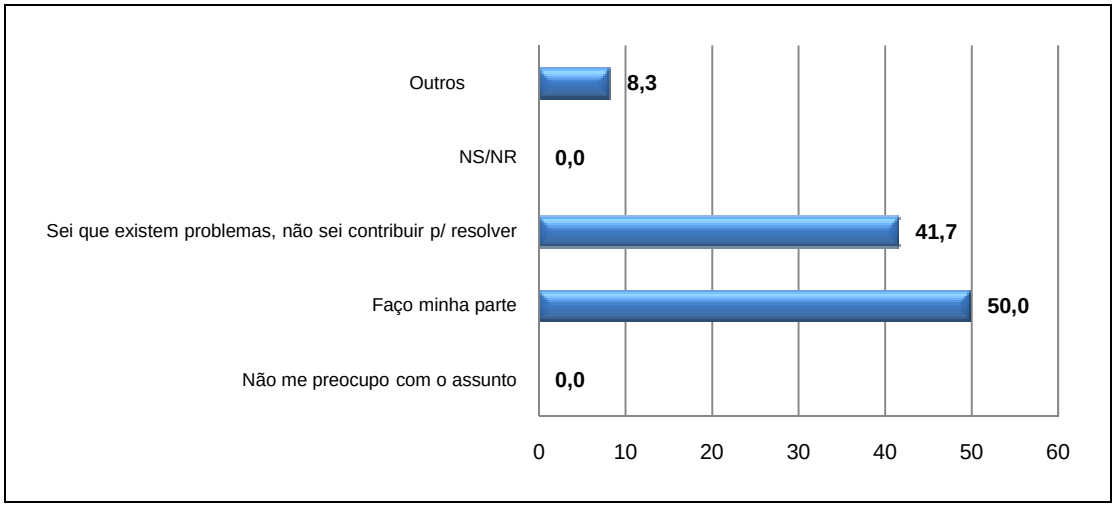


Figura 4.9.4.4-76: Como se relaciona com o meio ambiente.

Durante as entrevistas, a dona de casa Tamires Oliveira, nos mostrou qual seria o grande problema no momento na comunidade. Um valão aberto que está gerando sérios problemas para a comunidade, devido ao mau cheiro, o perigo para as crianças e para os adultos, principalmente em épocas de chuva (Figura 4.9.4.4-77).

Segundo relatos da mesma, a CESAN já foi notificada e até a TV Guarapari já foi chamada para mostrar o problema no bairro.

Figura 4.9.4.4-77: Esgoto a céu aberto na comunidade.

Conversamos com os moradores sobre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra e questionamos se sabiam da existência da Reserva e apenas 36,4% tinham conhecimento (Figura 4.9.4.4-78). Apenas os entrevistados, José Antônio, Elizete Barcelos, Jânio Rios e Elisangela Cardoso afirmaram conhecer a RDS, sendo o primeiro há ter nos relatado que sabia da existência, porém não sabia afirmar o nome.

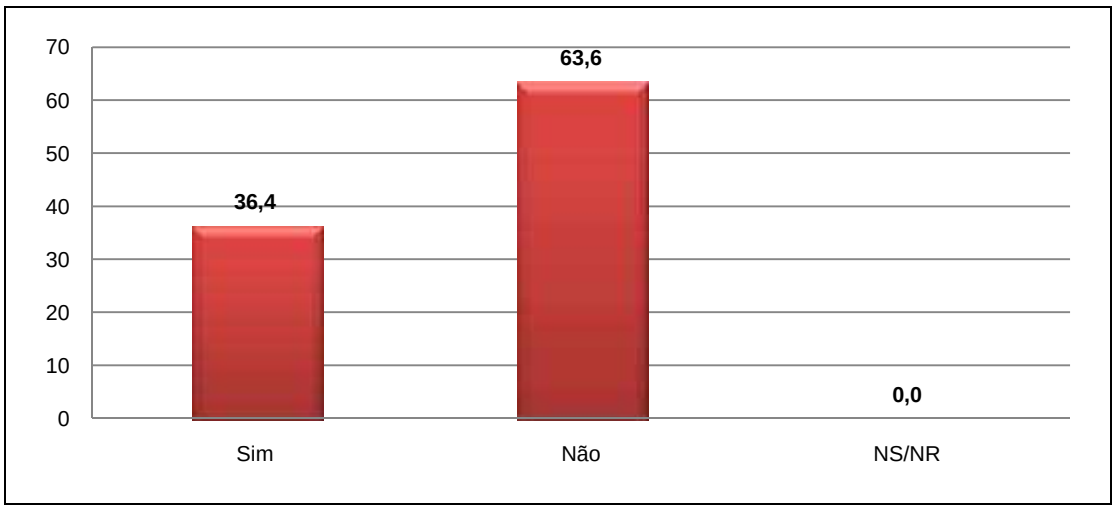


Figura 4.9.4.4-78: Conhece a RDS?

Todos os moradores entrevistados afirmaram estarem dispostos a continuar vivendo/trabalhando em uma área de RDS, respeitando as regras, porém 54,5% desconhecem as regras que existem para viver e trabalhar em uma área de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (Figuras 4.9.4.4-79 e 4.9.4.4-80).

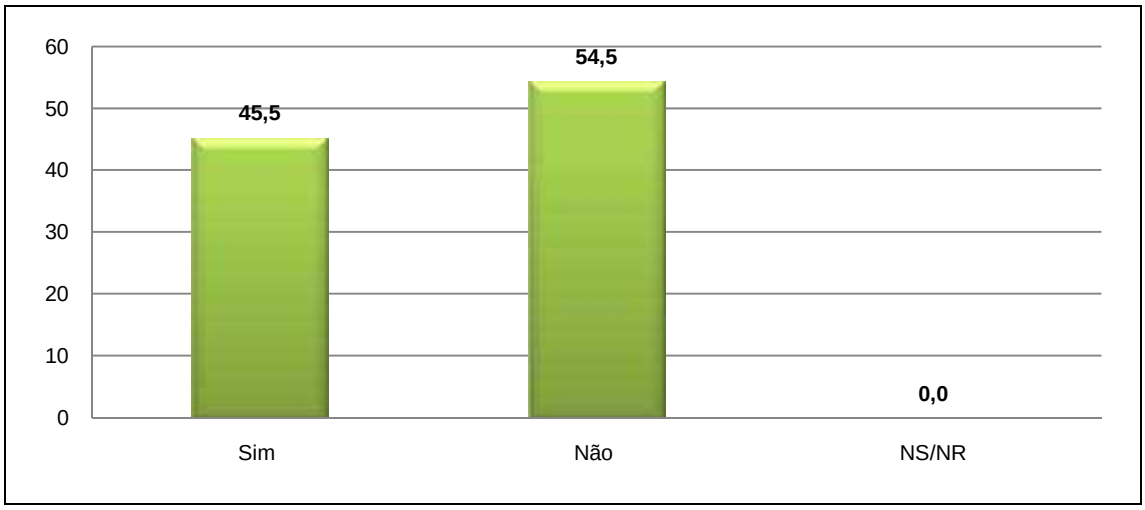


Figura 4.9.4.4-79: Conhece regras para viver na RDS?

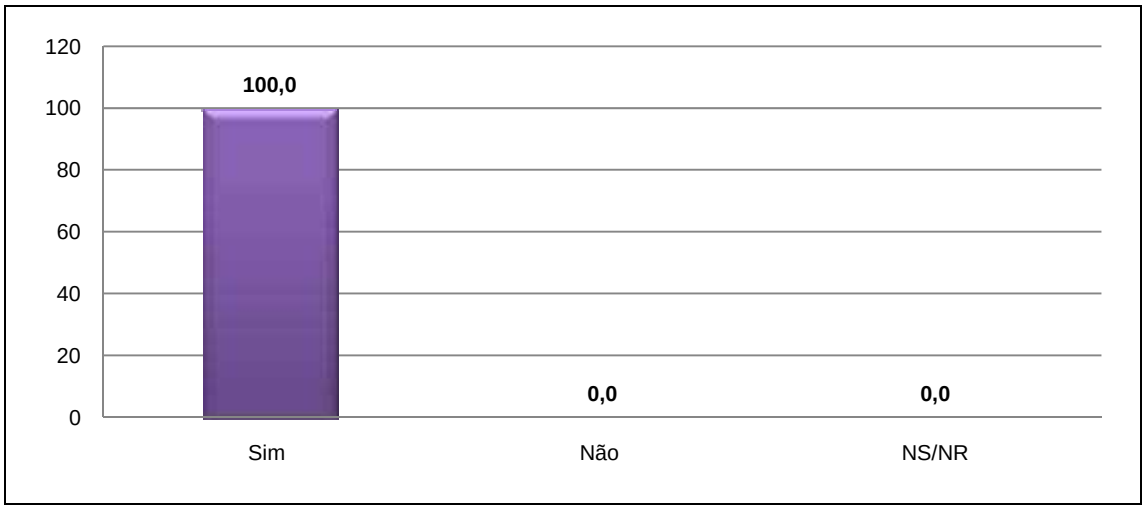


Figura 4.9.4.4-80: Disposto a viver/trabalhar com respeito as regras?

A dona de casa Elizete Barcelos de Souza foi a única que nos informou necessitar da reserva para o sustento de sua família, pois também cata caranguejo e marisco. Segundo ela, a forma de transporte se dá a pé e entrega a peixarias para a venda (Figuras 4.9.4.4-81).

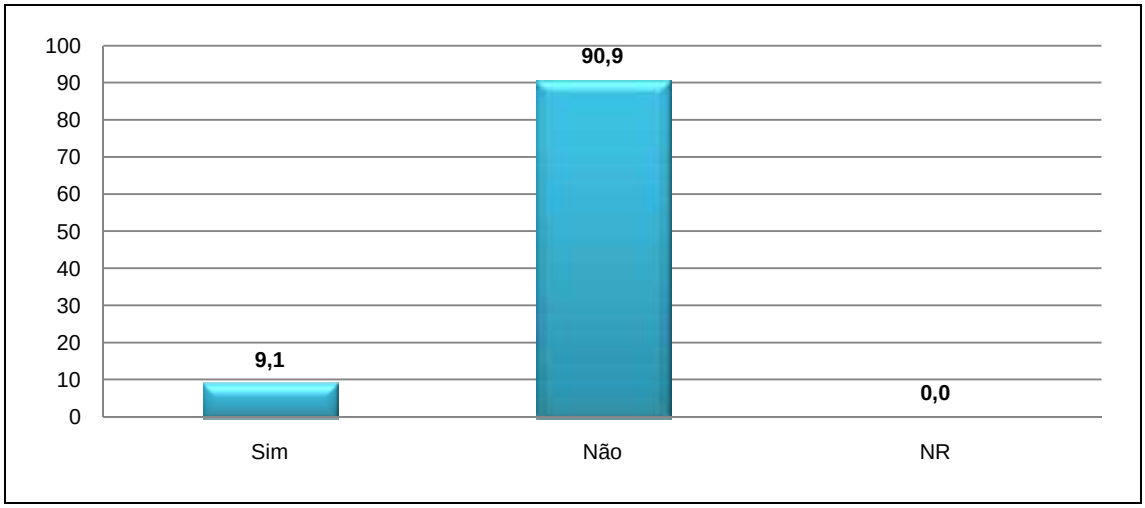


Figura 4.9.4.4-81: Necessita da reserva para sustento?

A dona de casa Elizete Barcelos disse sempre respeitar a época de suspender a cata de caranguejo e marisco e na época da andada faz bico e recebe o salário defeso.

Dos entrevistados 54,5% conhecem ninguém que utilizam a RDS para o seu sustento (Figura 4.9.4.4-82) e 45,5% disseram que não.

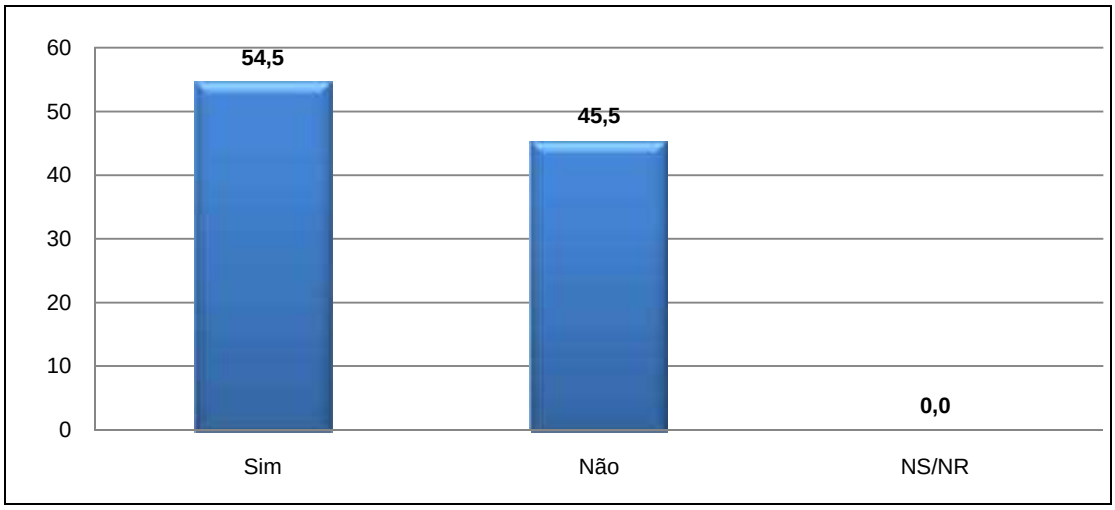


Figura 4.9.4.4-82: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento?

Apenas Elizete Barcelos afirmou conhecer uma Associação de Pescadores/ Marisqueiros ou catadores de caranguejo na região, uma vez que é a única que faz parte da Colônia Z3 (Figura 4.9.4.4-83).

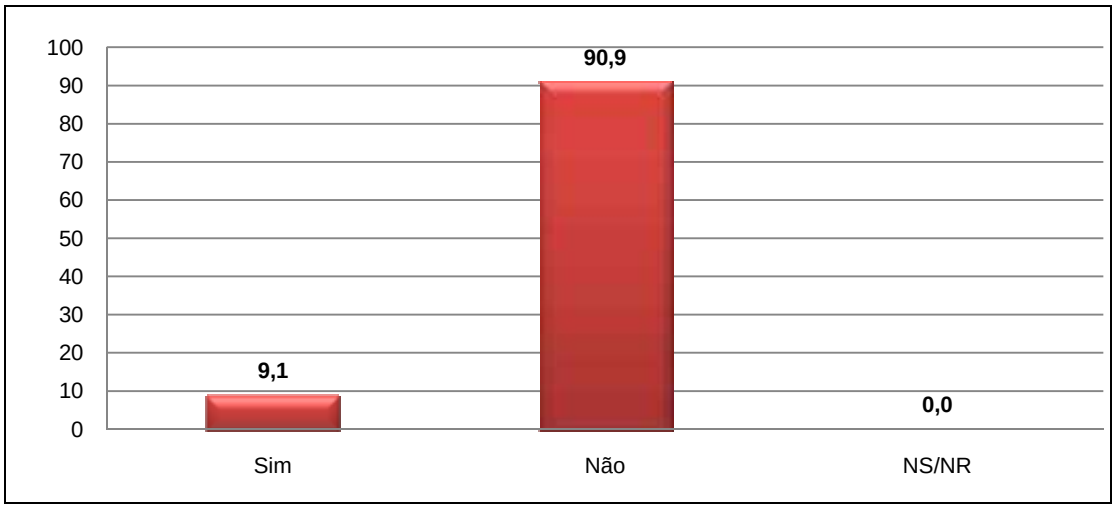


Figura 4.9.4.4-83: Conhece Associação de marisqueiros/pescadores?

Nenhum dos moradores entrevistados participou da criação da Reserva e somente Fabiana Neves informou conhecer um programa de Educação Ambiental, mas que nada tem a ver com a RDS Concha D'Ostra (Figuras 4.9.4.4-84 e 4.9.4.4-85).

Figura 4.9.4.4-84: Participou da criação da RDS?

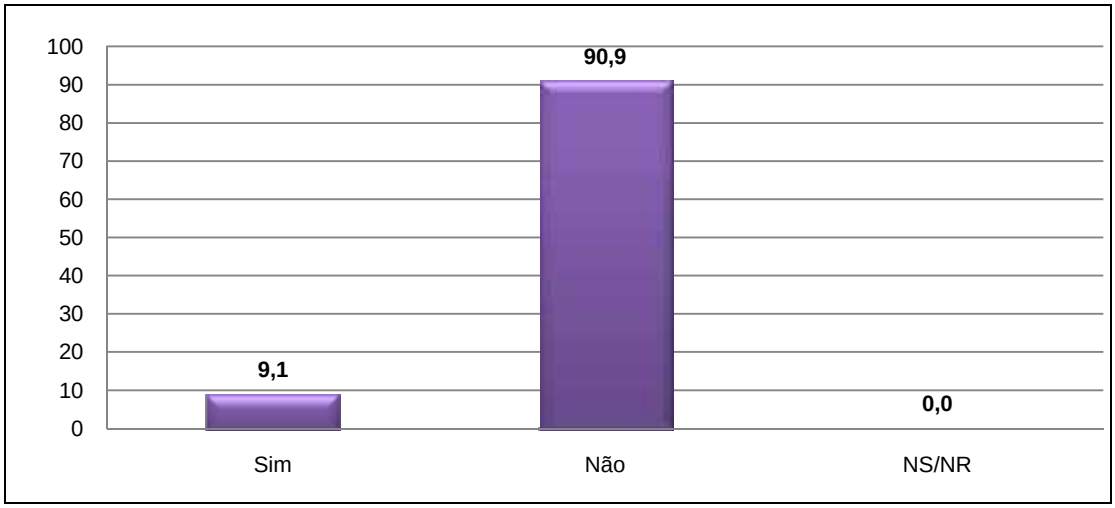


Figura 4.9.4.4-85: Conhece programa ou projeto da RDS?

Segundo nos foi relatado há a festa da Igreja Católica da comunidade, de São Pedro e também a mesma igreja realiza festa junina no bairro (Figura 4.9.4.4-86).

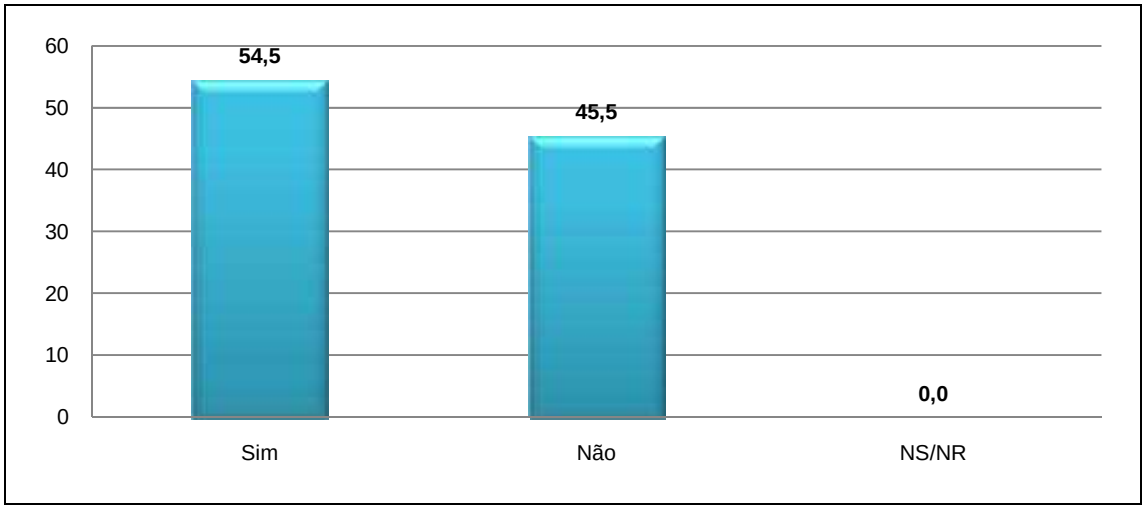


Figura 4.9.4.4-86: Conhece festas e manifestações culturais?

Para 72,7% a RDS é muito importante para a comunidade principalmente para o sustento familiar e para preservação do meio ambiente (Figura 4.9.4.4-87), corroborando com o que foi dito por Maria Margarida "*porque tem pessoas que vivem disso e o manguezal faz parte do meio ambiente e devemos preservar*".

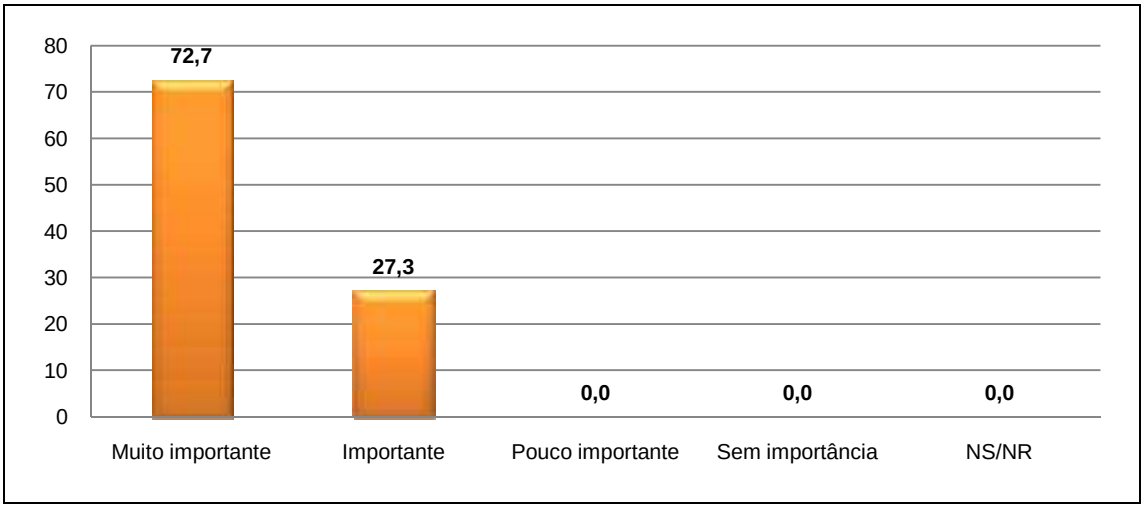


Figura 4.9.4.4-87: O que a RDS é para a comunidade?

Já o morador Gil da Silva nos disse: "*Por conta da poluição, pode haver assoreamento e ocorrer problemas no futuro".*

Questionamos também se eles estavam satisfeitos com a atual situação do manguezal e apenas três informaram que sim. O técnico em informática José Antônio da Silva nos relatou que não saberia responder, pois está tudo murado e da sua casa não vê o mangue. Todos os outros afirmaram não estarem satisfeitos por conta principalmente do aterro, lixo e esgoto que é jogado em toda RDS. Foi o que disse Maria Margarida: *"O povo está aterrando, jogando lixo, o esgoto vai para o mangue e estão acabando com o manguezal".*

O Bairro Praia do Riacho possui muitas casas de veraneio e, portanto no momento das entrevistas de campo tivemos um pouco de dificuldade em encontrar pessoas nas residências para fazermos as entrevistas (Figura 4.9.4.4-88).

Figura 4.9.4.4-88: Abordagem para entrevista.

A comunidade fica na beira da BR 101, sendo de fácil acesso (Figura 4.9.4.4-89). Há um pequeno comércio e há tanto igreja católica quanto evangélica. As ruas da comunidade não possuem calçamento e pavimentação, o que gera sérios problemas para a comunidade nos períodos de chuva conforme nos foi relatado por diversos moradores. No dia das entrevistas na Rua Simplício de Almeida Neto todos os moradores reclamaram do valão que estava aberto na rua e afirmaram já ter mais de 5 dias que estava naquela situação (Figura 4.9.4.4-90).

Figura 4.9.4.4-89: Uma das entradas para o Bairro Praia do Riacho.

Figura 4.9.4.4-90: Esgoto a céu aberto.

Não conseguimos identificar o bairro como uma comunidade unida e com moradores que utilizam o manguezal para o seu sustento.

Apesar de possuir uma associação de moradores e alguns saberem informar o nome da Presidente da Associação, percebemos que não há interesse da maioria em participar das reuniões. A Associação dos moradores da Praia do Riacho engloba também os moradores do Lameirão e do “Bico do Urubu”.

Quando o assunto é o Meio Ambiente e a preservação da RDS Concha D'Ostra, notamos um interesse por parte da população, porém na prática não é o que conseguimos visualizar, pois encontramos muito lixo espalhado em um terreno no meio do bairro, algo que é inadmissível uma vez que o caminhão do lixo passa na localidade três vezes por semana.

Há no bairro um terreno que é utilizado para separação de lixo, reciclagem, porém não conseguimos entrevistar a pessoa responsável. Notamos que há muitos moradores que trabalham com reciclagem na comunidade (Figuras 4.9.4.4-91 e 4.9.4.4-92).

Figura 4.9.4.4-91: Local onde se realiza o armazenamento dos resíduos sólidos.

Figura 4.9.4.4-92: Carrinhos de catadores de papelão.

- ***Conclusão – Praia do Riacho***

O Bairro Praia do Riacho é o que menos tem ligação com a RDS. Encontramos muitas casas de veraneio e por isso tivemos certa dificuldade para realizarmos todas as entrevistas.

Entrevistamos apenas uma moradora que utilizava a Reserva para sustento, por meio da cata de caranguejo e marisco localizada entre o Bairro Lameirão e da Rua “Bico do Urubu”.

Os moradores sabem da importância da Reserva, porém não estão muito preocupados com a situação em que ela se encontra. Encontramos terrenos baldios onde moradores insistem em jogar resíduos sólidos, mesmo com o caminhão coletor passando três vezes por semana no bairro. Isso talvez seja decorrente da falta de conscientização ambiental dos moradores e de uma fiscalização mais intensa no bairro.

Não há rede de esgoto na comunidade, todo o esgoto das residências é lançado no mangue. Apesar disso, as áreas da Reserva no entorno dos bairros: Lameirão e Praia do Riacho ainda são consideradas bastante preservadas, podendo ser possível encontrar caranguejos, mariscos, ostras e peixes naquela região.

Posteriormente a atividade de pesquisa o local foi visitado em conjunto com servidores da PMG, (Figura 4.9.4.4-93) sendo constatada uma tentativa de implantação de uma nova ocupação em uma área desabitada entre o Lameirão e o começo do Bairro Praia do Riacho, com vários “lotes” já demarcados com a vegetação cortada (Figuras 4.9.4.4-94 a 4.9.4.4-95).

Figura 4.9.4.4-93: Visita de campo da equipe da Makoto junto com técnicos da PMG 19/07/2011.

Figura 4.9.4.4-94: Corte de vegetação observada em uma tentativa de ocupação na Praia do Riacho em 19/07/2011.

Figura 4.9.4.4-95: Lotes sendo demarcados em uma tentativa de ocupação observada na Praia do Riacho.

❖ *RUA ESPÍRITO SANTO "BICO DO URUBU"*

Conhecida como "Bico do Urubu", a Rua Espírito Santo fica localizada entre os bairros Praia do Riacho e Lameirão. Nesta rua (Figura 4.9.4.4-96) se localizava o antigo lixão de Guarapari, por isso o local ficou conhecido como "Bico do Urubu".

Destaca-se que esta é uma das poucas áreas que se encontra totalmente dentro dos limites da RDS.

Figura 4.9.4.4-96: Foto da Rua Espírito Santo – "Bico do Urubu".

A rua não possui Associação de Moradores, portanto os moradores participam das reuniões da Associação de Moradores da Praia do Riacho, bairro vizinho, na expectativa de estarem fazendo suas reivindicações e tentando trazer algum tipo de benfeitorias para a rua. Assim como os moradores do Bairro Lameirão.

Durante as entrevistas realizadas com os moradores (Figura 4.9.4.4-97), observamos que eles não gostam do apelido dado a rua em que moram. O local possui 110 unidades habitacionais e foram realizadas 31 entrevistas.

Figura 4.9.4.4-97: Entrevista com moradora da Rua Espírito Santo – "Bico do Urubu".

Dentre os 31 entrevistados, 48,4% são casados ou possuem companheiros, totalizando 15 entrevistados. Os demais são solteiros, separados ou viúvos, ou seja, 51,6% dos entrevistados vivem sozinhos (Figura 4.9.4.4-98).

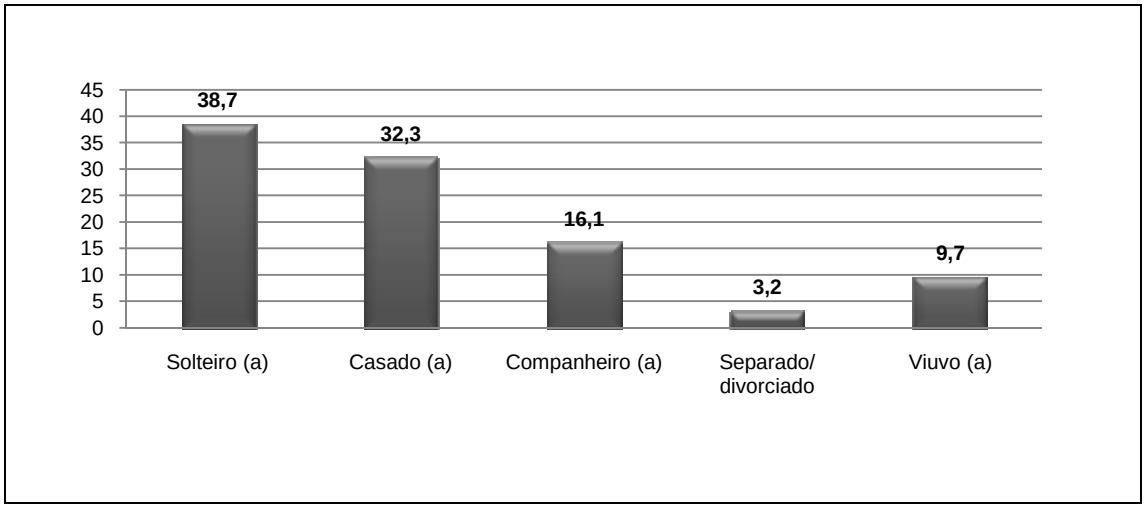


Figura 4.9.4.4-98: Estado civil.

Apesar dessa caracterização, na Figura 4.9.4.4-99 observa-se que 83,8% dos entrevistados têm filhos, independente do estado civil.

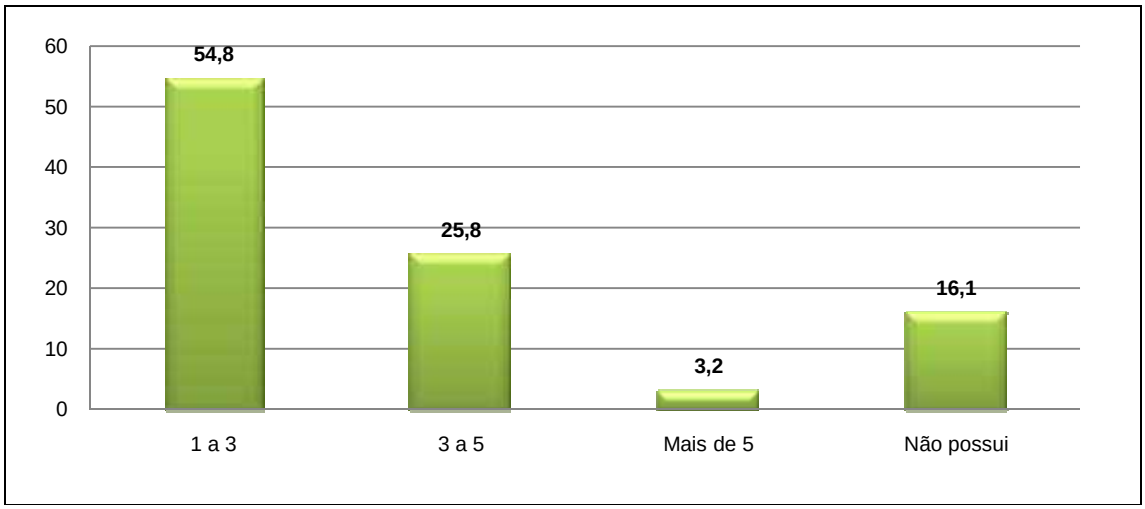


Figura 4.9.4.4-99: Número de filhos.

O grau de escolaridade dos entrevistados é muito baixo (Figura 4.9.4.4-100). Apenas 58,1% possuem o fundamental incompleto e 16,1% não possuem escolaridade. Dentre as profissões (Figura 4.9.4.4-101), oito são donas de casa, duas domésticas e dois desempregados. Encontramos também três pessoas que trabalham com reciclagem, e dois que vivem da cata de sururu e caranguejo.

Observa-se que na comunidade existe entre os moradores a modalidade de subemprego, fato este que pode ser atribuído ao baixo índice de escolaridade identificado na pesquisa de campo.

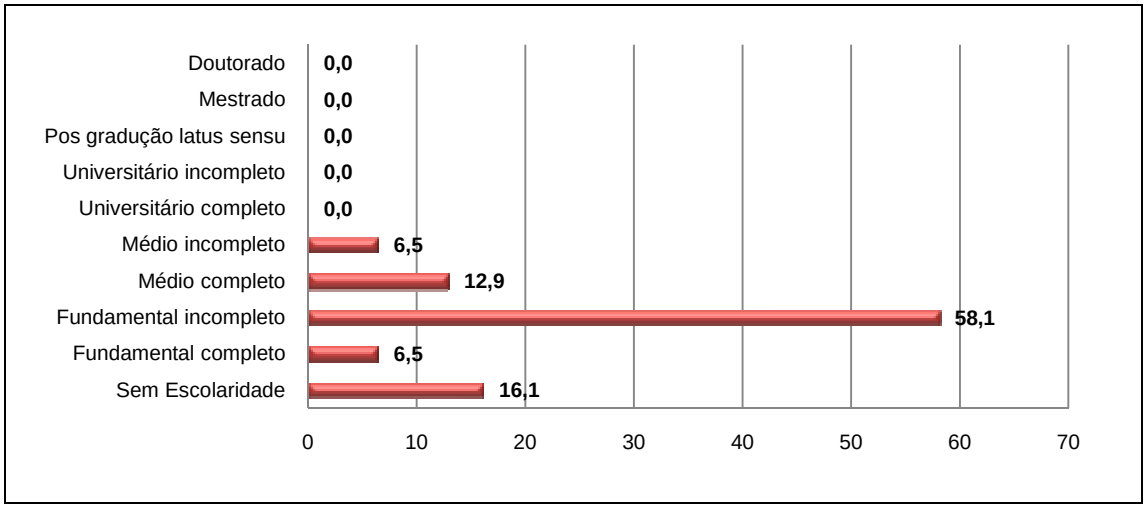


Figura 4.9.4.4-100: Escolaridade.

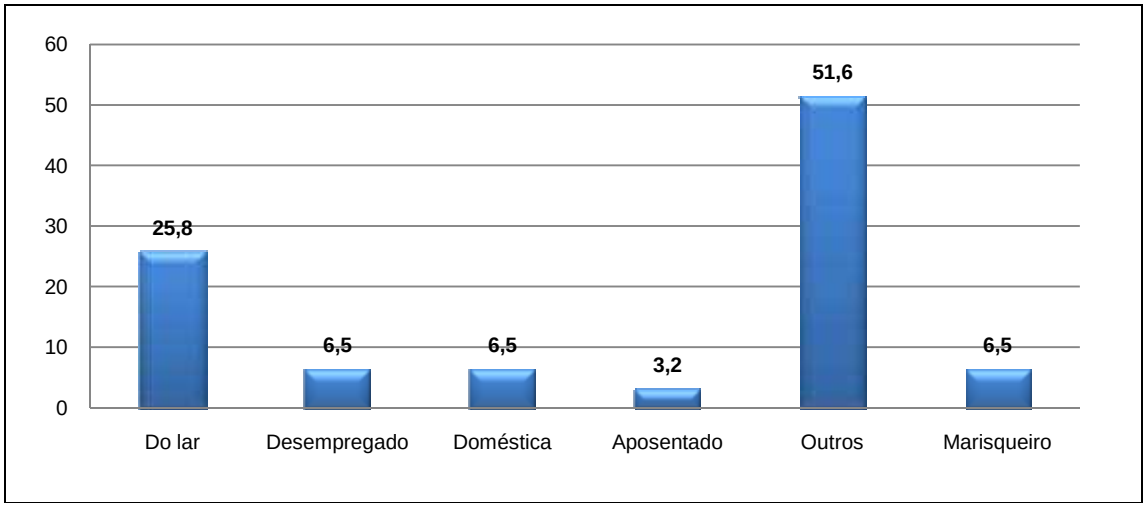


Figura 4.9.4.4-101: Profissão.

O local que antes era o antigo depósito de lixo do Município foi invadido pelos moradores que ali hoje residem. Dos entrevistados, 96,8% afirmaram serem proprietários de seus lotes (Figura 4.9.4.4-102), porem foi identificado, por meio de informações da Secretaria Municipal de Ação Social que há um projeto da Prefeitura Municipal de Guarapari que prevê a retirada de todos os moradores do local, e os abrigarem em outra região.

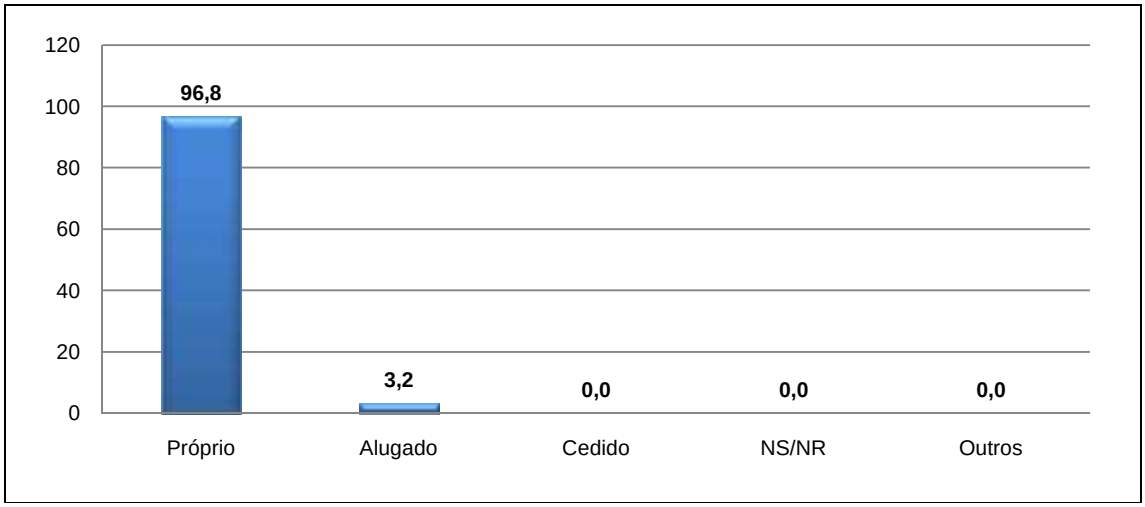


Figura 4.9.4.4-102: Condições de moradia dos entrevistados.

Observamos uma grande preocupação dos moradores, pois muitos estão com medo de perder suas casas e não receberem uma nova moradia.

É caso da desempregada Rosimere Barbosa (Figura 4.9.4.4-103), que reside no local há nove anos e nos contou que possui duas casas em seu terreno. A filha mais velha mora em uma das casas com o marido e o filho. Ela está com medo que a Prefeitura retire as duas casas e conceda somente uma para as duas famílias.

Segundo a moradora o ideal seria que a Prefeitura de Guarapari procedesse da mesma forma que a Prefeitura de Vitória atuou no Bairro São Pedro, em Vitória, onde a entrevistada residia na época em que foi feita a reurbanização do bairro.

Figura 4.9.4.4-103: A moradora Rosimere Barbosa.

Mais da metade dos entrevistados moram no local a mais de cinco anos (Figura 4.9.4.4-104). Os primeiros moradores, Maria da Conceição e Valdeir Pereira, residem no local a mais de quinze anos, quando ainda funcionava o antigo Lixão de Guarapari.

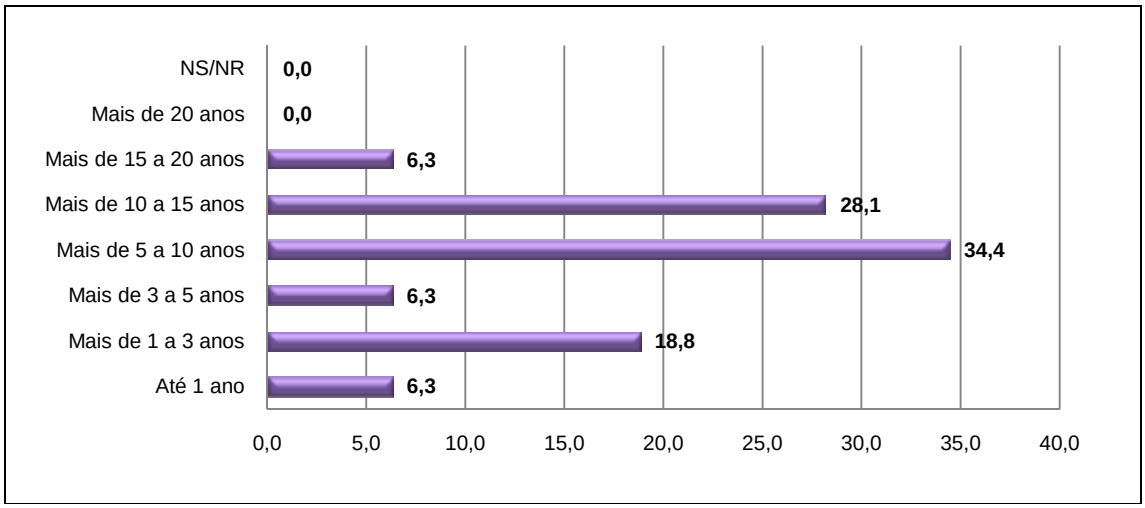


Figura 4.9.4.4-104: Tempo que reside.

Na Figura 4.9.4.4-105, mostra que a maiorias das casas possuem mais de três moradores e 19,4% das casas com mais de cinco pessoas.

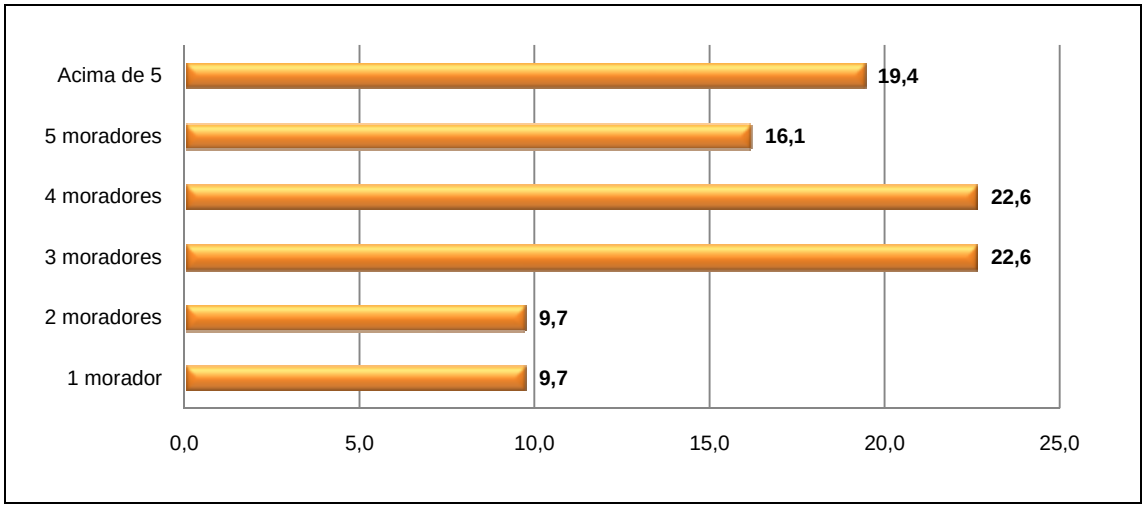


Figura 4.9.4.4-105: Morador por domicílio.

A maioria dos entrevistados possui renda familiar de até um salário mínimo, sendo, pois, uma localidade bastante humilde (Figura 4.9.4.4-106).

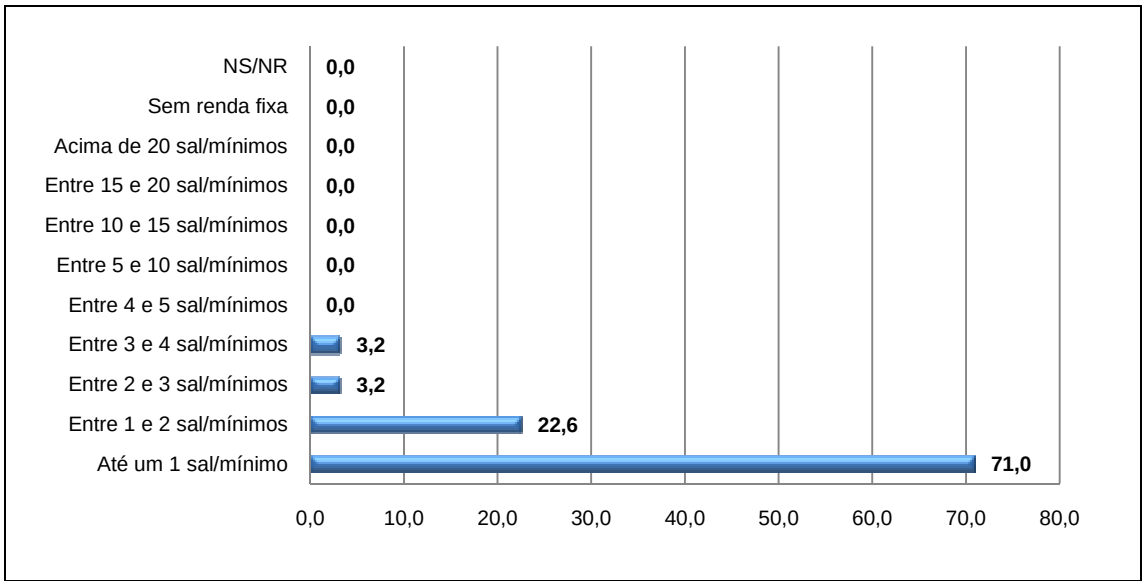


Figura 4.9.4.4-106: Renda familiar.

Em 81,3% dos casos a água é fornecida pela CESAN, mas muitas famílias não possuem água encanada e "pegam emprestadas" com os vizinhos. Foi detectado, também, moradores que fazem o uso da água por meio de ligações clandestinas, ou seja, captação de água irregular (Figura 4.9.4.4-107).

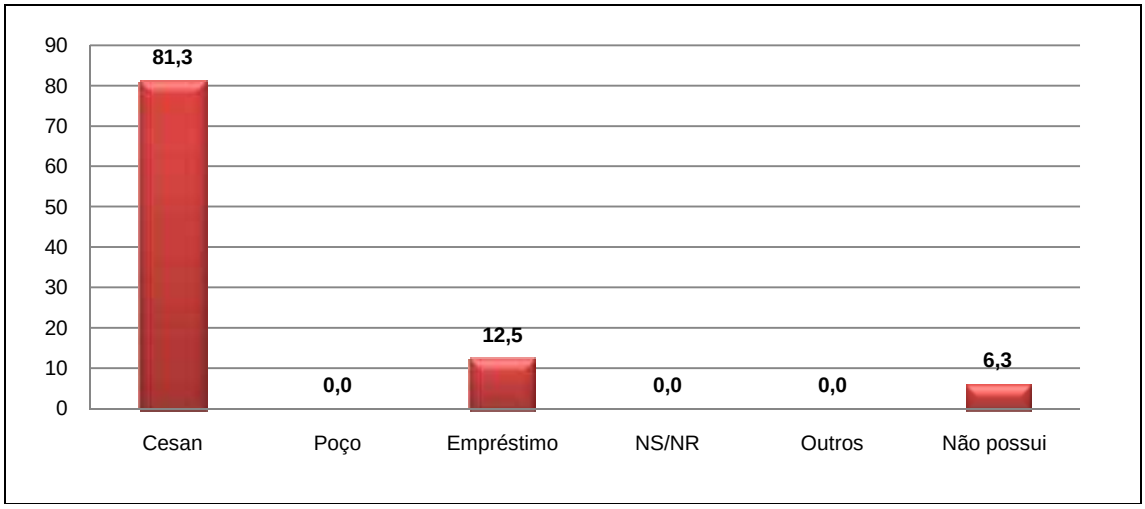


Figura 4.9.4.4-107: Abastecimento de água.

Não há rede de esgoto na região 87,1% dos entrevistados despejam o esgoto direto no mangue. Somente um morador afirmou possuir rede de tratamento em sua residência, o que nos leva a acreditar que ele não sabe o que vem a ser uma rede de esgoto e a moradora Maria Benedita Santana nos relatou que possui fossa séptica em casa (Figuras 4.9.4.4-108 e 4.9.4.4-110).

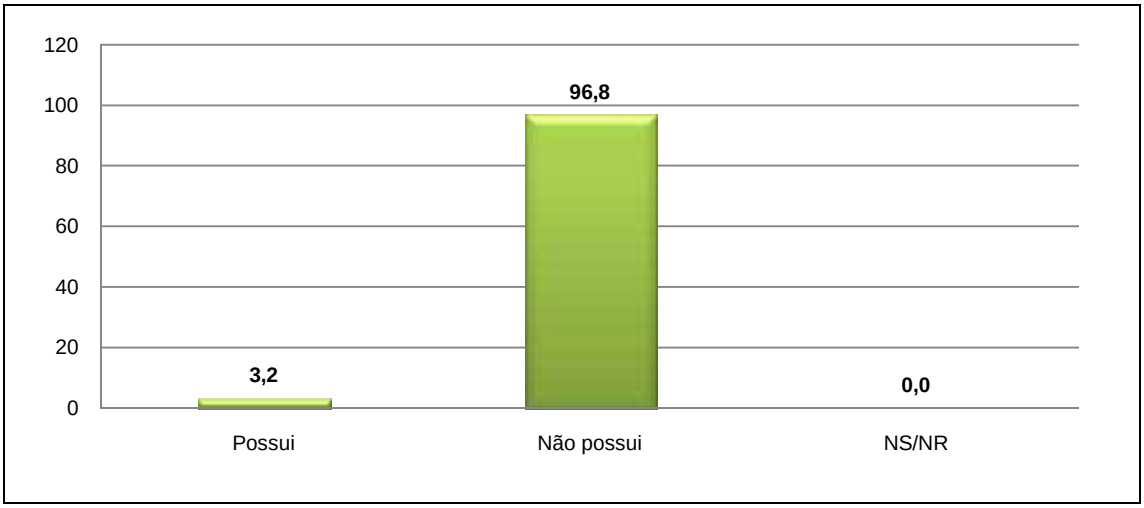


Figura 4.9.4.4-108: Rede de esgoto.

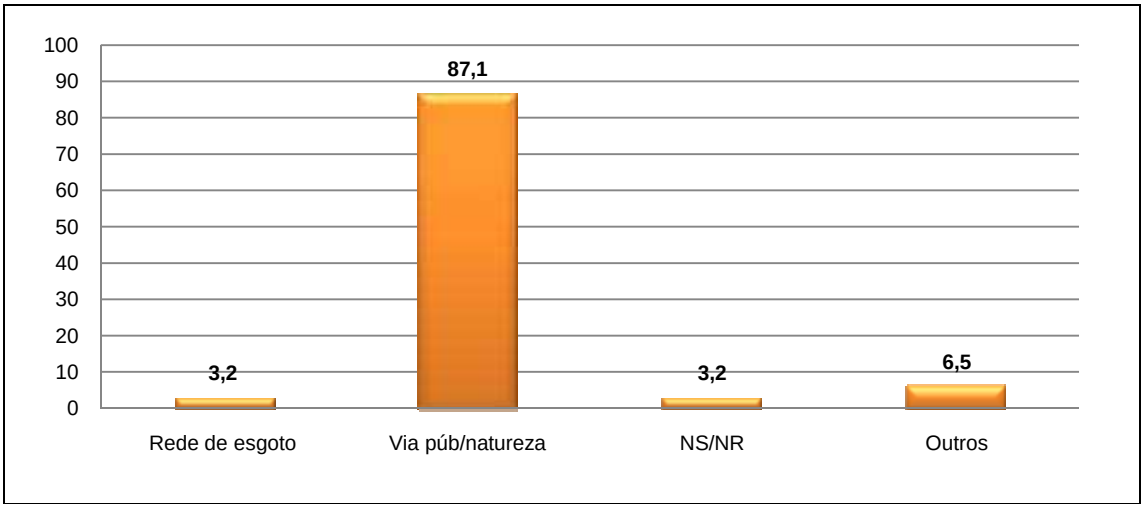


Figura 4.9.4.4-109: Destinação do esgoto.

Figura 4.9.4.4-110: Destaque para o "banheiro" ao centro com a destinação do esgoto direto no mangue.

Em 77,4% dos casos a energia elétrica é fornecida pela concessionária EDP ESCELSA (Figura 4.9.4.4-111), mas 19,4% dizem possuir “gato”. O morador Benedito Marques possui um lote no local, onde cria galinhas e gado e não utiliza energia elétrica (Figura 4.9.4.4-112).

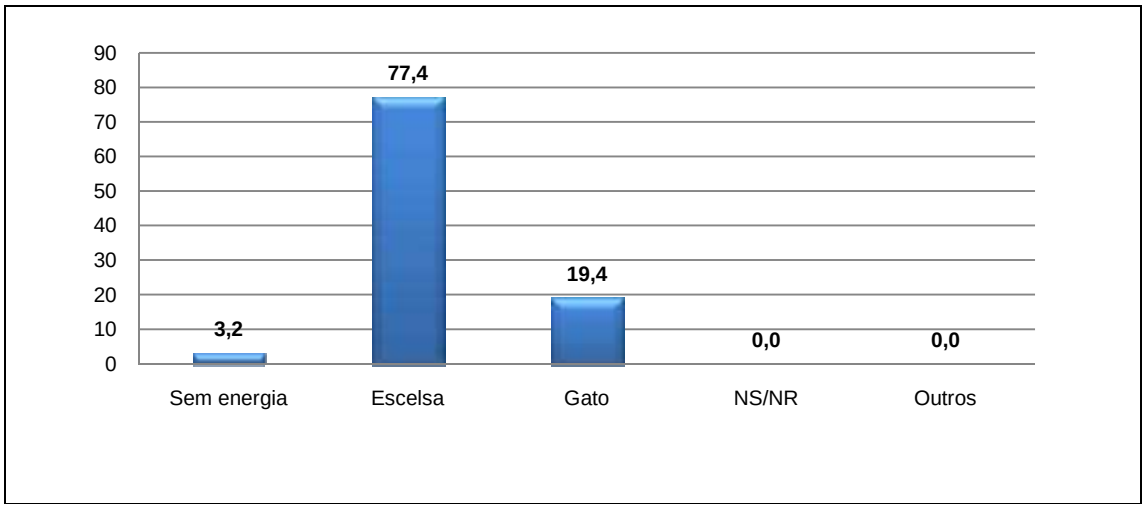


Figura 4.9.4.4-111: Energia elétrica.

Figura 4.9.4.4-112: Lote do Sr. Benedito Marques.

De acordo com os moradores o recolhimento do lixo é realizado pela Empresa CODEG, subcontratada da Prefeitura somente duas vezes por semana e com muita deficiência (Figura 4.9.4.4-113).

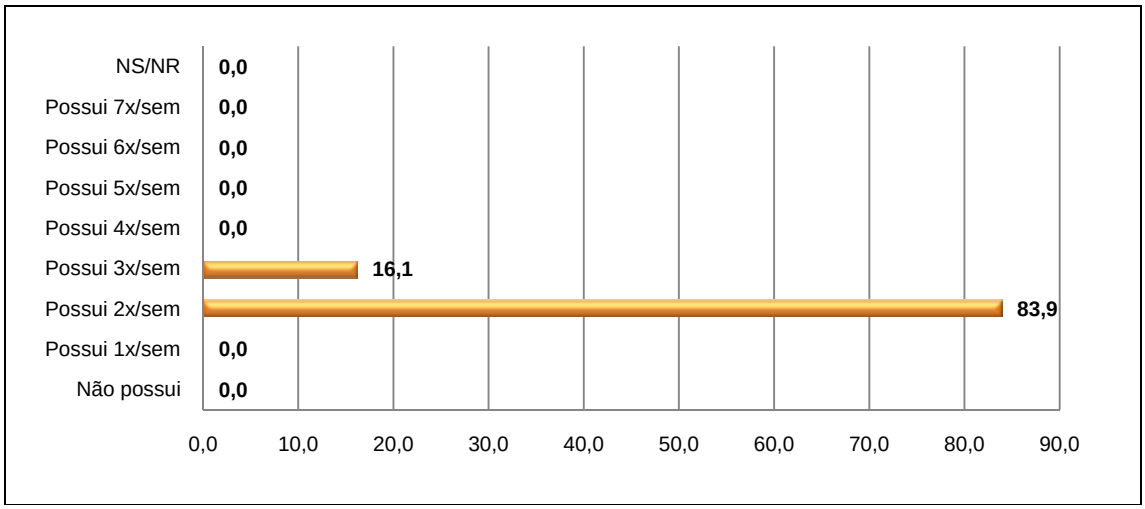


Figura 4.9.4.4-113: Coleta de lixo.

A telefonia móvel prevalece na região, somente três entrevistados possuem tanto telefone fixo quanto celular. Os demais não possuem nenhum tipo de telefonia, como é o caso de uma das moradoras mais antigas da localidade, a catadora de papelão Maria da Conceição Santana (Figura 4.9.4.4-114).

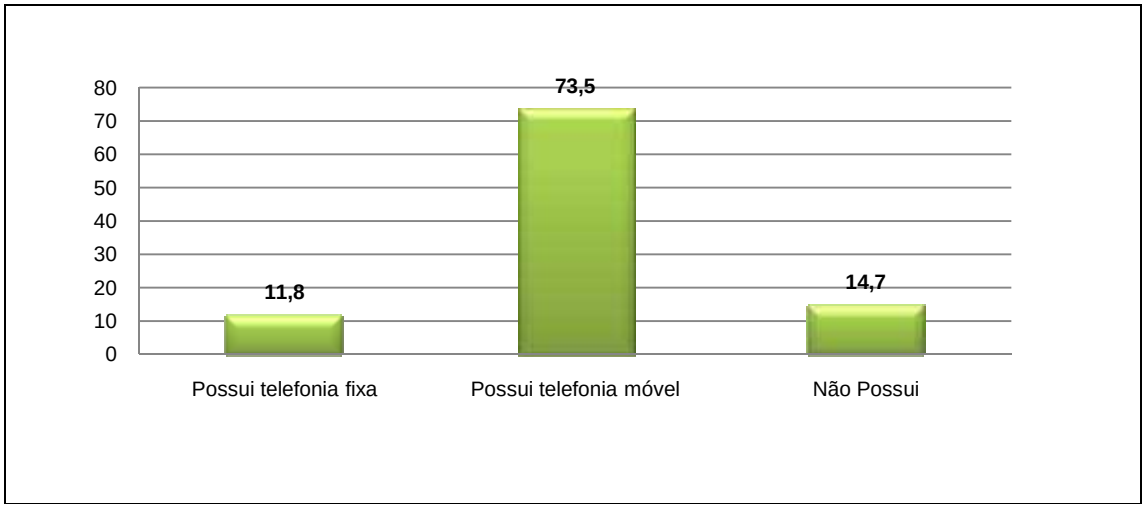


Figura 4.9.4.4-114: Telefonia.

Aqueles que possuem telefone, tanto móvel quanto fixo, 32,3% classificaram os serviços de telefonia como péssimo (Figura 4.9.4.4-115).

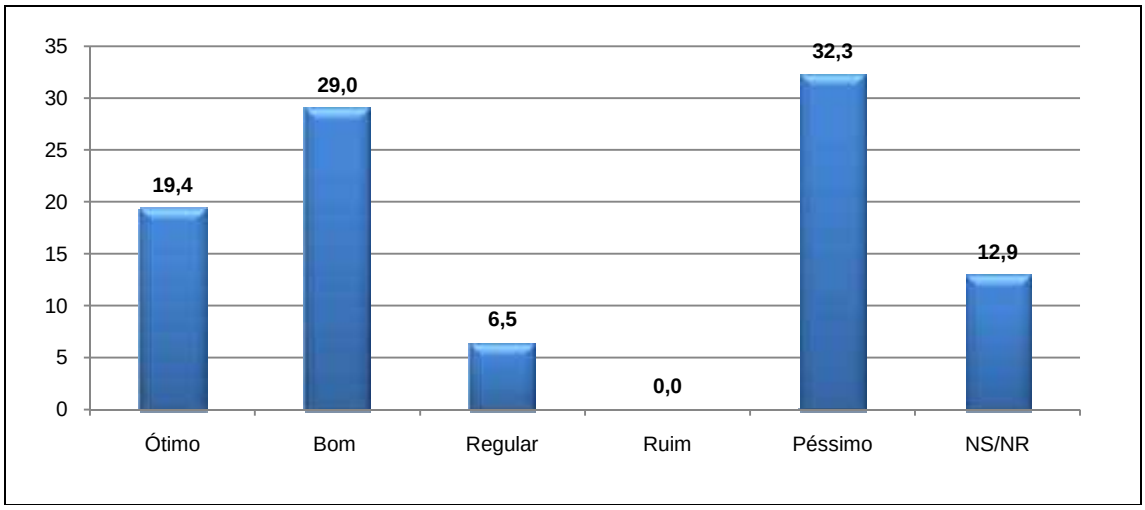


Figura 4.9.4.4-115: Avaliação dos serviços de telefonia.

Quando questionados sobre a quantidade de orelhões públicos na comunidade, 93,5% dizem não ser suficiente (Figura 4.9.4.4-116). Os moradores da Rua Espírito Santo precisam ir até a escola que fica no Lameirão para telefonar porque não há orelhão na rua que residem. Ainda nos relataram que muitas vezes o telefone se encontra quebrado.

Antigamente tinha um orelhão na entrada do bairro e por causa do vandalismo dos próprios moradores da região, alguns entrevistados não culpam somente a Empresa de telefonia responsável pela manutenção dos telefones públicos que vivem constantemente quebrados.

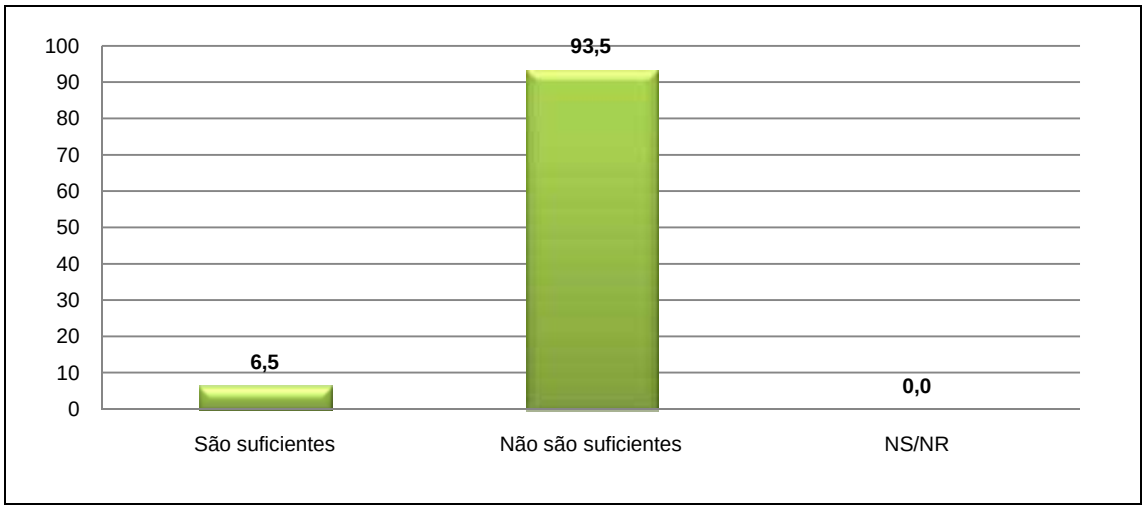


Figura 4.9.4.4-116: Telefones públicos.

Como não há postos de saúde, e nem hospitais públicos e privados na região, os moradores tem que se deslocar para outros bairros em busca de atendimento médico hospitalar como, por exemplo: no Bairro Kubitschek, Ipiranga e Centro. Com isto foi observado uma superlotação e precariedade no atendimento médico na região. Apenas dois moradores fazem uso de

atendimento médico particular por possuírem plano de saúde como beneficio da empresa onde trabalham (Figura 4.9.4.4-117).

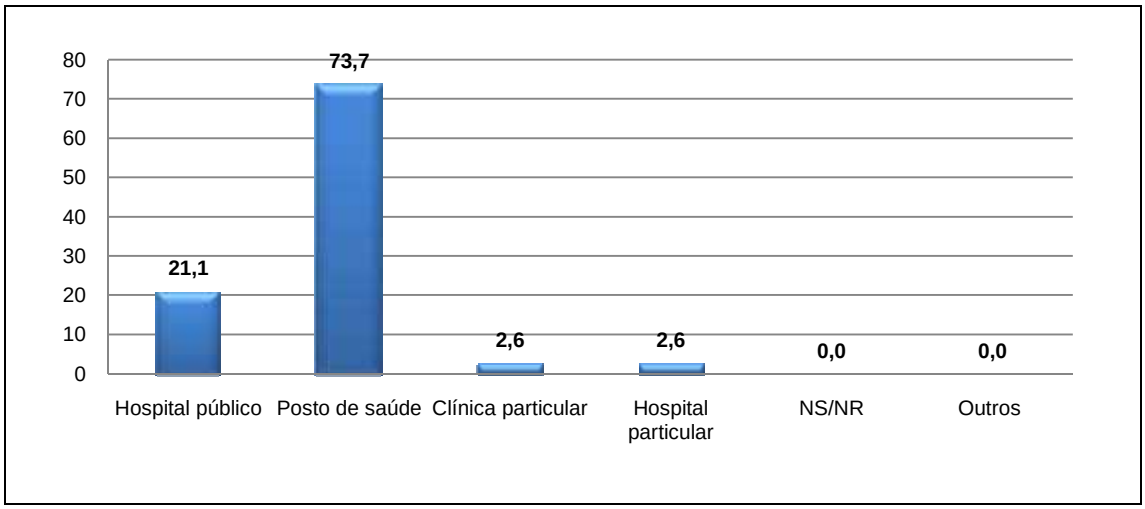


Figura 4.9.4.4-117: Serviço médico disponível.

As doenças mais comuns relatadas são: diarréia, gripe e dengue. Mas também encontramos aborto natural, alcoolismo, anemia e problemas de pele. Observamos que a dengue é para a população a doença mais preocupante, tivemos relatos de pessoas que pegaram até duas vezes a doença e também famílias onde todos os moradores da residência já haviam contraído a doença (Figura 4.9.4.4-118).

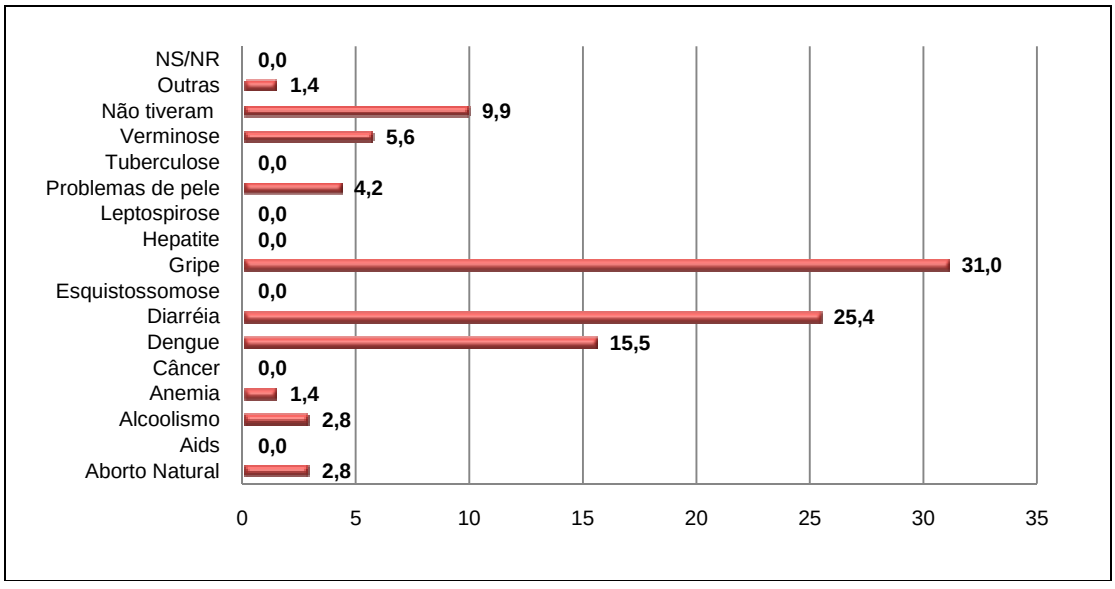


Figura 4.9.4.4-118: Doenças.

Com relação a óbito em função das doenças, apenas um respondeu que sim (Figura 4.9.4.4-119).

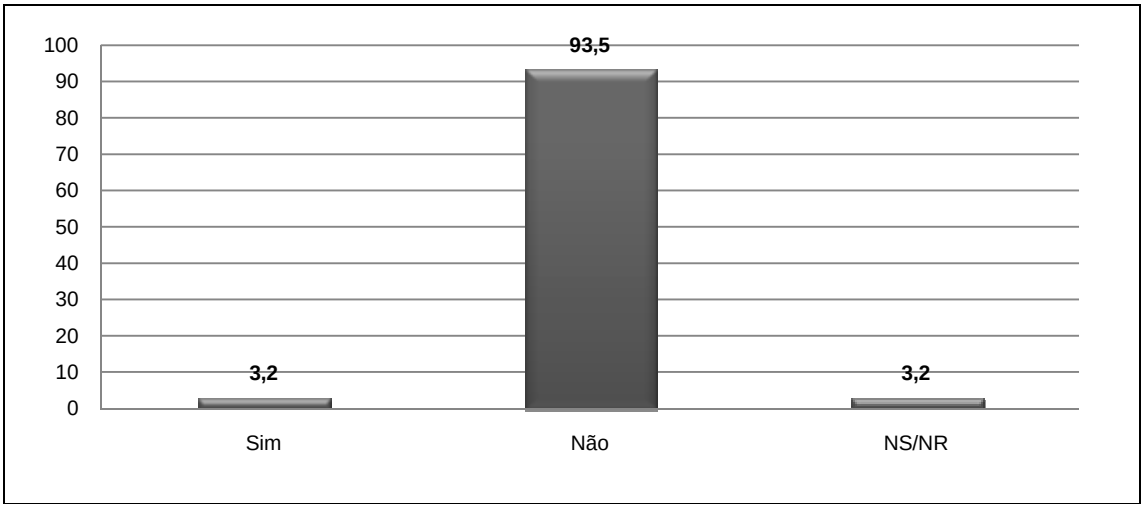


Figura 4.9.4.4-119: Óbitos.

O comércio é inexistente na Rua Espírito Santo (Figura 4.9.4.4-120), apenas no Bairro Praia do Riacho que há um pequeno comércio. Para eles, falta mercado, açougue, padaria e farmácia (Figura 4.9.4.4-121). Há uma igreja Assembléia de Deus na comunidade (Figura 4.9.4.4-122).

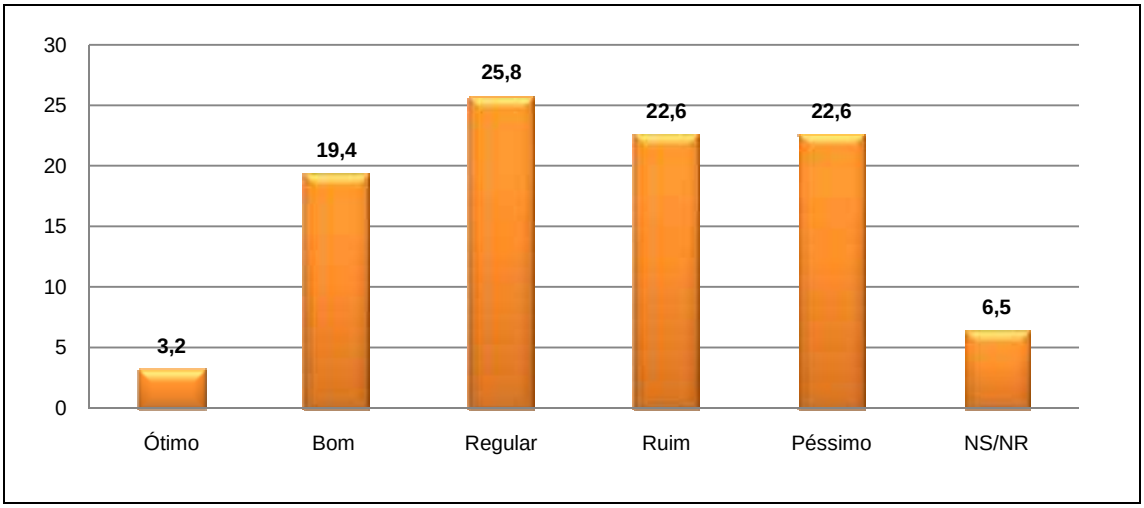


Figura 4.9.4.4-120: Avaliação do comércio.

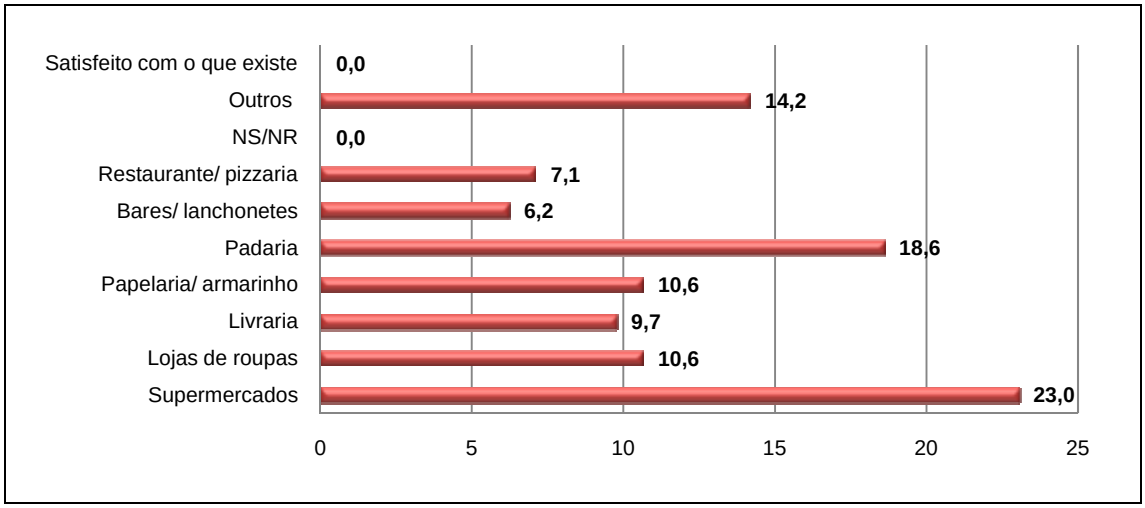


Figura 4.9.4.4-121: Comércio que falta.

Figura 4.9.4.4-122: Igreja Assembléia de Deus no "Bico do Urubu".

A rua não possui uma Associação de Moradores, e como podemos perceber na Figura 4.9.4.4-123, 23,5% dos entrevistados participam das reuniões da Associação de Moradores da Praia do Riacho. Isso se deve principalmente pela questão da futura retirada dos moradores da Rua Espírito Santo, que está preocupando os moradores locais.

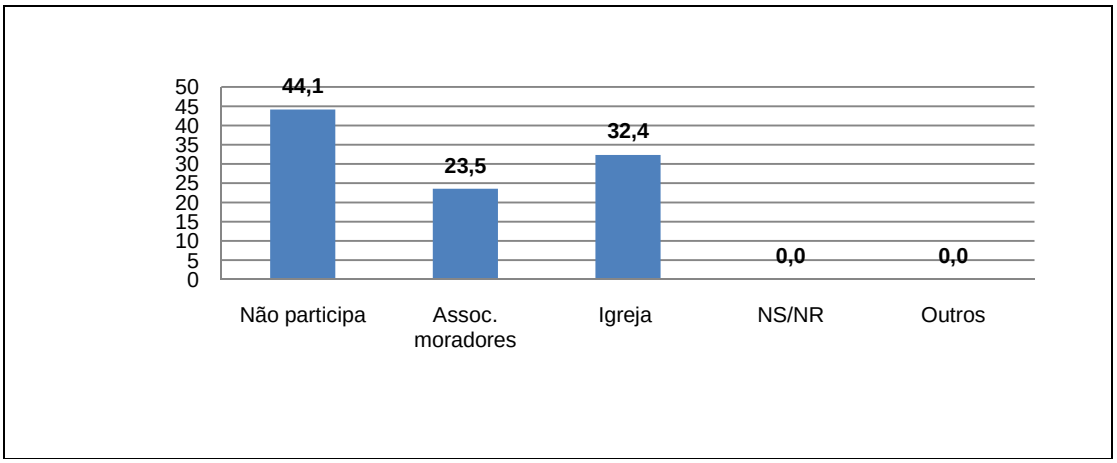


Figura 4.9.4.4-123: Grupo que freqüenta.

Segundo os moradores, a presidente da Associação dos Moradores da Praia do Riacho, Regina, tem feito constantemente reuniões onde a pauta principal é a retirada dos moradores do "Bico do Urubu" o que é considerado por todos, o único apoio da comunidade.

Quando discutimos sobre os problemas da comunidade (Figura 4.9.4.4-124), apenas poluição do ar não foi citada, com isso observamos uma grande insatisfação da população local. Dentre os maiores problemas estão falta de calçamento e pavimentação, falta de escolas, esgoto/saneamento, iluminação pública, falta de Unidade de Saúde e área para práticas de esporte e pracinhas.

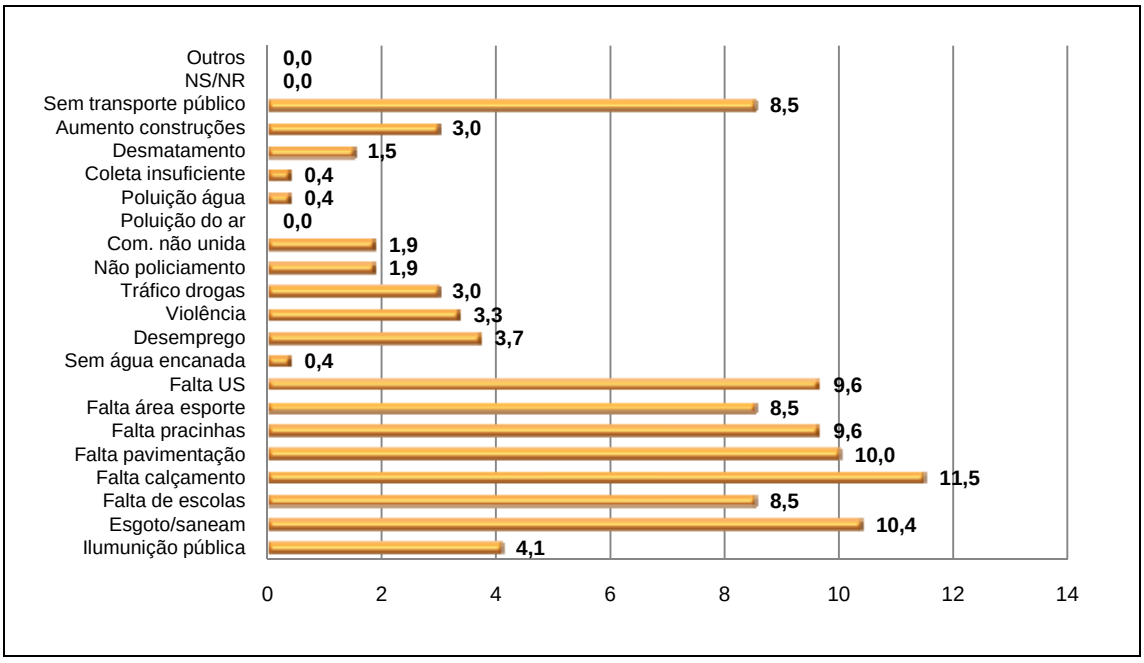


Figura 4.9.4.4-124: Problemas da comunidade.

A violência e o tráfico de drogas foram citados, mas não é algo visível ao caminhar pela comunidade.

Outro grande problema citado pela população foi à dificuldade com o transporte público. O ônibus do Bairro Lameirão passa somente em três horários com cerca de uma hora de intervalo, a maioria anda a pé, bicicleta ou anda até a rodovia para pegar ônibus.

Com relação às atividades esportivas ou programas culturais a maioria não pratica ou participa (Figuras 4.9.4.4-125 a 4.9.4.4-128).

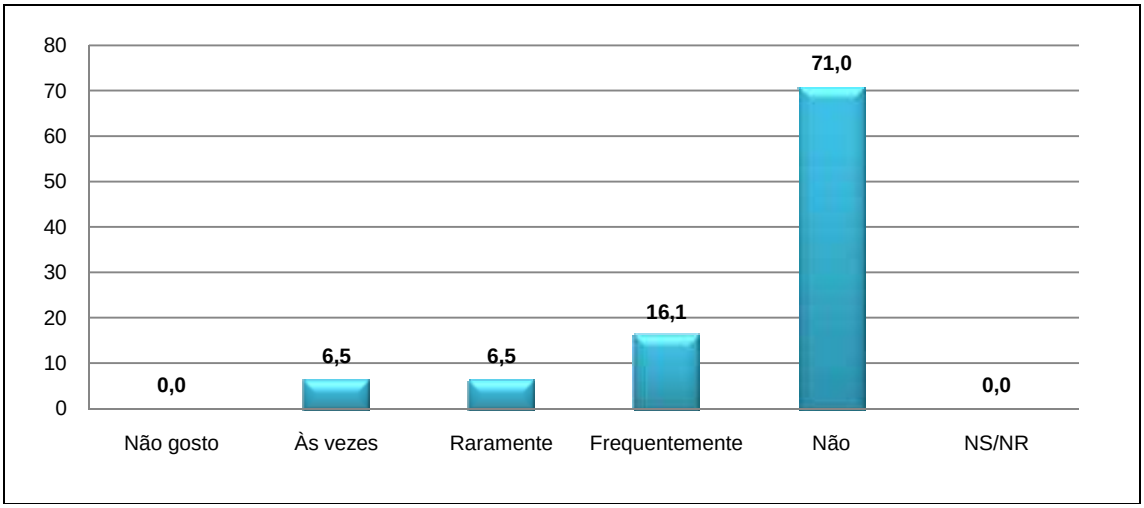


Figura 4.9.4.4-125: Desenvolve atividade física?

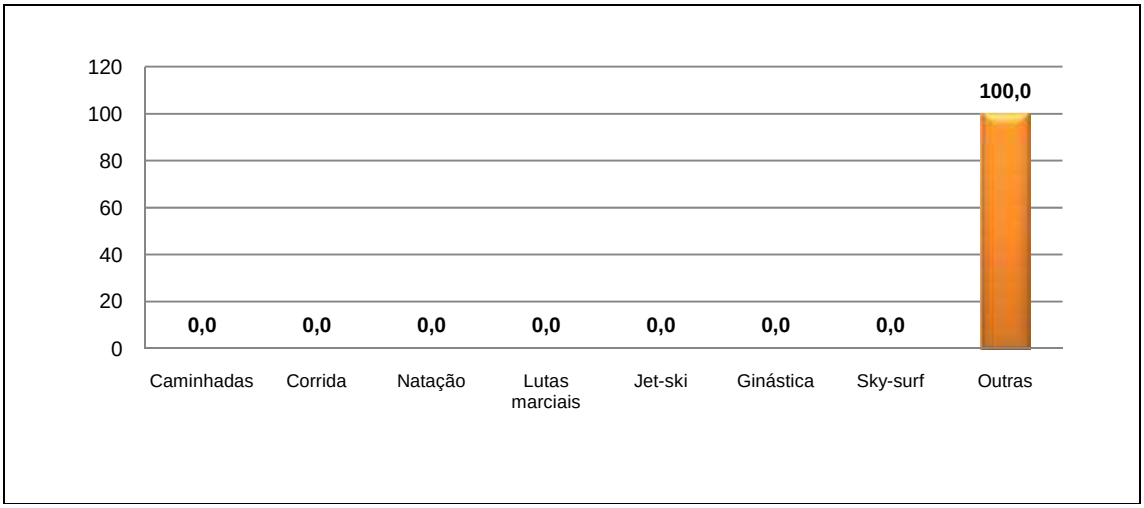


Figura 4.9.4.4-126: Se sim, qual?

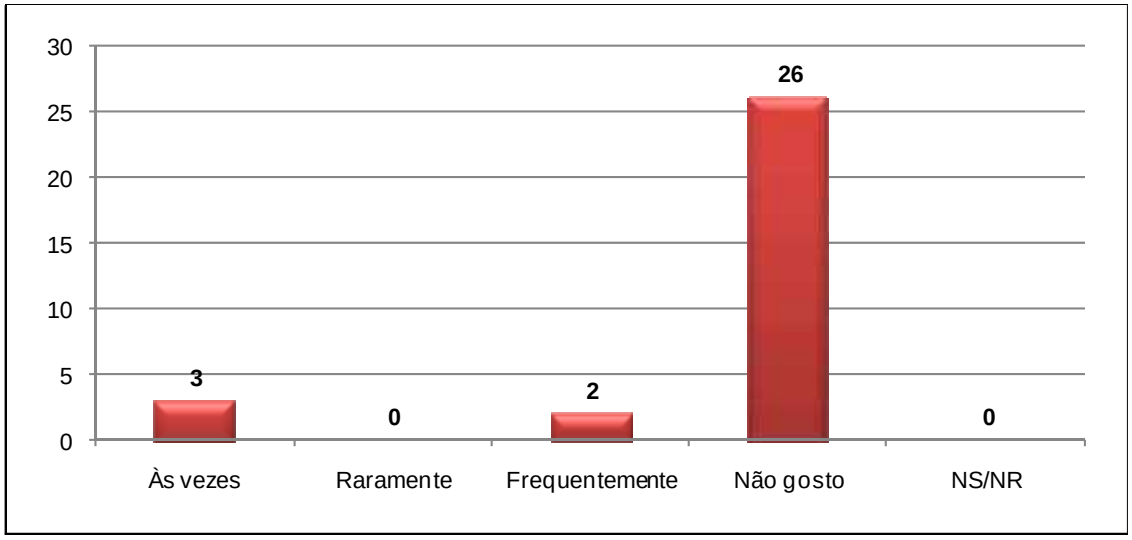


Figura 4.9.4.4-127: Participa de atividade ou programa cultural?

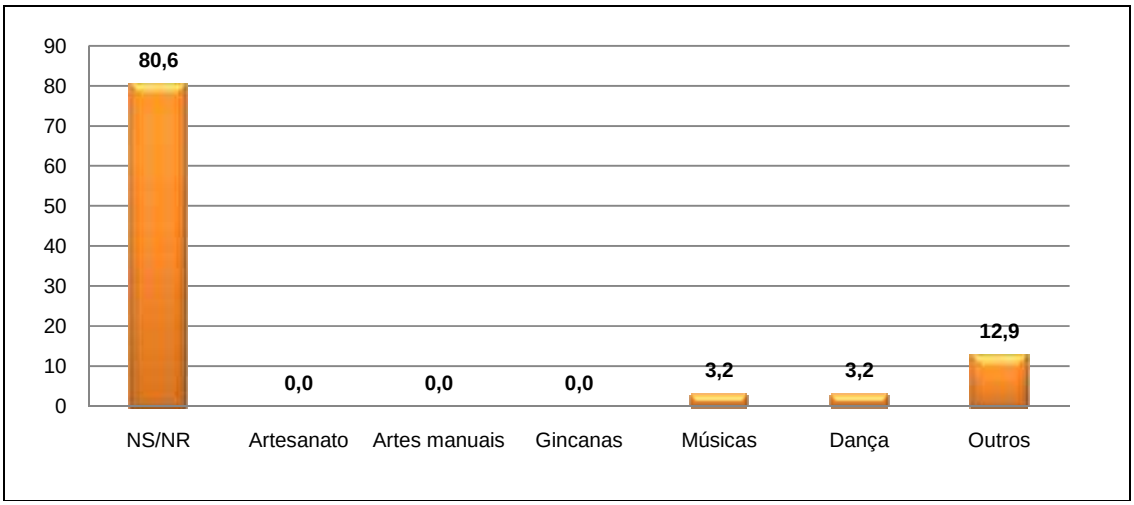


Figura 4.9.4.4-128: Se sim, qual?

Perguntados se caso fossem oferecidos na comunidade ou no entorno programas de geração de renda, como cursos de cabeleireira/esteticista, informática, artesanato, mecânica e de costureira, a maioria afirmou que participaria (Figura 4.9.4.4-129).

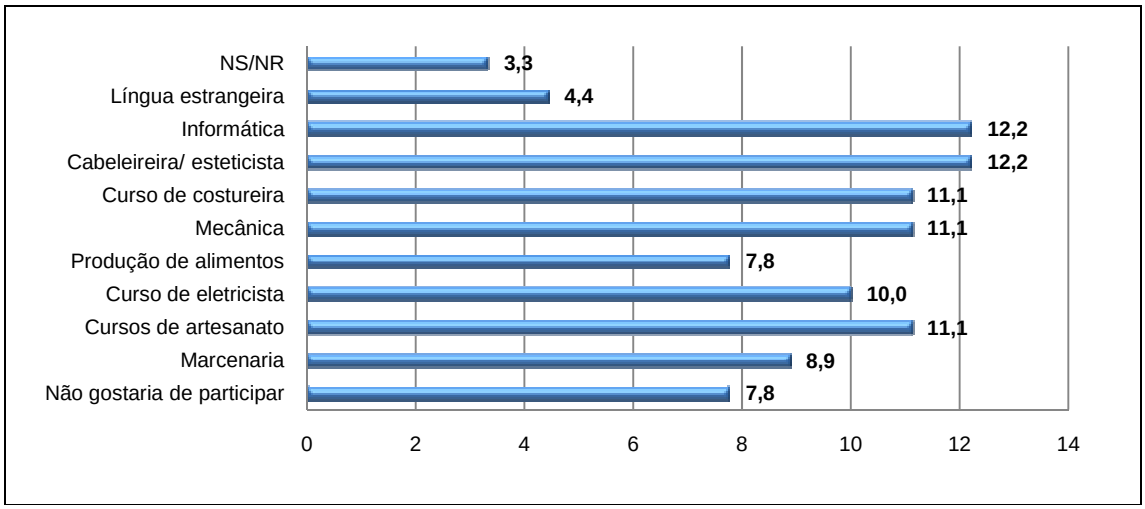


Figura 4.9.4.4-129: Se interessa por curso de geração de renda?

Perguntamos como eles se relacionam com o Meio Ambiente e 78,8% diz fazer a sua parte (Figura 4.9.4.4-130).

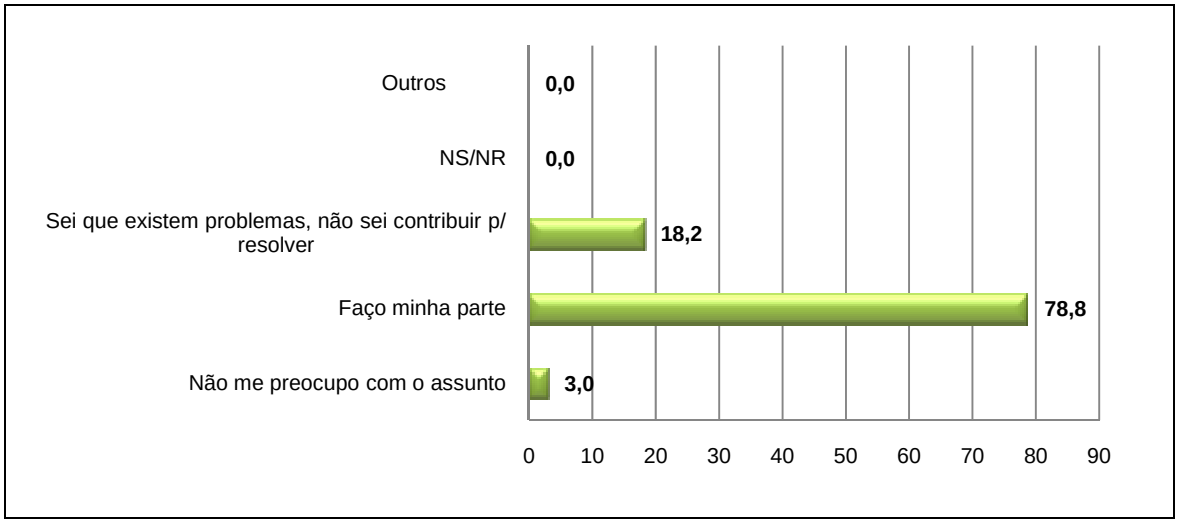


Figura 4.9.4.4-130: Como se relaciona com o Meio Ambiente?

Alguns nos mostraram a parte dos fundos de suas casas que tem acesso direto ao mangue e alegaram que fazem limpeza constantemente e não jogam lixo no manguezal (Figuras 4.9.4.4-131 e 4.9.4.4-132), sendo, entretanto uma minoria em relação ao observado, principalmente pelo fato de muitos terem como principal atividade a coleta de resíduos, os quais ficam armazenados precariamente, e também incinerados a céu aberto, contaminando o manguezal adjacente (Figuras 4.9.4.4-133 e 4.9.4.4-134).

Figura 4.9.4.4-131: Cesto de lixo improvisado no meio da Rua Espírito Santo.

Figura 4.9.4.4-132: Terreno de uma moradora que tem como fundos o manguezal e nos contou que limpa regularmente o mangue.

Figura 4.9.4.4-133: Manguezal sendo contaminado por resíduos sólidos resultante das condições precárias de armazenamento.

Figura 4.9.4.4-134: Resíduos sólidos sendo queimados a céu aberto na Rua Espírito Santo.

Segundo os entrevistados os maiores problemas ambientais que ocorrem na comunidade são: esgoto, desmatamento e lixo no mangue. Para a moradora Lara da Silva o que falta é a conscientização da população. Ela acredita que se tivessem mais pessoas para cuidar da Reserva a situação e qualidade de vida da população estaria melhor.

Algumas pessoas tentam preservar ao máximo o manguezal. *"Acho bonito e gostoso morar aqui. Não deixo ninguém jogar lixo, eu protejo onde moro. Quero ficar aqui neste local"*, diz Geane Ferreira.

A moradora Maria aparecida também nos contou que sempre limpa o mangue. *"Acho que as pessoas não deveriam sujar o mangue. Não deveriam destruir e sujar o local"*, explica.

Realizada as entrevistas, podemos perceber que mesmo a rua sendo o antigo lixão do município de Guarapari e a grande maioria não possuir um alto nível de escolaridade, muitos querem preservar o ambiente em que vivem e sabem da importância da Reserva para o Meio Ambiente (Figura 4.9.4.4-135).

Figura 4.9.4.4-135: Foto do manguezal do no entorno do "Bico do Urubu".

Perguntamos aos entrevistados se tinham conhecimento da RDS Concha D'Ostra, 46,7% (Figura 4.9.4.4-136) sabem da existência da Reserva e a maioria só ficou sabendo devido às placas existentes no Bairro Lameirão (Figura 4.9.4.4-137).

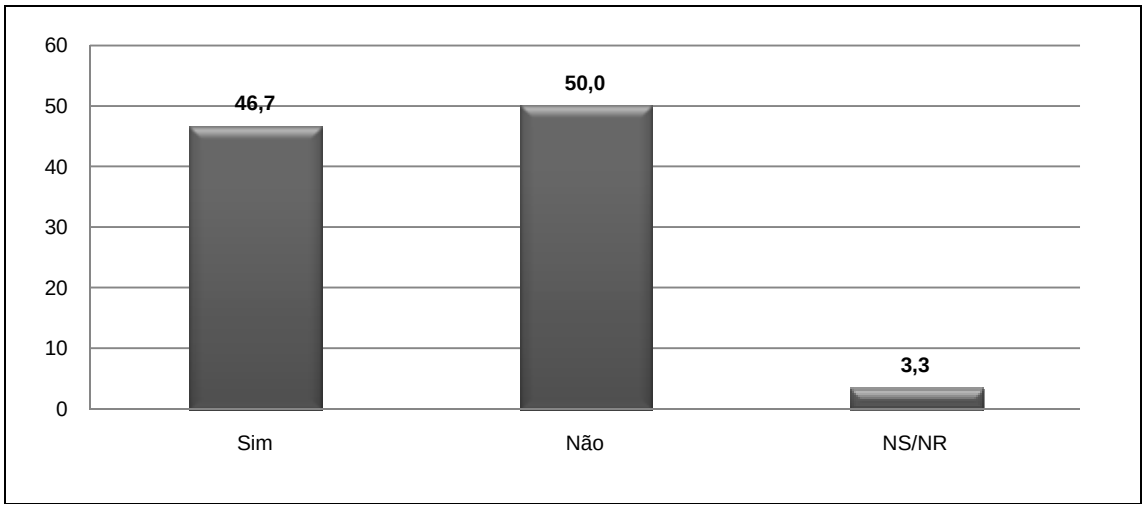


Figura 4.9.4.4-136: Conhece reserva ou área protegida?

Figura 4.9.4.4-137: Placa indicando a RDS Concha D'Ostra no Bairro Lameirão.

Dos entrevistados 41,9% não conhecem as regras para viver e trabalhar numa área de RDS (Figura 4.9.4.4-138), e 64,5% estão dispostos a respeitar e conhecer todas as regras para continuar a morar e trabalhar numa área de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (Figura 4.9.4.4-139). O morador Marcos Soares disse estar disposto a respeitar essas regras, pois "o mangue é o berço do mar".

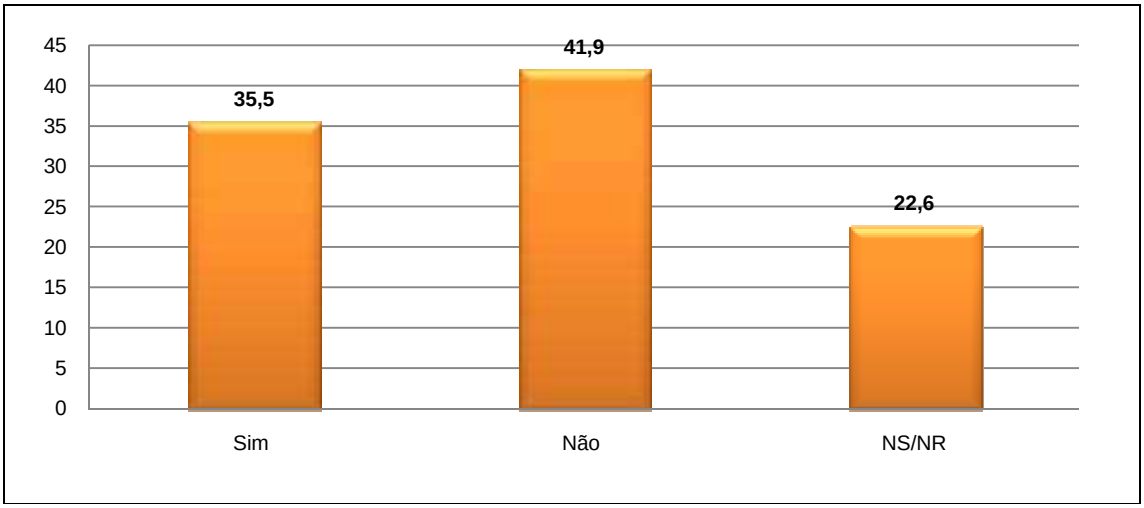


Figura 4.9.4.4-138: Conhece regras para viver na RDS?

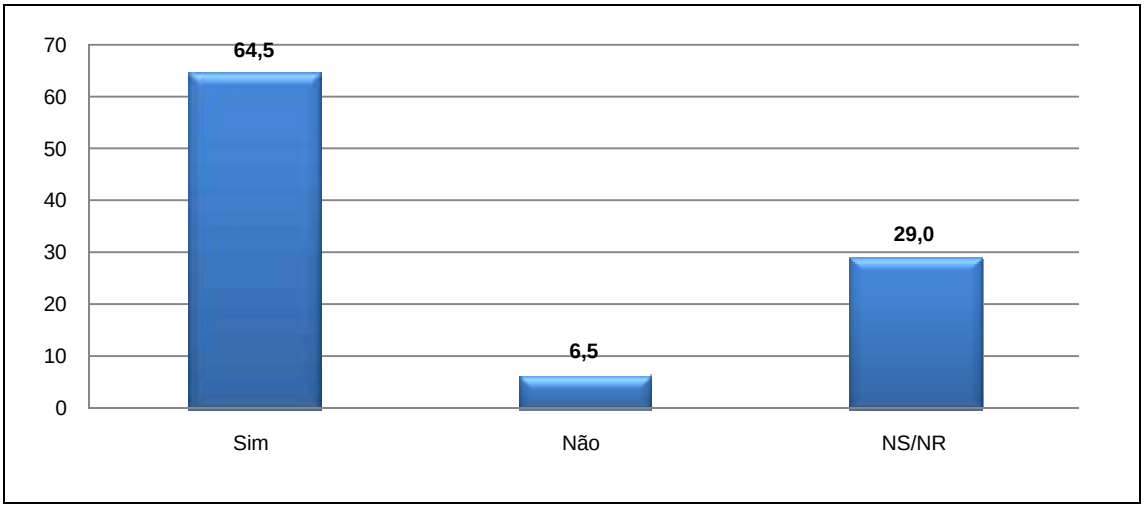


Figura 4.9.4.4-139: Está disposto a viver/trabalhar com respeito às regras?

A maioria dos entrevistados não utiliza o manguezal para o seu sustento (Figura 4.9.4.4-140), mas quatro pessoas disseram ser marisqueiros, como Marcos Barbosa que sobrevive da cata de caranguejo, marisco e também pesca. Outras duas pessoas não vivem do manguezal para sustentar a família, nos finais de semana pescam para consumo próprio e lazer, como é o caso dos entrevistados Alberlan Reis e Francisco Ares.

Figura 4.9.4.4-140: Necessita da reserva para seu sustento?

Quando perguntamos sobre como é feito o transporte e comercialização do pescado (Figura 4.9.4.4-141), Jussara Tejada e Sasha dos Santos explicaram que levam o pescado, a pé, direto ao consumidor. Marcos Soares leva o pescado de moto até Kubitschek e lá faz a venda direta ao consumidor.

Somente o morador Marcos Barbosa nos relatou que possui uma batera para pesca e sua comercialização é feita através de entrega nas peixarias.

Como a maioria dos entrevistados não utiliza o manguezal para cata de mariscos e crustáceos, bem como para a pesca, 90,3% não souberam responder a esta pergunta.

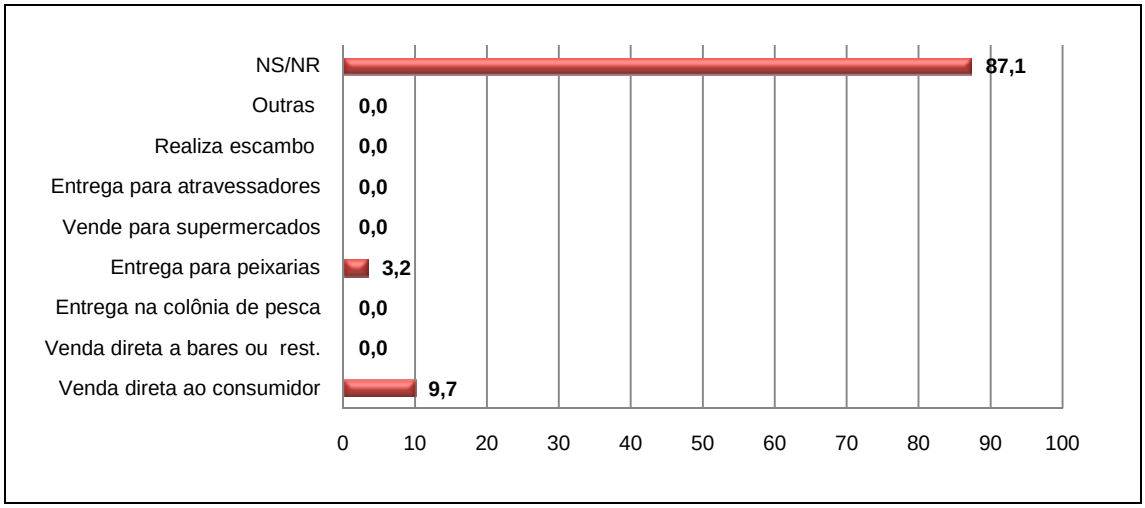


Figura 4.9.4.4-141: Forma de comércio do pescado.

Mesmo tendo somente 12,9% dos entrevistados afirmado que necessitam da Reserva para seu sustento ou para consumo próprio, a maioria 90,3% respondeu que respeitam a época do defeso/andada (Figura 4.9.4.4-142)

mostrando, portanto, apesar do contexto social muito precário uma boa percepção das limitações legais dos usos dos recursos naturais.

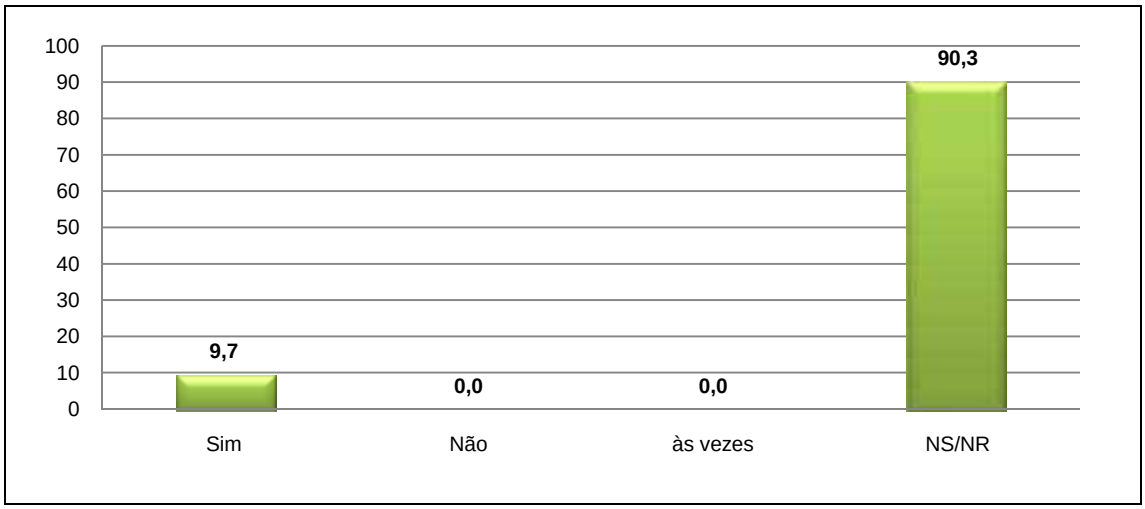


Figura 4.9.4.4-142: Respeita do defeso?

Mesmo a maioria não utilizando o mangue para o sustento, 58,1% conhece alguém que utiliza a RDS para esses fins (Figura 4.9.4.4-143).

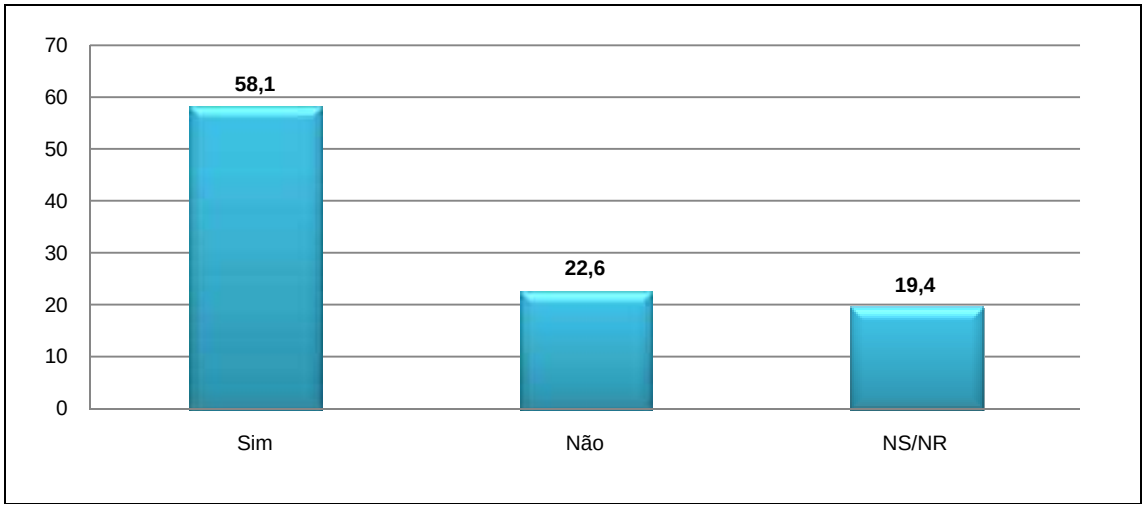


Figura 4.9.4.4-143: Conhece alguém que utiliza a RDS para seu sustento?

Somente 32,3% (Figura 4.9.4.4-144) responderam conhecer alguma Associação de Pescadores/Marisqueiros ou catadores de caranguejo na região, isso possivelmente se deve ao fato da maioria não ser catador e nem pescador de mariscos. Dentre os quatro que utilizam o mangue, só Marcos Soares afirmou não conhecer.

Segundo informações obtidas a Colônia Z3 - Associação de Pesca -, localizada no centro de Guarapari, reúne todos os pescadores, catadores de caranguejo, marisqueiros e outros. A Associação tem como Presidente Marcilene, conhecida por todos como “Pretinha”.

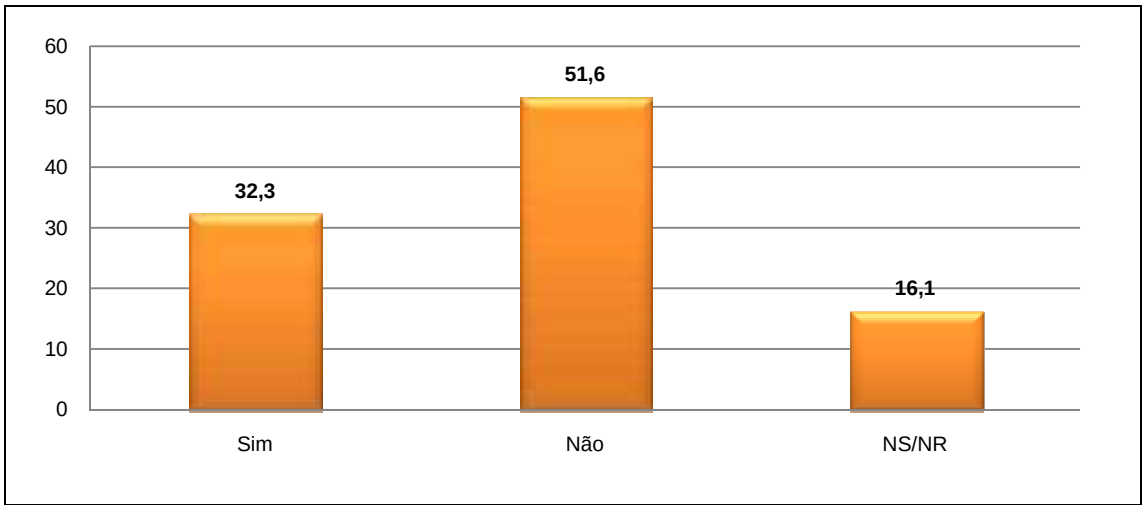


Figura 4.9.4.4-144: Conhece Associação de Marisqueiros/pescadores?

O morador Marcos Barbosa da Silva participou da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra por meio de reuniões. Os outros entrevistados não participaram ou não responderam por desconhecer a RDS (Figura 4.9.4.4-145).

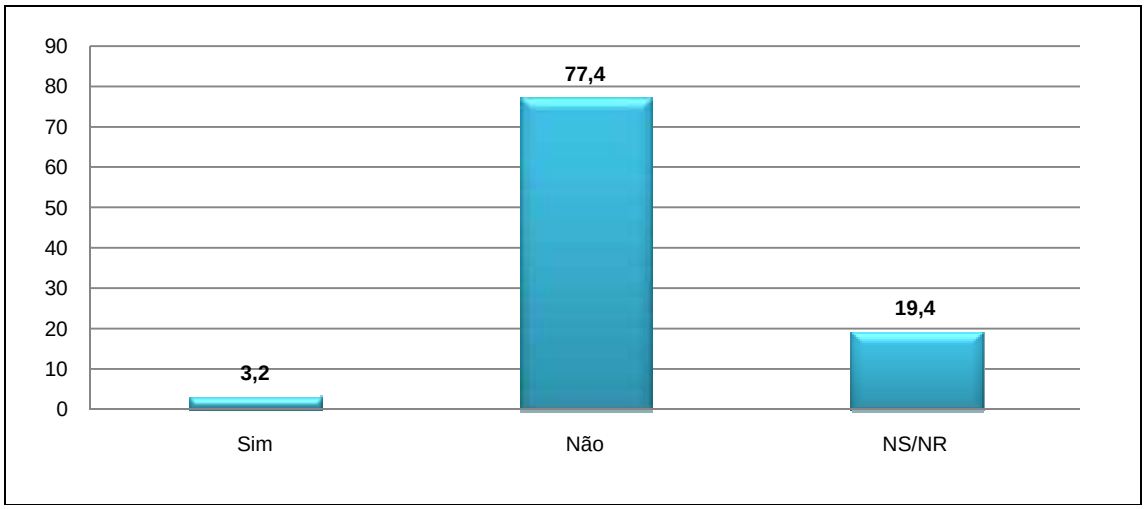


Figura 4.9.4.4-145: Participou da criação da RDS?

Perguntamos aos entrevistados se conheciam algum programa ou projeto desenvolvido na região que envolvesse a Reserva, quatro pessoas responderam que conheciam o projeto de Ostreicultura no Bairro Concha D'Ostra (Figura 4.9.4.4-146). Embora ainda exista uma placa na entrada do Bairro Concha D'Ostra, segundo informações dos moradores e da Associação de moradores do bairro, este projeto durou pouco tempo e já terminou a aproximadamente um ano. Obtivemos muitas declarações com relação ao motivo do término do projeto, mas os motivos não foram suficientemente esclarecedores.

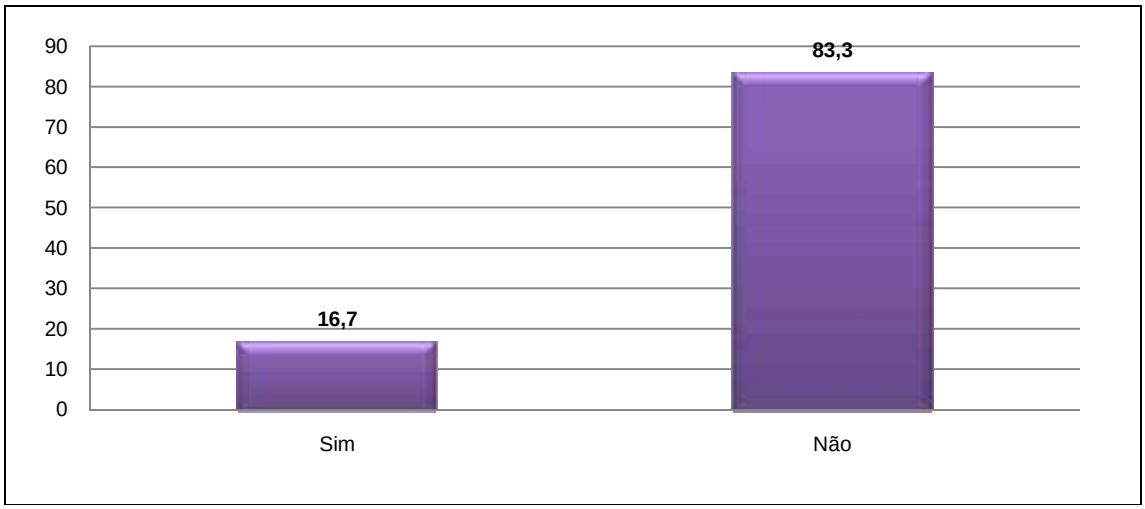


Figura 4.9.4.4-146: Conhece programa ou projeto na RDS?

De acordo com o que nos foi relatado não há nenhum tipo de manifestação folclórica ou cultural na região (Figura 4.9.4.4-147), somente festas religiosas tanto da Igreja Evangélica quanto da Igreja Católica.

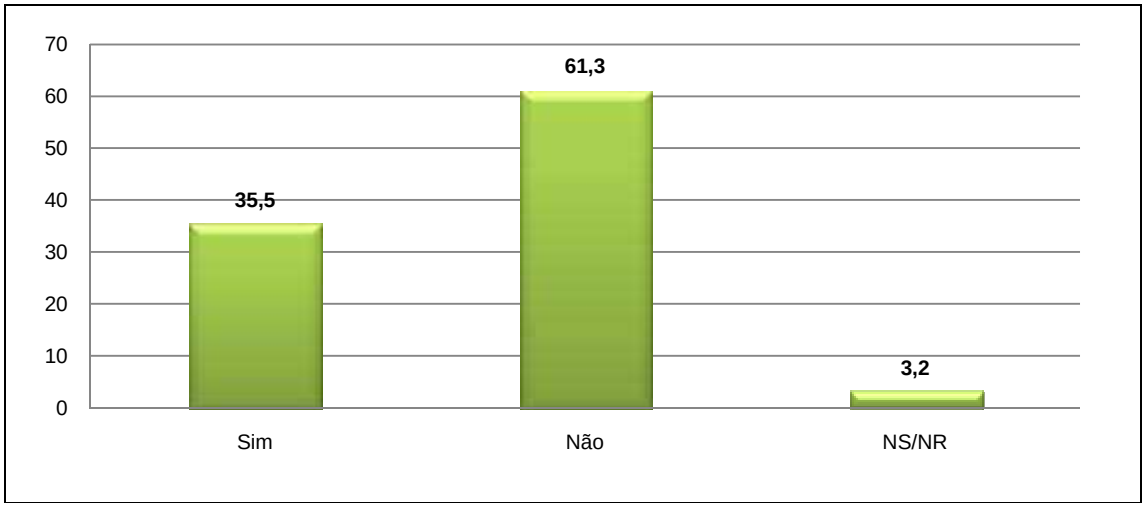


Figura 4.9.4.4-147: Conhece festas e manifestações culturais locais?

De acordo com a Figura 4.9.4.4-148, vimos que 83,9% dos entrevistados consideram a Reserva entre importante a muito importante, e dizem que há muitas famílias que tiram o seu sustento do manguezal e também sabem da importância dele para o meio ambiente como um todo.

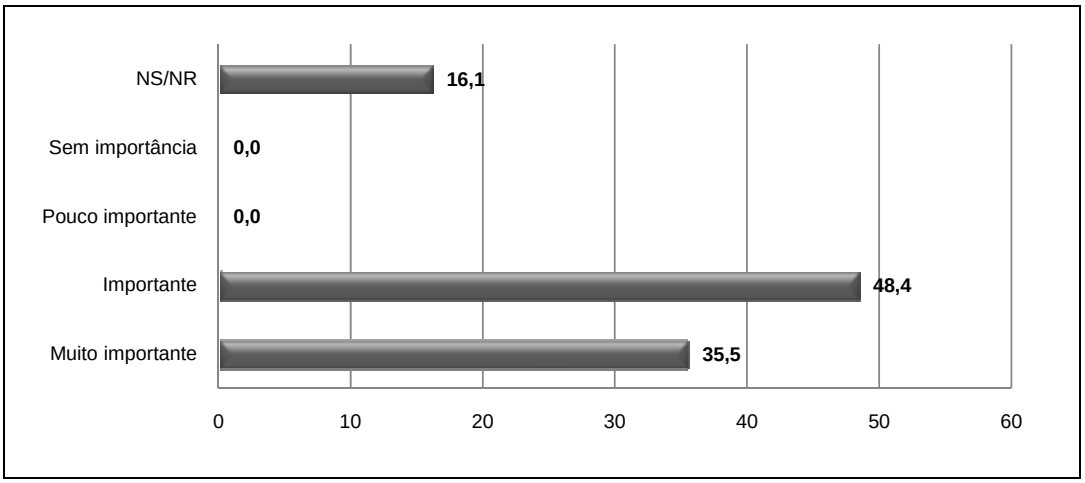


Figura 4.9.4.4-148: Considera que a RDS é importante para a comunidade?

A entrevistada Cristiana Aparecida considera a RDS muito importante para a comunidade. *"É muito importante porque é do meio ambiente e tem gente que sobrevive dele"*, diz.

Para o João Batista é importante preservar o que tem no mangue. Mas não se devem retirar as pessoas que vivem nas proximidades. *"O que deveria ser retirado é esgoto que se tivesse uma fiscalização maior, a destruição do mangue seria evitada"*, afirma.

Muitos dos entrevistados confirmaram não estar satisfeito com a atual situação do manguezal, é o caso de João Batista Almeida que acredita que o mangue está sendo destruído porque as pessoas não se conscientizam de que deveriam parar de sujar.

A doméstica Tina acha que o mangue está poluído (Figura 4.9.4.4-149), principalmente por causa do esgoto que é lançado direto para no manguezal. Já a outra metade diz que hoje a Reserva está mais limpa e melhor, principalmente depois da retirada do lixão da Rua Espírito Santo. *"Antes era pior, depois que retiraram o lixão melhorou"*, disse o morador Alberlan Reis. No momento da entrevista Alberlan e sua família estavam terminando de almoçar, comiam um peixe pescado no próprio manguezal.

Figura 4.9.4.4-149: RDS Concha D'Ostra, no "Bico do Urubu".

Durante o trabalho realizado nas comunidades fomos várias vezes abordados pelos moradores para saber a respeito da retirada da população para um novo lugar, o que nos gerou no começo um obstáculo para realizarmos as nossas entrevistas.

Após todos terem o conhecimento que não éramos da Prefeitura, e que o nosso trabalho não era relacionado com a retirada, fomos bem recebidos. Talvez até por toda a tensão que sentimos nos moradores locais devido a essa futura retirada, a maioria fez questão de mostrar os seus quintais que davam acesso a RDS, e nos mostrar que estavam limpos e que o grande problema é a falta de saneamento básico local.

Ainda há moradores que jogam lixo tanto no mangue quanto na rua. Um dos grandes problemas da localidade são as pessoas que trabalham com reciclagem, especificamente uma família na entrada da rua, que cata todo e qualquer tipo de lixo que fica acumulado no meio da Rua Espírito Santo. Como a moradora vive ali desde a época do lixão, ela parece não se importar em estar rodeada do lixo que se acumula na porta de casa.

As Figuras 4.9.4.4-150 e 4.9.4.4-151 mostram como algumas das pessoas que trabalham com reciclagem no local, não percebem que a falta de organização e o acúmulo do lixo podem gerar problemas não só para o meio ambiente, como também para os moradores que ali residem, trazendo doenças e bichos para a comunidade como um todo.

Figura 4.9.4.4-150: Acúmulo de lixo próximo a RDS, trazido pelos recicladores que moram no local.

Figura 4.9.4.4-151: Acúmulo de lixo ao lado do manguezal.

Entretanto há outros moradores que trabalham com reciclagem de maneira correta na região e fazem críticas daqueles que não conseguem compreender o quanto a desorganização poderá ser prejudicial para o meio ambiente e para o homem.

Observamos, embora tenha sido um local de despejo de lixo, que nesta área da RDS ainda há muitos peixes, crustáceos e mariscos, e os moradores nos disseram que na época da andada pode-se ver muitos caranguejos e guaiamus, sendo muito fácil pescar peixes naquela parte do manguezal.

Apesar de todo o preconceito que a população já sofreu e ainda sofre por morarem em um local onde foi por muitos anos um lixão, há um grupo que batalha para não serem retirados daquele local e buscam preservar o meio ambiente da melhor maneira que possível.

- ***Conclusão – Rua Espírito Santo***

Embora seja localizada onde era o antigo lixão do município de Guarapari e possuir moradores com a renda mais baixa dentre todos os bairros visitados, a Rua Espírito Santo possui muitos moradores preocupados com o Meio Ambiente e principalmente com o manguezal no entorno do local.

Na Rua Espírito Santo não se encontra muitos moradores que vivem da cata de mariscos, caranguejos e pescadores, mas muitos catam e pescam para o próprio consumo.

O grande problema encontrado na localidade são as casas construídas em cima de um local onde foi feito aterro de todo o lixo, podendo gerar um grande problema para os moradores no futuro.

Outro grande problema são os catadores de materiais recicláveis, estes deveriam ser orientados para saber exatamente o que catar para gerar renda.

Antes de realizar qualquer tipo de trabalho de Educação Ambiental e orientação em relação a Reserva de Desenvolvimento Sustentável, deve se primeiro saber qual será a atitude tomada pela Prefeitura de Guarapari sobre a retirada dos moradores.

Mesmo com todo o preconceito que sofrem, observamos uma comunidade que realmente quer entender melhor e saber, apesar da pouca instrução, a importância do manguezal existente no entorno do local onde vivem.

A Rua Espírito Santo é um local, proporcionalmente a quantidade de moradores, onde mais encontramos pessoas que limpam e se preocupam com a Reserva, mesmo não tendo muito conhecimento do que vem a ser uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

❖ *BAIRRO KUBITSCHEK*

A localidade fica entre Barra do Riacho e próxima ao Bairro Concha D'Ostra e possui 151 unidades habitacionais dentro da área de estudo (Figuras 4.9.4.4-152 e 4.9.4.4-153).

Figura 4.9.4.4-152: Um dos acessos à comunidade de Kubitschek.

Figura 4.9.4.4-153: Detalhe de uma das ruas do Bairro Kubitschek.

Foram realizadas 46 entrevistas com moradores e uma entrevista com o Presidente da Associação de Moradores do bairro.

Dos entrevistados 56,5% são casados e 34,8% possuem entre um a três filhos (Figuras 4.9.4.4-154 e 4.9.4.4-155).

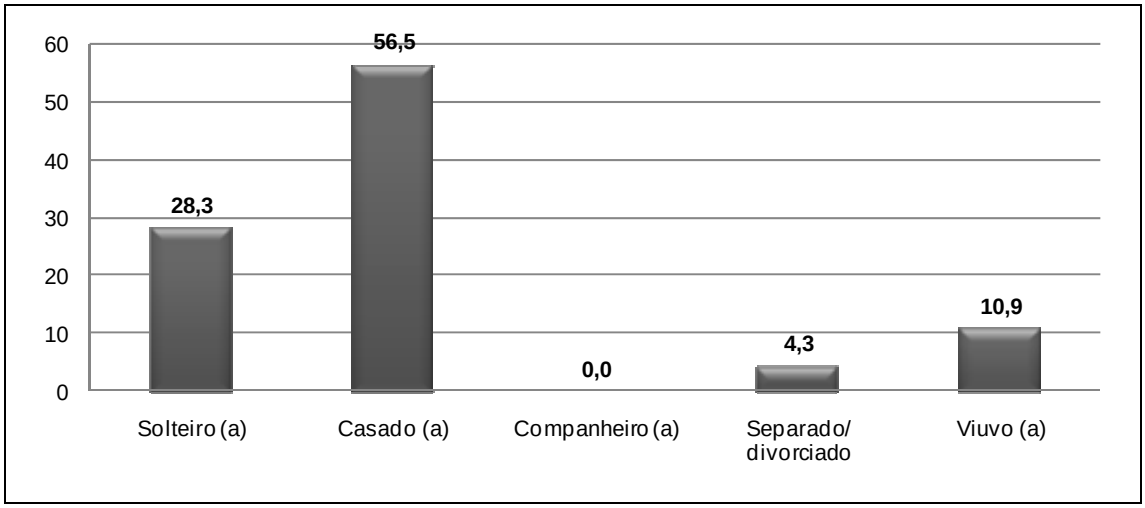


Figura 4.9.4.4-154: Estado civil.

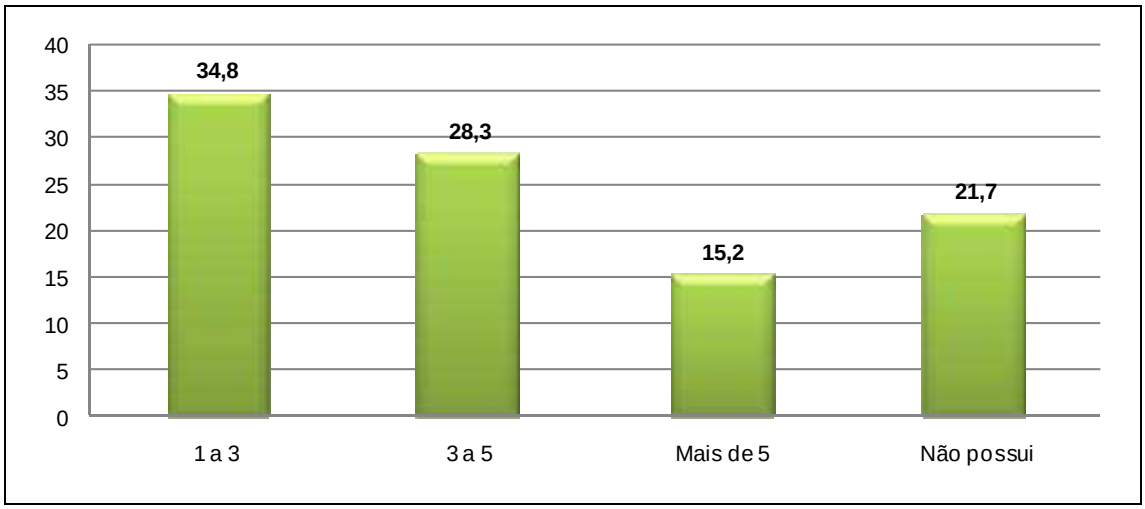


Figura 4.9.4.4-155: Número de filhos.

A maioria dos moradores entrevistados possui o fundamental incompleto, o que nos mostra um índice de escolaridade baixo. Apenas 15,2%, representando sete entrevistados, possuem o ensino médio completo (Figura 4.9.4.4-156).

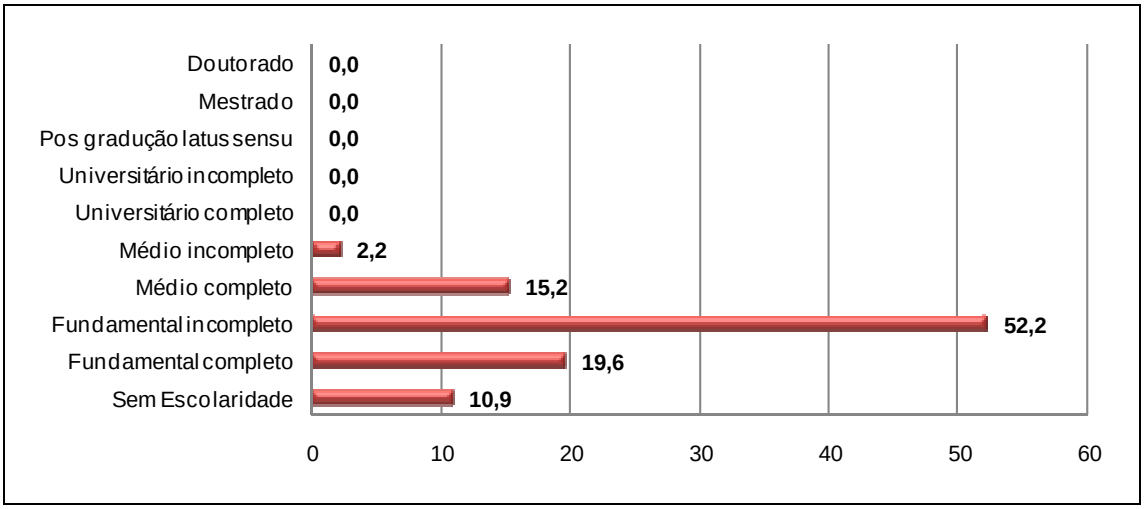


Figura 4.9.4.4-156: Escolaridade dos entrevistados.

Dentre as profissões, as donas de casa são a maioria, representando 41,3% dos entrevistados e, 6,5% afirmaram serem marisqueiros (Figura 4.9.4.4-157).

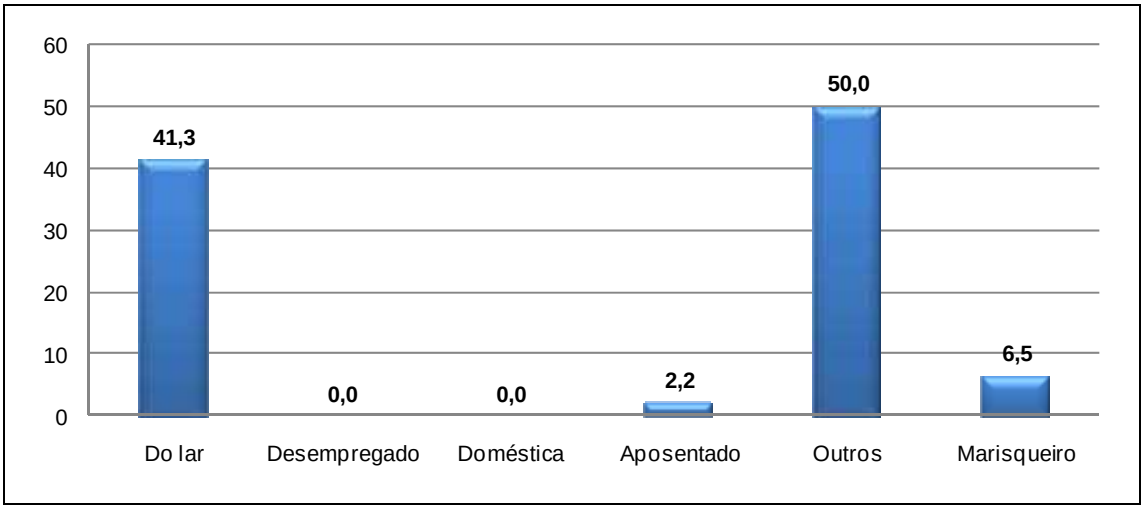


Figura 4.9.4.4-157: Profissão.

Apenas três pessoas afirmaram não serem proprietários de suas próprias residências, sendo que um nos informou que a casa foi cedida e dois nos informaram morar de aluguel. Perguntamos também quantos moradores moravam em cada domicílio e 34,8% possuem três moradores, porém 28,3% possuem mais de cinco moradores em suas casas (Figuras 4.9.4.4-158 e 4.9.4.4-159).

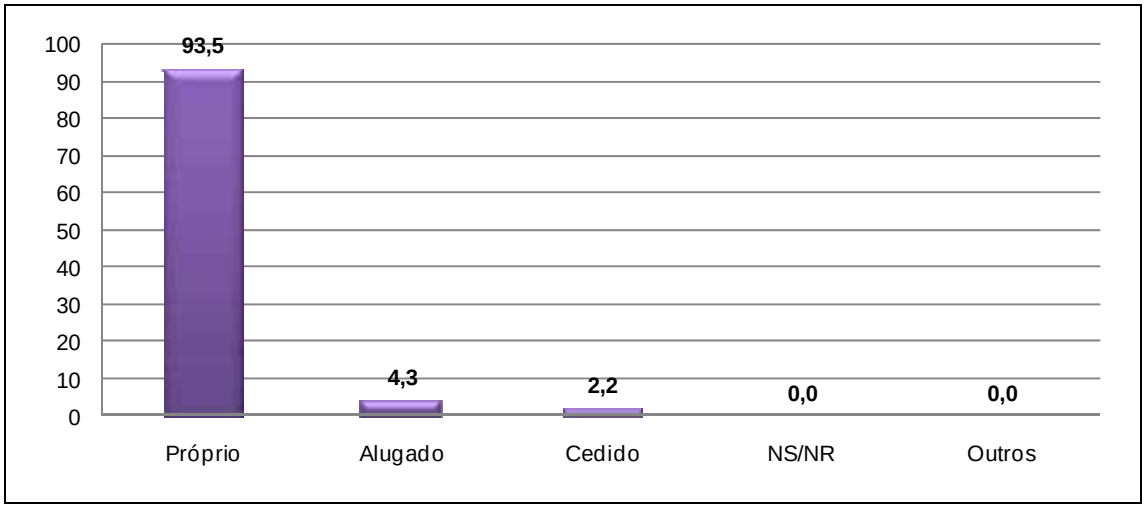


Figura 4.9.4.4-158: Condições de moradia.

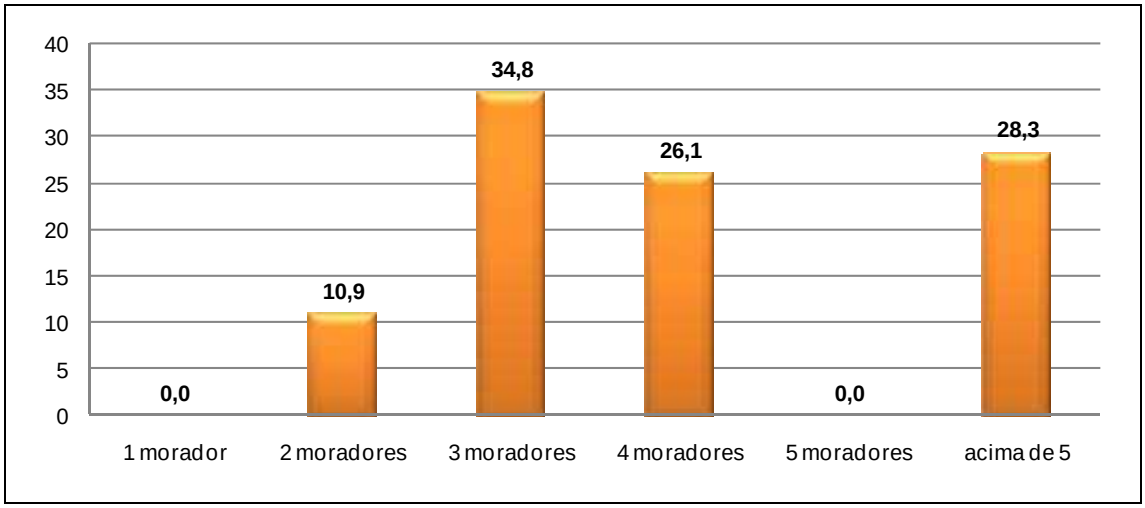


Figura 4.9.4.4-159: Morador/domicílio.

Mais da metade dos entrevistados moram a mais de 15 anos no bairro (Figura 4.9.4.4-160), como é o caso da moradora, Maria de Lourdes da Costa Silva, que mora há mais de 40 anos na comunidade e nos relatou que em sua residência moram treze pessoas da mesma família.

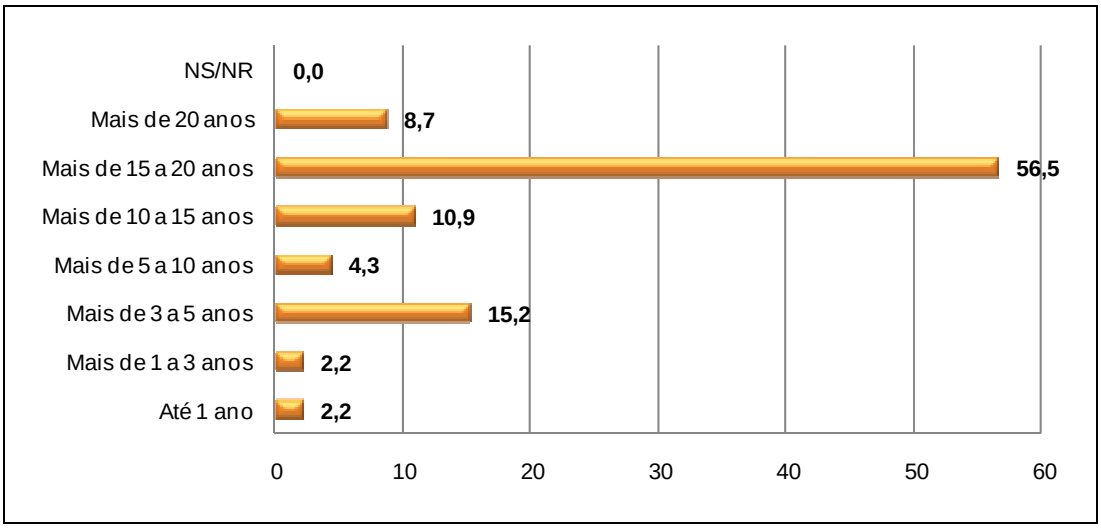


Figura 4.9.4.4-160: Tempo que reside.

Notamos que o bairro é antigo e segundo informações dos moradores, depois do Bairro Kubitschek havia um portão que dava entrada para o terreno onde hoje fica localizado o Bairro Concha D'Ostra e só havia mata e os caseiros que tomavam conta do terreno.

Notamos que a comunidade é humilde, pois 52,2% possuem uma renda familiar de até um salário mínimo, sendo que apenas uma pessoa respondeu que recebe entre três a quatro salários mínimos (Figura 4.9.4.4-161).

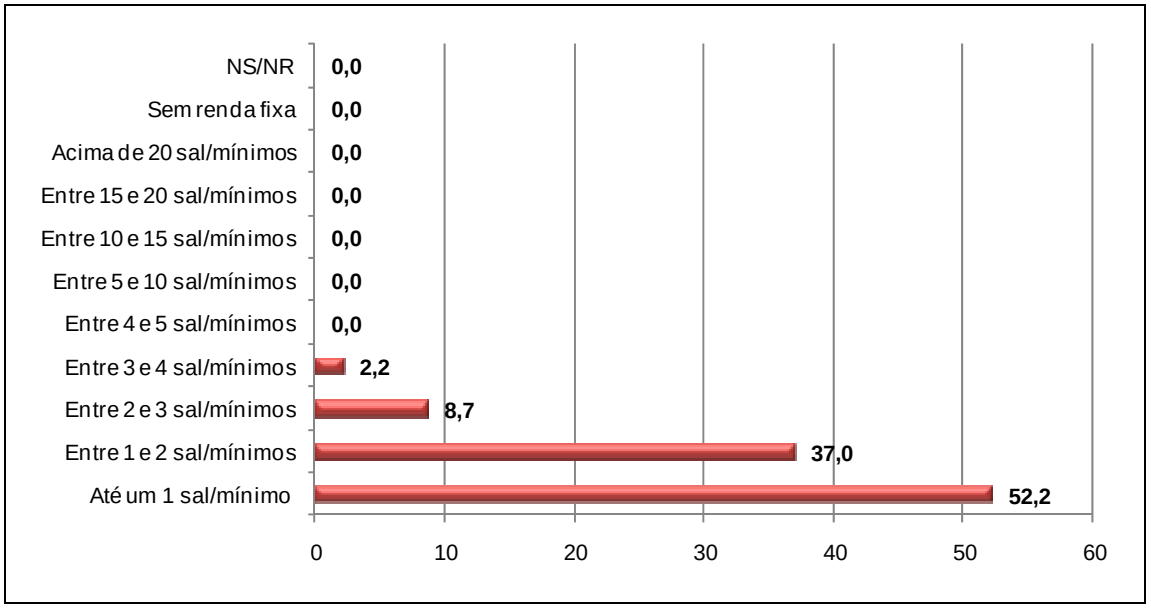


Figura 4.9.4.4-161: Renda familiar.

Questionamos aos moradores se eles participavam de alguma Associação ou organização e apenas dois informaram participar da Associação de Moradores, os moradores Aldecir Pereira e Valcenir de Almeida. O bairro possui uma

Associação de moradores há 26 anos e há 8 anos o Presidente Marcio Oliveira Rodrigues faz parte dela.

Os moradores Benedito Santos e Deusdeth dos Santos fazem parte da Colônia Z3, ambos são pescadores, sendo que Deusdeth já está aposentado como pescador.

O abastecimento de água da localidade é feito pela empresa CESAN em 87% dos domicílios, mas foram encontrados dois moradores que informaram pegar água emprestada e três informaram possuir poço em suas residências (Figura 4.9.4.4-162).

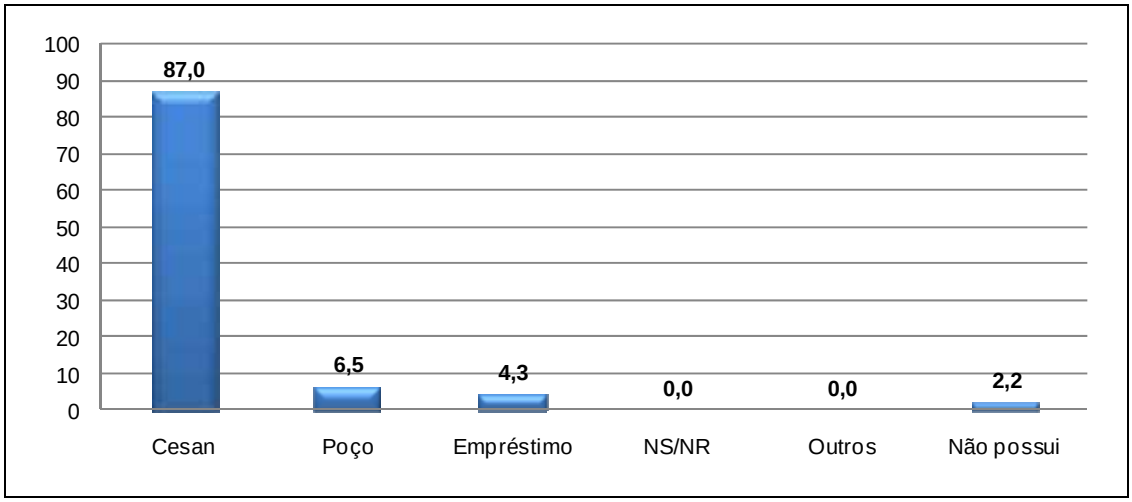


Figura 4.9.4.4-162: Abastecimento de água.

Dos entrevistados 80,4% revelaram não possuir rede de esgoto e 69,6% informaram despejar o seu esgoto em via pública/natureza, ou seja, no mangue. Porém cinco moradores da Rua Independência informaram possuir rede de esgoto em suas casas. Quando questionado o destino do esgoto, o morador Marcos Vinicius Menezes Loyola, afirmou que vai para o mangue, apesar de ter informado que possui rede de esgoto em sua residência. Com isso notamos que não sabe exatamente o que vem a ser uma rede de esgoto, uma vez que ainda não há no bairro.

Segundo a moradora Maria da Penha Souza há um “pinicão” na rua, onde era despejado todo o esgoto, mas depois ia direto para o mangue. Mas este já não funciona mais, pois segundo informações dos moradores está entupido. A doméstica Ilda Rocha nos revelou que a CESAN informou que em breve irá passar rede de esgoto no bairro (Figuras 4.9.4.4-163 a 4.9.4.4-165).

Figura 4.9.4.4-163: Rede de esgoto.

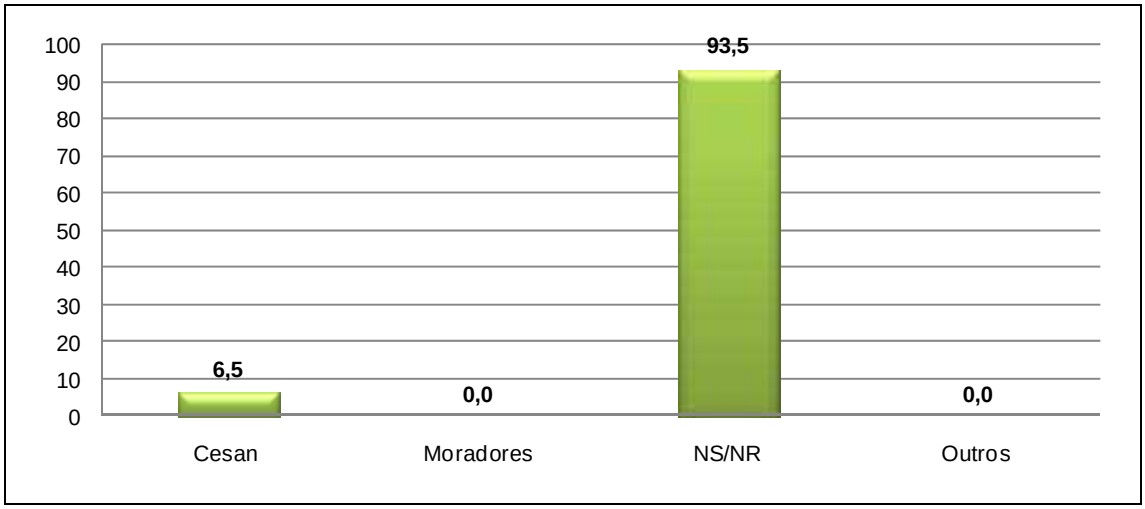


Figura 4.9.4.4-164: Manutenção do esgoto.

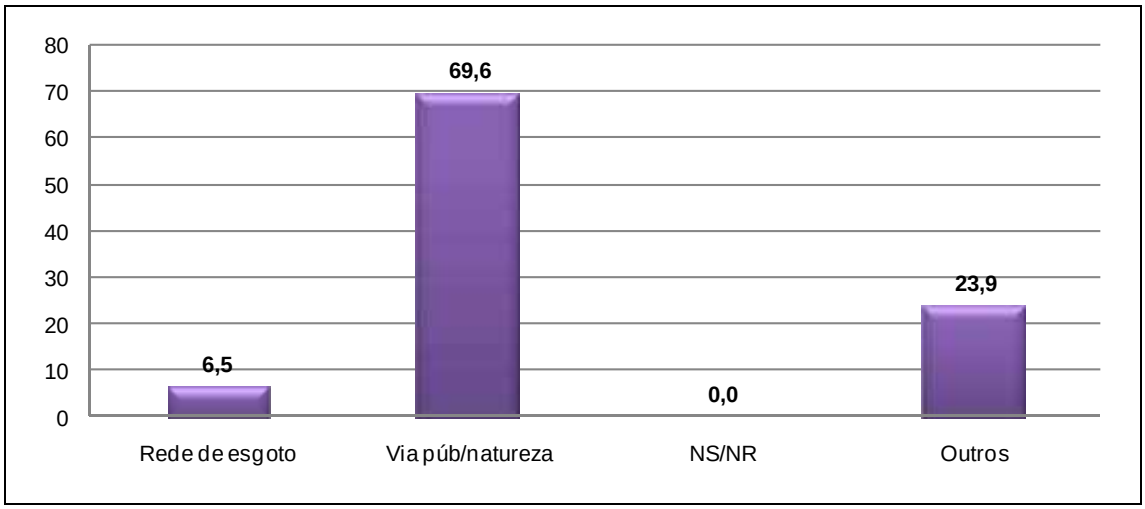


Figura 4.9.4.4-165: Destinação do esgoto.

As Figuras 4.9.4.4-166 e 4.9.4.4-167 demonstram o esgoto indo direto do entorno do Bairro Kubitschek para o mangue.

Figura 4.9.4.4-166: Esgoto das casas sendo despejado direto para o mangue.

Figura 4.9.4.4-167: Esgoto saindo das residências e sendo despejado direto no manguezal.

A energia elétrica é fornecida pela Escelsa em 95,7% das residências do bairro e apenas duas pessoas informaram possuir gato em suas casas (Figura 4.9.4.4-168).

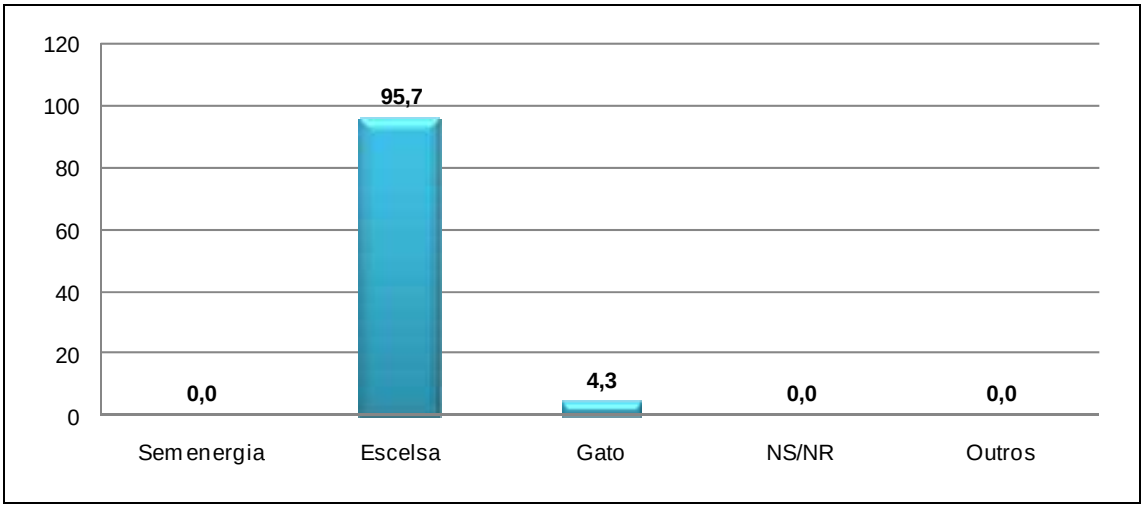


Figura 4.9.4.4-168: Energia elétrica.

Há coleta de lixo no bairro feito pela empresa terceirizada CODEG, contratada pela Prefeitura Municipal de Guarapari. Porém 47,8% nos informaram que a coleta de lixo é feita duas vezes por semana e 37% informaram passar três vezes por semana (Figura 4.9.4.4-169).

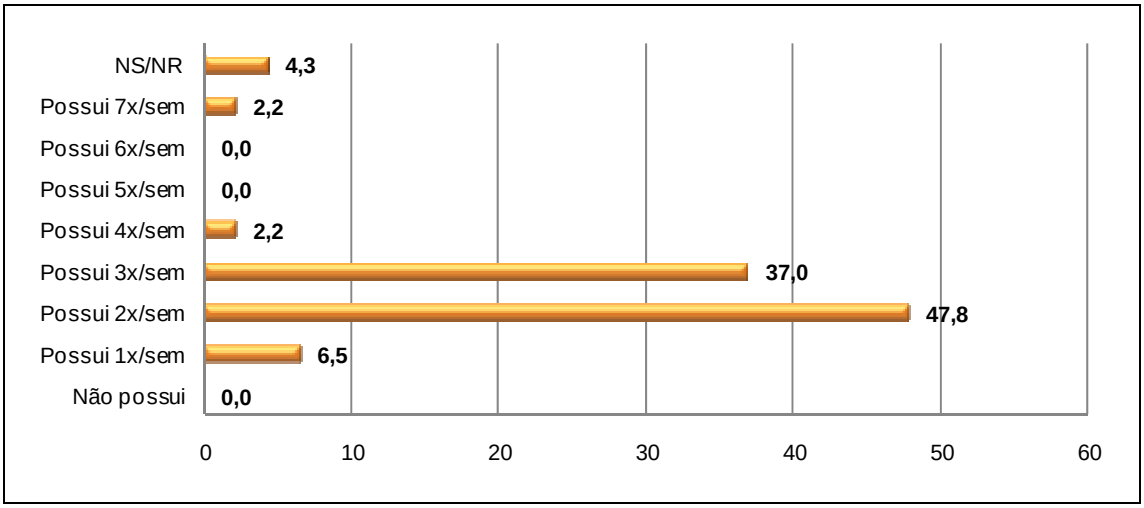


Figura 4.9.4.4-169: Coleta de lixo.

Mesmo existindo coleta de lixo no bairro, notamos que muitos ainda jogam lixo e entulhos no manguezal gerando muita sujeira, mau cheiro e urubus na RDS Concha D'Ostra (Figuras 4.9.4.4-170 e 4.9.4.4-171).

Figura 4.9.4.4-170: Entulho na RDS.

Figura 4.9.4.4-171: Lixo na RDS.

Todos os entrevistados possuem algum tipo de serviço de telefonia, sendo que 28,3% possuem telefone fixo e móvel. E dentre esses apenas o morador Antônio Jesus Souza não possui telefone móvel (Figura 4.9.4.4-172). Perguntamos aos moradores a avaliação geral dos serviços de telefonia no bairro e para 34,8% foi avaliado como ótimo, mas 30,4% avaliam como regular o serviço (Figura 4.9.4.4-173).

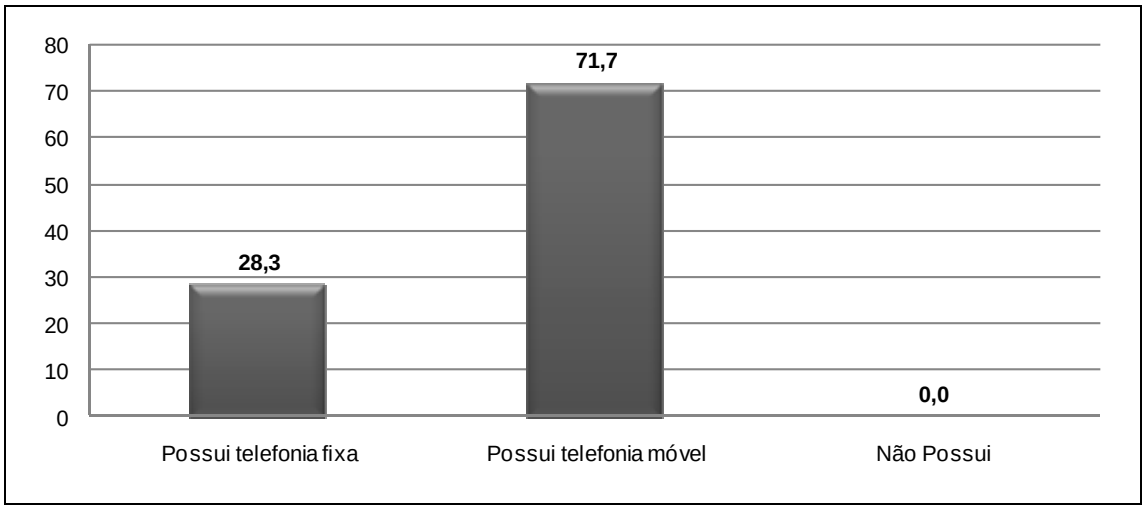


Figura 4.9.4.4-172: Telefonia.

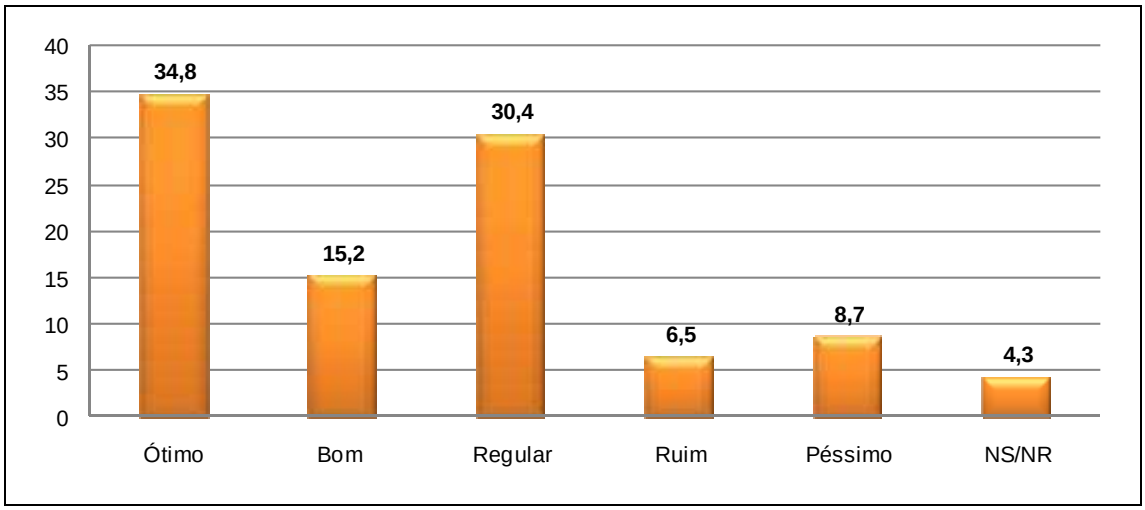


Figura 4.9.4.4-173: Avaliação geral da telefonia.

Questionamos também sobre a quantidade de telefones públicos no bairro e 78,3% afirmaram serem insuficientes (Figura 4.9.4.4-174), pois muitas vezes encontra-se quebrado por conta do vandalismo.

Figura 4.9.4.4-174: Telefones públicos.

A localidade possui um Posto de Saúde e 68% informaram procurar atendimento médico no posto de saúde do próprio bairro. Porém quase todos reclamaram das condições em que este se encontra, pois segundo relatos quase sempre não há médicos. Notamos que este é um problema comum do município de Guarapari, uma vez que em todos os bairros que visitamos, os entrevistados reclamaram da calamidade em que se encontra o serviço médico/hospitalar público do município.

A Figura 4.9.4.4-175 apresenta o gráfico do serviço médico e a Figura 4.9.4.4-176 apresenta a foto do Posto de Saúde da localidade.

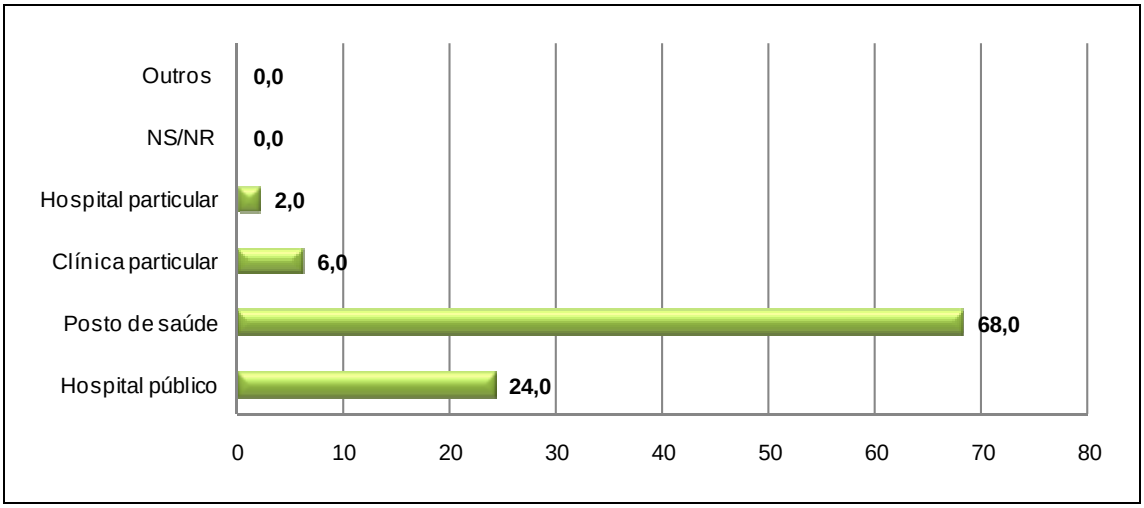


Figura 4.9.4.4-175: Serviço médico disponível.

Figura 4.9.4.4-176: Posto de Saúde de Kubitschek.

Perguntamos aos moradores sobre as doenças que eles ou alguém da família já sofreu ou teve desde sua mudança para o bairro e as doenças mais comuns são: gripe com 33,3%, diarréia com 25,7% e dengue com 20% (Figura 4.9.4.4-177). Notamos que ouve muitos casos de dengue na comunidade, e sabemos o quão a dengue é um problema sério para o Estado do Espírito Santo.

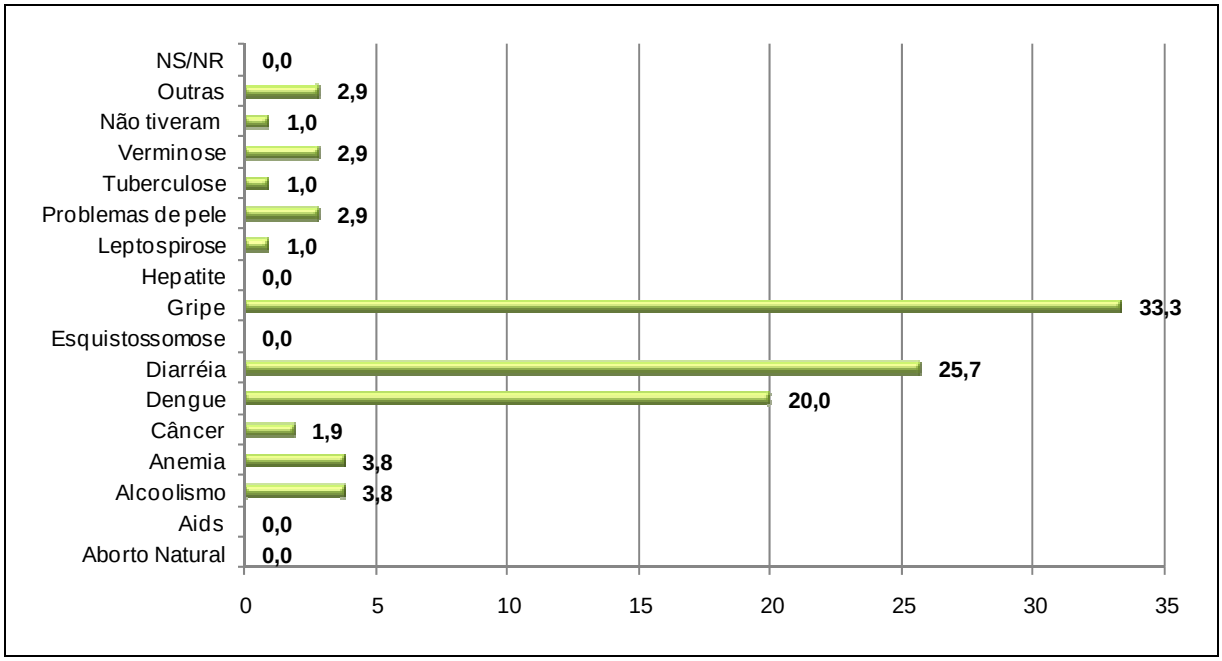


Figura 4.9.4.4-177: Doenças.

Com relação a óbito em função das doenças, apenas três responderam sim, e todos por conta da doença do câncer (Figura 4.9.4.4-178).

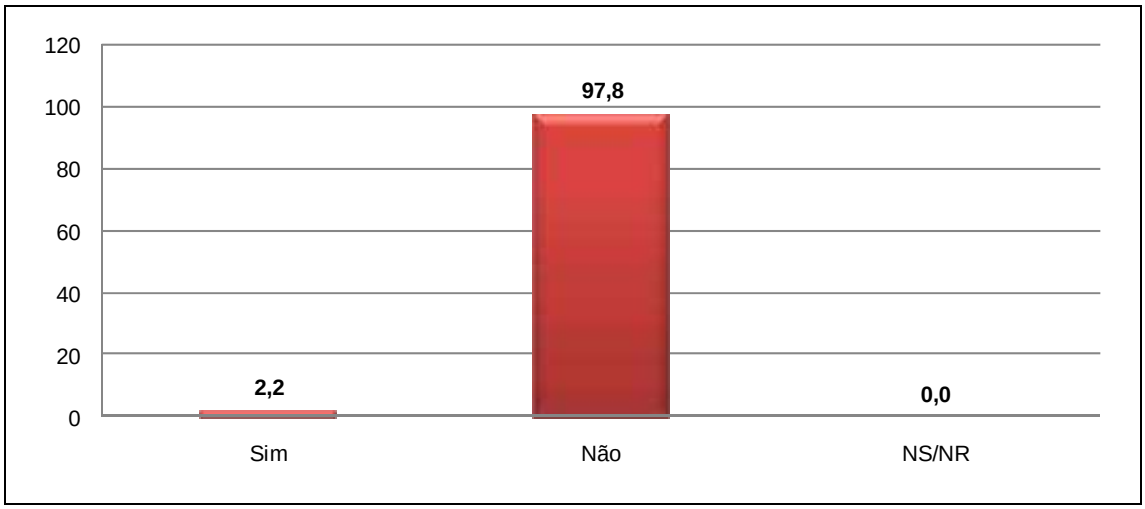


Figura 4.9.4.4-178: Óbito em função das doenças.

O Bairro Kubitschek é muito extenso e notamos que há um comércio na região, apesar de não ser um centro comercial.

Para 52,2% o comércio é avaliado como bom se encontrar de tudo um pouco na localidade. Questionamos aos moradores o tipo de comércio/lojas que eles achavam que faltava no bairro e os mais citados foram: livraria com 20,5%, restaurante/ pizzaria com 17,9% e lojas de roupas com 15,2%. Também foram citados pelos entrevistados sorveteria, açougue, mercearia, peixaria e principalmente farmácia (Figuras 4.9.4.4-179 e 4.9.4.4-180).

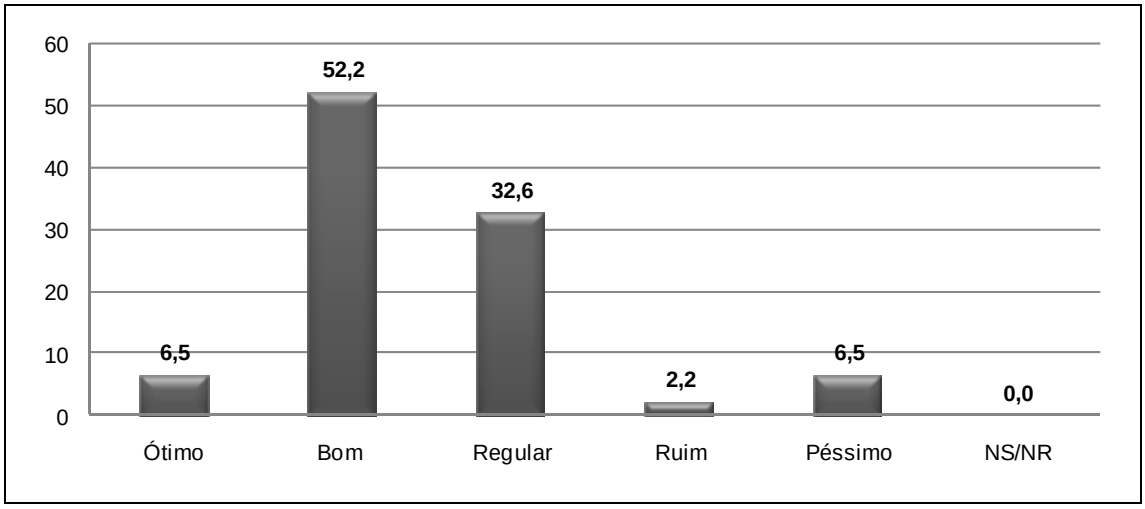


Figura 4.9.4.4-179: Avaliação do comércio.

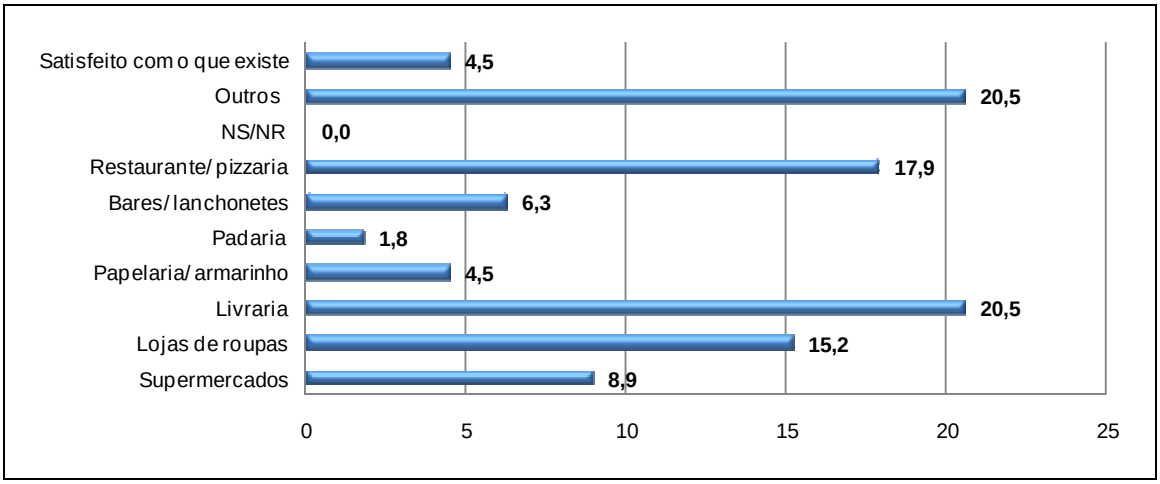


Figura 4.9.4.4-180: Comércio que falta.

Há na comunidade igrejas, tanto evangélicas quanto uma igreja católica, e 69,6% freqüentam o grupo comunitário de suas igrejas (Figura 4.9.4.4-181).

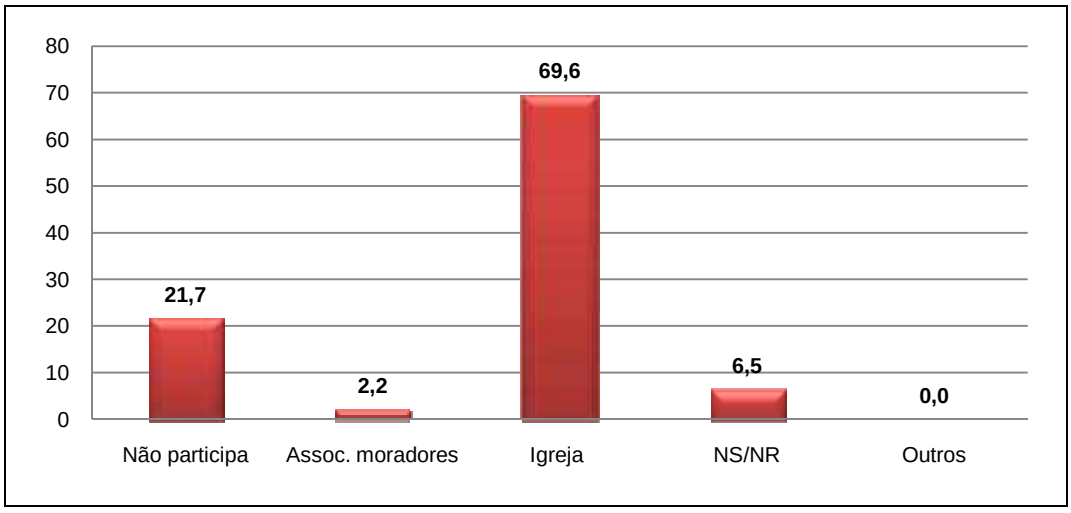


Figura 4.9.4.4-181: Grupo que freqüenta.

Quando questionamos sobre os problemas da comunidade, notamos uma grande insatisfação de todos, apenas os índices poluição do ar e coleta de lixo insuficiente não foram citados.

O problema mais citado foi o tráfico de drogas na região com 12,3%, algo notório durante o trabalho de campo. O segundo mais citado foi a falta de pavimentação com 11,9%, outro ponto que para os moradores geram muitos problemas, principalmente em épocas de chuva, pois todas as rua ficam alagadas. E o terceiro mais citado foi o esgoto/saneamento com 10,9% que para muitos moradores é um grande problema, pois acabam jogando todo o seu esgoto no mangue aumentando a degradação do Meio Ambiente (Figura 4.9.4.4-182).

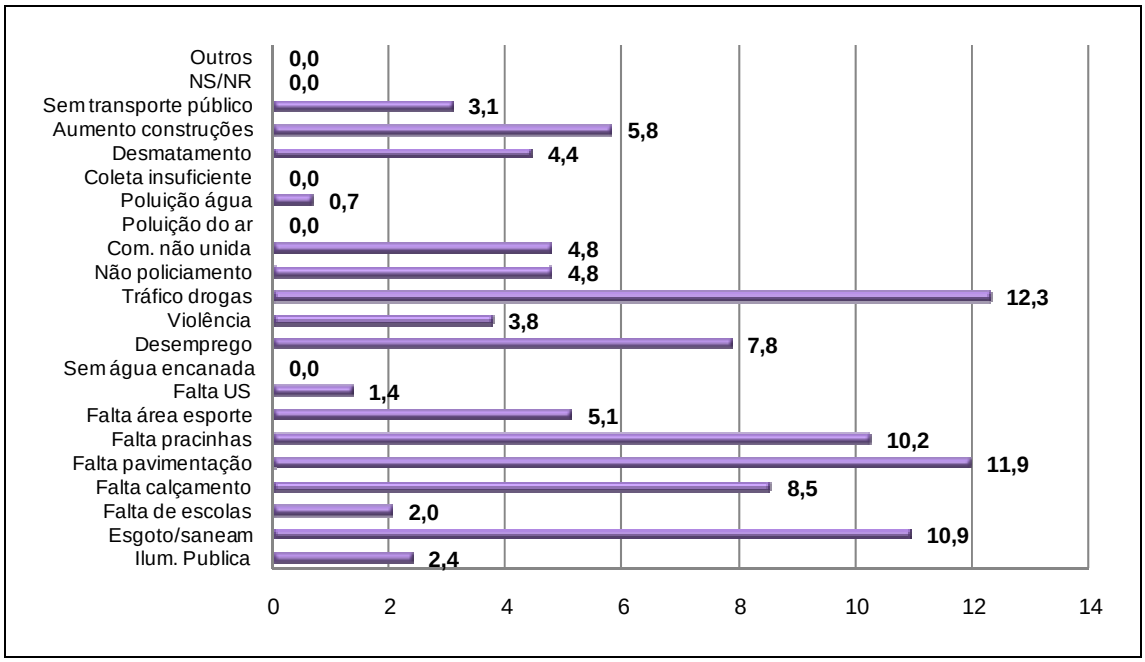


Figura 4.9.4.4-182: Problemas na comunidade.

Há duas escolas no bairro, porém 2% consideram insuficientes para a comunidade, com relação a ônibus não houve reclamação, uma vez que passa bastante ônibus no bairro.

As Figuras 4.9.4.4-183 a 4.9.4.4-188 mostram alguns problemas sociais e a infraestrutura presente no bairro.

Figura 4.9.4.4-183: Foto de esgoto a céu aberto indo direto para a Reserva.

Figura 4.9.4.4-184: Esgoto a céu aberto em outra rua do Bairro Kubitschek.

Figura 4.9.4.4-185: Falta de calçamento nas ruas.

Figura 4.9.4.4-186: Ônibus passando na comunidade.

Figura 4.9.4.4-187: Escola Municipal de Educação Infantil.

Figura 4.9.4.4-188: Escola Estadual do Ensino fundamental e médio.

Notamos que com relação a desenvolver atividades esportivas e participar de atividades ou programas culturais a maioria não participa. Os 8,7% que responderam que às vezes desenvolvem atividades esportivas fazem caminhadas, corridas ou andam de bicicleta (Figuras 4.9.4.4-189 a 4.9.4.4-191).

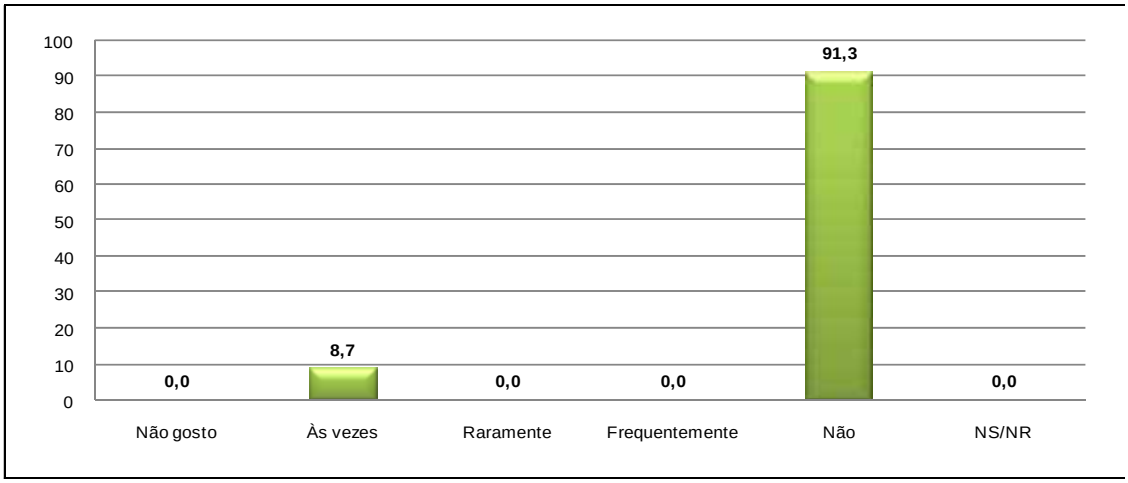


Figura 4.9.4.4-189: Desenvolve atividade esportiva?

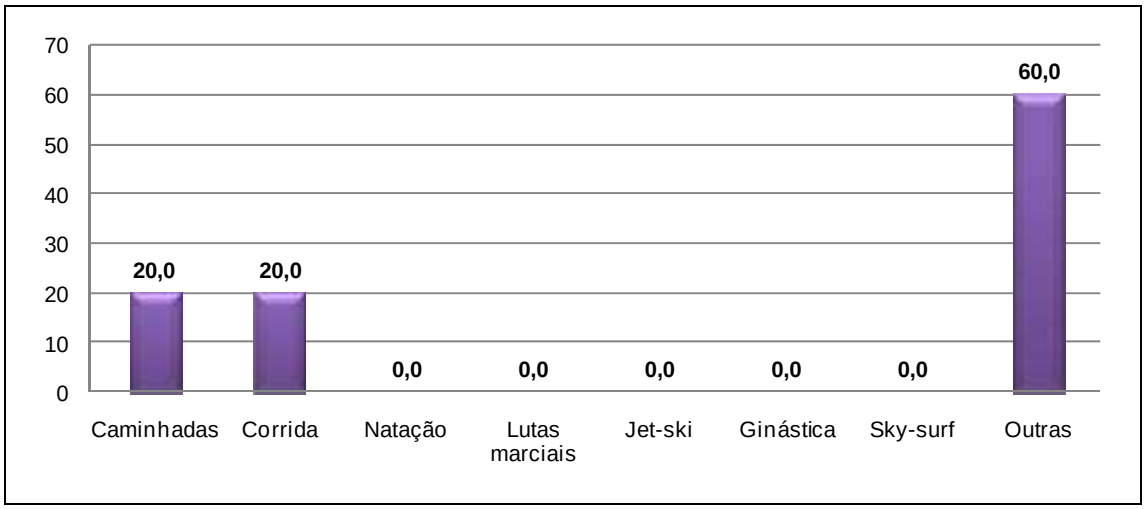


Figura 4.9.4.4-190: Se sim, qual?

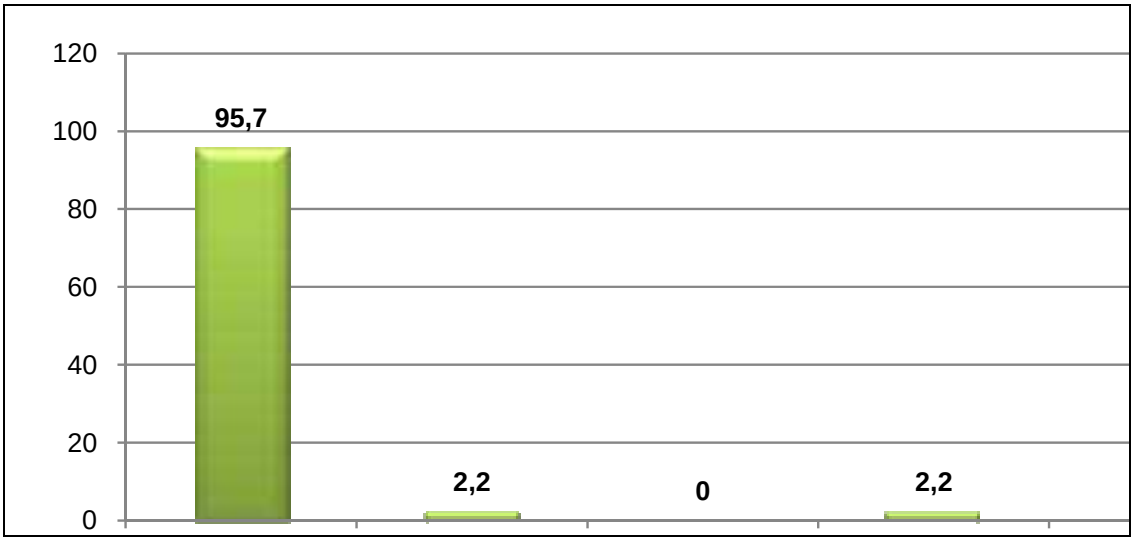


Figura 4.9.4.4-191: Participa de atividade ou programa cultural?

Perguntamos também aos moradores se eles ou alguém da família teria interesse em participar de algum tipo de programa de geração de renda e apenas 6,1% responderam não. Os cursos mais citados foram os de informática, língua estrangeira, mecânica, artesanato e marcenaria (Figura 4.9.4.4-192).

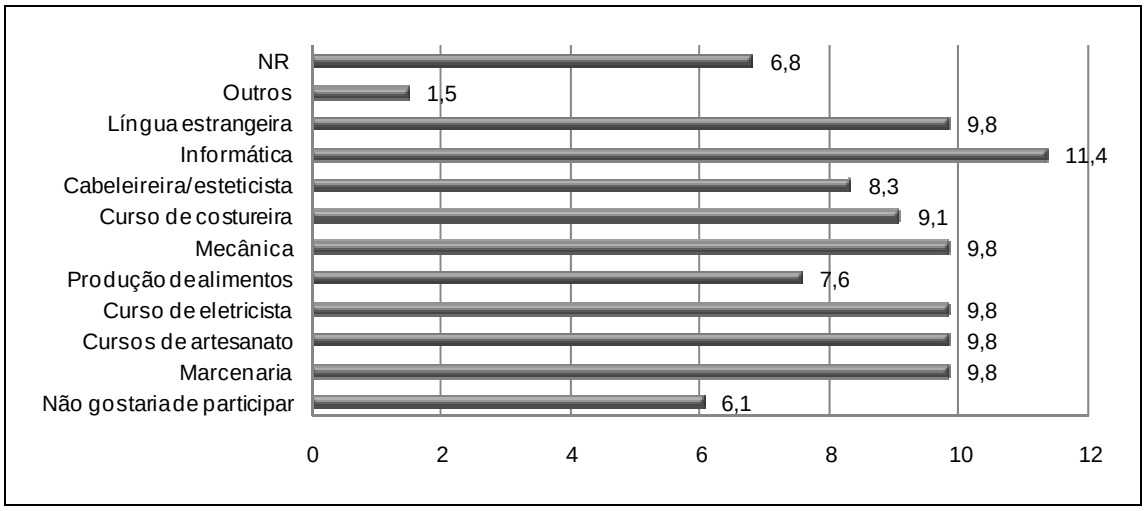


Figura 4.9.4.4-192: Interesse em participar de curso de geração de renda?

Perguntamos aos moradores como eles se relacionavam com o Meio Ambiente e 63% afirmaram fazer a sua parte. A maioria informou saber da existência de problemas, mas não sabem como contribuir (Figura 4.9.4.4-193).

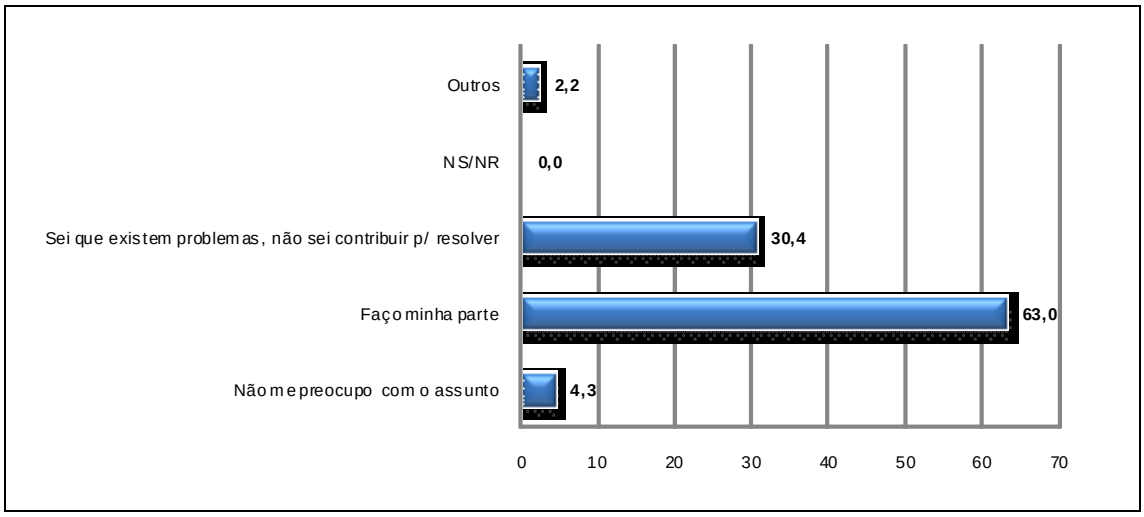


Figura 4.9.4.4-193: Como se relaciona com o meio ambiente?

Através do trabalho de campo notamos que a parte da RDS no entorno do bairro está muito degradada, por conta do esgoto e lixo jogado pelos moradores no manguezal. Os próprios moradores informaram chamar aquela parte da Reserva de “mangue morto”, pois já não há mais como pescar, catar caranguejo, mariscos e ostras no local.

As Figuras 4.9.4.4-194 a 4.9.4.4-198 a seguir mostram o manguezal no entorno do Bairro Kubitschek e os problemas recorrentes.

Figura 4.9.4.4-194: Visão parcial do manguezal no entorno do Bairro Kubitschek.

Figura 4.9.4.4-195: Canais superficiais onde o esgoto adentra a RDS.

Figura 4.9.4.4-196: O chamado “mangue morto” pelos moradores.

Figura 4.9.4.4-197: Aterro e construção sobre o mangue.

Figura 4.9.4.4-198: Entulho e lixo sendo acumulado na RDS.

Dentre os maiores problemas ambientais que estão ocorrendo na comunidade destaca-se o esgoto que vai direto para o mangue, e lixo que apesar de ter coleta no bairro, muitos ainda insistem em jogar no manguezal. Por ser uma região com um grande número de residências na localidade, a quantidade de esgoto jogado no mangue, fez com que a parte da Reserva localizada no Kubitschek chegasse a uma situação bastante crítica, notando-se que o manguezal está completamente destruído e morto, com um odor forte de esgoto, sendo é impossível catar caranguejo, ostra, sururu ou pescar na localidade, sendo observada nos locais mais comprometidos somente a presença de uma única espécie de crustáceo – o caranguejo chama-maré (Figura 4.9.4.4-199).

Figura 4.9.4.4-199: Chama-maré, único espécie sobrevivente neste trecho da RDS.

A moradora Ilda Rocha nos disse: “Tem aterro no mangue, esgoto no mangue. Quando chove, o bueiro entope e sobe para as ruas. Deveriam tirar essas pessoas que aterraram. Falta fiscalização maior do IEMA. Tem 13 casas dentro do mangue, perto da Unidade de Saúde do bairro. Estão aterrando tudo”.

O morador, Benedito Santos Junior, disse que o mangue está muito sujo, pois as pessoas jogam lixo no mangue. Mas ele toda semana recolhe o lixo do mangue perto da casa dele. Ele nos mostrou a área do manguezal que fica nos fundos da propriedade de sua família e nos revelou que planta árvores no mangue para tentar reflorestar. Ele disse: “Deveriam reunir um pessoal para reflorestar a área do manguezal que já foi devastada”.

Nas Figuras 4.9.4.4-200 a 4.9.4.4-202, podemos ver a situação crítica em que se encontra a Reserva e também a tentativa do morador Benedito de preservar o mangue.

Figura 4.9.4.4-200: O mangue devastado e a quantidade de lixo jogado na Reserva.

Figura 4.9.4.4-201: Sr. Benedito Santos Junior, nos mostrando os sacos de lixo que ele recolhe toda semana do manguezal.

Figura 4.9.4.4-202: Tentativa do Sr. Benedito em reflorestar o manguezal.

Conversamos com os entrevistados sobre a Reserva Concha D'Ostra e perguntamos se eles tinham conhecimento da existência da RDS na comunidade e 54,3% informaram conhecer (Figura 4.9.4.4-203).

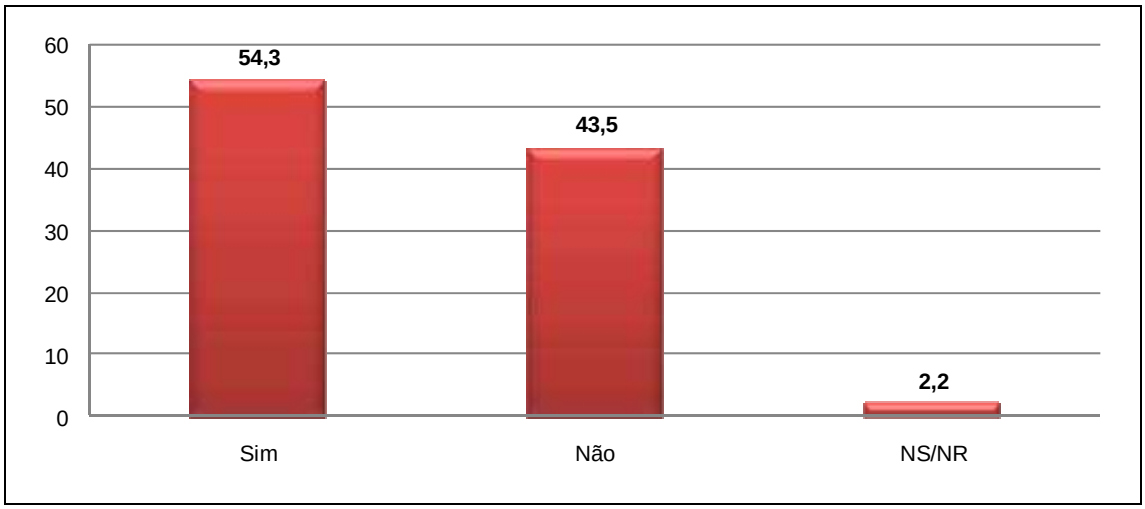


Figura 4.9.4.4-203: Conhece reserva ou área protegida?

A maioria ficou sabendo por conta das placas colocadas na entrada do Bairro Concha D'Ostra que faz divisa com o Bairro Kubitschek, mas também porque muitos têm parentes e amigos no Bairro Concha D'Ostra.

Mais da metade, 54,3% desconhecem as regras para viver e morar em uma área de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, mas 89,9% afirmaram estarem dispostos a conhecer as regras e respeitá-las (Figuras 4.9.4.4-204 e 4.9.4.4-205).

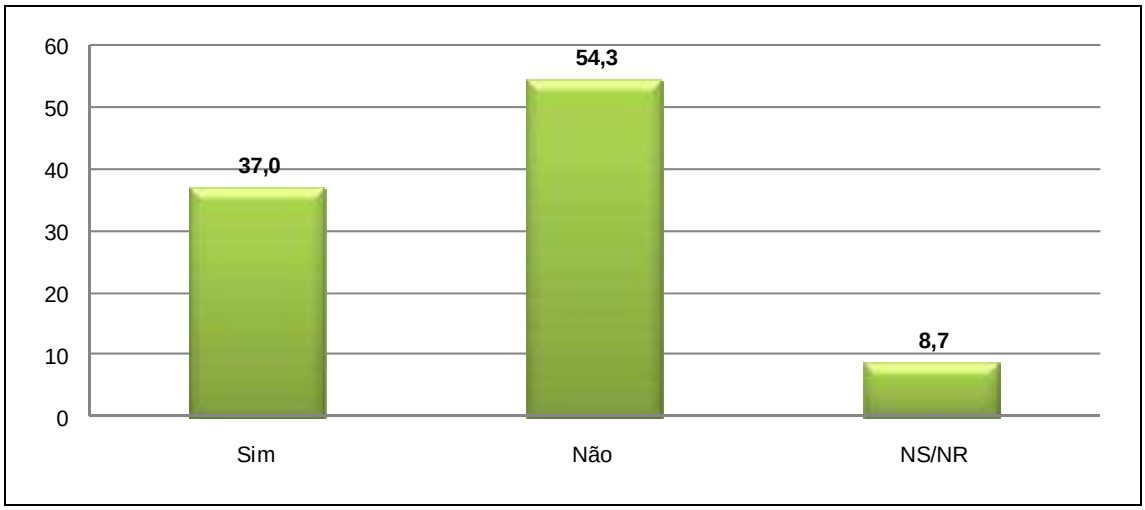


Figura 4.9.4.4-204: Conhece regras para viver na RDS?

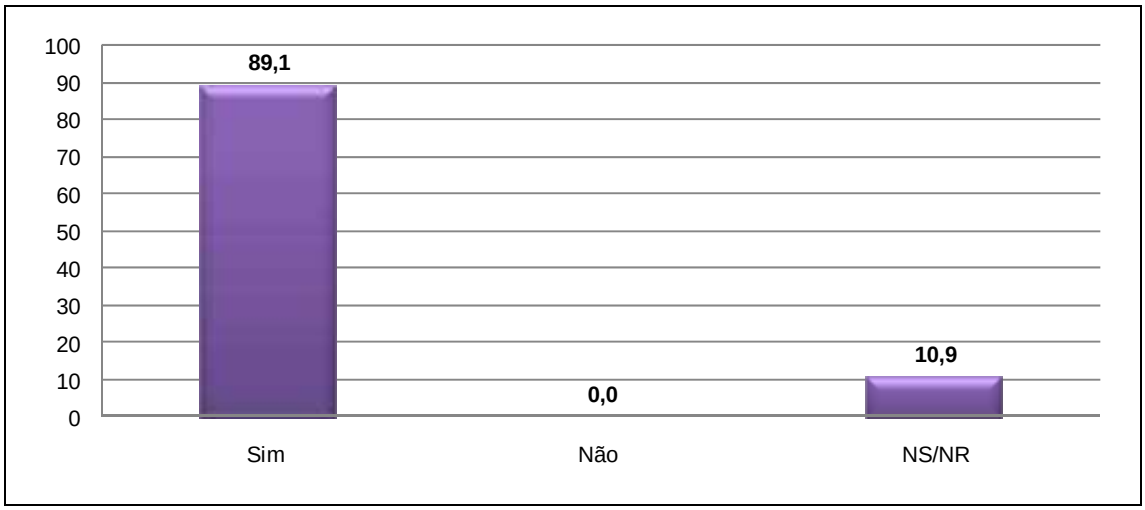


Figura 4.9.4.4-205: Disposto a viver/trabalhar respeitando as regras?

Apenas 26,1% nos informaram utilizar a RDS para o seu sustento, totalizando nove pessoas. Porém quando questionamos no começo do questionário qual seria a profissão deles apenas dois informaram ser pescador.

A autônoma Eliana Freitas disse necessitar da Reserva para o seu sustento porque o irmão pesca para consumo próprio.

O morador Roberto Nascimento que trabalha com reciclagem informou que também cata mariscos e vende direto aos consumidores e sempre respeita a época de suspender a cata.

Daiana Nascimento disse catar caranguejo e mariscos e comercializa direto ao consumidor e também sempre respeita as épocas de suspender a cata. Ela nos informou fazer faxina e bicos para conseguir renda na época da andada.

O vigia Aldecir também utiliza a Reserva para catar mariscos e vender direto ao consumidor, ele também informou respeitar a época de suspender a cata e faz “bico” e recebe o salário defeso para conseguir renda extra.

O morador Deusdeth dos Santos, hoje é aposentado pela colônia Z3.

O porteiro e pescador Valcenir de Almeida nos informou que utiliza batera para pescar e vende direto ao consumidor e sempre respeita a época que não pode pescar.

O morador Benedito Santos, é aposentado, mas nos informou sempre pescar para consumo próprio e sempre respeita a época de suspender a pesca.

A moradora Aparecida Teixeira, disse pescar de batera e cata caranguejo, mas tudo para consumo próprio.

Já o pescador Benedito Santos Junior nos revelou também catar marisco. Ele disse que entrega a atravessadores para fazerem as vendas. Ele sempre respeita a época de suspender a cata de marisco e pesca e recebe o salário defeso já que é cadastrado assim como o pai na Colônia Z3 (Figuras 4.9.4.4-206 a 4.9.4.4-208).

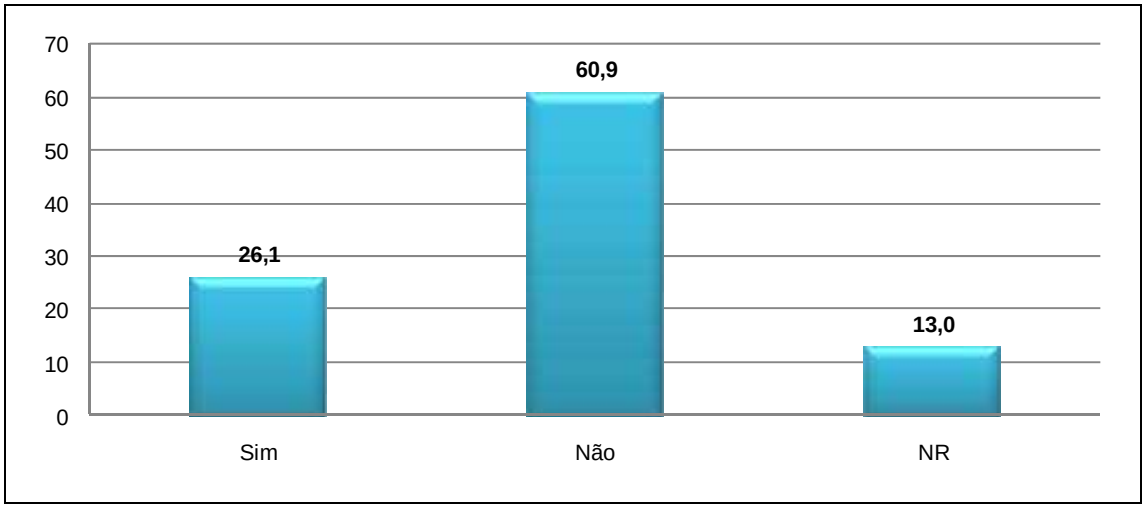


Figura 4.9.4.4-206: Necessita da Reserva para sustento?

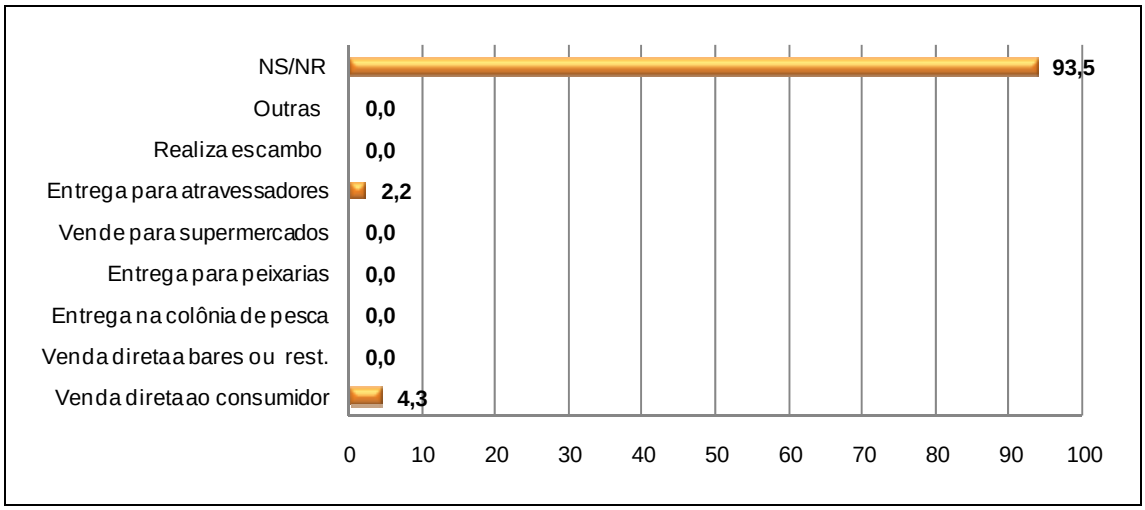


Figura 4.9.4.4-207: Forma de comércio do pescado.

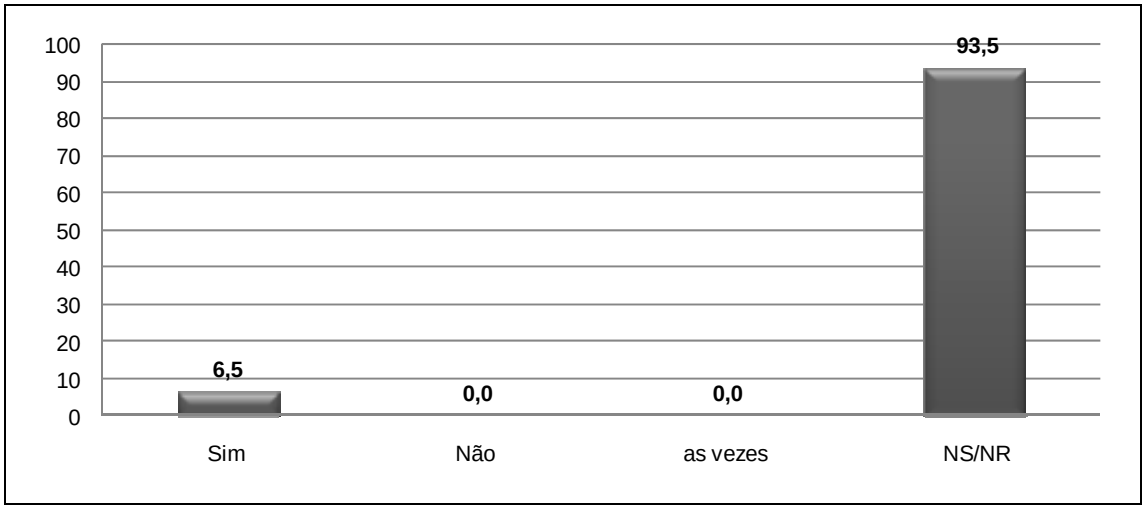


Figura 4.9.4.4-208: Respeita o defeso?

Dos moradores entrevistados, cerca de 60,9% nos relataram conhecer alguém que utilize a Reserva para sustento da família e 45,7% conhecem a Associação de pescadores e marisqueiros existente na região (Figuras 4.9.4.4-209 e 4.9.4.4-210).

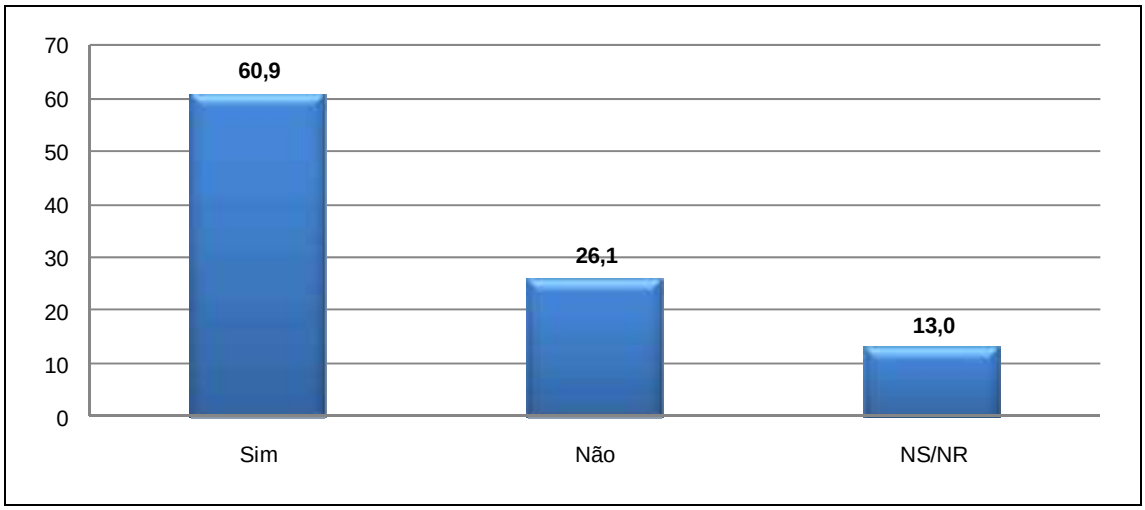


Figura 4.9.4.4-209: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento?

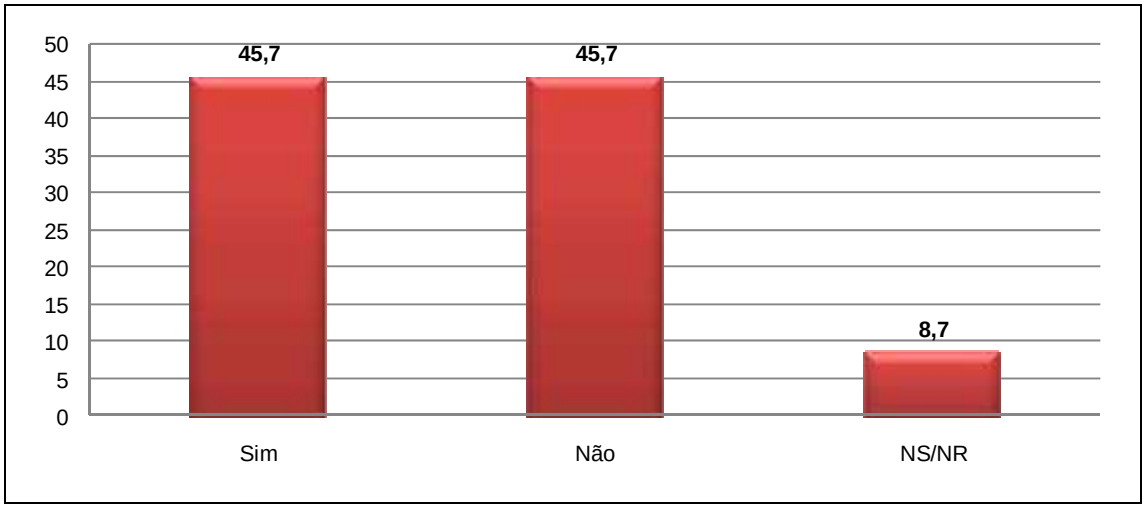


Figura 4.9.4.4-210: Conhece Associação de marisqueiros e pescadores da região?

Quando questionamos se eles participaram da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra somente 6,5% nos informaram que sim. Os moradores Adelcir Pereira, Valcenir de Almeida e Luzinete Lima Barcelos, participaram por meio de reuniões (Figura 4.9.4.4-211).

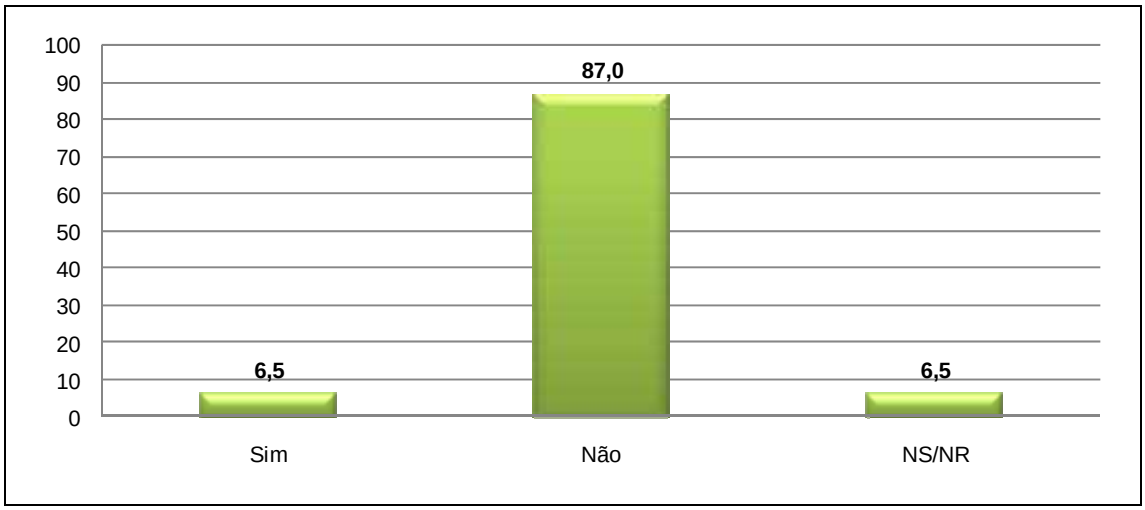


Figura 4.9.4.4-211: Participou da criação da RDS?

Com relação a algum programa ou projeto desenvolvido na região envolvendo a RDS, 76,1% informaram desconhecer (Figura 4.9.4.4-212). Aqueles que citaram conhecer, falaram sobre o projeto de ostreicultura, porém este projeto já não existe mais, apesar de a placa ainda existir no Bairro Kubitschek.

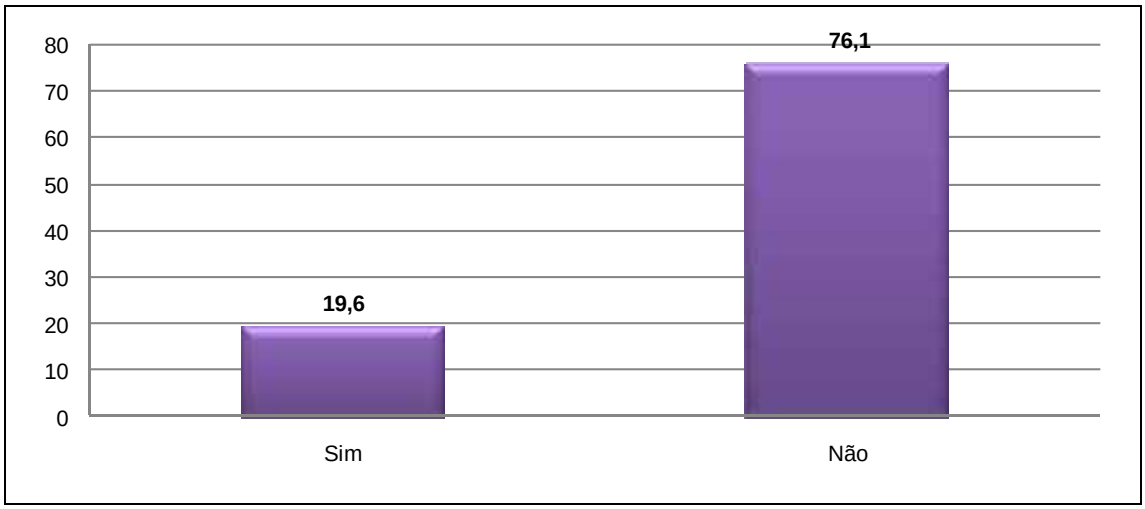


Figura 4.9.4.4-212: Conhece programa ou projeto da RDS?

Há apenas festa religiosa na comunidade, segundo nos informou os moradores e somente 63% a conhecem (Figura 4.9.4.4-213).

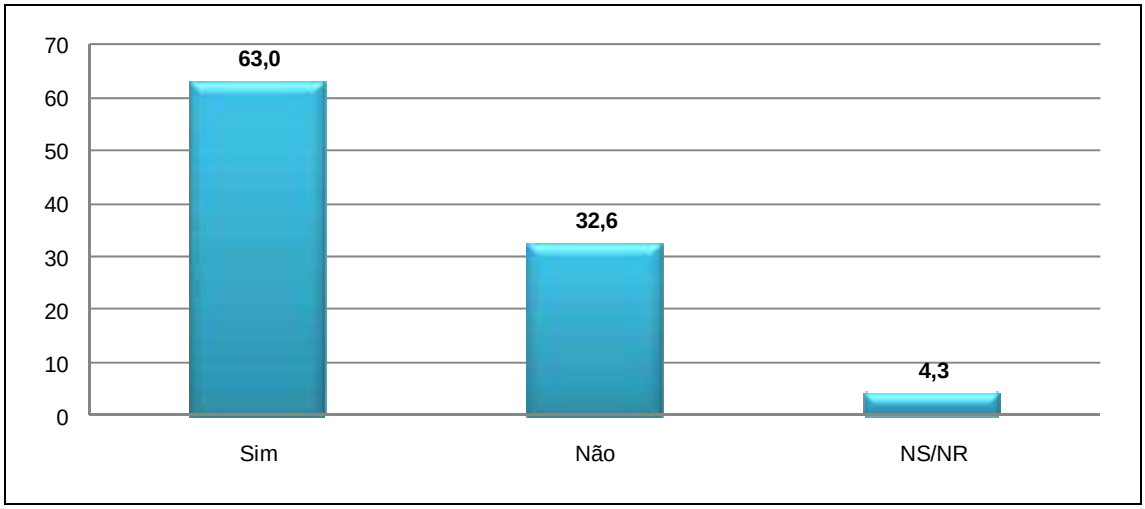


Figura 4.9.4.4-213: Conhece festas e manifestações culturais?

Para a maioria das pessoas entrevistadas a Reserva é considerada entre importante e muito importante, apenas duas pessoas a consideram sem importância (Figura 4.9.4.4-214). A moradora Maria de Lourdes da Costa Silva disse: “para mim não tem importância, não gosto do manguezal”.

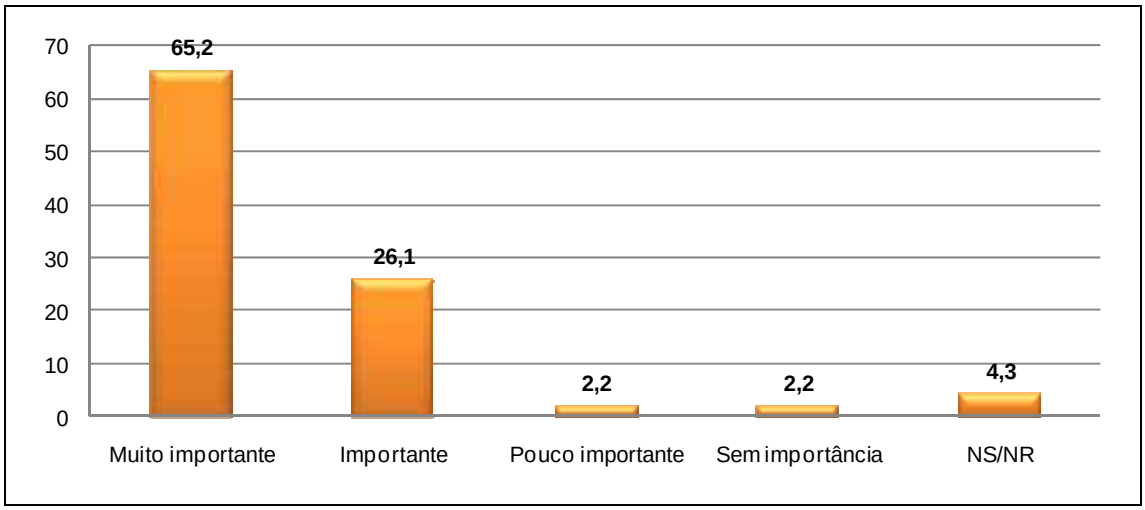


Figura 4.9.4.4-214: O que a RDS é para a comunidade?

Mas a maioria sabe do valor do manguezal para o ecossistema, é o caso da moradora Maria da Penha Souza Teixeira, ela nos informou que estão aterrando tanto o mangue, que no lado da Praia do Riacho já está encostando com o lado do Ipiranga. Ela nos informou não estar satisfeita com a atual situação do manguezal, pois tem muito aterro e está ficando cada vez mais destruído.

A moradora Fernanda Pereira Silva Viana disse: *"não está bem cuidado e não há fiscalização"*.

O pescador aposentado Deusdeth dos Santos, disse: *"Agora melhorou depois que tiraram o lixão do Lameirão. Por conta do lixão, o mangue vermelho não nascia mais. Nesse mangue nem marisco tem mais (do lado do Kubitschek). Depois que retiraram o lixo melhorou para o lado de lá. Mas do lado de cá tá pior, porque a população joga lixo no mangue. O cara da escuna às vezes faz a limpeza, mas o pessoal não se interessava e então ele parou"*.

A moradora Tereza Almeida que também não está satisfeita com a atual situação da RDS Concha D'Ostra nos disse: *"O mangue está morrendo. Antigamente tinha muito caranguejo, hoje não tem mais"*.

O Bairro Kubitschek é um bairro extenso com muitas ruas. Há comércio no bairro e uma Unidade de Saúde, igrejas e duas escolas.

Houve dificuldades para finalizar o trabalho de campo devido ao intenso tráfico de drogas no local e por algumas vezes fomos intimidados. Por conta disso, evitou-se tirar fotos na localidade, focando apenas no manguezal ou quando os donos da residência assim permitiam (Figuras 4.9.4.4-215 e 4.9.4.4-216).

Figura 4.9.4.4-215: Entrevista com moradores.

Figura 4.9.4.4-216: Entrevista com morador.

Por ser um bairro muito populoso e não possuir ainda uma rede de esgoto, a Reserva recebe muito esgoto das residências, até mesmo de outros bairros adjacentes, gerando um grande problema ambiental para a RDS (Figura 4.9.4.4-217).

Figura 4.9.4.4-217: Esgoto de bairro adjacente a Kubitschek sendo lançado na RDS.

Notamos que muitos moradores jogam lixo no mangue e existindo até mesmo uma criação de porcos dentro do mangue (Figura 4.9.4.4-218).

Figura 4.9.4.4-218: Criação de porcos na RDS.

Depoimento da moradora Elize Chagas Ribeiro: *"Toda a sujeira cai naquele mangue, não era para acontecer isso. Quando chove minha casa fica cheia de sujeira, de água de esgoto. Eu sofro quando está chovendo. Eu trabalho com faxina, eu nem tinha pagado o meu guarda roupa ainda e perdi. Eu chorei tanto"*.

Durante as entrevistas no bairro, ficamos sabendo sobre a suspeita do caranguejo letárgico na região, pois muitos moradores que utilizam a Reserva nos informaram que havia muitos caranguejos mortos no local. Informamos as autoridades, mas não sabemos se houve a confirmação da doença (Figura 4.9.4.4-219).

Figura 4.9.4.4-219: Exemplar pequeno de caranguejo encontrado nas partes mais preservadas.

Dentro deste contexto com problemas sociais e de risco para saúde tão evidentes, (Figura 4.9.4.4-220) a região possui outro agravante relacionado a segurança, tendo sido informados a equipe de entrevistadores que os traficantes locais fizeram um caminho para fuga dentro do manguezal na direção da Rua “Bico do Urubu” o qual deve ser objeto de confirmação pelas autoridades.

Figura 4.9.4.4-220: Uma criança se arrisca brincando no meio do lixo e dos urubus.

- ***Conclusão - Kubistchek***

O Bairro Kubistchek tem o maior número de casas dentro e no entorno da Reserva.

O bairro é antigo, e a maioria dos moradores é humilde e moram na comunidade há mais de 15 anos, mas com poucos catadores de mariscos e pescadores.

De todos os bairros que visitados, este é o que se encontra em pior situação conforme já observado pelos registros fotográficos com muito esgoto, lixo, aterros sendo caracterizados pelos moradores situados no entorno do bairro, como “mangue morto” não encontrado mais as árvores típicas do manguezal e sim um imenso lamaçal com um odor muito forte.

A maioria dos moradores entrevistados não está preocupada com a situação em que a Reserva se encontra, pois muitos não sabiam nem da existência de uma Reserva Ambiental na região.

Mas notamos, portanto, que falta um pouco de diálogo com a comunidade para que eles possam perceber o quanto é importante a Reserva e a preservação da mesma.

Há uma necessidade de fazer reuniões com a comunidade e também um trabalho de educação ambiental, bem como visitas periódicas dos órgãos competentes fiscalizadores para que possam em conjunto com a comunidade e a Associação de Moradores fazer um trabalho de recuperação da área ambiental localizada no bairro.

Apesar de toda a destruição conhecemos alguns moradores como a família do Benedito Santos Junior, que tentam de todas as formas preservar o pouco da Reserva existente, limpando a parte do mangue localizada nos fundos de suas casas, não jogando lixo no mangue e não aterrando e ainda reflorestando a área da RDS no entorno de sua casa. Mas percebemos ser a minoria, apesar de a maioria dizer fazer a sua parte, mas a realidade mostrar o contrário.

❖ *BAIRRO CONCHA D’OSTRA*

Antigamente o Bairro Concha D’Ostra era uma fazenda que pertencia à família Saade. O caseiro, Anésio Freire, morava na fazenda para cuidar do terreno. Segundo os moradores, um advogado após conversar com o caseiro, o convenceu a entrar na justiça para ter o direito relativo a posse das terras, em decorrência do uso deste bem por um determinado tempo. Anésio entrou na Justiça e ganhou em primeira instância, mas os donos da propriedade recorreram, e ele perdeu a posse das terras.

Após a morte de Anésio, os filhos venderam os terrenos acreditando que as terras ainda estavam em sua posse.

Como os verdadeiros proprietários do local não moravam próximo, eles demoraram a ter conhecimento das vendas das terras e quando souberam já havia muitas famílias residindo na localidade, surgindo assim o Bairro Concha D’Ostra.

Em 2007, o IEMA oficializou que aquelas terras passariam a fazer parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D’Ostra (Figura 4.9.4.4-221) e a partir daí começaram os problemas envolvendo a comunidade, o

proprietário das terras e o órgão público responsável pela fiscalização da Reserva, além de outros como a Prefeitura de Guarapari e o Ministério Público.

Figura 4.9.4.4-221: Vista da RDS na localidade de Concha D'Ostra.

Hoje todos os moradores possuem somente o recibo de compra/venda de suas propriedades, ou seja, são posseiros e atualmente com a implementação da RDS, estão tendo mais dificuldades para regularizar a situação fundiária.

Desde Janeiro de 2010, devido a um intenso desmatamento que estava ocorrendo na área da RDS, o ministério público ajuizou uma ação que resultou no embargo de toda a área através de um mandato da Juíza Elizabeth, suspendendo todas as ações que colocassem em risco a integridade dada RDS Concha D'Ostra. Como decorrência desta ação, a CESAN e a ESCELSA, estão proibidas de entrar na comunidade para realizar qualquer ligação de água e luz no bairro, bem como nenhum morador pode continuar obras na comunidade, como se observa na Figura 4.9.4.4-222.

Figura 4.9.4.4-222: Construção interrompida devido ao embargo.

O Bairro Concha D'Ostra é o único bairro inteiramente dentro dos limites da RDS. A comunidade tem 253 unidades habitacionais e foram realizadas 42 entrevistas com moradores locais e duas entrevistas com representantes da Associação de Moradores da comunidade (Figuras 4.9.4.4-223 e 4.9.4.4-224).

Figura 4.9.4.4-223: Rua principal da Comunidade Concha D'Ostra.

Figura 4.9.4.4-224: Via de acesso para o Centro Comunitário da Concha D'Ostra (ao fundo).

Dentre os entrevistados, (Figura 4.9.4.4-225), 40,5% são casados e 54,8% possuem entre um a três filhos (Figuras 4.9.4.4-226 e 4.9.4.4-227).

Figura 4.9.4.4-225: Morador sendo abordado pela equipe de pesquisa.

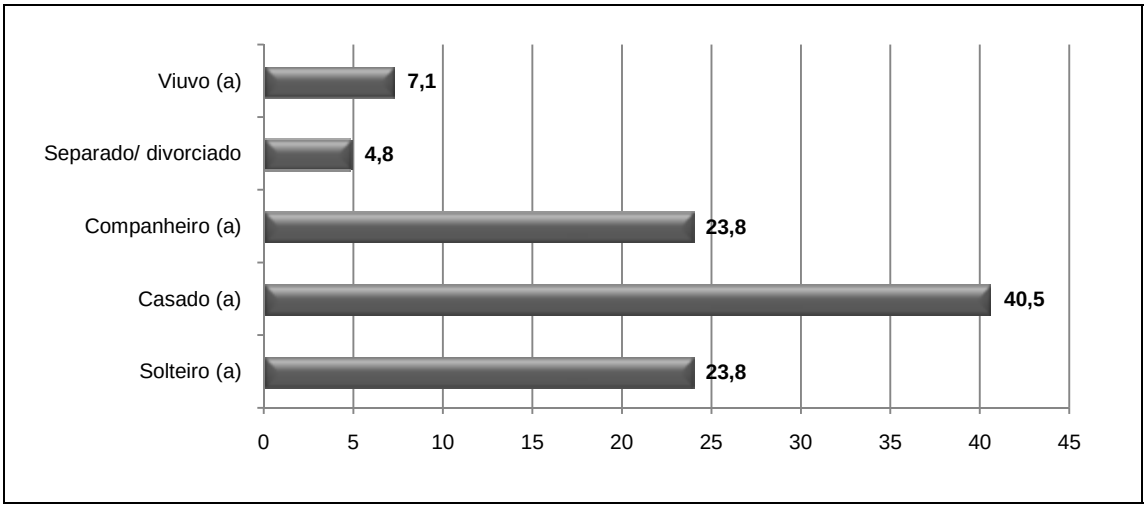


Figura 4.9.4.4-226: Estado civil.

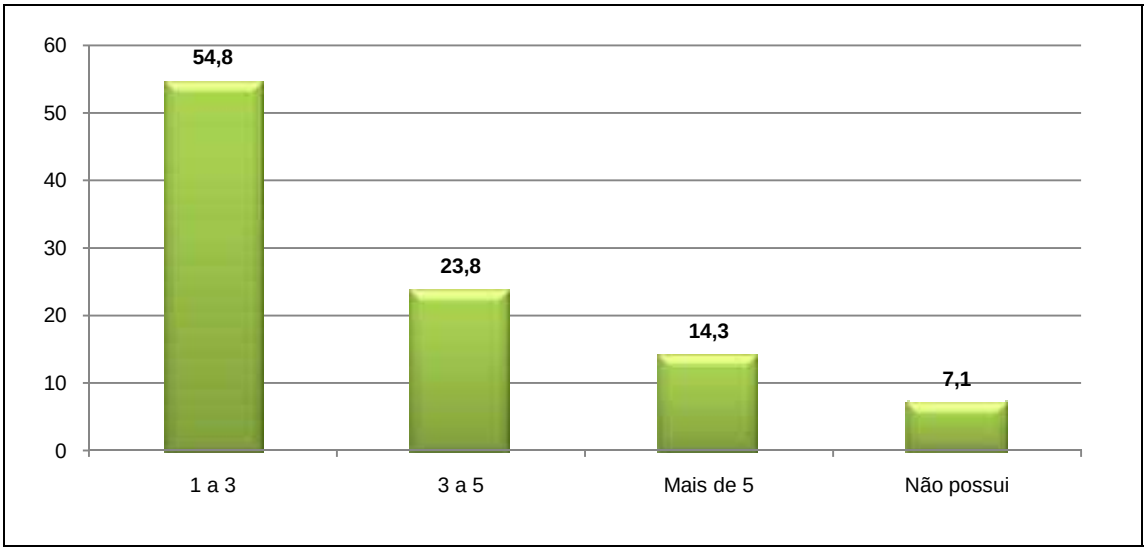


Figura 4.9.4.4-227: Número de filhos.

O índice de escolaridade dos moradores entrevistados é baixo, 47,6% possuem o fundamental incompleto e 4,8% dos moradores tem o ensino universitário completo (Figura 4.9.4.4-228).

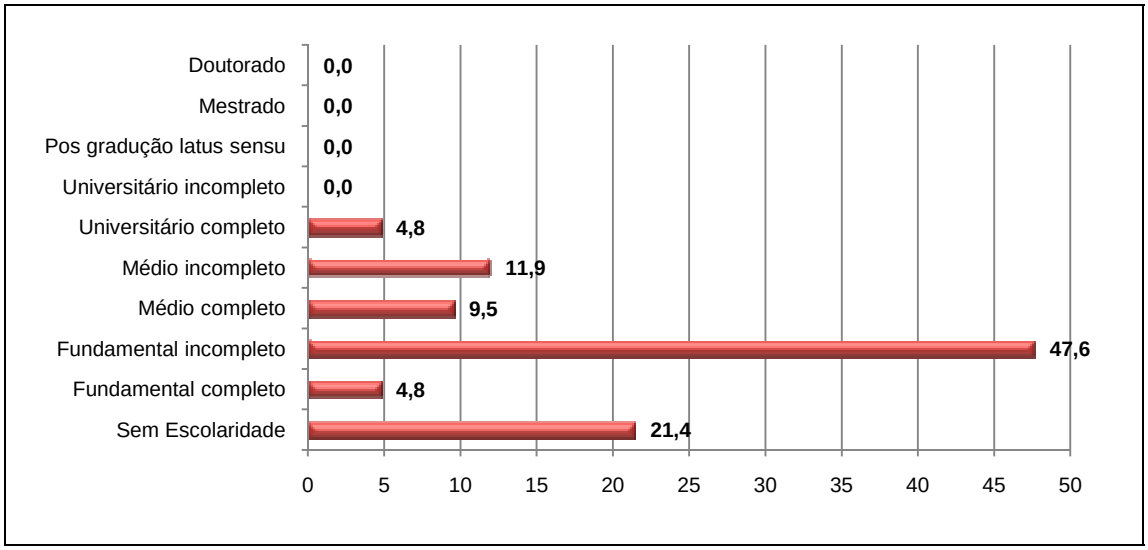


Figura 4.9.4.4-228: Escolaridade.

Dentre as profissões, (Figura 4.9.4.4-229) identificou-se a predominância de donas de casa com 26,2%, seguidos de marisqueiros e pescadores (21,4%), observados na Figura 4.9.4.4-230, aposentados (11,9%) domésticas (7,1%), desempregados (2,4%), e um grupo envolvendo estudantes, caseiros, pensionistas e comerciantes que juntos correspondem a outras profissões com 31,0%.

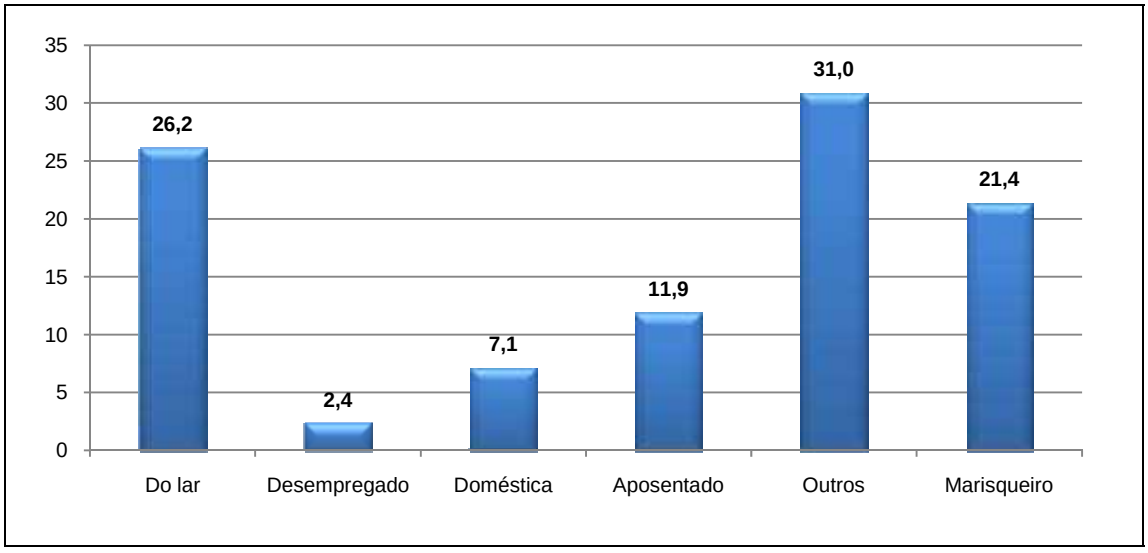


Figura 4.9.4.4-229: Profissão.

Figura 4.9.4.4-230: Pescador, morador típico local, na fabricação de rede.

Quanto à situação fundiária observa-se que 95,2% afirmam serem proprietários de seus terrenos (Figura 4.9.4.4-231), entretanto como a região é de propriedade da família Saade, nenhum morador possui a escritura dos terrenos, possuindo apenas recibos de compra e venda.

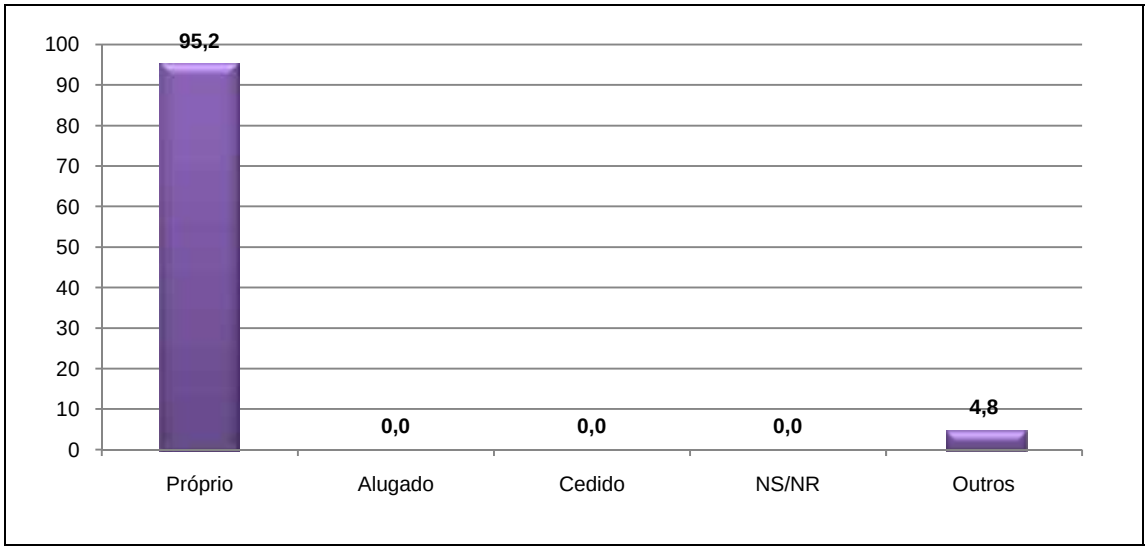


Figura 4.9.4.4-231: Condições de moradia.

Com relação ao tempo que residem no local, 21,4% informaram morar na comunidade há mais de 20 anos e 7,1% entre 15 a 20 anos. Mesmo não possuindo a escritura de seus terrenos, muitos moram na localidade há anos, o que gera um grande conflito, uma vez que não são realmente proprietários de seus terrenos, porém já possuem uma ocupação consolidada (Figuras 4.9.4.4-232 e 4.9.4.4-233).

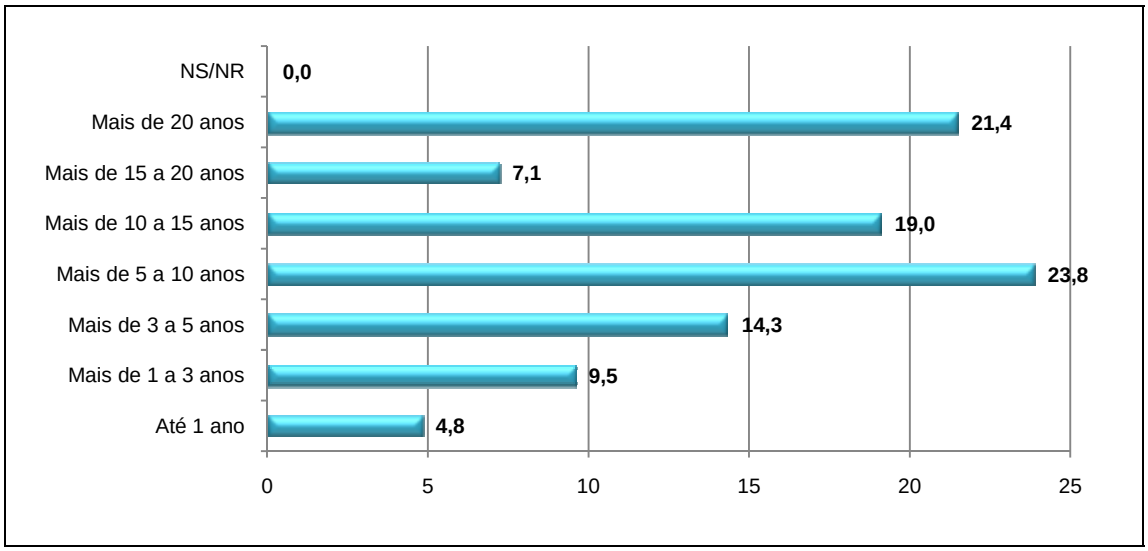


Figura 4.9.4.4-232: Tempo que reside.

Figura 4.9.4.4-233: Morador local que afirma residir a mais de 20 anos na comunidade.

A maioria possui uma renda familiar de até dois salários mínimos, sendo que somente 7,1% informaram possuir uma renda familiar entre três a quatro salários mínimos (Figura 4.9.4.4-234).

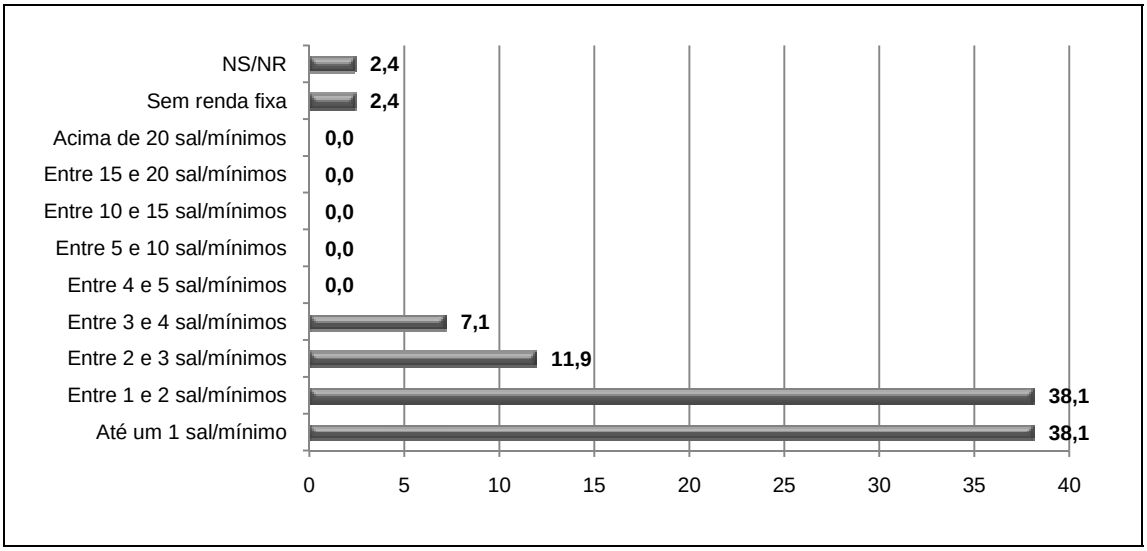


Figura 4.9.4.4-234: Renda familiar.

Sobre a relação morador/domicílio, 23,8% possuem dois moradores por residência e 19% dos entrevistados informaram dividir suas casas com mais de cinco pessoas (Figura 4.9.4.4-235). É o caso da residência do Assemilson Freire e da Matilde Machado Costa onde ambos informaram que possuem nove pessoas morando na mesma casa.

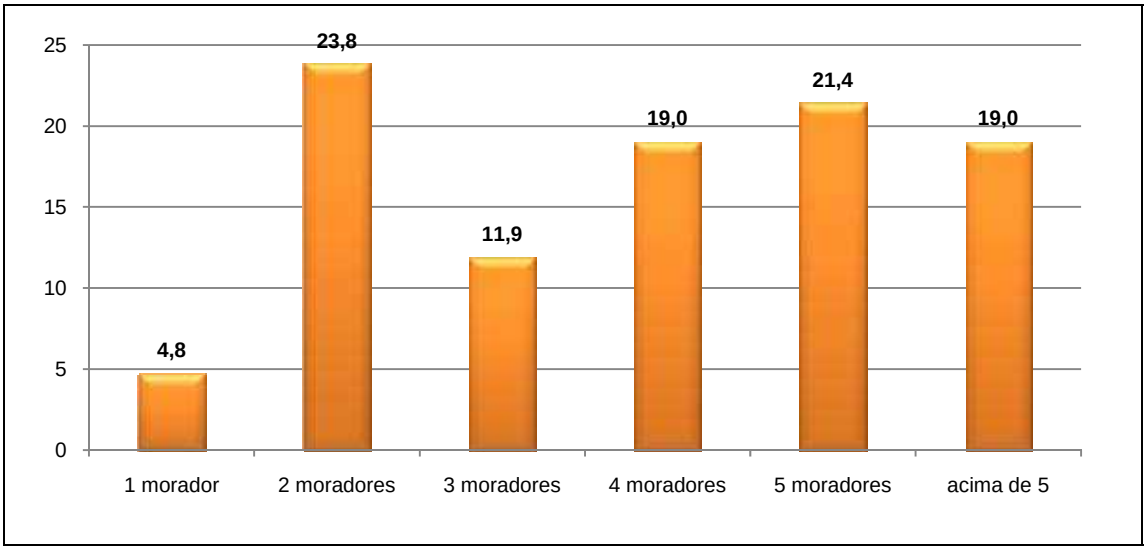


Figura 4.9.4.4-235: Morador/domicílio.

O abastecimento de água é feito pela CESAN em 83,3% das casas, porém devido ao embargo ocorrido desde janeiro de 2010, muitas casas estão sem receber a água da CESAN e pegam emprestados ou retiram de poço para suprir a falta de água em suas residências (Figura 4.9.4.4-236).

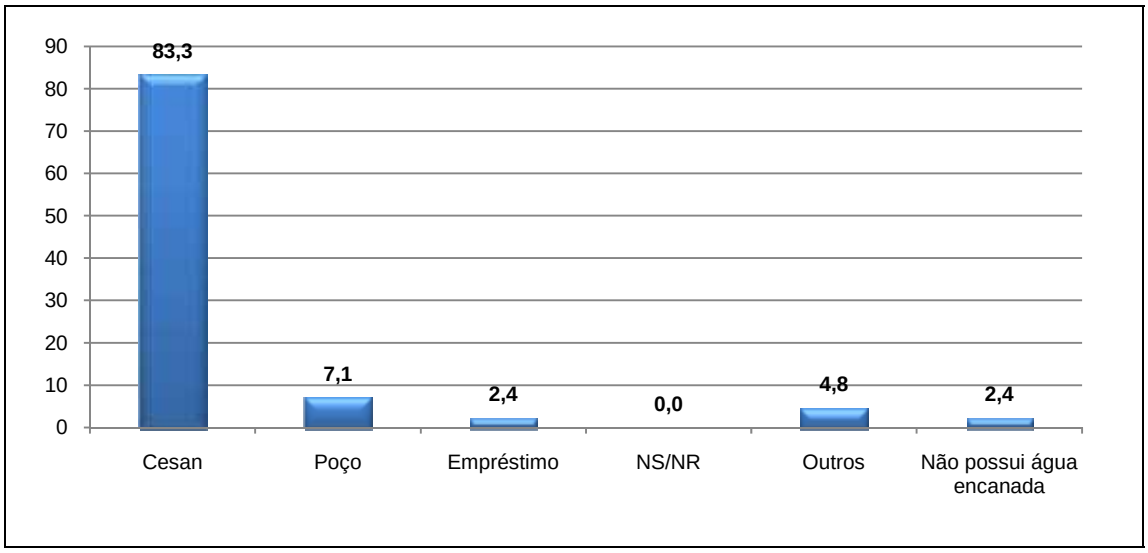


Figura 4.9.4.4-236: Abastecimento de água.

A energia elétrica é feita pela ESCELSA em 85,7% das casas, mas também devido ao problema do embargo algumas casas estão sem energia elétrica (Figura 4.9.4.4-237).

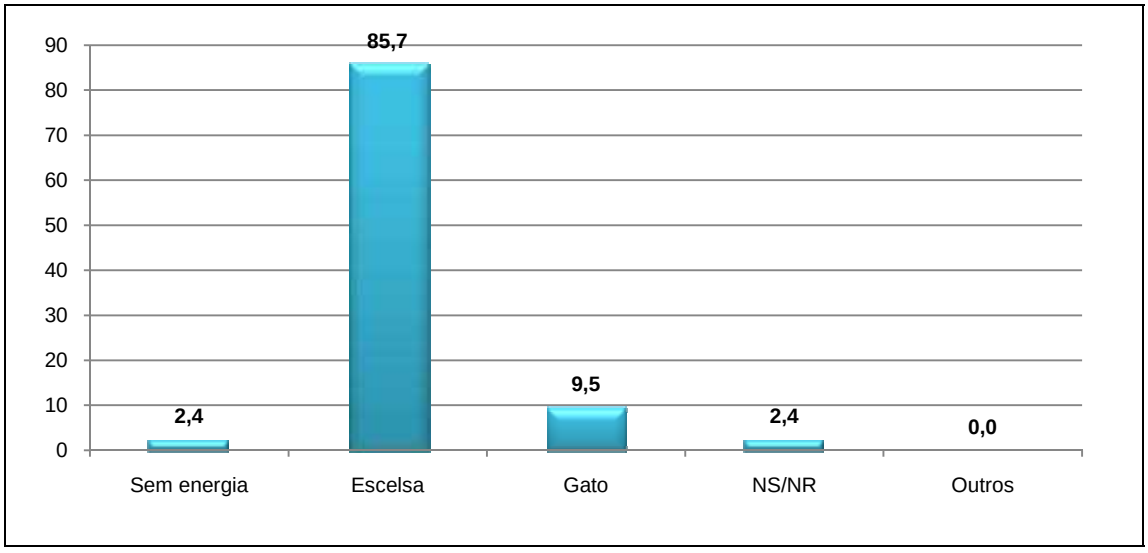


Figura 4.9.4.4-237: Energia elétrica.

Não há um sistema de captação do esgoto no bairro, mas segundo informações dos moradores, a CESAN está construindo, mas não irão beneficiar todos os moradores da comunidade, apenas as residências do começo do bairro. Porém três moradores informaram que suas casas estão ligadas a rede de esgoto, mas ainda não está em funcionamento, os outros, representando 92,9% informou que suas residências não estão ligadas a rede de esgoto (Figura 4.9.4.4-238).

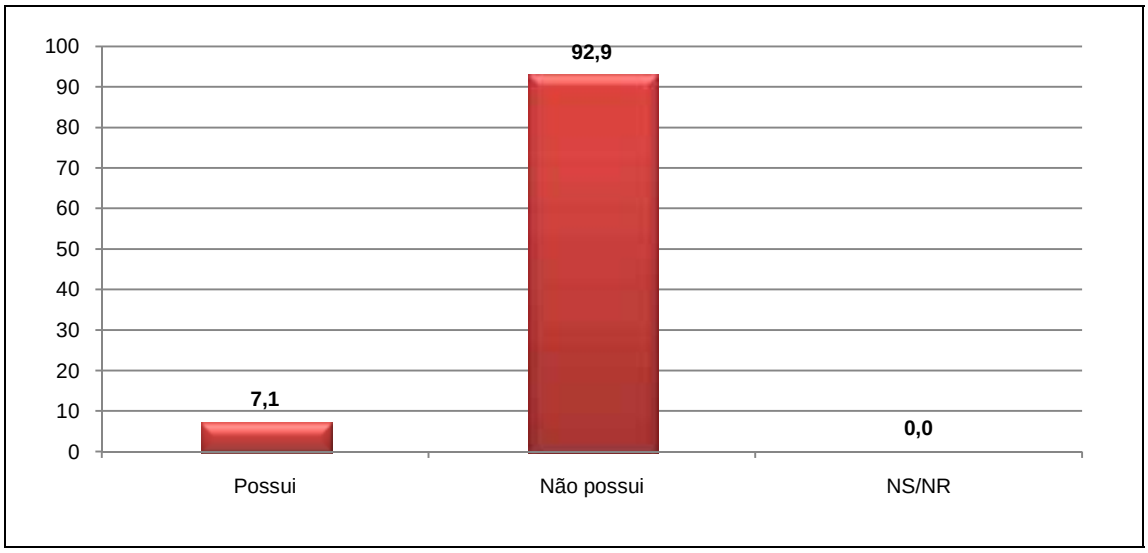


Figura 4.9.4.4-238: Rede de esgoto.

Quando questionamos sobre o destino do esgoto das residências, apenas 4,8% despejam direto em via pública/natureza, mas sabemos que o destino do esgoto não é direto para o manguezal, mas sim para a rua ou o próprio quintal. Os 88,1% informaram possuir fossa séptica em suas residências (Figura 4.9.4.4-239).

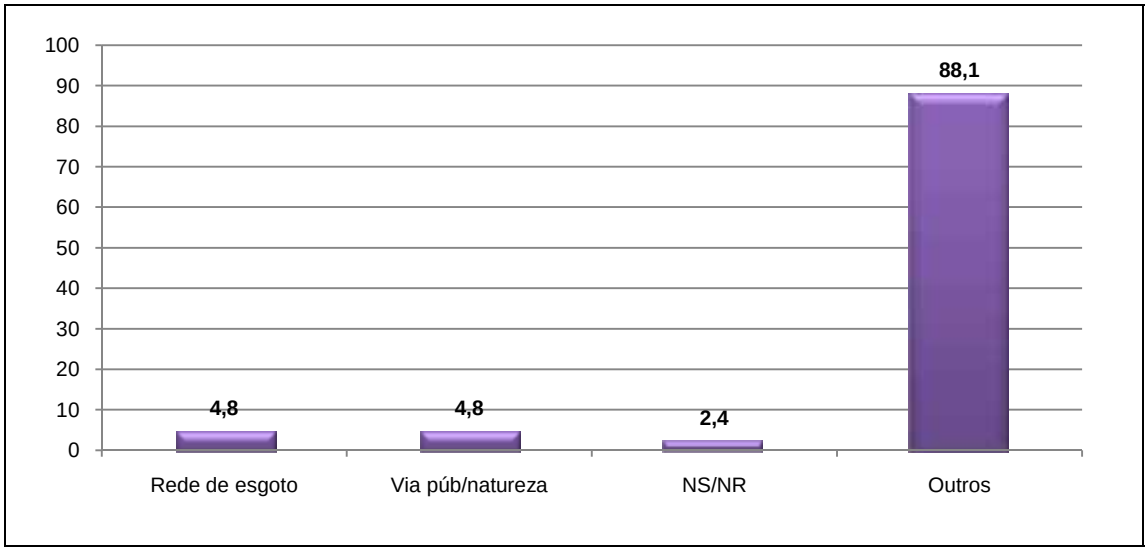


Figura 4.9.4.4-239: Destinação do esgoto.

A Associação de Moradores de Concha D'Ostra funciona há um ano e dois meses e surgiu somente após o embargo da Juíza Elizabeth. Segundo o vice-presidente, Malvino Costalonga Junior, a Associação surgiu para que os moradores pudessem conversar com as autoridades para resolverem o problema do embargo no bairro (Figuras 4.9.4.4-240 e 4.9.4.4-241).

Perguntamos aos moradores se eles participavam de alguma organização/ associação e alguns responderam participar das reuniões da Associação de Moradores, porém alguns reclamaram que muitas vezes os representantes da Associação de Moradores fazem reuniões e não convocam todos os moradores, foi o que nos informou a moradora Sonia Maria Borges Pereira.

Os marisqueiros, catadores de caranguejo, siri e pescadores informaram fazerem parte da Colônia Z3.

Figura 4.9.4.4-240: Entrevista com o vice presidente e com o vice tesoureiro.

Figura 4.9.4.4-241: Responsáveis pela Associação de Moradores da Concha D'Ostra.

A coleta de lixo no bairro é efetuada pela Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari (CODEG), por meio de caminhões de coleta que, segundo 54,8% dos moradores (Figura 4.9.4.4-242) passam três vezes por semana.

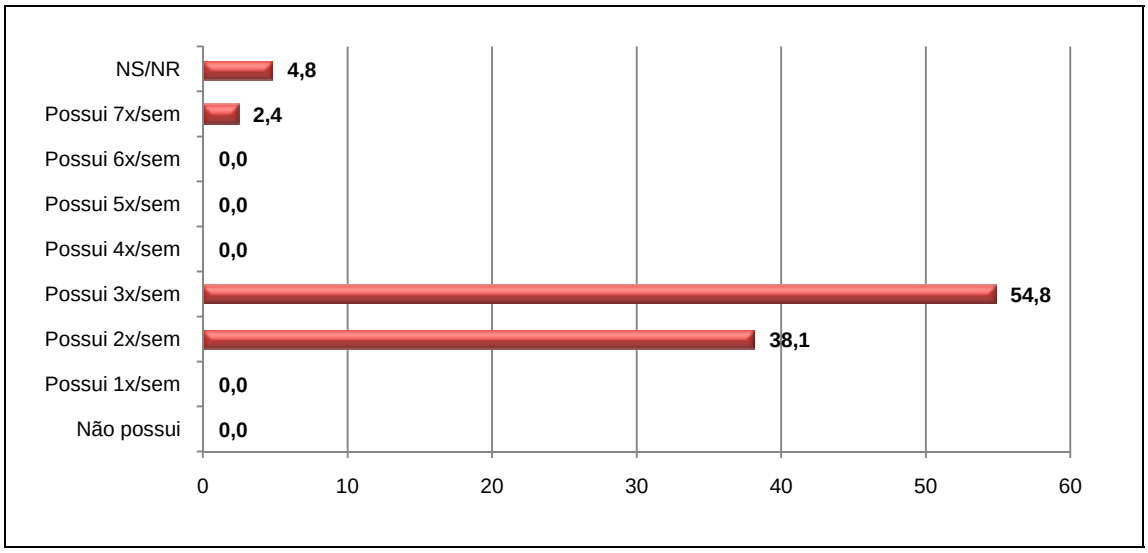


Figura 4.9.4.4-242: Coleta de lixo.

Apenas 4,5% dos entrevistados não possuem nenhum tipo de telefonia (Figura 4.9.4.4-243).

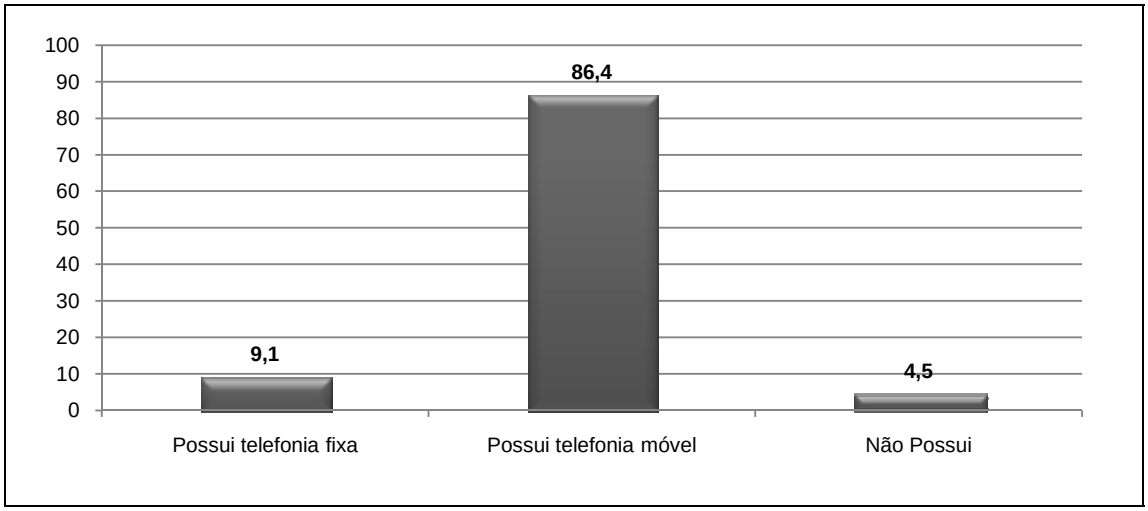


Figura 4.9.4.4-243: Telefonia.

Para 54,8% a avaliação geral dos serviços de telefonia do bairro é regular (Figura 4.9.4.4-244).

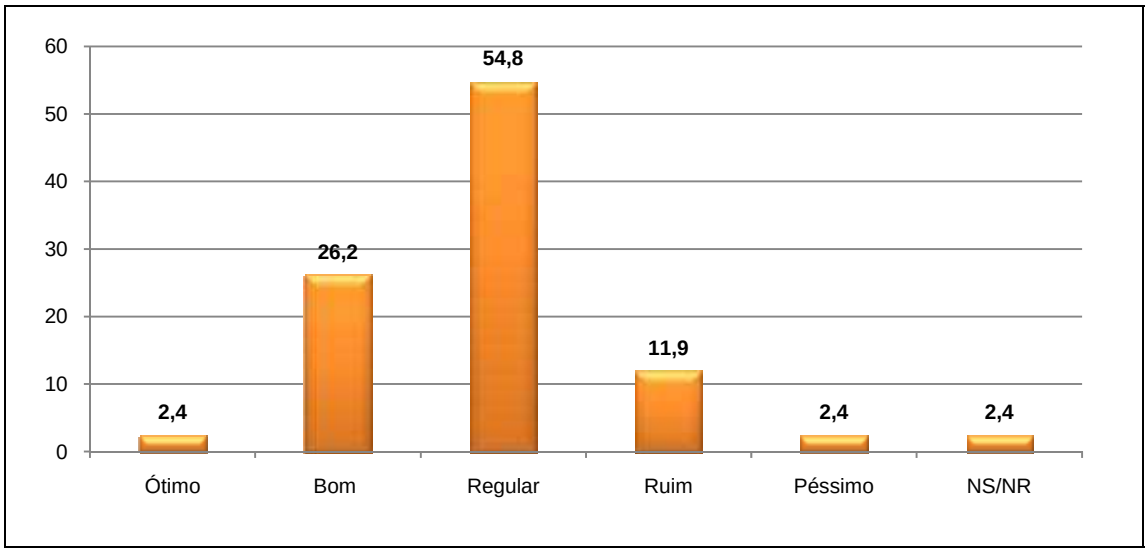


Figura 4.9.4.4-244: Avaliação geral da telefonia.

Quando questionados sobre a quantidade de telefones públicos na comunidade 95,2% disseram não ser suficientes, uma vez que há poucos na comunidade e sempre apresentando algum defeito (Figura 4.9.4.4-245).

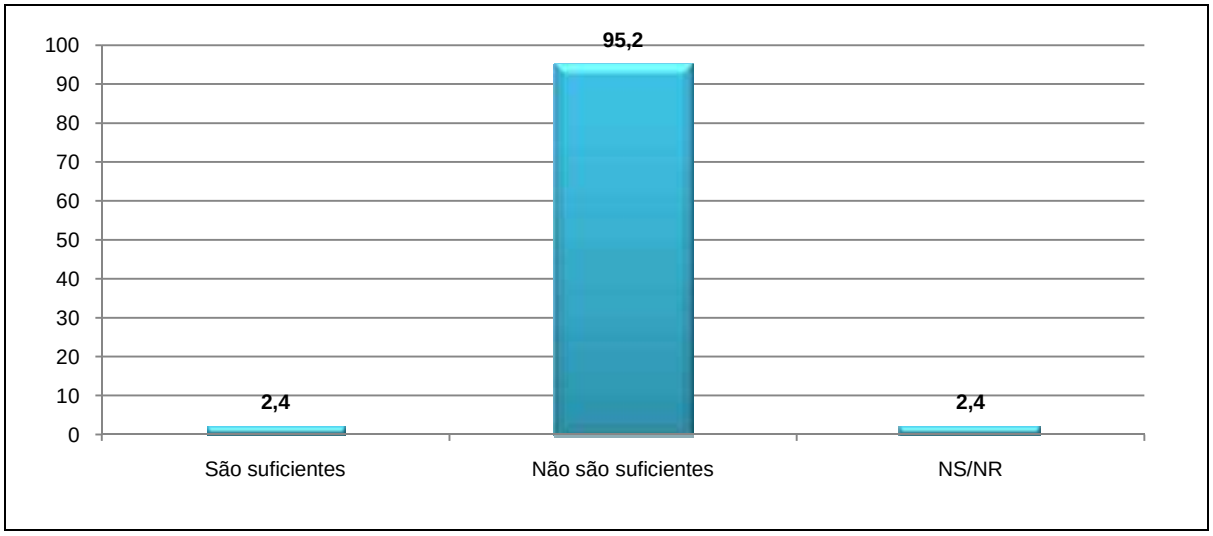


Figura 4.9.4.4-245: Telefones públicos.

Não há nenhum tipo de serviço médico hospitalar na localidade e 82,2% procuram os Postos de Saúde do Município para atendimento médico, principalmente no CAIQ do Bairro Coroado e no Posto de Saúde do Bairro Kubistchek (Figura 4.9.4.4-246).

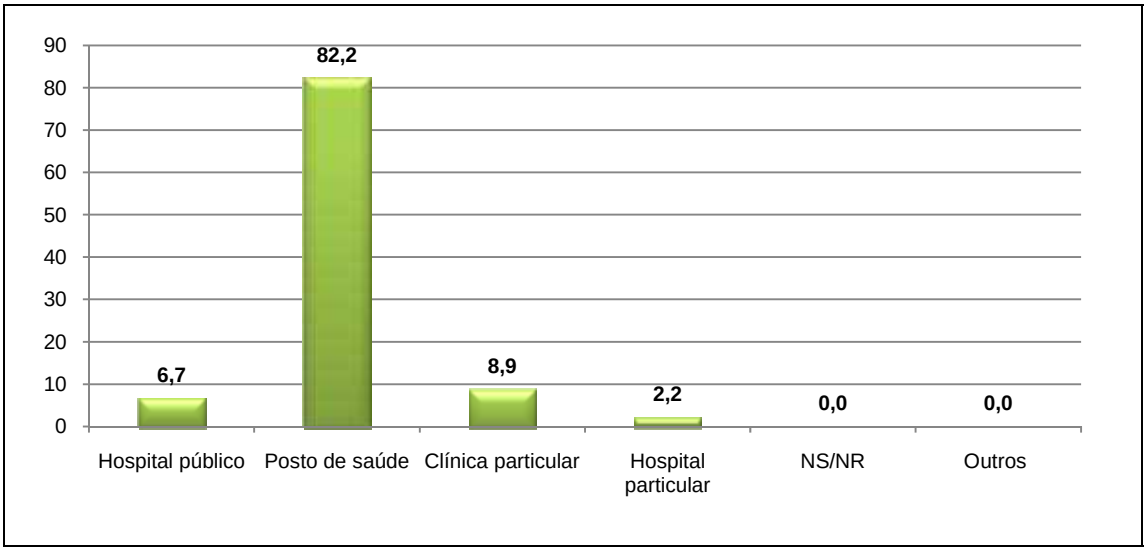


Figura 4.9.4.4-246: Serviço médico disponível.

Com relação às doenças que os entrevistados ou alguém da família já contraíram, os três mais citados foram: gripe com 31,1%, diarréia com 25,2% e dengue com 12,6% (Figura 4.9.4.4-247). Dentre as três mais citadas, as duas primeiras são doenças comuns, já a dengue é uma doença preocupante, os moradores informaram que muitos moradores já contraíram a doença. Mas não houve nenhum relato de óbito com relação às doenças (Figura 4.9.4.4-248).

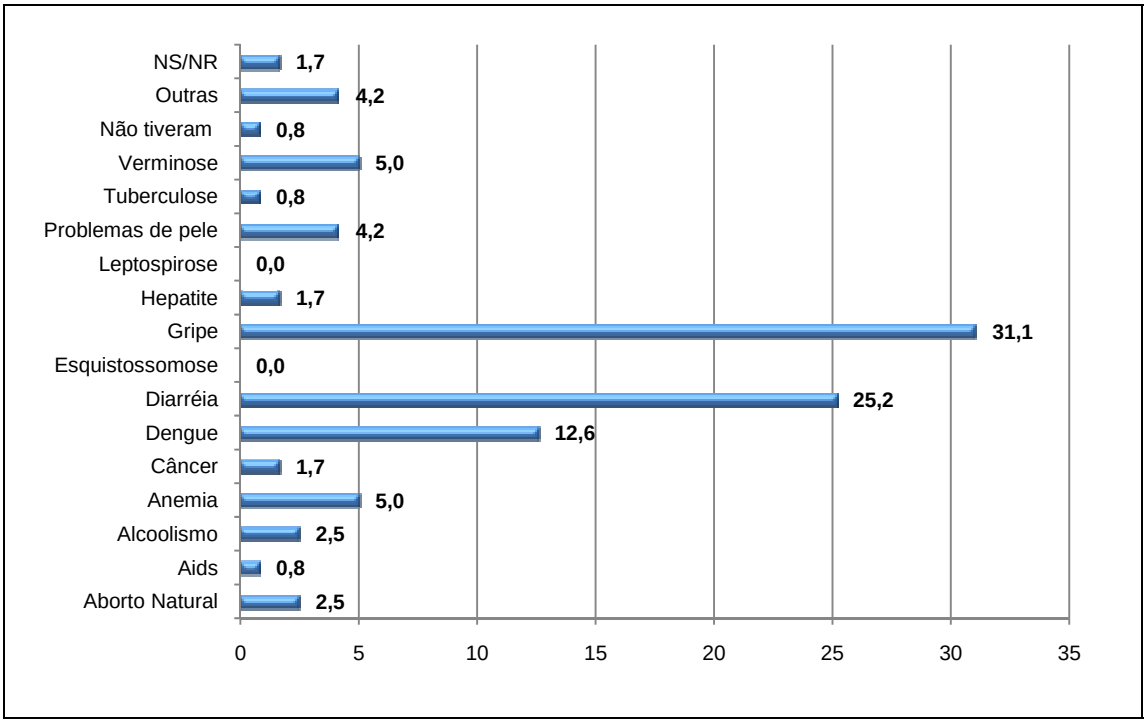


Figura 4.9.4.4-247: Doenças.

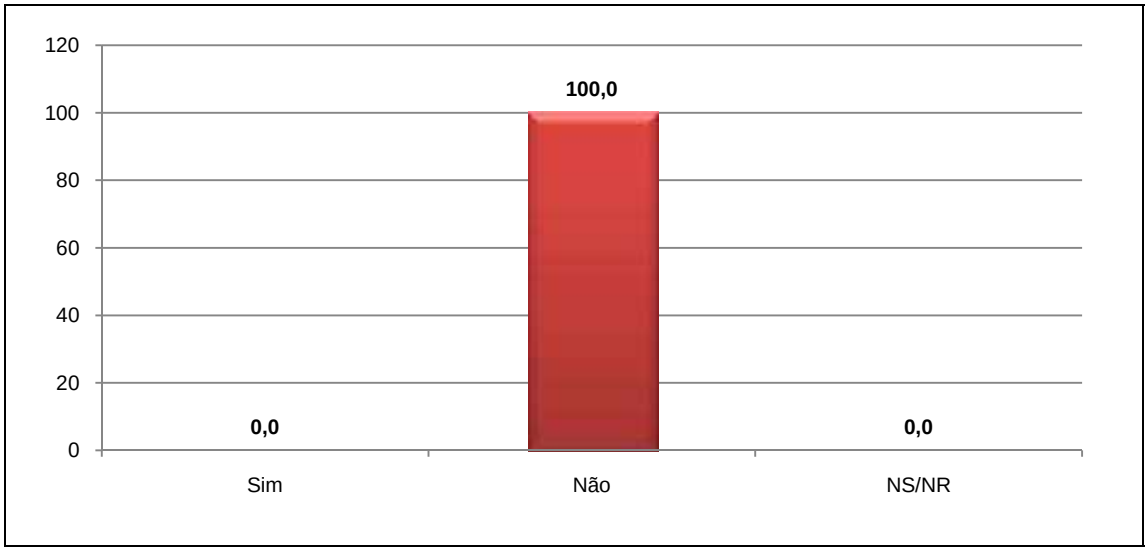


Figura 4.9.4.4-248: Óbitos com relação as doenças.

Quando perguntamos aos moradores o que falta na comunidade com relação ao comércio todos os itens foram citados (Figura 4.9.4.4-249).

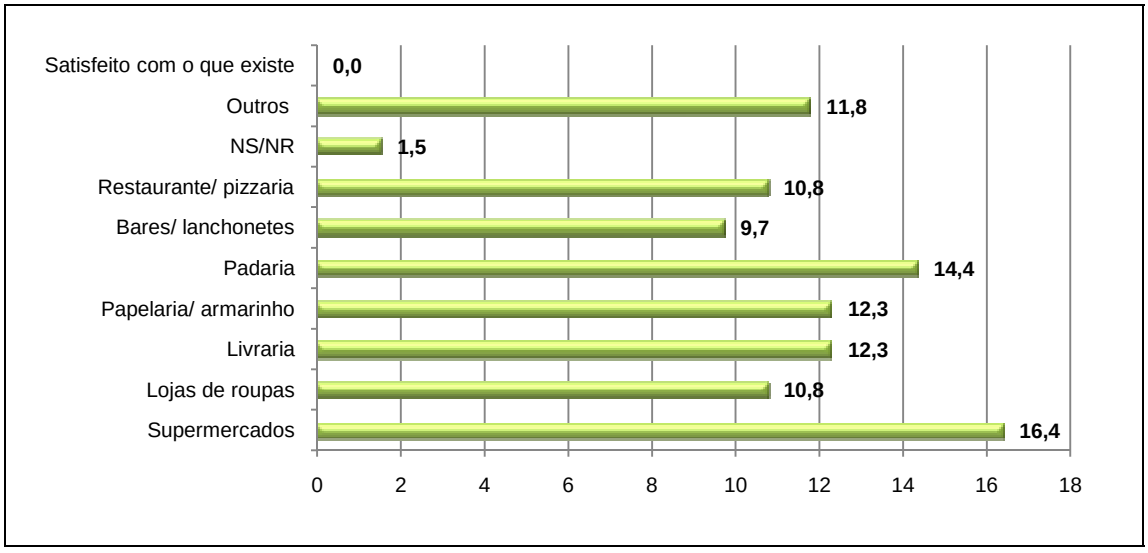


Figura 4.9.4.4-249: Comércio que falta.

Segundo os entrevistados, praticamente não existe comércio na comunidade, 38,1% avaliaram o comércio como ruim (Figura 4.9.4.4-250).

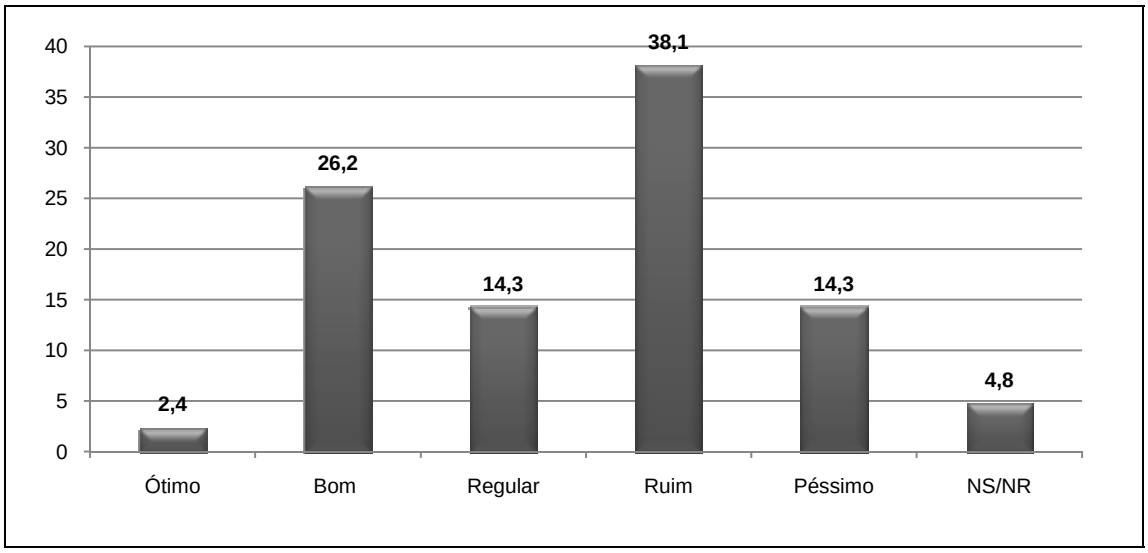


Figura 4.9.4.4-250: Avaliação do comércio existente no bairro.

Um dos únicos comércios existentes no bairro é o Bar do Léo, localizado na beira do manguezal. O local recebe muitos turistas principalmente nos finais de semana e durante o verão (Figura 4.9.4.4-251).

Figura 4.9.4.4-251: Vista em frente ao Bar do Léo.

Questionamos também aos moradores sobre os problemas da comunidade e apenas os itens poluição do ar e coleta insuficiente não foram citados (Figura 4.9.4.4-252).

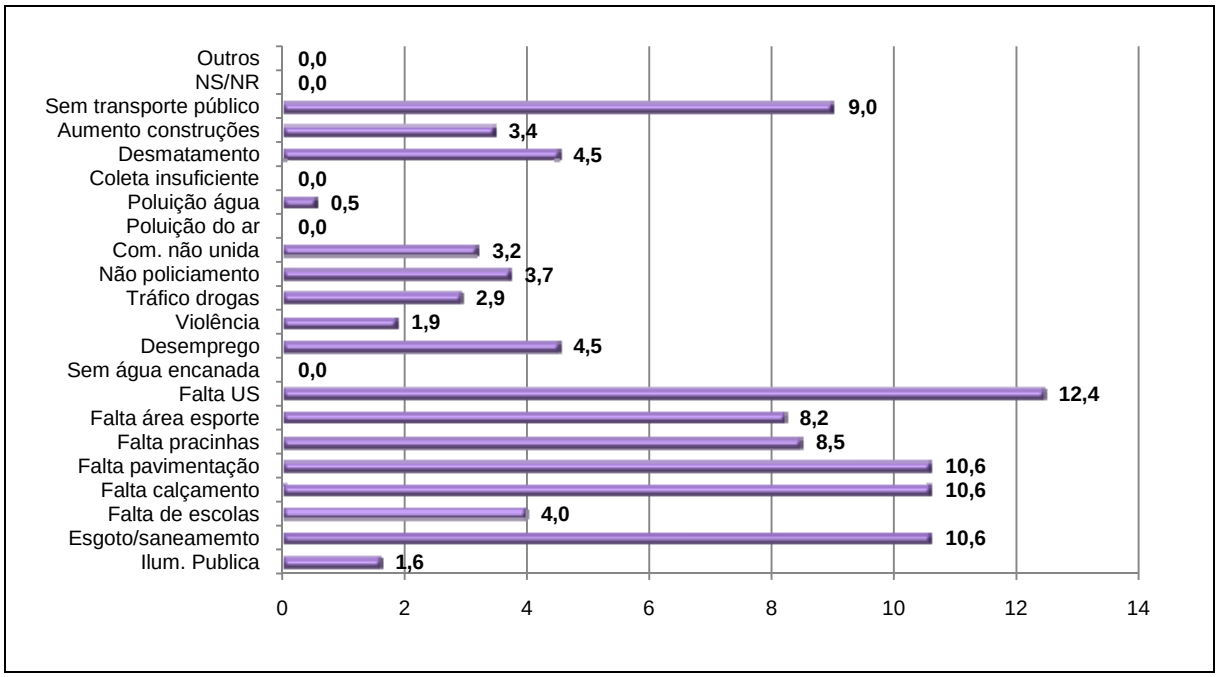


Figura 4.9.4.4-252: Problemas da comunidade.

Para a comunidade os maiores problemas são: Falta de Unidade de Saúde, falta de pavimentação e calçamento (Figura 4.9.4.4-253) e a falta de uma rede de esgoto no bairro (Figura 4.9.4.4-254). Outro item bastante citado pelos moradores foi a falta de creche, como disse a moradora Eriane de Sousa Portes.

Figura 4.9.4.4-253: Falta de pavimentação e calçamento no bairro.

Figura 4.9.4.4-254: Esgoto na rua.

Perguntamos aos moradores se eles participam de algum grupo comunitário e 28,8% nos informaram participar do grupo da igreja que freqüentam e 23,7% informaram participar da Associação de Moradores (Figura 4.9.4.4-255).

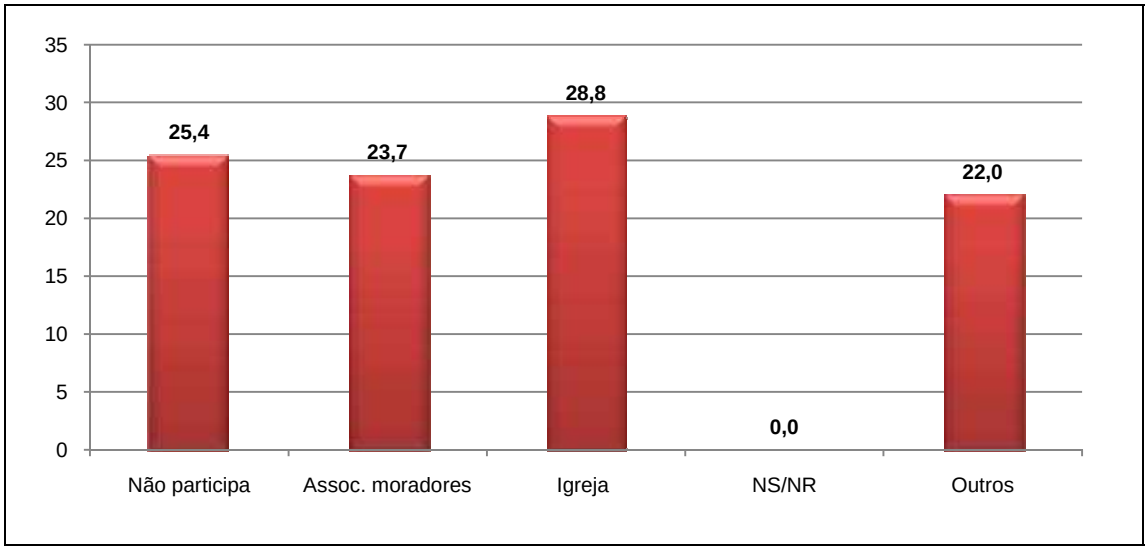


Figura 4.9.4.4-255: Grupo que freqüenta.

A Associação de Moradores do Bairro Concha D'Ostra foi criada para que a comunidade pudesse se organizar e defender seus interesses, já que vivem em risco de desapropriação.

Em relação às atividades esportivas, notamos que a maioria não participa. Dos entrevistados 85,7% não desenvolvem atividade esportiva e daqueles que informaram participar, 50% faz caminhadas (Figuras 4.9.4.4-256 e 4.9.4.4-257).

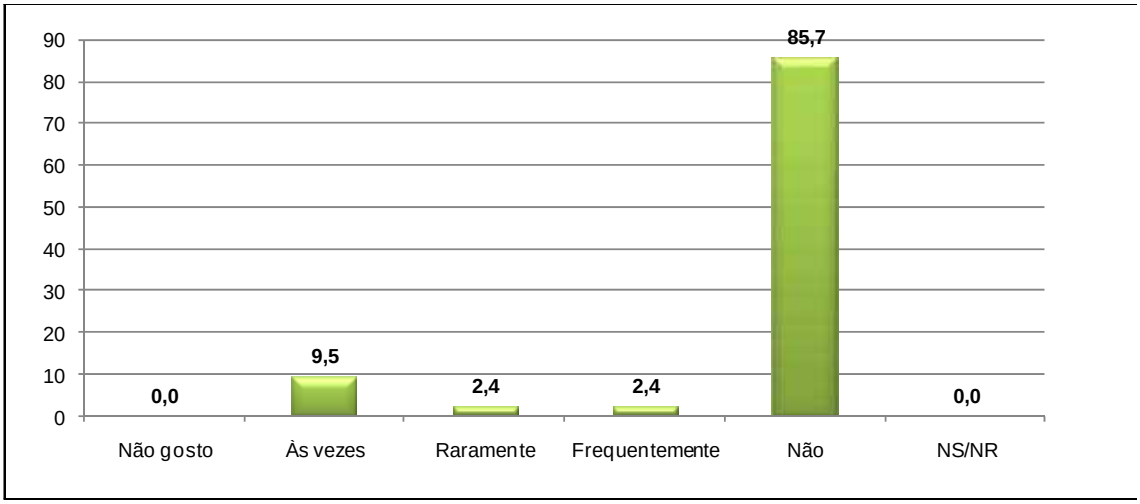


Figura 4.9.4.4-256: Desenvolve atividade esportiva?

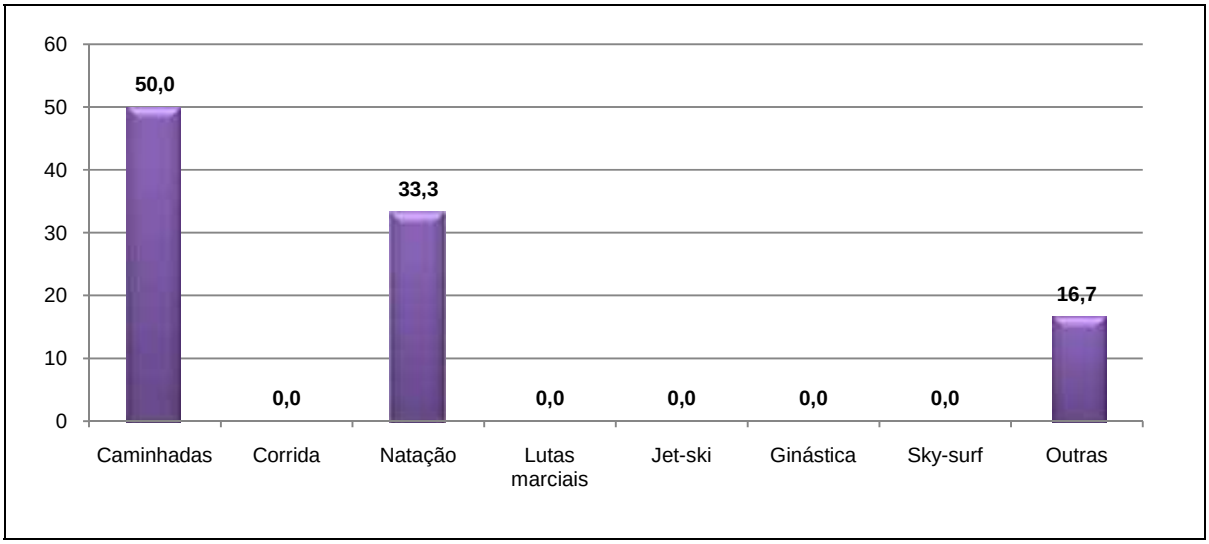


Figura 4.9.4.4-257: Se sim, qual?

Dos entrevistados 97,6% informaram que não fazem nenhuma atividade ou programa cultural (Figuras 4.9.4.4-258 e 4.9.4.4-259).

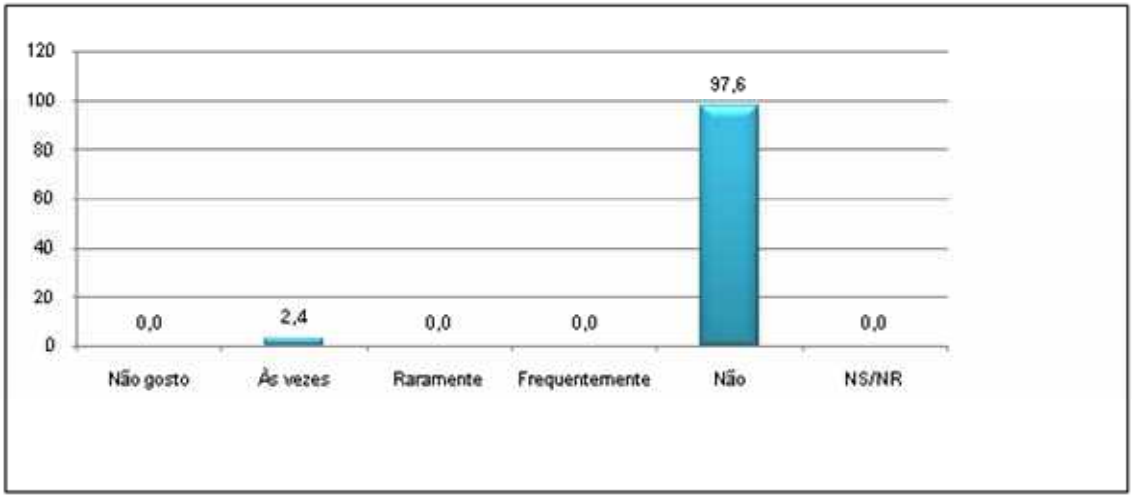


Figura 4.9.4.4-258: Participa de atividade ou programa cultural?

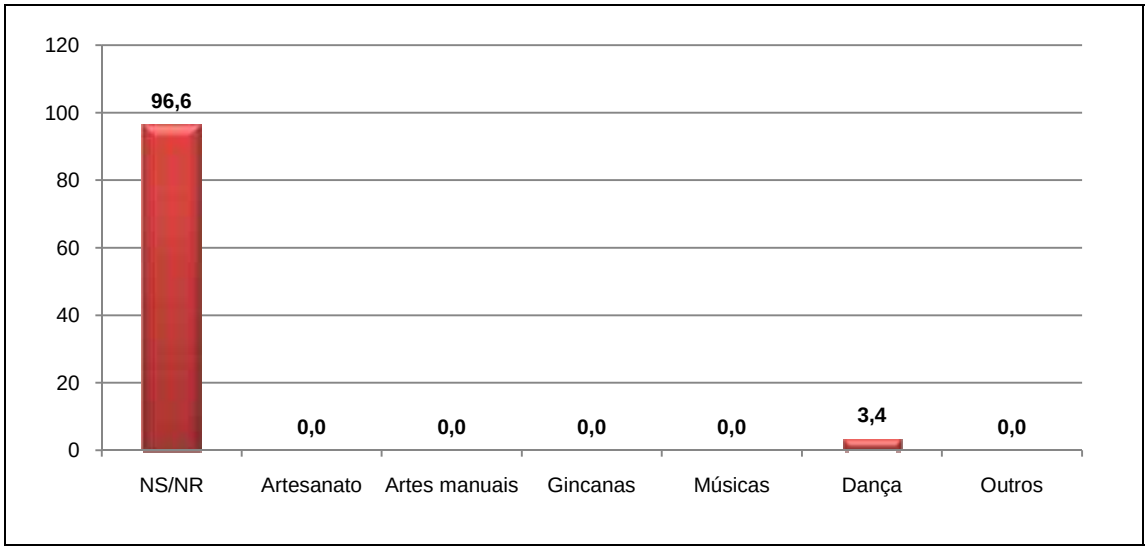


Figura 4.9.4.4-259: Se sim, qual?

Questionamos também aos moradores se eles ou alguém da família teria interesse em participar de algum programa de geração de renda e apenas 6% disseram que não teriam interesse (Figura 4.9.4.4-260). Os três cursos mais citados foram: informática, eletricista e artesanato.

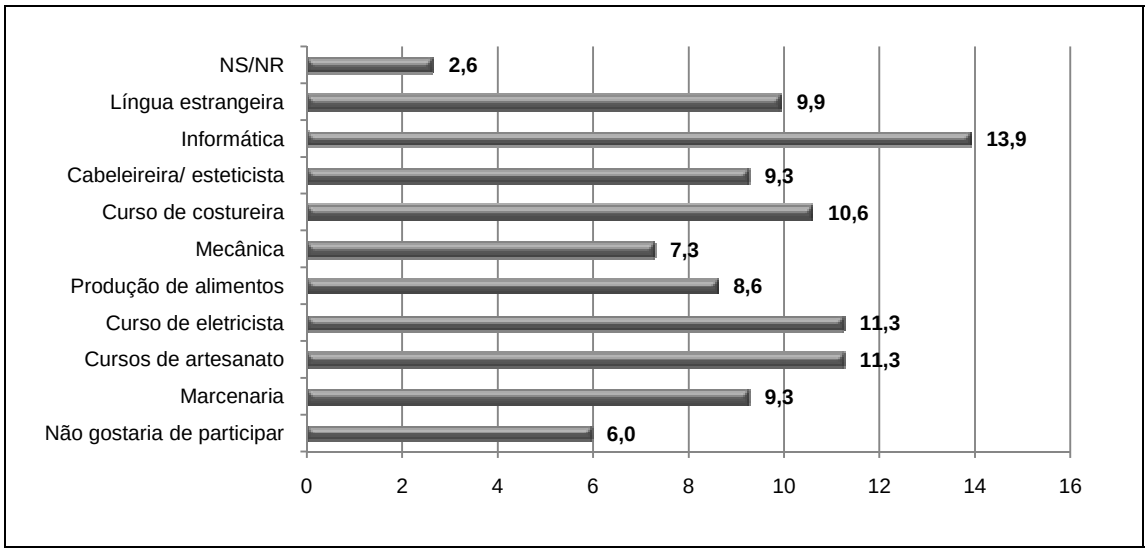


Figura 4.9.4.4-260: Interesse por curso geração de renda?

Dos moradores entrevistados 66,7% informaram fazer a sua parte quando o assunto é o Meio Ambiente (Figura 4.9.4.4-261). Perguntamos para eles quais eram os maiores problemas ambientais na comunidade, e foram citados o lixo no mangue, nas ruas e em terrenos baldios além do desmatamento e do esgoto no mangue.

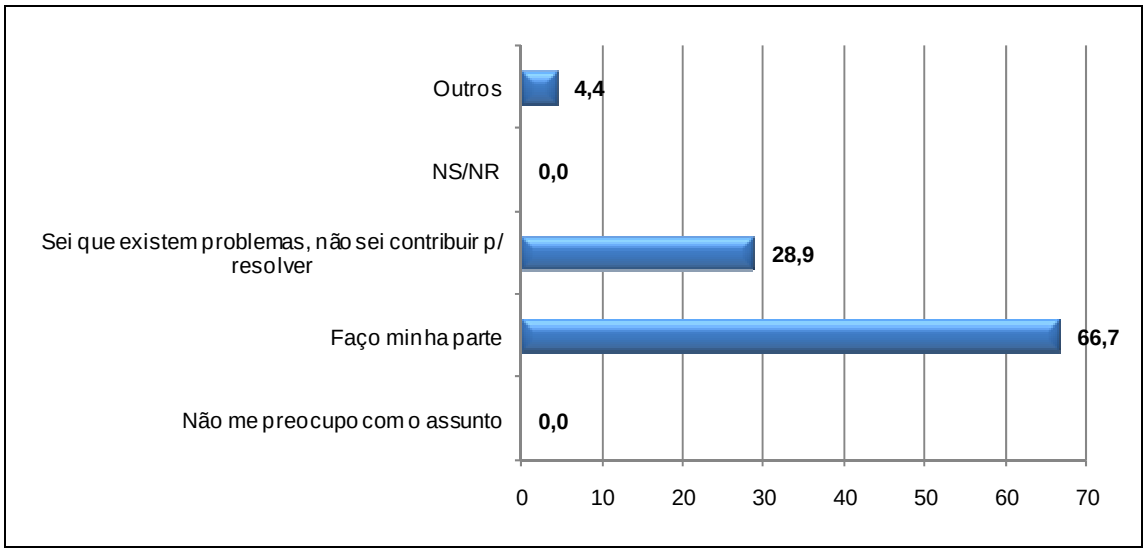


Figura 4.9.4.4-261: Como se relaciona com o Meio Ambiente?

O morador Luiz Carlos Batista disse que os maiores problemas são: *"dispersão de óleo no manguezal, o esgoto jogado direto para o mangue, extrativismo ilimitado da pesca predatória. Não há fiscalização. Falta uma conscientização ambiental na população"*.

O catador de caranguejo Marco Riquiere disse que um dos grandes problemas ambientais é o óleo dos barcos, uma vez que há na comunidade um estaleiro (Figuras 4.9.4.4-262 e 4.9.4.4-263). Já a moradora Niciane Freire o único problema é a falta de rede de esgoto na comunidade.

Figura 4.9.4.4-262: Estaleiro instalado na RDS.

Figura 4.9.4.4-263: Equipamentos e barcos no estaleiro.

A moradora Mirlândia da Silva Nascimento nos relatou que antes tinha muito desmatamento, mas desde o embargo eles passaram a fiscalizar e o desmatamento cessou.

Conversamos com os moradores sobre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável e apenas 19% não tinham conhecimento da Reserva (Figura 4.9.4.4-264). Mas os moradores só passaram a ter conhecimento quando a Polícia Ambiental, o IEMA e o IBAMA foram à comunidade para fazer o embargo e realizou uma reunião com a comunidade explicando os motivos do embargo da Juíza e que toda a localidade de Concha D'Ostra é hoje considerada uma RDS.

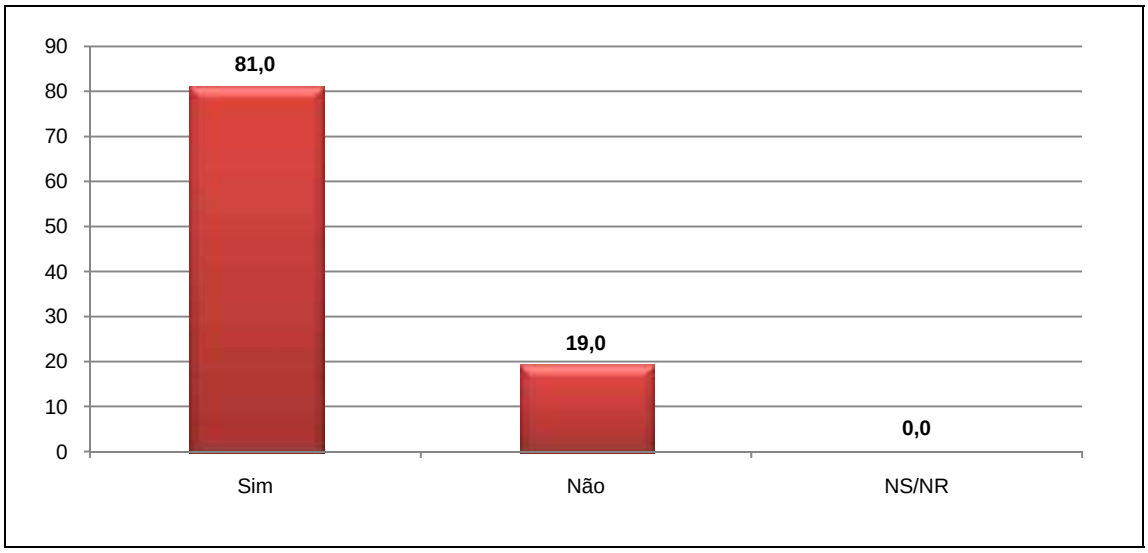


Figura 4.9.4.4-264: Conhece reserva ou área protegida?

Dos entrevistados, 78,6% disseram conhecer as regras para viver/trabalhar em uma área de RDS e 92,9% disseram estarem dispostos a respeitar as regras para continuar a morar na área que pertence a Reserva Concha D'Ostra (Figuras 4.9.4.4-265 e 4.9.4.4-266).

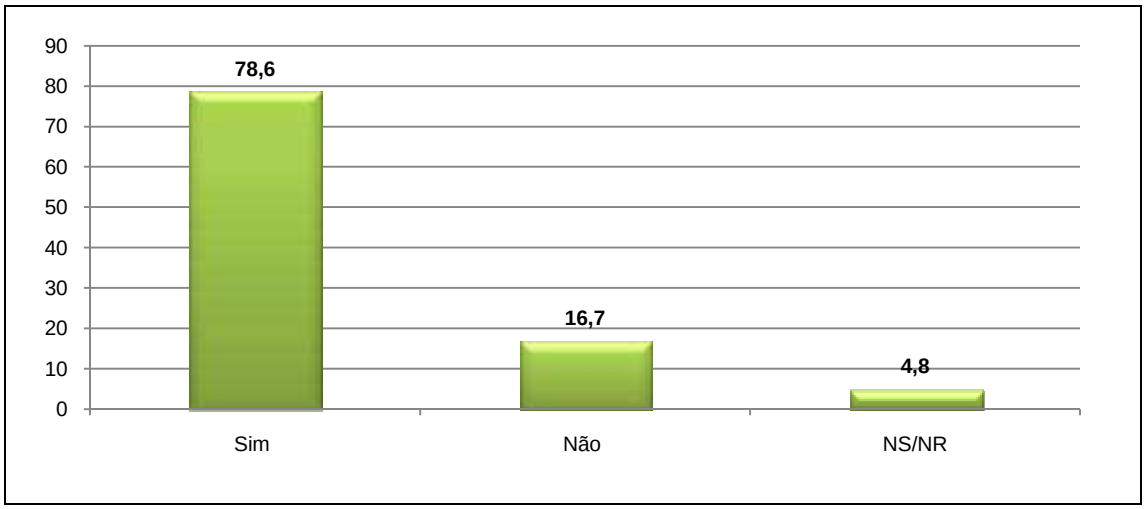


Figura 4.9.4.4-265: Conhece regras para viver na RDS?

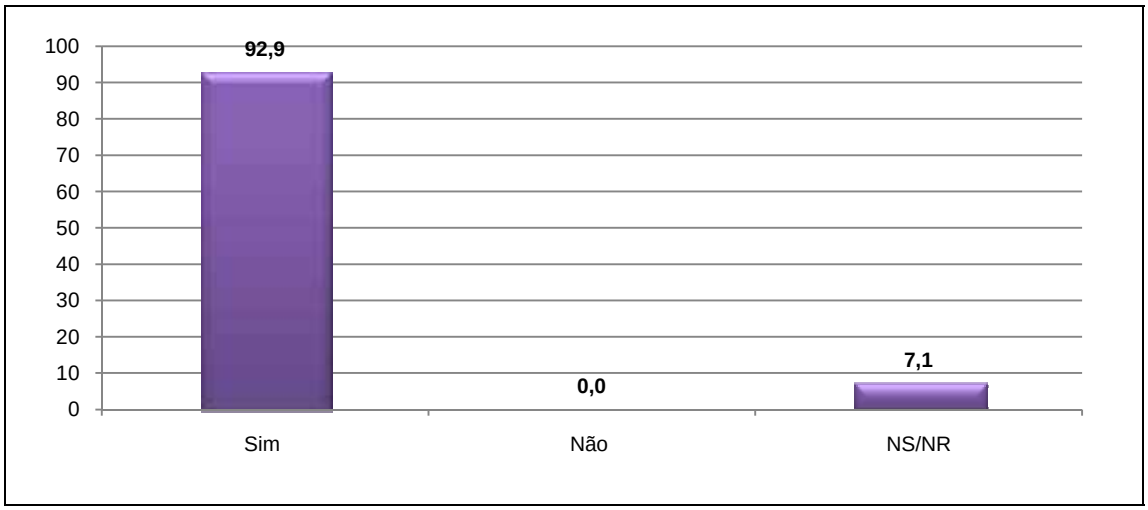


Figura 4.9.4.4-266: Disposto a viver/trabalhar com respeito regras?

Encontramos 33,3% que utilizam a Reserva para sustento da família (Figura 4.9.4.4-267). E entrevistamos também alguns moradores que não dependem do mangue para o seu sustento, mas pescam e catam mariscos para consumo próprio, sempre que podem.

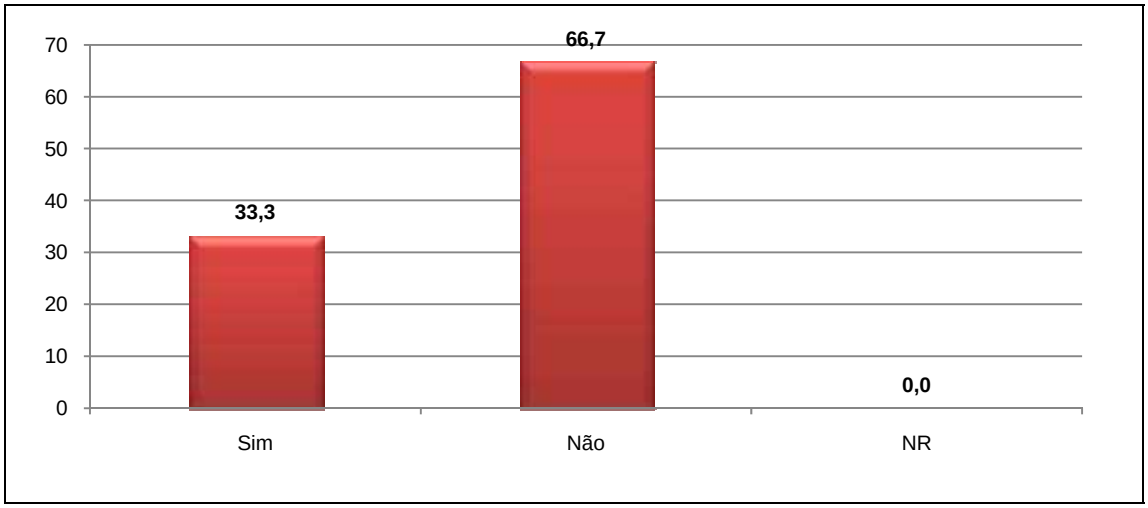


Figura 4.9.4.4-267: Necessita da reserva para sustento?

Dos entrevistados, 13 informaram serem catadores de caranguejo, siri, marisqueiros ou pescadores. Destes, 18,9% disseram vender diretamente ao consumidor e 10,8% entregam o produto a atravessadores para a venda (Figura 4.9.4.4-268).

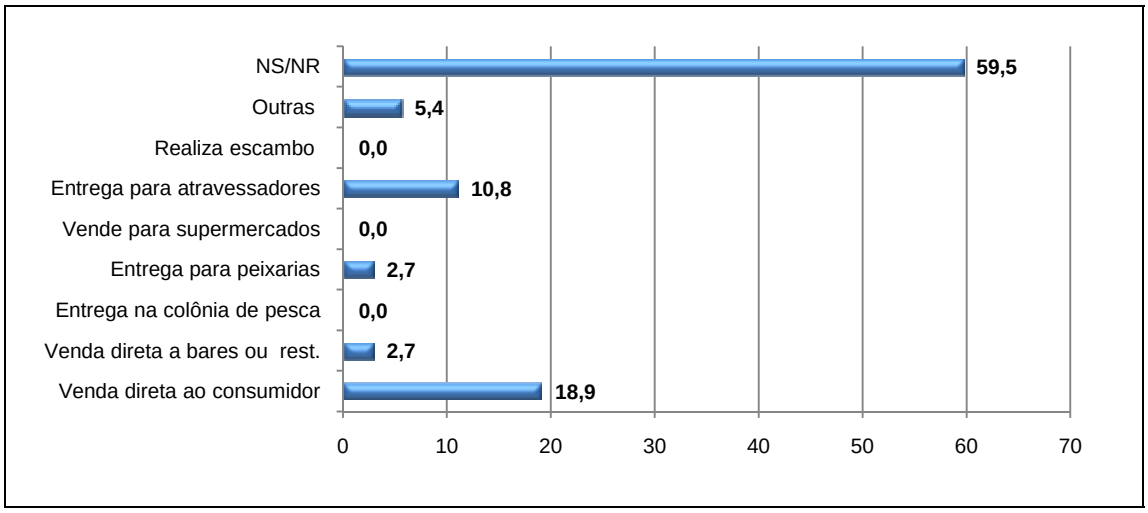


Figura 4.9.4.4-268: Forma de comércio do pescado.

O catador de caranguejo, Marco Riquiere, nos informou que vende no mercado de peixes e às vezes nas praias de Vila Velha. Ele participa da Colônia Z3 e recebe o salário defeso.

Walter Martim Macieiro, caseiro da casa localizada em uma ilha no meio do manguezal cata caranguejo, ostra e siri, e também possui a carteirinha de pescador profissional.

A catadora e desfiadeira de siri, Sônia Maria Borges Pereira nos informou que os compradores vão até a sua residência para comprar o siri.

A moradora Alaide Silva Vieira nos revelou que muitas mulheres, que moram na comunidade, são catadoras de siri e informou possuir a carteirinha da Colônia há oito anos, porém ela entrega a atravessadores para que façam as vendas.

O comerciante e dono do Bar do Léo, Daniel Oliveira, nos informou que compra o peixe dos moradores que pescam no local para comercializar em seu bar.

Já o morador João da Silva Gomes informou pescar sempre de batera, mas apenas para consumo próprio.

Todos os moradores que utilizam a Reserva para pescar, catar caranguejo, sururu e siri, informaram respeitar a época de defeso, pois sabem da importância da reprodução da espécie (Figura 4.9.4.4-269).

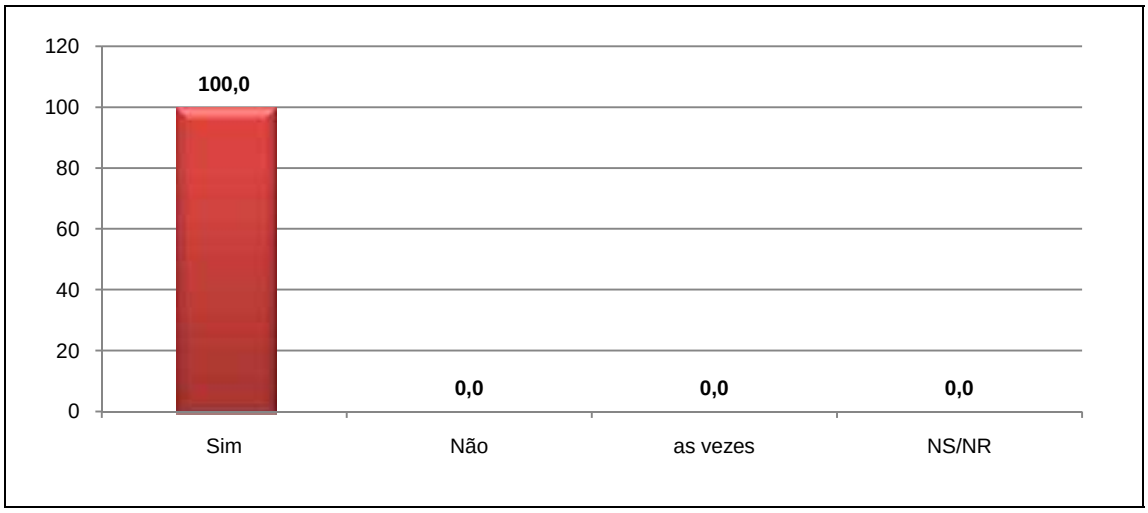


Figura 4.9.4.4-269: Respeita o defeso?

Mas segundo informações do caseiro Walter Macieiro, há muitas pessoas que não respeitam, mesmo com a fiscalização.

Como há muitos catadores de caranguejo, siri, marisqueiros, catadores de ostra e pescadores na comunidade, 97,6% informaram conhecer alguém que utiliza a RDS para o sustento (Figura 4.9.4.4-270).

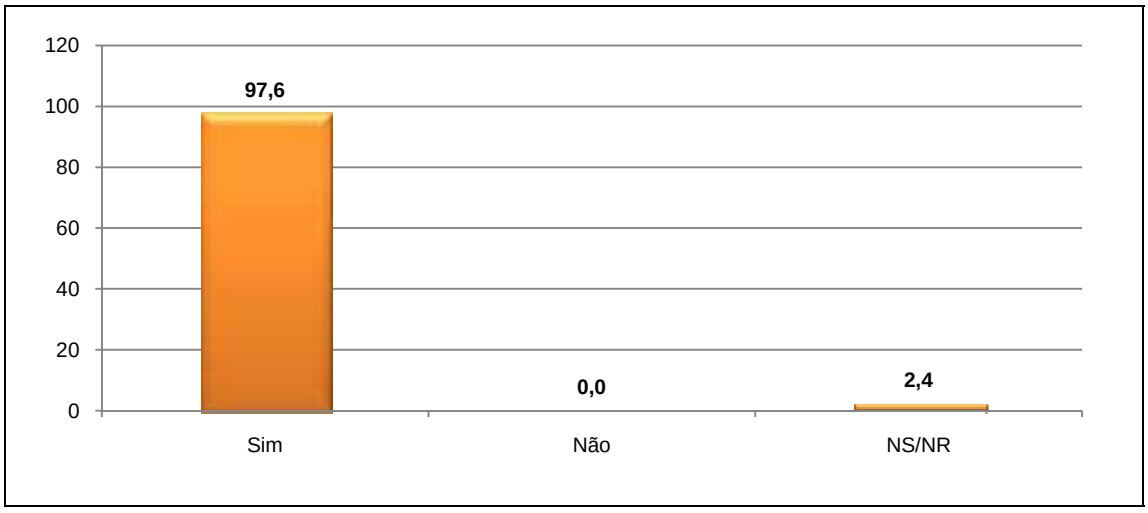


Figura 4.9.4.4-270: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento?

Mesmo tendo muitos moradores do Bairro Concha D'Ostra fazendo parte da Colônia Z3, 45,2% disseram não conhecer nenhuma associação de pescadores ou marisqueiros na região (Figura 4.9.4.4-271).

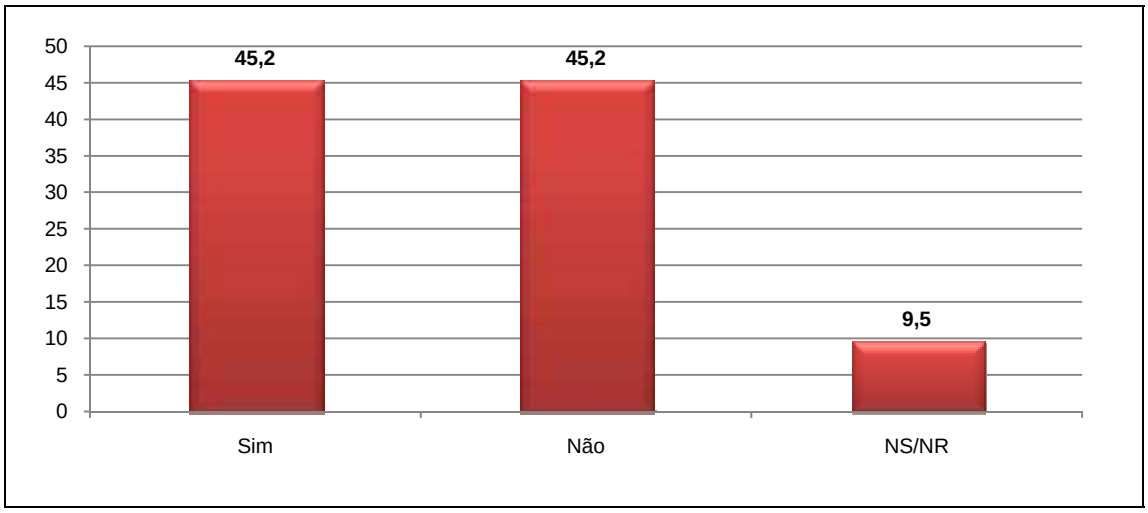


Figura 4.9.4.4-271: Conhece associações de marisqueiros/pescadores?

Apenas quatro moradores informaram terem participado da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra. O morador Luiz Carlos Batista, nos revelou ter sido o guia do IEMA, SEAMA e IBAMA, pois conhece bem o local.

Já os moradores Daniel Oliveira, Renata Freire Alves e Elvira Maria da Costa Oliveira informaram terem participado de reuniões para a criação da Reserva (Figura 4.9.4.4-272).

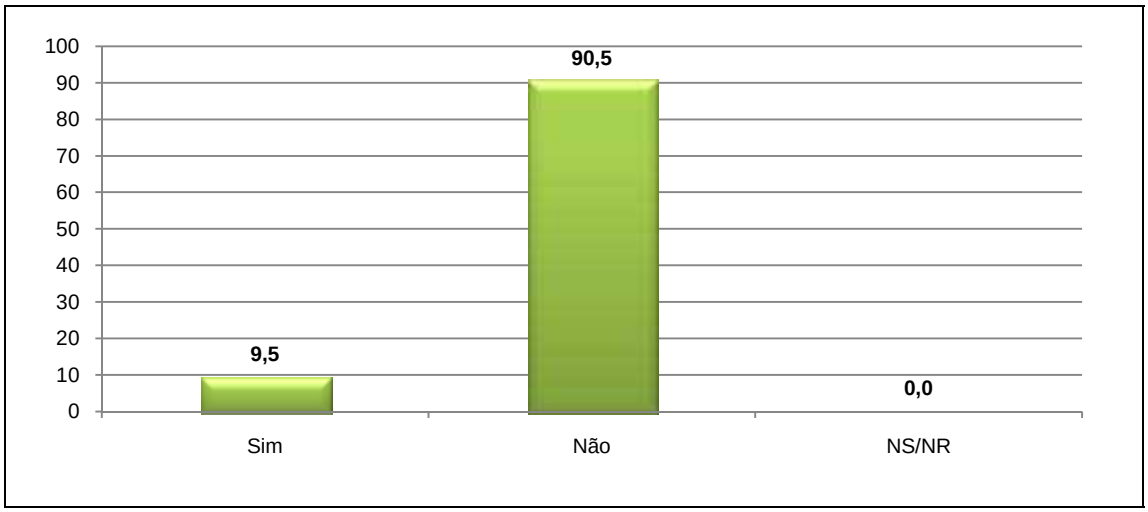


Figura 4.9.4.4-272: Participou da criação da RDS?

Questionamos aos moradores entrevistados se eles conheciam algum programa ou projeto desenvolvido na região envolvendo a Reserva e 83,3% disseram não conhecer (Figura 4.9.4.4-273).

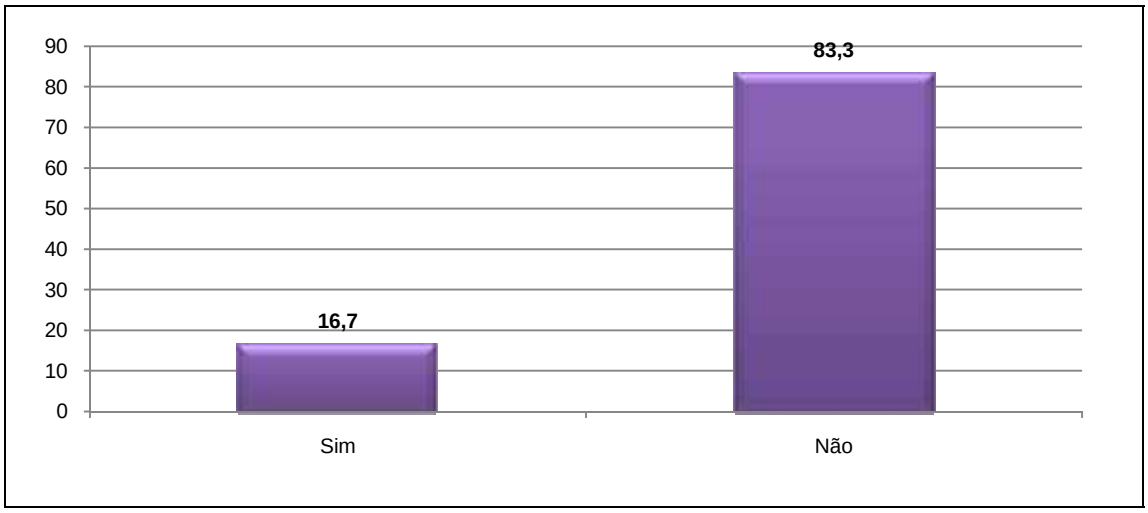


Figura 4.9.4.4-273: Conhece programas ou projetos na RDS?

Alguns moradores citaram o antigo projeto de Ostreicultura que havia na comunidade, de criação de ostras, mas que já não existe mais.

Perguntamos também sobre festas ou manifestações folclóricas e culturais na comunidade e 45,2% informaram sobre as festas da Igreja de Santo Expedito e festa junina no bairro (Figuras 4.9.4.4-274 e 4.9.4.4-275).

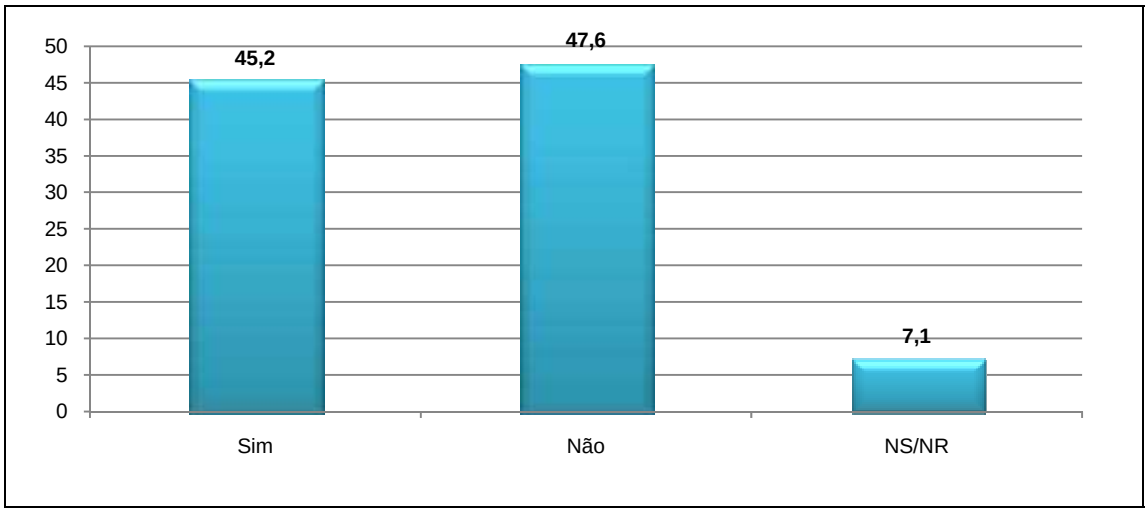


Figura 4.9.4.4-274: Conhece festas e manifestações culturais?

Figura 4.9.4.4-275: Igreja Católica de Santo Expedito.

Com relação à RDS 85,7% informaram considerar muito importante para a comunidade (Figura 4.9.4.4-276).

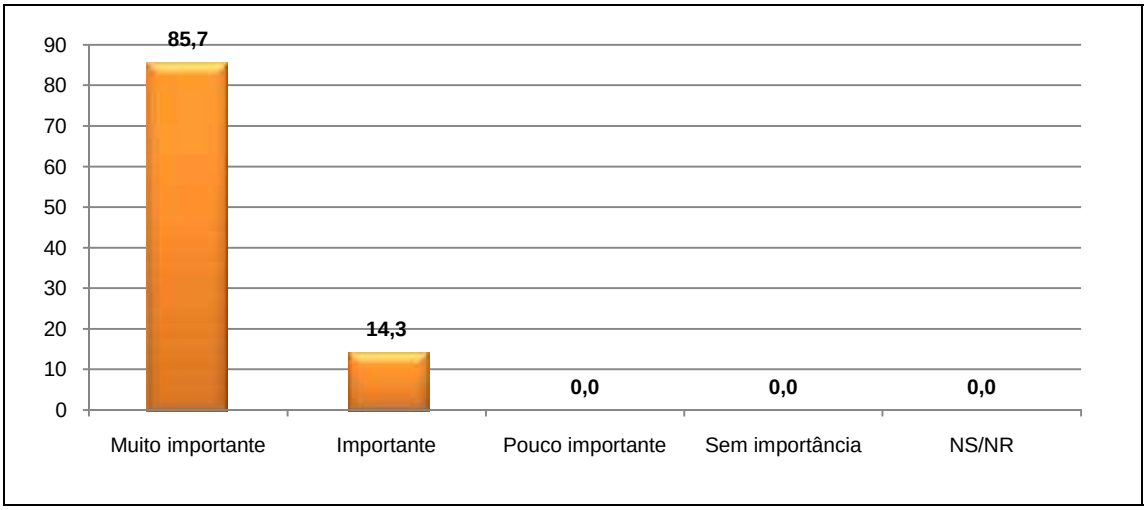


Figura 4.9.4.4-276: O que a RDS é para a comunidade?

Muitos informaram que a RDS é importante porque é o sustento familiar de muitos moradores da região, foi o que disse Alaíde Silva Vieira: *"Muitos vivem do manguezal. É importante para a comunidade"*.

Já o morador Luiz Carlos Batista disse: *"É uma reserva de extrativismo, mas tem que ser melhor monitorada e fiscalizada para não acabar"*.

Para Erinete Nascimento Dias a RDS é importante por que: *"Tem muitas espécies de plantas e peixes. Muita gente vive do manguezal. Tem muita gente que pega ostra para vender. Tem muito caranguejo, e o pessoal respeita e vem muita gente de fora do bairro pegar"*.

Dos 42 entrevistados, 17 pessoas disseram não estarem satisfeitas com a atual situação da Reserva. Isso se deve basicamente, porque acham estar sujo e falta uma maior fiscalização dos órgãos ambientais.

O morador Carlos Batista disse não estar satisfeito por que: *"Apesar dela estar delimitada e fiscalizada, ainda há muita depredação"*.

A aposentada Erinete Nascimento Dias também disse não estar satisfeita por que: *"Não está muito limpa e teve muito desmatamento"*.

Porém 17 pessoas informaram estarem satisfeitos com a situação da RDS, principalmente porque acreditam que no Bairro Concha D'Ostra a Reserva ainda está preservada.

Nilda Lira Brumatti disse estar satisfeita porque pararam de desmatar e sujar. E Gilcleide Campos Santos disse que agora a população está cuidando.

Apesar de todos os problemas que os moradores vêm enfrentando, notamos uma comunidade empenhada em lutar pelos seus direitos, mas possuem consciência dos estragos já feitos para a Reserva e estão dispostos a respeitar as regras que existem para uma RDS.

De todos os bairros que visitamos, apesar do grande desmatamento já ocorrido na comunidade, notamos que em Concha D'Ostra encontramos os moradores mais preocupados em preservar o manguezal e que sabem da real importância dele para a comunidade como um todo. Talvez isso ocorra pelo fato de muitos deles sobreviverem do mangue para sustento da família.

A parte do manguezal dentro do bairro é linda e notamos que o mangue está sempre muito limpo (Figura 4.9.4.4-277).

Figura 4.9.4.4-277: Vista da RDS.

Com relação à Associação de Moradores, notamos uma divisão no bairro, pois segundo informações dos próprios, os integrantes da Associação possuem terrenos na parte mais alta do bairro, onde foi feito o desmatamento que acarretou o embargo (Figura 4.9.4.4-278).

Figura 4.9.4.4-278: Residência localizada na parte mais alta do morro ocupado irregularmente.

Há muitos moradores que não participam da Associação por não concordarem com o Presidente eleito e seus integrantes.

Outro fato importante muito relatado pelos moradores foi com relação ao antigo projeto de Ostreicultura, a maioria questiona os motivos de o projeto ter acabado.

Notamos uma comunidade carente, há pouca infraestrutura e os moradores estão bastante amedrontados, pois tem medo de perder suas casas.

Abaixo seguem alguns relatos importantes de moradores entrevistados:

Segundo Mirlândia da Silva Nascimento após o embargo passaram a ter reuniões com os moradores e a partir daí eles ficaram sabendo um pouco mais sobre a questão ambiental e que o local onde moravam era uma área de preservação ambiental.

A senhora Sônia Maria Borges Pereira (Figura 4.9.4.4-279), nos informou que depois da família de Anésio, ela foi uma das primeiras moradoras do local e já reside na comunidade há 15 anos. Ela chegou a participar do projeto Ostreicultura, mas não soube informar o motivo de o projeto ter acabado.

Figura 4.9.4.4-279: Entrevista com a Sra. Sônia Maria Borges Pereira.

Alaide Silva Vieira, catadora de siri e desfiadeira, disse: *"o siri nós pegamos os maiores e os que estão com ovas não pegamos, mas não existe fiscalização para o siri"*. Ela também participou do projeto de Ostreicultura, mas acha que a falta de união acabou o projeto. Ela nos disse: *"Se o IEMA tivesse conversado com a população antes, o desmatamento não teria acontecido da forma que aconteceu. O IEMA nunca fiscalizou"* (Figura 4.9.4.4-280).

Figura 4.9.4.4-280: Entrevista com Alaide Silva Vieira.

Angela Delamar e Alaide Silva Veira informaram sobre um projeto chamado Promover que tinha como objetivo fazer um projeto de turismo de batera dentro do manguezal, mas não funcionou.

Segundo Angela Delamar no verão muitos turistas vão de barco até o Bar do Léo e deixam muita sujeira.

Entrevistamos o dono do Bar do Leó, o Daniel Oliveira, que nos informou ter o comércio na localidade há 15 anos. Ele nos contou que tem muitos turistas que vão até o local para pescar na época da andada, apesar da fiscalização, muitas pessoas pegam caranguejo.

A moradora Sara Porto, disse: *"Mesmo na época da andada tem gente de fora que pega. E tem muito caranguejo na época da andada no bairro. Este ano na última andada tinha muita fêmea morta no mangue"*.

Durante o trabalho de campo, muitos moradores em diversos bairros nos relataram terem encontrado caranguejos mortos no manguezal, isso foi informado ao responsável da Reserva que ficou de verificar se poderia ser o caranguejo letárgico.

A pensionista Arlete Maria Bolsoneli Dantas acredita que poderia ser explorado o turismo no local, utilizando barcos para que os turistas possam conhecer o mangue.

O morador Augusto da Silva informou que na época da andada há muito caranguejo no bairro e há uma forte fiscalização.

O morador da ilha localizada no centro do manguezal Walter Martins Macieira disse: *"Aqui é a desova dos peixes. Na última andada vi muito caranguejo morto. Tem muito óleo no mangue. Falta fiscalização. As ostras estão morrendo por conta do óleo derramado"*. Para Walter Macieira, o estaleiro localizado dentro da Reserva prejudica o manguezal, matando peixes, mariscos e crustáceos.

O morador Marco Riquiere disse: *"Antigamente era melhor, tinha muito caranguejo. Hoje diminuiu bastante. O caranguejo mais vendido é o de Guarapari, é menor, mas é mais saboroso*. *Mas como aqui tem diminuído muito a quantidade de caranguejo, ele e mais alguns outros catadores de caranguejo estão buscando em Itabapoana, no Rio de Janeiro"*.

Apesar de todas as reclamações e preocupações, todos são unânimes ao falar da beleza da RDS onde está inserido o Bairro Concha D'Ostra (Figura 4.9.4.4-281).

Figura 4.9.4.4-281: Vista do manguezal do Bairro Concha D'Ostra.

- ***Conclusão – Bairro Concha D'Ostra***

O Bairro Concha D'Ostra é o único que está totalmente inserido dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Hoje o bairro se encontra interditado judicialmente devido ao desmatamento ocorrido nos últimos anos e a rapidez como vinha crescendo de maneira irregular, e comprometendo os objetivos para os quais a RDS foi criada.

Após a interdição, a comunidade passou a entender a gravidade do problema e que tinham que preservar a área ambiental, assim como o quanto aquilo era importante para que eles pudessem continuar vivendo na comunidade. Portanto hoje, encontramos moradores conscientes e preocupados para que não haja mais desmatamento, pois sabem que se isso voltar a ocorrer irá prejudicar a todos.

A vista do manguezal é a mais bonita de todos os bairros visitados. Vimos que mesmo com todos os problemas o mangue é limpo e pode-se encontrar muitos caranguejos, siris, ostras, mariscos e peixes.

Há uma parte utilizada não só pelos moradores, como também por alguns turistas como área de lazer, localizada próxima ao Bar do Léo. O proprietário e sua esposa fazem questão de cuidar e limpar sempre o mangue e nos informou que é do manguezal que ele retira seus peixes para vender no bar.

Os moradores consideram morar em um local privilegiado e pensam que poderia ser feito um projeto para as crianças das escolas de Guarapari visitarem toda a Reserva.

Acreditamos que a fiscalização hoje feita dentro do bairro é importante para a continuação da preservação do que resta da mata e do manguezal dentro da Reserva e é importante ouvir a comunidade e realizar palestras e atividades de educação ambiental, para que não haja mais desmatamento e para que todos ajudem a cuidar da Reserva, lembrando sempre da importância dela não só para a comunidade, como também para o Meio Ambiente como um todo.

Deve-se orientar principalmente, aqueles moradores que utilizam a Reserva para o sustento para que aprendam também a ajudar a fiscalizar e orientar os outros moradores.

Por meio das entrevistas observamos que os moradores querem preservar a RDS, pois boa parte destes sobrevive dela.

❖ *BAIRRO COROADO*

O Bairro Coroado (Figuras 4.9.4.4-282 e 4.9.4.4-283), possui 28 unidades habitacionais na área estudada da RDS Concha D'Ostra.

Figura 4.9.4.4-282: Foto da Rua do Coroado no entorno da RDS.

Figura 4.9.4.4-283: Via de acesso do local do Bairro Coroado onde se localiza a RDS.

Foram realizadas seis entrevistas com os moradores e uma com o Presidente da Associação de Moradores do bairro, Vanderley Ramos Pinto.

Dentre os entrevistados cinco são solteiros, e 83,3% possui companheira(o). Apenas (33,3%) não possuem filhos, conforme podemos observar nas Figuras 4.9.4.4-284 e 4.9.4.4-285 a seguir.

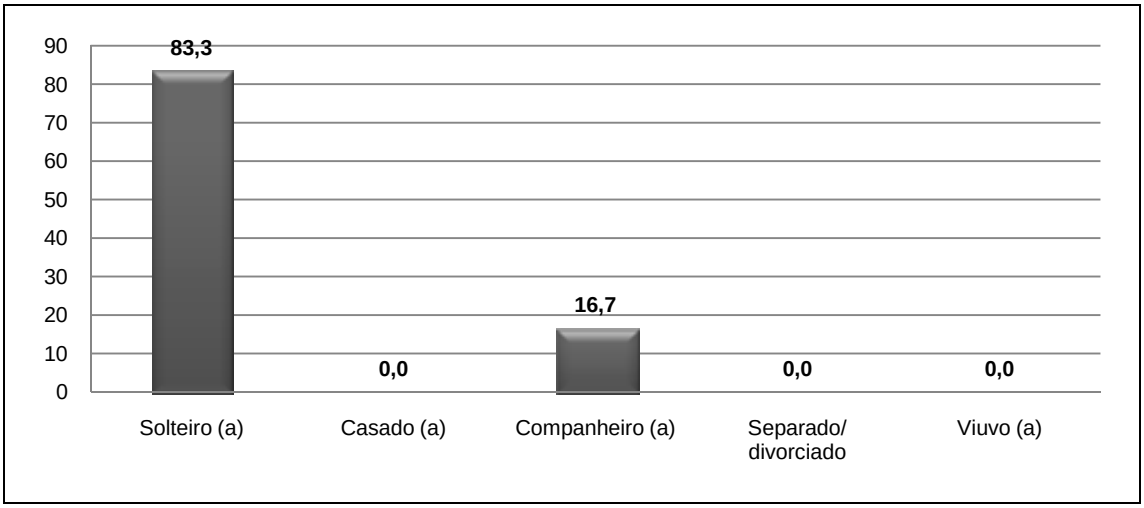


Figura 4.9.4.4-284: Estado Civil.

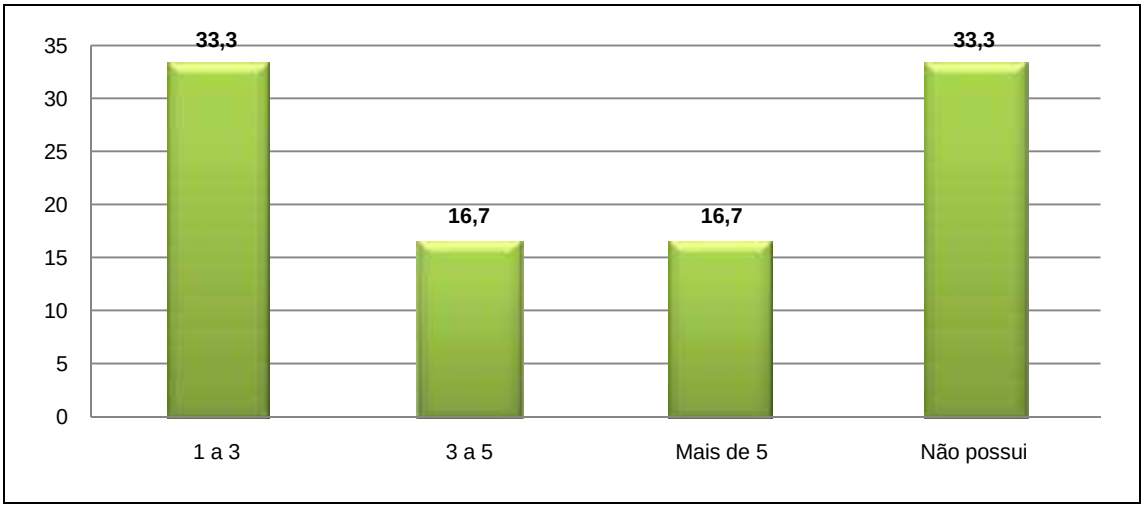


Figura 4.9.4.4-285: Número de filhos.

Nota-se um nível de escolaridade muito baixo entre os moradores entrevistados, uma vez que 33,3% não possuem escolaridade e 50% possui o fundamental incompleto (Figura 4.9.4.4-286). Dentre as profissões encontramos aposentados, cozinheira, estudante e donas de casa, bem como um catador de caranguejo aposentado (Figura 4.9.4.4-287).

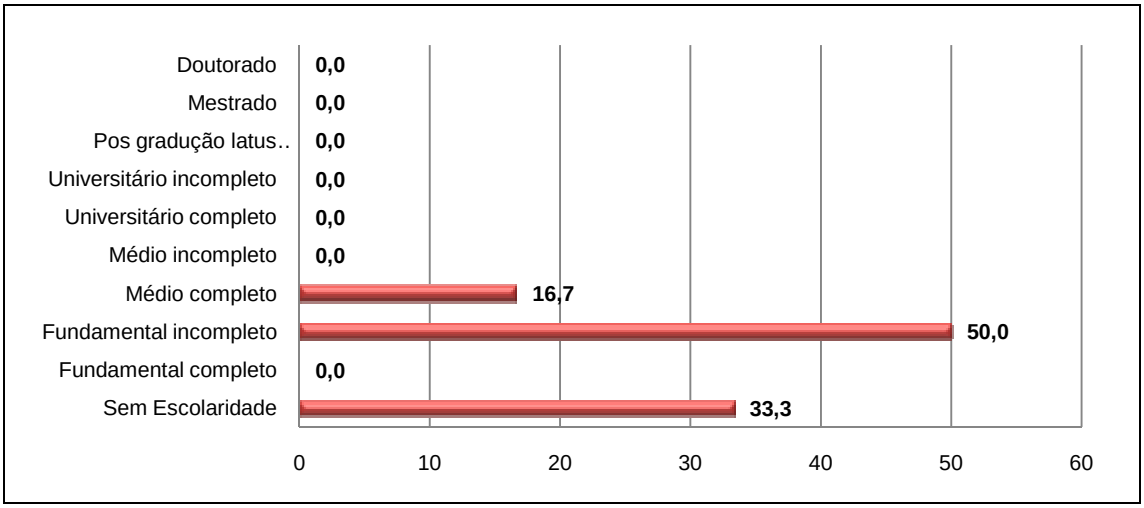


Figura 4.9.4.4-286: Escolaridade.

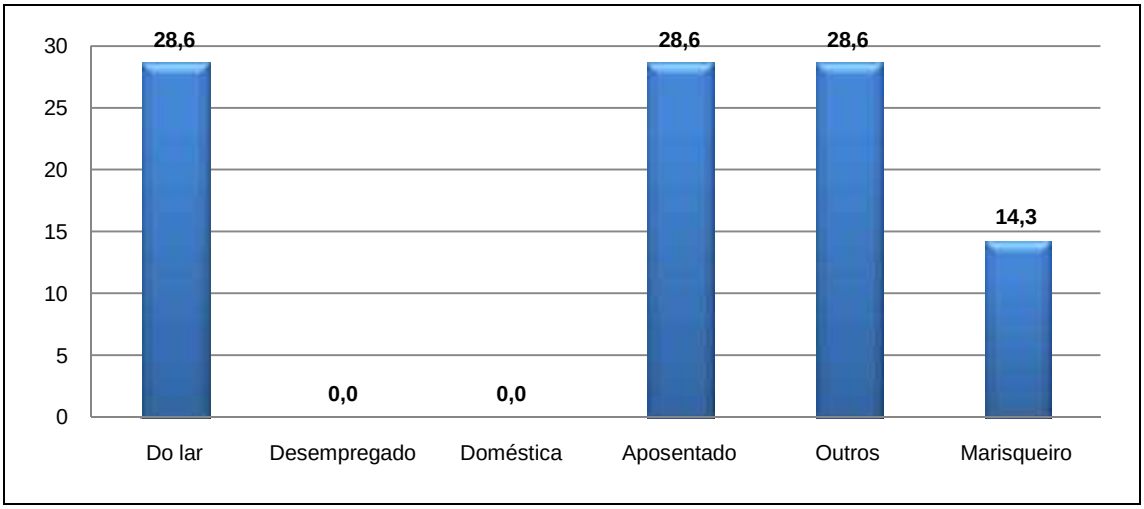


Figura 4.9.4.4-287: Profissão

Quando perguntamos sobre a moradia, apenas o morador, Álvaro Evangelista, afirmou não ser proprietário de sua residência, pois nos informou estar morando de favor no imóvel (Figura 4.9.4.4-288).

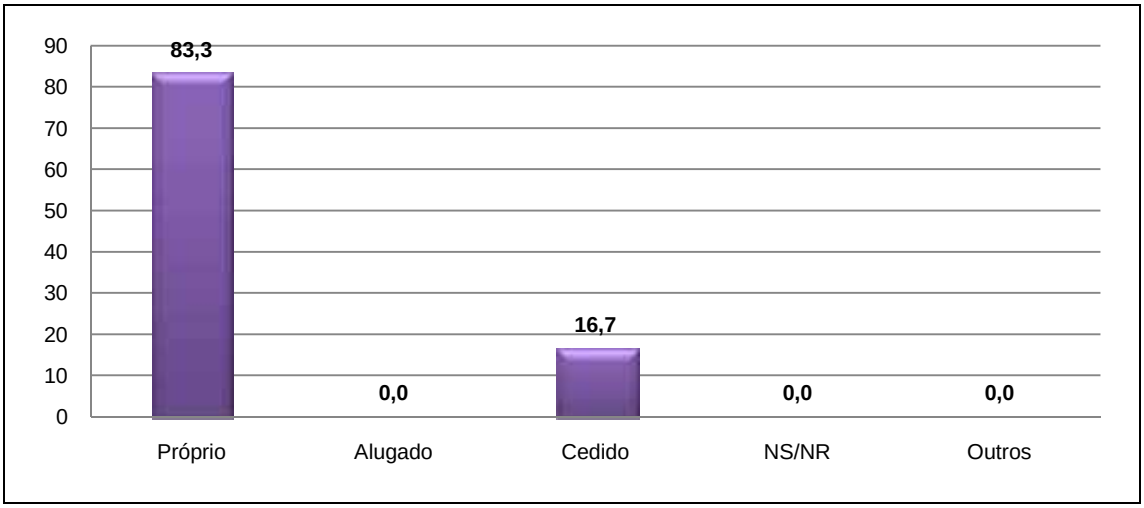


Figura 4.9.4.4-288: Condições de moradia.

Dentre os entrevistados 60% recebem até um salário mínimo. Durante o trabalho de campo notamos que a rua que faz divisa com a RDS é bastante humilde e que os seus moradores possuem uma renda familiar muito baixa (Figuras 4.9.4.4-289 e 4.9.4.4-290).

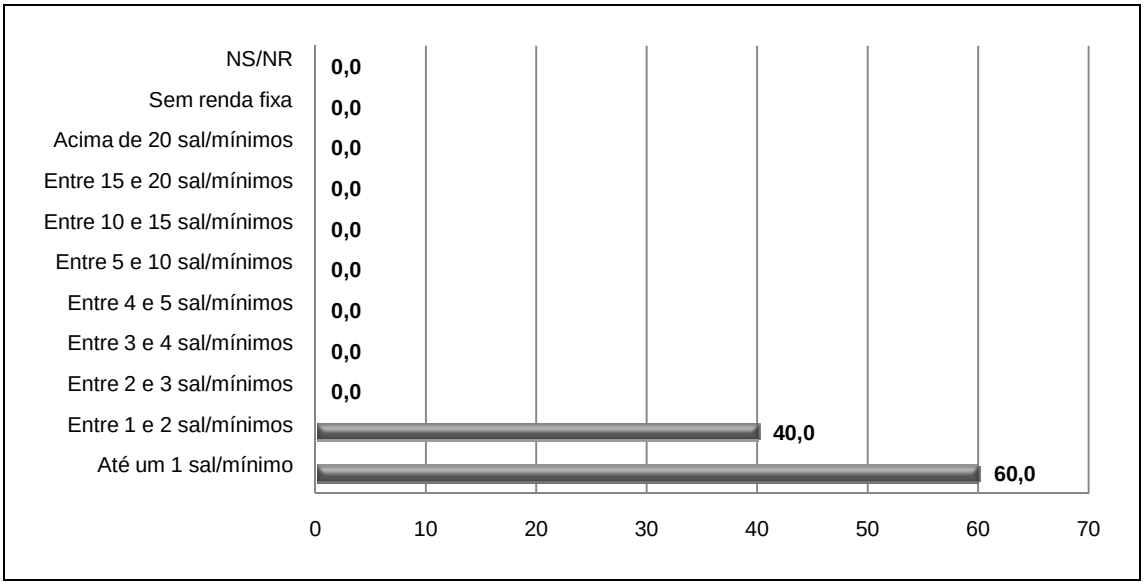


Figura 4.9.4.4-289: Renda familiar.

Figura 4.9.4.4-290: Casas do Bairro do Coroado no entorno da RDS.

Dentre os moradores, 66,7% moram na comunidade há mais de 20 anos e 16,7% entre 15 a 20 anos. Com isso notamos em sua maioria que os moradores locais são bastante antigos na comunidade (Figura 4.9.4.4-291).

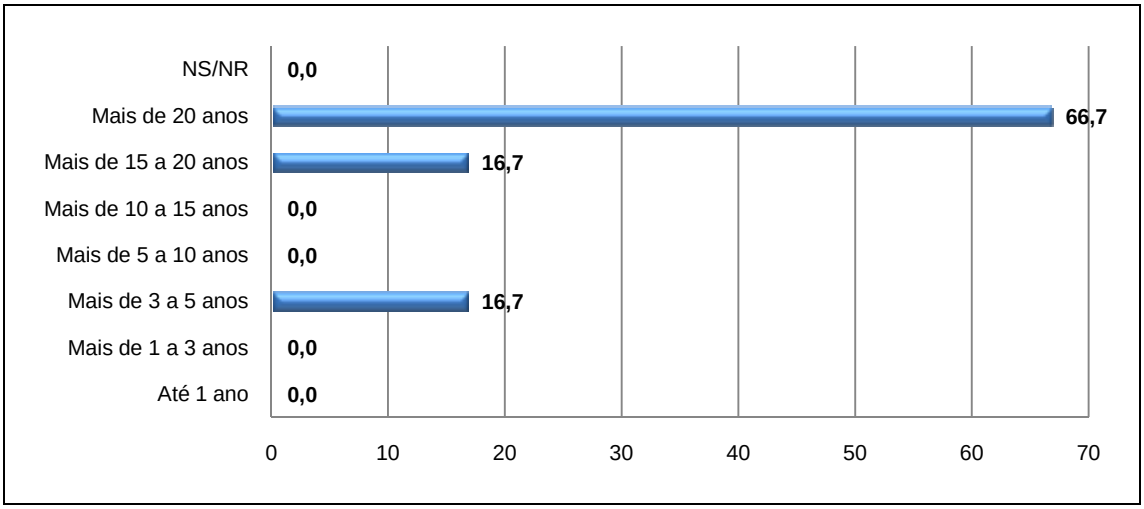


Figura 4.9.4.4-291: Tempo que reside.

Por ser uma comunidade de baixo poder aquisitivo, percebemos que a relação morador/domicilio é muito alta. Na casa do Álvaro Evangelista moram nove pessoas na mesma residência e na casa da moradora, Letícia Loiola, moram oito pessoas (Figura 4.9.4.4-292).

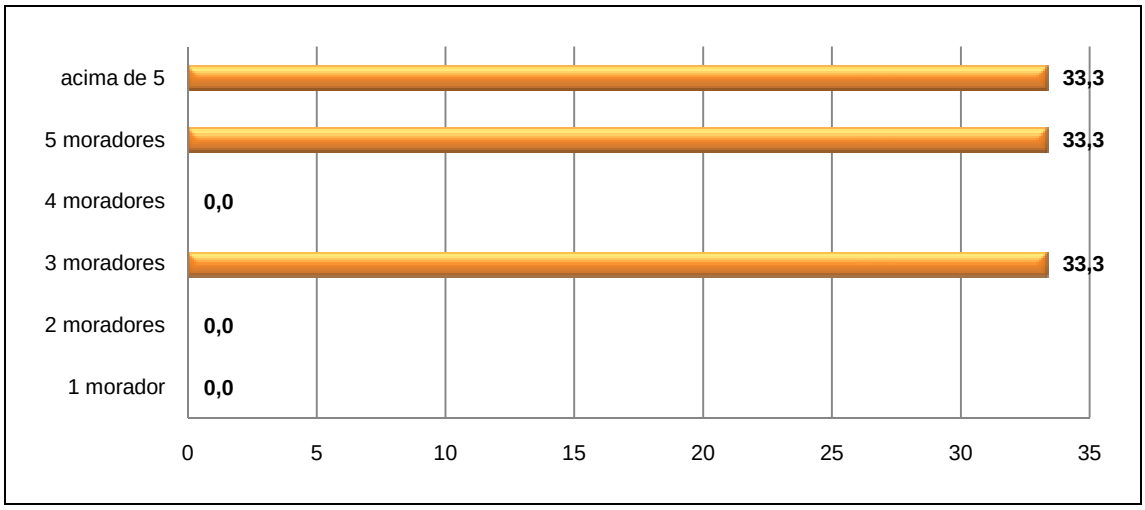


Figura 4.9.4.4-292: Morador/domicílio.

Perguntamos aos moradores se eles participavam de alguma organização/ associação e apenas a dona de casa, Rita de Cássia, nos disse que participa da Colônia Z3 e cata ostra e sururu para vender.

Já o aposentado e catador de caranguejo, Wilson Bahense, contou que não participar de nenhuma associação, mas é aposentado pela Colônia Z3.

O Bairro Coroado possui Associação de Moradores e somente a estudante Algira Gomes nos relatou participar das reuniões.

Entrevistamos o Presidente da Associação de Moradores do bairro, ele disse fazer parte da Associação há dois anos. A Associação já existe há 25 anos e possuem sede própria, atuam tanto no Bairro do Coroado como também no Bairro Santa Margarida, ficando a sede no Bairro Santa Margarida.

O abastecimento de água na região é fornecido pela CESAN e apenas um morador nos relatou possuir ligação clandestina em sua residência (Figura 4.9.4.4-293).

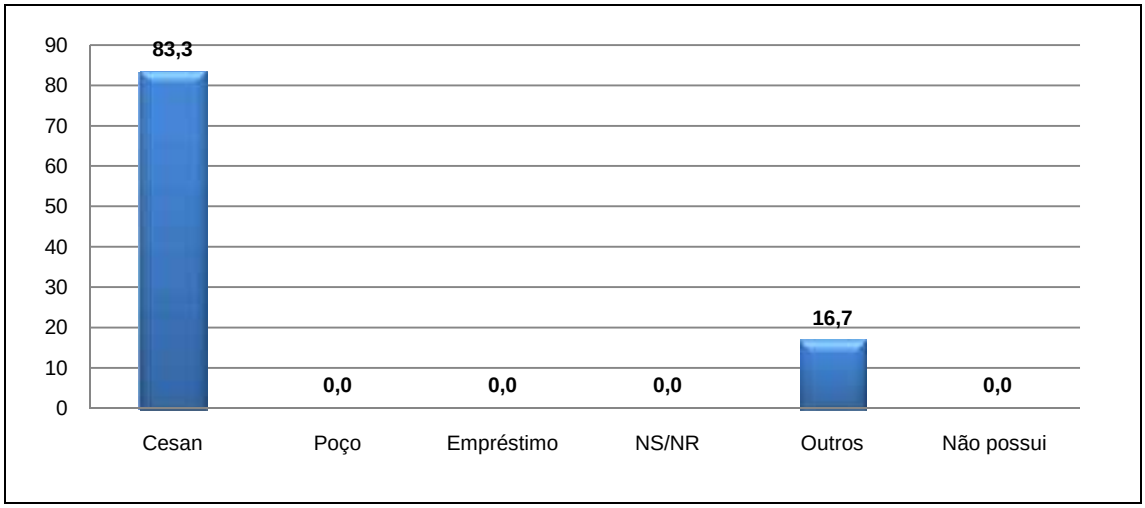


Figura 4.9.4.4-293: Abastecimento de água.

Dos seis entrevistados, quatro afirmaram que suas casas são ligadas a rede de esgoto da CESAN, apenas o morador Wilson Bahense afirmou possuir fossa séptica e a moradora Rita de Cássia nos contou que o esgoto de sua casa é despejado direto no mangue (Figuras 4.9.4.4-294 e 4.9.4.4-295).

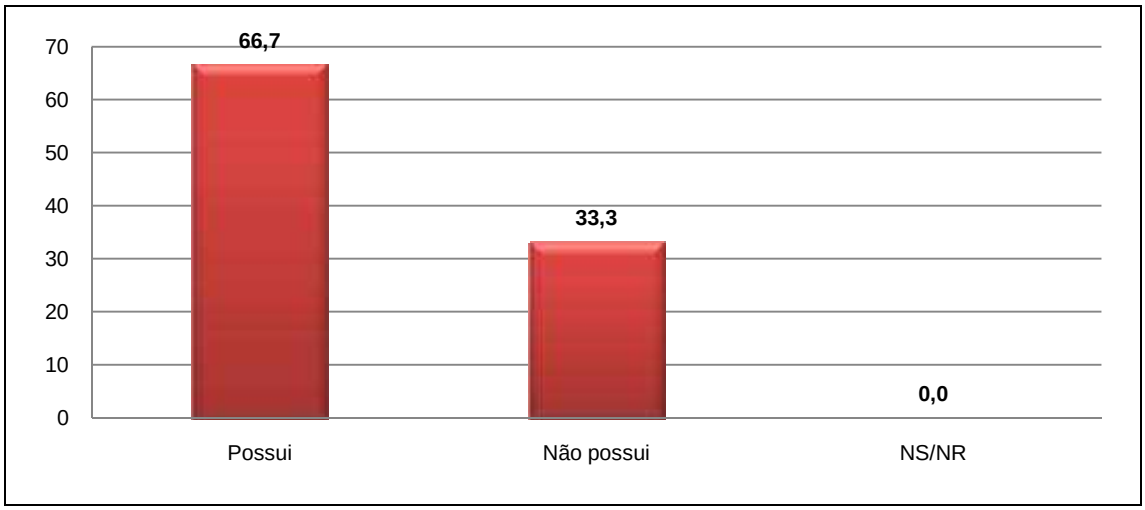


Figura 4.9.4.4-294: Rede de esgoto.

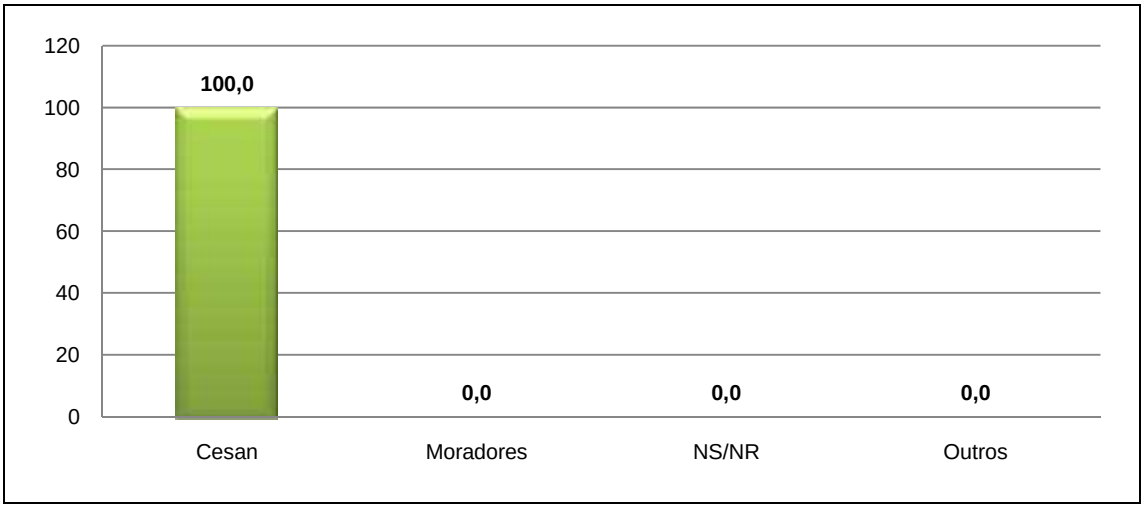


Figura 4.9.4.4-295: Manutenção do esgoto.

A energia elétrica é fornecida pela Escelsa em 66,7% dos casos e dois moradores afirmaram possuir ligação clandestina (gato) em suas casas (Figura 4.9.4.4-296).

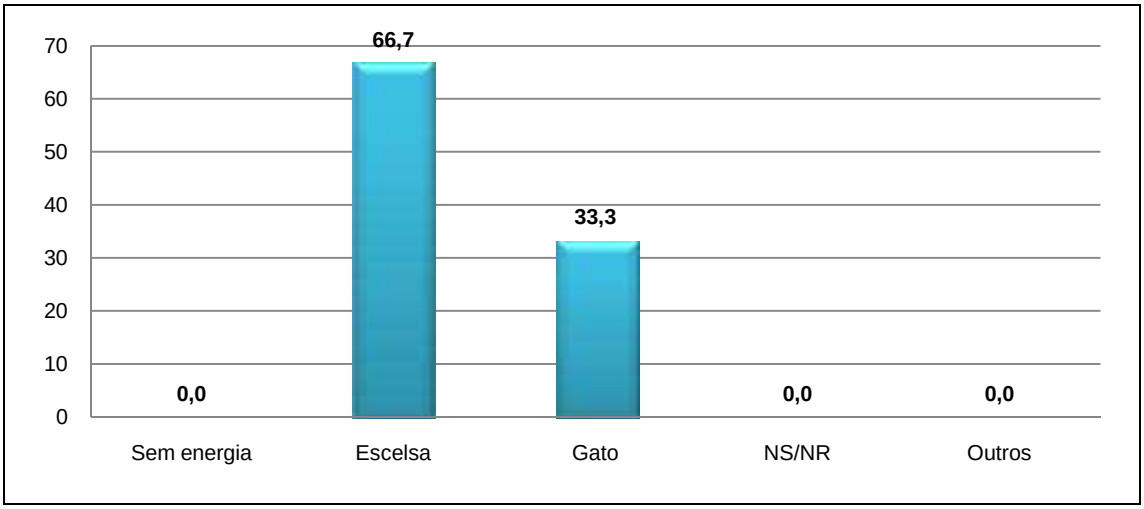


Figura 4.9.4.4-296: Energia elétrica.

Na rua em que foram feita as entrevistas os moradores informaram que não há coleta de lixo, devido às más condições em que a mesma se encontra. Porém há coleta, três vezes por semana, de lixo nas outras ruas do bairro (Figura 4.9.4.4-297).

Segundo o aposentado Álvaro Evangelista, por ser longe o local onde o caminhão do lixo passa, alguns moradores jogam o lixo no mato e no manguezal. A entrevistada Rita de Cássia nos relatou que costuma queimar uma parte do lixo e o resto leva onde há a coleta de lixo.

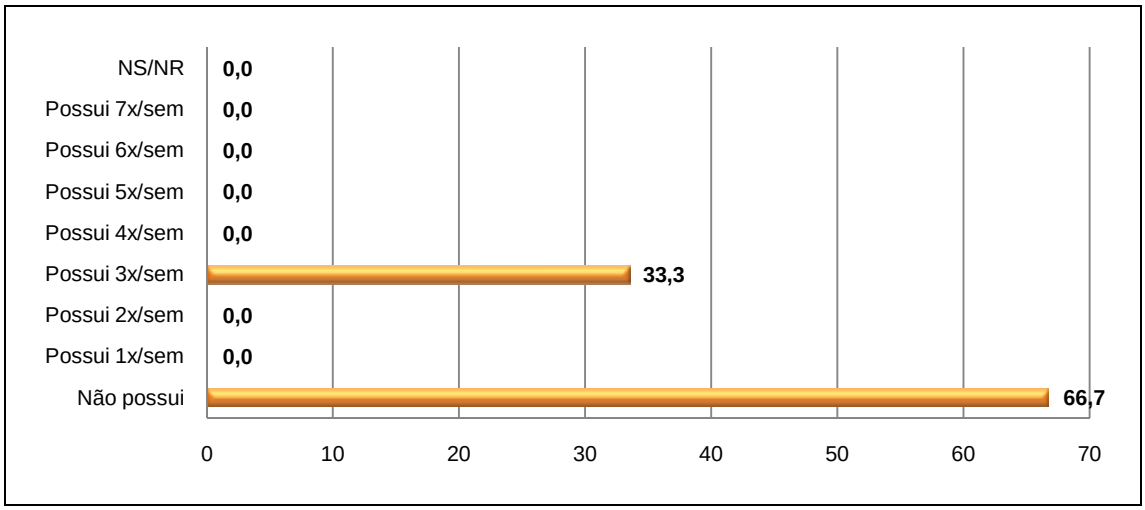


Figura 4.9.4.4-297: Coleta de lixo.

Abaixo, nas Figuras 4.9.4.4-298 a 4.9.4.4-300 se observa a rua sem pavimentação, dificultando o acesso ao caminhão do lixo e o local onde os moradores jogam os seus resíduos sólidos.

Figura 4.9.4.4-298: Rua sem pavimentação e de difícil acesso para passagem de carros.

Figura 4.9.4.4-299: Local de depósito de lixo.

Figura 4.9.4.4-300: Lixo a céu aberto em Coroado, percebe-se que há restos das cascas de marisco.

Todos os entrevistados possuem algum tipo de telefonia, sendo que três possuem tanto telefonia fixa quanto móvel (Figura 4.9.4.4-301). Para 83,3% (Figura 4.9.4.4-302), a avaliação geral da telefonia no bairro é considerada boa e uma minoria considera ótimo. Quando questionados sobre a quantidade de orelhões no bairro 66,7% (Figura 4.9.4.4-303) consideram insuficientes, porém para os moradores Álvaro Evangelista e Wilson Bahense são suficientes.

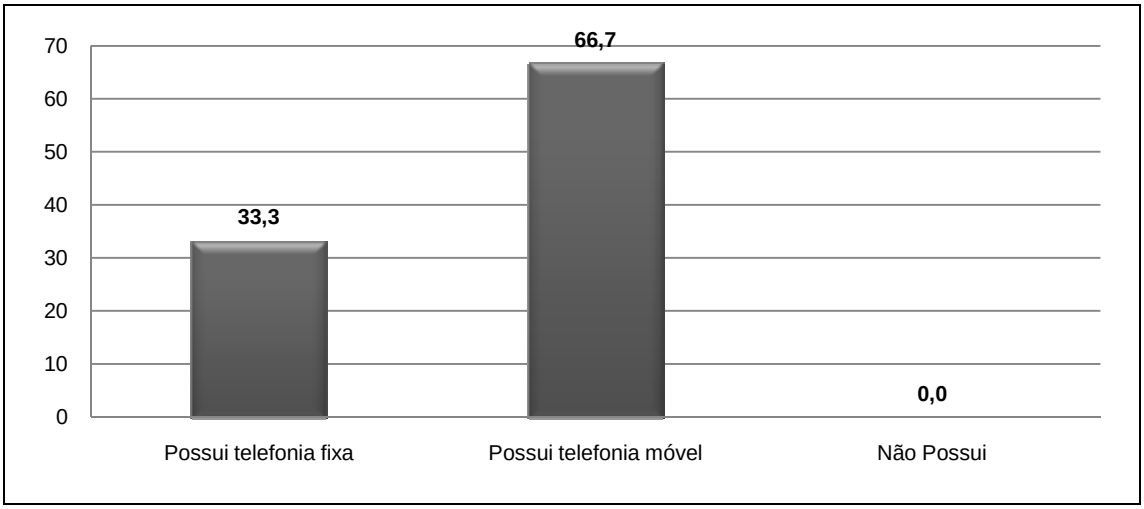


Figura 4.9.4.4-301: Telefonia.

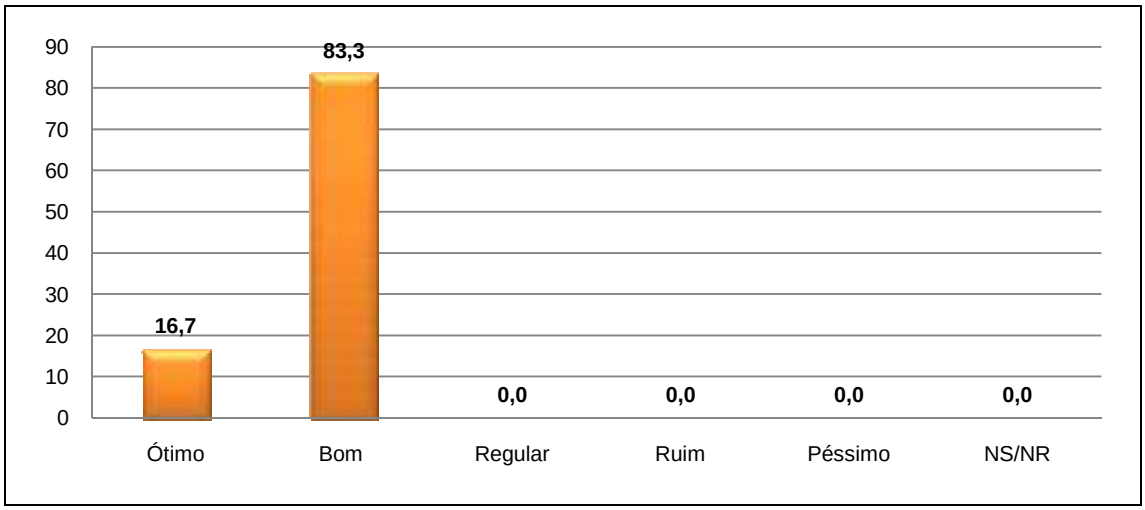


Figura 4.9.4.4-302: Avaliação geral da telefonia.

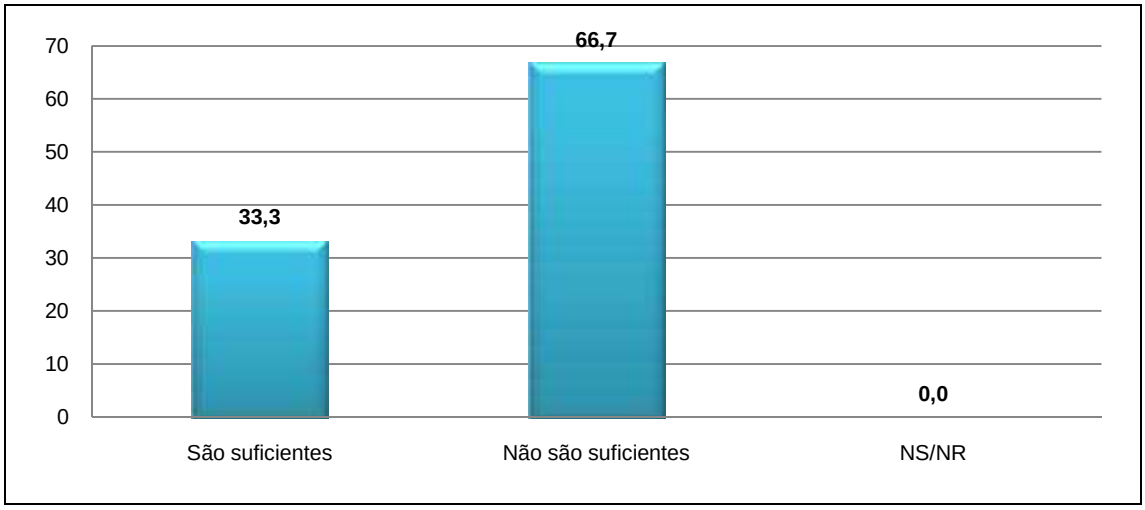


Figura 4.9.4.4-303: Telefones públicos.

Há na comunidade um Posto de Saúde que os moradores chamam de CAIC, e quase todos os entrevistados afirmaram procurar atendimento médico hospitalar no próprio bairro ou no Centro. Apenas a estudante Algira Gomes nos informou possuir plano de saúde e por isso busca atendimento em clínicas particulares (Figura 4.9.4.4-304).

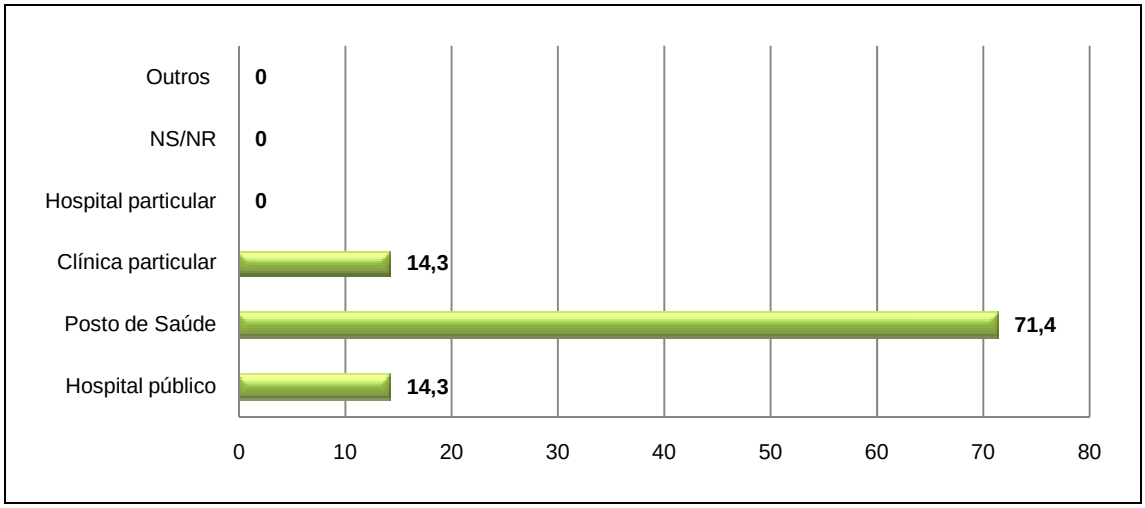


Figura 4.9.4.4-304: Serviço médico disponível.

As doenças citadas pelos entrevistados foram: gripe, diarréia e dengue (Figura 4.9.4.4-305). Apenas um morador afirmou que nunca ninguém da família contraiu nenhum tipo de doença desde que foram morar no bairro.

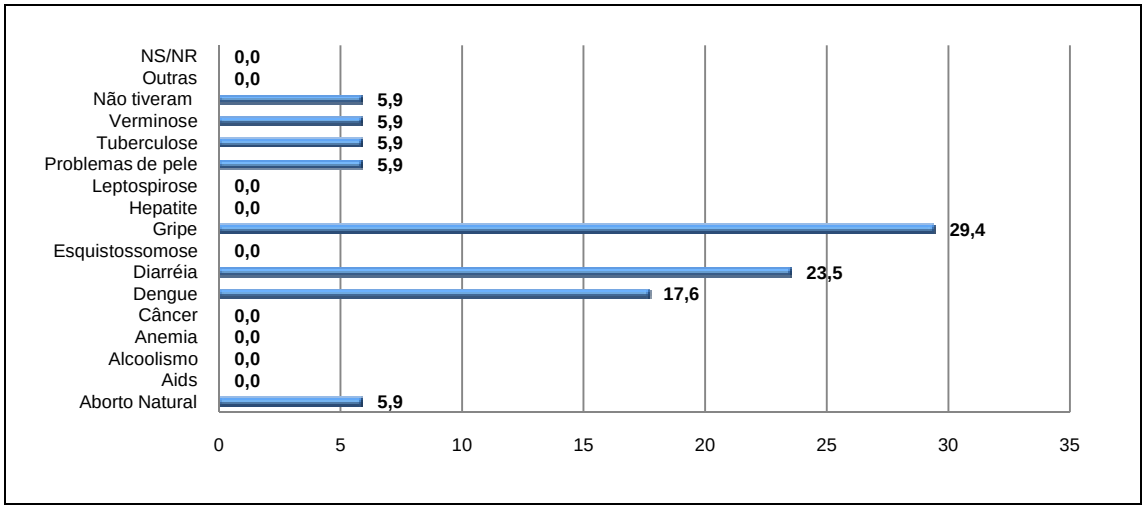


Figura 4.9.4.4-305: Doenças.

Com relação a óbito em função das doenças, apenas um respondeu que sim (Figura 4.9.4.4-306).

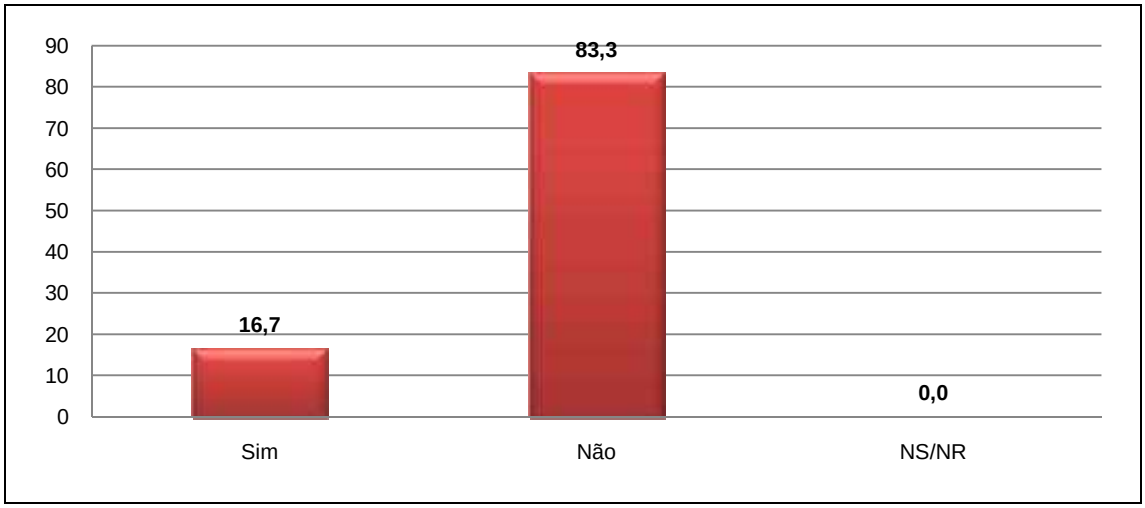


Figura 4.9.4.4-306: Óbito em função das doenças.

Há no bairro um pequeno comércio e para 66,7% dos entrevistados o comércio existente é avaliado como bom. Porém acreditam que falta supermercado, lojas de roupas, livraria, armarinho, lanchonetes e restaurantes (Figuras 4.9.4.4-307 e 4.9.4.4-308).

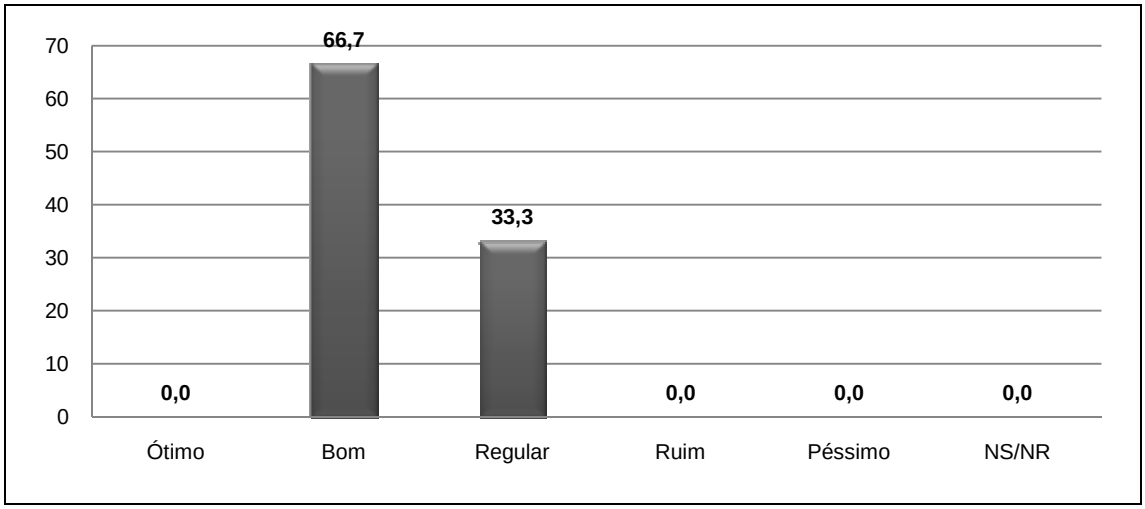


Figura 4.9.4.4-307: Avaliação do comércio.

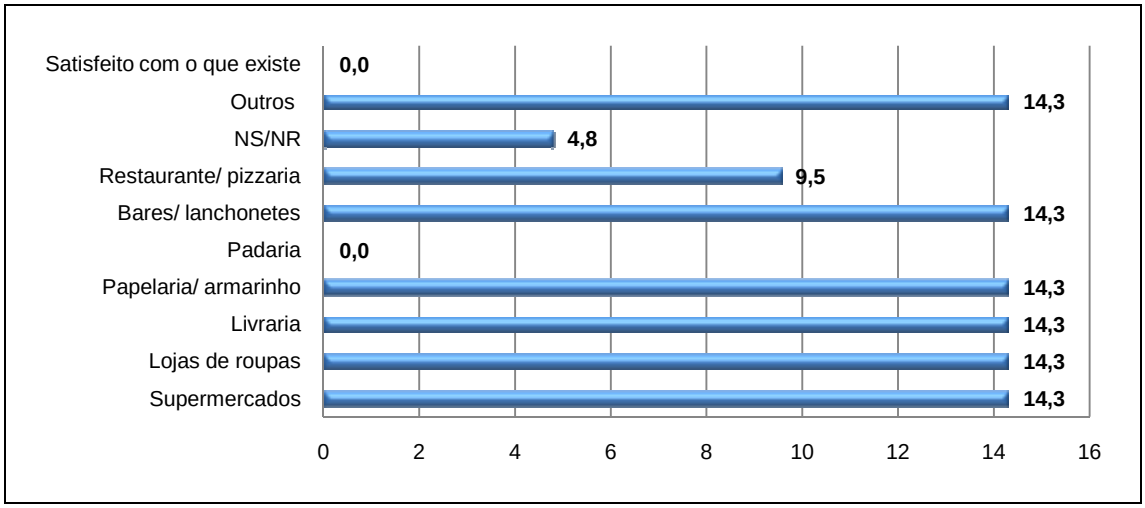


Figura 4.9.4.4-308: Comércio que falta.

Quando questionamos sobre os problemas da comunidade, quase todos os itens foram citados, somente poluição da água, desemprego e iluminação pública não foram citados (Figura 4.9.4.4-309). Notamos certa insatisfação da população com relação aos problemas sociais e de infraestrutura do bairro. Para todos os entrevistados, o maior problema é com relação à rua em que moram e não possui pavimentação e nem calçamento, gerando grandes problemas para os moradores, principalmente porque é difícil o acesso de automotores na rua (Figura 4.9.4.4-310).

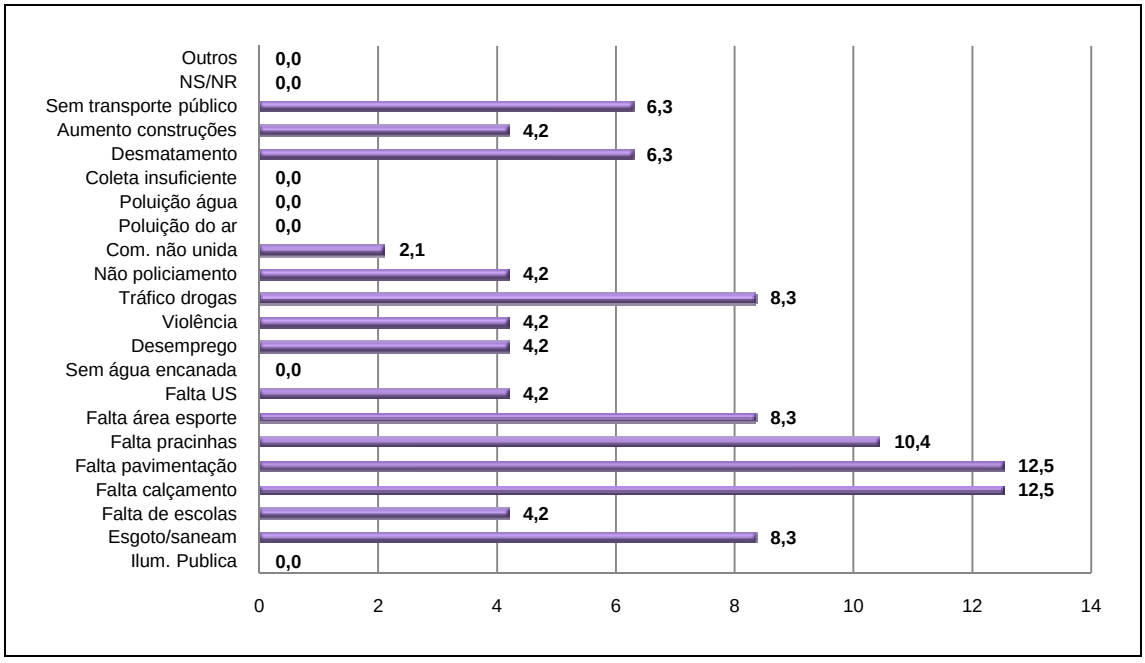


Figura 4.9.4.4-309: Problemas na comunidade.

Figura 4.9.4.4-310: Rua do Bairro Coroado.

Apenas um morador participa da Associação da Igreja e a moradora Algira Gomes participa das reuniões da Associação de Moradores, apesar de outros dois moradores informarem conhecer o presidente da Associação de Moradores (Figura 4.9.4.4-311). Dos seis entrevistados, 83,3% não desenvolvem nenhum tipo de atividade esportiva e 66,7% não praticam atividade ou programa cultural (Figuras 4.9.4.4-312 a 4.9.4.4-314).

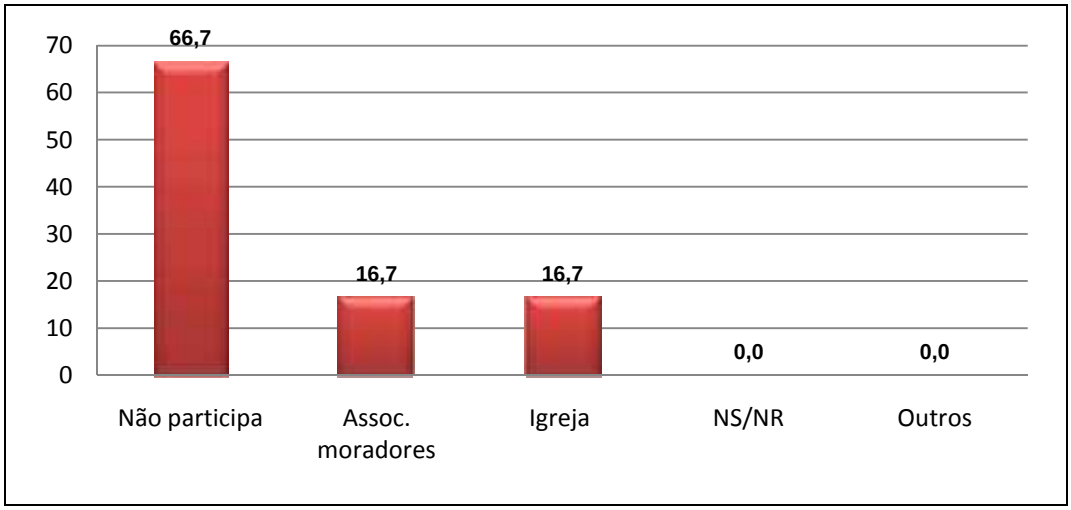


Figura 4.9.4.4-311: Grupo que freqüenta.

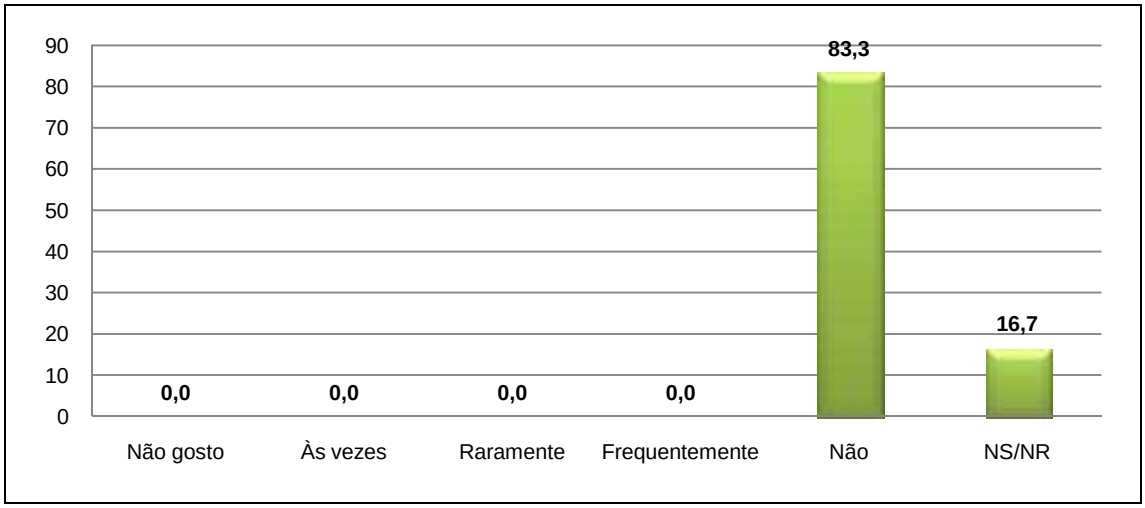


Figura 4.9.4.4-312: Desenvolve atividade esportiva.

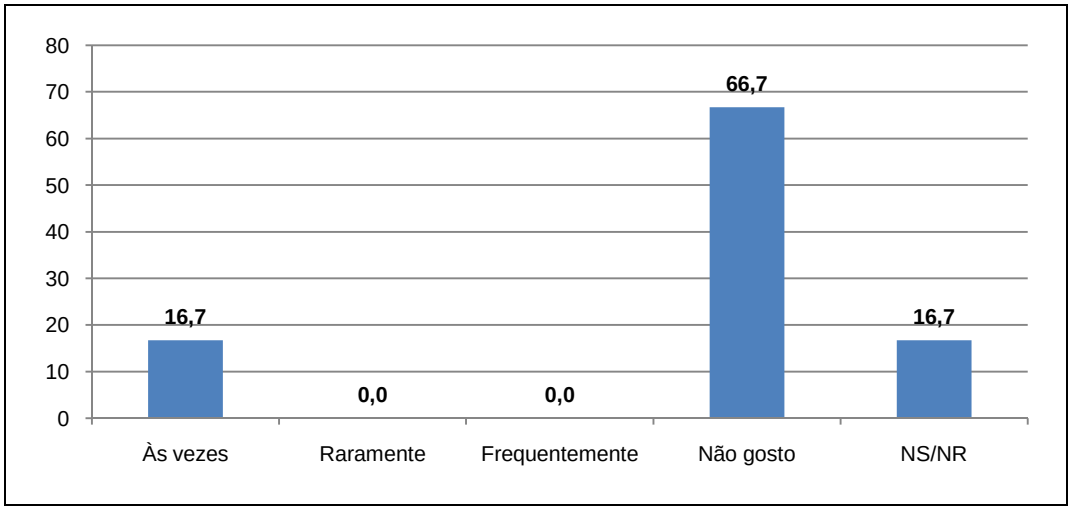


Figura 4.9.4.4-313: Pratica atividade ou programa cultural?

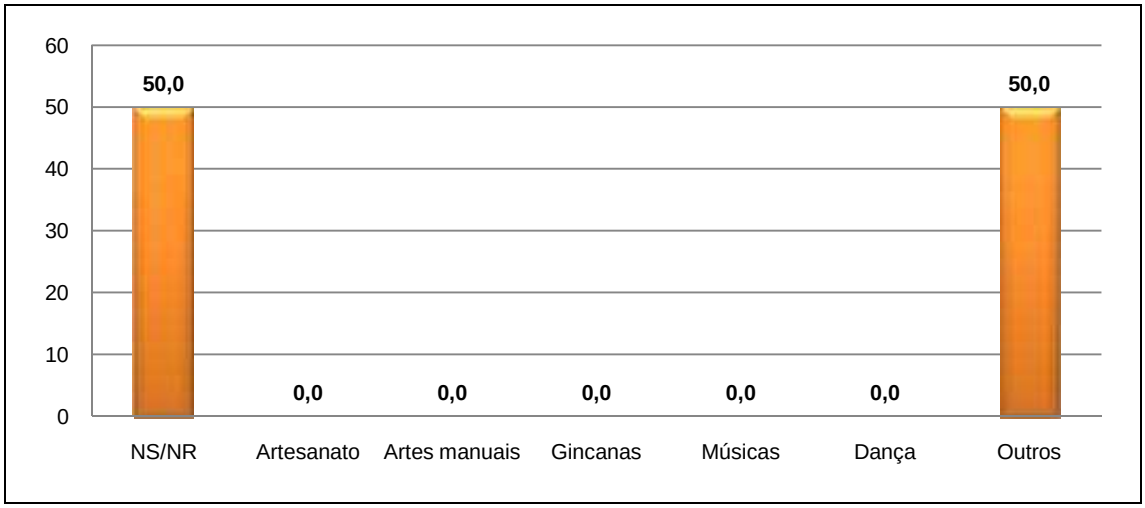


Figura 4.9.4.4-314: Se sim, qual?

Questionamos aos moradores se eles ou alguém da família teria interesse em participar de algum programa de geração de renda e três informaram que não teriam interesse, mas todos os outros cursos foram citados como possíveis cursos de interesse pelos outros entrevistados (Figura 4.9.4.4-315).

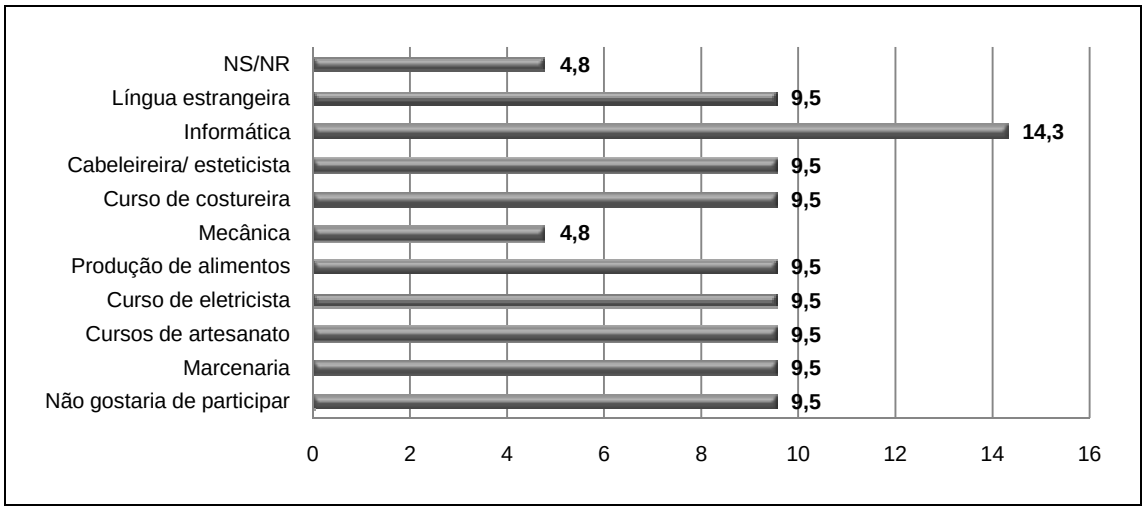


Figura 4.9.4.4-315: Interesse por curso de geração de renda?

Perguntamos para os moradores como eles se relacionam com o meio ambiente e 57,1% afirmou fazer a sua parte, somente o morador Álvaro Evangelista nos relatou que não se preocupa com o assunto (Figura 4.9.4.4-316).

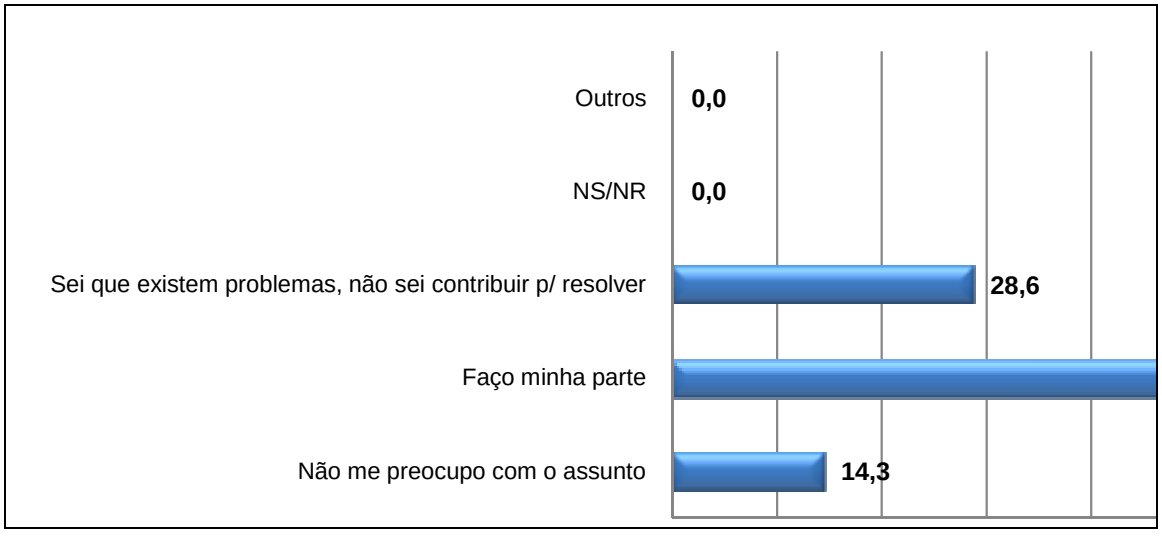


Figura 4.9.4.4-316: Como se relaciona com o meio ambiente?

Dentre os maiores problemas ambientais ocorrendo na comunidade segundo os entrevistados são: desmatamento, lixo e esgoto nas ruas. A moradora Nelma Santos nos relatou que há muito lixo na rua em que moram e que não há uma lata de lixo no bairro (Figura 4.9.4.4-317).

Figura 4.9.4.4-317: Esgoto e lixo na rua.

Conversamos com os moradores sobre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra e perguntamos se eles tinham conhecimento da existência da RDS que fica no quintal dos mesmos e 50% afirmaram terem conhecimento.

É o caso da estudante Algira Gomes, que nos informou ter tido conhecimento por meio de parentes que moram no Bairro Concha D'Ostra. Outro que também informou saber da existência foi o catador de caranguejo, Wilson Bahense, que conheceu por meio do projeto de ostreicultura da qual chegou a fazer parte. O Aposentado, Álvaro Evangelista, apesar de nos informar não saber o nome da Reserva, disse que ficou sabendo através de pessoas que vigiavam a "mata" (Figura 4.9.4.4-318).

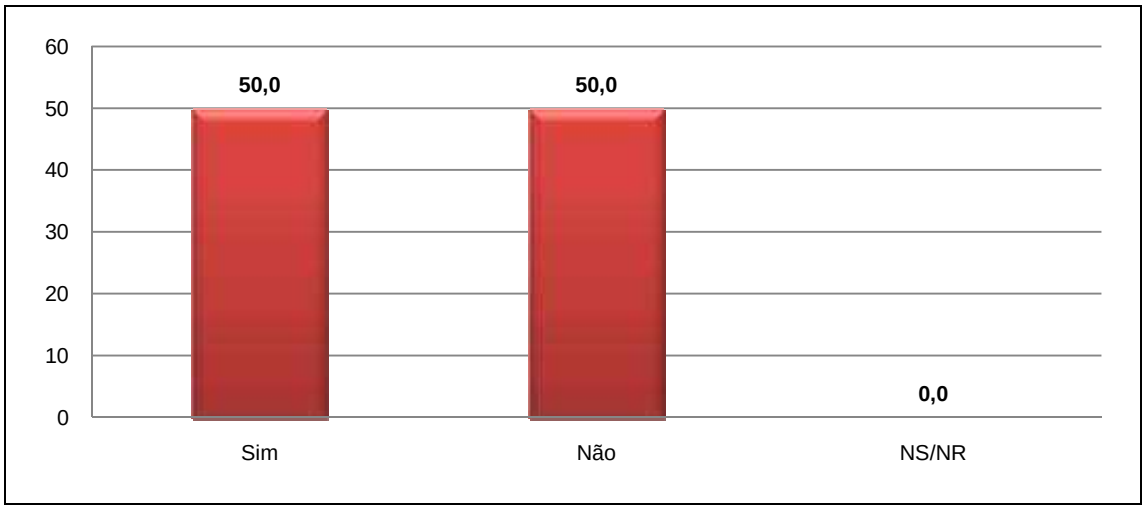


Figura 4.9.4.4-318: Conhece a RDS?

Dos seis entrevistados 66,7% nos afirmaram conhecer as regras para viver e morar em um local de RDS e 83,3% disseram estar dispostos a continuar vivendo e trabalhando em uma área de Reserva, respeitando as regras. Apenas a moradora, Nelma Santos, disse não conhecer as regras e não estar disposta a respeitar as regras (Figuras 4.9.4.4-319 e 4.9.4.4-320).

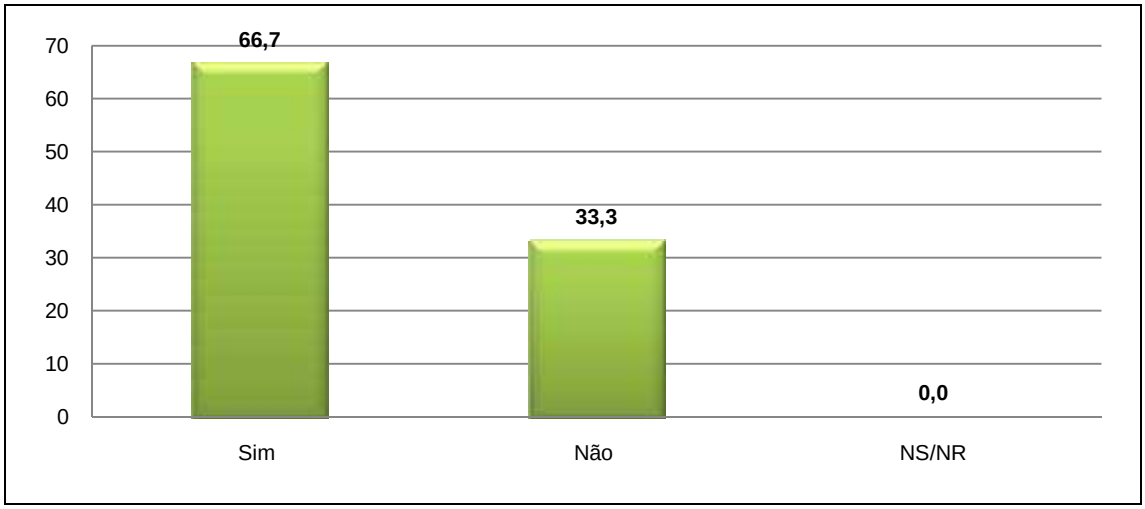


Figura 4.9.4.4-319: Conhece regras para viver na RDS?

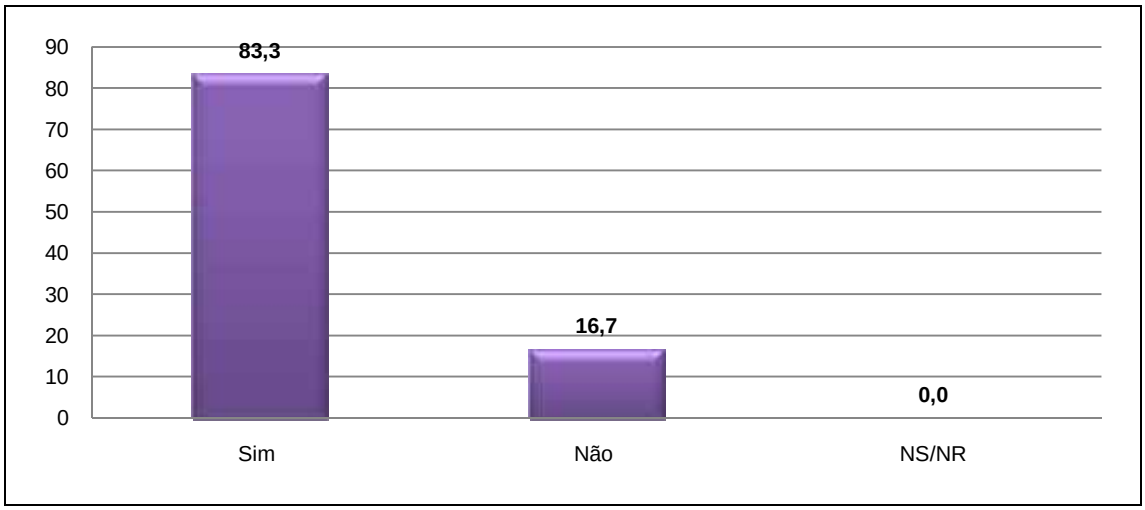


Figura 4.9.4.4-320: Disposto a viver/trabalhar com respeito regras?

Apenas dois necessitam da Reserva para sustento da família, as entrevistadas Nelma Santos, uma vez que o marido é catador de caranguejo e ela cuida dos filhos e Rita de Cássia que cata sururu (Figura 4.9.4.4-321).

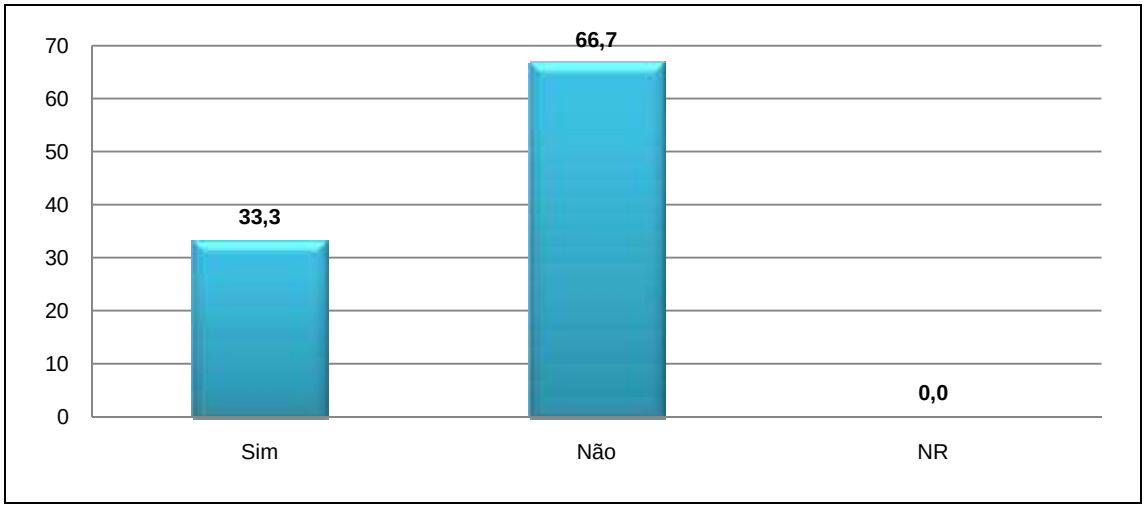


Figura 4.9.4.4-321: Necessita da reserva para sustento?

O morador Wilson Bahense não utiliza mais o manguezal para o seu sustento, pois hoje é aposentado como catador de caranguejo.

A dona de casa Nelma Santos, nos contou que o marido possui a carteirinha da colônia Z3 e ele cata os caranguejos e leva, a pé, para o mercado de peixe para vender diretamente ao consumidor. Já a catadora de sururu Rita de Cássia, informou ter se cadastrado este ano na colônia Z3 e este foi o primeiro ano em que recebeu o salário defeso. Ela cata sururu e vende na própria comunidade. Ambas afirmaram que respeitam a época de suspender a pesca ou cata de mariscos e caranguejo (Figuras 4.9.4.4-322 e 4.9.4.4-323).

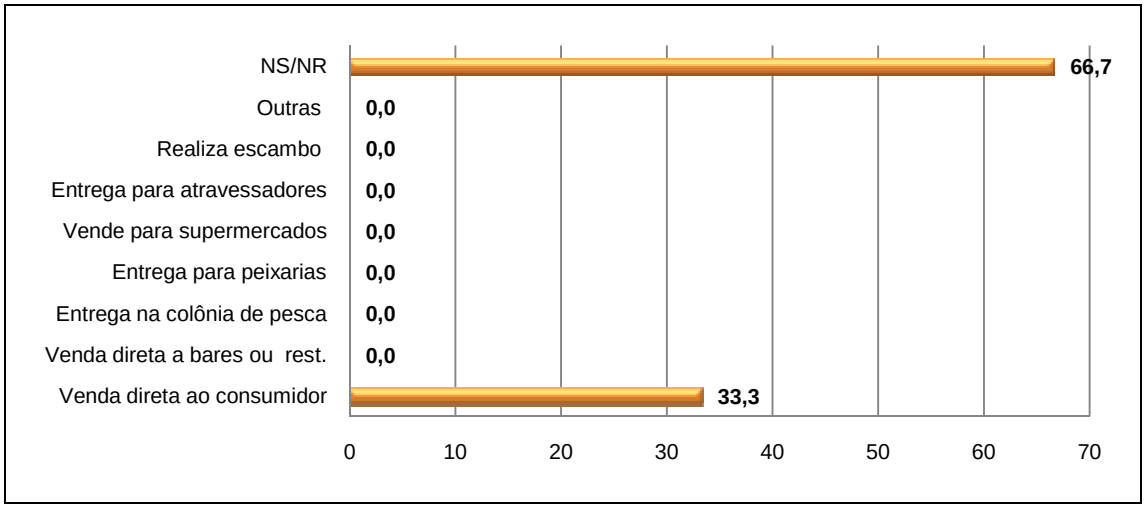


Figura 4.9.4.4-322: Forma de comércio do pescado.

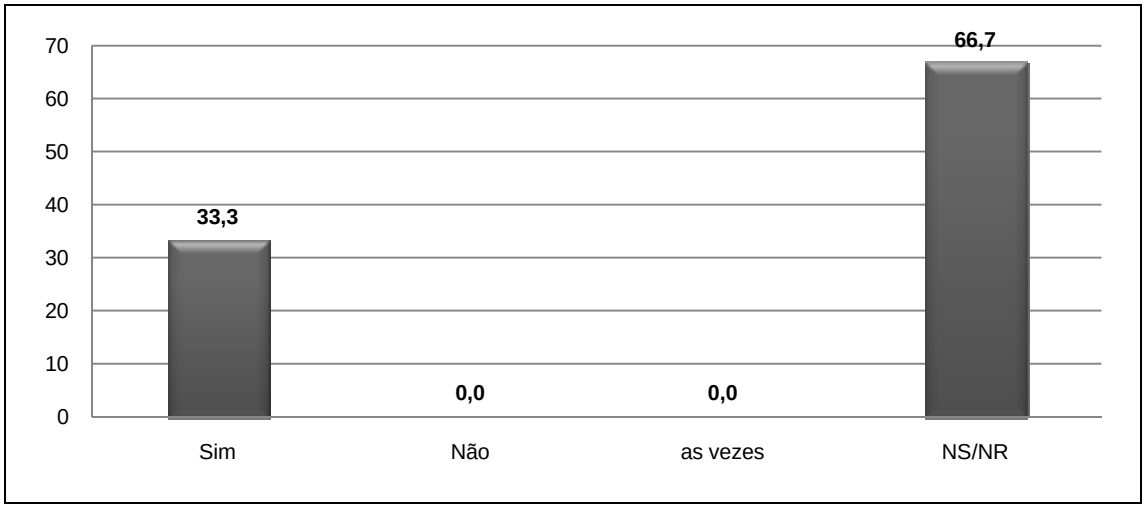


Figura 4.9.4.4-323: Respeita o defeso?

A catadora de sururu, Rita de Cássia, relatou que na época do defeso, vende doces para ajudar na renda. Além de receber o salário defeso.

Já a dona de casa Nelma Santos nos informou que o marido faz bico de pedreiro para aumentar a renda na época proibida de pegar caranguejo.

Apenas uma pessoa afirmou não conhecer alguém que utiliza o manguezal para o seu sustento (Figura 4.9.4.4-324).

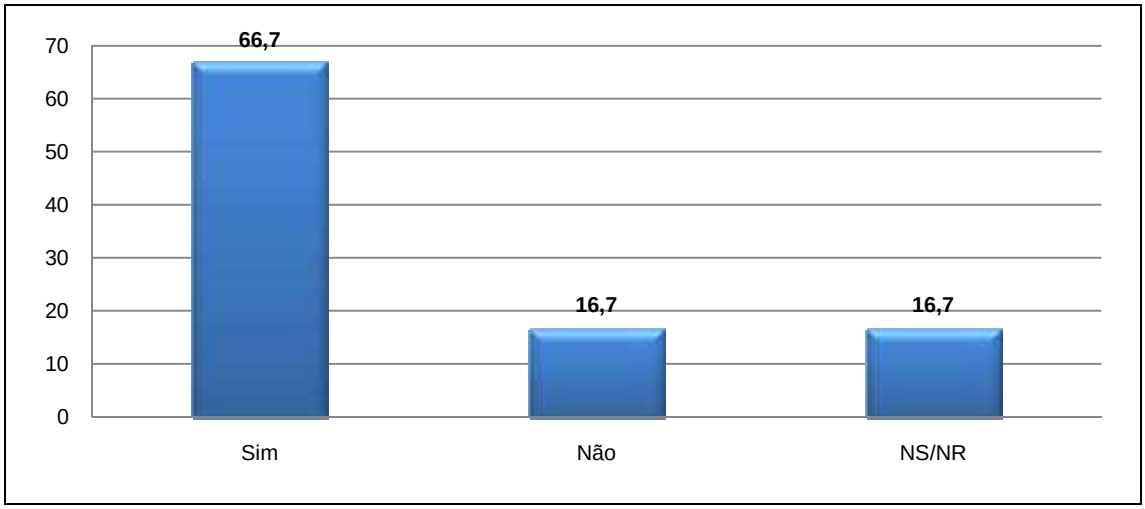


Figura 4.9.4.4-324: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento?

A metade dos entrevistados afirmou conhecer uma Associação de Pescadores/ marisqueiros ou catadores de caranguejo na região (Figura 4.9.4.4-325). Sabemos que há a Colônia Z3, uma Associação que engloba todos os pescadores, catadores de caranguejo e mariscos.

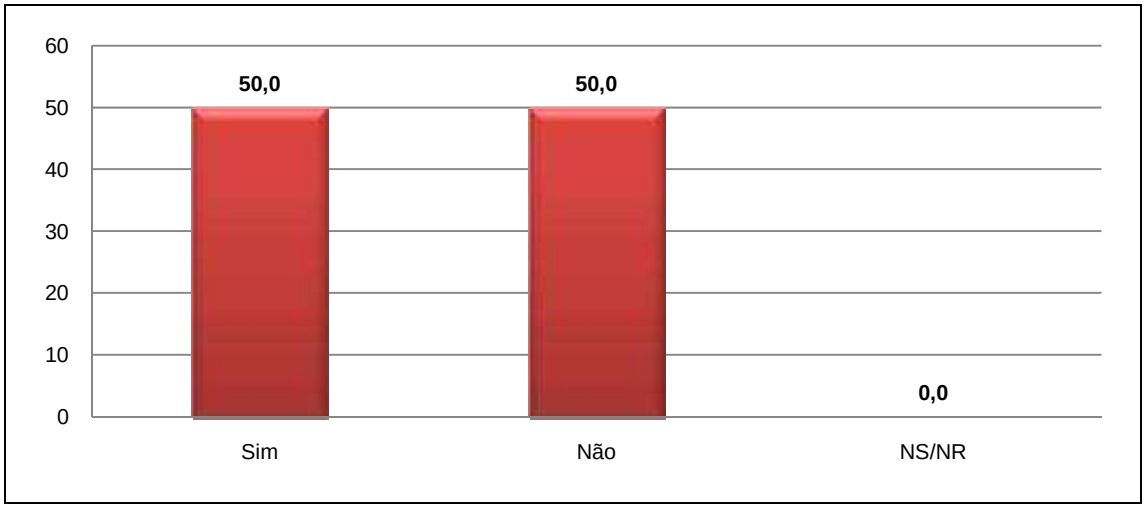


Figura 4.9.4.4-325: Conhece Associações de Marisqueiros/pescadores?

Somente o aposentado catador de caranguejo, Wilson Bahense nos informou ter participado da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra por meio de reuniões (Figura 4.9.4.4-326). Perguntamos também aos moradores se eles conheciam algum projeto ou programa desenvolvido na região que envolvesse a RDS, o Sr. Wilson Bahense e a estudante Algira Gomes citaram o Projeto de Ostreicultura, porém sabemos que este projeto não está mais em funcionamento (Figura 4.9.4.4-327).

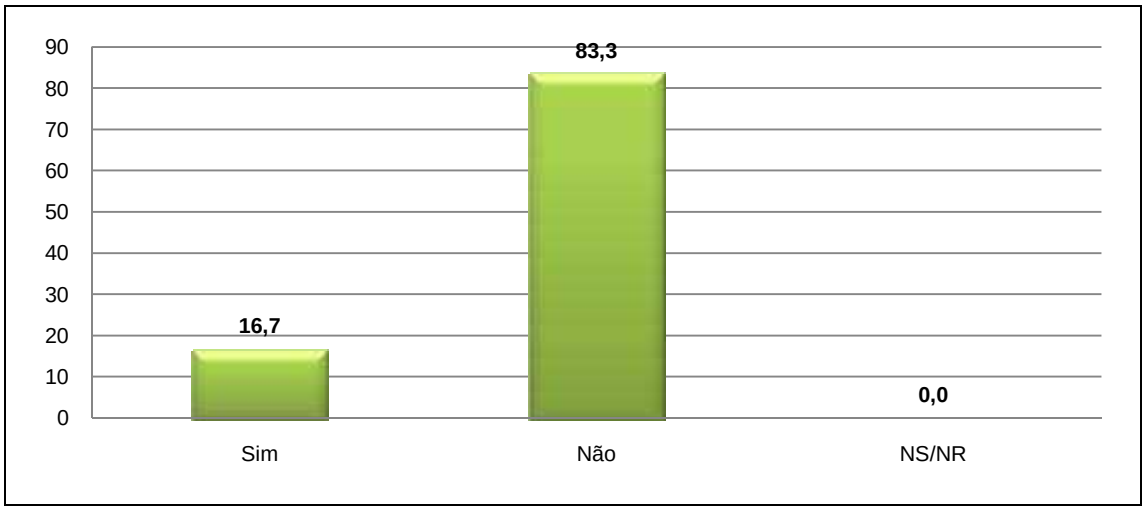


Figura 4.9.4.4-326: Participou da criação da RDS?

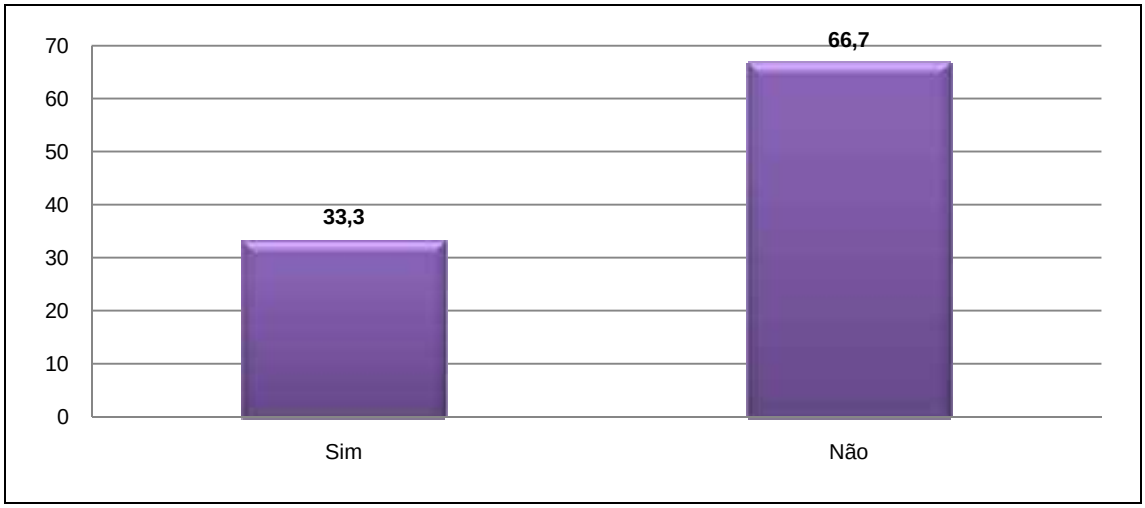


Figura 4.9.4.4-327: Conhece programas ou projetos na RDS?

Segundo informações dos moradores há Festa Junina no bairro e também Festa de São Sebastião da Igreja Católica da comunidade e todo ano saem blocos de carnaval (Figura 4.9.4.4-328).

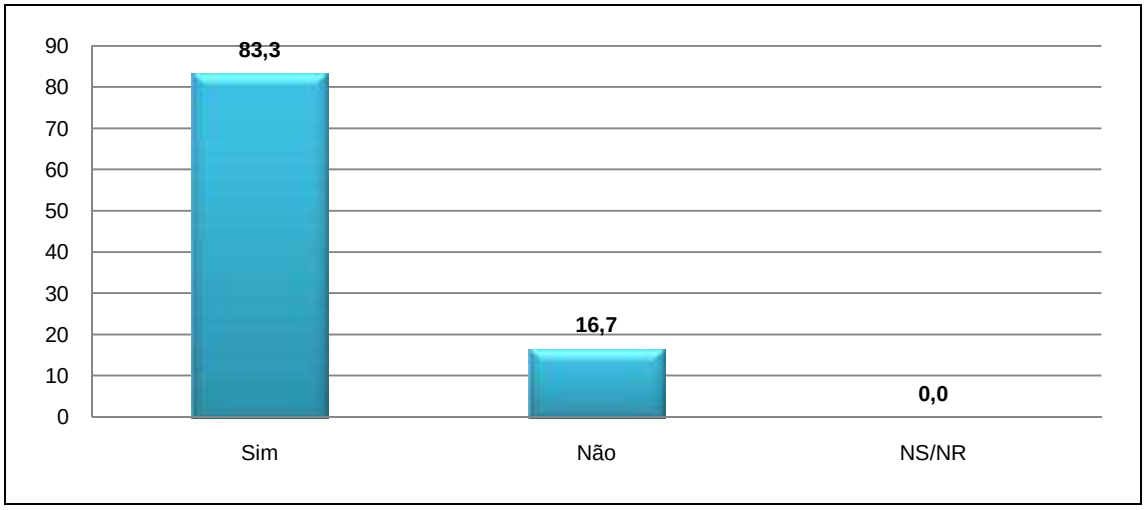


Figura 4.9.4.4-328: Conhece festas e manifestações culturais?

Para 66,7% dos entrevistados a RDS Concha D'Ostra, é considerada entre muito importante a importante, pois muitos a utilizam para sustento familiar e por ser uma área ambiental (Figura 4.9.4.4-329). Somente o aposentado Álvaro Evangelista revelou considerar a Reserva sem importância.

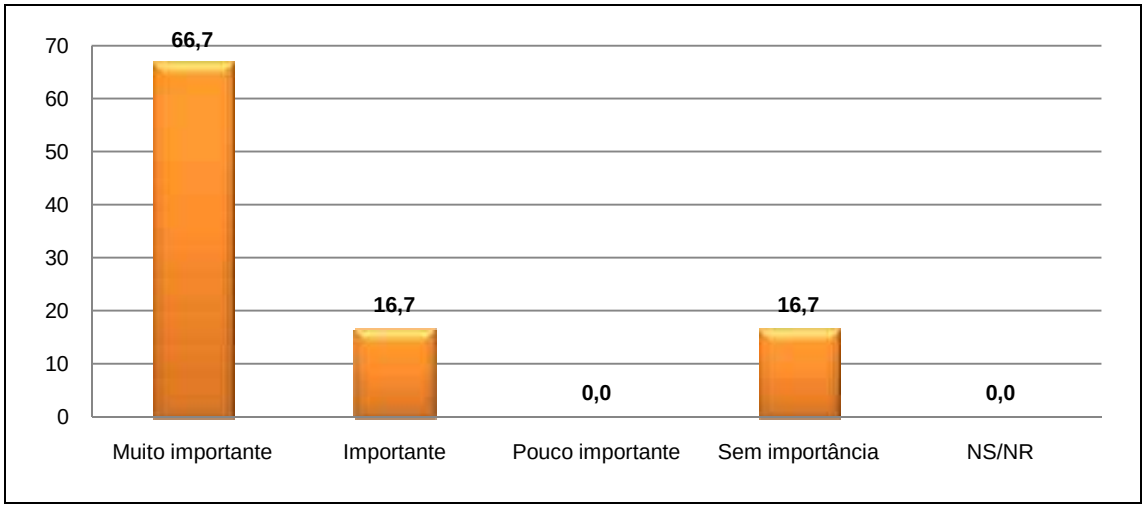


Figura 4.9.4.4-329: O que a RDS é para a comunidade?

Perguntamos se eles estavam satisfeitos com a atual situação da Reserva e três nos relataram que não. Foi o caso da moradora Rita de Cássia que disse: "*Não. Porque tem muito lixo. Pedaços de pau, garrafas e sacolas"*.

Duas pessoas afirmaram estarem satisfeitos, como informou o morador Wilson Bahense: *"Sim, mas se preservasse mais seria melhor. Tem que ter mais fiscalização"*.

O Bairro Coroado tem escola, igrejas e um pequeno comércio na localidade, porém a rua onde se encontra a RDS tem baixa infraestrutura. É uma grande ladeira de barro, onde é impossível a passagem de automotores, prejudicando os moradores locais, pois não há coleta de lixo.

Durante a pesquisa de campo percebemos que muitos moradores por preguiça de levar o lixo até o local mais próximo onde há coleta, simplesmente despejam seu lixo a céu aberto na própria rua. Isso prejudica ainda mais os moradores e também a Reserva, pois em época de chuvas acaba recebendo uma boa parte daquele lixo acumulado nas ruas (Figura 4.9.4.4-330).

Figura 4.9.4.4-330: Lixo disposto no entorno da RDS.

Apesar de algumas famílias utilizarem o manguezal para o seu sustento, tem famílias que não se preocupam com o lixo que se acumula na RDS e nas conseqüências futuras. Apesar do grande número de lixo encontrado nas ruas, percebemos que a parte do mangue próxima a rua é ainda considerada pelos moradores bastante limpa e muitos retiram mariscos, peixes e crustáceos no mangue próximo da rua (Figura 4.9.4.4-331).

Figura 4.9.4.4-331: Cascas de marisco jogado no meio da rua.

Observamos uma grande parte de mata da RDS na rua onde foram realizadas as entrevistas (Figura 4.9.4.4-332).

Talvez por falta de informação e de uma maior fiscalização, há desmatamento no local por parte da comunidade.

Figura 4.9.4.4-332: Mata (RDS) na rua em que foram feitas as entrevistas em Coroado.

- ***Conclusão - Coroado***

No Bairro Coroado realizamos as entrevistas somente em uma rua que se encontra em condições bastante precárias devido a falta de calçamento e pavimentação.

Durante as entrevistas notamos que a comunidade não é unida e não buscam melhorias para a rua.

Percebemos também um descaso quando o assunto é meio ambiente e por mais que a maioria tenha falado que faz a sua parte, não é o que vimos durante todo o trabalho de campo.

Encontramos alguns catadores de caranguejo, mariscos e ostras, mas observamos uma grande falta de interesse quando o assunto é Meio Ambiente. Há um descaso por parte da população com relação a preservação ambiental, os moradores despejam os lixo residencial direto no mangue ou na rua.

Falta um trabalho de Educação Ambiental intenso com a comunidade, principalmente por causa do descarte irregular do lixo. Mas apesar disso, a parte da Reserva que se encontra no Bairro Coroado ainda está bastante preservada e durante as entrevistas com os moradores muitos afirmaram que se pode encontrar, ainda, uma grande variedade de peixes, mariscos e caranguejo na região.

Portanto, antes que haja uma degradação ambiental maior na comunidade é necessário e importante uma fiscalização dentro da área da RDS localizada no Bairro Coroado.

❖ *BAIRRO PRAINHA DE OLARIA*

A comunidade faz parte do Bairro Olaria e possui uma entrada para a RDS (Figura 4.9.4.4-333), onde a população utiliza como área de lazer. Durante o verão essa área é utilizada por muito turistas como forma de lazer. Mas, ultimamente já não pode ser utilizada para banho, pois alguns moradores levam animais para tomar banho no mangue e isso está segundo os freqüentadores, gerando problemas de pele nas pessoas que freqüentavam o local.

Figura 4.9.4.4-333: Manguezal utilizado para lazer.

O bairro (Figura 4.9.4.4-334) possui 85 famílias e foram realizadas quinze entrevistas com moradores (Figura 4.9.4.4-335) e uma com Márcia Jesus Simões representante da Associação de Moradores da Prainha de Olaria.

Figura 4.9.4.4-334: Comunidade Prainha de Olaria.

Figura 4.9.4.4-335: Entrevista com moradora local.

Dos entrevistados, 46,7% são casados (Figura 4.9.4.4-336) e 73,3% possuem entre um a três filhos (Figura 4.9.4.4-337).

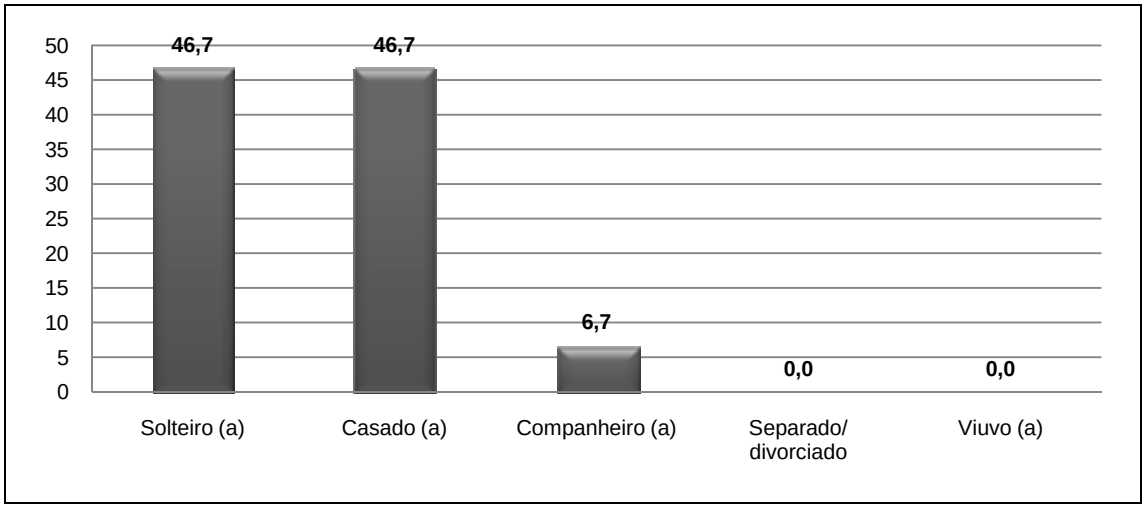


Figura 4.9.4.4-336: Estado civil.

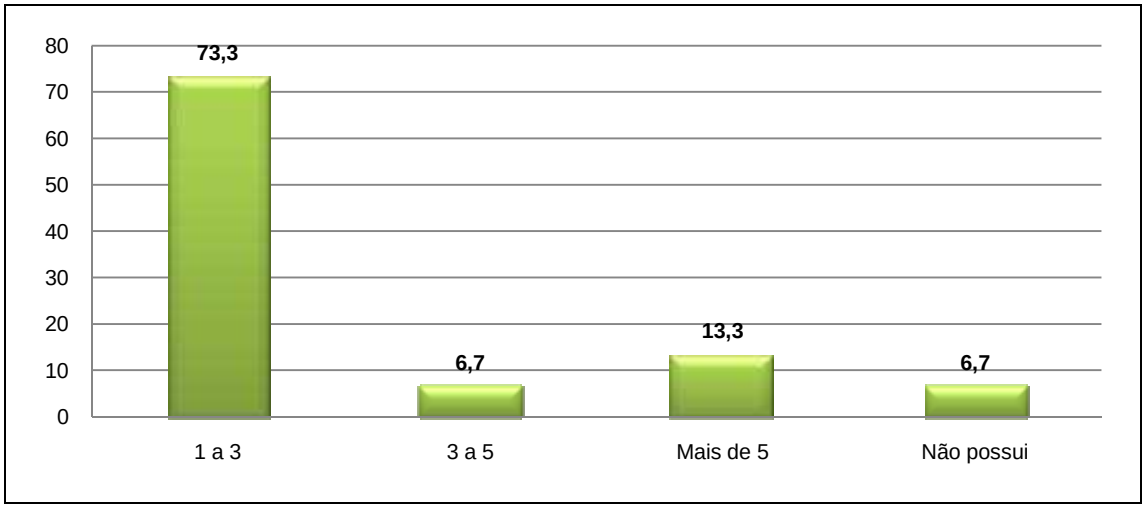


Figura 4.9.4.4-337: Número de filhos.

A Prainha de Olaria é um bairro humilde e 53,3% dos entrevistados possuem apenas o fundamental incompleto (Figura 4.9.4.4-338). Não encontramos nenhum marisqueiro ou pescador na região, sendo a maioria, 53,3% donas de casa (Figura 4.9.4.4-339).

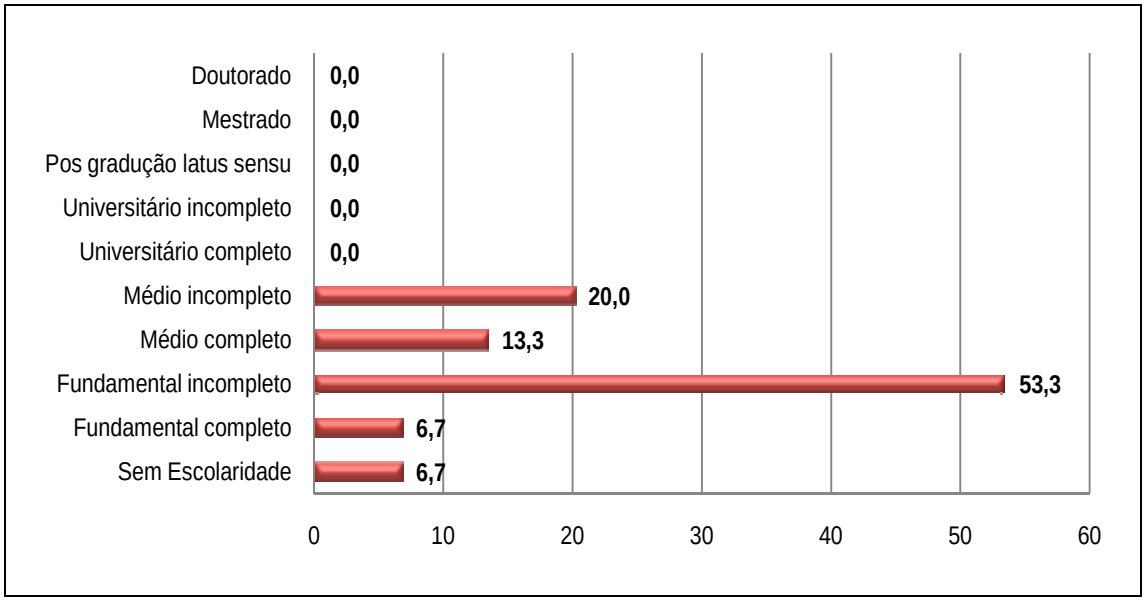


Figura 4.9.4.4-338: Escolaridade.

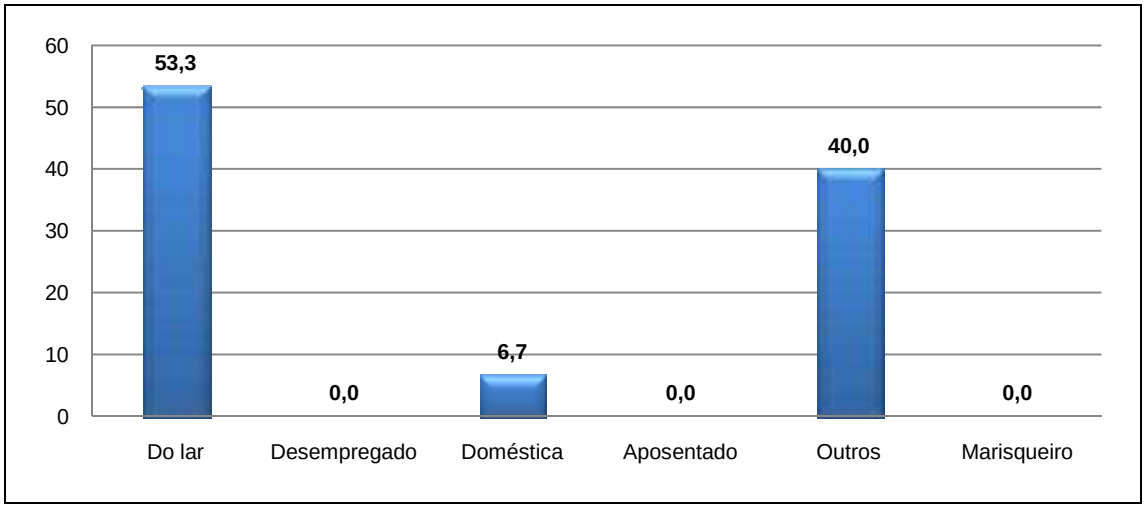


Figura 4.9.4.4-339: Profissão.

Todos os moradores entrevistados afirmaram serem proprietários de seus terrenos (Figura 4.9.4.4-340) e 20% deles moram a mais de 20 anos na localidade (Figura 4.9.4.4-341). É o caso da moradora Cleonice da Cruz Soares, que nos informou morar a 30 anos no bairro.

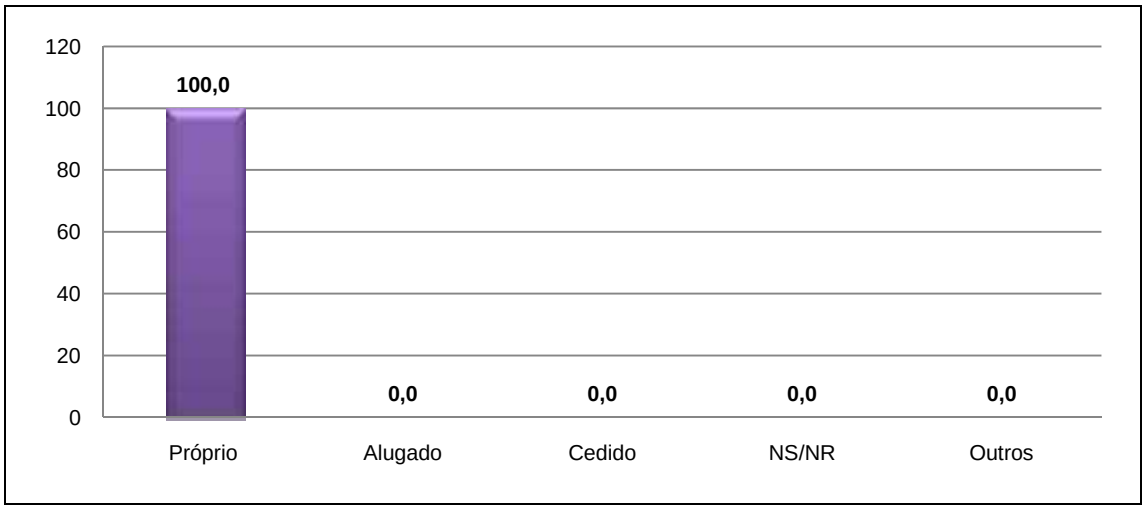


Figura 4.9.4.4-340: Condições de moradia.

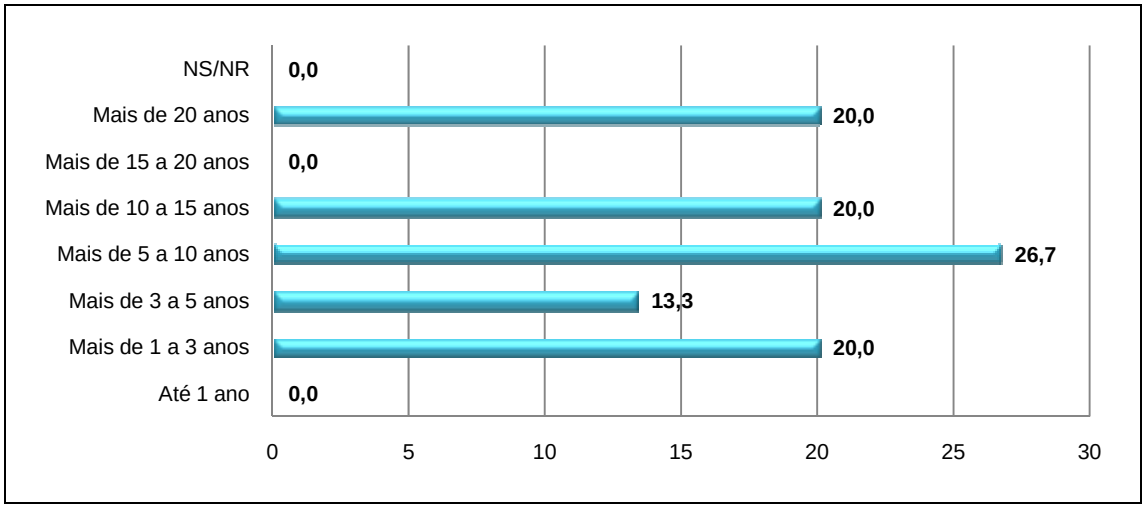


Figura 4.9.4.4-341: Tempo que reside.

Perguntamos aos moradores se eles participavam de alguma Associação ou Organização e dois responderam participar da Igreja da qual freqüentam e a dona de casa Delma Maria informou ir sempre quando pode nas reuniões da Associação de Moradores do bairro.

O Bairro Prainha de Olaria faz parte da Associação de Moradores do Bairro Olaria e tem como sua representante a Márcia Jesus Simões. Segundo ela a Associação funciona há seis anos e ela faz parte desde o seu início.

Questionamos também aos moradores sobre a renda mensal da família (Figura 4.9.4.4-342) e 66,7% vivem com até um salário mínimo em residências na maior parte com três a quatro moradores (Figura 4.9.4.4-343). Apenas 13,3% informaram possuir em sua residência acima de cinca pessoas, é o caso da dona de casa Luciana Azeredo, que vive com oito pessoas na mesma casa.

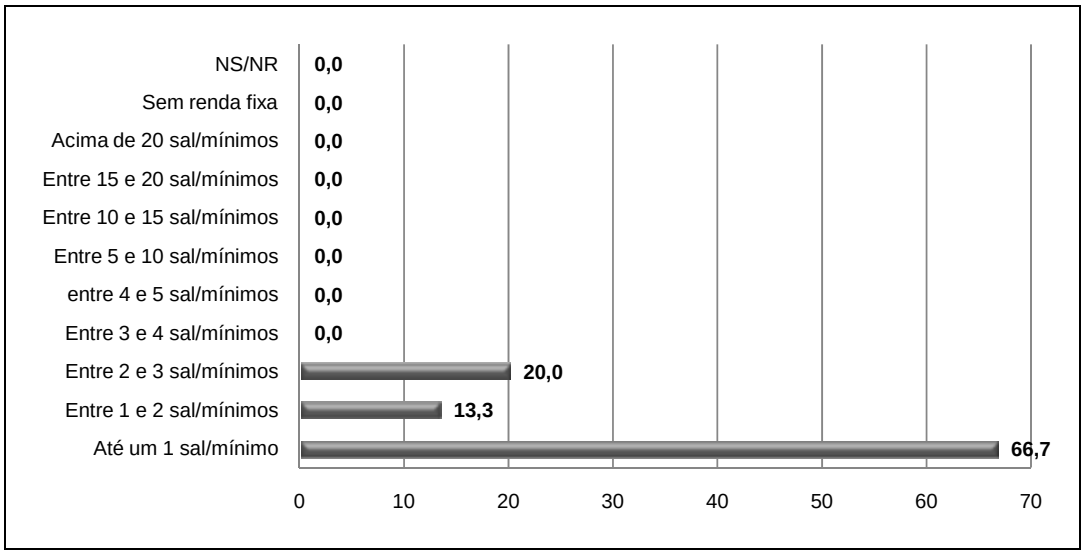


Figura 4.9.4.4-342: Renda familiar.

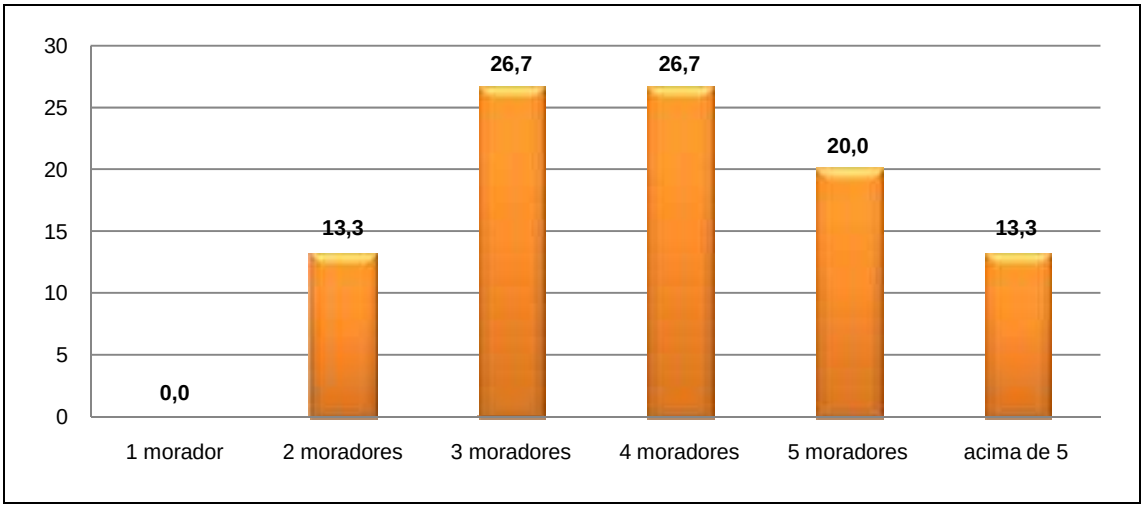


Figura 4.9.4.4-343: Morador/Domicílio.

O abastecimento de água na região é feito pela CESAN (Figura 4.9.4.4-344) e apenas a estudante Caline Santos nos informou não possuir água em sua residência e pega emprestada com o vizinho.

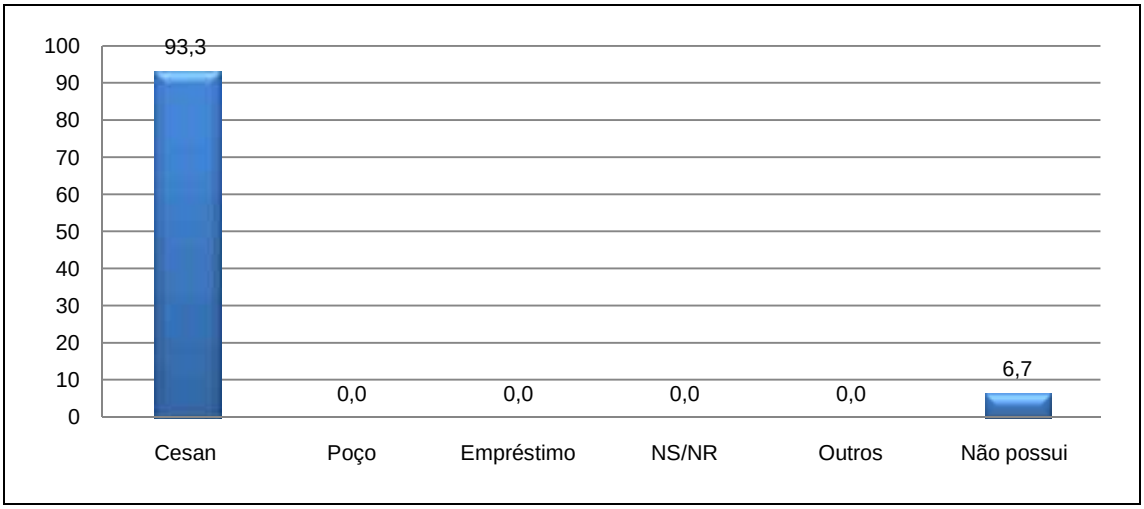


Figura 4.9.4.4-344: Abastecimento de água.

Não há rede de esgoto no bairro, apenas dois moradores informaram possuir rede de esgoto (Figura 4.9.4.4-345). Notamos que por falta de informação estes moradores não devem saber o que vem a ser uma rede de esgoto.

Figura 4.9.4.4-345: Rede de esgoto.

Tirando esses dois moradores, nove informaram que o destino do seu esgoto era o mangue e quatro informaram que vai direto para a rua (Figura 4.9.4.4-346). Segundo a moradora Elizabeth Mora Colodetti, estão construindo a rede de esgoto, mas ainda não foi feita a ligação.

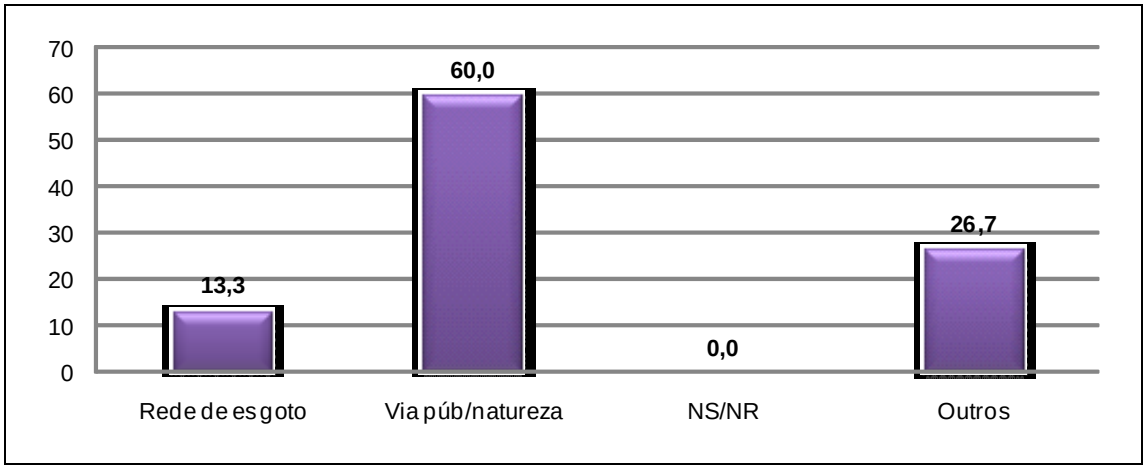


Figura 4.9.4.4-346: Destinação do esgoto.

A energia elétrica da região é fornecida pela Escelsa e 86,7% a possui, sendo que foram encontrados dois casos de gato na comunidade (Figura 4.9.4.4-347).

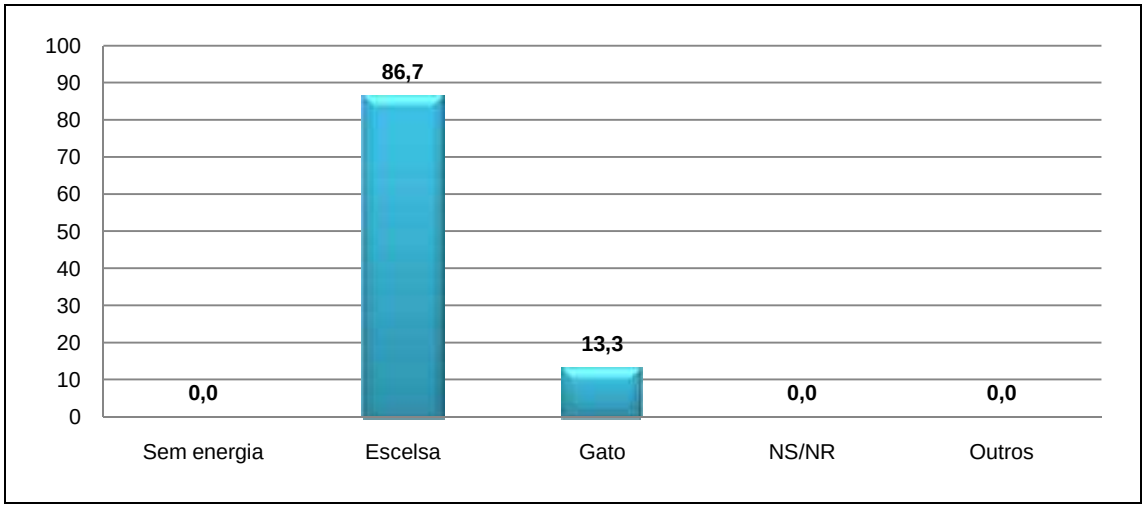


Figura 4.9.4.4-347: Energia elétrica.

Há coleta de lixo no bairro e segundo informações dos moradores o caminhão passa três vezes por semana na localidade (Figura 4.9.4.4-348).

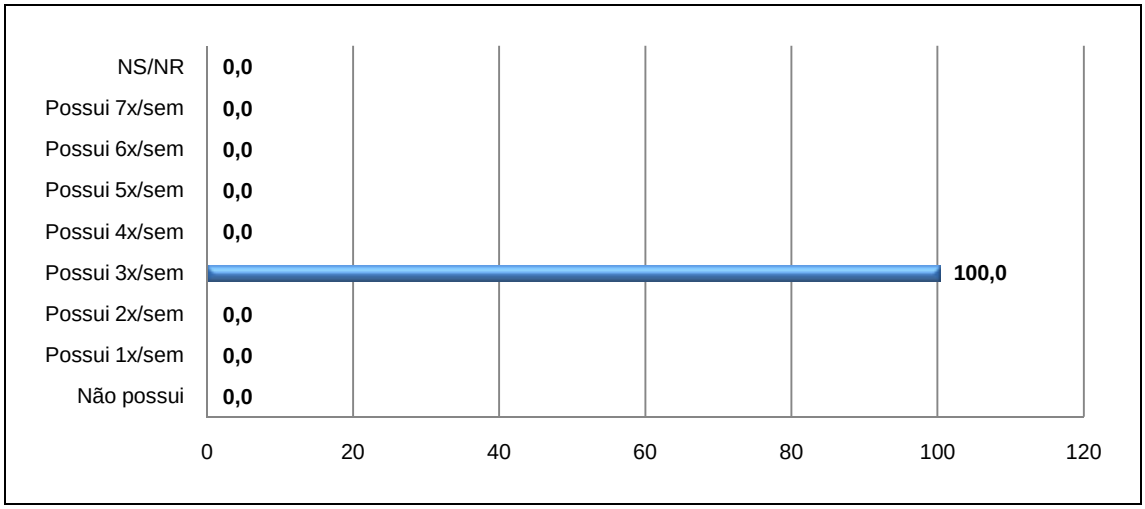


Figura 4.9.4.4-348: Coleta de lixo.

Todos os entrevistados possuem algum tipo de serviço de telefonia, 27,8% possui telefone fixo e todos eles possuem telefone celular (Figura 4.9.4.4-349).

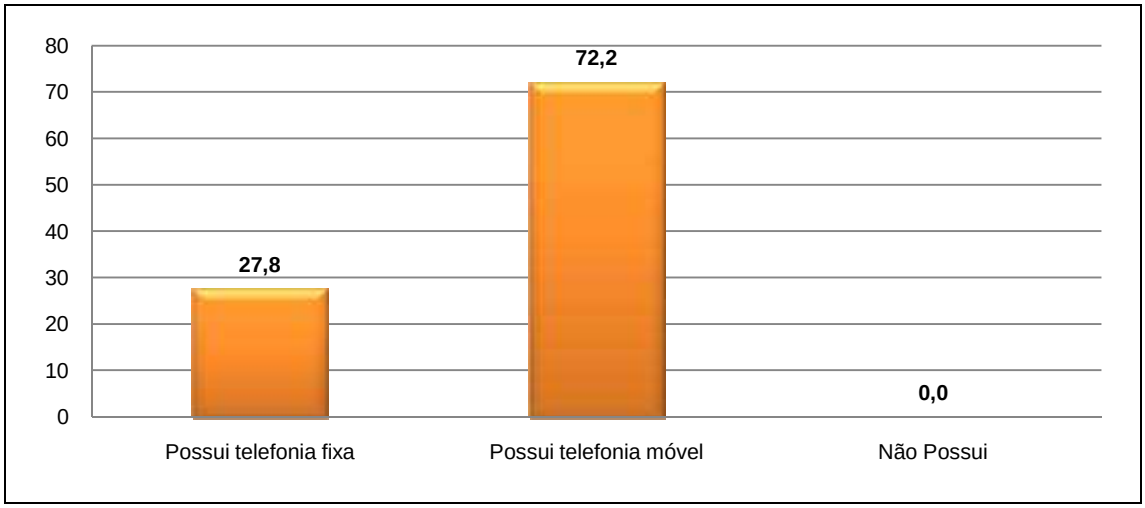


Figura 4.9.4.4-349: Telefonia.

Perguntamos sobre qual seria a avaliação dos moradores com relação aos serviços de telefonia no bairro e 60% avaliou como bom, sendo apenas 13,3% avaliaram como ruim (Figura 4.9.4.4-350).

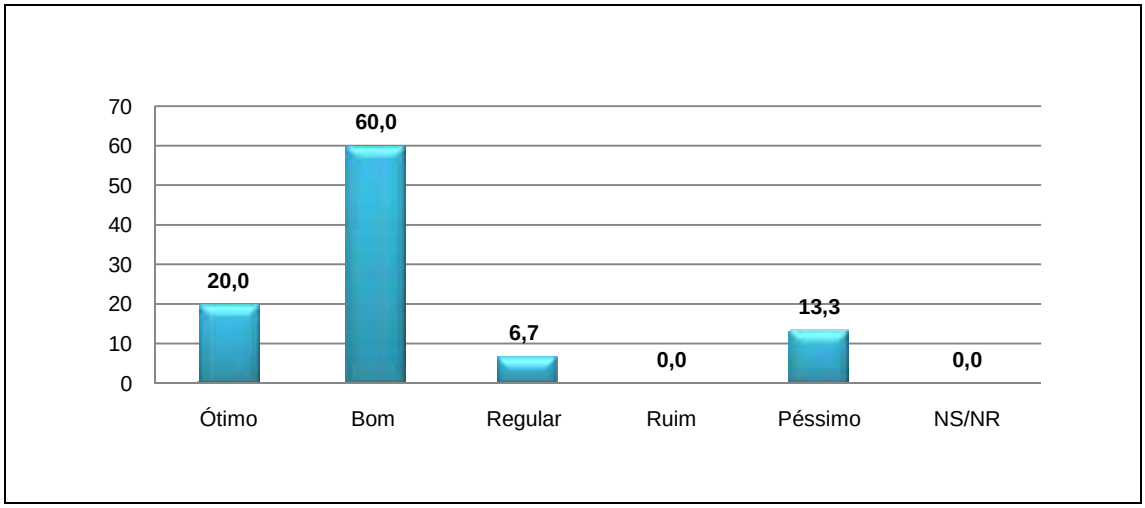


Figura 4.9.4.4-350: Avaliação geral da telefonia.

Questionamos também sobre os telefones públicos na comunidade e para 60% são insuficientes (Figuras 4.9.4.4-351 e 4.9.4.4-352).

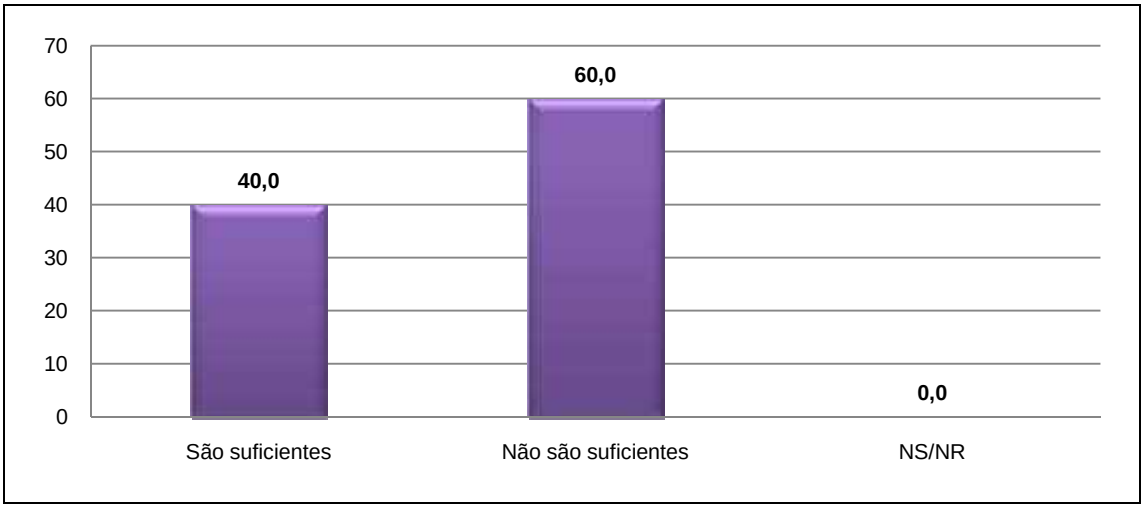


Figura 4.9.4.4-351: Telefones públicos.

Figura 4.9.4.4-352: Orelhão público do bairro.

Não há na comunidade nenhum tipo de serviço médico hospitalar (Figura 4.9.4.4-353) e segundo 58,8% dos entrevistados, eles buscam atendimento médico em Posto de Saúde, a maioria no Centro ou no CAIQ no Bairro Coroado.

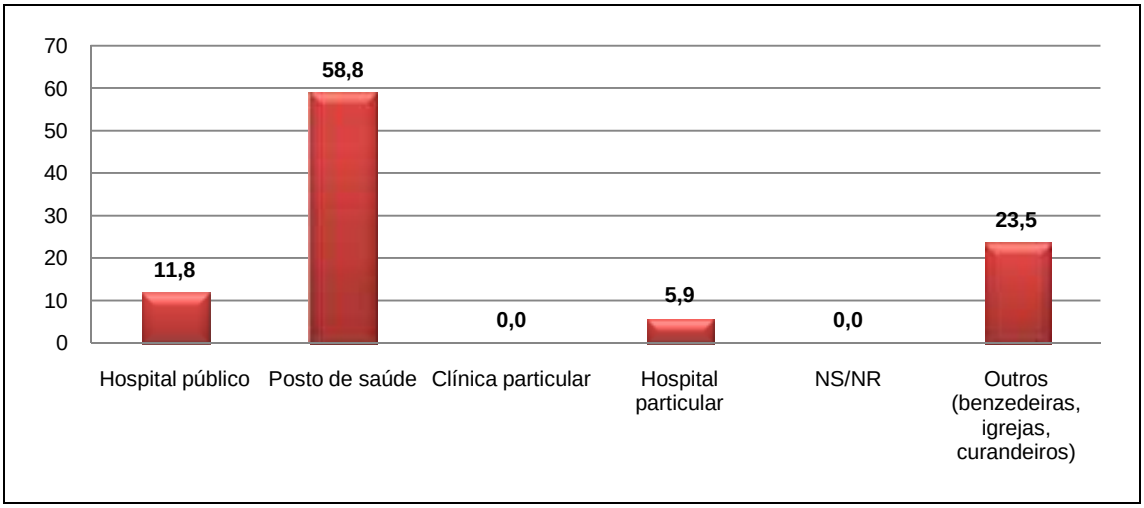


Figura 4.9.4.4-353: Serviço médico disponível.

Com relação às doenças, as mais citadas foram gripe, diarréia e a dengue (Figura 4.9.4.4-354). Notamos que é muito comum encontrar casos de dengue nos bairros no entorno da RDS. Não foi relatado nenhum caso de óbito devido às doenças (Figura 4.9.4.4-355).

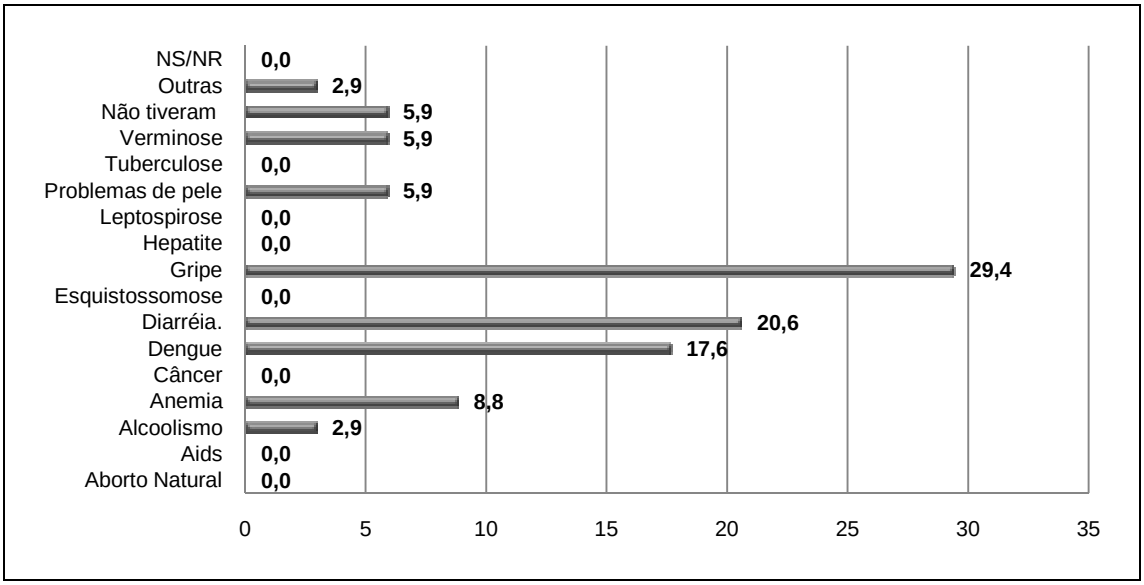


Figura 4.9.4.4-354: Doenças.

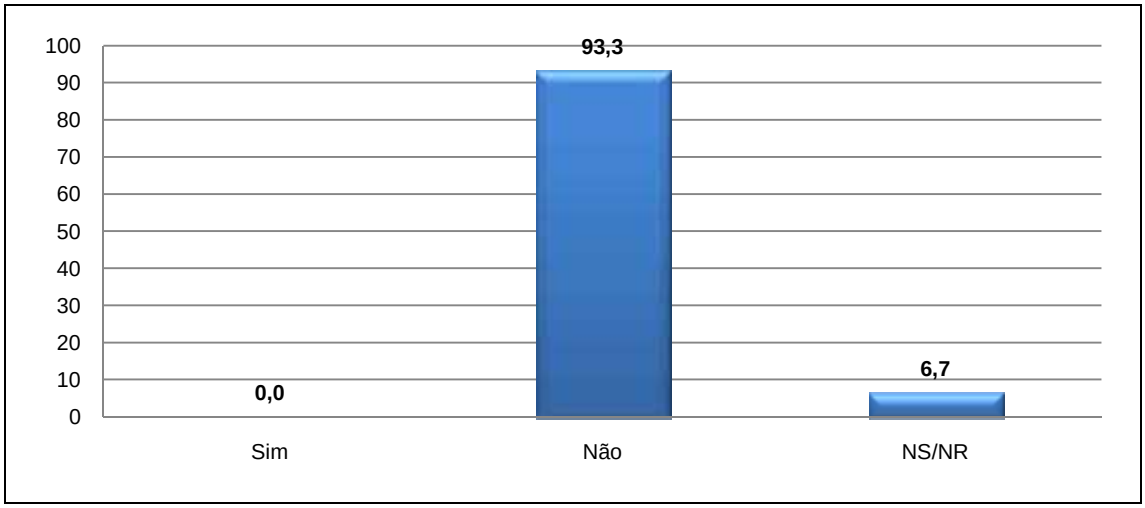


Figura 4.9.4.4-355: Óbitos em função das doenças.

O bairro é pequeno, mas há na comunidade um pequeno comércio. Encontramos uma mercearia, bares e lanchonetes. Para 53,3% o comércio existente é avaliado como bom (Figura 4.9.4.4-356). Porém, apenas 4,8% estão satisfeito com o comércio existente (Figura 4.9.4.4-357). Para os moradores falta principalmente supermercado e farmácia.

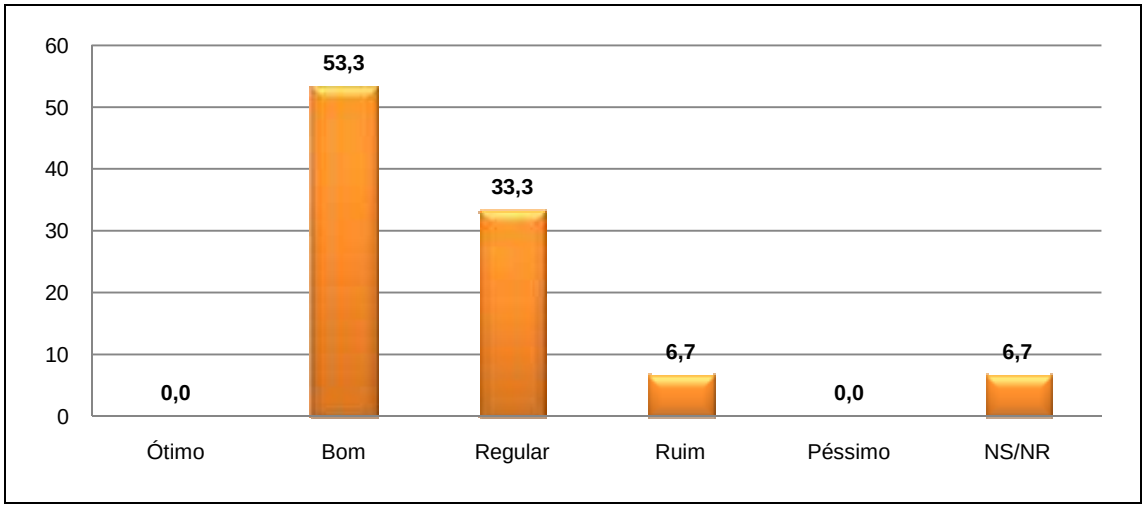


Figura 4.9.4.4-356: Classificação geral do comércio.

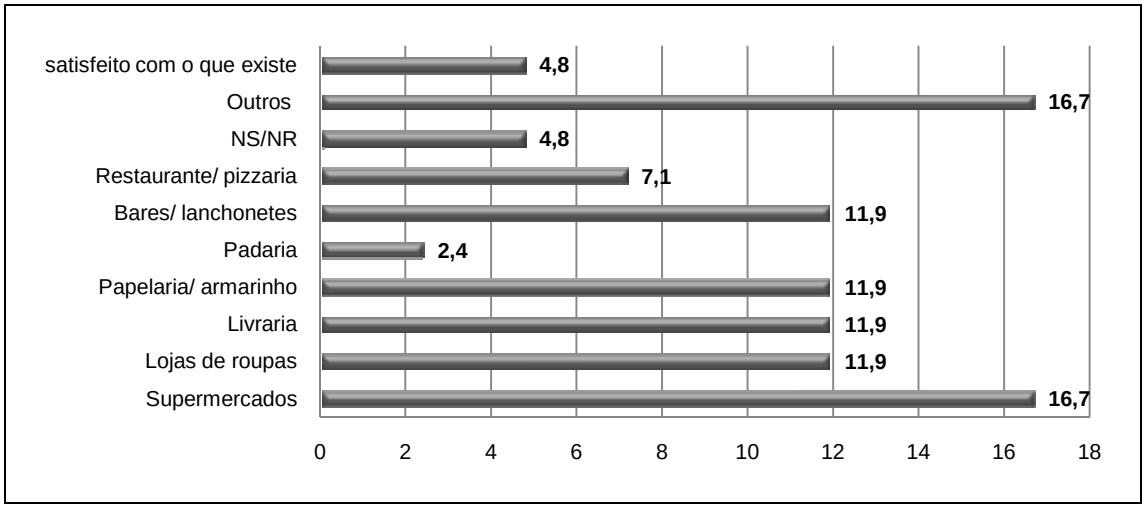


Figura 4.9.4.4-357: Comércio que falta.

As Figuras 4.9.4.4-358 e 4.9.4.4-359 mostram as fotos do comércio de Prainha de Olaria.

Figura 4.9.4.4-358: Mercearia do bairro.

Figura 4.9.4.4-359: Pequeno comércio na Prainha de Olaria.

Questionamos aos moradores sobre os problemas da comunidade e somente iluminação pública, falta de água encanada e coleta insuficiente não foram citados (Figura 4.9.4.4-360). Podemos perceber com isso, uma grande insatisfação da comunidade. A moradora Miriam Mendes da Silva, que outro grande problema na comunidade é a falta de creches no bairro.

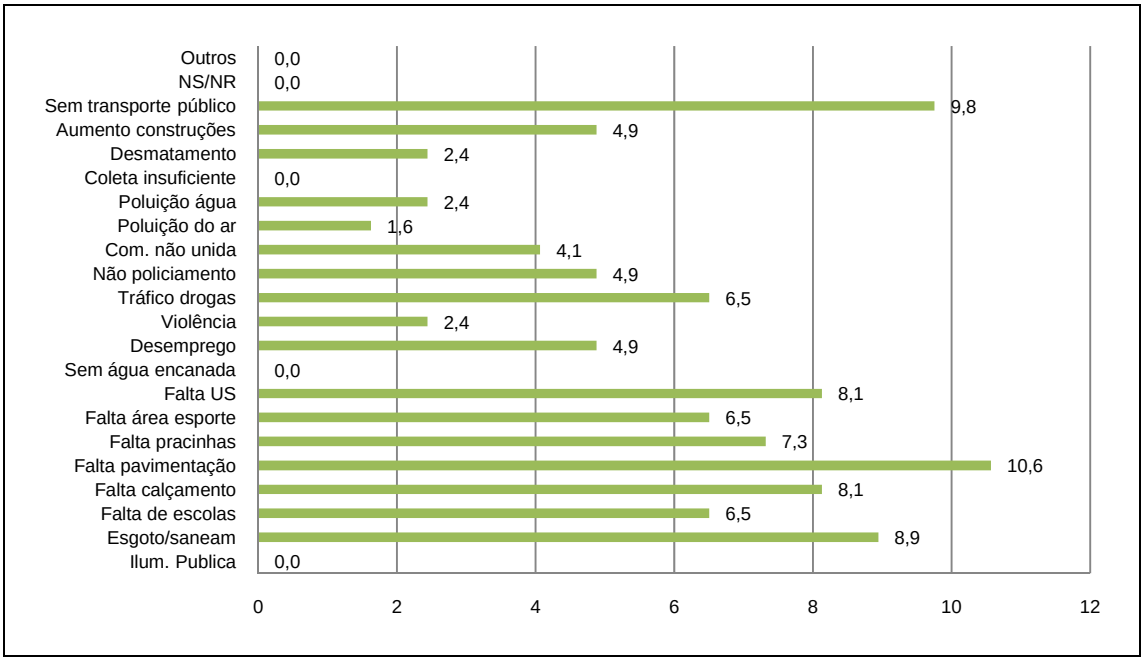


Figura 4.9.4.4-360: Problemas da comunidade.

Perguntamos se eles participavam de algum grupo comunitário (Figura 4.9.4.4-361) e 50% informaram participar, alguns de igrejas evangélicas e outros da Igreja católica (Figura 4.9.4.4-362).

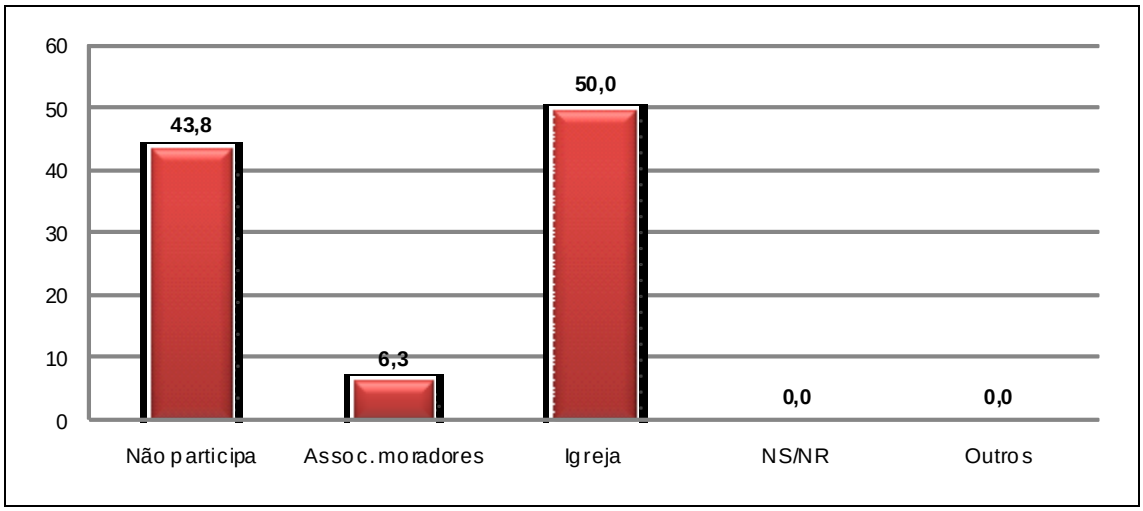


Figura 4.9.4.4-361: Grupo que freqüenta.

Figura 4.9.4.4-362: Igreja Batista Prainha.

Dos entrevistados apenas 13,3% informaram desenvolver algum tipo de atividade esportiva (Figura 4.9.4.4-363) como ginástica e caminhada (Figura 4.9.4.4-364).

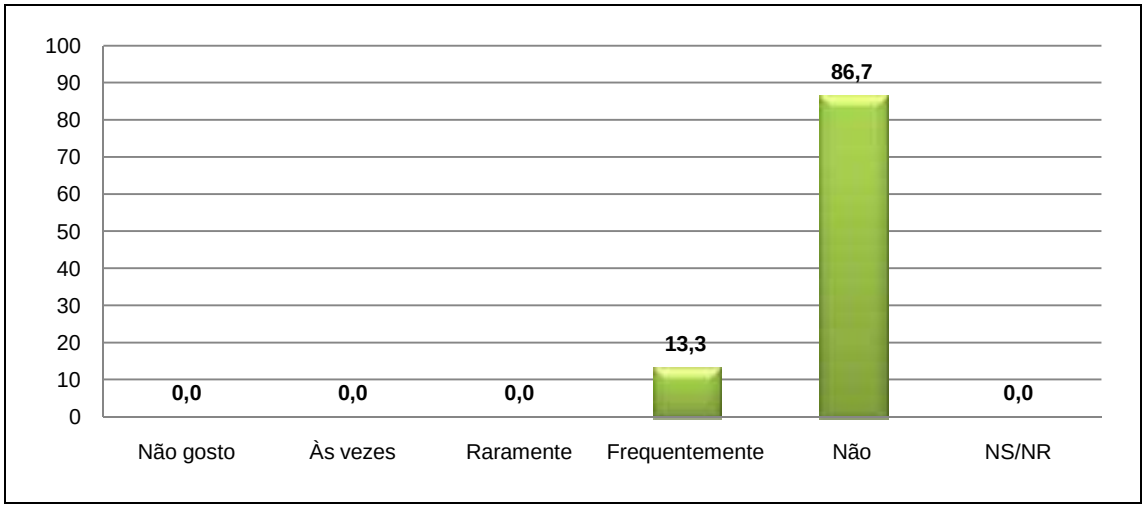


Figura 4.9.4.4-363: Desenvolve atividade esportiva?

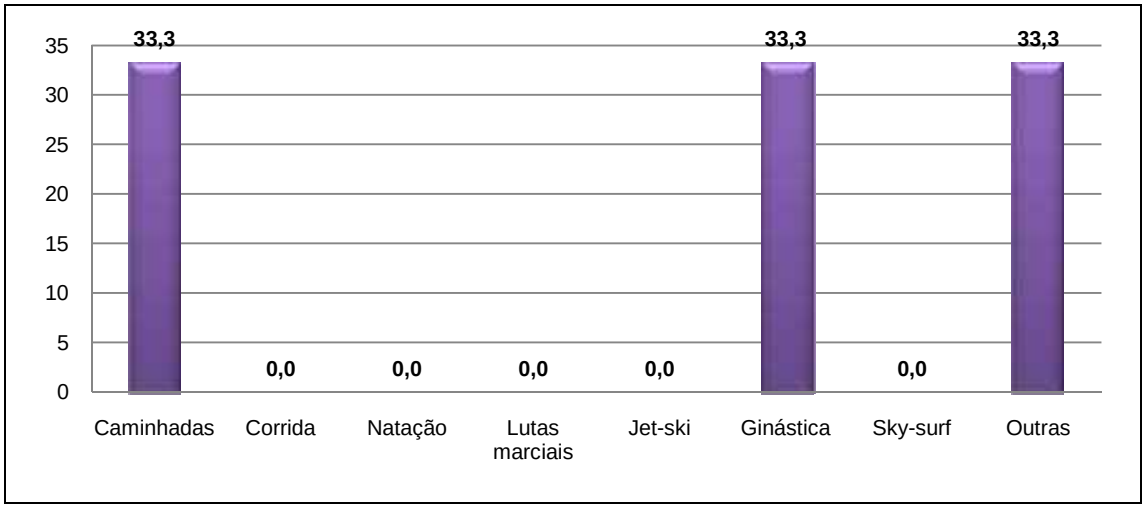


Figura 4.9.4.4-364: Se sim, qual?

Com relação a participar de atividades ou programas culturais (Figura 4.9.4.4-365, apenas a moradora Maria Carvalho respondeu que às vezes vai ao cinema (Figura 4.9.4.4-366).

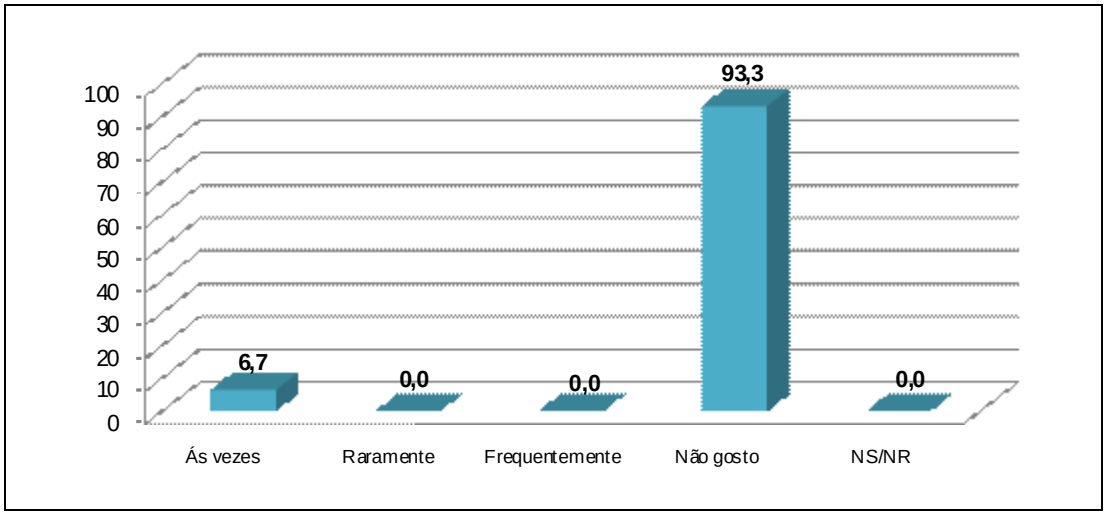


Figura 4.9.4.4-365: Participa de atividade ou programa cultural?

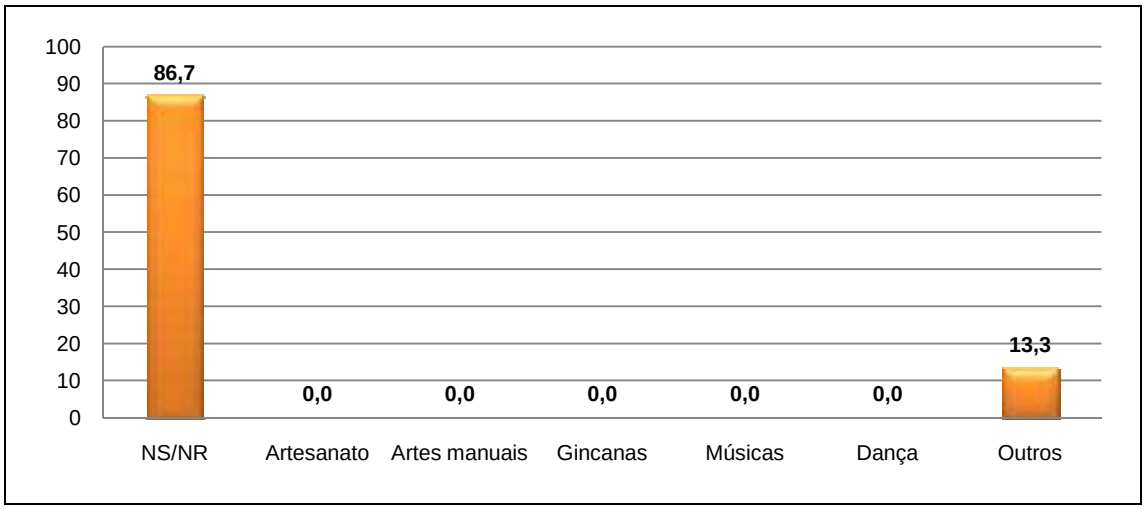


Figura 4.9.4.4-366: Se sim, qual?

Foi perguntado se o morador ou alguém da família teria interesse de participar de algum programa de geração de renda e apenas uma pessoa informou não. Os dois cursos mais citados foram informática e artesanato (Figura 4.9.4.4-367).

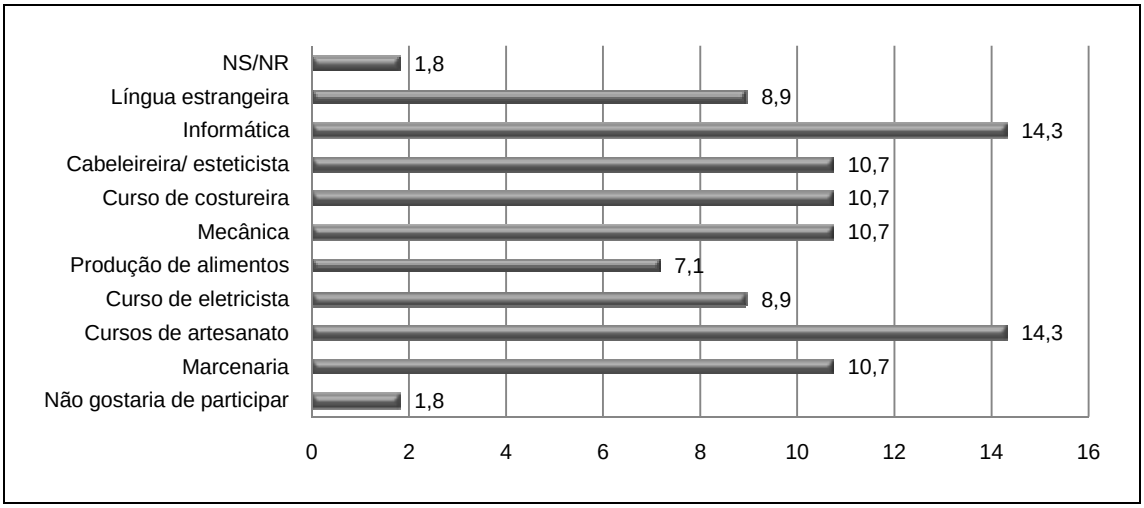


Figura 4.9.4.4-367: Interesse por curso de geração de renda?

Com relação ao Meio Ambiente, 66,7% informaram fazer a sua parte (Figura 4.9.4.4-368). Porém durante a pesquisa de campo, notamos locais onde jogam lixo a céu aberto no meio do bairro (Figuras 4.9.4.4-369 e 4.9.4.4-370). O local fica na entrada da chamada Prainha de Olaria, uma área de lazer do bairro, que dá acesso ao manguezal.

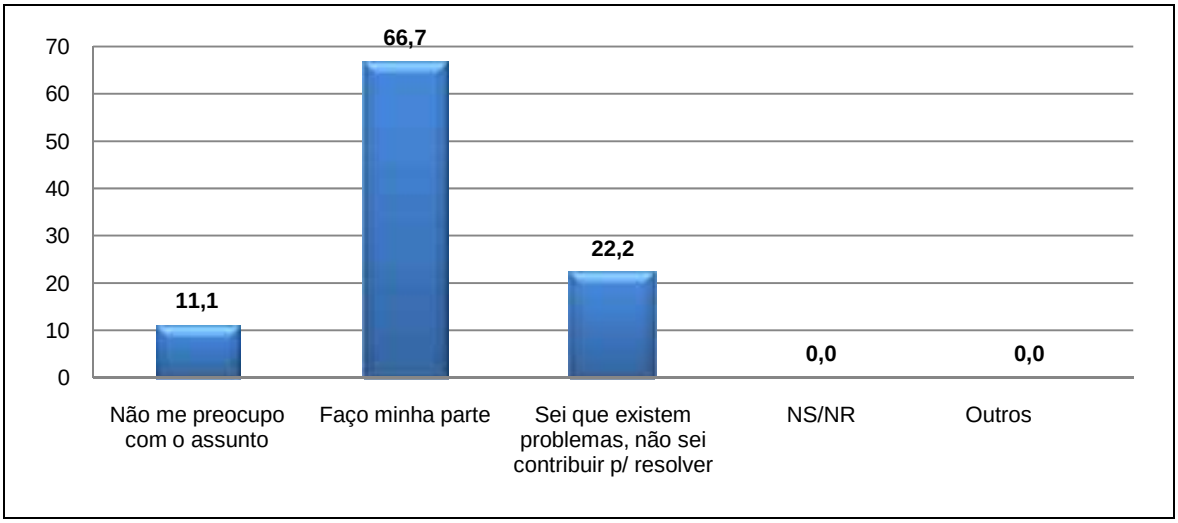


Figura 4.9.4.4-368: Como se relaciona com o meio ambiente?

Figura 4.9.4.4-369: Lixo a céu aberto na entrada do acesso ao manguezal.

Figura 4.9.4.4-370: Lixo a céu aberto no bairro.

Dentre os maiores problemas ambientais da comunidade segundo os moradores são os bichos mortos que são jogados na área da RDS, o lixo, desmatamento e o esgoto que vai direto para o mangue.

A estudante Caline Santos disse: *"Tem que preservar o local onde mora para as futuras gerações"*.

Conversamos com os moradores sobre a Reserva Concha D'Ostra e 53,3% não sabiam que o mangue no entorno do bairro é uma Reserva Ambiental (Figura 4.9.4.4-371). Mas 26,7% disseram saber, é o caso de Miriam Mendes que nos informou ficar sabendo através de reuniões da Associação de Moradores.

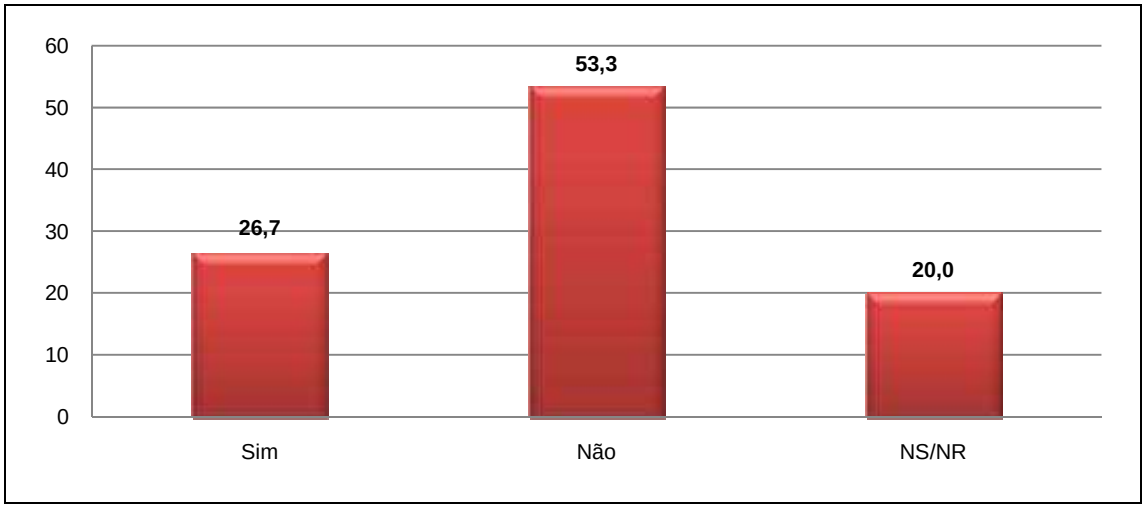


Figura 4.9.4.4-371: Conhece reserva ou área protegida?

Dos entrevistados 33,3% relatou conhecer as regras para viver e trabalhar em uma área de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (Figura 4.9.4.4-372) e 53,3% estaria disposto a continuar a viver em área de RDS, respeitando as regras (Figura 4.9.4.4-373).

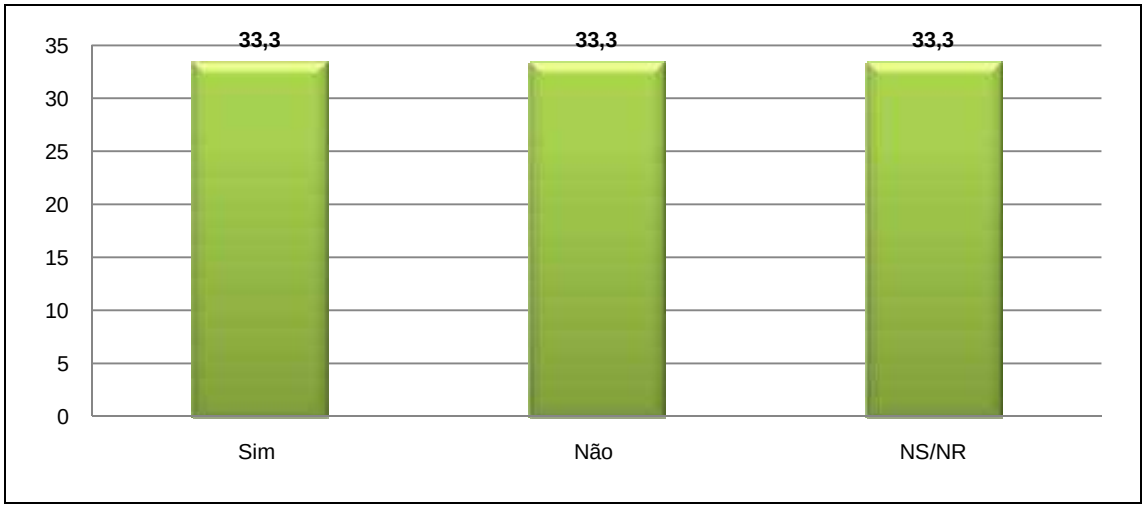


Figura 4.9.4.4-372: Conhece regras para viver na RDS?

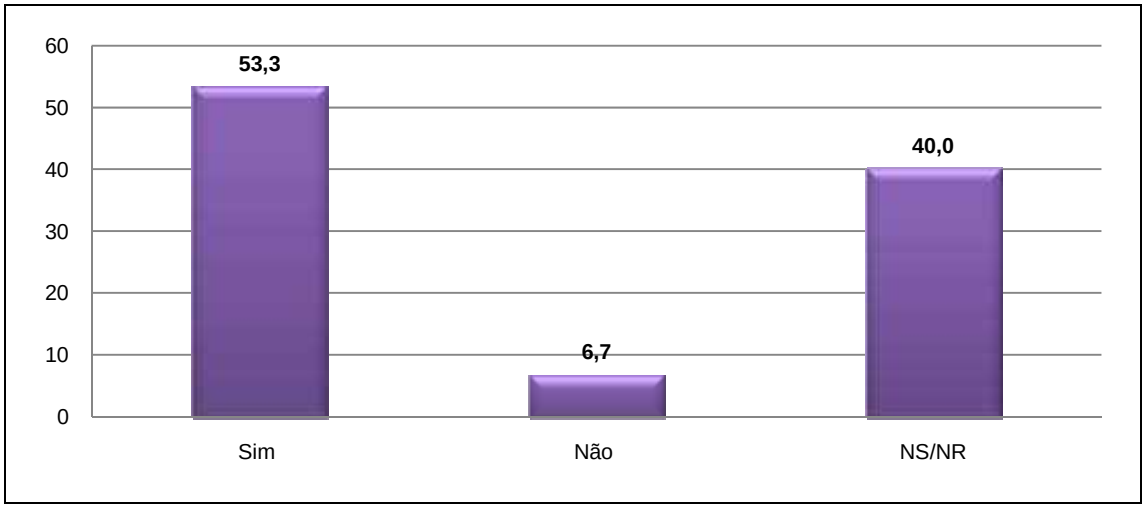


Figura 4.9.4.4-373: Disposto a viver/trabalhar com respeito às regras da RDS?

Nenhum dos entrevistados utiliza a reserva para sustento da família (Figura 4.9.4.4-374), mas a dona de casa Cleonice da Cruz Soares nos relatou que o marido nas horas de lazer, pesca e cata caranguejo para consumo próprio.

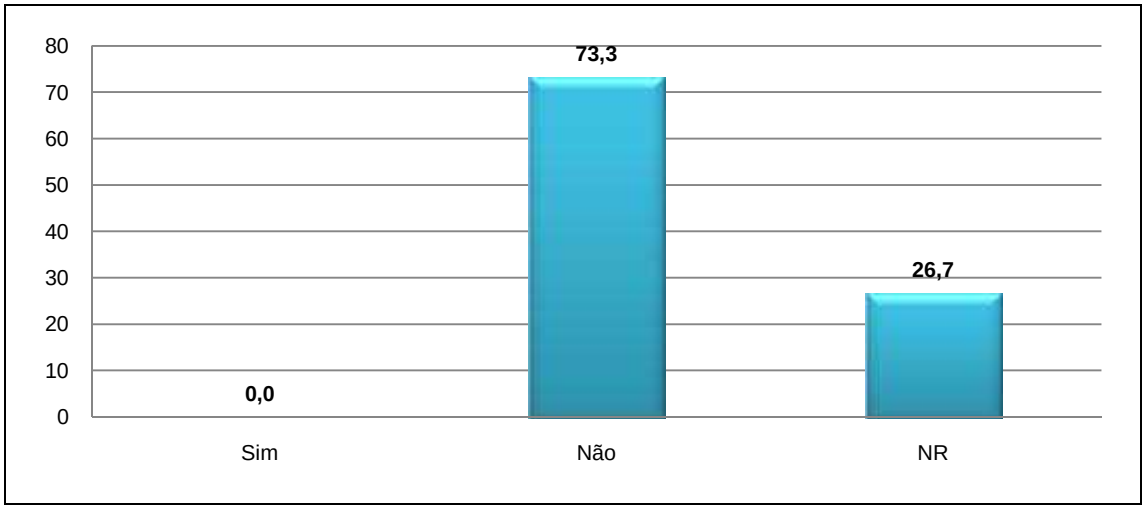


Figura 4.9.4.4-374: Necessita da RDS para sustento?

Quando questionados se conheciam alguém que utilizava a RDS para sustento da família (Figura 4.9.4.4-375), apenas 33,3% disseram que sim, isso se deve ao fato de a localidade não ser um bairro onde é comum encontrar marisqueiros, catadores de caranguejo e pescadores.

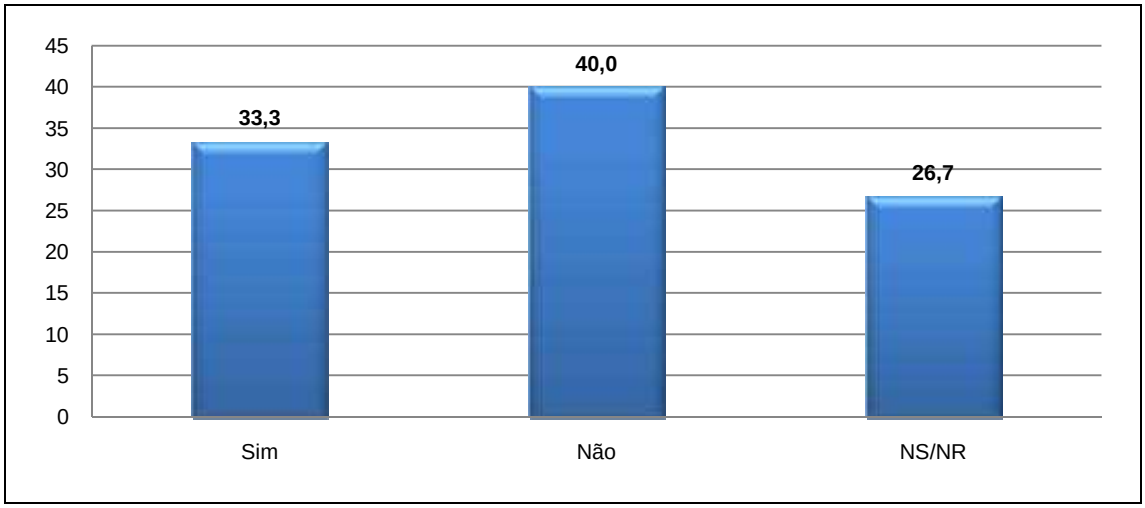


Figura 4.9.4.4-375: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento?

A moradora Miriam Mendes nos relatou que no Coroado existem famílias de marisqueiros e pescadores, segundo ela várias pessoas de outros bairros vão até a Prainha de Olaria para catar caranguejo e pegar ostra e siri.

Por não ser um bairro onde é comum encontrarmos marisqueiros, catadores de caranguejo, siri e pescadores todos os moradores desconhecem a Associação de pescadores/marisqueiros da região (Figura 4.9.4.4-376).

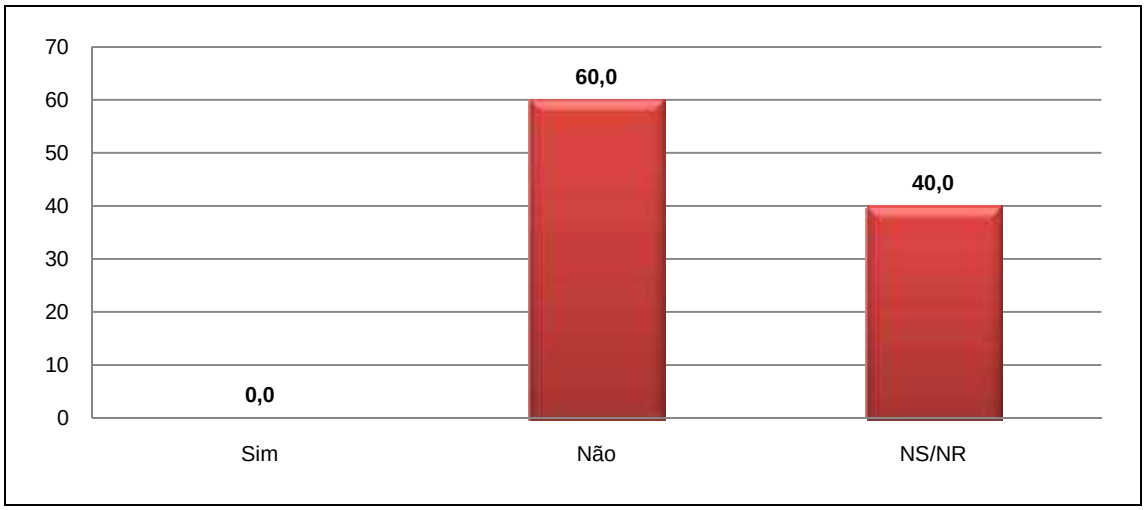


Figura 4.9.4.4-376: Conhece associações de marisqueiros/pescadores?

Apenas a moradora Terezinha Maria Nascimento informou ter participado da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra através de reuniões (Figura 4.9.4.4-377).

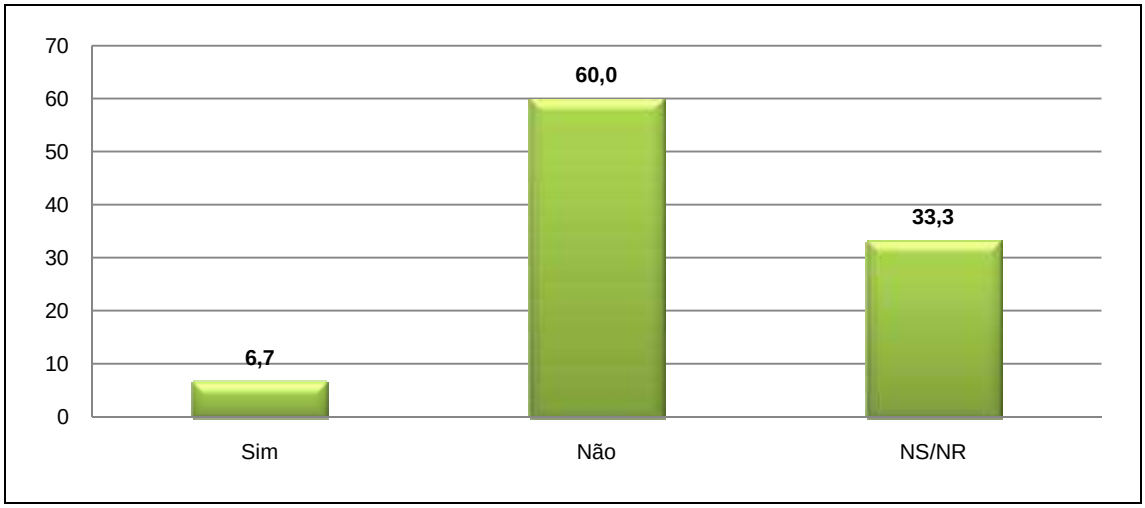


Figura 4.9.4.4-377: Participou da criação da RDS?

Perguntamos aos moradores se eles conheciam algum programa ou projeto desenvolvido na região que envolvesse a RDS e todos desconheciam (Figura 4.9.4.4-378).

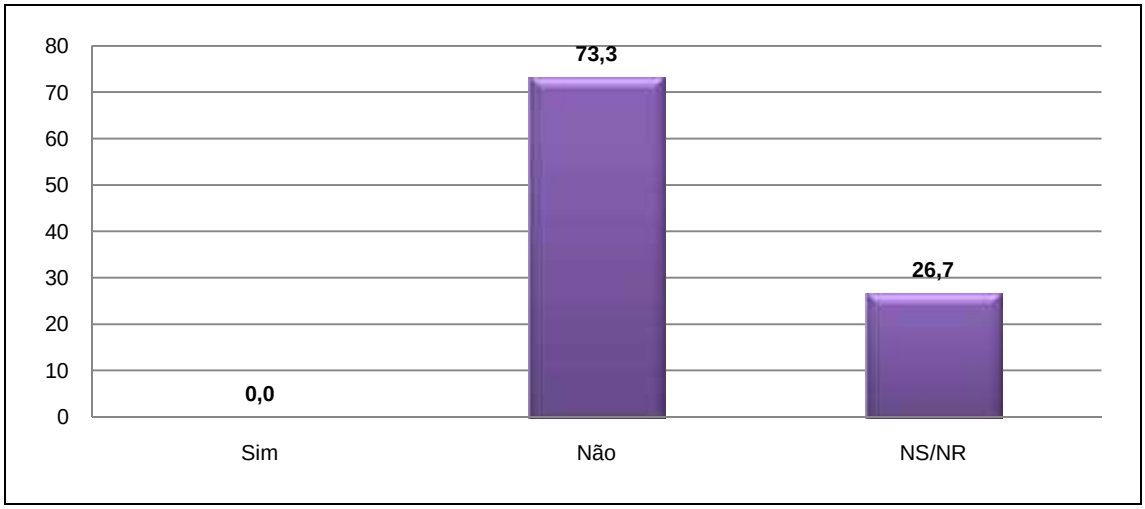


Figura 4.9.4.4-378: Conhece programas ou projetos na RDS?

Segundo informações dos moradores há no bairro a festa da Igreja Católica e também festa Junina realizada pela Igreja (Figura 4.9.4.4-379).

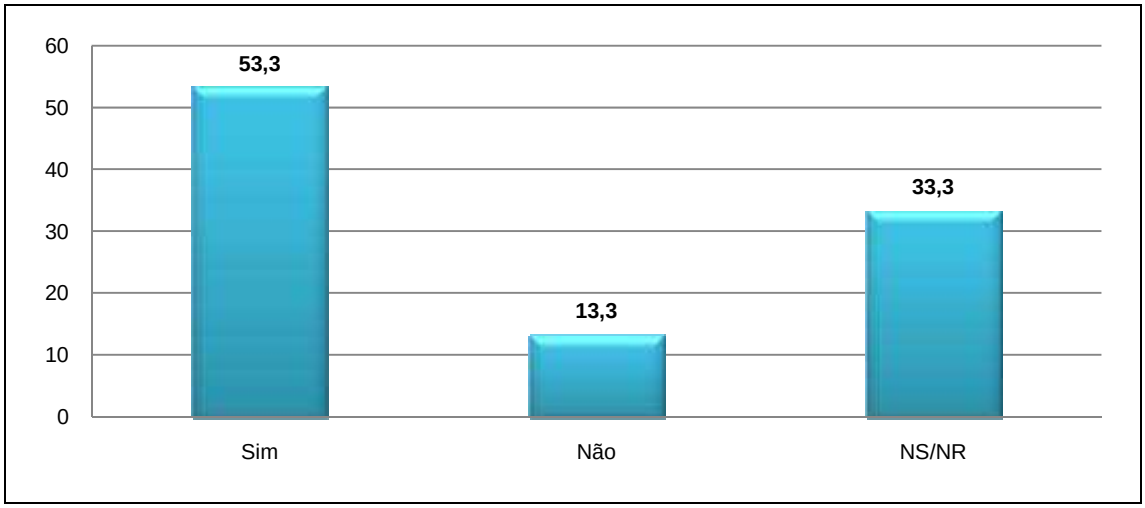


Figura 4.9.4.4-379: Conhece festas e manifestações culturais?

A maioria dos entrevistados considera a RDS para a comunidade entre importante a muito importante (Figura 4.9.4.4-380). A diarista Joeni dos Santos Bastos disse: *"é muito importante, pois é uma área ambiental e também uma área de lazer para a comunidade. No verão muita gente freqüenta"*.

Para a moradora Elizabeth Mora Colodetti a RDS é importante porque *"é da natureza e não deve ser destruída para que outros possam utilizar"*.

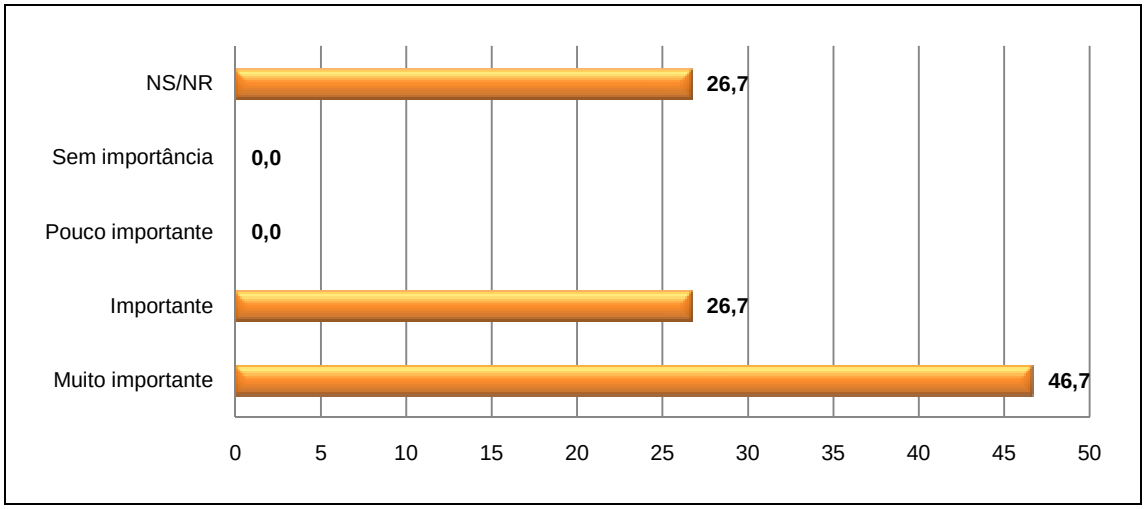


Figura 4.9.4.4-380: O que a RDS é para a comunidade?

Perguntamos aos moradores entrevistados se eles estavam satisfeitos com a atual situação do Reserva e oito pessoas informaram que não.

Segundo informações dos moradores na época do verão muitas pessoas freqüentam o lugar para tomar banho. Porém alguns moradores levam seus cachorros e cavalos para tomar banho no local e as crianças do bairro passaram a ter muito problema de pele. Isso fez com que muitas mães proibissem os filhos de freqüentarem o local. *"Está sujo. Tem uma prainha, e cavalo e cachorro tomam banho juntos"*, disse a moradora Joeni dos Santos.

Já a moradora Elizabeth Mora Colodetti disse: *"Mais ou menos. Está sujo e não tem rede de esgoto e a população acaba jogando para o mangue"*.

Apenas duas pessoas estão satisfeitas com a situação do manguezal é o caso da moradora Terezinha Maria Nascimento que acredita que com a chegada da rede de esgoto o mangue será preservado.

Durante o trabalho de campo, encontramos muito lixo na entrada da prainha (Figura 4.9.4.4-381) e durante as entrevistas nos foi relatado que havia um cavalo morto dentro do mangue há quatro dias e que nada havia sido feito para a retirada do animal. Os moradores já haviam informado a prefeitura e a CODEG e até o momento ninguém teria ido ao local para tomar as devidas providências.

Figura 4.9.4.4-381: Lixo na entrada do manguezal.

Em breve irá passar a rede de esgoto no bairro, os moradores acreditam que isso irá melhorar a qualidade da água do mangue e em breve eles poderão voltar a usufruir como área de lazer sem que as pessoas tenham problemas de pele. Mas também muitos moradores pedem uma maior fiscalização dos órgãos ambientais, pois as pessoas não deveriam levar seus cachorros e cavalos para tomarem banho em uma área de preservação ambiental.

Encontramos lixo jogado na rua em alguns pontos (Figuras 4.9.4.4-382 e 4.9.4.4-383), apesar do caminhão de lixo passar três vezes por semana. Falta um trabalho de educação ambiental com a comunidade para que possam valorizar a Reserva no entorno do bairro.

Figura 4.9.4.4-382: Lixo dentro da Reserva.

Figura 4.9.4.4-383: Lixo dentro da área da Reserva.

O bairro é humilde e além de um pequeno comércio, há algumas igrejas. As ruas não são pavimentadas (Figura 4.9.4.4-384) e o bairro tem pouca infraestrutura.

Figura 4.9.4.4-384: Ruas sem pavimentação.

- ***Conclusão – Prainha de Olaria***

A comunidade Prainha de Olaria possui uma entrada para a RDS, onde a população utiliza como área de lazer. Os moradores nos informaram que durante o verão muitas pessoas de outros bairros vão para a Prainha da Reserva e o local fica cheio de turistas, que utilizam como forma de lazer.

Porém, segundo relatos dos moradores, ultimamente já não pode ser utilizada para banho, pois alguns moradores levam cachorros e cavalos para tomarem banho no mangue e isso estava gerando problemas de pele, principalmente nas crianças, pois eram as que mais tomavam banho no local.

Outro grande problema encontrado no bairro foi a quantidade de lixo e entulho jogado na entrada da Prainha e da Reserva. Não sabemos pelo qual motivo os moradores jogam lixo no local, uma vez que há coleta de lixo na comunidade três vezes por semana.

Muitos moradores sabem da importância da Reserva para o bairro. Apesar de não existir muitos catadores de mariscos no bairro, alguns moradores do bairro do Coroado vão até a Prainha de Olaria para pescar e catar mariscos.

Em breve haverá rede de esgoto no bairro e isso não só beneficiará os moradores como também o Meio Ambiente, uma vez que o esgoto das residências deixará de ir direto para a Reserva Concha D'Ostra.

Percebemos a necessidade de se fazer um mutirão de limpeza no bairro e um trabalho para conscientizar a população para deixarem de jogar lixo na entrada da Reserva e nas ruas do bairro. Os moradores precisam de um trabalho de Educação Ambiental e uma maior fiscalização dos órgãos ambientais, para que os moradores entendam a importância da preservação ambiental e o que vem a ser uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

❖ *BAIRRO ITAPEBUSSU*

O Bairro Itapebussu é extenso e com um grande número de casas. Possui no entorno da RDS 210 unidades habitacionais dentro da área de estudo (Figura 4.9.4.4-385).

Figura 4.9.4.4-385: Bairro do Itapebussu.

Foram realizadas 31 entrevistas com moradores e uma com a Presidente da Associação de Moradores.

Dos entrevistados, 42,4% são casados e 54,5% possuem entre um a três filhos (Figuras 4.9.4.4-386 e 4.9.4.4-387).

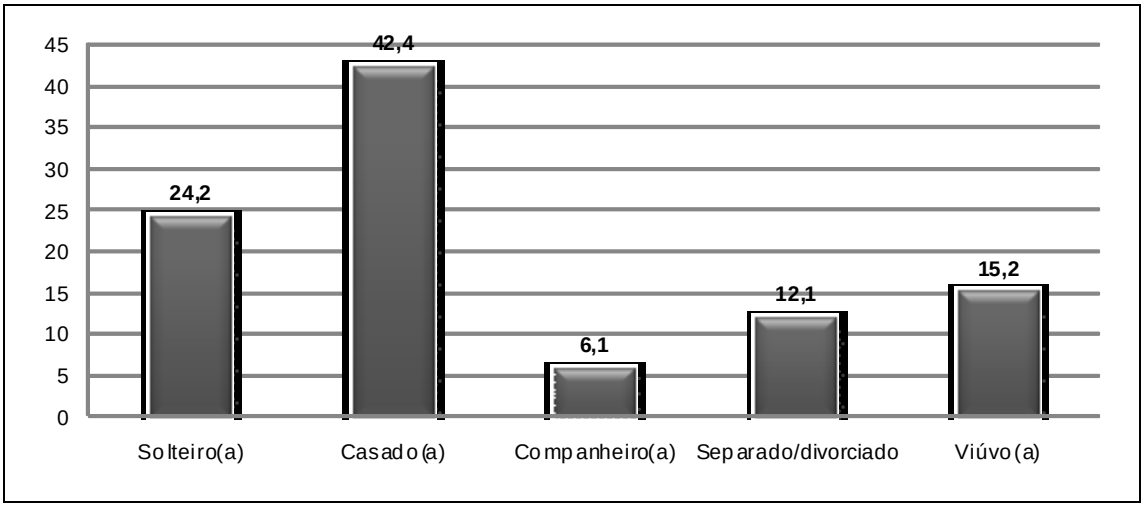


Figura 4.9.4.4-386: Estado civil.

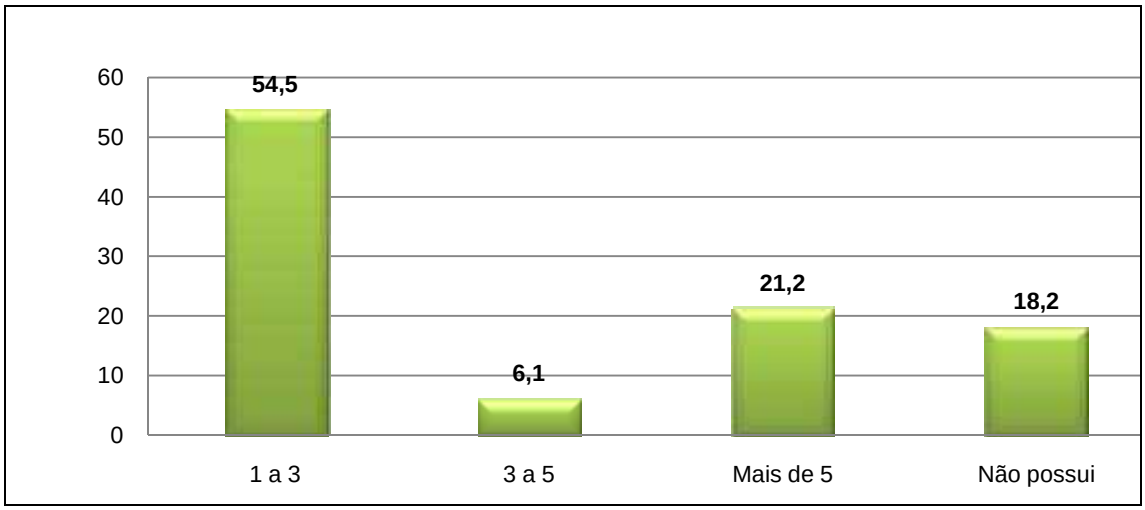


Figura 4.9.4.4-387: Número de filhos.

Entrevistamos donas de casa, domésticas, aposentados, lanterneiros, marisqueiros, pescadores, dentre outros (Figura 4.9.4.4-388). Com relação ao nível de escolaridade 42,4% possuem apenas o fundamental incompleto, mas entrevistamos moradores com universitário completo e até com mestrado, o caso do Professor Luiz Claudio Farias (Figura 4.9.4.4-389).

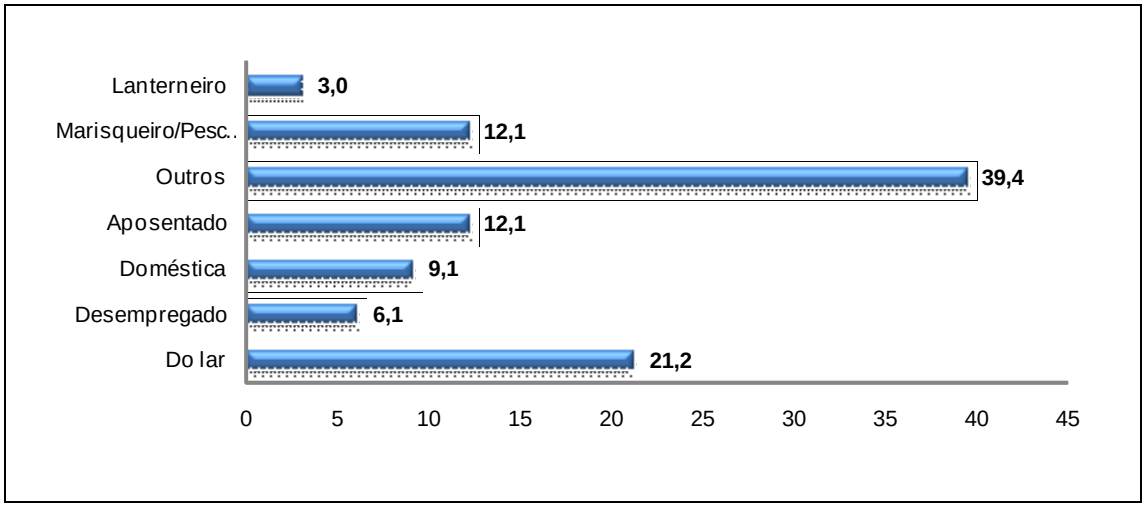


Figura 4.9.4.4-388: Profissão.

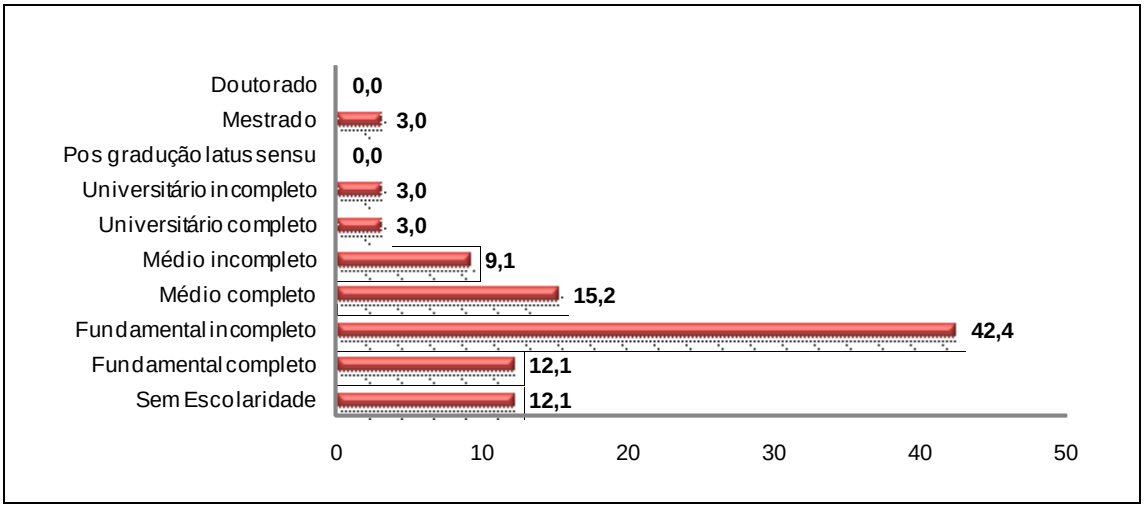


Figura 4.9.4.4-389: Escolaridade.

Sobre as condições de moradia 90,9% afirmaram seres proprietários de seus terrenos e 69,7% moram na localidade há mais de 20 anos (Figuras 4.9.4.4-390 e 4.9.4.4-391). Segundo a Presidente da Associação de Moradores, apesar dos terrenos serem considerados da Marinha, os moradores mais antigos possui uma certidão de aforamento emitido pela Marinha.

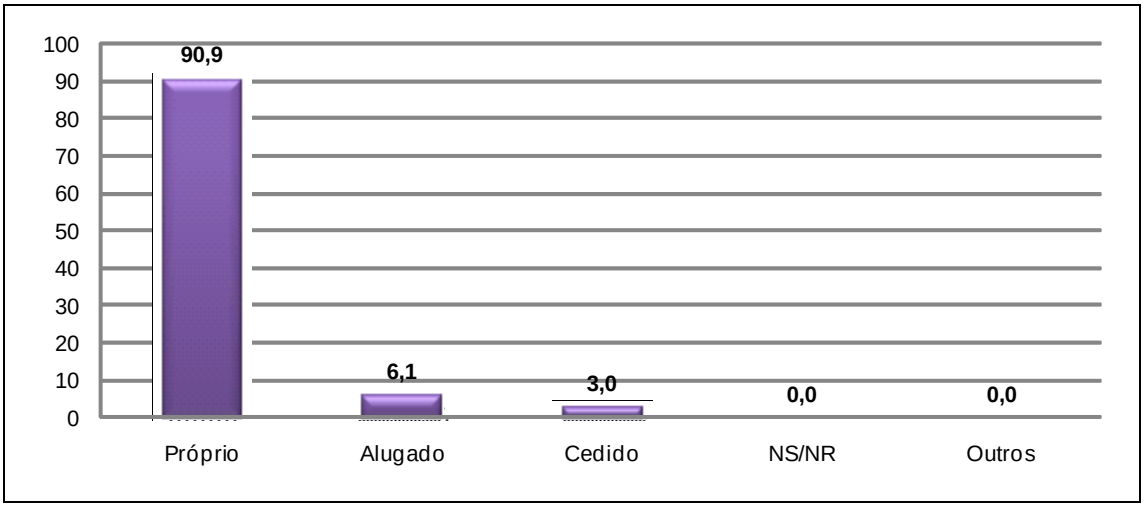


Figura 4.9.4.4-390: Condições de moradia.

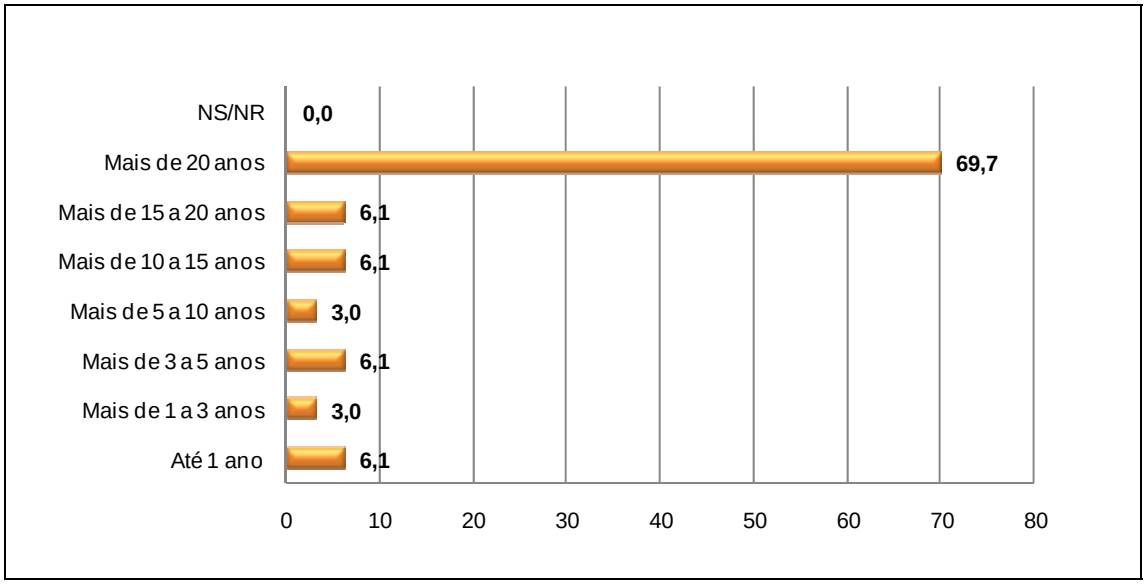


Figura 4.9.4.4-391: Tempo que reside no local.

Entrevistamos moradores que nos informaram não possuir renda fixa, e entrevistamos moradores que recebiam entre quatro a cinco salários mínimos, mas a maioria, 27,3% possui a renda fixa familiar entre três e quatro salários mínimos (Figura 4.9.4.4-392). Com relação a morador por domicílio ficou bem equilibrado, de acordo como mostra a Figura 4.9.4.4-393, mas a maioria (24,2%) possui três moradores por residência.

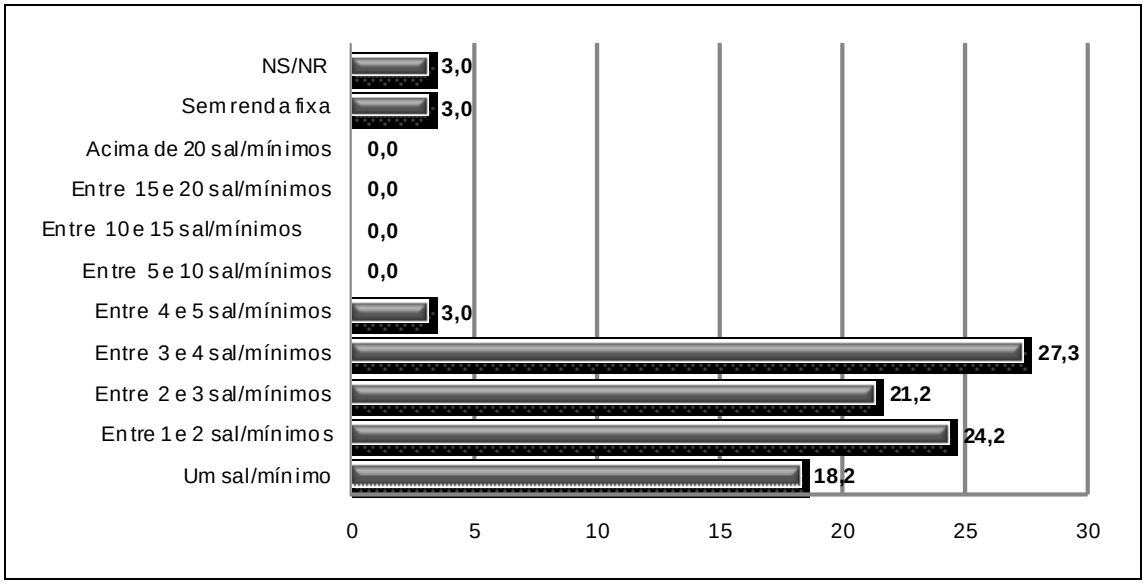


Figura 4.9.4.4-392: Renda familiar.

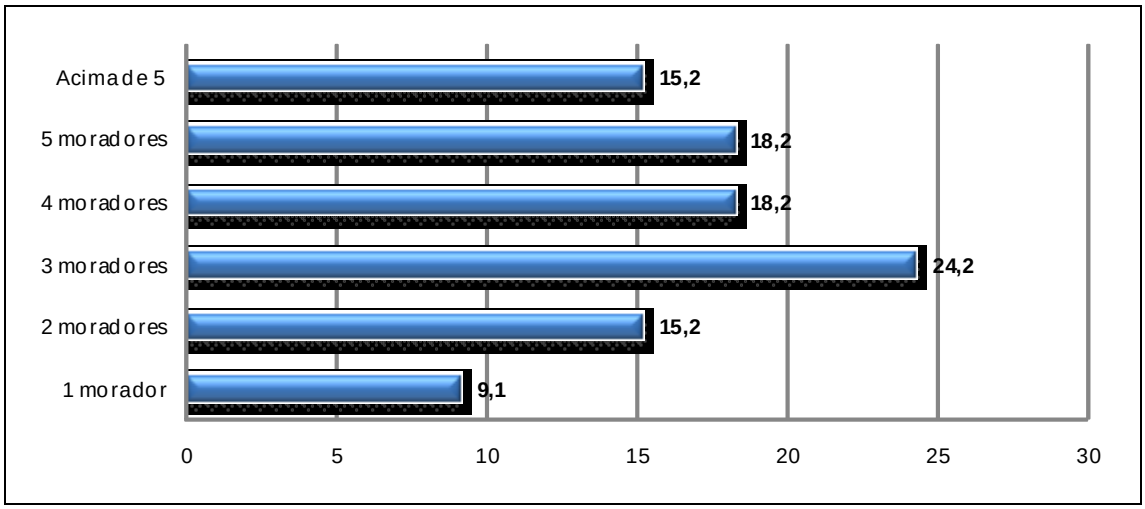


Figura 4.9.4.4-393: Morador por domicilio.

Apesar de o bairro possuir Associação de Moradores, nenhum dos entrevistados participam das reuniões. A Associação funciona desde 1993 e tem como presidente desde 2000 a moradora Nilcia Rodrigues Simões.

Encontramos 5 moradores que nos informaram fazer parte da Colônia Z3, são eles: Luiz Cláudio Barbosa, Jamyla Maria da Conceição Pereira, Solange Gomes dos Santos, Nilce Sobrinho Prun e Darilva Brandão Volter.

O abastecimento de água é feito pela CESAN e não encontramos nenhum relato de gato nas residências (Figura 4.9.4.4-394). Segundo a Presidente da Associação de Moradores, há rede coletora da CESAN no bairro, feito na época do PRODESAN. Porém não há estação de tratamento do esgoto e apenas 18,2% dos entrevistados afirmaram encaminhar o seu esgoto para a rede coletora da CESAN (Figura 4.9.4.4-395). A destinação do esgoto de 81,8% dos moradores entrevistados vai direto para o mangue (Figura 4.9.4.4-396).

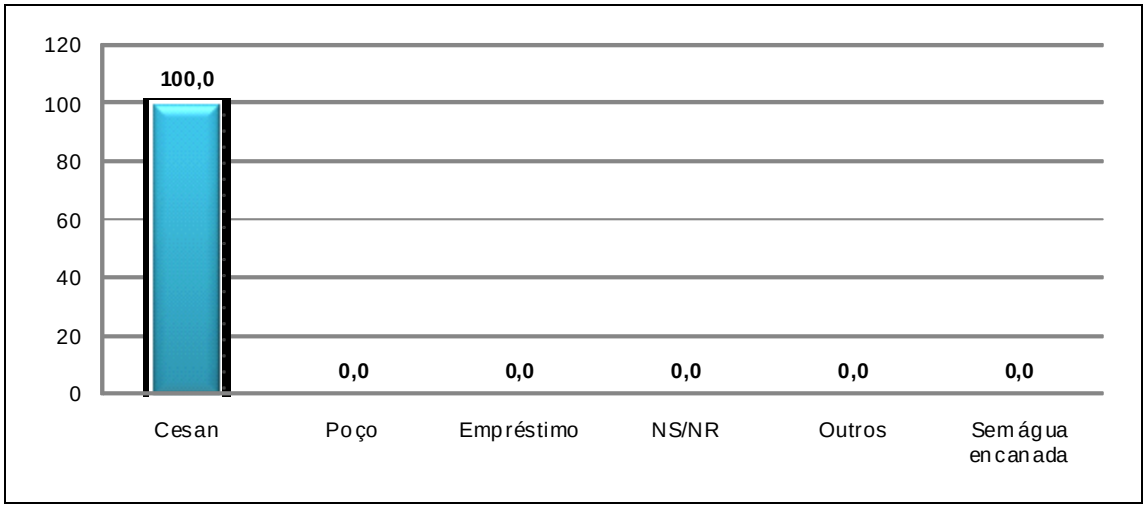


Figura 4.9.4.4-394: Abastecimento de água.

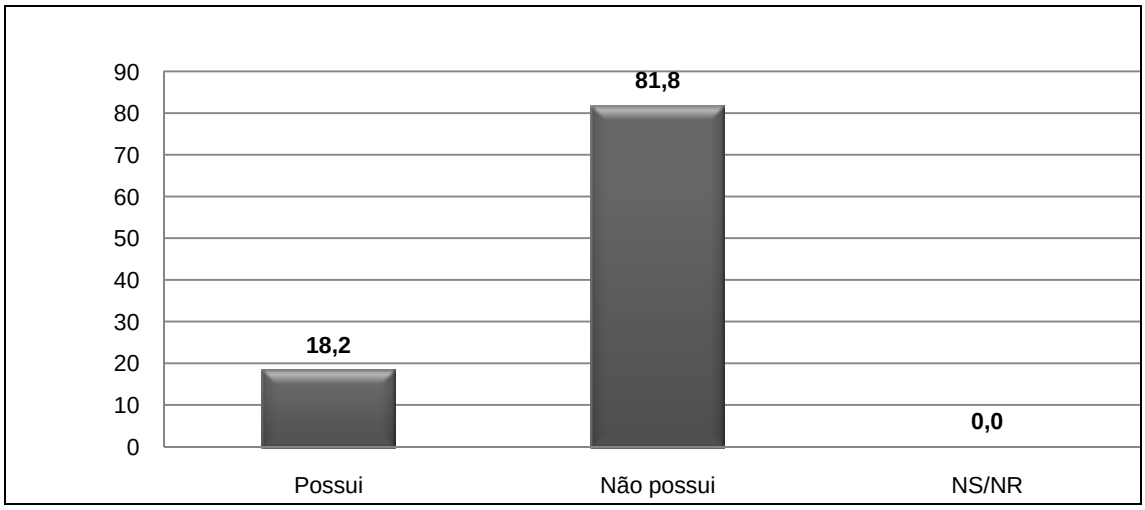


Figura 4.9.4.4-395: Rede de esgoto.

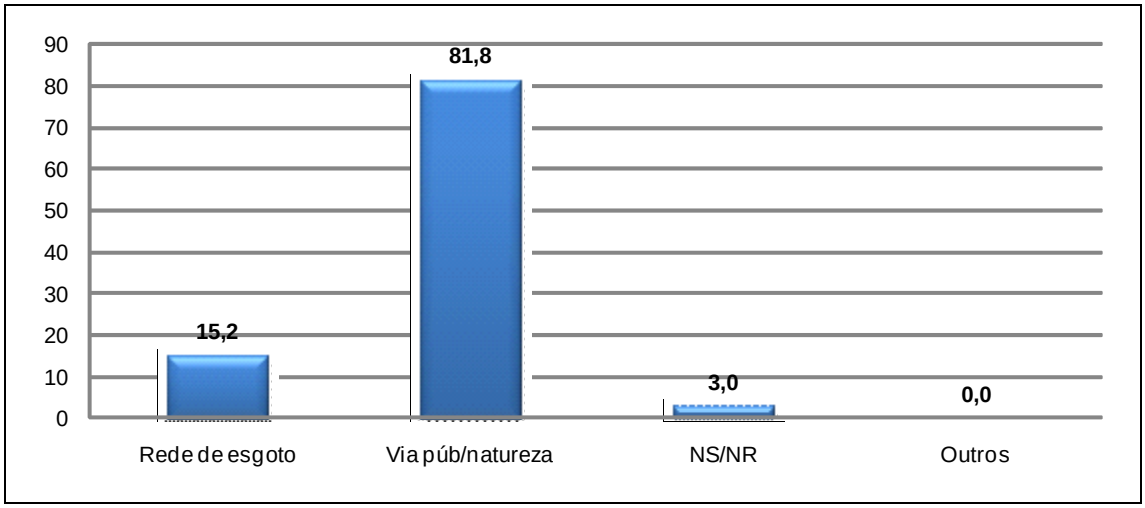


Figura 4.9.4-4-396: Destinação de esgoto.

A Figura 4.9.4.4-397 mostra a estação coletora da CESAN no Bairro Itapebussu.

Figura 4.9.4.4-397: Rede coletora da CESAN.

A energia elétrica é toda fornecida pela ESCELSA e nenhum morador informou possuir gato em suas casas (Figura 4.9.4.4-398).

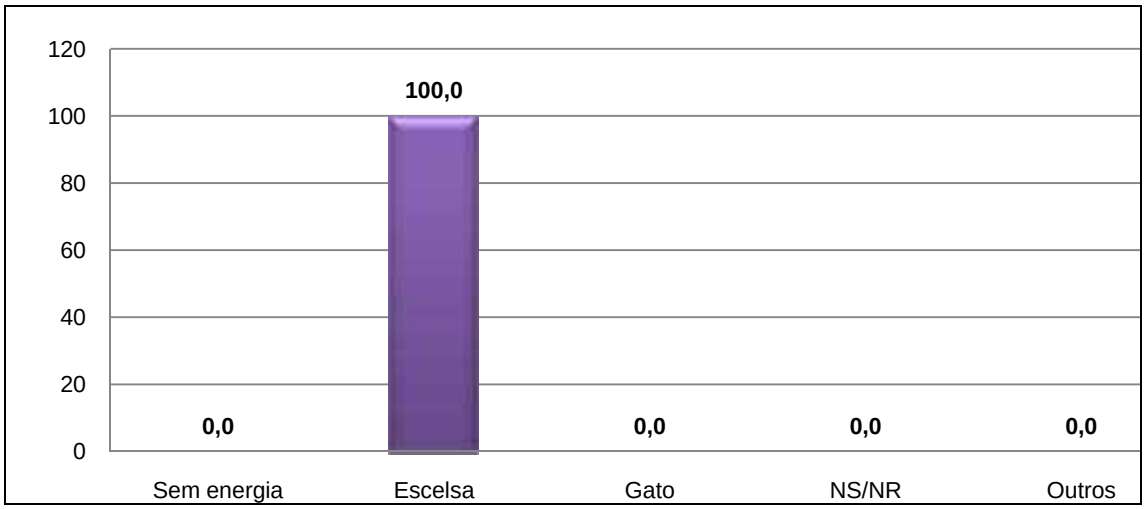


Figura 4.9.4.4-398: Energia elétrica.

Há coleta de lixo no bairro, porém 57,7% informaram que o caminhão do lixo passa todos os dias e 30,3% informaram passar três vezes por semana (Figura 4.9.4.4-399).

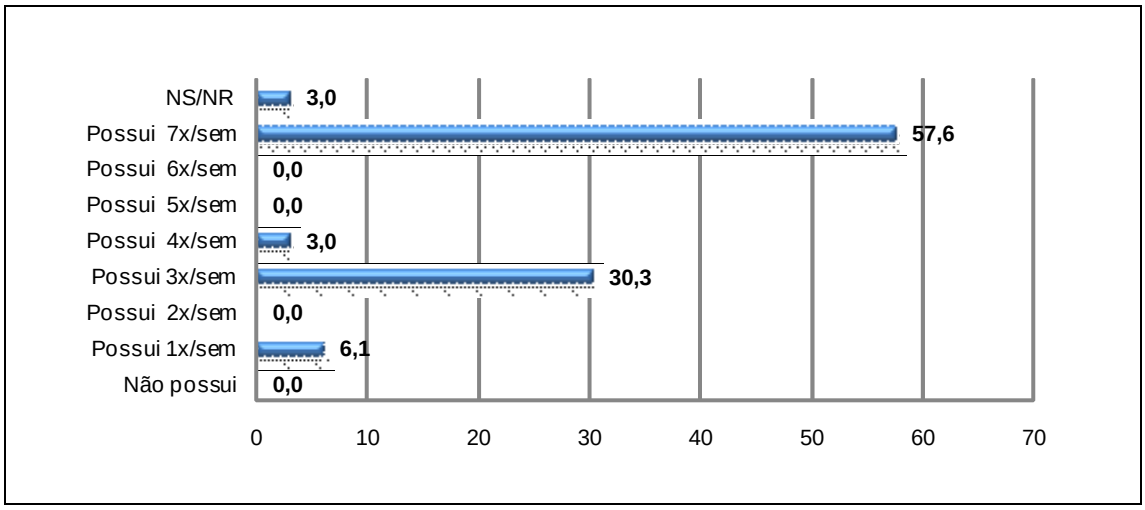


Figura 4.9.4.4-399: Coleta de lixo.

Dos entrevistados 64,1% possuem telefone móvel e 33,3% possui telefone fixo (Figura 4.9.4.4-400). Apenas 15,2% consideram os serviços de telefonia ótimos (Figura 4.9.4.4-401). Perguntamos aos moradores se a quantidade de telefones públicos no bairro era suficiente para atender toda a comunidade e 63,6% disseram não (Figura 4.9.4.4-402).

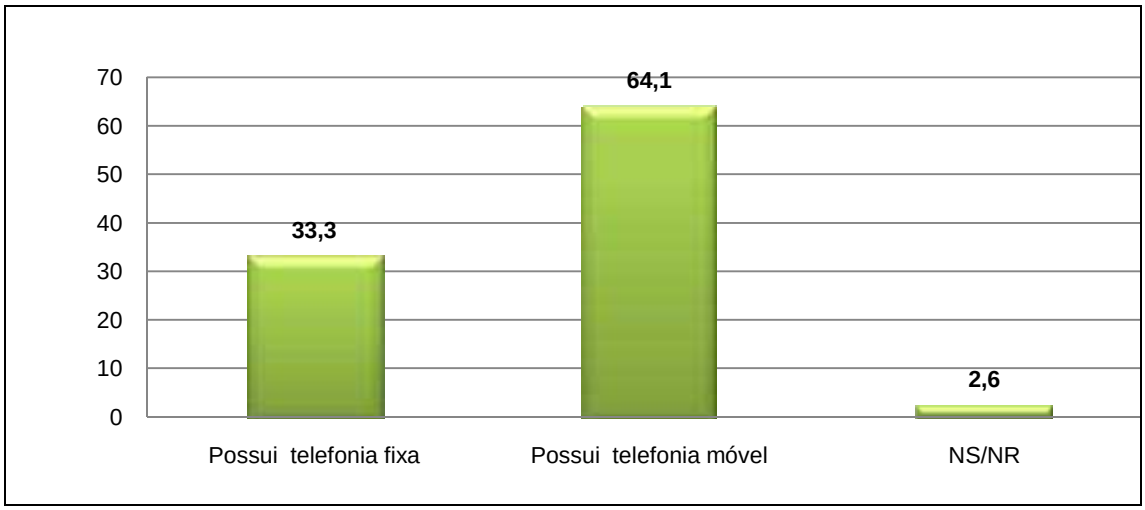


Figura 4.9.4.4-400: Telefonia.

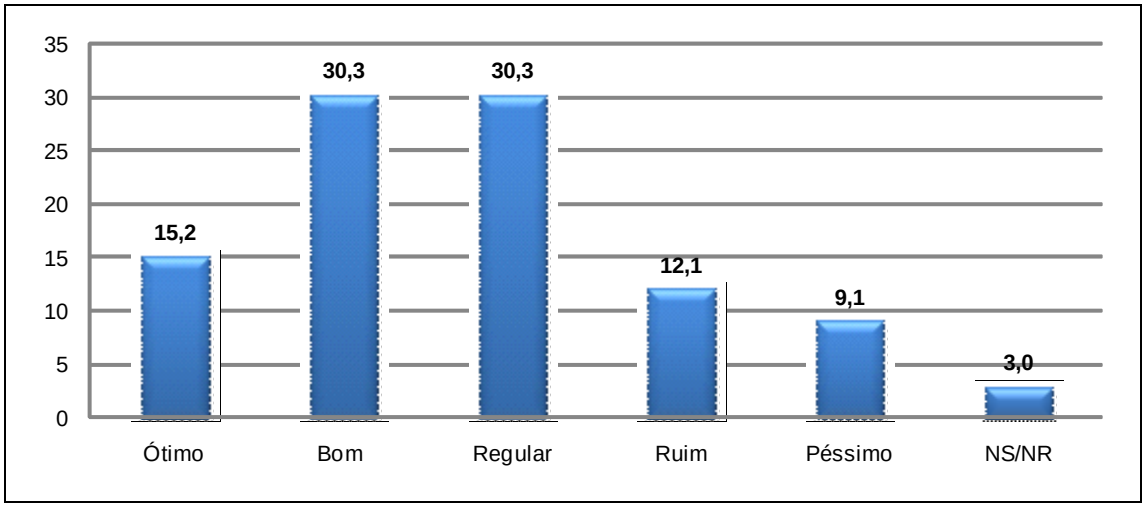


Figura 4.9.4.4-401: Avaliação geral da telefonia.

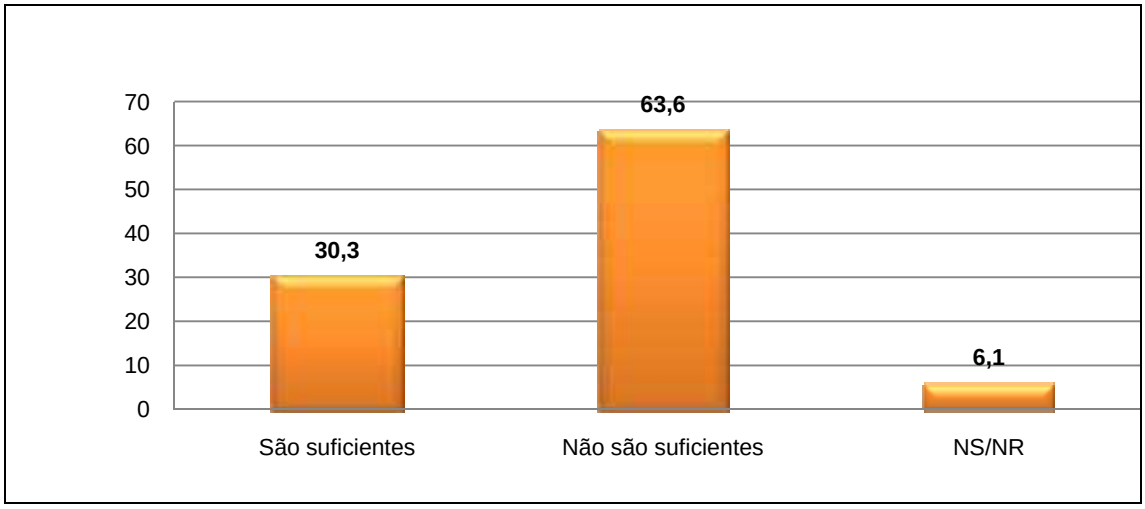


Figura 4.9.4.4-402: Telefones públicos.

A Figura 4.9.4.4-403 mostra telefone público em frente a um comércio da localidade.

Figura 4.9.4.4-403: Orelhão em frente a uma farmácia do bairro.

Não há posto de saúde no bairro, 69,4% afirmaram buscar serviço médico em postos de saúde do Centro, Muquiçaba e Ipiranga (Figura 4.9.4.4-404).

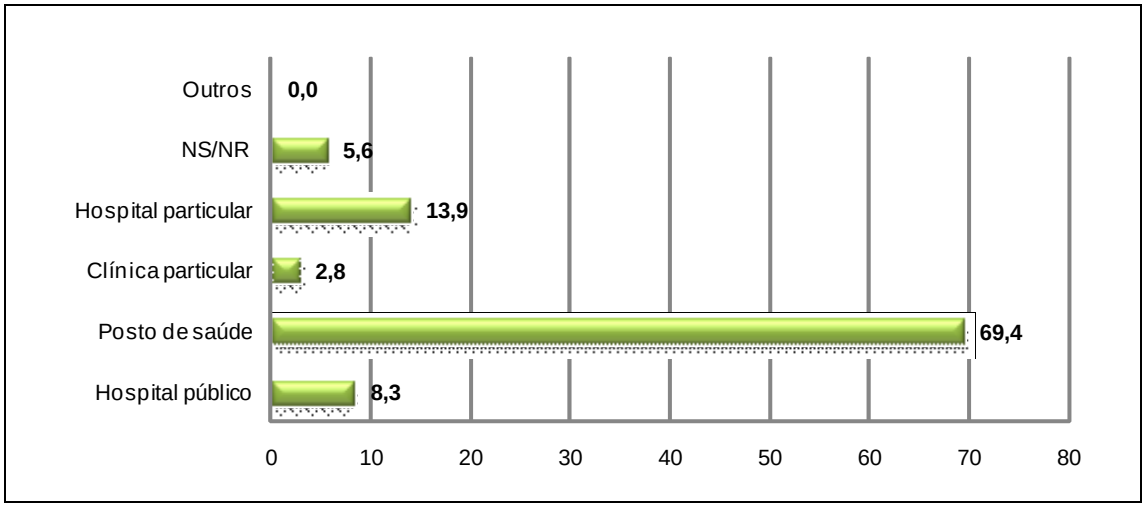


Figura 4.9.4.4-404: Serviço médico disponível.

Dentre as doenças, as três mais citadas foram gripe com 22,8%, dengue com 16,5% e diarréia com 15,2% (Figura 4.9.4.4-405). Registramos muitos relatos de dengue na comunidade. Com relação a óbito decorrido de doenças, apenas 9,1% informaram ter ocorrido, mas nenhum por conta das três doenças mais citadas (Figura 4.9.4.4-406).

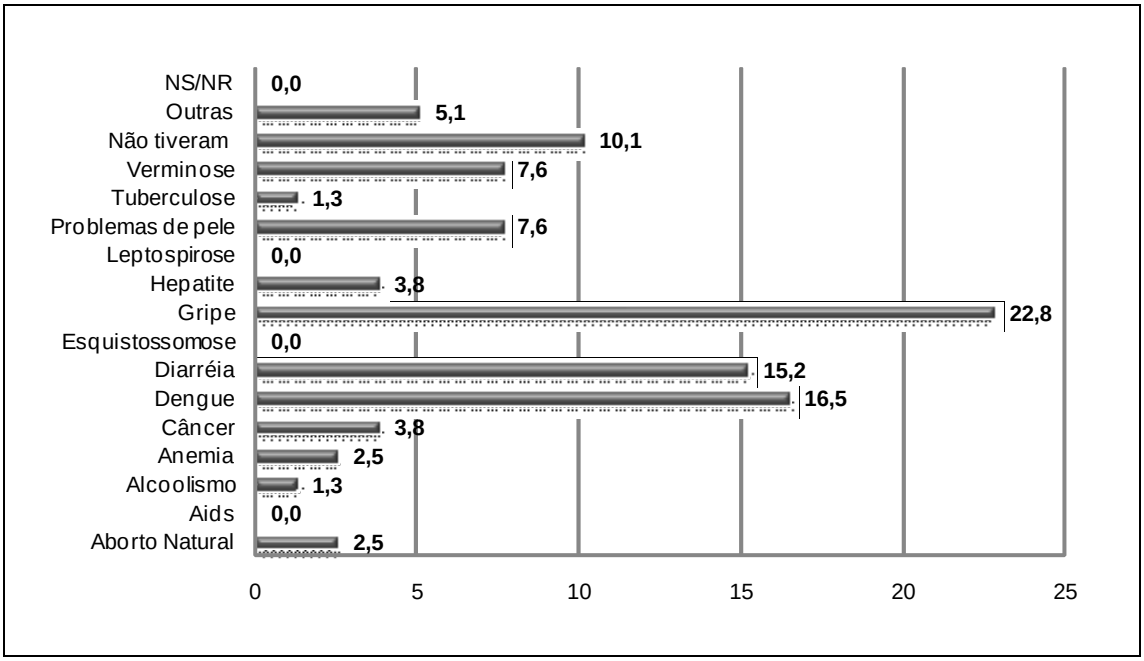


Figura 4.9.4.4-405: Doenças.

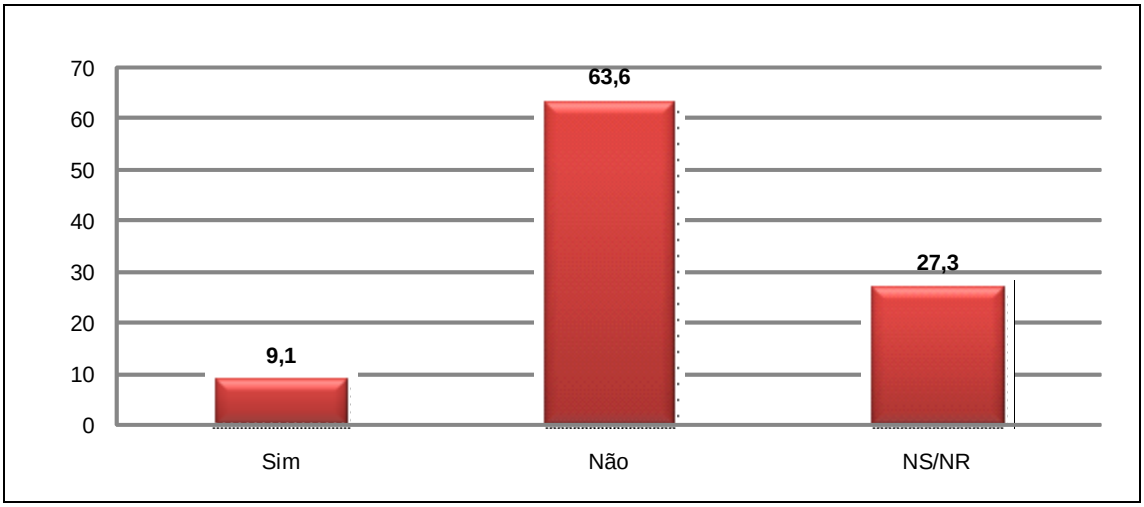


Figura 4.9.4.4-406: Óbitos em função das doenças.

Há um pequeno comércio no bairro, farmácia, bares, padaria, hortifruti, mercearias, peixaria, locadora, loja de roupas, açougue e loja de material de construção (Figura 4.9.4.4-407). Para 57,6% o comércio é avaliado como bom (Figura 4.9.4.4-408). Dos entrevistados 23,3% estão satisfeitos com o comércio da comunidade (Figura 4.9.4.4-409).

Figura 4.9.4.4-407: Comércio da comunidade.

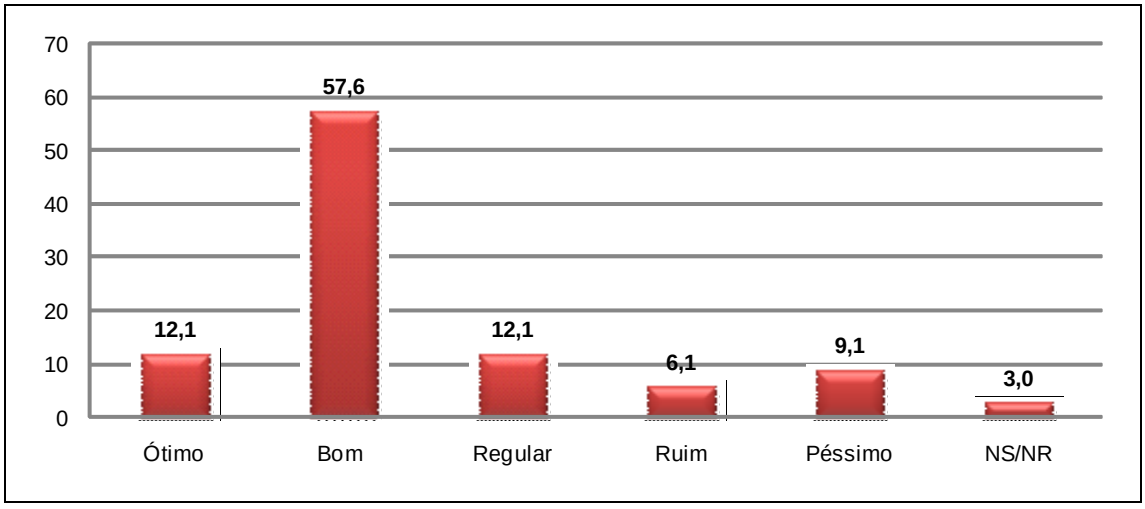


Figura 4.9.4.4-408: Classificação do comércio.

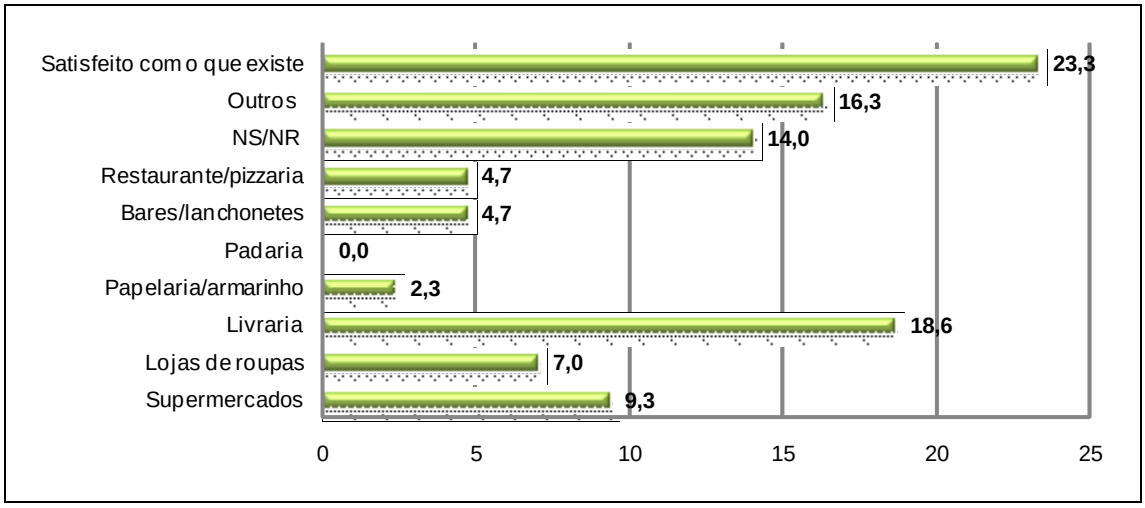


Figura 4.9.4.4-409: Comércio que falta.

Com relação aos problemas da comunidade apenas iluminação pública, poluição do ar, coleta insuficiente e desmatamento não foram citados. Para os moradores os três maiores problemas são o esgoto/saneamento (Figura 4.9.4.4-410), falta de Unidade de Saúde no bairro e o tráfico de drogas (Figura 4.9.4.4-411).

Figura 4.9.4.4-410: Esgoto no bairro indo para o mangue.

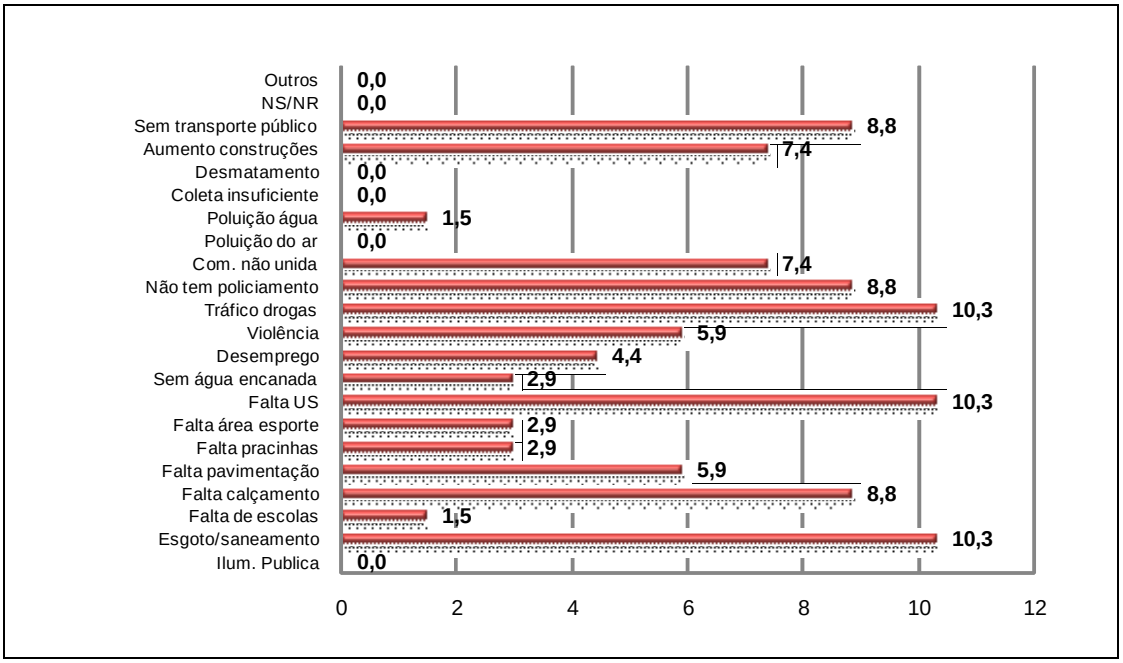


Figura 4.9.4.4-411: Problemas da comunidade.

A maioria dos entrevistados não participa ou freqüenta algum grupo comunitário, 60,6%. Mas 10 entrevistados informaram participar do grupo da igreja da qual freqüentam (Figura 4.9.4.4-412).

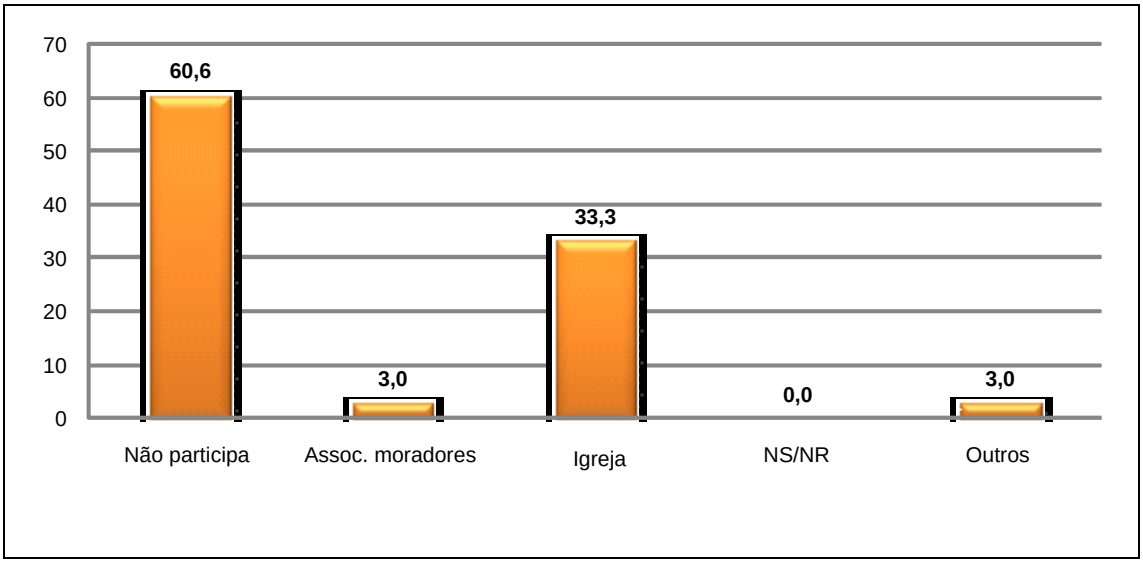


Figura 4.9.4.4-412: Grupo que freqüenta.

A Figura 4.9.4.4-413 mostra a Igreja Batista do Bairro Itapebussu.

Figura 4.9.4.4-413: Igreja Batista de Itapebussu.

Apenas 4 pessoas informaram desenvolver algum tipo de atividade esportiva e apenas uma pessoa informou participar de atividades ou programas culturais (Figuras 4.9.4.4-414 a 4.9.4.4-416).

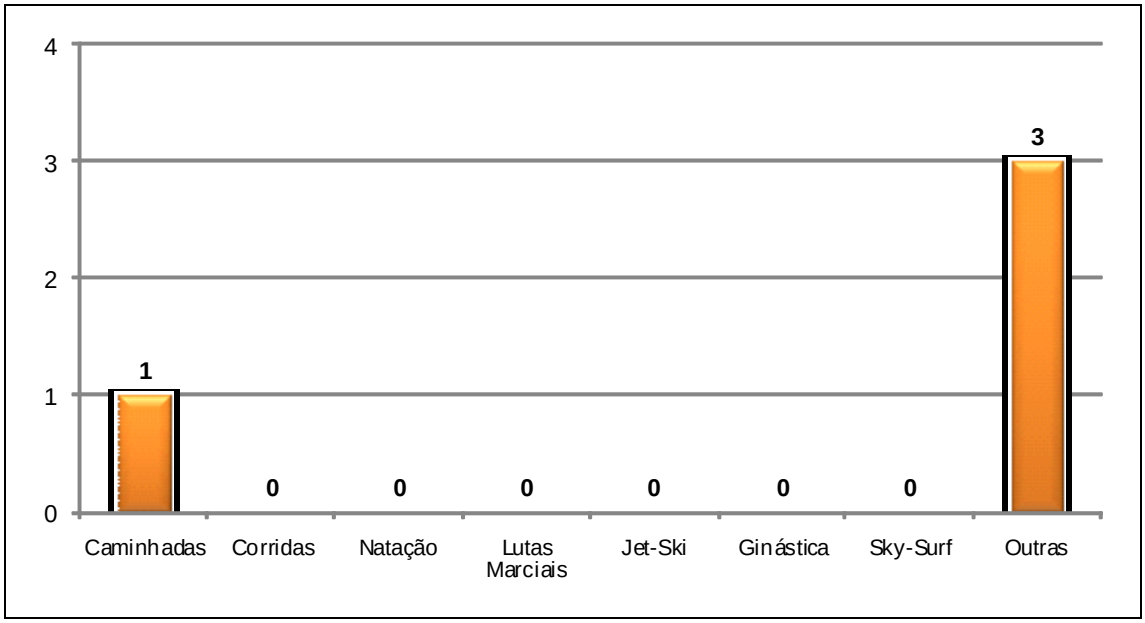


Figura 4.9.4.4-414: Desenvolve atividade esportiva?

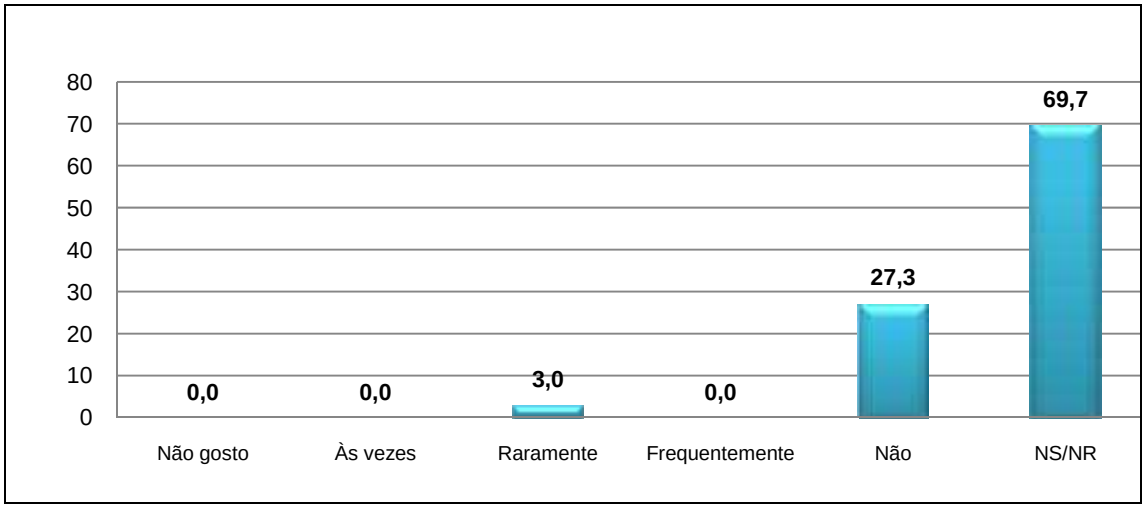


Figura 4.9.4.4-415: Participa de atividade ou programa cultural?

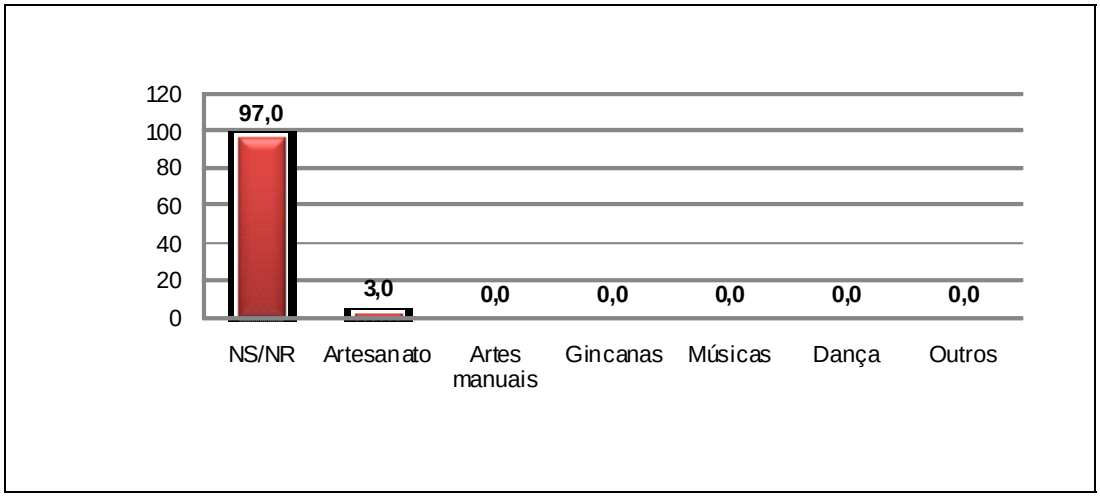


Figura 4.9.4.4-416: Se sim, qual?

Questionamos aos moradores se eles teriam interesse em participar de algum curso de geração de renda e 15,4% informaram que não. Os três cursos mais citados foram: informática, artesanato e língua estrangeira (Figura 4.9.4.4-417).

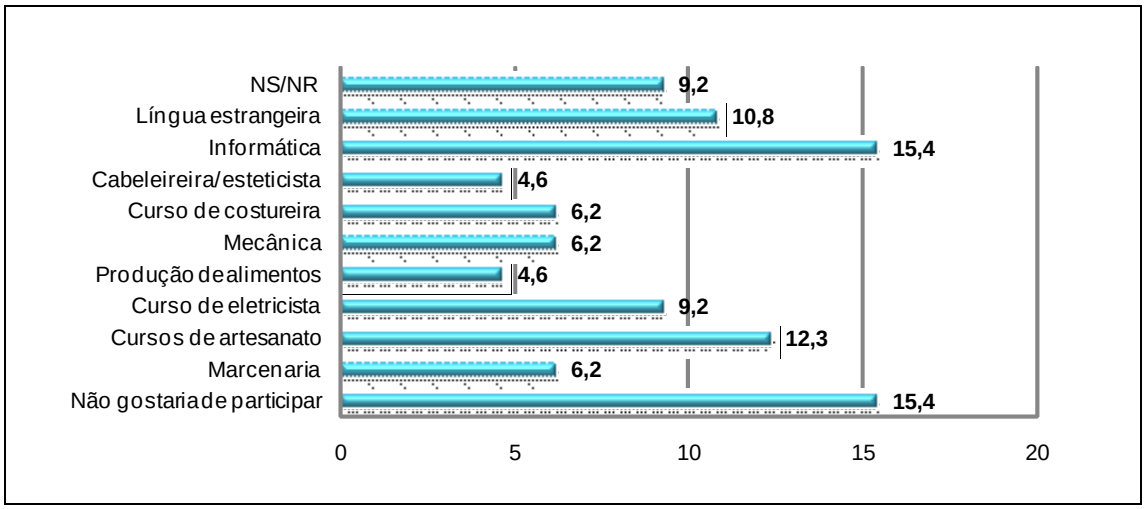


Figura 4.9.4.4-417: Interesse por curso geração de renda?

Perguntamos também aos moradores como eles se relacionam com o meio ambiente e 75,8% disseram fazer a sua parte (Figura 4.9.4.4-418). Para os entrevistados os maiores problemas ambientais da comunidade são o esgoto no mangue, lixo, devastação do mangue, da mata e aterro.

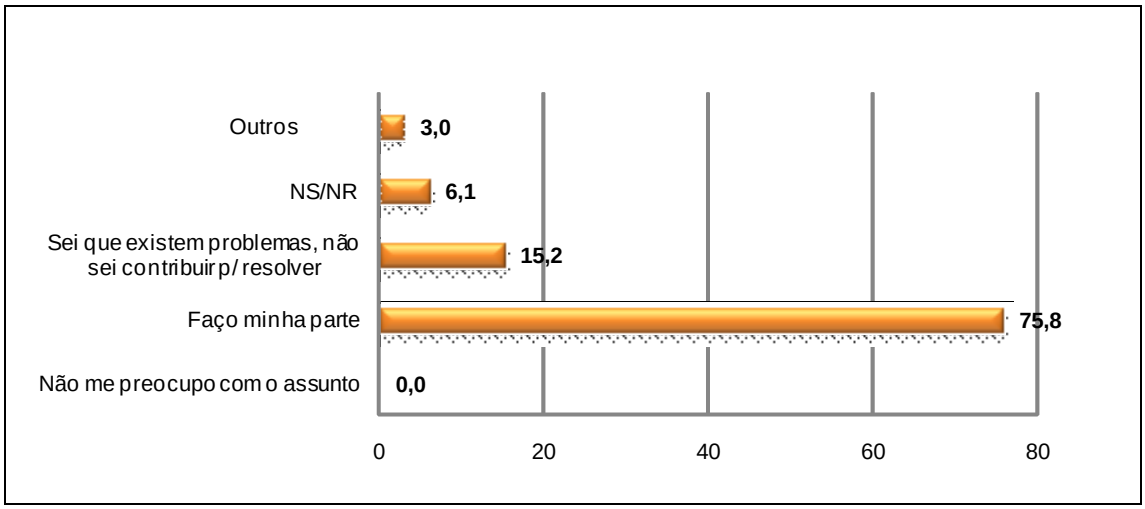


Figura 4.9.4.4-418: Como se relaciona com o meio ambiente?

O pescador Luiz Cláudio Barbosa disse: *"falta fiscalização em relação a resíduos lançados no mangue"*.

A moradora Luciana Gonçalves Rodrigues disse *"Há 20 anos eu tomava banho no mangue, já consegui conscientizar muitas pessoas de não jogar lixo no mangue"*.

As Figuras 4.9.4.4-419 e 4.9.4.4-420 apresentam as fotos da área da RDS no Bairro Itapebussu.

Figura 4.9.4.4-419: Lixo no manguezal.

Figura 4.9.4.4-420: Esgoto no manguezal.

Durante as entrevistas, conversamos sobre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra e 75,8% não tinham conhecimento que o manguezal no entorno do bairro era uma reserva (Figura 4.9.4.4-421).

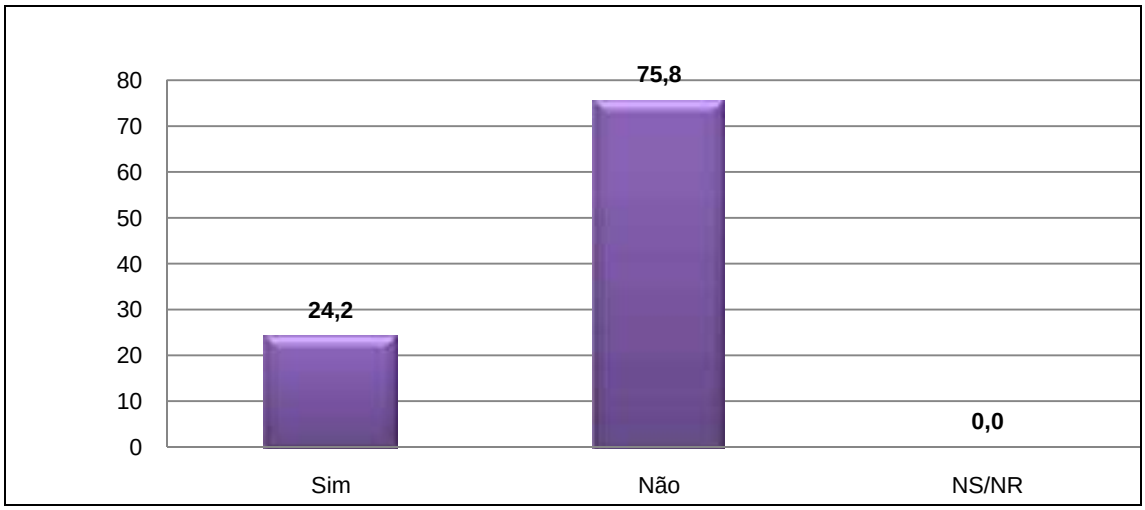


Figura 4.9.4.4-421: Conhece reserva ou área protegida?

Dos entrevistados 46,9% relataram conhecer as regras para viver e morar em uma área de RDS (Figura 4.9.4.4-422) e 66,7% disseram estar dispostos a viver e trabalhar em uma área de RDS respeitando as regras da reserva (Figura 4.9.4.4-423).

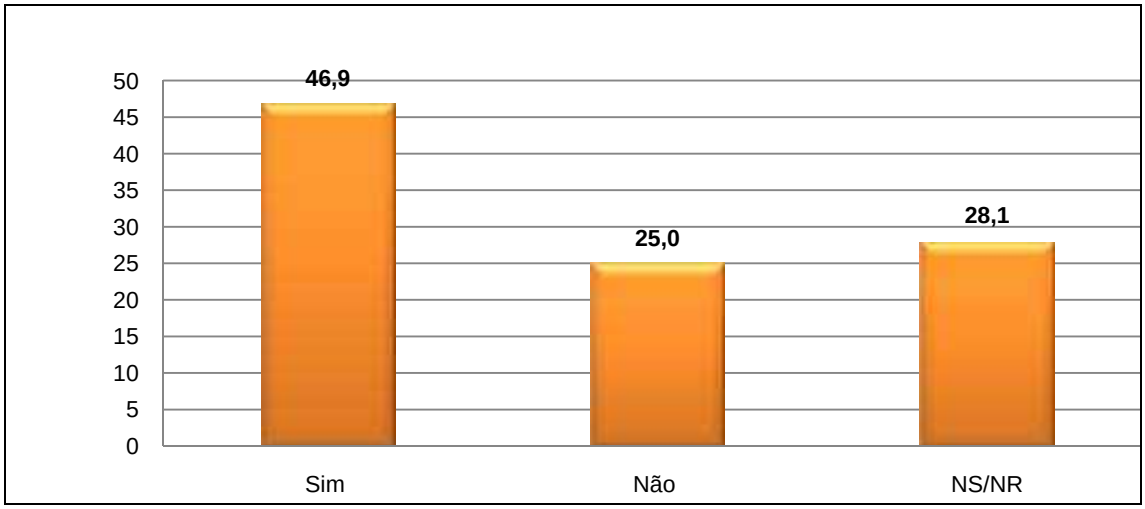


Figura 4.9.4.4-422: Conhece regras para viver na RDS?

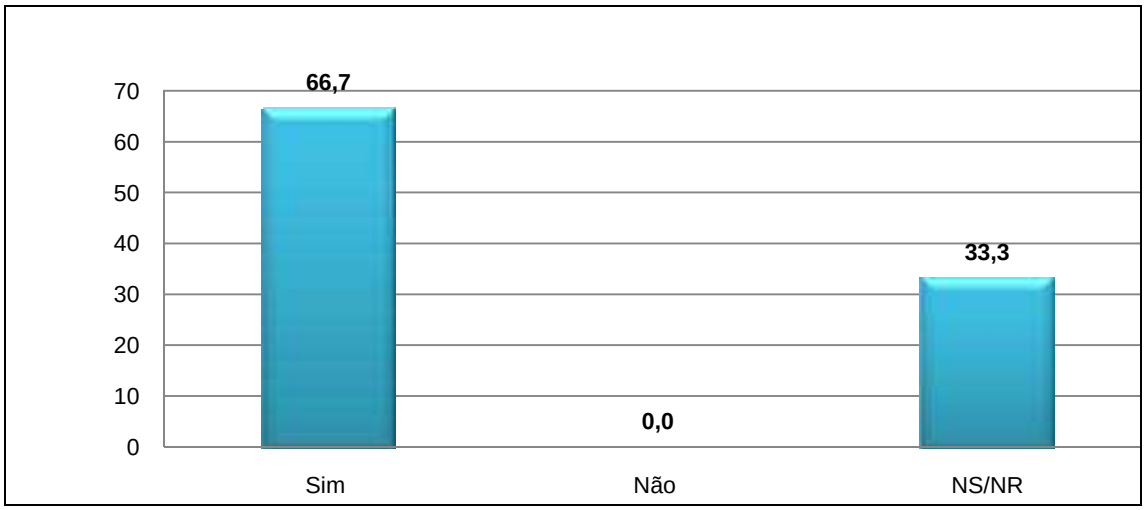


Figura 4.9.4.4-423: Disposto a viver/trabalhar com respeito as regras?

Encontramos duas pessoas que informaram serem marisqueiros e um que informou ser pescador. A marisqueira Jamyla Maria da Conceição Pereira nos relatou que não utiliza a RDS, pois cata marisco do mar, mas faz parte da Colônia Z3. Ela nos revelou que a maioria dos moradores de Itapebussu são pescadores, mas não do manguezal.

A moradora Solange Gomes dos Santos cata marisco e nos informou que vende direto ao consumidor e que sempre respeita a época de suspender a cata de marisco. Na época do defeso, ela informou vender milho na praia para conseguir renda extra.

O morador Luiz Claudio Barbosa, disse catar mariscos, caranguejo e siri e nos informou entregar a atravessadores para a venda. Sempre respeita a época de suspender a cata e também trabalha no estaleiro fazendo barco para aumentar a renda, principalmente na época do defeso.

A manicure Nilce Sobrinho Prun, é catadora de sururu e possui a carteirinha da Colônia Z3. Ela vende direto ao consumidor e sempre respeita a época que não pode catar sururu (Figuras 4.9.4.4-424 a 4.9.4.4-426).

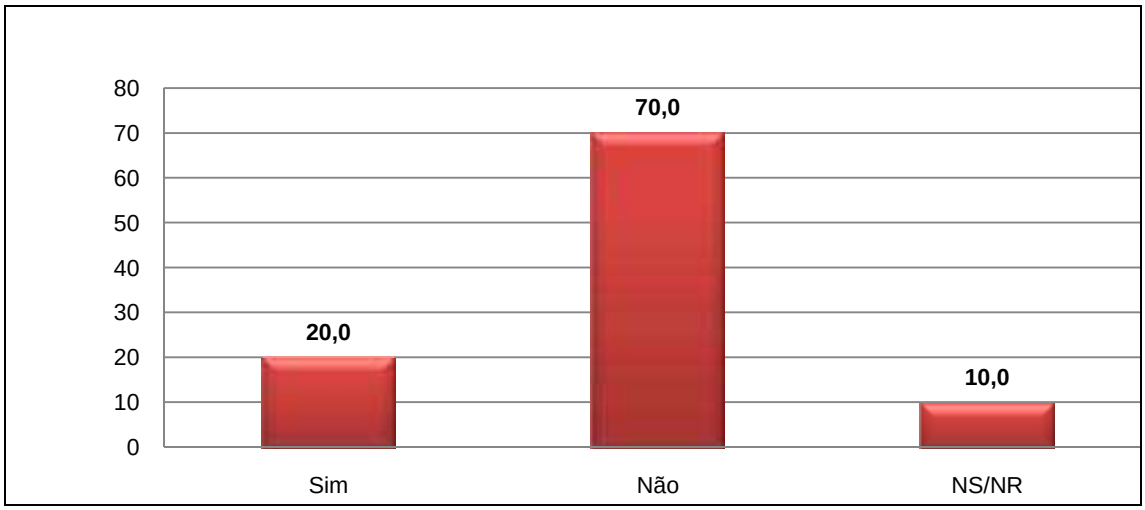


Figura 4.9.4.4-424: Necessita da reserva para sustento?

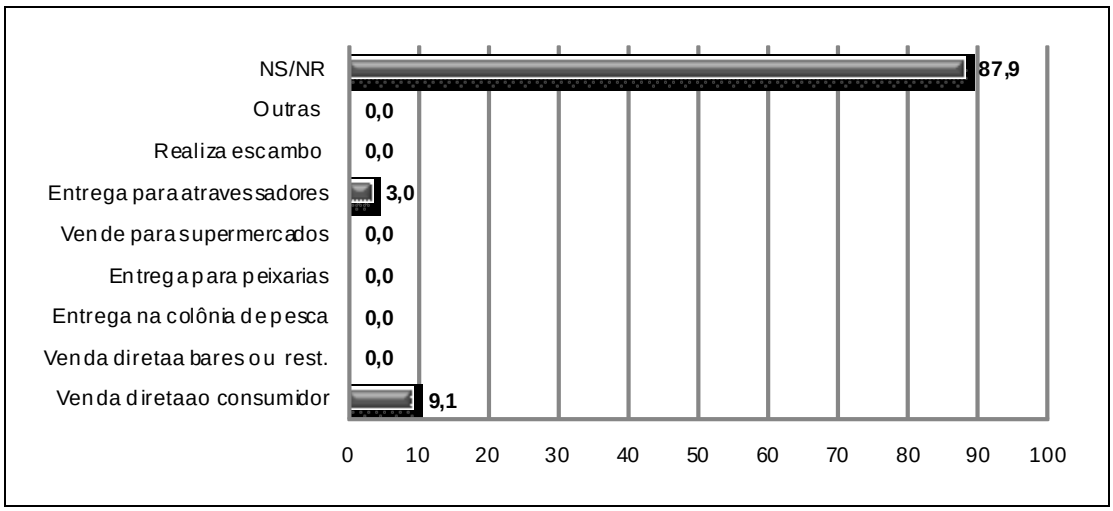


Figura 4.9.4.4-425: Forma de comércio do pescado.

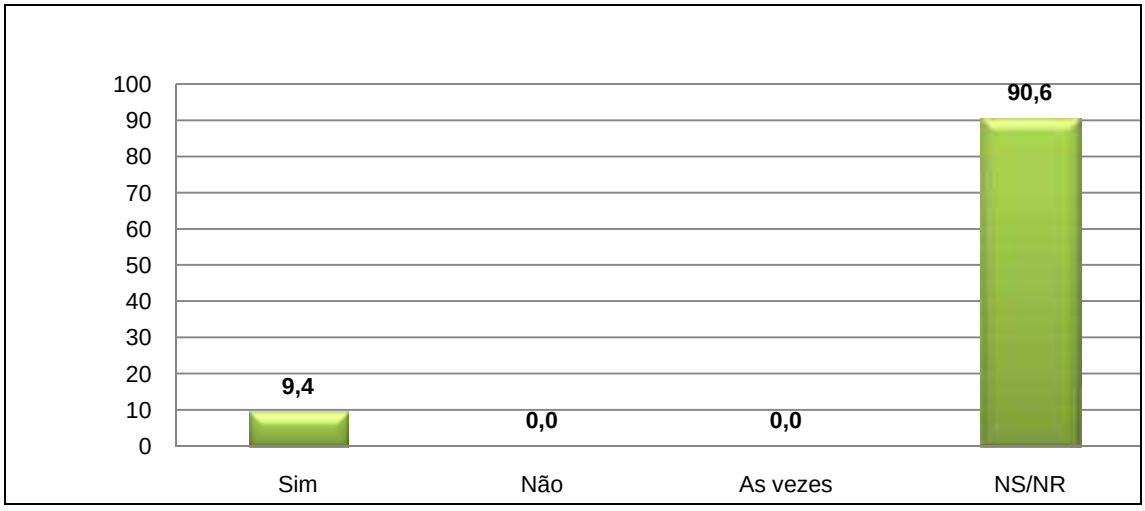


Figura 4.9.4.4-426: Respeita o defeso?

Apenas 39,4% dos entrevistados afirmaram conhecer alguém que utiliza a Reserva para sustento da família (Figura 4.9.4.4-427), e 43,8% conhecem a Associação de Pescadores/marisqueiros existente na região (Figura 4.9.4.4-428).

Figura 4.9.4.4-427: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento?

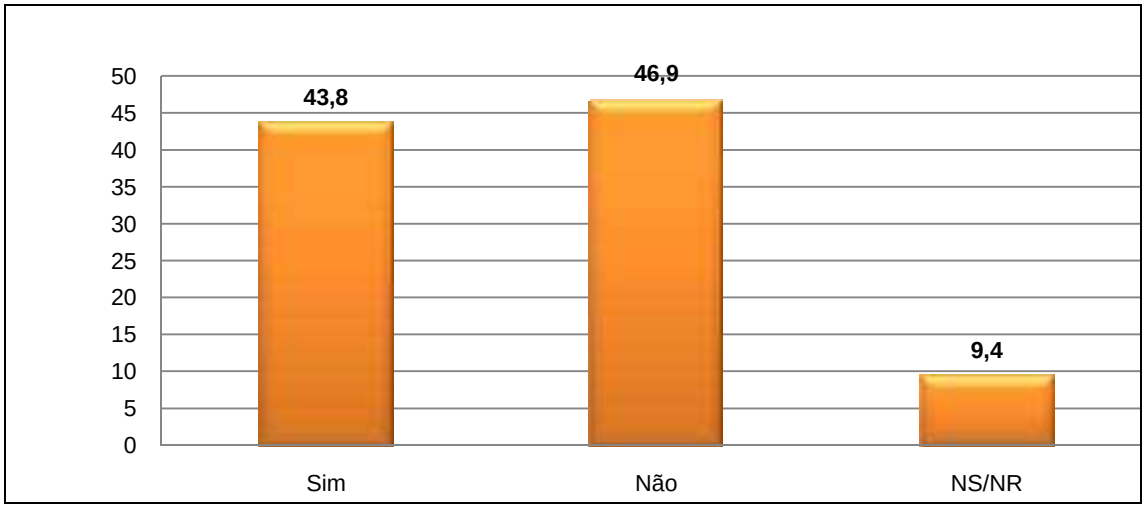


Figura 4.9.4.4-428: Conhece associações de marisqueiros/pescadores?

Nenhum dos moradores entrevistados participou da criação da RDS Concha D'Ostra e 90,9% não conhecem nenhum tipo de programa ou projeto desenvolvido na região que envolva a RDS (Figuras 4.9.4.4-429 e 4.9.4.4-430).

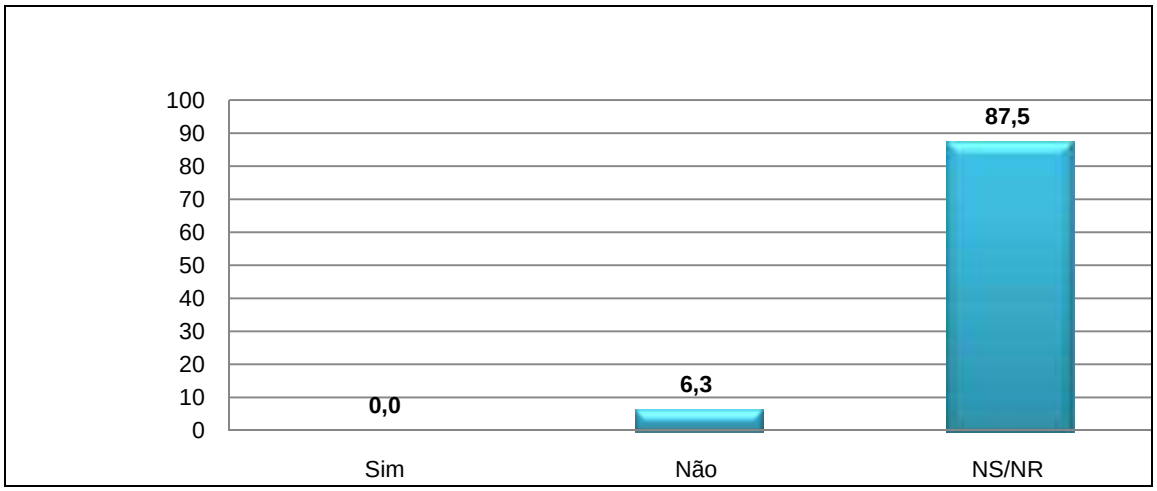


Figura 4.9.4.4-429: Participou da criação da RDS?

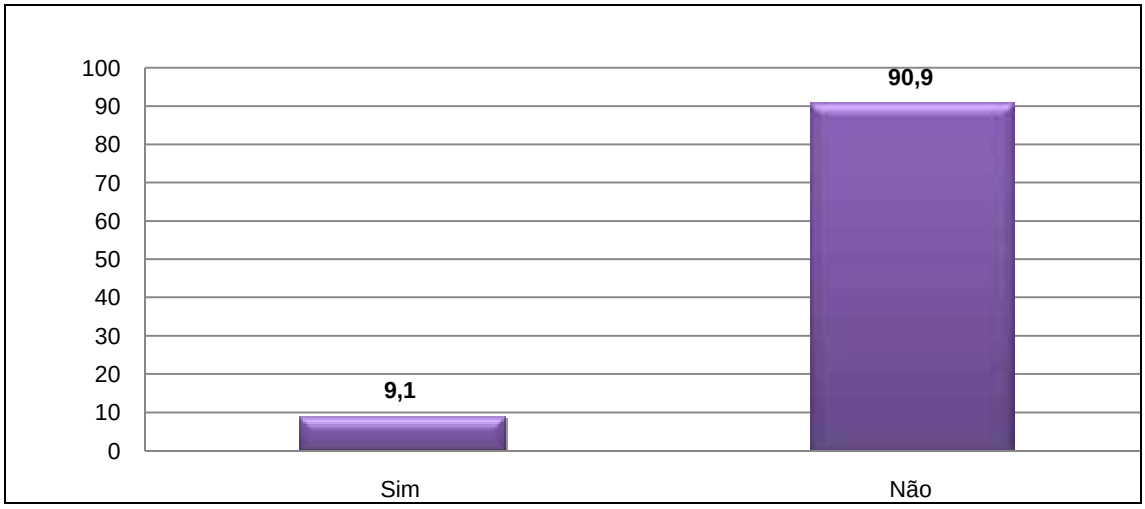


Figura 4.9.4.4-430: Conhece Programa ou projeto na RDS?

De acordo com o que nos foi relatado, há a festa de São Pedro e de Santa Rita da Igreja Católica da região (Figura 4.9.4.4-431).

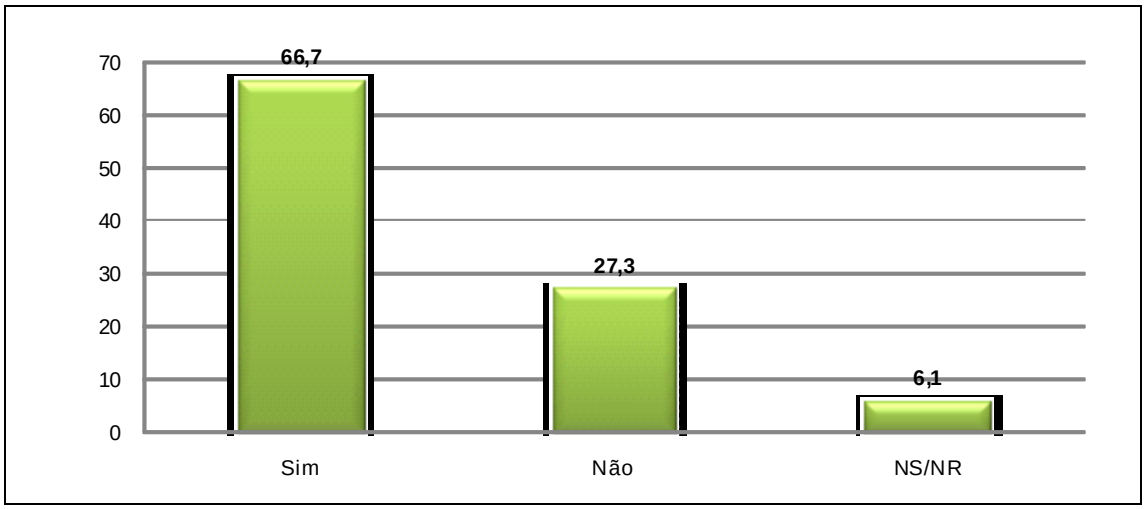


Figura 4.9.4.4-431: Conhece festas e manifestações culturais?

Para 60% dos moradores a RDS é considerada muito importante (Figura 4.9.4.4-432), somente o aposentado Manuel Ribeiro e Nilce Sobrinho consideram a Reserva sem importância.

Nilce Sobrinho afirma que a Reserva não tem importância por estar muito suja, porém ela se refere ao lado da RDS no entorno do Bairro Itapebussu, uma vez que ela é marisqueira e pega sururu do outro lado da Reserva.

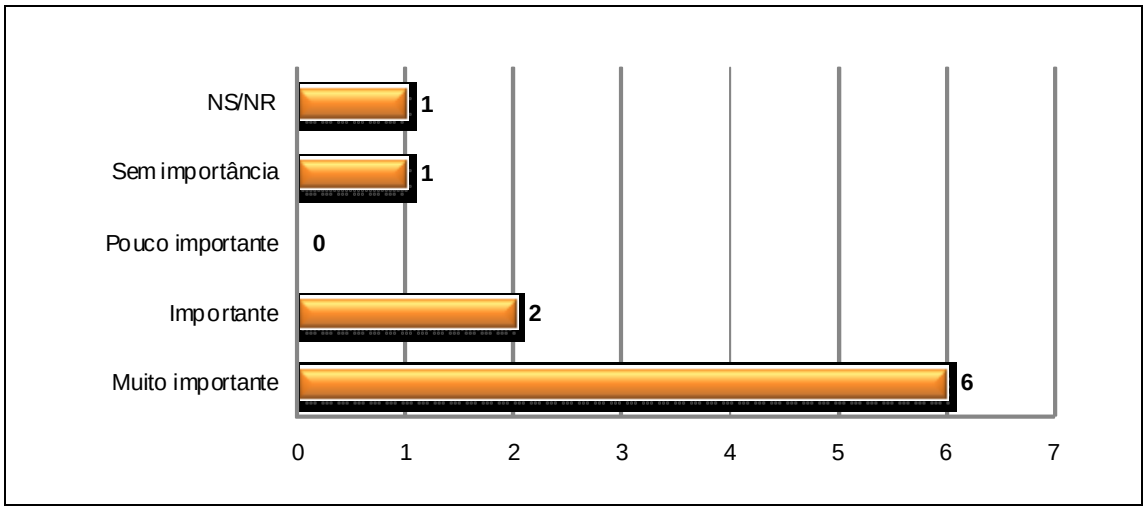


Figura 4.9.4.4-432: O que a RDS é para a comunidade?

Dos 31 entrevistados, 22 não estão satisfeitos com a atual situação do manguezal.

Luciana Gonçalves Rodrigues disse: "*Não estou satisfeita. Falta conscientização e fiscalização. A Secretaria de Meio Ambiente deveria fazer algo*".

A moradora Regina Lucia Simões disse: *"o que mais incomoda é a questão do esgoto no mangue. Não tem rede de esgoto. Todo o bairro joga o esgoto no mangue"*.

Mas sete pessoas informaram estarem satisfeitos com a situação da Reserva, foi o que nos informou o morador Santos Scárdua: *" Mesmo degradada, ele está bonito"*.

O Bairro Itapebussu possui comércio, igrejas, praças e passa ônibus na localidade (Figuras 4.9.4.4-433 a 4.9.4.4-435). A rua onde se localiza as casas que ficam próximas a Reserva, é extensa e há muitos moradores.

Figura 4.9.4.4-433: Ônibus passando no bairro.

Figura 4.9.4.4-434: Praça do bairro.

Figura 4.9.4.4-435: Quadra do bairro.

Durante as idas ao campo notamos que há no bairro um intenso tráfico de drogas, porém isso não atrapalhou as nossas entrevistas (Figura 4.9.4.4-436).

Figura 4.9.4.4-436: Entrevista.

Os entrevistados não participam da Associação de Moradores e muitos não mostraram interesse pela questão da preservação ambiental.

Encontramos alguns moradores, como a estudante Luciana Gonçalves Rodrigues, que durante a entrevista nos informou que desde 2007 trabalha como voluntária do Meio Ambiente e disse estar constantemente tentando conversar com a população sobre a importância de se preservar a Reserva (Figura 4.9.4.4-437). Ela participa do mutirão de limpeza da ONG Gaia Religaia realizada todo ano no manguezal.

Figura 4.9.4.4-437: Entrevista com Luciana Gonçalves.

No bairro há muitos pescadores e todos utilizam o mar para a pesca. Não há muitas famílias na localidade que utilizam o mangue para o seu sustento e os poucos existentes, catam do lado do Bairro Lameirão, pois a Reserva no lado do Bairro Itapebussu está muito suja (Figuras 4.9.4.4-438 e 4.9.4.4-439) e já não há mais mariscos e caranguejos na região.

Figura 4.9.4.4-438: Manguezal RDS em Itapebussu contaminado por esgoto.

Figura 4.9.4.4-439: Lixo dentro do Manguezal RDS em Itapebussu.

A marisqueira do mar, Jamyla Maria, disse que antigamente pegava siri para vender, mas hoje, devido à sujeira, é impossível fazer isso.

Notamos durante as entrevistas que muitos não possuem interesse no manguezal e não se preocupam se está sendo degradado ou não, apesar de muitos afirmarem fazer a sua parte com relação ao Meio Ambiente, não é o que nós percebemos ao caminhar pelo bairro.

- ***Conclusão - Itapebussu***

O Bairro Itapebussu é uma comunidade com muitos moradores e há muitas casas no entorno da RDS Concha D'Ostra. A maioria dos moradores é antiga e observamos que não existe uma relação morador/manguezal. Encontramos poucos catadores de mariscos e pescadores que utilizam a Reserva, a maioria utiliza o mar.

Durante as entrevistamos, percebemos que muitos não se importam com o fato da Reserva estar sendo depredada, aterrada e poluída, pois não possuem uma ligação e nem uma preocupação com o Meio Ambiente como um todo.

Mesmo a maioria dos moradores ter respondido que a RDS é muito importante para a comunidade, notamos uma falta de interesse dos mesmos em preservar a área ambiental situada no entorno de suas casas. Talvez isso ocorra pelo fato da parte da Reserva encontrada no bairro estar em condições extremamente poluída devido à grande quantidade de esgoto.

Segundo a Presidente da Associação de Moradores a rede de esgoto existente no bairro foi feita na época do PRODESAN e não está funcionando direito, pois em época de chuva o esgoto retorna, piorando ainda mais a situação no bairro. Há uma necessidade urgente de se fazer uma estação de tratamento de esgoto e a ligação de todas as residências a rede de esgoto.

Durante o trabalho de campo vimos que as áreas da Reserva dos bairros Itapebussu e Kubistchek estão em piores condições. Existe a necessidade de maior fiscalização nesses bairros para que a situação não piore.

❖ *BAIRRO CAMURUGI*

O Bairro Camurugi, localizado próximo ao Bairro Itapebussu, possui em torno da RDS Concha D'Ostra 44 unidades habitacionais. Para chegar ao bairro Camurugi é necessário passar por uma rua que corta a Reserva dentro do bairro e poucas ruas fazem divisa com a RDS. As Figuras 4.9.4.4-440 e 4.9.4.4-441 mostram a entrada do bairro.

Figura 4.9.4.4-440: Entrada do Bairro Camurugi.

Figura 4.9.4.4-441: Via de acesso ao Bairro Camurugi.

Foram realizadas nove entrevistas com os moradores e uma entrevista com o Presidente da Associação de Moradores, Adelson Castro Silva.

Dos entrevistados, 66,7% são casados (Figura 4.9.4.4-442) e 44% possuem entre três a cinco filhos (Figura 4.9.4.4-443). A maior parte dos moradores vem do Estado da Bahia.

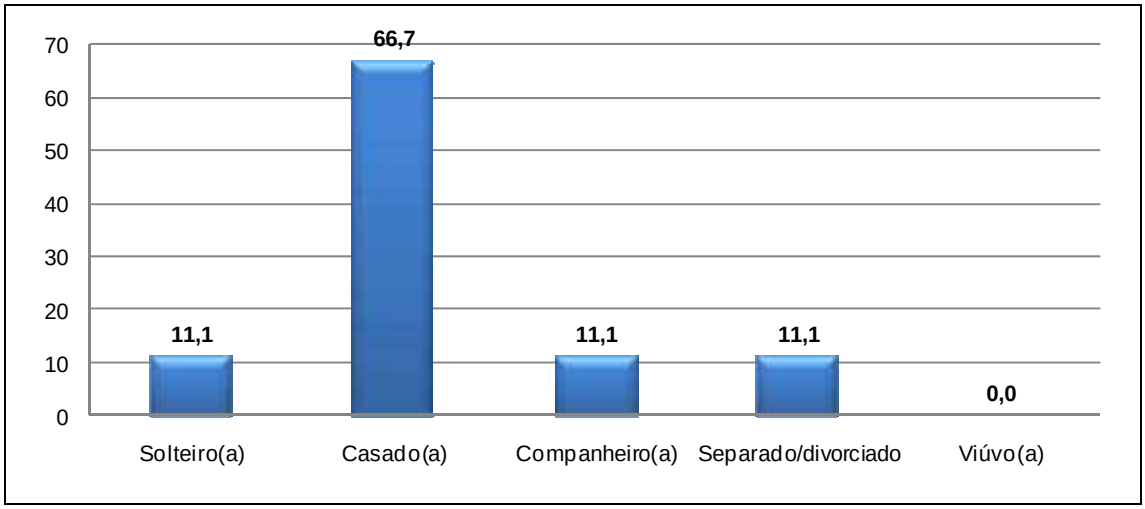


Figura 4.9.4.4-442: Estado civil.

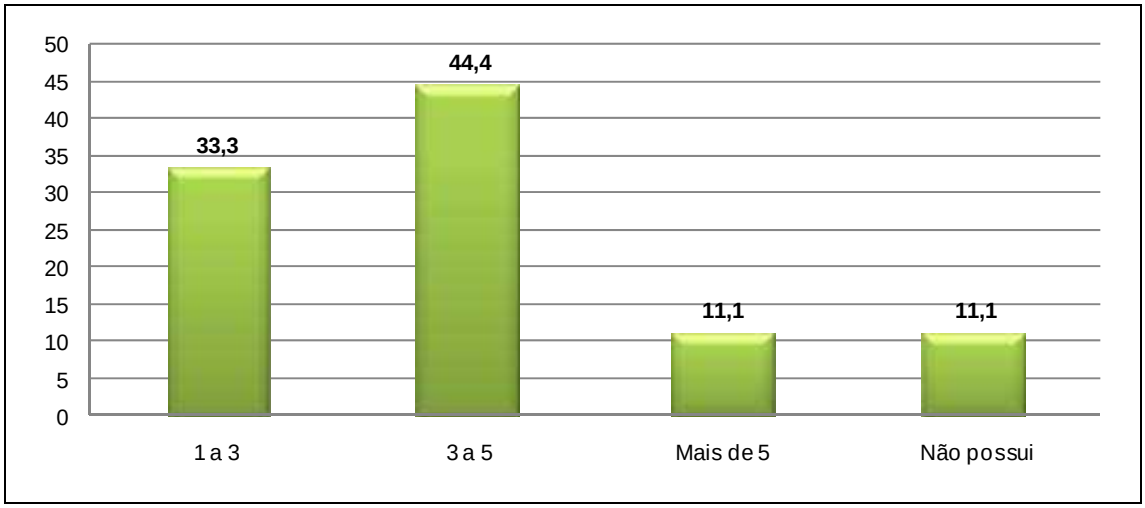


Figura 4.9.4.4-443: Número de filhos.

Dos nove moradores que foram entrevistados, 44 % possuem apenas o fundamental incompleto (Figura 4.9.4.4-444), outra vez ressaltamos uma comunidade onde o índice de escolaridade é muito baixo.

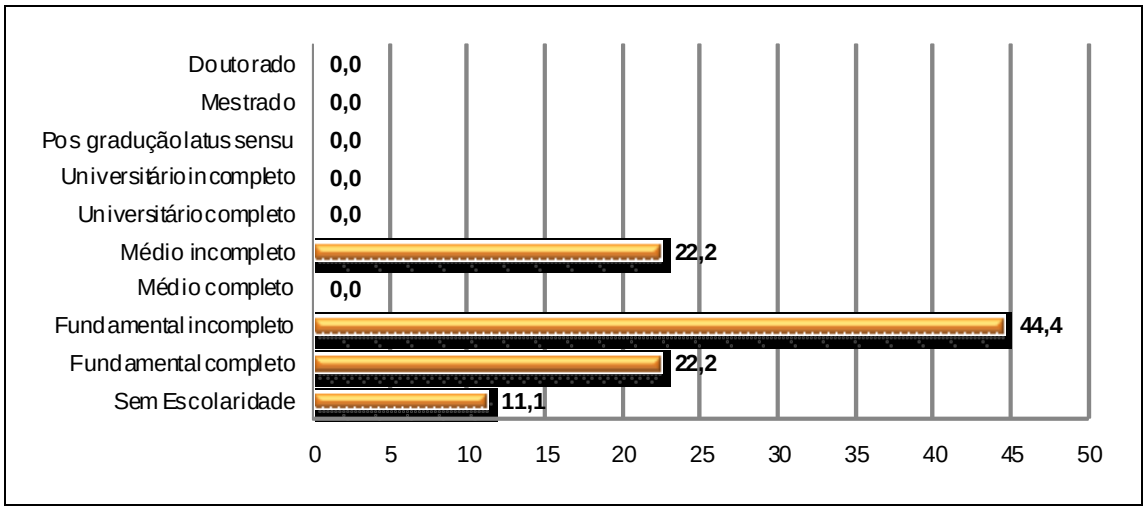


Figura 4.9.4.4-444: Escolaridade.

Dentre as profissões encontramos mateleteiro, caseiro, balconista, açougueiro, fotógrafo, costureira, correspondendo a 11,1 % e atendente e carpinteiro correspondente a 33,3% (Figura 4.9.4.4-445).

Figura 4.9.4.4-445: Profissão.

Perguntamos a respeito às condições de moradia dos entrevistados e 88,9% afirmaram serem proprietários de seus terrenos (Figura 4.9.4.4-446).

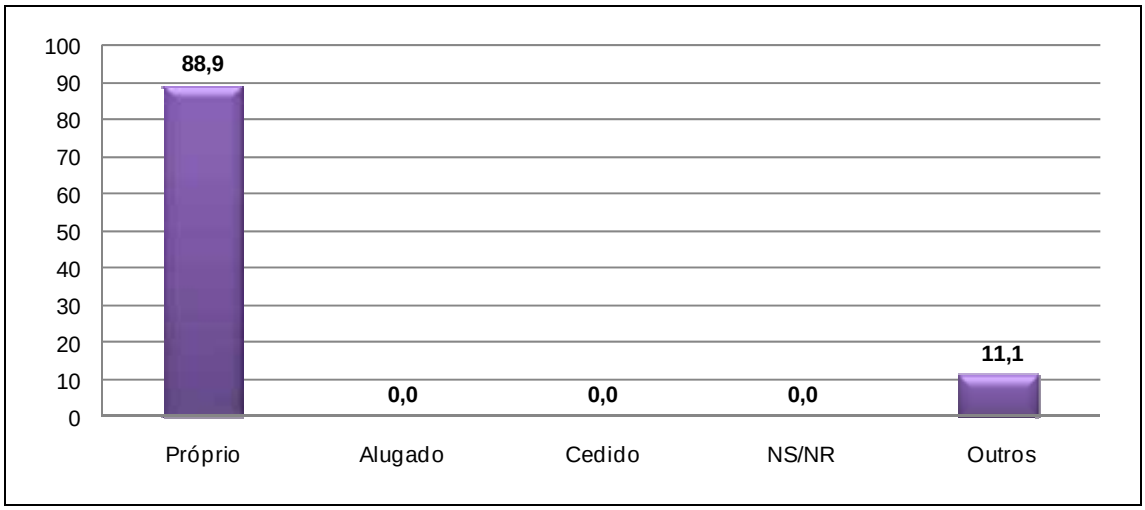


Figura 4.9.4.4-446: Condições de moradia.

Dos entrevistados 88,8% recebem até dois salários mínimos (Figura 4.9.4.4-447).

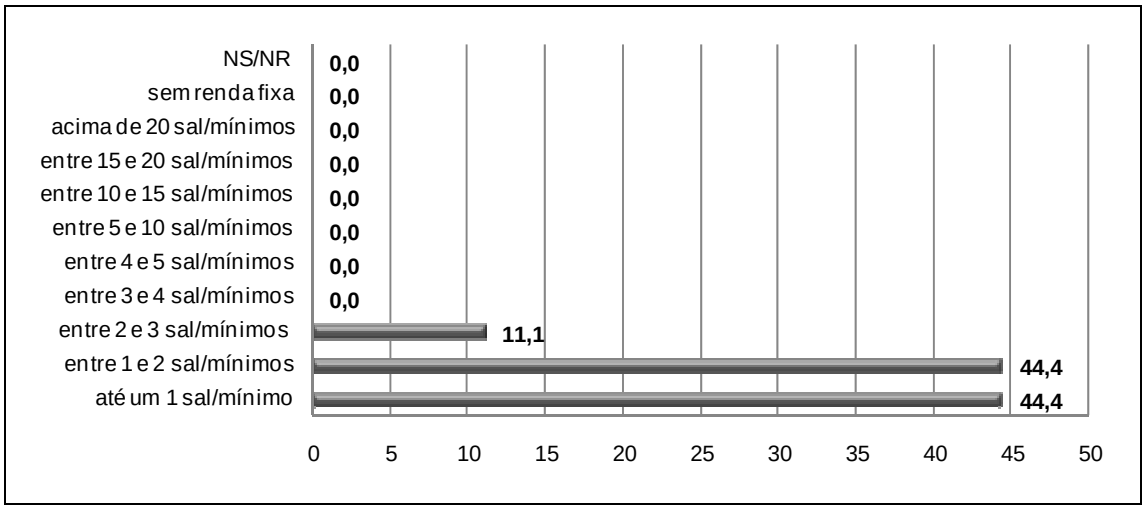


Figura 4.9.4.4-447: Renda familiar.

Apesar da renda baixa observada entre os entrevistados, observamos que no bairro existem algumas casas e chácaras de veraneio (Figura 4.9.4.4-448).

Figura 4.9.4.4-448: Casas no Bairro Camurugi.

Observamos que os moradores da comunidade são bastante antigos. Maior parte dos moradores mora no bairro a mais de 15 anos (Figura 4.9.4.4-449). Leonardo mora a 16 anos no bairro e nos contou que a sua sogra mora a 40 anos no local.

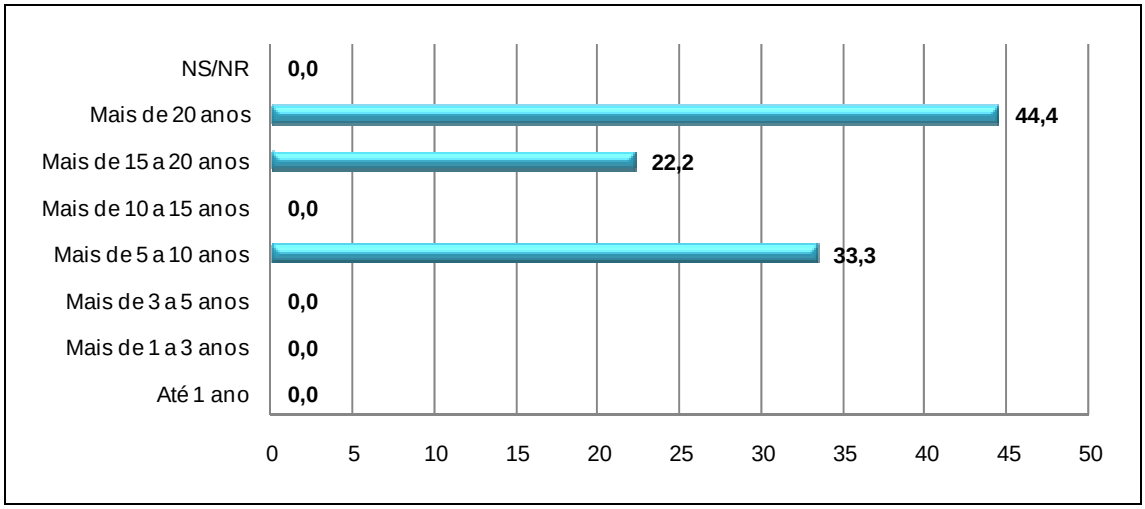


Figura 4.9.4.4-449: Tempo que reside no local.

Maior parte das residências possui entre dois a três moradores. Somente nas residências do Carlos Jesus e Leonardo Barbosa, que moram entre cinco a sete pessoas (Figura 4.9.4.4-450).

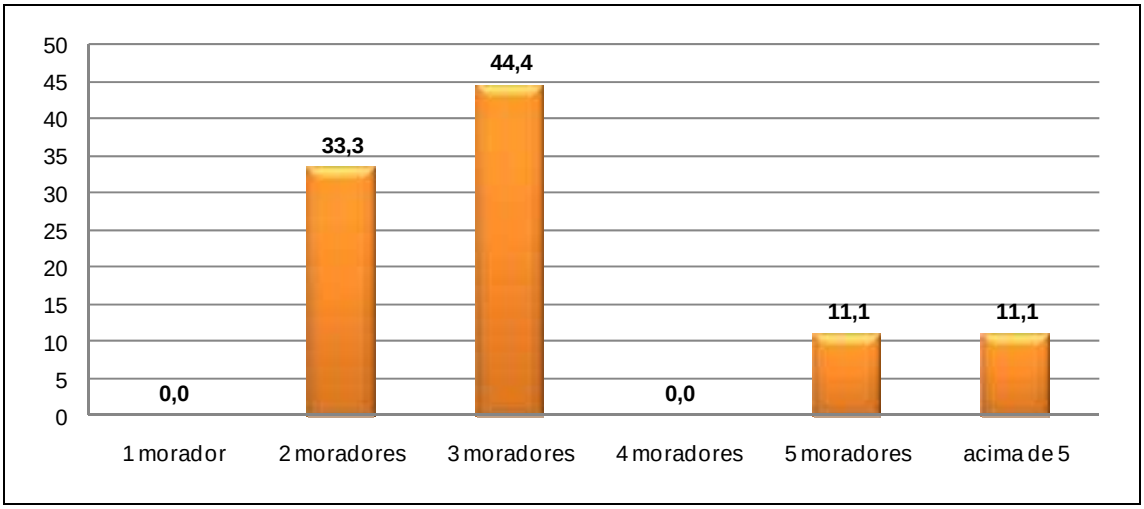


Figura 4.9.4.4-450: Morador/Domicílio.

A comunidade possui uma Associação de Moradores há 25 anos e segundo o Presidente da Associação os moradores não participam das reuniões realizadas na Associação.

A Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN realiza o abastecimento de água da região (Figura 4.9.4.4-451). Não há rede de esgoto no bairro (Figura 4.9.4.4-452), e sete dos entrevistados disseram que o esgoto das residências são jogados diretamente no mangue (Figura 4.9.4.4-453). O morador Antônio Paulo, caseiro de uma casa de veraneio, nos informou que tem uma fossa séptica na residência e a Ilza Coelho nos contou que construiu uma manilha onde trata o esgoto que depois é despejado no mangue.

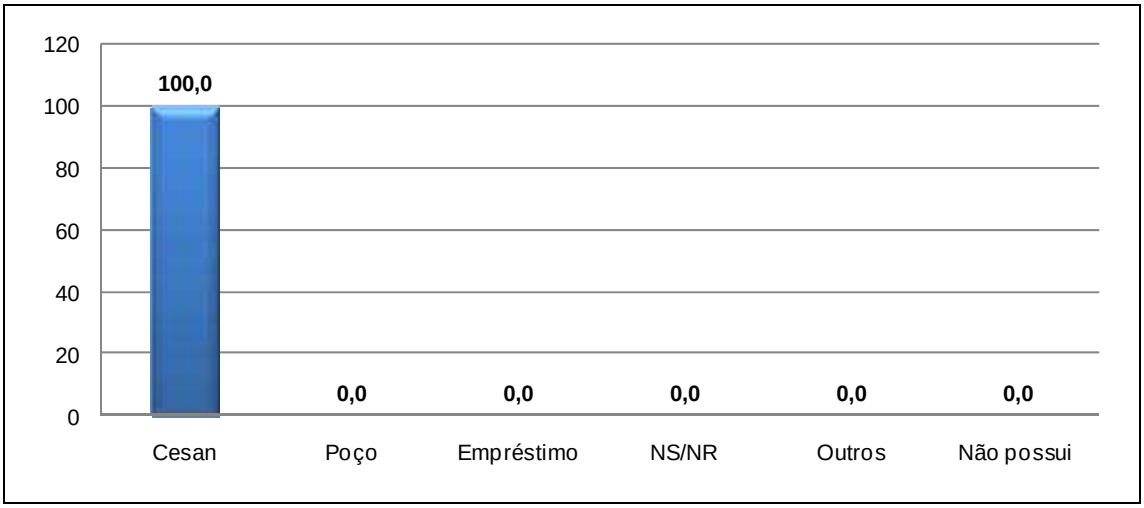


Figura 4.9.4.4-451: Abastecimento de água.

Figura 4.9.4.4-452: Rede de esgoto.

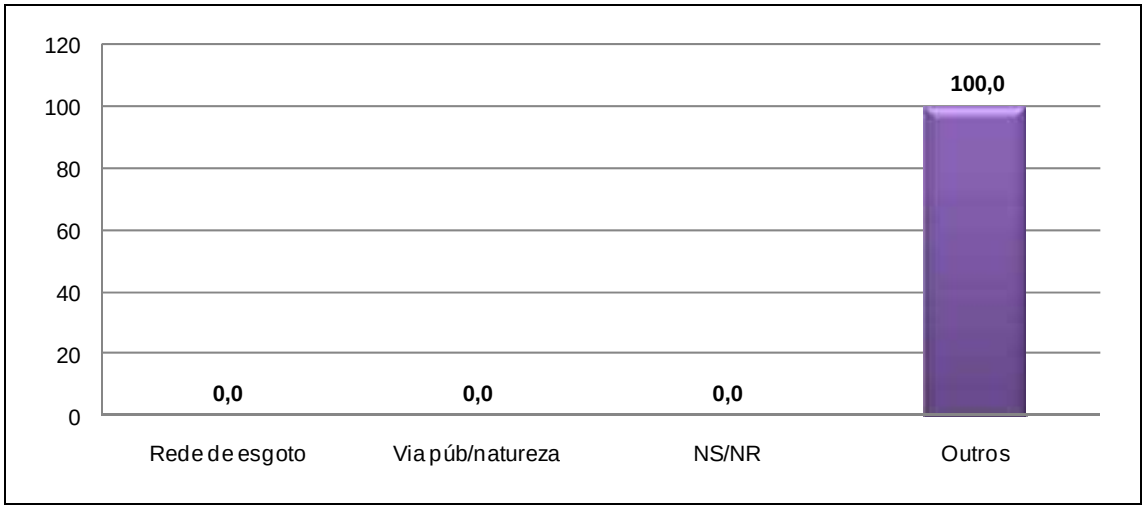


Figura 4.9.4.4-453: Destinação do esgoto.

A energia elétrica do bairro é fornecida pela Concessionária EDP Escelsa. Não registramos nenhum relato de ligação clandestina nas residências (Figura 4.9.4-5.454).

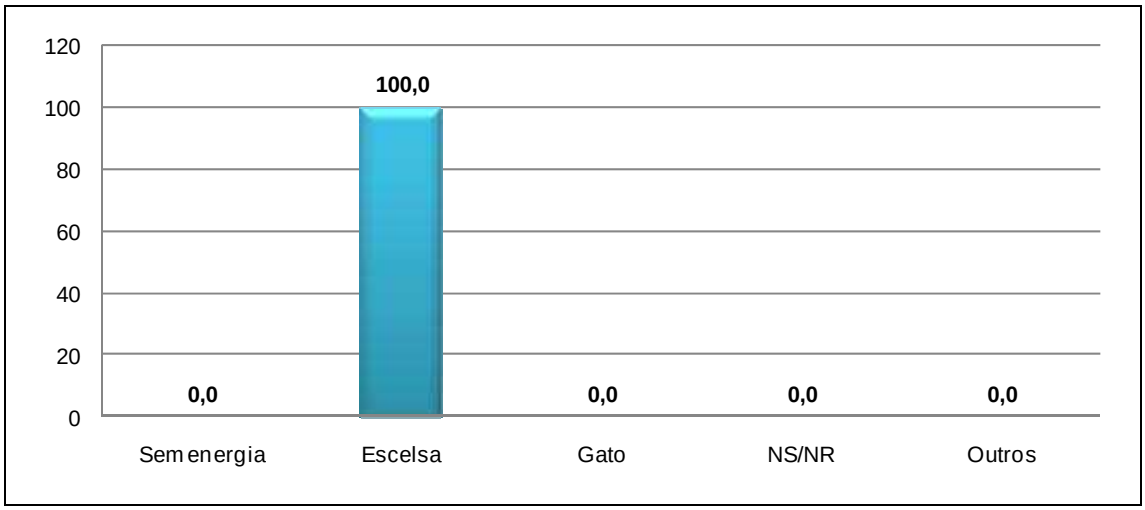


Figura 4.9.4.4-454: Energia elétrica.

A coleta de lixo no bairro é feita pela CODEG, empresa subcontratada da Prefeitura Municipal de Guarapari, mas segundo os moradores a coleta é feita com anomalia. Normalmente o recolhimento é realizado três vezes por semana. Devido às deficiências de coleta, alguns moradores queimam todo lixo gerado no fundo do quintal para evitar o acúmulo (Figura 4.9.4.4-455).

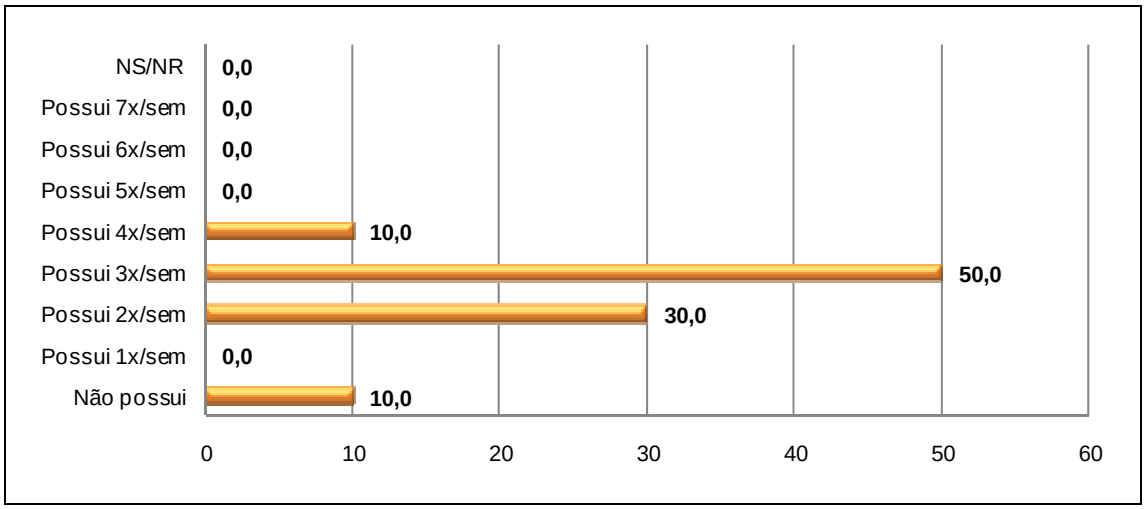


Figura 4.9.4.4-455: Coleta de lixo.

A telefonia que predomina no bairro é móvel, apenas alguns moradores, os mais antigos, possuem telefone fixo e móvel (Figura 4.9.4.4-456). Perguntamos aos moradores sobre o funcionamento da telefonia na região e 50% avaliaram como regular (Figura 4.9.4.4-457).

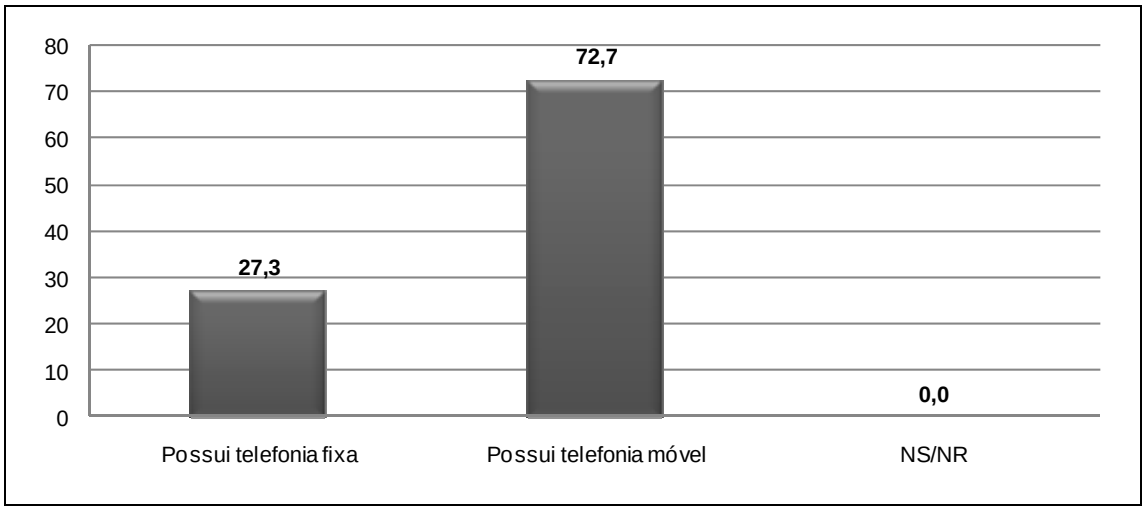


Figura 4.9.4.4-456: Telefonia

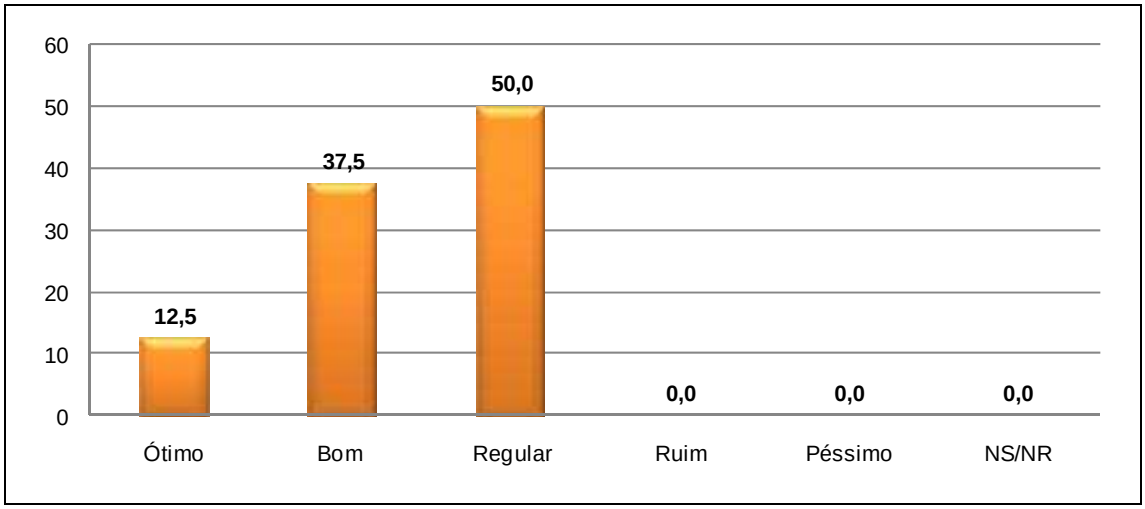


Figura 4.9.4.4-457: Avaliação geral da telefonia.

Em relação aos telefones públicos da comunidade, 55,6% consideram insuficientes (Figura 4.9.4.4-458), pois a maioria dos telefones não funciona por falta de manutenção ou por vandalismo (Figura 4.9.4.4-459).

Figura 4.9.4.4-458: Telefones públicos.

Figura 4.9.4.4-459: Orelhão em frente a uma Igreja Evangélica do bairro.

O bairro tem um posto de saúde que atende 63% dos moradores (Figura 4.9.4.4-460). Carlos Jesus, morador do bairro, comentou sobre a falta de médico. *"O bairro tem um posto de saúde, mas vive sem médico"*. Os moradores buscam atendimento médico hospitalar em outros bairros, tendo às vezes até que pagar. Há um grande problema de falta de médicos na rede pública médica de Guarapari, como um todo.

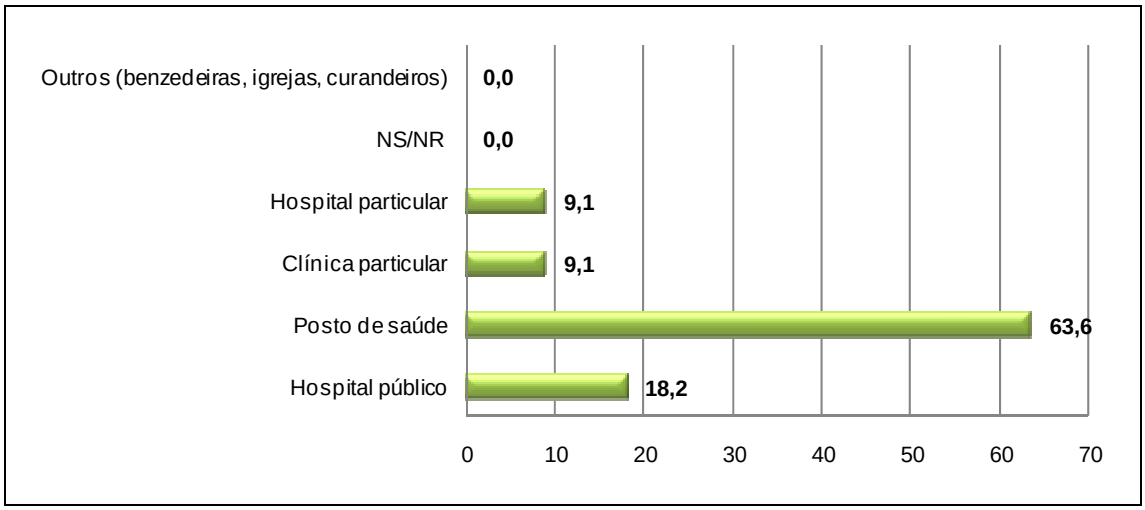


Figura 4.9.4.4-460: Serviço médico disponível.

As doenças mais comuns no Bairro Camurugi são a gripe, diarréia e a dengue, sendo a mais citada (Figura 4.9.4.4-461). A moradora Maria de Lourdes contou que a filha já contraiu a doença.

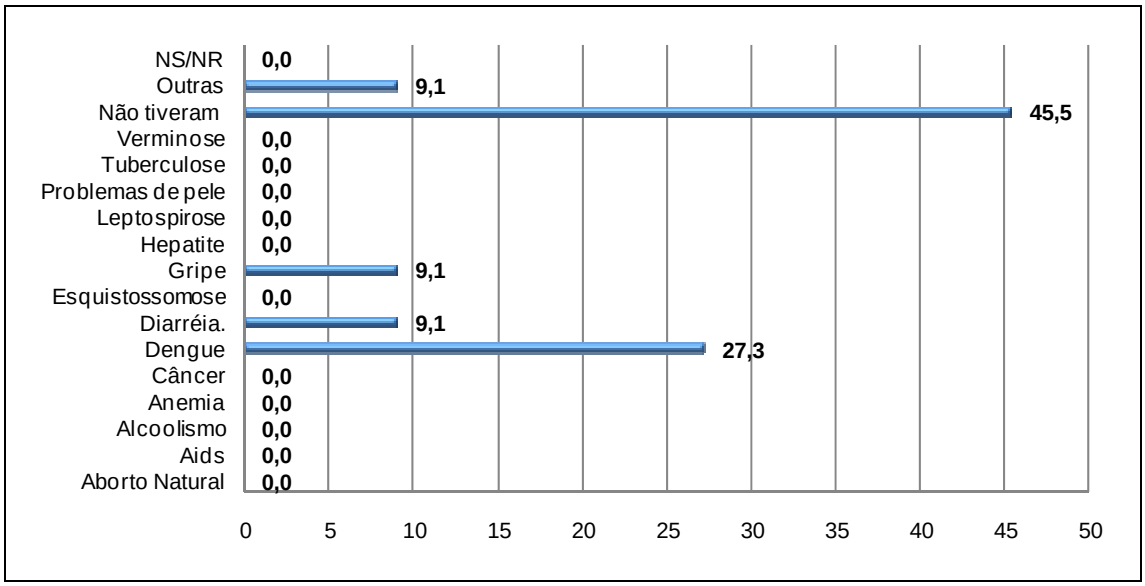


Figura 4.9.4.4-461: Doenças.

Com relação a óbito, não houve nenhum relato (Figura 4.9.4.4-462).

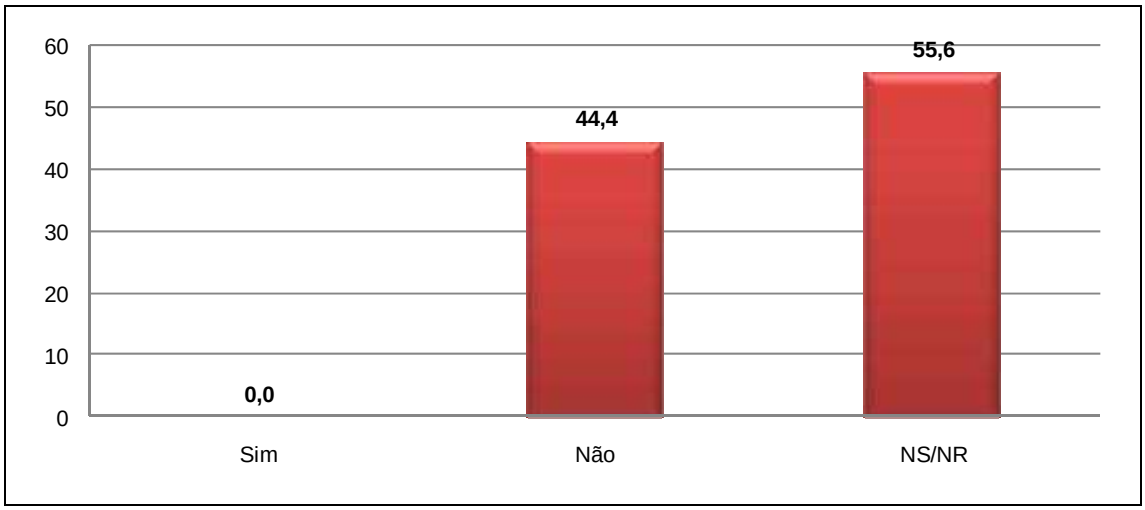


Figura 4.9.4.4-462: Óbitos em função das doenças.

Para 55% dos entrevistados o comércio é regular, pois deixa muito a desejar (Figura 4.9.4.4-463).

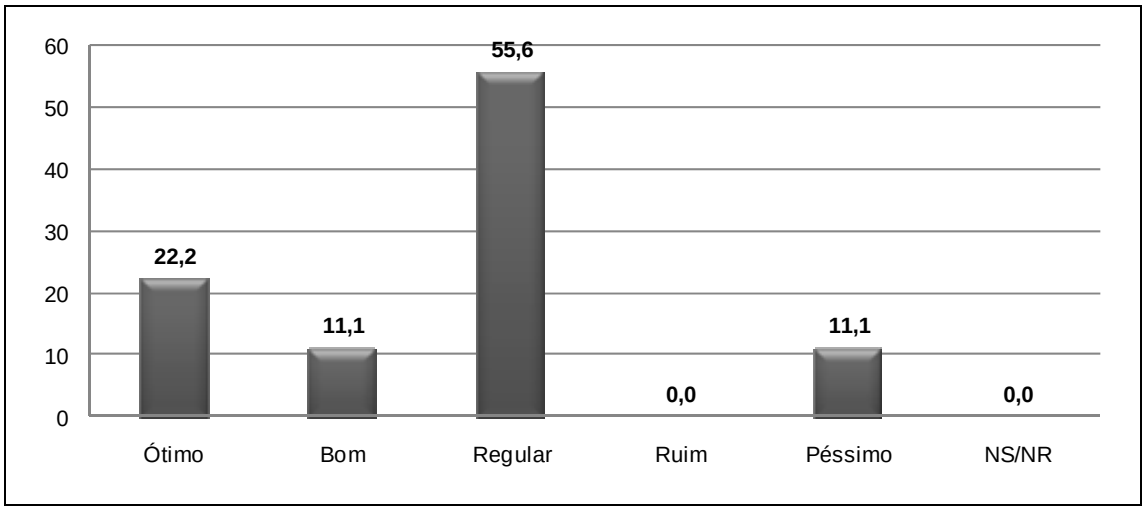


Figura 4.9.4.4-463: Comércio.

Para os moradores falta no bairro supermercado, farmácia, açougue, barbearia, oficina de bicicleta e lanchonete (Figura 4.9.4.4-464). No bairro encontramos um pequeno comércio, uma sorveteria, bares e uma oficina de solda (Figuras 4.9.4.4-465 e 4.9.4.4-466).

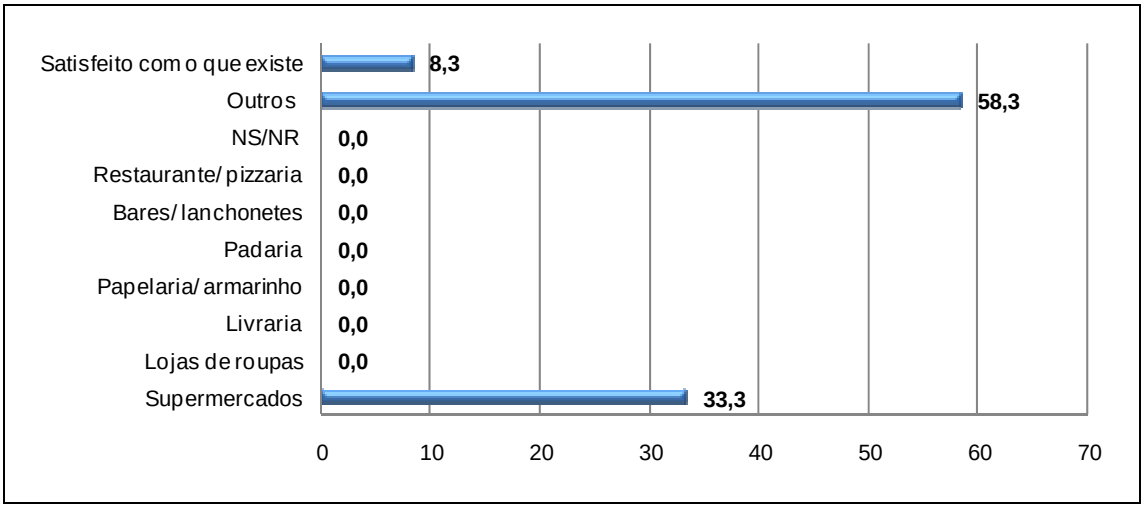


Figura 4.9.4.4-464: Comércio que falta na comunidade.

Figura 4.9.4.4-465: Sorveteria.

Figura 4.9.4.4-466: Bar.

Perguntamos sobre os problemas sociais e de infraestrutura do bairro, foram citados o esgoto e saneamento, falta de escolas, falta de pavimentação, falta de calçamento, falta de pracinhas, falta de unidade de saúde, violência e falta de transporte público (Figura 4.9.4.4-467).

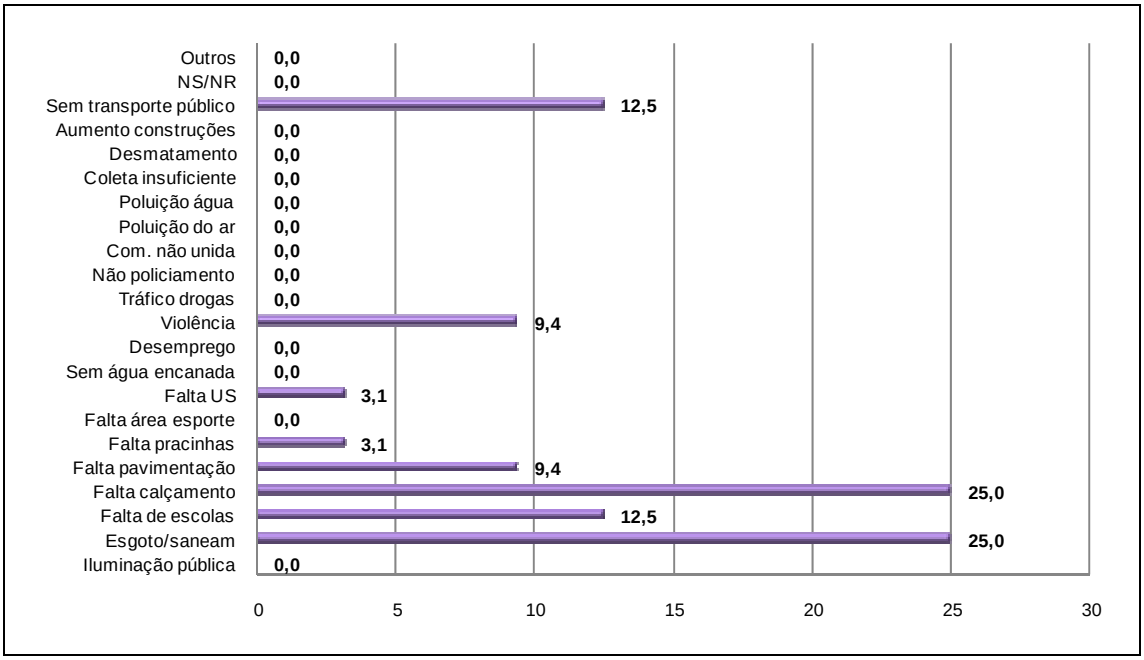


Figura 4.9.4.4-467: Problemas da comunidade.

Como não há rede de esgoto no bairro, para os moradores este é o maior problema da comunidade. Apenas a rua principal é asfaltada, mas as ruas que ficam no entorno da RDS não possuem asfaltamento, gerando grandes problemas em épocas de chuva.

Não existem pracinhas no bairro para as crianças brincarem, embora o bairro possua uma escola, suas condições são precárias, está toda rachada podendo gerar problemas no futuro, nos informou Leonardo Barbosa.

A Unidade de Saúde do bairro também foi bastante criticada pelos moradores, como já foi falado anteriormente, há falta de médicos e o descaso com a população é constante.

O transporte público também foi muito comentado pelos moradores. Existe transporte público, mas os ônibus demoram muito a passar.

Com relação à violência, segundo informações dos moradores falta policiamento no bairro.

Figura 4.9.4.4-468: Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Maria Veloso Calmon.

Somente três dos entrevistados participam de algum grupo comunitário e todos os três nos informaram participar da Igreja Evangélica do bairro (Figura 4.9.4.4-469).

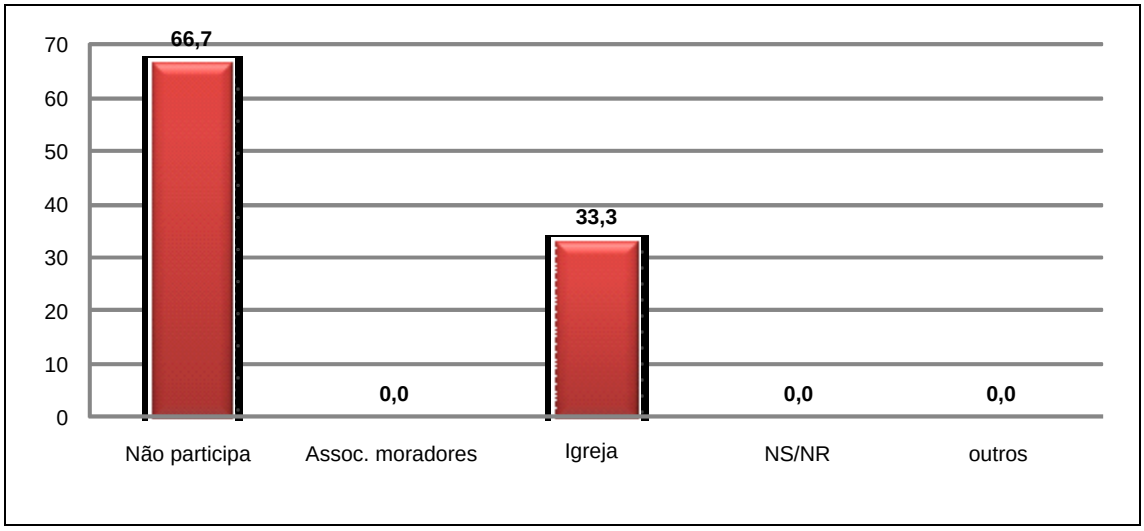


Figura 4.9.4.4-469: Grupo que freqüenta.

Nenhum dos entrevistados desenvolve atividades esportivas (Figura 4.9.4.4-470) e nem participam de atividades ou programas culturais, isso não existe no bairro (Figura 4.9.4.4-471).

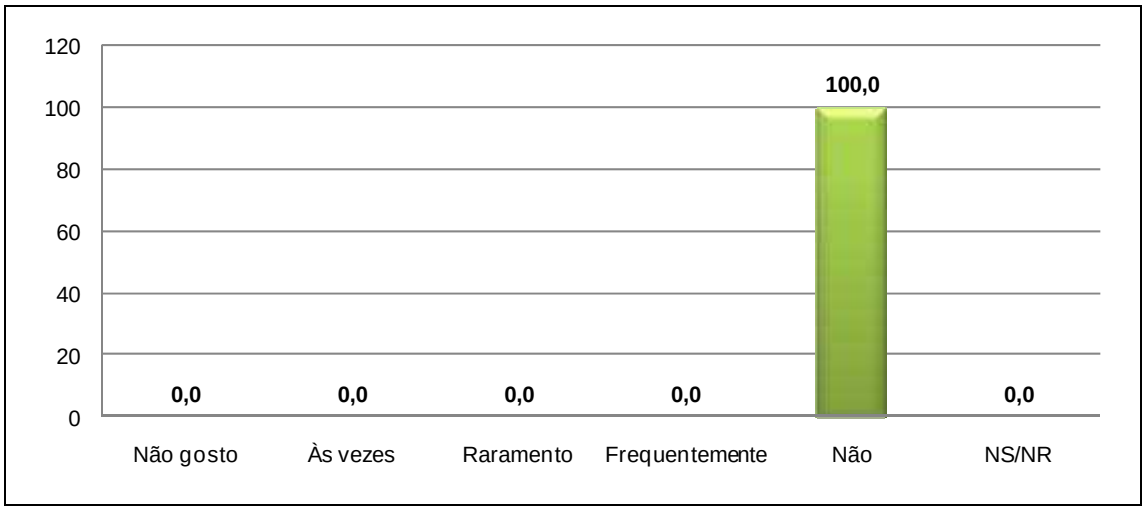


Figura 4.9.4.4-470: Desenvolve atividade esportiva?

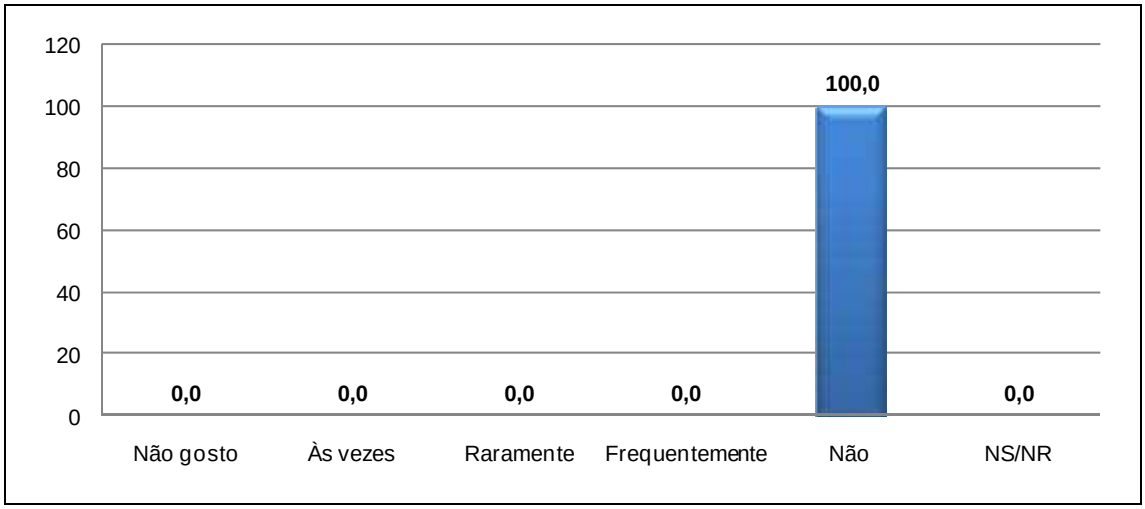


Figura 4.9.4.4-471: Participa de atividade ou programa cultural?

Os moradores Maria de Lourdes (costureira) e Leonardo Barbosa não possuem interesse em participar de cursos de geração de renda, perguntados qual o motivo observou-se certo descrédito com todo e qualquer tipo de benefício para a comunidade. A Figura 4.9.4.4-472 a seguir apresenta os cursos mais citados pelos entrevistados.

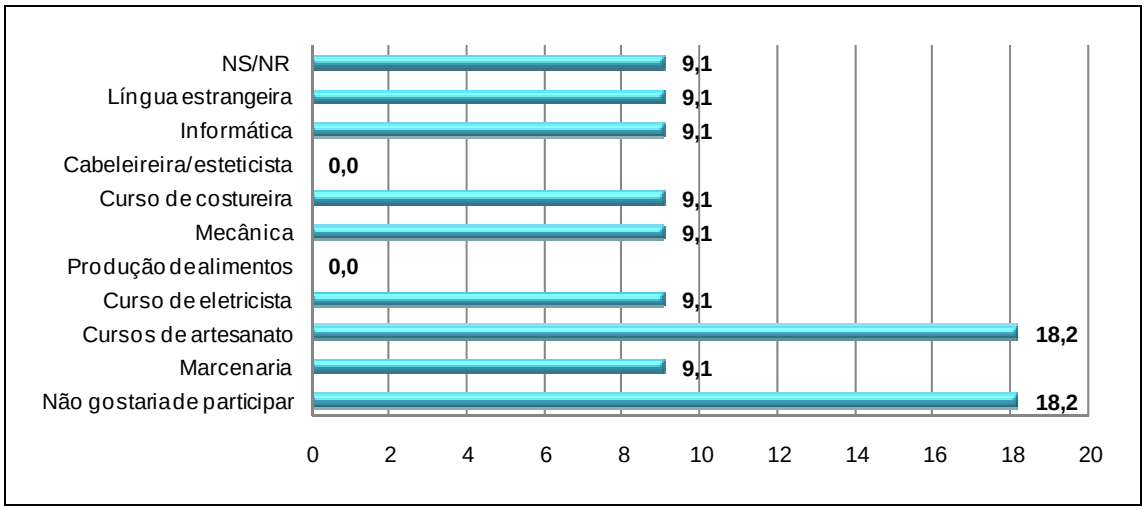


Figura 4.9.4.4-472: Interesse por curso geração de renda?

Perguntamos como os moradores se relacionam com o meio ambiente e 88,9% respondeu que faz a sua parte (Figura 4.9.4.4-473). Vários problemas ambientais foram citados pelos moradores entrevistados. De acordo com o relato da Doralice Marques, a realidade do que está acontecendo hoje é a grande quantidade de lixo que esta sendo jogado no mangue e em alguns casos estão aterrando o mangue para fazer plantações.

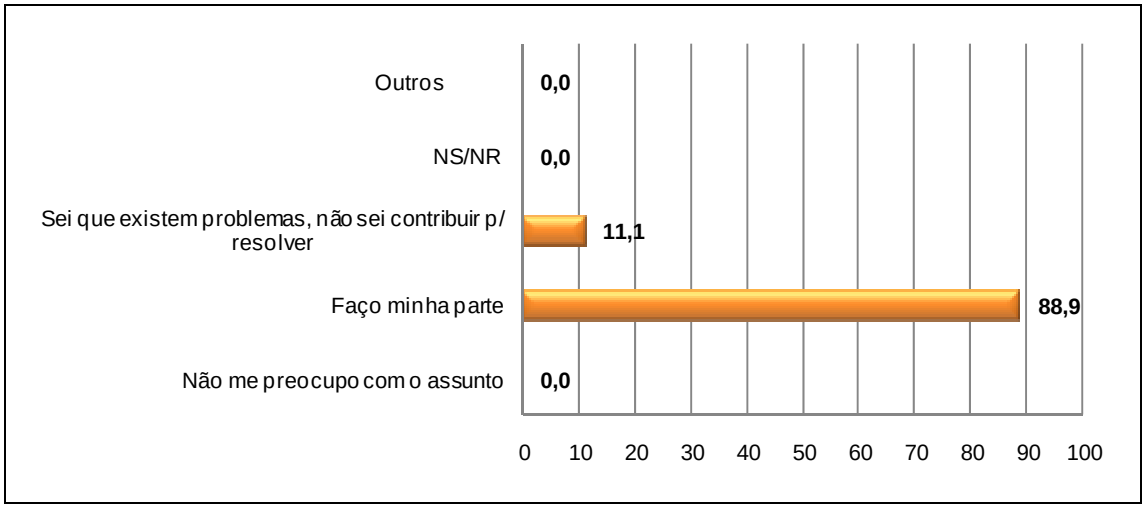


Figura 4.9.4.4-473: Como se relaciona com o meio ambiente?

Já para Leonardo Barbosa, os principais problemas ambientais são: Esgoto no mangue e lixo. *"As autoridades deveriam fazer algo para conscientizar a população"*, diz (Figura 4.9.4.4-474).

Figura 4.9.4.4-474: Animal morto encontrado as margens do mangue. (Foto: E. Valpassos)

Conversamos com os entrevistados sobre a RDS Concha D'Ostra, e 60% não tinham conhecimento que o manguezal no entorno de suas casas é uma reserva ambiental criada por lei (Figura 4.9.4.4-475). Somente os moradores Leonardo Barbosa, João de Andrade e Ilza Coelho informaram terem conhecimento da existência da RDS. Leonardo informou ter ficado sabendo por meio da Marinha, que foi até o bairro para proibir as pessoas de aterrarem mangue e construírem mais casas.

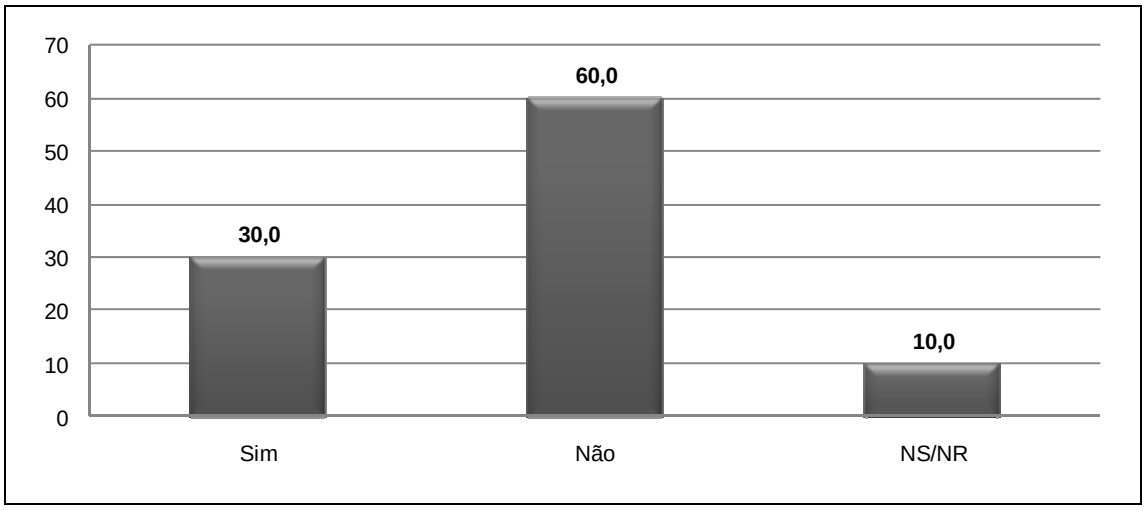


Figura 4.9.4.4-475: Conhece reserva ou área protegida?

Dos entrevistados, quatro responderam não conhecer as regras para viver e morar em uma RDS (Figura 4.9.4.4-476), correspondendo 44,4%, e apenas 30% disse estar disposto a continuar vivendo na área, respeitando as regras (Figura 4.9.4.4-477).

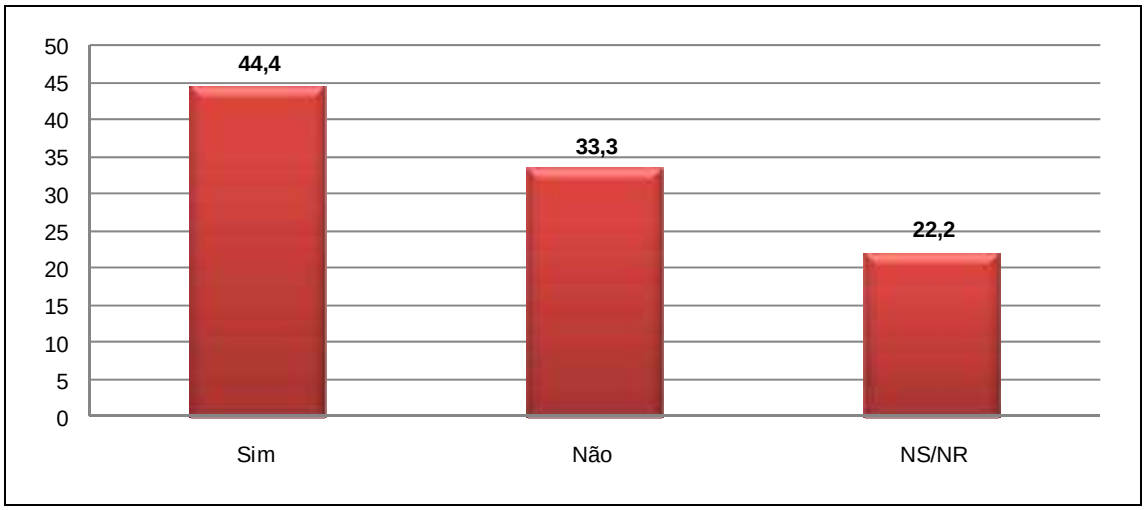


Figura 4.9.4.4-476: Conhece regras para viver na RDS?

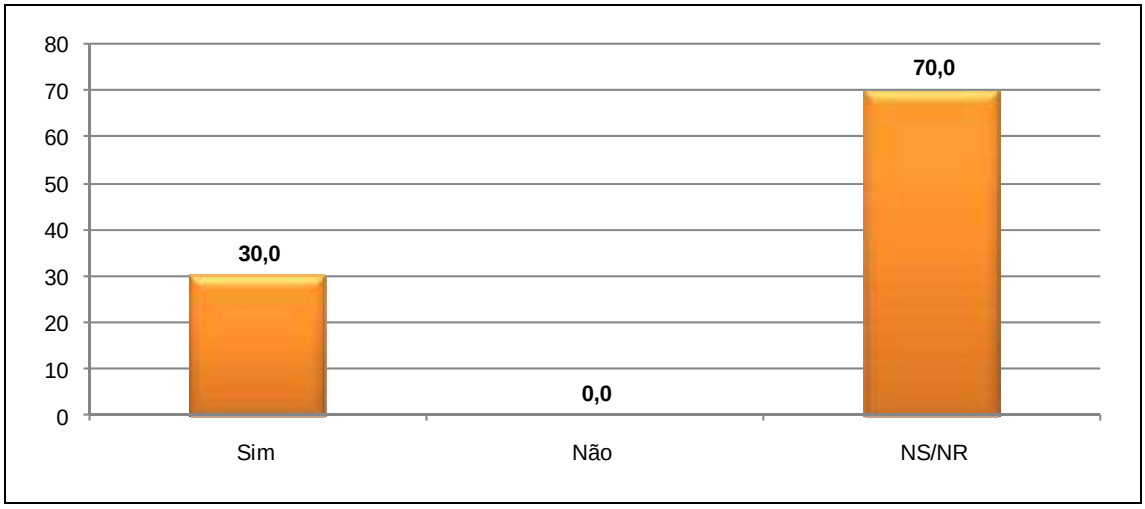


Figura 4.9.4.4-477: Disposto a viver respeitando as regras?

O fotógrafo, Carlos Jesus, nos informou ser pescador e necessita da Reserva para sustento da família (Figura 4.9.4.4-478). Porém Leonardo Barbosa, por falta de informação, nos relatou que na época da andada aproveita para catar caranguejo. Nota-se a falta de informação que no período da andada é proibido à cata de caranguejo.

O morador Robson Cesário disse que: *antigamente era normal ver os caranguejos na época da andada pelo bairro, hoje é algo muito difícil de ver.*

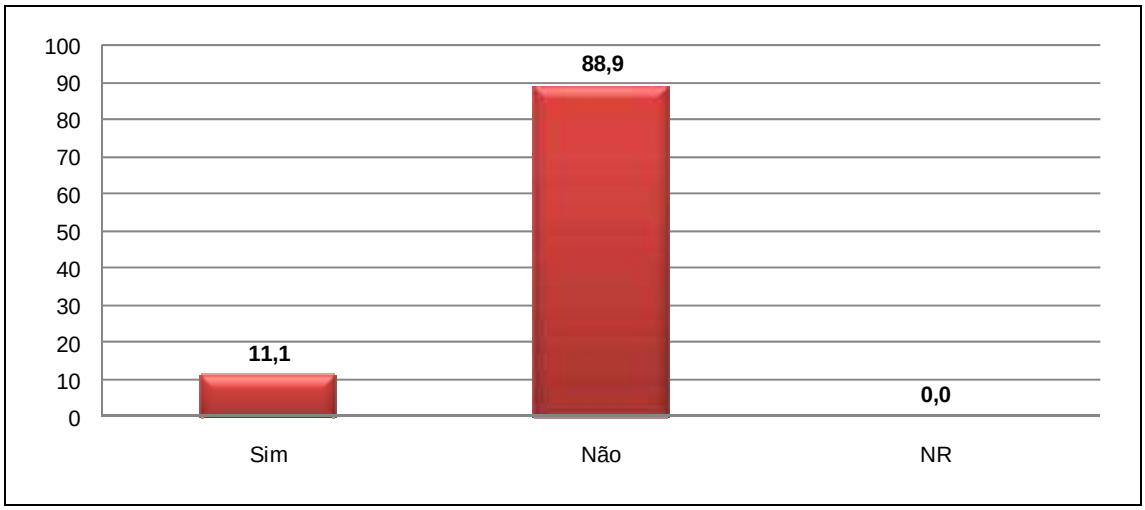


Figura 4.9.4.4-478: Necessita da reserva para sustento?

Dos entrevistados, 40% conhecem alguém que utiliza a Reserva para sustento da família (Figura 4.9.4.4-479). Segundo Leonardo Barbosa, em Camurugi não tem, pois o lado do mangue no entorno do bairro está muito sujo, mas em outros bairros muitas famílias vivem somente da pesca. Perguntamos também se eles conheciam alguma Associação de pescadores/marisqueiros ou catadores de caranguejo na região e 66,7% afirmaram não conhecer (Figura 4.9.4.4-480).

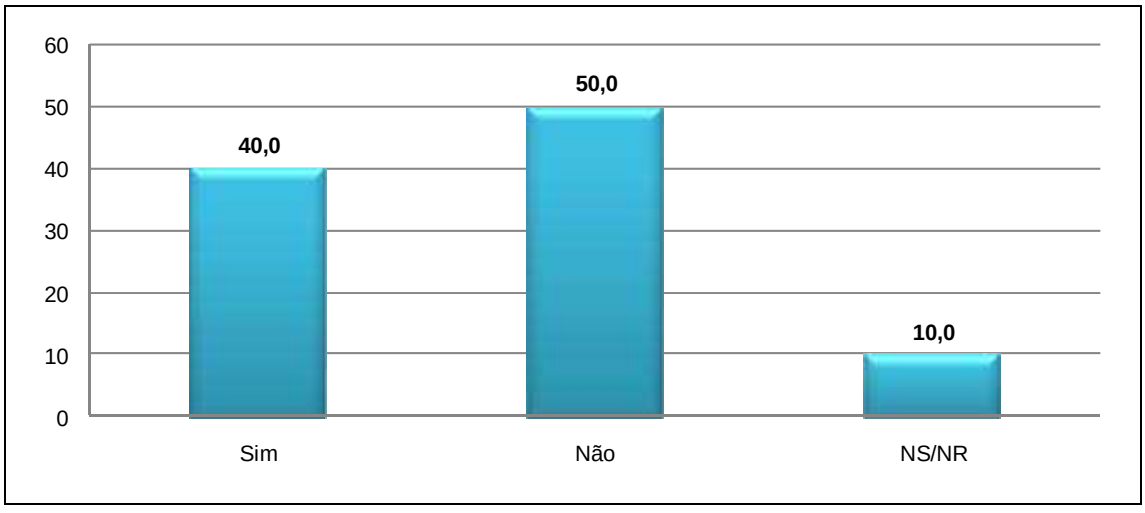


Figura 4.9.4.4-479: Conhece alguém que utiliza a RDS para sustento?

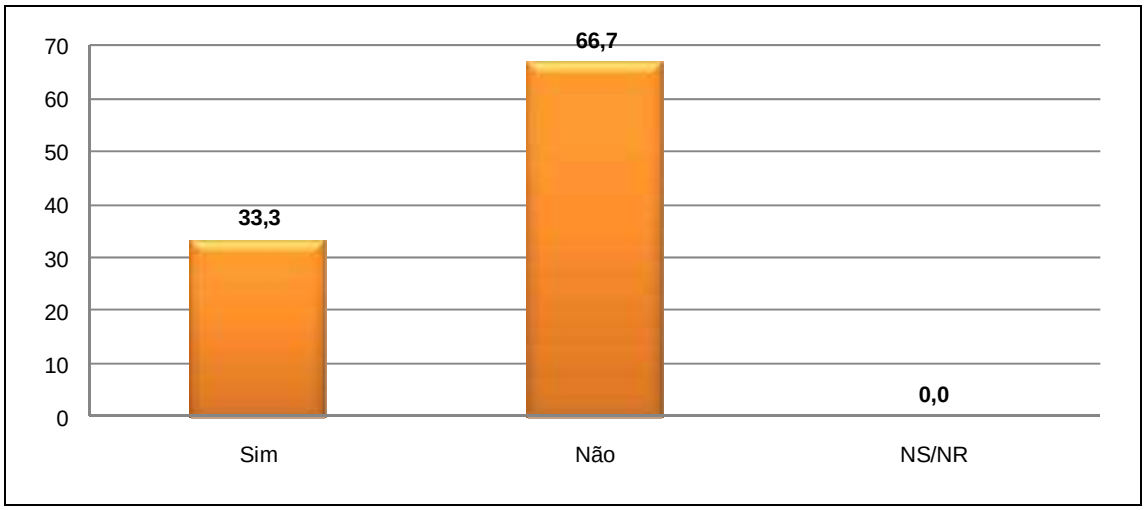


Figura 4.9.4.4-480: Conhece associações de marisqueiros/pescadores?

Nenhum dos entrevistados participou da criação da RDS Concha D'Ostra (Figura 4.9.4.4-481).

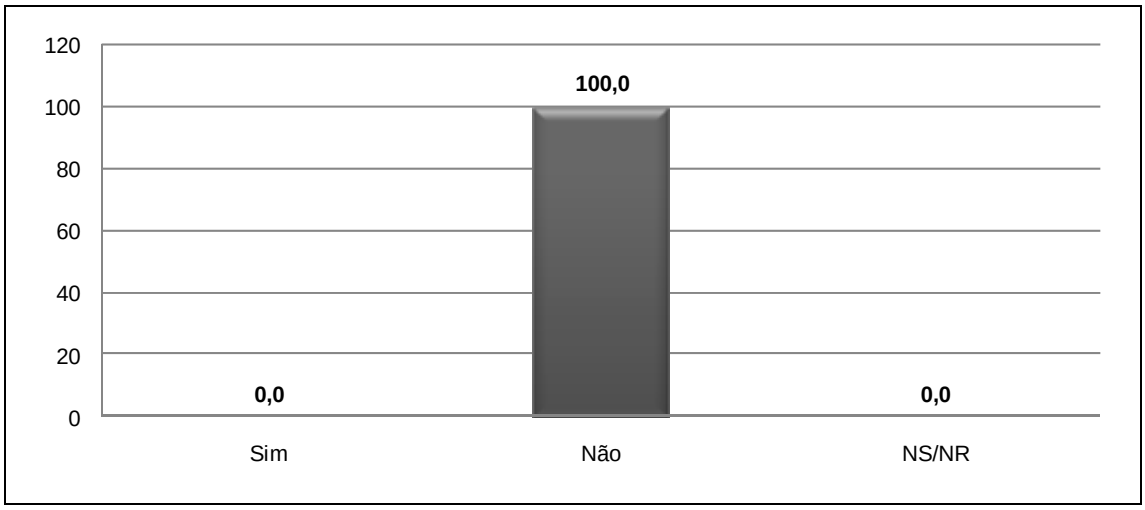


Figura 4.9.4.4-481: Participou da criação da RDS?

Questionamos aos moradores se eles conheciam algum programa ou projeto desenvolvido na região que envolvesse a Reserva (Figura 4.9.4.4-482) e apenas a Sra. Ilza Coelho nos informou a respeito de um trabalho feito pela Igreja Católica do bairro para não jogar lixo no mangue e reciclar.

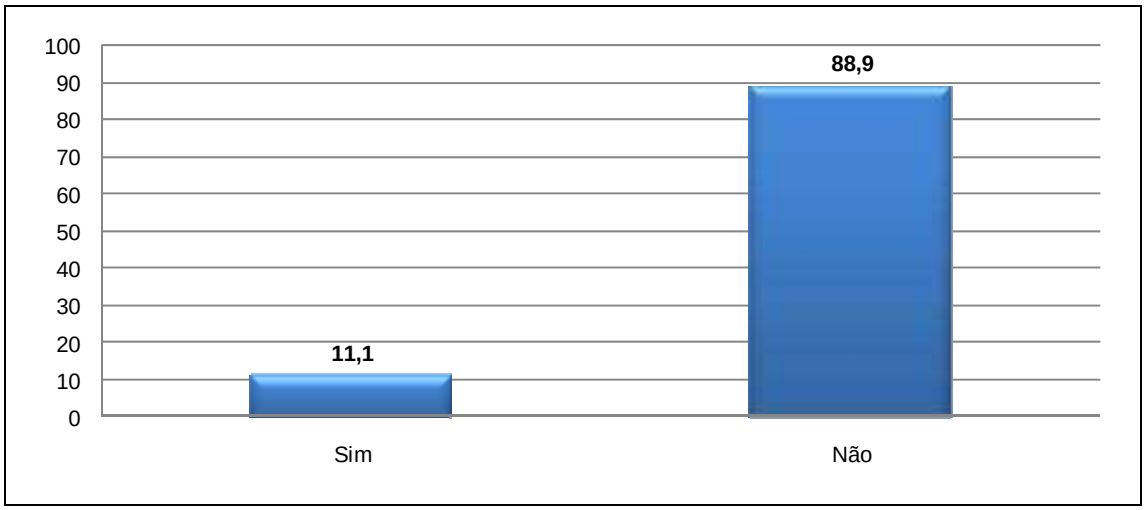


Figura 4.9.4.4-482: Conhece programas ou projetos na RDS?

Segundo informações dos entrevistados tanto a Igreja Católica quanto a Igreja Evangélica do bairro promovem festas religiosas, mas os moradores não souberem informar os nomes (Figura 4.9.4.4-483).

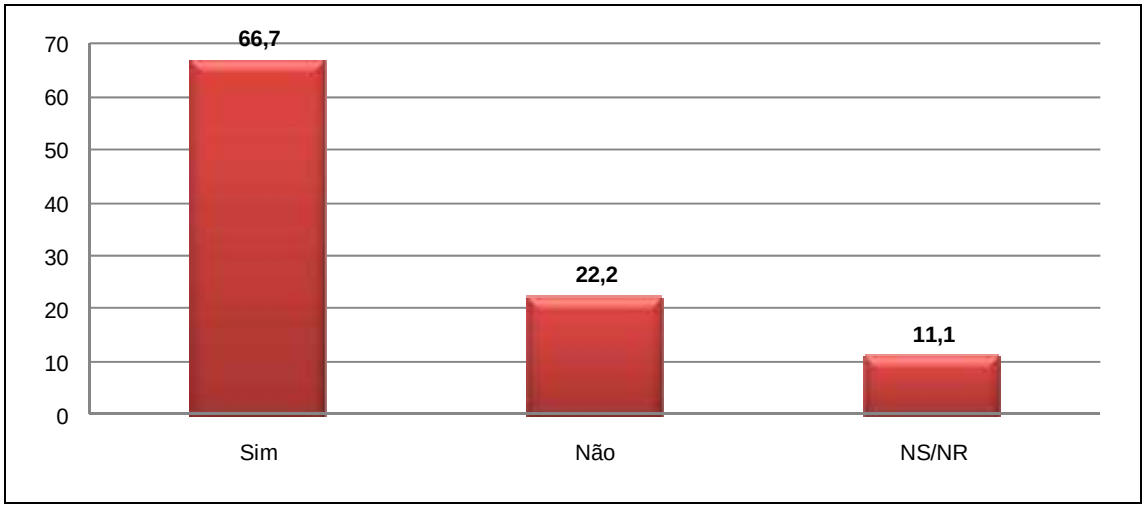


Figura 4.9.4.4-483: Conhece festas e manifestações culturais?

Dos entrevistados 90% consideram a RDS entre importante e muito importante para comunidade (Figura 4.9.4.4-484). Perguntado para o João de Andrade o que ele pensa da RDS, ele respondeu: *"O manguezal faz parte do meio ambiente e devemos preservar".*

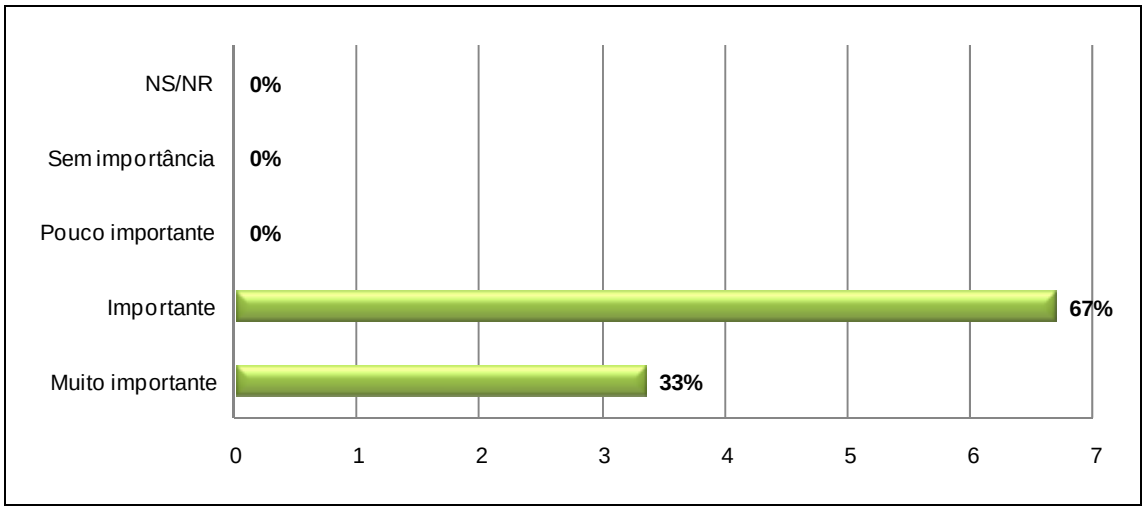


Figura 4.9.4.4-484: O que a RDS é para a comunidade?

Dos entrevistados, seis não estão satisfeitos com a atual situação do manguezal. Para Carlos Jesus, o manguezal está acabando devido à invasão e poluição.

O caseiro Antônio Paulo nos informou que não conhece direito sobre o mangue, porém a parte do manguezal que fica na propriedade onde ele reside e toma conta está sempre limpa e preservada.

Mesmo sendo um bairro um bairro extenso, poucas ruas e casas ficam no entorno da RDS. O bairro tem um pequeno comércio, uma escola, igrejas evangélicas e uma igreja católica. A rua que dá acesso a comunidade, corta o manguezal e é toda asfaltada (Figura 4.9.4.4-485). Na entrada do bairro se localiza a AABB (Associação do Banco do Brasil). Mas a mesma não está dentro dos limites da reserva (Figura 4.9.4.4-486).

Figura 4.9.4.4-485: Rua de acesso ao Bairro Camurugi que corta o manguezal.

Figura 4.9.4.4-486: AABB, localizada na entrada do Bairro Camurugi.

Os grandes problemas, informados pelos entrevistados com relação à RDS, são com a invasão e o lixo. Durante o trabalho de campo uma moradora nos expôs que já encontrou sofás, geladeira, pneu e muito lixo doméstico no manguezal. Ela também nos disse que há moradores que estão aterrando o mangue para aumentar suas casas e que ela já havia tentado falar com autoridades municipais, mas tem sido feito.

Observamos que os moradores não utilizam o mangue para o seu sustento, talvez seja por isso que a população não se preocupa com a questão ambiental e a RDS localizada na comunidade.

A comunidade tem uma Associação de Moradores, a maior parte dos moradores não conhece o Presidente da Associação e não participa das reuniões.

- ***Conclusão - Camurugi***

No bairro, encontramos algumas chácaras de veraneio onde localizamos somente os caseiros. Entramos em algumas chácaras da comunidade e observamos que os proprietários cuidam da área do manguezal localizado dentro de suas residências.

Os moradores afirmaram saber da importância da Reserva para a comunidade, mas falta comprometimento na preservação do Meio Ambiente. Acreditamos que falta fiscalização e também de um trabalho de Educação Ambiental por parte dos órgãos responsáveis possa explicar a situação verificada

Durante a realização das entrevistas todos os moradores queriam participar e entender o que seria uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável e o motivo do nosso trabalho na região.

O bairro tem uma Associação de Moradores, mas ninguém participa. Não conseguimos identificar se era um problema da comunidade por falta de comprometimento ou se a associação existe, mas não faz realmente o seu papel como Associação de Moradores.

4.9.5. Mapa de Uso e Ocupação do Solo

4.9.5.1. Caracterização Geral

O processo de mapeamento do uso e ocupação do solo, com metodologia proposta para o presente trabalho, envolveu basicamente três atividades principais: segmentação dos alvos naturais identificados no ortofotomosaico, reconhecimento dos alvos em campo e classificação em escritório dos alvos identificados.

Após a conclusão da atividade de segmentação do limite da RDS e entorno imediato de 100 m, pode-se apresentar na Figura 4.9.5.1-1 a seguir, correspondente a carta imagem da área.

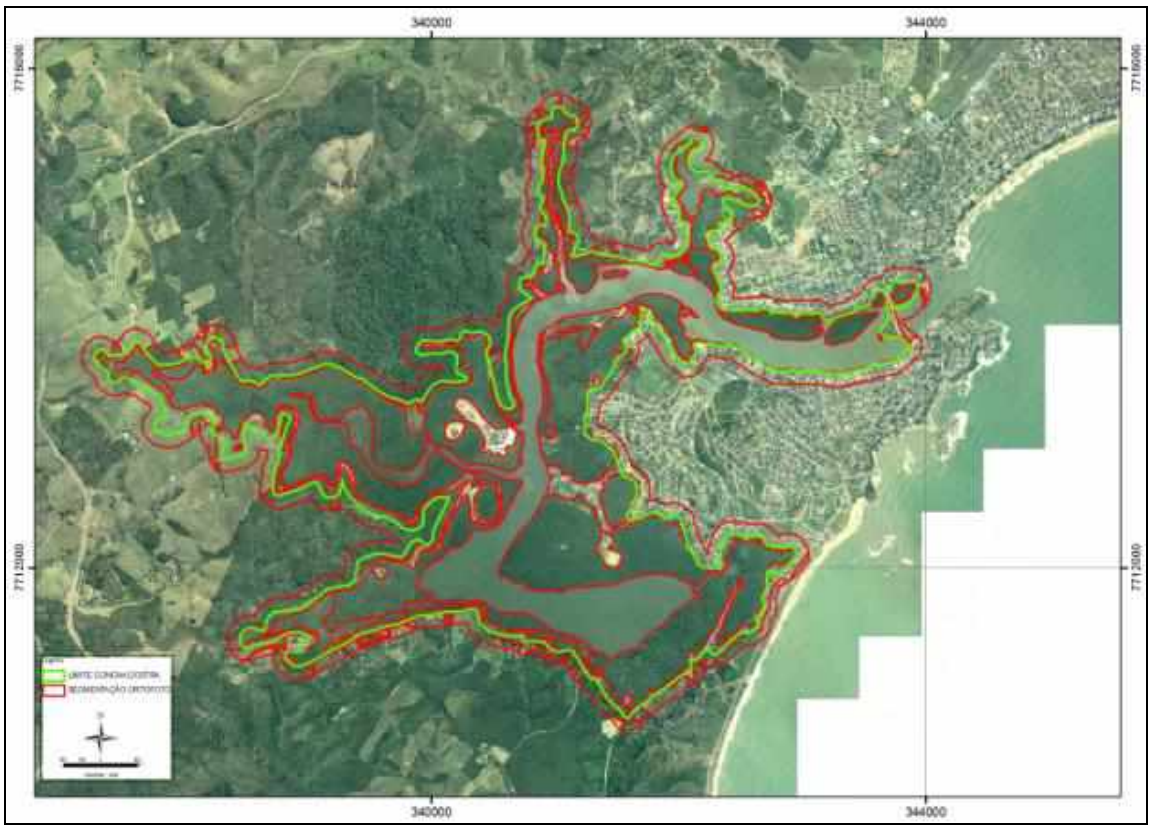


Figura 4.9.5.1-1: Mapa com segmentação da UC e do entorno de 100m.

Com a realização das campanhas de campo, foi possível classificar os alvos espaciais identificados e segmentados na ortofoto utilizando o SIG, com base no referencial teórico do IBGE (2006). O resultado deste desenvolvimento pode ser observado na Figura 4.9.5.1-2 a seguir, o Mapa de Uso e Ocupação do Solo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra.

337000 338000 339000 340000 341000 342000 343000 344000

7716000 7715000 7714000 7713000 7712000 7711000 7710000

CAMURUGI

ITAPEBUSSU

PRAINHA DE OLARIA

OLARIA

COROADO

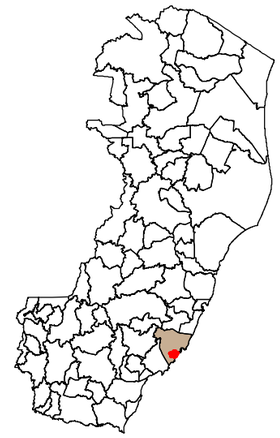
CONCHA D'OSTRAS

KUBITSCHECK

PRAIA DO RIACHO

BICO DO URUBU

LAMEIRÃO



Legenda:

Uso do Solo

- Corpos d'água continentais
- Corpos d'água costeiros
- Apicum
- Manguezal
- Vegetação Natural (Estágios: Inicial, Médio e Avançado)
- Culturas Agrícolas
- Aquicultura
- Pastagem
- Solo Exposto
- Área Urbanizada

* A= 953,5 ha / P= 39.490 m

N

Projeção: Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal: WGS-84.
Zona: 24S

MAKOTO AMBIENTAL

iema

Projeto: Diagnóstico Socioambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Concha D´Ostra

Título: Mapa de Uso e Ocupação da RDS Conha D'Ostra.

Local: ES

Resp. Técn.Cart.: Diogo Poloni
Geóg. CREA/ES-014129/D

Data: Jan/12

Escala: 1:25.000 (250 125 0 250 m)

Fonte: Apoio de campo, IBGE; IEMA.

Após a obtenção do resultado anterior foi possível, por meio do geoprocessamento, quantificar e categorizar as áreas classificadas, para auxiliar assim, na interpretação e análise dos processos de ocupação e utilização do espaço dentro dos limites atuais da RDS e nos 100 m do seu entorno. Os resultados dessa análise são apresentados na Tabela 4.9.5.1-1 e na Figura 4.9.5.1-3, a seguir.

Tabela 4.9.5.1-1: Uso do solo da RDS e no seu entorno (100 m).

Caracterização de Uso	Uso do Solo	Área ha	Área %	Entorno	Área %
Áreas Antrópicas Agrícolas	Aqüicultura	0,22	0,02	-	-
	Culturas Agrícolas	5,67	0,59	21,47	5,87
	Pastagem	36,44	3,82	92,3	25,26
Áreas Antrópicas Não Agrícolas	Solo Exposto	5,51	0,58	1,66	0,45
	Área Urbanizada	39,77	4,17	119,49	32,69
Água	Corpos d'água continentais	11,20	1,17	4,24	1,16
	Corpos d'água costeiros	236,36	24,79	5,03	1,38
Áreas de Vegetação Natural	Apicum	46,69	4,9	1,2	0,33
	Vegetação Natural (Estágios: Inicial, Médio e Avançado)	137,35	14,41	116,61	31,90
	Manguezal	435,51	45,67	3,49	0,95
Total		***953,50***	***100,00***	***365,48***	***100,00***

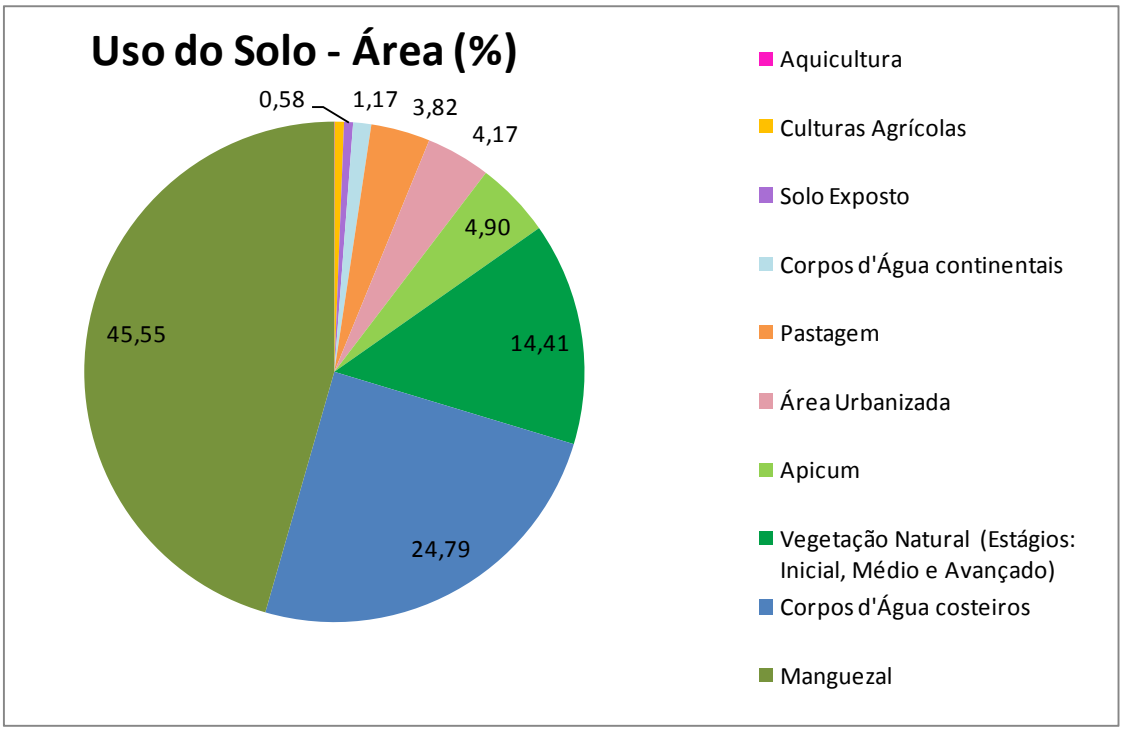


Figura 4.9.5.1-3: Gráfico da distribuição do uso do solo na RDS Concha D'Ostra.

Com base nesses resultados, cabe realizar uma caracterização dos elementos identificados, bem com suas interrelações e processo de ocorrência. Portanto as classes de mapeamento identificadas são:

❖ *ÁGUAS*

Esta classe de uso está representada na área de estudo, principalmente pelos corpos d'água costeiros, representado pela Baía de Guarapari (toponímia da carta topográfica do IBGE) com uma área aproximada de 236 ha da área interna da RDS (24,79%). Apesar do nome baía, esse ambiente possui um comportamento hidrodinâmico e físico-químico mais próximo de ambiente de estuário, com contribuições de águas doces (contribuições fluviais) e salinas, resultando em águas salobras, como as descargas fluviais no ambiente são de pouca vazão, o predomínio é de massa d'água salina. Logo, o padrão de escoamento da água na Baía de Guarapari, é predominado pelo efeito da onda de maré, com entrada da cunha salina na maré enchente, e saída na maré vazante (Figuras 4.9.5.1-4 e 4.9.5.1-5).

Figura 4.9.5.1-4: Ponte sobre a Baía de Guarapari, trecho inicial da baía.

Figura 4.9.5.1-5: Aspecto da baía no sentido sul.

❖ *MANGUEZAL*

Devido à formação geológica do ambiente em estudo, as áreas de estuário, entre os trópicos, são propícias (ambiente abrigado e presença de salinidade e temperatura favorável) à formação dos ecossistemas Manguezais, que corresponde a 45,67% da área interna da RDS (Figura 4.9.5.1-6) e quando somado com o Apicum[1], incluídas nesse ecossistema, perfazem 50,57%.

[1] O apicum corresponde às áreas de transição do manguezal para a vegetação existente em seu entorno.

Figura 4.9.5.1-6: Aspecto do manguezal na Baía de Guarapari em Itapebussu e em Concha D'Ostra.

❖ *APICUM*

O Apicum que em alguns pontos é encontrado desprovido de vegetação arbóreo-arbustiva e com poucas herbáceas (Figura 4.9.5.1-7) é por vezes ocupado como campo de várzea na Praia de Olaria (Figura 4.9.5.1-8) podendo ser confundido como solo exposto.

Figura 4.9.5.1-7: Área de Apicum na região da Concha D'Ostra.
(Foto: E. Valpassos)

Figura 4.9.5.1-8: Área de Apicum usado como campo de várzea na Praia de Olaria.
(Foto: E. Valpassos)

❖ *ÁREAS DE VEGETAÇÃO NATURAL*

Como Áreas de Vegetação Natural foram incluídas diferentes expressões da vegetação observada dentro da RDS e em seu entorno, conforme descrição a seguir:

- Vegetação de Transição

A formação "barreiras" em contato direto áreas de influencia flúvio-marinhas típicas do quaternário formam neste caso, um contato não muito freqüente, através das áreas onde ocorrem pequenos córregos que propiciam a formação de pequenas planícies com constituição silte-arenosa decorrente do desgaste da formação barreiras adjacente, neste estudo identificado como sendo Vegetação de Transição, segundo o inciso VII do artigo 2º da Resolução do CONAMA Nº 417, de 23 de novembro de 2009 a Vegetação de Transição é assim definida:

> *"Transição entre Vegetação de Restinga e outras Tipologias Vegetacionais: vegetação que ocorre ainda sobre os depósitos arenosos costeiros recentes, geralmente em substratos mais secos, sendo possível ocorrer sedimentos com granulometria variada, podendo estar em contato e apresentar grande similaridade com a tipologia vegetal adjacente, porém com padrão de regeneração diferente".*

Esse tipo de vegetação é observado sobre sedimento arenoso formado a partir do carreamento das partículas decorrente dos processos erosivos. Através dos cursos hídricos e como entra em contato com a cunha salina, é fácil observar a presença de espécies típicas da vegetação de restinga como a Aroeira (*Schinus terebinthifolius*) (Figuras 4.9.5.1-9 e 4.9.5.1-10).

Figura 4.9.5.1-9: Contexto onde se observa a vegetação de transição, tendo em primeiro plano o mangue junto com área de apicum e ao fundo a Mata de Tabuleiro na Praia de Olaria.

Figura 4.9.5.1-10: Aspecto da vegetação de transição onde se destaca elementos arbóreos típicos da Mata de Tabuleiro sobre o solo arenoso.

- Floresta Ombrófila Densa ou Mata de Tabuleiro

A vegetação arbórea encontrada na RDS e no seu entorno, vem sendo denominada de Mata de Tabuleiro, em particular a localizada entre os bairros Coroado e Bairro Concha D'Ostra. Nessa área se identifica o desenvolvimento de uma vegetação com perfil de Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, mas que também poderá ser melhor enquadrada como Floresta Ombrófila Densa Submontana ou Mata de Encosta, em face ao contato com o Cristalino, presente ao norte da UC, bem de fácil observação em face a presença de afloramentos rochosos, que chegam até o canal (Figuras 4.9.5.1-11 e 4.9.5.1-12). Portanto, o contato entre o Terciário e o Cristalino formam na região uma condição de transição entre as fitofisionomias específicas de cada formação geológica, podendo ter elementos de ambas.

Dessa forma convencionou-se para este estudo a manutenção da denominação de Mata de Tabuleiro, para a vegetação arbórea observada, identificada muitas vezes como *vegetação como perfil de Mata de Tabuleiro*, uma vez que somente estudos mais detalhados permitirão definir com precisão que tipo de vegetação está presente na RDS e no seu entorno.

Figura 4.9.5.1-11: Presença do manguezal e a "Mata de Tabuleiro" ao fundo.

Figura 4.9.5.1-12: Floresta Ombrófila Densa em meio aos matacões, em contato direto com o canal de Guarapari. (Foto: E. Valpassos).

Outras situações atípicas foram observadas como a presença de algumas espécies de manguezal sobre solo argiloso Figura 4.9.5.1-13 e também as encontradas nas formações de restinga, a exemplo da aroeira – *Schinus terebinthifolius* como observada na Figura 4.9.5.1-14.

Figura 4.9.5.1-13: Presença do manguezal, no centro abaixo e a direita e a Mata de Encosta a esquerda e ao fundo. (Foto: E. Valpassos).

Figura 4.9.5.1-14: Presença de Aroeira (*Schinus terebinthifolius),* presente sobre o solo argiloso típico do Cristalino ao lado do canal, em área desprovida de manguezal. (Foto: E. Valpassos).

Em face às dificuldades metodológicas para a delimitação dos diferentes tipos de vegetação observados e dos seus diferentes estágios sucessionais de regeneração, todas então, foram agrupadas como Vegetação Natural incluindo os estágios: Inicial, Médio e Avançado.

- Áreas Antrópicas Agrícolas

Correspondem a esse grupo os usos do solo para Aqüicultura, Culturas Agrícolas e Pastagens, correspondendo a pouco mais de 4,43% da área total da RDS. Foram consideradas em Culturas Agrícolas: as Culturas Temporárias, sendo áreas onde se observou um uso do solo dinâmico, onde se encontram os sítios, chácaras e etc., as quais se caracterizam geralmente por serem segunda moradia (Figura 4.9.5.1-15) e por isso não são culturas com fins econômicos de geração de renda, mas sim subsistência ou consumo próprio, ou ainda paisagístico. As Culturas Permanentes, foram consideradas aquelas onde as culturas perduram por mais de um ano e podem ser utilizadas com aproveitamento comercial, como é o caso dos coqueirais (Figura 4.9.5.1-16).

Foram consideradas pastagens, toda área com presença de gramíneas (exceto as naturais e áreas dentro da mancha urbana), contudo, não necessariamente com presença de gado de qualquer natureza (Figuras 4.9.5.1-17 e 4.9.5.1-18).

Figura 4.9.5.1-15: Entrada de um sítio no Bairro Camurugi. (Foto: Patrick T. Pereira).

Figura 4.9.5.1-16: Presença de coqueiral ao fundo do manguezal. (Foto: E. Valpassos).

Figura 4.9.5.1-17: Aspecto de pastagens na área de estudo no Bairro Camurugi. (Foto: E. Valpassos).

Figura 4.9.5.1-18: Outra pastagem ao lado do mangue no Bairro Camurugi. (Foto: E. Valpassos).

❖ *ÁREAS ANTRÓPICAS NÃO-AGRÍCOLAS*

A essa classe foram considerado as áreas onde foram identificados como Solo Exposto e Áreas Urbanizadas, e esse conjunto contabiliza 4,75% da área interna da RDS. Apesar de um percentual relativamente pequeno, as Áreas Urbanizadas são as áreas de maior fonte de poluição, degradação e impactos ambientais da UC, com lançamento de esgoto doméstico *in natura*, disposição inadequada de lixo com a queima dos mesmos, dentre outros. A Figura 4.9.5.1-19 mostra aspecto de solo exposto, e a Figura 4.9.5.1-20 a área urbana, na área de estudo.

Figura 4.9.5.1-19: Aspecto solo exposto na área de estudo, em Camurugi. (Foto: E. Valpassos).

Figura 4.9.5.1-20: Presença de casas dentro da Baía de Guarapari, no Bairro Itapebussu. (Foto: E. Valpassos).

Apesar de um percentual da área da RDS, esse uso exerce forte pressão sobre os recursos naturais da RDS, com a exploração de recursos pesqueiros e com desmatamentos, pois a área urbana encontra-se em franca expansão, tanto para o uso turístico (segunda moradia) quanto para invasão de população de baixa renda, geralmente migrantes de outras regiões, atraídos pelo crescimento do setor da construção civil, alavancado pelo turismo do município que é muito forte, um dos principais vetores de crescimento do mesmo.

4.9.5.2. Sítios Arqueológicos

A distribuição dos sítios arqueológicos nas proximidades da área da RDS Concha D'Ostra é basicamente ao redor da chamada Baía de Guarapari, porém alguns sítios arqueológicos estão localizados nos solos terciários do interior.

Os principais sítios arqueológicos relacionados com a área estão plotados no mapa onde se observa os sítios com e sem resgate (Figura 4.9.5.2-1).

Um desses sítios já recebeu tratamento arqueológico de regate e os resultados estão descritos a seguir:

337000 338000 339000 340000 341000 342000 343000 344000

7717000 7716000 7715000 7714000 7713000 7712000 7711000

CAMURUGI

ITAPEBUSSU

PRAINHA DE OLARIA

OLARIA

COROADO

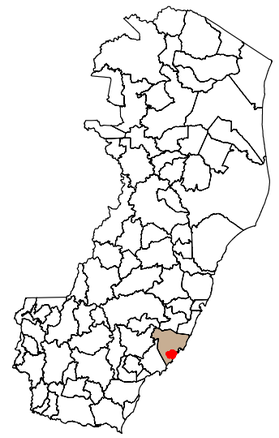
CONCHA D'OSTRAS

KUBITSCHECK

PRAIA DO RIACHO

BICO DO URUBU

LAMEIRÃO



Legenda:

- SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS
- LIMITE RDS CONCHA DOSTRA

N

Projeção: Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal: WGS-84.
Zona: 24S

MAKOTO AMBIENTAL

iema

Projeto: Diagnóstico Socioambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Concha D´Ostra

Título: Mapa de Localização dos Sítios Arqueológicos da Área da RDS Conha D'Ostra.

Local: ES

Resp. Técn.Cart.: Diogo Poloni
Geóg. CREA/ES-014129/D

Data: Jan/12

Escala: 1:25.000 (250 125 0 250 m)

Fonte: Apoio de campo, IBGE; IEMA.

- **Escavações de Resgate no Sítio Limeira**

O sítio Limeira está localizado em um pequeno terraço arenoso entre o canal norte da baia de Guarapari e solos de terrenos cristalinos. O terraço é de origem holocênica, pois está a 90 cm do nível médio das marés e, parte dele, é atingido pelas águas das marés altas. Em um dos lados existe uma formação de mangue. É um terraço plano com pouca nuances de relevo e as curvas de nível são desprezíveis.

A área que compõem o terraço é de granulação média e fina e, por isso, indica que esses sedimentos são de origem marinha, provavelmente formada nos últimos 3.000 anos pelas flutuações do nível do mar, durante o holoceno e deve ter sido formado em um momento de regressão marinha.

O sítio está localizado (Figuras 4.9.5.2-2 a 4.9.5.2-4) numa poligonal com as seguintes coordenadas: (Datum WGS64).

- 24 K 341357 - 7714560
- 24K 341352 - 7714490
- 24 K 341430 - 7714564
- 24 K 341427 – 7714531

Figura 4.9.5.2-2: Vista do sítio Limeira da parte oeste, a frente da torre a vegetação de mangue. Fonte: Perota, 2010.

Figura 4.9.5.2-3: Vista oeste do sítio Limeira. Fonte: Perota, 2010.

Figura 4.9.5.2-4: Remoção da camada superficial. Fonte: Perota, 2010.

O material malacológico coletado é composto de bivalves e gastrópodes e são refugos de alimentação. Foram identificados os seguintes bivalves: *Arca imbricata, Crassostrea rhizophora, Lucina pectinata, Anomalocardia brasiliana,* os gastrópodes foram: *Cymatium parthenopeum* e *Stramonita haemastoma.*

O sítio tem uma dimensão de 30 x 80 metros (2.400 m^2). Nessa superfície foram constatadas duas áreas de ocupação com dimensões de 10 x 8 metros e 12 x 10 metros (Figuras 4.9.5.2-5 a 4.9.5.2-9). As áreas de ocupação estão a 10 metros da linha das marés medias.

Figura 4.9.5.2-5: Bigornas, bases para lascamento bipolar. Fonte: Perota, 2010.

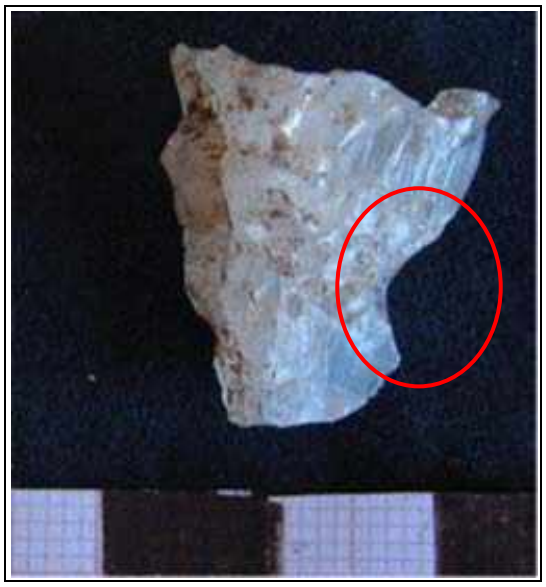


Figura 4.9.5.2-6: Raspadores laterais com escotadura em quartzo leitoso. Fonte: Perota, 2010.

Figura 4.9.5.2-7: Raspadores laterais em quartzo leitoso com lascamentos por pressão. Fonte: Perota, 2010.

Figura 4.9.5.2-8: Perfuradores em lâmina de quartzo hialino. Fonte: Perota, 2010.

Figura 4.9.5.2-9: Bivalvas com sinais de uso como perfurador e raspador lateral.
Fonte: Perota, 2010.

4.9.6. Situação Legal e Fundiária da UC

A localidade de Concha D'Ostra desperta interesse imobiliário desde o início da década de 1970, o decreto municipal 26/1971 identifica a área como "Conjunto Turístico Concha D'Ostra", essa foi a primeira delimitação com objetivo de ocupação na região. O citado decreto foi ratificado pelo decreto 04 de 1983 que indicava a prioridade de ocupação da área.

No entanto o plano de urbanização da área não foi levado à frente, até que Anézio Freire entrou na justiça federal requerendo usucapião de parte da área, através do processo 92.0001763-3, que foi julgado em outubro de 1993 e recebeu sentença positiva, mas não demarcou a área de posse. Esse problema resultou na comercialização indiscriminada da área em questão.

Entretanto, a proteção legal dos ecossistemas marinho-costeiros, teve início no Código Florestal, Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965, que os declara, segundo o Art. 2, como área de preservação permanente – APP. Além disso, aos manguezais também foram regulados pelo Art. 18 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Decreto nº 89.336, de 31 de abril de 1984 e Resolução nº 4 do CONAMA, de 18 de setembro de 1985, que os consideraram como Reservas Ecológicas, devendo por si só impedirem a degradação desse ecossistema, o que não necessariamente aconteceu em muitas áreas com esse enquadramento legal.

A Unidade de Conservação teve sua criação através da Lei 7.658, que foi votada em 04 de dezembro de 2003, sendo o autor do projeto o deputado Sérgio Borges. Segundo a referida lei a Unidade de Conservação teria o total de 1.036,6 ha, com limites definidos através dos anexos 1, 2, 3 e 4 da lei. No entanto, a categoria da UC escolhida como Estação Ecológica, transcrita abaixo, a principio a definia como de proteção integral, mas no final do artigo indica um uso sustentável da área, gerando conseqüentemente uma inconsistência legal.

"Art. 3º A Estação Ecológica Estadual Concha D'Ostra tem como finalidade a preservação e a proteção integral e permanente do ecossistema e dos atributos naturais existentes em seus limites, especialmente das reservas genéticas da flora e da fauna, para fins científicos, educacionais e de sobrevivência das populações tradicionais, através da prática da maricultura sustentável."

Ainda nesta lei não foi encontrado nenhuma referência quanto à ocupação da UC ou algum indicativo de desapropriação dos ocupantes, indicava apenas, que a categoria de conservação era de proteção integral, conforme ratificada no artigo transcrito abaixo.

"Art. 5º Fica proibida qualquer forma de exploração, de remoção e de supressão total ou parcial da Estação Ecológica e de sua vegetação."

O IEMA, órgão responsável por sua gestão percebendo a inconsistência entre a categoria escolhida e a realidade local, no ano seguinte criou um grupo de

trabalho formado para reavaliar a categoria de conservação da unidade. Instituída pela Instrução de Serviço Nº 140–S, de 28 de junho de 2004, um grupo de técnicos e lideranças locais (Anexo 4.9.6-1) foram convocados para avaliar a categoria de conservação da unidade e seus limites.

Em 26 de fevereiro de 2007 a Lei nº 8.464 foi promulgada, revogando a Lei nº 7.658/2003. Esta lei reviu a categoria da unidade de conservação e também os critérios para identificação dos limites da área, reduzindo-a para 953,5 hectares, correspondendo a um decréscimo de 83 ha em relação à área anterior.

Essa nova lei imprime uma informação importante, ela indica em seu primeiro parágrafo do primeiro artigo a ocupação tradicional do local, transcrito abaixo.

"§ 1º A Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra é uma área natural utilizada por pescadores artesanais, marisqueiros e catadores de caranguejo residentes na localidade."

No penúltimo artigo a Lei estabelece uma atividade que não foi executada e que incide sobre a forma de ocupação do local, que é o cadastramento das populações residentes na unidade de conservação.

"Art. 8º As populações descritas no artigo 1º desta Lei serão identificadas, qualificadas e cadastradas pelo órgão responsável pela administração da reserva, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da regulamentação da mesma."

No §2º, Art. 20, da Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000 observa-se a indicação de como deve ser tratada a questão fundiária na unidade de conservação da categoria RDS como transcrito abaixo:

"§2º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei."

Esta categoria tem como premissa a proteção da natureza, bem como na manutenção da diversidade biológica, mas segundo este preceito legal a RDS deveria ser também uma área natural com objetivo de abrigar populações tradicionais, dando a elas condição de viver basicamente de sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais. Tal uso é regido por contrato de concessão de direito real de uso, uma vez que a área da RDS é de domínio público.

4.9.6.1. Enquadramento da RDS Concha D'Ostra nas Disposições Legais Fundiárias

Tomando como base o Art. 20 do SNUC (Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000), uma RDS deve ser uma área de domínio público, situação essa ainda não concretizada de fato, pois o estado desde a sua criação não emitiu nenhum decreto de desapropriação, nem tão pouco demandou a transferência das áreas de domínio da União para o Estado, e nem tão pouco solicitou a realização de um processo discriminatório junto ao Instituto Estadual de Defesa Agropecuária e Florestal, objetivando arrecadar possíveis terras devolutas, aos limites da UC, de acordo com que diz a lei de terras do ES (6.557 de 08 de janeiro 2001) em seu Art. 3º:

"Art. 3º São inalienáveis as terras públicas dominiais incluídas nas seguintes situações: (...)

III – "as devolutas ou arrecadadas pelo Estado por ação discriminatória, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais;"

Mais a frente no art. 4º determina quem deve fazer a discriminação das terras devolutas.

"Art. 4º - O Estado promoverá a apuração das terras devolutas, através do procedimento discriminatório administrativo ou judicial, extremando as de domínio público das de domínio privado.

§1º "Compete ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF promover, em nome do Estado, a discriminação das terras devolutas a fim de descrevê-las, medi-las e extremá-las das do domínio particular."

Destaca-se ainda que nenhuma área na RDS Concha D'Ostra foi identificada e conseqüentemente, desapropriada objetivando uso comum das comunidades, de forma a atender assim o caráter da criação da unidade de Conservação.

A título de identificação das áreas de domínio da União, buscou-se informações junto a Superintendência do Patrimônio da União – SPU, que informou inexistir a referida delimitação, para a Baía de Guarapari, cabendo portanto, conforme entendimentos mantidos junto a esta instituição desenvolver estudos voltados a essa demarcação.

Dessa forma considerando o contido no decreto lei 9.760/46 que dispõe sobre os bens imóveis da União, abaixo, foi realizada uma pesquisa com metodologia e resultado descritos a seguir:

Art. 1º Incluem-se entre os bens imóveis da União:

a) os terrenos de marinha e seus acrescidos;(...)

Art. 2º São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831:

a) “os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés.”

- ***Materiais e métodos***

Foram digitalizadas imagens obtidas junto ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal, na escala de 1:25.000 do início da década de 1970, mais precisamente do mês de março de 1970.

Essas imagens foram georreferenciadas utilizando software de cartografia e imagens do ano de 2007 na escala de 1:15.000.

Após o trabalho de georreferenciamento foi executado o mapeamento de planícies intertidais ocupadas por manguezal e corpos de água na região da Concha D’Ostra.

Os limites das áreas de manguezal e corpos d’água foram definidos como base na Linha de Preamar Média, já que a Linha de Preamar Média (LPM) em sizígia ultrapassa esse limite e segue pelas áreas de Apicum.

Com base nesse limites foram projetados 33 metros em sentido horizontal para as áreas emersas e esse foi definido como sendo as Áreas de Domínio da União.

- ***Resultados***

Foram mapeados 727,90 ha total de LPM, no entanto dentro dos limites da RDS Concha D’Ostra foi encontrado o total de 701,7 ha. Com esse dado foi gerado o limite das áreas de domínio da União somando um total de 864,46 ha Figuras 4.9.6.1-1 e 4.9.6.1-2, sendo que na RDS o total é de 809,27 ha.

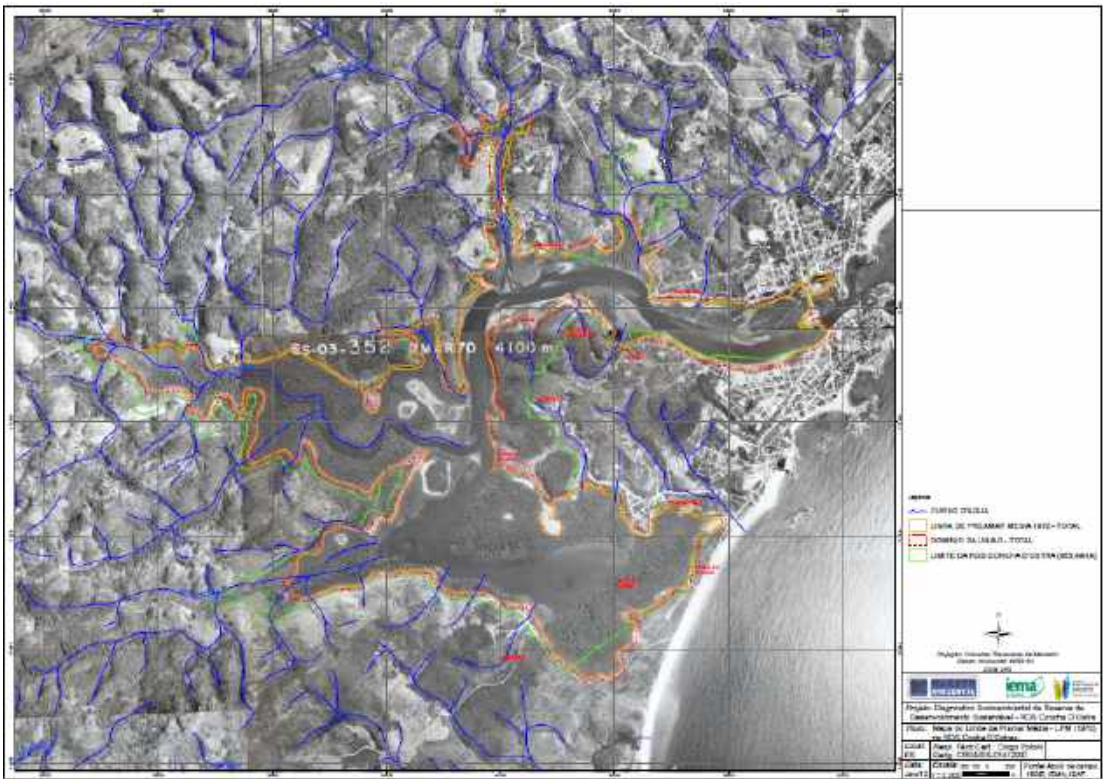


Figura 4.9.6.1-1: Mapa com a Delimitação da Área de Domínio da União.

337000 338000 339000 340000 341000 342000 343000 344000

7716000 7715000 7714000 7713000 7712000 7711000 7710000

CAMBURUCI

ITAPEBUSSU

PRAINHA DE OLARIA

OLARIA

COROADO

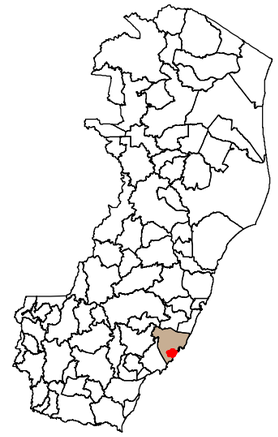
CONCHA D'OSTRAS

KUBITSCHECK

PRAIA DO RIACHO

BICO DO URUBU

LAMEIRÃO



Legenda:

- Linha de Preamar Média (1970) - LPM
- Domínio da União - 33 m da LPM
- Limite Atual RDS: A= 953,5 ha / P= 39.490 m

N

Projeção: Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal: WGS-84.
Zona: 24S

誠 MAKOTO AMBIENTAL

iema

Projeto: Diagnóstico Socioambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Concha D´Ostra

Título: Mapa do Limite da Pramar Média - LPM (1970) na RDS Conha D'Ostra.

Local: ES	*Resp. Técn.Cart.:* Diogo Poloni Geóg. CREA/ES-014129/D	
Data: Jan/12	*Escala:* 1:25.000 (250 125 0 250 m)	*Fonte:* Apoio de campo, IBGE; IEMA.

O que está previsto em Lei é de fundamental importância, pois possibilita a regulamentação de parte das terras contidas na RDS Concha D'Ostra, devendo ser solicitado ao Serviço do Patrimônio da União (S.P.U.) a discriminação dessas terras, principalmente, considerando o que determina o art. 9º da Lei 9.760/46 sobre a competência do S.P.U. para a discriminação dos terrenos de marinha.

Em resumo, de acordo com a legislação vigente, tanto a lei estadual como as federais, a RDS já poderia deter o domínio efetivo das terras públicas.

4.9.6.2. Relatório dos Dados Coletados nos Órgãos Oficiais

Para execução do serviço várias instituições foram acionadas para obtenção dos dados necessários a realização do trabalho, mas em função de limitações burocráticas, alguns dados não foram possíveis de serem obtidos, conforme abaixo explicado.

Instituto Estadual de Meio Ambiente:

Foram cedidas as imagens aéreas georreferenciadas e ortorretificadas na escala de 1:2.000, usadas para construção do mapa base, além dos *shape files* dos limites oficiais da RDS e outros existentes.

Instituto de Defesa Agroflorestal:

Foi entregue uma lista dos imóveis cedidos pelo estado no município de Guarapari (Anexo 4.9.6.2-1), mas os dados não foram úteis, uma vez que quando analisados não puderam ser correlacionados com a base de dados construída, pois não eram georreferenciados. Entretanto, foram analisados enquanto informação analógica, mas não foi possível se obter nenhuma contribuição quanto ao aspecto fundiário da UC.

Superintendência do Patrimônio da União:

Foi executada uma visita com objetivo de conseguir o limite dos terrenos de marinha em Guarapari, mas sem sucesso, pois para obtenção dessa informação foi exigido que somente o IEMA o fizesse através de oficio, e em face do prazo limite para elaboração do mapa base entendeu-se desnecessário esperar a referida informação uma vez que o levantamento dos dados de campo supriu suficientemente a necessidade de identificação da localização das unidades habitacionais em relação ao limite da RDS.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária:

Foi realizada uma visita ao INCRA, mas os dados sobre os ocupantes não puderam ser cedidos por motivos de sigilo, mas informaram que poderiam ser cedidos apenas dados referentes à quantidade de propriedades, não solicitados uma vez que os mesmos não eram georreferenciados e não havia como relacionar com os limites da RDS.

4.9.6.3. Caracterização Analítica dos Imóveis Levantados

Após o desenvolvimento das atividades descritas, os resultados das mesmas foram organizados e apresentados por bairros, visando permitir observar em maior detalhe as características dos mesmos, além da caracterização geral de toda a UC.

❖ ***BAIRRO LAMEIRÃO***

O Bairro Lameirão localiza-se na região sul da RDS, à direita da baía de Guarapari, sendo que, neste local o limite da RDS Concha D'Ostra coincide com uma estrada local como divisa. Foi o bairro pesquisado mais distante da zona urbana de Guarapari, apresentando características rurais. As vias não são pavimentadas (Figuras 4.9.6.3-1 e 4.9.6.3-2), há recolhimento de lixo, possui uma escola, a Escola Municipal de Ensino Fundamental - Ormi Almeida, mas não há posto de saúde no bairro.

Figura 4.9.6.3-1: Via sem pavimentação, e paisagem da ocupação em Lameirão.

Figura 4.9.6.3-2: Manguezal no fundo dos lotes.

As características das ocupações da região são mistas entre urbano e rural, a estrutura do local é organizada em lotes, mas esses são muito extensos, normalmente com sua face na estrada e seu fundo no manguezal, formando chácaras com mais de uma unidade habitacional onde vivem grupos de famílias de um mesmo tronco familiar. Além dessa forma de ocupação incidente na RDS há ocupação rural do outro lado da estrada, com propriedades com pastagens formadas.

Na pesquisa foram identificadas duas quadras e 62 lotes, desse total, nove são lotes vagos e onze não tiveram os proprietário/ocupante encontrados. Quanto ao domínio, todos os proprietários entrevistados informaram não ter escritura do imóvel.

Pode-se observar na Figura 4.9.6.3-3 que a maioria das ocupações ocorre pelos proprietários, mas que existem imóveis cedidos, isso ocorre principalmente por dois motivos: um para proteger o imóvel de possíveis invasores, já que a área é afastada do centro urbano; e por questão de

manutenção do imóvel, sendo que o ocupante na verdade é um caseiro que faz a zeladoria da propriedade. Os imóveis sem dados são decorrentes dos lotes vagos e dos imóveis que os proprietários não foram encontrados e que os informantes (vizinhos) não souberam informar.

Figura 4.9.6.3-3: Situação dos imóveis do Bairro Lameirão.

Pode ser observado na Figura 4.9.6.3-4 a seguir, que dentre os usos imobiliários identificados, a predominância é de uso residencial. Há ainda no bairro uma instituição de ensino, uma associação e uma igreja, além de dois comércios. Totalizam 13 imóveis sem dados, que se referem aos lotes vagos e aos imóveis que os pesquisadores não conseguiram descrever e que os informantes (vizinhos) também não souberam precisar quanto ao uso.

Figura 4.9.6.3-4: Uso do imóvel do Bairro Lameirão.

A Figura 4.9.6.3-5 retrata o estado dos imóveis levantados, e pode-se identificar que a maior parte das construções está finalizada, cabendo ressaltar que há duas ruínas no local, que somadas ao item “sem dados” resulta no total de lotes vagos. Essas duas ruínas são de um galpão que existia no local e uma construção de casa residencial que foi abandonada.

Figura 4.9.6.3-5: Estado do imóvel do Bairro Lameirão.

Quanto à natureza patrimonial dos imóveis levantados, 61 são particulares e um público municipal, que se refere à escola.

A maior parte dos imóveis levantados neste bairro estão ocupados por casas, existem ainda sete lotes vagos, sendo que desses sete, duas são ruínas, que também podem ser caracterizados como lotes vagos, como pode ser observado na Figura 4.9.6.3-6.

Figura 4.9.6.3-6: Tipo de imóvel do Bairro Lameirão.

Como pode ser notada na Figura 4.9.6.3-7, a maior parte dos imóveis tem conservação ruim, incluindo as ruínas, e sete lotes sem nenhuma construção. Apenas 11 casas têm bom estado de conservação o que reflete a carência do local.

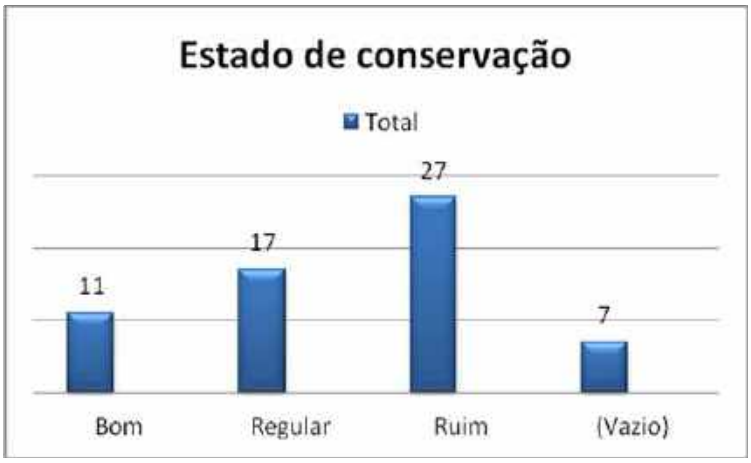


Figura 4.9.6.3-7: Conservação do imóvel do Bairro Lameirão.

De acordo com a Figura 4.9.6.3-8, a área adjacente a RDS pesquisada no Bairro Lameirão, observa-se que a maior parte das construções é de alvenaria, mas se destaca uma construção de concreto que é a ruína de um galpão pré-moldado (Figuras 4.9.6.3-9 e 4.9.6.3-10) e sete imóveis sem dados que são os lotes vagos.

Figura 4.9.6.3-8: Tipo de construção do Bairro Lameirão.

Figura 4.9.6.3-9: Ponto viciado de depósito de lixo em um galpão abandonado em ruína.

Figura 4.9.6.3-10: Depósito de materiais recicláveis e ao fundo o mangue.

Outras informações quanto à legalidade de posse dos terrenos foram levantadas, onde se identificou que todos os informantes não possuem escrituras dos imóveis. Além disso, todos imóveis fazem limite com o mangue e está contida dentro da área da RDS Concha D'Ostra.

❖ *BICO DO URUBU*

Esse bairro encontra-se dentro dos limites da RDS, e trata-se, possivelmente, no maior problema socioambiental para os gestores da RDS e municipais. Pois esse bairro possui uma única rua (R. Espírito Santo) não pavimentada, que é construída sobre aterro no manguezal da RDS, apresentando um aspecto de vetor para a supressão e invasão do manguezal até a união com o Bairro Kubitscheck. Logo os imóveis possuem a frente para a rua, e os fundos para o manguezal, onde certamente os lixos e águas residuárias são despejados. É um bairro extremamente pobre com precárias condições de moradia (Figura 4.9.6.3-11).

Figura 4.9.6.3-11: Aspecto da Rua Espírito Santo, única via, e não pavimentada, do Bairro Bico do Urubu.

Em campanha de campo foram identificadas duas quadras e 110 lotes, desse total, 26 são lotes vagos. Quanto ao domínio, todos os proprietários entrevistados informaram não ter escritura do imóvel.

Pode-se observar na Figura 4.9.6.3-12 que a maioria das ocupações ocorre pelos proprietários, mas 7 são alugados. Os imóveis sem dados são decorrentes dos lotes vagos e dos imóveis que os proprietários não foram encontrados e que os informantes (vizinhos) não souberam informar.

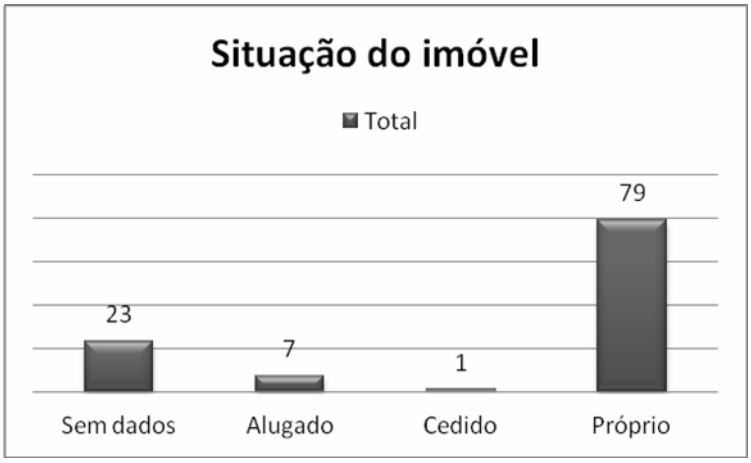


Figura 4.9.6.3-12: Situação dos imóveis do Bairro Bico do Urubu.

Pode ser observado na Figura 4.9.6.3-13 a seguir, que dentre os usos imobiliários identificados, a predominância é de uso residencial com 69 imóveis, 39 não foram coletado os dados, por razões já mencionadas. Há ainda no bairro uma instituição de religiosa (Igreja Evangélica Assembléia de Deus), além de um ferro velho.

Figura 4.9.6.3-13: Uso do imóvel do Bairro Bico do Urubu.

A Figura 4.9.6.3-14 ilustra o estado dos imóveis levantados, e pode-se identificar que a maior parte das construções está em construção, o que ratifica a condição de bairro em expansão residencial.

Figura 4.9.6.3-14: Estado do imóvel do Bairro Bico do Urubu.

Quanto à natureza patrimonial dos imóveis levantados, 110 são particulares. A maior parte dos imóveis levantados neste bairro são casas e barracos, possuem conservação ruim e são de alvenaria e um grande número é de madeira, o que ratifica o aspecto de pobreza do bairro (Figuras 4.9.6.3-15 a 4.9.6.3-17).

Figura 4.9.6.3-15: Tipo de imóvel do Bairro Bico do Urubu.

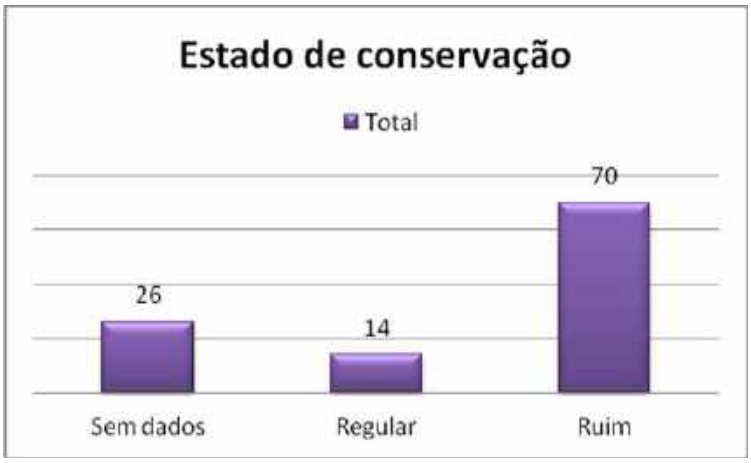


Figura 4.9.6.3-16: Conservação do imóvel do Bairro Bico do Urubu.

Figura 4.9.6.3-17: Tipo de construção do Bairro Bico do Urubu.

❖ *BAIRRO PRAIA DO RIACHO*

Esse bairro está localizado próximo ao descrito na seção anterior, na porção sudeste da RDS, nas margens da Rodosol e da Praia do Riacho. Nesse bairro ocorrem muitos imóveis dentro da UC e adjacências. Suas vias não são pavimentadas, seus lotes estão bem organizados, contudo, os fundos dos mesmos ocupam e invadem o manguezal (Figuras 4.9.6.3-18 e 4.9.6.3-19).

Figura 4.9.6.3-18: Fundo de lote na Praia do Riacho com ocupação do manguezal.

Figura 4.9.6.3-19: Lotes com boa organização e rua sem pavimentação em todo o bairro.

Em campanha de campo foram identificadas três quadras e 117 lotes, desse total, 18 são lotes vagos. Quanto ao domínio, todos os proprietários entrevistados informaram não ter escritura do imóvel.

Pode-se observar na Figura 4.9.6.3-20 que a maioria das ocupações ocorre pelos proprietários, mas 13 são alugados. Os imóveis sem dados são decorrentes dos lotes vagos e dos imóveis que os proprietários não foram encontrados e que os informantes (vizinhos) não souberam fornecer as informações.

Figura 4.9.6.3-20: Situação dos imóveis do Bairro Praia do Riacho.

Pode ser observado na Figura 4.9.6.3-21 a seguir, que dentre os usos imobiliários identificados, a predominância é de uso residencial com 97 imóveis, 14 não foram coletado os dados, por razões já mencionadas. Há ainda no bairro 5 imóveis comerciais, sendo um deles uma fábrica de pré-moldados, e um institucional da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Figura 4.9.6.3-21: Uso dos imóveis do Bairro Praia do Riacho.

A Figura 4.9.6.3-22 ilustra o estado dos imóveis levantados, e pode-se identificar que a maior parte dos imóveis estão concluídos ou em construção, o que ratifica a condição de bairro em expansão residencial.

Figura 4.9.6.3-22: Estado dos imóveis do Bairro Praia do Riacho.

Quanto à natureza patrimonial dos imóveis levantados, 117 são particulares. A maior parte dos imóveis levantados neste bairro são casas e possuem conservação ruim e são de alvenaria (Figuras 4.9.6.3-23 a 4.9.6.3-25).

Figura 4.9.6.3-23: Tipo dos imóveis do Bairro Praia do Riacho.

Figura 4.9.6.3-24: Conservação dos imóveis do Bairro Praia do Riacho.

Figura 4.9.6.3-25: Tipo de construção do Bairro Praia do Riacho.

❖ *BAIRRO KUBITSCHEK*

Esse é um dos maiores e mais populosos bairros no entorno da RDS, com fortes características de expansão urbana periférica. Este bairro localiza-se na parte sudeste da UC, entre os bairros Praia do Riacho e Concha D'Ostra. Apresenta densa ocupação urbana, com vias pavimentadas (Figura 4.9.6.3-26), e até pequenos becos (Figura 4.9.6.3-27).

Figura 4.9.6.3-26: Destaque para a ocupação bastante densa no Kubitschek.

Figura 4.9.6.3-27: Grande número de becos no bairro.

As características dos imóveis são bem diversas, apresentando desde casas com bom padrão de construção a barracos (Figuras 4.9.6.3-28 e 4.9.6.3-29).

O bairro faz limite com a RDS ora apresentando imóveis dentro, ora fora da mesma.

Figura 4.9.6.3-28: Casas em bom estado de conservação.

Figura 4.9.6.3-29: Habitações precárias.

Foram também identificados na área de estudo do bairro, alguns pequenos cais para pequenas embarcações (Figura 4.9.6.3-30 e 4.9.6.3-31), caracterizando a presença de pescadores.

Figura 4.9.6.3-30: Embarcações observadas ao lado de uma casa com o mangue ao fundo.

Figura 4.9.6.3-31: Pequeno porto em meio ao manguezal.

Apesar de um dos bairros mais populosos no entorno da RDS, não foi realizado um levantamento fundiário a contento para uma caracterização satisfatória e mais representativa da realidade do bairro. Fato esse determinado pelo forte tráfico de entorpecentes no local, que por diversas ocasiões ameaçaram a segurança e integridade dos pesquisadores em campo.

Com isso foi realizado um levantamento de apenas uma parte do bairro, vizinho à Praia do Riacho. Esse levantamento foi efetuado em apenas uma quadra, onde foram identificados 25 imóveis. Desse total, 16 são próprios, 2 cedidos e 4 alugados, além de 3 sem dados, por se tratarem de lotes vagos ou os informantes (vizinhos) desconhecerem algum tipo de dados para fornecerem (Figura 4.9.6.3-32).

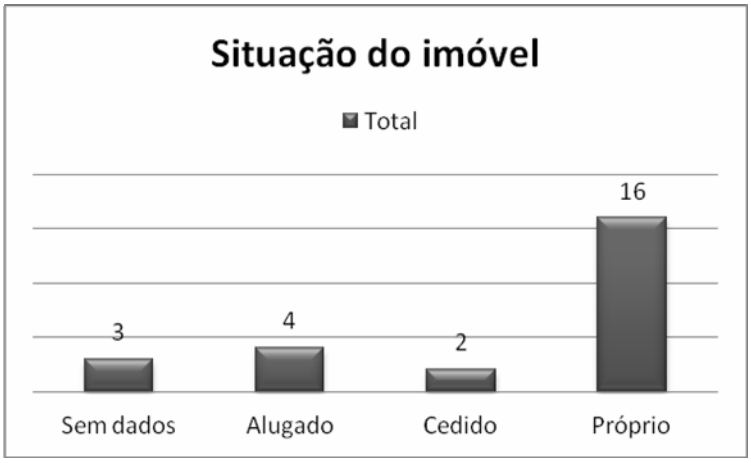


Figura 4.9.6.3-32: Situação dos imóveis do Bairro Kubitscheck.

Pode ser observado na Figura 4.9.6.3-33 a seguir, que dentre os usos imobiliários identificados, a predominância é de uso residencial com 12 imóveis, 5 não foram coletado os dados, por razões já mencionadas. Na coleta de campo foram identificados 8 imóveis comerciais, número expressivo para o universo amostrado, indicando que há bom fornecimento de comércio e serviços neste local.

Figura 4.9.6.3-33: Uso dos imóveis do Bairro Kubitscheck.

A Figura 4.9.6.3-34 ilustra o estado dos imóveis levantados, e pode-se identificar que, a maior parte dos imóveis estão construídos, com apenas um em construção, o que indica a condição de bairro consolidado.

Figura 4.9.6.3-34: Estado dos imóveis do Bairro Kubitscheck.

Quanto à natureza patrimonial dos imóveis levantados os 25 são particulares.

A maior parte dos imóveis levantados neste bairro são casas e possuem boa conservação e são feitas de alvenaria (Figuras 4.9.6.3-35 a 4.9.6.3-37).

Figura 4.9.6.3-35: Tipo dos imóveis do Bairro Kubitscheck.

Figura 4.9.6.3-36: Conservação dos imóveis do Bairro Kubitscheck.

Figura 4.9.6.3-37: Tipo de construção do Bairro Kubitscheck.

❖ *BAIRRO CONCHA D'OSTRA*

O Bairro Concha D'Ostra, é o que, talvez, possua maior identificação com a proposta de gestão da RDS de mesmo nome. Pois neste local, encontra-se maior número de embarcações, tanto de passeio turístico e pesca (Figura 4.9.6.3-38), quanto de pequenas embarcações, utilizadas por marisqueiros no manguezal no entorno (Figura 4.9.6.3-39). O local retratado na Figura 4.9.6.3-38, possui apelo turístico, com atracação de embarcações de passeio que partem do porto sob a ponte de Guarapari, e conta ainda com um restaurante onde são servidos diversos frutos do mar, existe ainda nesse local um estaleiro para construções e reparações das embarcações.

Figura 4.9.6.3-38: Ponto de atracação de embarcações, com restaurante e estaleiro, no Bairro Concha D'Ostra.

Figura 4.9.6.3-39: Local de atracações de pequenas embarcações utilizadas por marisqueiros no Bairro Concha D'Ostra.

Esse bairro encontra-se dentro dos limites da RDS, e a comunidade residente na área encontra-se em expansão sobre áreas de mata, protegida por lei, como pode ser observado nas Figuras 4.9.6.3-40 e 4.9.6.3-41.

Figura 4.9.6.3-40: Lotes recém-abertos na região onde havia a Mata de Tabuleiro, podendo se observar a coivara nova no centro.

Figura 4.9.6.3-41: Área recentemente aberta com a instalação de um chiqueiro de porcos destacada ao centro.

No cadastro fundiário realizado no bairro, foram identificadas nove quadras e 253 imóveis, desse total, 78 são lotes vagos. Quanto ao domínio, todos os proprietários entrevistados informaram não ter escritura do imóvel.

Pode-se observar na Figura 4.9.6.3-42 que a maioria das ocupações ocorre pelos proprietários, com 10 imóveis alugados e 10 cedidos. Os imóveis sem dados são decorrentes dos 78 lotes vagos e um imóvel que os proprietários não foram encontrados e que os informantes (vizinhos) não souberam fornecer as informações.

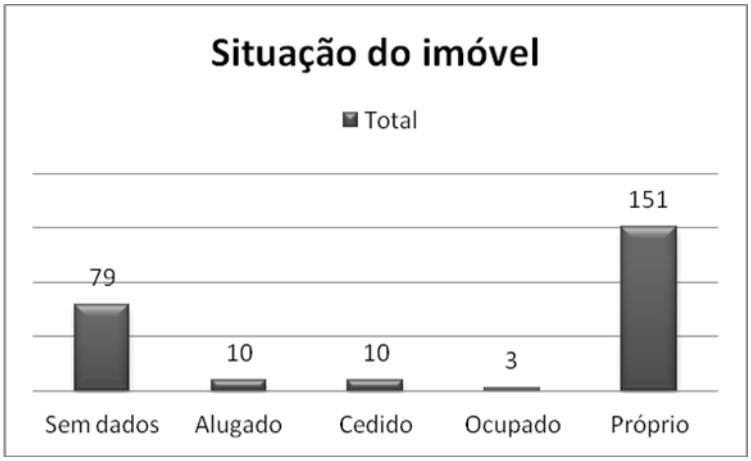


Figura 4.9.6.3-42: Situação dos imóveis do Bairro Concha D'Ostra.

Pode ser observado na Figura 4.9.6.3-43 a seguir, que dentre os usos imobiliários identificados, a predominância é de uso residencial com 167 imóveis, 82 não foram coletado os dados, por razões já mencionadas. Há no bairro apenas um imóvel comercial e uma indústria, correspondente ao estaleiro. Os dois usos institucionais correspondem a duas unidades da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Figura 4.9.6.3-43: Uso dos imóveis do Bairro Concha D'Ostra.

A Figura 4.9.6.3-44 ilustra o estado dos imóveis levantados, podendo-se identificar que a maior parte dos imóveis estão concluídos, com obras em andamento ou em construção, o que ratifica a condição de bairro em expansão residencial.

Figura 4.9.6.3-44: Estado dos imóveis do Bairro Concha D'Ostra.

Quanto à natureza patrimonial dos imóveis levantados, 253 são particulares. A maior parte dos imóveis levantados neste bairro são casas e possuem conservação de regular a ruim e são feitas de alvenaria (Figuras 4.9.6.3-45 a 4.9.6.3-47).

Figura 4.9.6.3-45: Tipo dos imóveis do Bairro Concha D'Ostra.

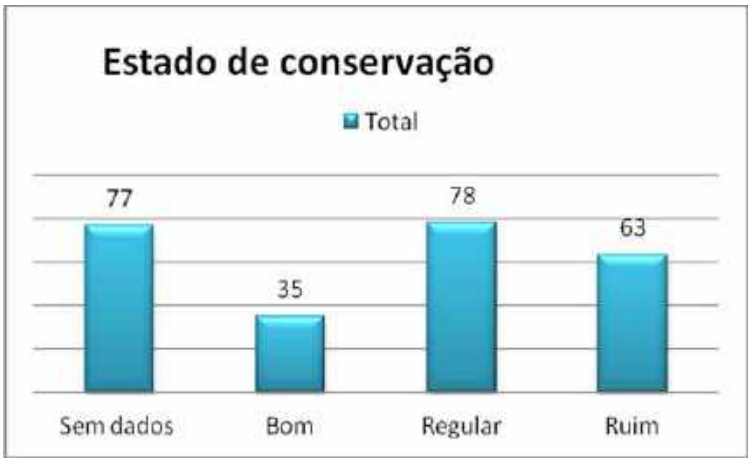


Figura 4.9.6.3-46: Conservação dos imóveis do Bairro Concha D'Ostra.

Figura 4.9.6.3-47: Tipo de construção do Bairro Concha D'Ostra.

❖ *BAIRRO COROADO*

O Bairro Coroado está localizado no limite confrontante, na porção centro-leste da RDS, vizinho ao Bairro Concha D'Ostra. Alguns imóveis deste bairro, que fazem limite com a RDS, exercem determinada pressão ambiental como escavações e desmate sobre mata de tabuleiro que se encontra nos fundos dos lotes na RDS, Figuras 4.9.6.3-48 a 4.9.6.3-50

Figura 4.9.6.3-48: Vista dos lotes em Coroado adentrando a mata de Tabuleiro.

Figura 4.9.6.3-49: Ocupação irregular de áreas dentro da RDS, observando-se a mata de tabuleiro já bem comprometida.

Figura 4.9.6.3-50: Ocupação em Coroado observando-se ao fundo a mata de tabuleiro relativamente bem conservada.

As vias das quadras onde foi realizado o levantamento fundiário, não são pavimentadas, e sem esgotamento sanitário, mas já se observando o serviço sendo implantado progressivamente (Figuras 4.9.6.3-51 a 4.9.6.3-53).

Figura 4.9.6.3-51: Esgoto saindo das casas e despejado no córrego que adentra a RDS.

Figura 4.9.6.3-52: Sistema de coleta de esgoto implantado, mas ainda sem funcionamento no Bairro Coroado.

Figura 4.9.6.3-53: Ponto de conexão do sistema de coleta de esgoto ainda não conectado a unidade domiciliar sendo observado pelo técnico da Makoto Ambiental.

No cadastro fundiário efetuado no bairro foi realizado em apenas uma quadra (confrontante com a RDS), onde foram identificado 28 imóveis, desse total, 3 são lotes vagos. Quanto ao domínio, todos os proprietários entrevistados informaram não ter escritura do imóvel.

Pode-se observar na Figura 4.9.6.3-54 que a maioria das ocupações ocorre pelos proprietários, com apenas 2 cedidos. Os imóveis sem dados são decorrentes dos 3 lotes vagos e as ocasiões em que os proprietários não foram encontrados, ou que os informantes (vizinhos) não souberam fornecer as informações.

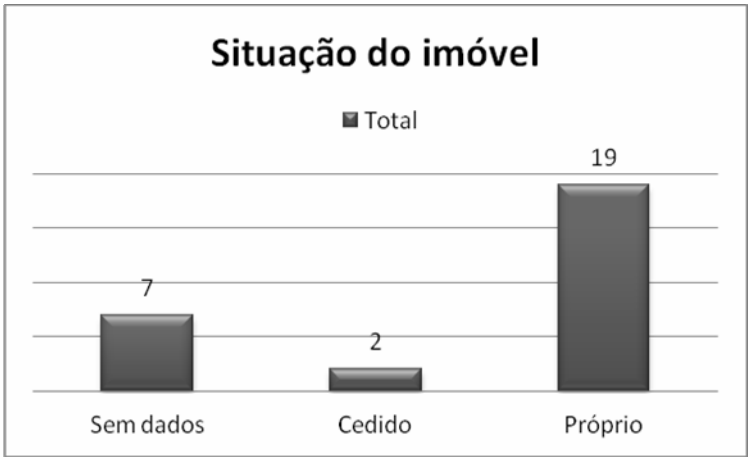


Figura 4.9.6.3-54: Situação dos imóveis do Bairro Coroado.

Pode ser observado na Figura 4.9.6.3-55, que dentre os usos imobiliários identificados, a predominância é de uso residencial com 24, sendo que 3 não foram coletados os dados, por razões já mencionadas. Há no bairro apenas um imóvel institucional, que correspondente à construção da estação de tratamento de esgoto da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, a SES Guarapari Centro – EECG.

Figura 4.9.6.3-55: Uso dos imóveis do Bairro Coroado.

A Figura 4.9.6.3-56 ilustra o estado dos imóveis levantados, e pode-se identificar que a maior parte dos imóveis está com obras em andamento, ou em construção, o que ratifica a condição de bairro em expansão residencial, exercendo pressão ambiental sobre a mata protegida pela RDS.

Figura 4.9.6.3-56: Estado dos imóveis do Bairro Coroado.

Quanto à natureza patrimonial dos imóveis levantados, 24 são particulares e um é estadual, os outros três, não se teve informações. A maior parte dos imóveis levantados neste bairro são casas e possuem conservação de regular a ruim e são feitas de alvenaria (Figuras 4.9.6.3-57 a 4.9.6.3-59).

Figura 4.9.6.3-57: Tipo dos imóveis do Bairro Coroado.

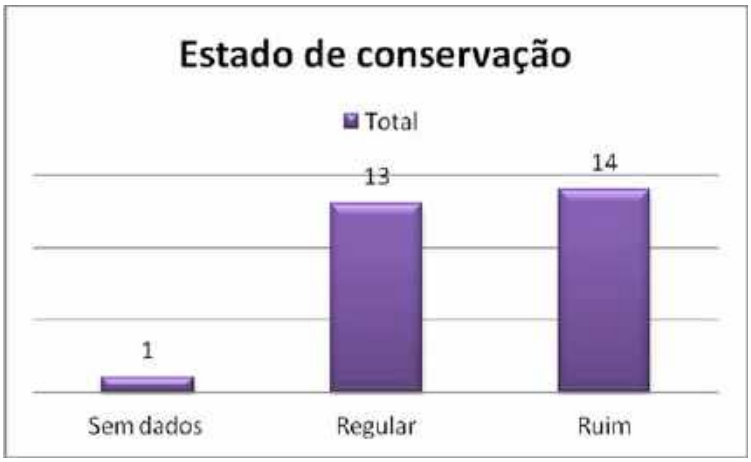


Figura 4.9.6.3-58: Conservação dos imóveis do Bairro Coroado.

Figura 4.9.6.3-59: Tipo de construção do Bairro Coroado.

❖ *BAIRRO OLARIA*

O Bairro Olaria está localizado na parte centro-leste da RDS e, trata-se também de um bairro de expansão urbana periférica com imóveis dentro do limite e confrontante com a UC. Há obras em andamento e vias ainda não pavimentadas (Figuras 4.9.6.3-60 e 4.9.6.3-61).

Figura 4.9.6.3-60: Aspecto de rua sem pavimentação e imóveis em estado regular de conservação.

Figura 4.9.6.3-61: Aspecto de ocupações sem padrão de organização definido.

Observa-se ainda, forte pressão ambiental exercido por um franco crescimento da mancha urbana com decremento do manguezal, como podem ser observado na Figura 4.9.6.3-62.

Figura 4.9.6.3-62: Imóveis em construção em direção ao manguezal.

No cadastro fundiário realizado no bairro foram identificadas apenas três quadras, onde foram identificados 85 imóveis, desse total, 10 são lotes vagos. Quanto ao domínio, todos os proprietários entrevistados informaram não ter escritura do imóvel.

Pode-se observar na Figura 4.9.6.3-63 que a maioria das ocupações ocorre pelos proprietários, com apenas 7 alugados e 4 cedidos. Os imóveis sem dados são decorrentes dos 10 lotes vagos e as ocasiões em que os proprietários não foram encontrados, ou que os informantes (vizinhos) não souberam fornecer as informações.

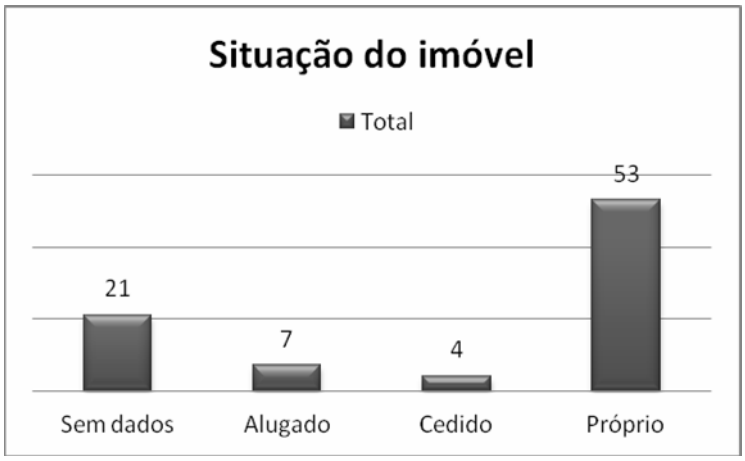


Figura 4.9.6.3-63: Situação dos imóveis do Bairro Olaria.

Pode ser observado na Figura 4.9.6.3-64 a seguir, que dentre os usos imobiliários identificados, a predominância é de uso residencial com 67 imóveis, 15 não foram coletado os dados, por razões já mencionadas. Há no bairro apenas dois imóveis institucionais, que correspondente às Igrejas, Católica e a Batista, e apenas uma loja comercial.

Figura 4.9.6.3-64: Uso dos imóveis do Bairro Olaria.

A Figura 4.9.6.3-65 ilustra o estado dos imóveis levantados, e pode-se identificar que, a maior parte dos imóveis estão construídos, com 12 obras em andamento, e 9 em construção, o que indica a condição de bairro em expansão residencial, exercendo pressão ambiental sobre o manguezal protegido pela RDS.

Figura 4.9.6.3-65: Estado dos imóveis do Bairro Olaria.

Quanto à natureza patrimonial dos imóveis levantados, 85 são particulares. A maior parte dos imóveis levantados neste bairro são casas e possuem conservação de regular a ruim e são feitas de alvenaria (Figuras 4.9.6.3-66 a 4.9.6.3-68).

Figura 4.9.6.3-66: Tipo dos imóveis do Bairro Olaria.

Figura 4.9.6.3-67: Conservação dos imóveis do Bairro Olaria.

Figura 4.9.6.3-68: Tipo de construção do Bairro Olaria.

❖ *BAIRRO ITAPEBUSSU*

Esse é, juntamente com o Kubitscheck, também um dos maiores e mais populosos bairros no entorno da RDS, com zona urbana consolidada. Este bairro localiza-se na parte nordeste da UC, entre os bairros Muquiçaba e Camurugi. Apresenta densa ocupação urbana, com vias pavimentadas e ocupações urbanas de diferentes padrões construtivos em contato com a baía de Guarapari (Figuras 4.9.6.3-69 e 4.9.6.3-70).

Figura 4.9.6.3-69: Aspecto de uma casa de dois andares construída sobre *pilotis* á margem da Baía de Guarapari.

Figura 4.9.6.3-70: Aspecto de uma casa na Rua da Marinha em contato direto com a maré da Baía de Guarapari.

No cadastro fundiário efetuado no bairro foi realizado em cinco quadras, onde foram levantados 210 imóveis, desse total, apenas 4 são lotes vagos. Quanto ao domínio, todos os proprietários entrevistados informaram não ter escritura do imóvel.

Pode-se observar na Figura 4.9.6.3-71 que a maioria das ocupações ocorre pelos proprietários, com apenas 9 alugados e 1 cedido. Os imóveis sem dados são decorrentes dos 4 lotes vagos e o restante das ocasiões em que os

proprietários não foram encontrados, ou que os informantes (vizinhos) não souberam fornecer as informações.

Figura 4.9.6.3-71: Situação dos imóveis do Bairro Itapebussu.

Pode ser observado na Figura 4.9.6.3-72 a seguir, que dentre os usos imobiliários identificados, a predominância é de uso residencial com 169 imóveis, uma indústria de carpintaria naval e um institucional da Igreja Assembléia de Deus e 16 não foram coletado os dados, por razões já mencionadas. Na coleta de campo foram identificados 22 imóveis comerciais, número considerável para o universo amostrado, indicando que há bom fornecimento de comércio e serviços neste local.

Figura 4.9.6.3-72: Uso dos imóveis do Bairro Itapebussu.

A Figura 4.9.6.3-73 apresenta o estado dos imóveis levantados, e pode-se identificar que, a maior parte dos imóveis estão construídos, com apenas 24 em construção e 26 construções em andamento, o que indica a condição de bairro consolidado, mas com aspectos de expansão.

Figura 4.9.6.3-73: Estado dos imóveis do Bairro Itapebussu.

Quanto à natureza patrimonial dos imóveis levantados os 210 são particulares. A maior parte dos imóveis levantados neste bairro são casas e possuem conservação de regular a boa e são feitas de alvenaria (Figuras 4.9.6.3-74 a 4.9.6.3-76).

Figura 4.9.6.3-74: Tipo dos imóveis do Bairro Itapebussu.

Figura 4.9.6.3-75: Conservação dos imóveis do Bairro Itapebussu.

Figura 4.9.6.3-76: Tipo de construção do Bairro Itapebussu.

❖ *BAIRRO CAMURUGI*

Esse bairro encontra-se na porção norte da RDS, com algumas áreas ocupadas por sítios e chácaras (Figura 4.9.6.3-77), e com possibilidade de expansão urbana em face aos vazios decorrentes ao uso rural, observando ainda áreas com pastagens. Seu acesso principal é asfaltado (Figura 4.9.6.3-78), mas com ruas sem pavimentação.

Figura 4.9.6.3-77: Aspecto de ocupações, a esquerda uma grande chácara e a direita residências menores.

Figura 4.9.6.3-78: Aspecto de rua asfaltada que dá acesso ao Bairro Camurugi.

Parte dos imóveis deste bairro encontra-se dentro da UC e outra parte faz limite com a mesma.

No cadastro fundiário efetuado no bairro foi realizado em três quadras, onde foram levantados 44 imóveis, desse total, apenas um lote é vago. Quanto ao domínio, todos os proprietários entrevistados informaram não ter escritura do imóvel.

Pode-se observar na Figura 4.9.6.3-79 que a maioria das ocupações ocorre pelos proprietários, com apenas 6 alugados e 4 cedidos. O imóvel sem dado é decorrentes em que o proprietário não foi encontrado, não sendo possível obter informações.

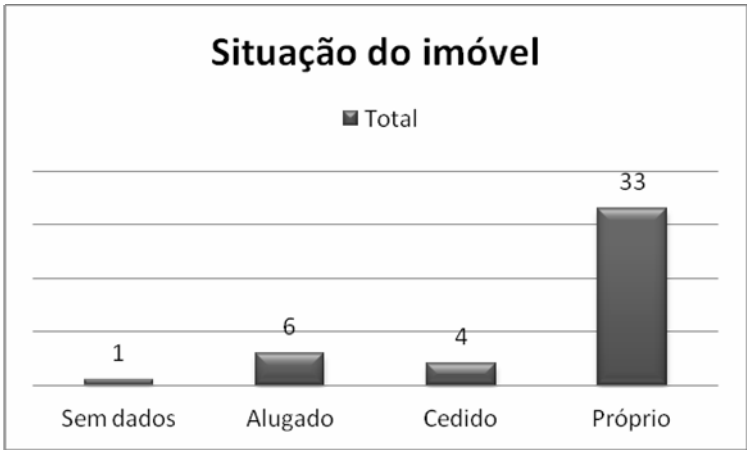


Figura 4.9.6.3-79: Situação dos imóveis do Bairro Camurugi.

Pode ser observado na Figura 4.9.6.3-80 a seguir, que dentre os usos imobiliários identificados, a predominância é de uso residencial com 27 imóveis, um comercial e dois institucionais, correspondente a uma Igreja e a Associação Atlética do Banco do Brasil – AABB. Em 14 imóveis não foram coletado os dados, porque além do lote vago, em algumas ocasiões os

proprietários não foram encontrados, ou que os informantes (vizinhos) não souberam fornecer as informações.

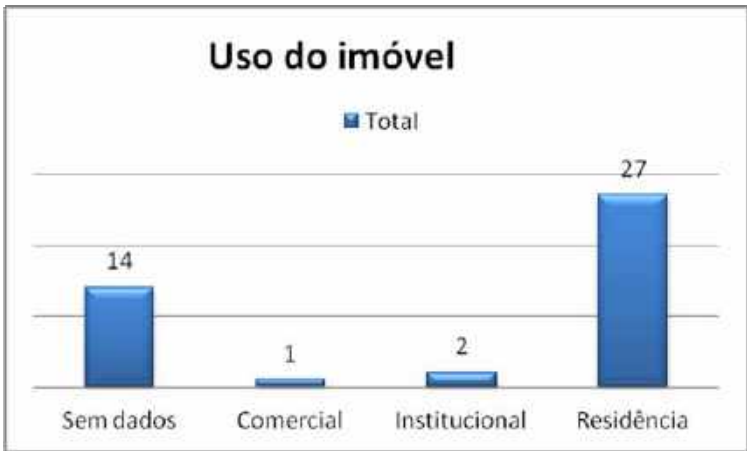


Figura 4.9.6.3-80: Uso dos imóveis do Bairro Camurugi.

A Figura 4.9.6.3-81 apresenta o estado dos imóveis levantados, e pode-se identificar que, a maior parte dos imóveis estão construídos, com apenas 6 situações de obras em andamento ou inacabadas, o que indica a uma condição de estabilização do crescimento urbano do bairro.

Figura 4.9.6.3-81: Estado dos imóveis do Bairro Camurugi.

Quanto à natureza patrimonial dos imóveis levantados os 44 são particulares. A maior parte dos imóveis levantados neste bairro são casas e possuem conservação de regular a boa e são feitas de alvenaria (Figuras 4.9.6.3-82 a 4.9.6.3-84).

Figura 4.9.6.3-82: Tipo dos imóveis do Bairro Camurugi.

Figura 4.9.6.3-83: Conservação dos imóveis do Bairro Camurugi.

Figura 4.9.6.3-84: Tipo de construção do Bairro Camurugi.

4.9.6.4. Pesquisa Cartorial dos Ocupantes Cadastrados

A pesquisa cartorial consistiu na busca pela matrícula imóvel em nome do ocupante no cartório de Registro de Imóveis. No entanto a totalidade das pesquisas indicou que não há imóvel registrado dentro dos limites urbanos da RDS Concha D'Ostra.

Foi encontrado na pesquisa realizada um registro em nome de Saad Antônio Saad, referente a uma área de 2.460.180 m², cuja matrícula é a de nº 11.032 do livro 02 B-A do Cartório de Registro Geral de Imóveis. Esta foi a única matrícula identificada na área e corresponde uma grande parte dentro da RDS. Essa escritura deu origem a projetos anteriormente mencionados como Conjunto Turístico Concha D'Ostra, referente ao processo nº 4.333 de 8/11/1982 (Figuras 4.9.6.4-1 e 4.9.6.4-2) o qual foi autorizado por Decreto 26-71, pela Prefeitura de Guarapari, devendo ser considerado, visto que é o único documento oficial de domínio encontrado na pesquisa e que corresponde boa parte da ocupação urbana da Reserva.

Figura 4.9.6.4-1: Planta da área do loteamento Concha D'Ostra que previa o uso áreas sobre o manguezal, apresentada pelo Sr. Raimundo, liderança do bairro (à direita). Foto: E. Valpassos.

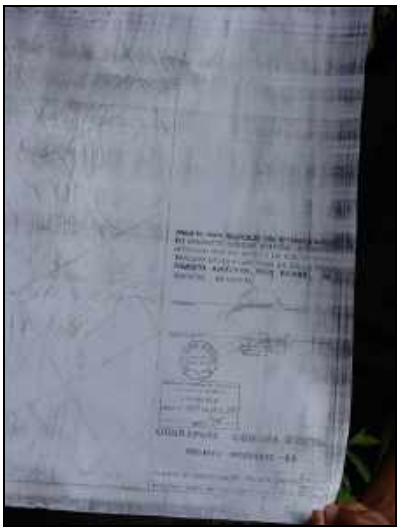


Figura 4.9.6.4-2: Detalhe da descrição do projeto com o carimbo de aprovação pela PM de Guarapari em 8/11/1982.
Foto: E. Valpassos.

4.9.6.5. Mapa Pontuando as Áreas Regularizadas

Conforme as informações anteriormente citadas, apresentamos a seguir, na Figura 4.9.6.5-1, o mapa com a localização das áreas regularizadas em relação aos limites atuais da RDS.

337000 338000 339000 340000 341000 342000 343000 344000

7716000 7715000 7714000 7713000 7712000 7711000 7710000

CAMURUGI

ITAPEBUSSU

PRAINHA DE OLARIA

OLARIA

COROADO

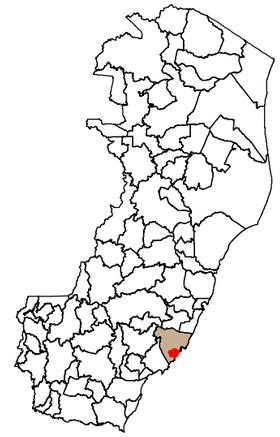
CONCHA D'OSTRAS

KUBITSCHECK

PRAIA DO RIACHO

BICO DO URUBU

LAMEIRÃO



Legenda:

Limite Atual RDS: A= 953,5 ha / P= 39.490 m

Situação Fundiária na RDS

- Dominio da União
- Emtur - Empreend. de Turismo
- Espolio - Jose Macedo Siqueiras
- Fazenda Limeira
- Herdeiros Fernando Ferreira Amaral
- Identificada pelos moradores como area pública
- Ilha do piraí
- Irineu Kill
- José Antônio Imperial
- Leontina M. da Vitória e Manoel L. S. da Vitória
- Saad Antonio Saad
- Sítio das Garças
- Áreas não identificadas

N

Projeção: Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal: WGS-84.
Zona: 24S

誠 MAKOTO AMBIENTAL

iema

Projeto: Diagnóstico Socioambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Concha D´Ostra

Título: Mapa da Situação Fundiária na RDS Conha D'Ostra.

Local: ES

Resp. Técn.Cart.: Diogo Poloni
Geóg. CREA/ES-014129/D

Data: Jan/12

Escala: 1:25.000 (250 125 0 250 m)

Fonte: Apoio de campo, IBGE; IEMA.

Na pesquisa realizada foram identificadas as seguintes propriedades:

1. **Saad Antônio Saad:** Ocupa uma área de 246,93 ha da UC, sendo que desse total 210,88 ha estão em área de domínio da União, mas mesmo assim, o imóvel é escriturado sob a matrícula 11032 do livro 02 B-A do Cartório de Registro Geral de Imóveis em Guarapari.

2. **Empreendimentos e Turismo Ltda – EMTUR:** Propriedade que fica na região do Lameirão e que ocupa uma área total de 18,78 ha, desse total 13,48 ha estão em área de domínio da União, a propriedade é também escriturada sob a matrícula 2.268 do livro 02 do Cartório de Registro Geral de Imóveis em Guarapari.

3. **Ilha do Piraí:** Esta propriedade está à venda (Anexo 4.9.6.5-1) pertence de Roberval com área total de 35,8 ha, completamente contida em área de domínio da União. Segundo o corretor que está comercializando esta área, ela não possui registro e seus proprietários a possuem por mais de 50 anos. Esta área só tem acesso por água.

4. **José Antonio Imperial:** Possui uma área ocupando 34,45 ha dentro da UC, desse total apenas 0,63 ha estão em área de domínio da União, mas seu funcionário Pedro Felix informou que a área é escriturada.

5. **Espólio de José Macedo Siqueira**: O Sr. José Macedo possuía mais de um filho e a área está em processo de inventário, segundo informado pelo seu vizinho o Sr. Irineu Kill. Informou também que a área é escriturada. Essa propriedade ocupa 29,83 ha da área da UC e apenas 0,14 ha estão em área de domínio da União.

6. **Leontina Maria da Vitória Andrade e Manoel Luiz Souza da Vitória:** Possuem 25,35 ha na área da UC, sendo que 3,62 ha estão em área de domínio da União, a área é regularizada e fica próximo a Camurugi.

7. **Fazenda Limeira**: Essa área que fica na parte norte da UC é de propriedade da empresa BRASIF, e segundo o Sr. Luiz Son, possui escritura, mas sendo regularizada a parte corresponde a área de domínio da União. Possui um total de 20,91 ha contidos na RDS e desse total, 15,36 ha estão em área de domínio da União.

8. **Fernando Ferreira Amaral**: (herdeiros de Ferrinho) esta área ocupa 4,93 ha da UC e tem 3,10 ha em área de domínio da União e fica ao lado da área da Fazenda Limeira.

9. **Irineu Kill**: Essa área ocupa 2,06 ha da área total da RDS e não se sobrepõe as áreas de domínio da União. Fica depois do Bairro Lameirão indo em direção da Rodosol.

10. **Sítio das Garças:** Ocupa 0,33 ha da área total da UC e desse total 0,29 ha estão em área de domínio da União.

11. **Área Pública**: Essa área que fica após o Bairro Lameirão, foi indicada pelos moradores como sendo uma área pública. Os próprios vizinhos dessa área vigiam para que não haja ocupação. Essa área é limítrofe a zona de mangue e tem uma área emersa curta com cerca de 20m. A área total contida na RDS é de 8.14 ha e não há intersecção com área de domínio da União.

12. **Áreas Não Identificadas**: Um total de 15 ha não pôde ser identificado quanto a sua situação fundiária, por motivos de falta acesso por estrada pública, pois as estradas que existem passam em áreas particulares que não poderiam ser utilizadas sem o consentimento de seu proprietário.

13. **Áreas de Domínio da União**: Correspondendo a um total de 809,28 ha ou 84,87% em relação ao limite atual da RDS, são as áreas que estão sob a influência da maré, ocupando os manguezais, apicum, vegetação de transição, ilhas interiores, áreas aterradas, e ainda os terrenos emersos que estão dentro da faixa de 33 m acima da preamar média, conforme caracterizado no ***item 4.9.6.1. Enquadramento da RDS Concha D'Ostra nas Disposições Legais Fundiárias.***

As áreas acima discriminadas estão organizadas na Tabela 4.9.6.5-1 a seguir, para facilitar a comparação entre as áreas.

Tabela 4.9.6.5-1: Situação Fundiária da RDS Concha D'Ostra.

Item	Descrição	Total		Percentual em relação à RDS	Domínio da União		Particular	
		Área ha	*Área m²*	*%*	*Área ha*	*Área m²*	*Área ha*	*Área m²*
1	Saad Antonio Saad	246,9386	2469386	25,9	210,8876	2108876	36,05099	360509,9
2	Emtur – Empreendimentos de Turismo	18,78141	187814,1	1,97	13,48027	134802,7	5,301142	53011,42
3	Ilha do Piraí	35,80546	358054,6	3,75	35,80546	358054,6	0	0
4	José Antônio Imperial	34,4532	344532	3,62	0,638979	6389,794	33,81422	338142,2
5	Espolio - Jose Macedo Siqueira	29,83672	298367,2	3,13	0,143932	1439,317	29,69279	296927,9
6	Leontina M. da Vitória e Manoel L. S. da Vitória	25,35699	253569,9	2,66	3,626068	36260,68	21,73093	217309,3
7	Fazenda Limeira	20,91979	209197,9	2,19	15,3675	153675	5,552296	55522,96
8	Herdeiros de Fernando Ferreira Amaral	4,933059	49330,59	0,51	3,104998	31049,98	1,828062	18280,62
9	Irineu Kill	2,067196	20671,96	0,21	0	0	2,067196	20671,96
10	Sítio das Garças	0,332116	3321,158	0,03	0,292968	2929,684	0,039147	391,4739
11	Área pública - Identificada pelos moradores	8,145128	81451,28	0,85	0	0	8,145128	81451,28
12	Áreas não identificadas	15,01165	150116,5	1,58	15,01165	150116,5	0	0
13	Domínio da União	510,9169	5109169	53,59	510,9169	5109169	0	0
TOTAL		***cc***	***9534982***	***99,99***	***809,2763***	***8092763***	***144,2219***	***1442219***

4.9.6.6. Conclusão e Indicação ao IDAF dos Imóveis Incidentes na UC

Conforme resultados apresentados, alguns imóveis possuem escritura, embora com titularidades questionáveis, em particular as que se possuem partes sobrepostas a terrenos de domínio da União. Há, portanto a necessidade de se promover uma ação discriminatória, pois há possibilidade de encontrar áreas de terras devolutas nesta região, as quais devem ser incorporadas ao limite da RDS, conforme previsto na lei de terras, nº 6.557/0, a exemplo das que foram identificadas como de domínio da União, que sozinhas correspondem a mais da metade da área atual da RDS.

4.9.6.7. Banco de Dados Geográfico (SIG)

Ao término das atividades desenvolvidas no SIG, as informações coletadas e geradas foram sistematizadas em um banco de dados, contudo, como neste caso, trata-se de informações espaciais georreferenciadas, construiu-se um banco de dados georreferenciado. O mesmo foi sistematizado contendo as seguintes subdivisões: Bases cartográficas e Produtos Cartográficos, a primeira subdivisão foi ainda compartimentada pela fonte (ex. IBGE e IEMA). As informações foram geradas no formato *shapefile* (ESRI) e projetadas no sistema de projeção Universal Transversa de Mercator, e referenciadas ao datum WGS 1984. Assim, o banco de dados produzido ficou com a seguinte composição e informações:

Bases cartográficas:

- IBGE: Cursos d'Água, Massa d'Água, Curvas de Nível.
- IEMA: Ortofotomosaico (2007) e Limite RDS Concha D'Ostra.

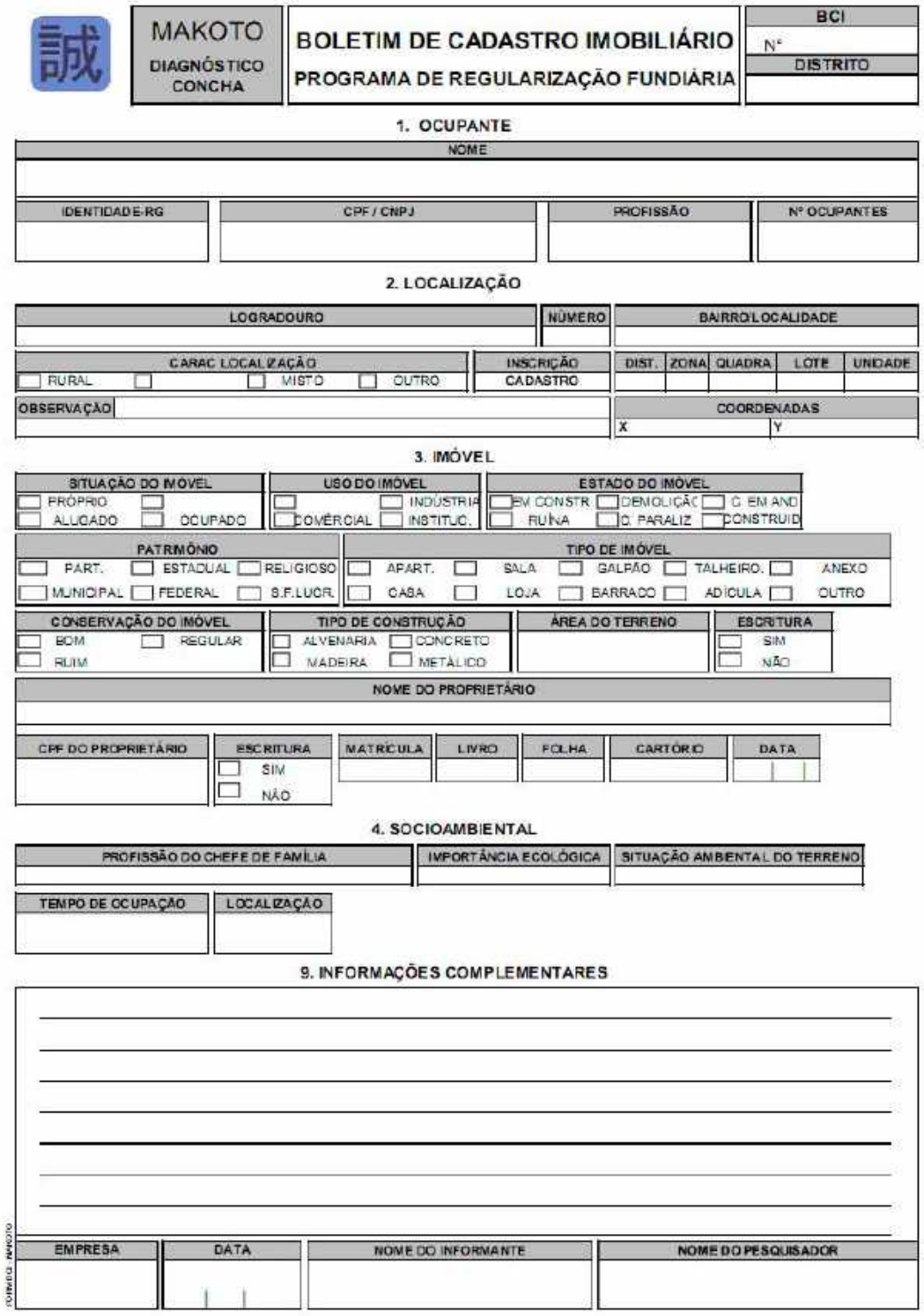
Produtos Cartográficos:

- Levantamento Fundiário
- Uso do Solo
- Limites Alternativos

❖ ***EXEMPLOS DE EXPLORAÇÃO DO BANCO DE DADOS DOS IMÓVEIS REGISTRADOS***

Os dados foram coletados em uma pesquisa censitária através da aplicação um questionário (Figuras 4.9.6.7-1 e 4.9.6.7-2) sendo tabulados no banco de dados Acces do pacote Office de fácil acesso e manipulação.

Figura 4.9.6.7-1: Técnica da Makoto Ambiental realizando a entrevista com moradores em Concha D'Ostra.



MAKOTO
DIAGNÓSTICO CONCHA

BOLETIM DE CADASTRO IMOBILIÁRIO
PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

BCI
Nº
DISTRITO

1. OCUPANTE

NOME			
IDENTIDADE-RG	CPF / CNPJ	PROFISSÃO	Nº OCUPANTES

2. LOCALIZAÇÃO

LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO/LOCALIDADE

CARAC LOCALIZAÇÃO	INSCRIÇÃO	DIST.	ZONA	QUADRA	LOTE	UNIDADE
☐ RURAL ☐ ☐ MISTO ☐ OUTRO	CADASTRO					

OBSERVAÇÃO	COORDENADAS X	Y

3. IMÓVEL

SITUAÇÃO DO IMÓVEL	USO DO IMÓVEL	ESTADO DO IMÓVEL
☐ PRÓPRIO ☐ ☐ ALUGADO ☐ OCUPADO	☐ ☐ INDÚSTRIA ☐ COMERCIAL ☐ INSTITUC.	☐ EM CONSTR ☐ DEMOLIÇÃO ☐ C. EM AND ☐ RUÍNA ☐ C. PARALIZ ☐ CONSTRUÍD

PATRIMÔNIO	TIPO DE IMÓVEL
☐ PART. ☐ ESTADUAL ☐ RELIGIOSO ☐ MUNICIPAL ☐ FEDERAL ☐ S.F.LUCR.	☐ APART. ☐ SALA ☐ GALPÃO ☐ TALHEIRO. ☐ ANEXO ☐ CASA ☐ LOJA ☐ BARRACO ☐ ADÍCULA ☐ OUTRO

CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL	TIPO DE CONSTRUÇÃO	ÁREA DO TERRENO	ESCRITURA
☐ BOM ☐ REGULAR ☐ RUIM	☐ ALVENARIA ☐ CONCRETO ☐ MADEIRA ☐ METÁLICO		☐ SIM ☐ NÃO

NOME DO PROPRIETÁRIO

CPF DO PROPRIETÁRIO	ESCRITURA	MATRÍCULA	LIVRO	FOLHA	CARTÓRIO	DATA
	☐ SIM ☐ NÃO					

4. SOCIOAMBIENTAL

PROFISSÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA	IMPORTÂNCIA ECOLÓGICA	SITUAÇÃO AMBIENTAL DO TERRENO

TEMPO DE OCUPAÇÃO	LOCALIZAÇÃO

9. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EMPRESA	DATA	NOME DO INFORMANTE	NOME DO PESQUISADOR

FORMULÁRIO - MAKOTO

Figura 4.9.6.7-2: Formulário usado para coleta dos dados sobre as unidades habitacionais.

O Acces é um banco de dados simples e intuitivo (Figura 4.9.6.7-3) que congrega ferramentas de figura onde os dados são armazenados a partir dos dados inseridos nos formulários (Figura 4.9.6.7-2), facilitando a digitação, pois segue a mesma estrutura do questionário aplicado em campo, reduzindo assim a possibilidade de erro.

Figura 4.9.6.7-3: Banco de dados Acces do pacote Office, onde os dados foram armazenados a partir das informações inseridas nos formulários.

Com todos os dados tabulados o passo seguinte, foi importar os dados para o programa Arcgis, que lê a figura de dados, importa e transforma para o formato vetorial, a partir da União desta figura com os dados de localização coletados em campo com GPS, atribuindo assim, coordenadas à figura e definindo a sua localização geográfica (Figura 4.9.6.7-4).

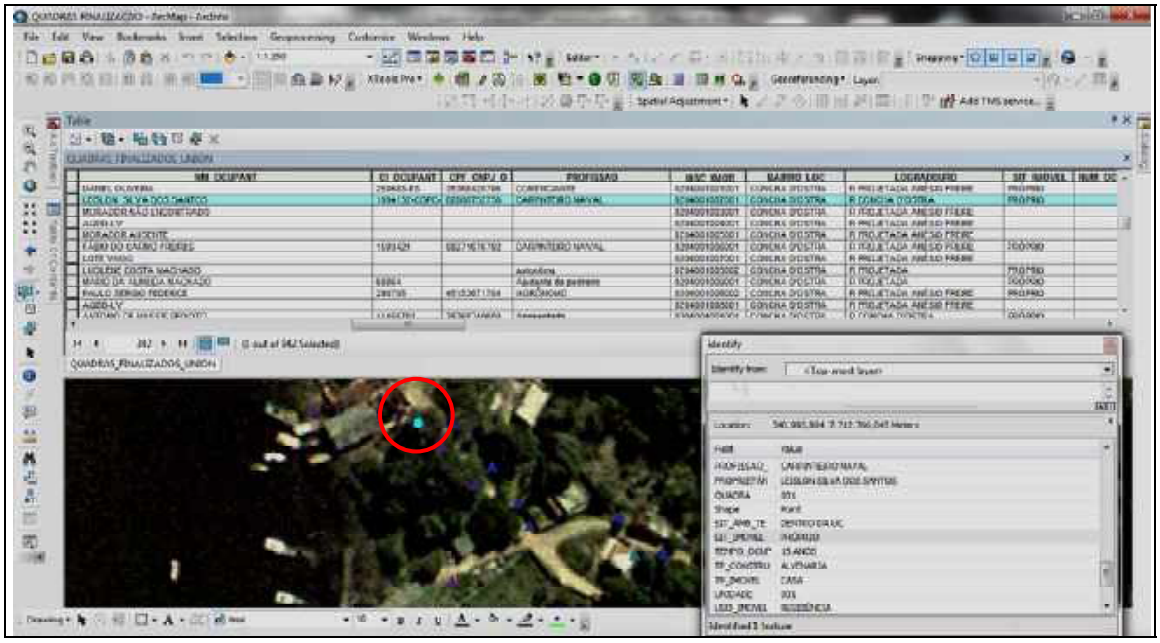


Figura 4.9.6.7-4: Visualização da informação cadastrada já armazenada no programa Arcgis, destacada em azul, correlacionada com a sua localização geográfica sobre a base cartográfica, destacada em azul, dentro circulo vermelho.

Na Figura 4.9.6.7-5 observamos um tipo de consulta que foi feita, exemplificando a visualização dos dados cadastrais de um imóvel na comunidade de Concha D'Ostra, de propriedade do Sr. Daniel Oliveira. Entretanto, essa pesquisa que foi feita originalmente no software Arcgis, pode também ser feita utilizando softwares de cartografia gratuitos como o Google Earth (Figura 4.9.6.7-4), graças à capacidade de integração dos dados. Os arquivos gerados serão também disponibilizados, no formato kml (Keyhole Markup Language) utilizado pelo Google Earth.

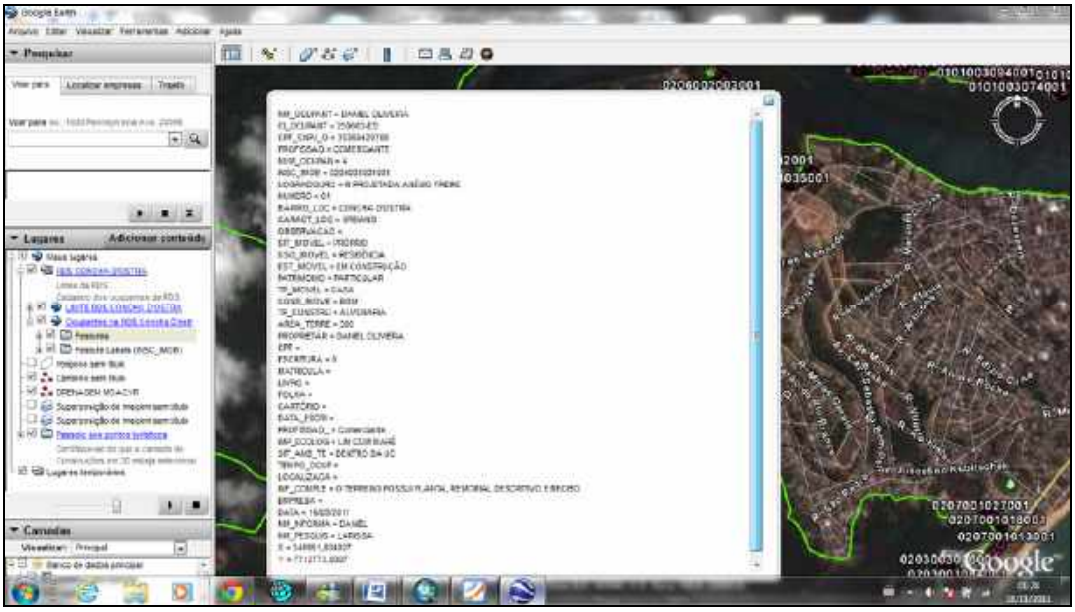
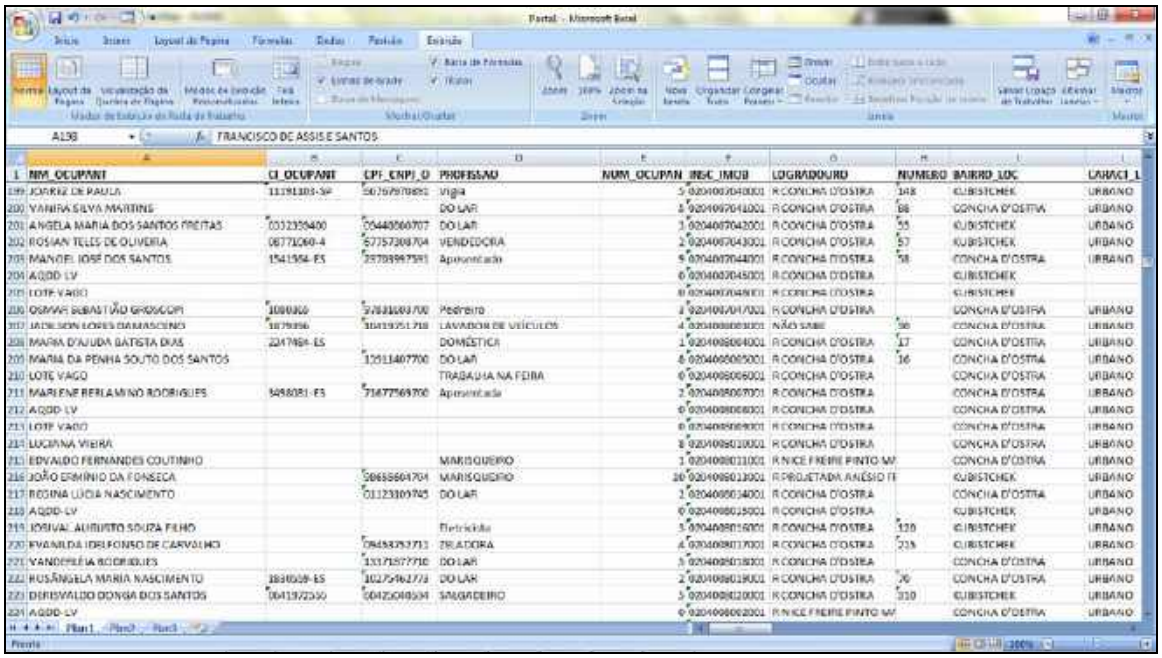


Figura 4.9.6.7-5: Visualização do mesmo dado cadastrado mas sobre a imagem atual do Google Earth.

Além de softwares de cartografia esses dados podem ser manipulados/ analisados em planilhas eletrônicas como Excel (Figura 4.9.6.7-6). Dessa forma, os profissionais que trabalham na gestão da RDS, poderão analisar a dinâmica da ocupação na RDS, através de ferramentas acessíveis, gratuitas, de fácil manipulação e de rápida resposta.



1	NM_OCUPANT	CI_OCUPANT	CPF_CNPJ_O	PROFISSAO	NUM_OCUPAN	INSC_IMOB	LOGRADOURO	NUMERO	BAIRRO_LOC	CARACT_L
199	JORGE DE PAULA	11191103-SP	50769970891	Vigia	5	02040607040001	R CONCHA D'OSTRA	148	GUBISTCHEK	URBANO
200	VANIRA SILVA MARTINS			DO LAR	1	02040607041001	R CONCHA D'OSTRA	88	CONCHA D'OSTRA	URBANO
201	ANGELA MARIA DOS SANTOS FREITAS	0332359400	05440566707	DO LAR	1	02040607042001	R CONCHA D'OSTRA	55	KUBISTCHEK	URBANO
202	ROSIAN TELES DE OLIVEIRA	08771060-4	97757308704	VENDEDORA	2	02040607043001	R CONCHA D'OSTRA	57	KUBISTCHEK	URBANO
203	MANOEL JOSÉ DOS SANTOS	1541554-ES	25708997591	Aposentado	5	02040607044001	R CONCHA D'OSTRA	58	CONCHA D'OSTRA	URBANO
204	AQUD-LV				6	02040607045001	R CONCHA D'OSTRA		KUBISTCHEK	
205	LOTE VAGO				0	02040607046001	R CONCHA D'OSTRA		KUBISTCHEK	
206	OSMAR SEBASTIÃO GROSCOPF	1080860	97931693700	Pedreiro	1	02040607047001	R CONCHA D'OSTRA		CONCHA D'OSTRA	URBANO
207	JADESON LOPES DAMASCENO	3879356	30419351718	LAVADOR DE VEÍCULOS	4	02040608003001	NÃO SABE	56	CONCHA D'OSTRA	URBANO
208	MARIA D'AJUDA BATISTA DIAS	2247984-ES		DOMÉSTICA	1	02040608004001	R CONCHA D'OSTRA	17	CONCHA D'OSTRA	URBANO
209	MARIA DA PENHA SOUTO DOS SANTOS		12511407700	DO LAR	6	02040608005001	R CONCHA D'OSTRA	16	CONCHA D'OSTRA	URBANO
210	LOTE VAGO			TRABALHA NA FEIRA	0	02040608006001	R CONCHA D'OSTRA		CONCHA D'OSTRA	URBANO
211	MARLENE BERLAMINO RODRIGUES	3498081-ES	71477569700	Aposentada	2	02040608007001	R CONCHA D'OSTRA		CONCHA D'OSTRA	URBANO
212	AQDD-LV				0	02040608008001	R CONCHA D'OSTRA		CONCHA D'OSTRA	URBANO
213	LOTE VAGO				0	02040608009001	R CONCHA D'OSTRA		CONCHA D'OSTRA	URBANO
214	LUCIANA VIEIRA				8	02040608010001	R CONCHA D'OSTRA		CONCHA D'OSTRA	URBANO
215	EDVALDO FERNANDES COUTINHO			MARISQUEIRO	1	02040608011001	R NICE FREIRE PINTO MA		CONCHA D'OSTRA	URBANO
216	JOÃO ERMÍNIO DA FONSECA		20683664704	MARISQUEIRO	20	02040608012001	R PROJETADA ANÉSIO TE		KUBISTCHEK	URBANO
217	ROSINA LUCIA NASCIMENTO		01123309745	DO LAR	1	02040608014001	R CONCHA D'OSTRA		CONCHA D'OSTRA	URBANO
218	AQDD-LV				0	02040608015001	R CONCHA D'OSTRA		KUBISTCHEK	URBANO
219	JOSIVAL AUGUSTO SOUZA FILHO			Eletricista	5	02040608016001	R CONCHA D'OSTRA	120	KUBISTCHEK	URBANO
220	EVANILDA DELFONSO DE CARVALHO		09458757713	CELADORA	4	02040608017001	R CONCHA D'OSTRA	216	KUBISTCHEK	URBANO
221	VANDERLEIA RODRIGUES		13375577710	DO LAR	5	02040608018001	R CONCHA D'OSTRA		CONCHA D'OSTRA	URBANO
222	ROSÂNGELA MARIA NASCIMENTO	1838608-ES	10275962773	DO LAR	2	02040608019001	R CONCHA D'OSTRA	76	CONCHA D'OSTRA	URBANO
223	DERISVALDO DONISA DOS SANTOS	0841972550	00426048634	SALGADEIRO	5	02040608020001	R CONCHA D'OSTRA	210	KUBISTCHEK	URBANO
224	AQDD-LV				0	02040608002001	R NICE FREIRE PINTO MA		CONCHA D'OSTRA	URBANO

Figura 4.9.6.7-6: Banco de dados gerados no Acces e transferidos para a planilha Excel.

4.9.6.8. Conclusão Geral da Análise da Socioeconômica da Área de Estudo da RDS

A partir da análise e interpretações das informações coletadas quanto a percepção dos moradores inseridos na área da RDSCD, foi possível observar, assim como, conhecer a relação que eles tem com o ecossistema manguezal.

Um dos impactos observados foi o relativo à captura de caranguejos, em particular nos bairros Camurugi e Lameirão, onde foi observado certo desconhecimento dos moradores com relação ao período da andada do caranguejo, não havendo divulgação local de que neste período é proibido a sua captura. A atitude deles, inadequada, é resultado da falta de conhecimento que esses ocupantes têm também de sua importância, não se podendo afirmar que eles mantêm boa relação com o ambiente que os rodeia, pois nem mesmo conhecem o seu funcionamento e sua dinâmica. Muitos não tinham conhecimento que o manguezal no entorno de suas casas é uma reserva ambiental criada por meio da Lei Est. nº 8.464 de 2007, mesmo muitos moradores da região necessitando da UC para o próprio sustento, o que os leva a “ajudarem” a preservar da melhor maneira que podem.

As entrevistas indicaram que é por falta de um melhor conhecimento por parte dos moradores sobre esse ecossistema que o mesmo vem sendo rapidamente degradado, uma vez que os migrantes que ocupam a área da RDS Concha D'Ostra romperam a sua relação com a natureza. Eles não se importam com o seu desconhecimento sobre o meio natural em que estão habitando e com a degradação dele. Observou-se que quase todos os entrevistados não gostam de morar em áreas de manguezal, que é inapropriado à habitação de seres humanos. Desta forma, esta relação não é agradável, pois eles não possuem um conhecimento total do ecossistema em que estão habitando.

As análises dos resultados obtidos no decorrer da pesquisa indicam que os principais problemas de ordem ambiental percebidos estão ligados à falta de infraestrutura, a disposição dos resíduos sólidos em locais inadequados, à falta de saneamento básico e realização de aterros, além de identificar a necessidade de investimento no envolvimento destes moradores em projetos de qualificação profissional.

A percepção das organizações governamentais foi obtida a partir da análise dos resultados de sete entrevistados, que possuem cargos municipais ou estaduais, todos conhecedores da existência da UC, mas somente dois tendo participado das reuniões iniciais relativas à sua criação, mas por outro lado 5 secretarias atuam com projetos sociais com os pescadores, programas e trabalhos de conscientização sobre ocupação do solo.

Quanto ao conhecimento da existência de Associação de Pescadores/ Marisqueiros, Catadores de Caranguejo ou ONG's na região, verificou-se que a maioria disse conhecer, além de citar alguns nomes, permitindo se ter expectativas quanto a possibilidade, no futuro, de co-gestão da UC com OSCIPS, embora quatro entrevistados tenham respondido que falta interação entre os órgãos e as Associações e três responderam que os órgãos atuam de forma satisfatória.

Quanto ao conhecimento dos problemas que envolvem a RDS Concha D'Ostra com a comunidade do entorno, as autoridades afirmaram que tinham sim e destacaram como um dos maiores, a ocupação irregular, além da falta de saneamento básico e infraestrutura. Mas perguntados como resolvê-los, três responderam que com a fiscalização ambiental a atuação seria melhor, um entrevistado respondeu que será necessário propiciar às famílias residentes na área uma moradia adequada e acesso aos serviços de assistência social, articulado com os serviços básicos de saúde e educação e o outro entrevistado disse que atuaria em denúncias de ocupações irregulares, mostrando divergências internas sobre os problemas encontrados.

As organizações governamentais quando perguntadas sobre os impactos ambientais que ocorrem, todos destacaram de uma forma sistemática que aterro, derramamento de óleo, queimada, desmatamento, lixo e pesca predatória ocorriam na UC, havendo somente um que não apontou a última opção. Deste cenário se conclui que embora sem comprovação científica, estes

são de fato os principais problemas da UC, situação essa também verificada ao longo do desenvolvimento das pesquisas.

Em relação à opinião das ONGs, a unanimidade observada sobre o conhecimento da existência da UC não necessariamente se traduz em envolvimento, situação essa caracterizada quando das ONGs entrevistadas, somente duas afirmaram ter se envolvido na sua criação, sendo apenas uma atuante no conselho da UC.

Ao serem perguntados sobre quais eram os principais problemas sociais e de infraestrutura nos bairros, os problemas mais destacados foram a falta de saneamento básico, calçamento, áreas de lazer, de união entre os moradores e ainda o desemprego. Por outro lado, a baixa pontuação dada pelas ONGs para problemas evidenciados pela opinião dos moradores como violência, tráfego de drogas e falta de policiamento, de falta de pavimentação, escolas, unidades de saúde e praças, reflete o distanciamento de algumas dessas entidades ambientalistas da realidade da UC. A resposta do que pode ser feito quanto aos problemas elencados veio através da avaliação de dois entrevistados, indicando que os órgãos responsáveis deveriam ter um melhor trabalho de fiscalização na área da RDS e enquanto outro citou cursos profissionalizantes como solução para estes problemas. Destaca-se que como as perguntas eram abertas, o que prevaleceu foi a opinião espontânea dos entrevistados, onde a correlação dos problemas com a responsabilidade de fiscalização dos órgãos competentes em resolvê-los é um meio simples de apontamento de soluções cuja complexidade, merece um melhor aprofundamento, em face, das diferentes naturezas dos problemas anteriormente elencados. A única indicação da realização de cursos profissionalizantes como meio de resolvê-los é digno de destaque, porque propõe soluções consistentes e estruturais vindo de encontro com esta necessidade identificada pelos moradores. É claro que diante da magnitude dos problemas identificados e de sua diversidade se deva utilizar, concomitantemente as duas sugestões, até mesmo porque a primeira tem efeito em curto prazo e a outra proposta a médio e longo prazo.

Quanto aos problemas de saneamento básico, as respostas ouvidas foram coerentes com a realidade encontrada. Quando perguntados sobre a existência de rede de esgoto/saneamento no bairro, três responderam que o tratamento de esgoto/saneamento é péssimo, retratando serem conhecedores de um dos principais problemas detectados na UC. Já em relação à coleta de lixo realizada nos bairros, um entrevistado acha que o serviço de coleta é bom, um acha ruim e o outro acha o serviço de coleta do lixo péssimo, havendo somente um deles que não respondeu a pergunta, concluindo-se que a diversidade de opiniões observadas, reflete novamente as diferentes distancias da realidade da UC que cada ONG tem.

Coerentemente, observamos a unanimidade dos entrevistados quando perguntados se eles acham importante a permanência e a conservação da RDS de acordo com as leis específicas, destacando ainda o entendimento de que não bastam as leis, pois elas precisam ser cumpridas para que haja a real conservação da UC.

A avaliação de lideranças dos movimentos comunitários dos bairros Camurugi, Coroado, Praia do Riacho, Kubistchek, Concha D'Ostra e Itapebussu foram em parte coerentes com a realidade observada na UC. A explicação para esta avaliação decorre de algumas inconsistências observadas durante a analise das respostas consolidadas, a exemplo do resultado da primeira pergunta, a qual, dos 9 entrevistados, 8 disseram que tinham conhecimento da existência de alguma Reserva nas proximidades da comunidade e o mesmo numero afirmou que tiveram alguma participação na criação da RDSCD, mas por outro lado, somente 3 conhecem as regras para permanecerem na área da UC e 6 não.

A relação positiva com a UC é mais uma vez verificada quando foram perguntados se eles estão dispostos a continuar desenvolvendo suas atividades na área, respeitando as regras e oito entrevistados responderam que sim, repercutindo de forma quase proporcionalmente a mesma percentagem na próxima pergunta, quando sete entrevistados disseram que precisam da Reserva para dar continuidade aos seus trabalhos, e com somente dois dizendo que não. Além de se comprovar a vinculação entre as lideranças e a RDSCD, se obtêm a principio, um pré-consentimento dessas lideranças quanto a necessidade de se estabelecer regras para o uso sustentável dos seus recursos naturais.

Entretanto, se destaca por outro lado que este vínculo aparentemente forte se esvanece quando, somente dois deles afirmaram que utilizam o manguezal para a realização de projetos de pesca e cata de mariscos, enquanto 7 nada responderam. Esta situação determina uma reflexão sobre a veracidade da assertiva em relação à existência de comunidade tradicionais, até mesmo definida no texto da lei que cria a UC. Este dado deve ser considerado junto com o resultado da próxima pergunta, quando nenhum entrevistado respondeu que têm conhecimento da época de defeso quando a comercialização dos mariscos. Essa situação se assemelha quando perguntado sobre a existência de alguma Associação de Marisqueiros/Pescadores ou Catadores, tendo dois entrevistados respondidos que conhecem, mas não souberam citar e seis responderam que não conhecem e ainda um não respondeu.

Considerando esses resultados associados com aos dados levantados sobre informações semelhantes obtidas junto aos moradores, permite-se identificar, contrariando os resultados do primeiro inventário realizado quando da discussão da recategorização da UC, um clareamento sobre a existência de moradores que desenvolvem atividades extrativistas, mas que necessariamente na realidade, não se constituem em um núcleo ou população tradicional.

5. METODOLOGIA

A metodologia aqui apresentada retrata as etapas do trabalho de campo, a metodologia usada na elaboração e aplicação dos questionários e os critérios e a análise estatística adotada para o tratamento dos dados obtidos em campo.

5.1. CRONOGRAMA DE LOCAIS VISITADOS

A visita de campo teve início em 1º de abril de 2011 com toda a equipe da empresa Makoto Ambiental e com a presença de Administrador da RDS, Sr. Georges, sendo realizado através de reconhecimento da área do canal de Guarapari pela manhã, chegando até ao Bairro Concha D'Ostra, conforme se observa na Figura 5.1-1.

Figura 5.1-1: Primeira visita de campo da equipe da Makoto Ambiental observando-se o Administrador da RDS, Sr. Georges, ao centro.

Na seqüência a equipe fez um reconhecimento preliminar do Bairro em particular da área sob embargo judicial, prosseguindo a visita na parte da tarde com o uso de veículos e fazendo o reconhecimento preliminar dos bairros a serem inventariados.

A partir deste levantamento preliminar a equipe ultimou os preparativos para iniciar o diagnóstico socioeconômico, ambiental e fundiário adotando o sentido anti-horário para percorrer 9 áreas associadas aos bairros adjacentes a UC, conforme se observa na Tabela 5.1-1, sendo eles na seqüência: Lameirão, Praia do Riacho, Bico do Urubu, Kubistchek, Concha D'Ostra, Coroado, Praia de Olaria, Itapebussu e Camurugi, sendo aplicados os questionários tanto para os moradores, como também para lideranças comunitárias, concomitantemente

ao georeferenciamento das unidades habitacionais mapeadas e a realização do inventário da informações domiciliares.

Tabela 5.1-1: Cronograma de locais visitados.

BAIRRO	INICIO DAS VISITAS DE CAMPO
Lameirão	13 de abril 2012
Praia do Riacho	13 de abril de 2012
Bico do Urubu	25 de abril de 2012
Kubistchek	25 de abril de 2012
Concha D'Ostra	20 de maio de 2012
Coroado	6 de junho
Praia de Olaria	6 de julho
Itapebussu	6 de julho
Camurugi	6 de julho

Destaca-se que em função da percepção de campo do aumento do numero de unidades habitacionais a serem inventarias, da aproximação do limite do prazo inicial contratado, houve a contratação de outros profissionais que se somaram a equipe e puderam então desenvolver os trabalhos de forma concomitante em mais de um bairro.

5.2. ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

A partir da análise de bibliografias que descrevem a metodologia para o levantamento fundiário com vistas à desapropriação dos imóveis particulares em UCs de proteção integral, desenvolveu-se a metodologia para o caso da RDS Concha D'Ostra, que é uma Unidade de Uso Sustentável. Destaca-se que neste caso, mesmo não objetivando a desapropriação de terras particulares, não se isentou da necessidade de se identificar as terras públicas, que podem se tornar áreas de uso exclusivo para o manejo da unidade de conservação[1].

Com base no artigo 20 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC) e o termo de referência contido no edital, foram utilizados dois documentos principais para a elaboração da metodologia: A Questão Fundiária[2]; Instrução normativa - IN n° 2 de 3/09/09 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMbio[3], no entanto, como essa IN tem como objetivo estabelecer parâmetros técnicos para caracterização com vistas a desapropriação em Unidades de Proteção Integral, foi utilizado o relatório de vistoria como base para construção do questionário (Anexo 5.2-1) excluindo informações que não seriam pertinentes, já que no caso da RDS Concha D'Ostra não haverá necessariamente desapropriação.

---

1 Disponível em http:// legislacao.planalto.gov.br / legislacao.nsf/Viw_Identificacao / lei%209.985-2000? Open Document

2 Disponível em www.rbma/pdf/caderno_01.pdf

3 Disponível em http://www4.icmbio.gov.br/intranet/download/arquivos/cgfun/download/IN% 2002_2009% 20 Regularizacao_Fundiaria%20de%20UCs.pdf.

Para a realização do diagnóstico socioeconômico inicialmente foram realizadas entrevistas com os responsáveis pela RDS Concha D'Ostra (Anexo 5.2-2), para obter informações iniciais sobre a percepção dos mesmos em relação à UC, bem como, avaliar o conteúdo dos roteiros das pesquisas de campo apresentados para o diagnóstico socioeconômico (Anexos 5.2-3 a 5.2-6), obtendo com isso o refinamento dos mesmos para uma melhor obtenção dos resultados.

O diagnóstico socioeconômico foi baseado em entrevistas e aplicação de questionário e fundamentado na análise etnográfica e etnológica dos grupos tradicionais.

Foi utilizada uma amostragem por conveniência, sobre a qual serão aplicadas entrevistas individuais e familiares nas comunidades existentes na RDS e seu entorno imediato (Anexo 5.2-3), lideranças de associações comunitárias (Anexo 5.2-4), ONGs (Anexo 5.2-5) e autoridades municipais ou estaduais (Anexo 5.2-6), com o objetivo de conhecer os diferentes matizes que compõe a área de estudo, assim como, identificar separadamente as opiniões de cada grupo de entrevistados, analisando suas interfaces e diferenças em relação a percepção unidade de conservação.

A pesquisa de campo foi complementada com a identificação de outros atores locais envolvidos, a exemplo de proprietários de imóveis rurais além de se buscar perceber e mapear as eventuais concorrências de usos e de conflitos de interesses entre os diferentes segmentos.

Os resultados dos levantamentos foram então comparados e analisados a luz de outras informações obtidas através de pesquisas junto aos órgãos públicos, instituições de ensino, setor produtivo e outras fontes de informação, que contribuíram para a construção do diagnóstico da realidade local.

5.3. AMOSTRAGEM E ANÁLISE ESTATÍSTICA

Neste trabalho utilizou-se a abordagem de pesquisa qualitativa, sendo a amostragem estabelecida para a aplicação dos questionários socioeconômicos e ambientais foi de no mínimo 20% do total das unidades habitacionais inicialmente quantificadas a partir da interpretação da base cartográfica construída, conforme observado na Tabela 5.3-1. Entretanto, o inventário de campo das unidades habitacionais realizado posteriormente, identificou um total de 108% a mais de ocupações, que a inicialmente prevista, mas mesmo assim se manteve uma média de 19,19% de entrevistados *versus* número de unidades habitacionais. Destaca-se que se tratando de uma análise da opinião dos entrevistados, se estabeleceu uma amostra da população para se obter a tendência do pensamento dos moradores em relação aos aspectos levantados através da pesquisa de opinião.

Destaca-se que o número de questionários socioeconômico-ambiental foi definido com base nas informações obtidas a partir da interpretação da base de dados fornecida pelo IEMA, considerando um mínimo de 20% em relação ao

número de moradores. Já o inventário das unidades habitacionais dentro dos limites da UC, foi executado direto no campo para 100% das diferentes formas de ocupação por parte da população. Junto a esse último, foi aplicado um questionário sobre a situação do imóvel e de seus moradores, o qual em face da presença ou ausência de moradores foi aplicado a uma média de 70,47 % dos moradores. Um agravante para o não alcance do percentual desejado se deu na região do Bairro Kubitscheck em função de risco de vida dos técnicos, em face da presença intimidadora de traficantes, tendo sido inventariado apenas 14,56% do total de moradores.

Tabela 5.3-1: Número de questionários aplicados por unidades habitacionais em cada bairro.

Bairros	Unidades Habitacionais Estimadas[1]	Unidades Habitacionais Inventariadas	N° de Questionários aplicados sobre o perfil das Unidades Habitacionais	% de Questionários aplicados sobre o perfil das Unidades Habitacionais *versus* Unidades Habitacionais Inventariadas	N° de Questionários de Socioeconomia Aplicados	% de Questionários *versus* Unidades Habitacionais Inventariadas
Lameirão	20	62	53	85,48	8	12,90
Praia do Riacho	44	117	91	77,77	11	9,4
R. Espírito Santo	70	110	87	79,09	31	28,18
Kubitschek	60	151	22	14,56	46	30,46
Concha D'Ostra	120	253	174	68,77	42	16,6
Coroado	15	28	26	92,85	6	21,42
Prainha de Olaria	40	85	70	82,35	15	17,64
Itapebussu	120	210	194	92,38	33	15,71
Camurugi	20	44	30	68,18	9	20,45
Total	***509***	***1060***	***747***	***70,47***	***201***	***191,95***

OBS: [1] Unidades habitacionais quantificadas a partir da interpretação da base de dados fornecidas pelo IEMA.

A partir das informações obtidas para cada bairro a tabulação da pesquisa foi realizada no programa Excel, com cada bairro, separadamente. Cada pergunta foi colocada com seus itens em forma de tabela e cada pesquisado teve seus dados inseridos nela e somados aos dados lançados do pesquisado anterior, por meio da seguinte fórmula: = soma (0)+1+1+1. A partir da inserção das informações de todos os pesquisados, foi feita a soma geral e o percentual, lançados posteriormente nos gráficos.

A análise estatística dos demais questionários aplicados quais sejam: lideranças de associações comunitárias (Anexo 5.2-4), ONGs (Anexo 5.2-5) e autoridades municipais ou estaduais (Anexo 5.2-6), foi desenvolvida a partir das informações obtidas através da interpretação do somatório dos valores das respostas das respectivas pergunta, como no exemplo da Figura 5.3-1, em que é avaliada a percepção das Ongs entrevistadas sobre os impactos ambientais que ocorrem dentro da UC e no seu entorno.

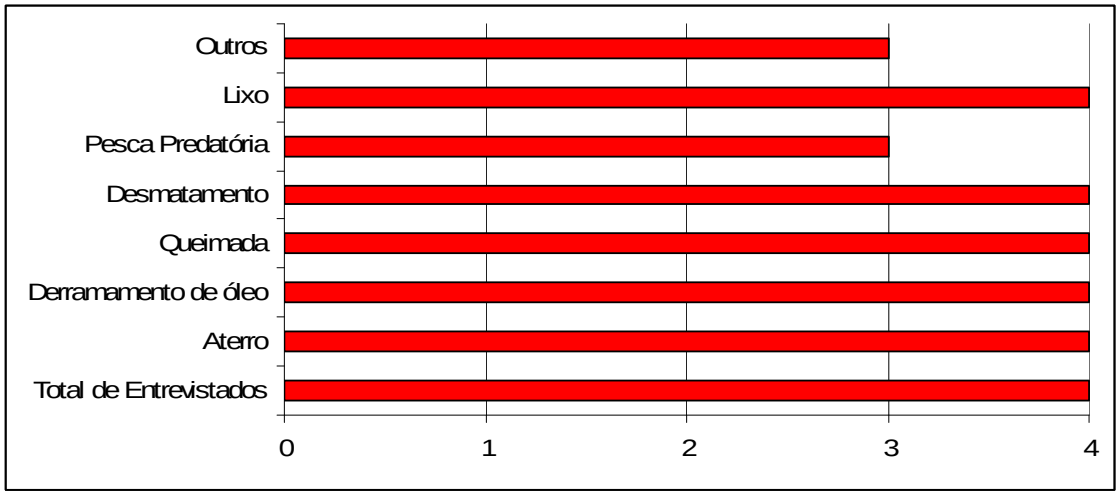


Figura 5.3-1: Percepção das Ongs entrevistadas sobre os impactos ambientais.

Outro exemplo aplicado às lideranças comunitárias dos bairros Camurugi, Coroado, Praia do Riacho, Kubistchek, Concha D'Ostra e Itapebussu, em relação se os lideres tinham conhecimento da existência de alguma Reserva nas proximidades da comunidade. Entre nove entrevistados, oito responderam que tem conhecimento sobre a Reserva Concha D'Ostra e somente um líder disse não conhecer alguma Reserva (Figura 5.3-2).

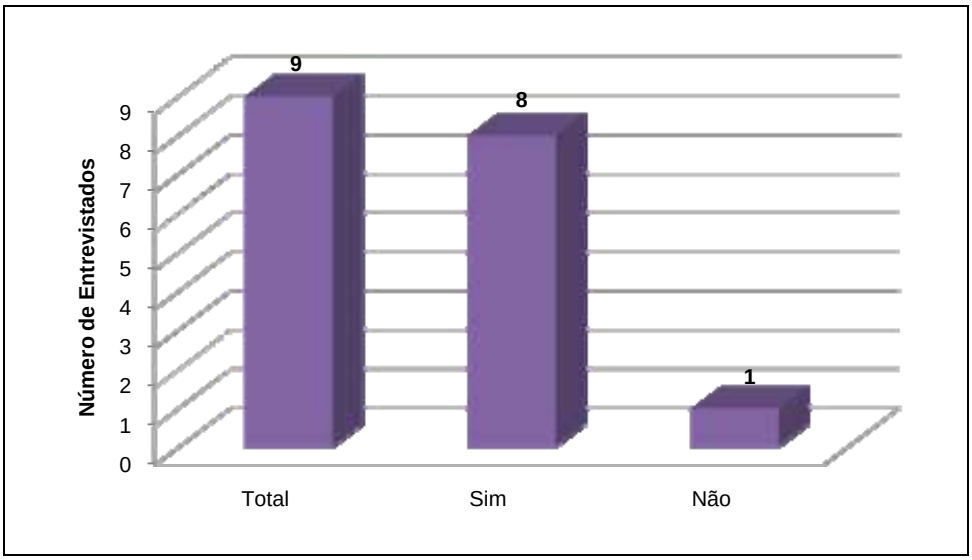


Figura 5.3-2: Sabe da existência de alguma Reserva Ambiental na região?

6. SÍNTESE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os impactos ambientais observados na RSDCD são praticamente os mesmos observados no primeiro diagnóstico realizado (IEMA, 2004, 2005 e 2006), e também percebidos por (Governo do Estado do Espírito Santo, 2006) e por PEREIRA, & VALENTIN (2010).

Para melhor visualização dos principais impactos observados na RDSCD, se apresenta uma Tabela 6-1, o quantitativo de informações geradas junto aos entrevistados em cada bairro relativa à pergunta de número 30 com o seguinte teor: *Na sua opinião quais os principais problemas (sociais e infraestrutura) da sua comunidade?* À pergunta foram apresentadas 22 opções de resposta, incluindo não sei/não respondeu e outros.

Tabela 6-1: Avaliação dos moradores quanto aos principais problemas (sociais e infraestrutura) da sua comunidade, por bairro.

RUA ESPÍRITO SANTO	
Impactos Ambientais	***Quantidade***
Esgoto/Saneamento	28
Poluição do Ar	0
Poluição da água	1
Coleta de lixo Insuficiente	1
Desmatamento	4
CAMURUGI	
Impactos Ambientais	***Quantidade***
Esgoto/Saneamento	8
Poluição do Ar	0
Poluição da água	0
Coleta de lixo Insuficiente	0
Desmatamento	0
CONCHA D'OSTRA	
Impactos Ambientais	***Quantidade***
Esgoto/Saneamento	42
Poluição do Ar	0
Poluição da água	2
Coleta de lixo Insuficiente	0
Desmatamento	18
COROADO	
Impactos Ambientais	***Quantidade***
Esgoto/Saneamento	4
Poluição do Ar	0
Poluição da água	0
Coleta de lixo Insuficiente	0
Desmatamento	3
ITAPEBUSSU	
Impactos Ambientais	***Quantidade***
Esgoto/Saneamento	22
Poluição do Ar	2
Poluição da água	2
Coleta de lixo Insuficiente	0
Desmatamento	0

Tabela 6-1: Avaliação dos moradores quanto aos principais problemas (sociais e infraestrutura) da sua comunidade, por bairro. Continuação.

KUBITSCHEK	
Impactos Ambientais	***Quantidade***
Esgoto/Saneamento	32
Poluição do Ar	0
Poluição da água	2
Coleta de lixo Insuficiente	0
Desmatamento	13
LAMEIRÃO	
Impactos Ambientais	***Quantidade***
Esgoto/Saneamento	4
Poluição do Ar	0
Poluição da água	0
Coleta de lixo Insuficiente	0
Desmatamento	0
PRAINHA DE OLARIA	
Impactos Ambientais	***Quantidade***
Esgoto/Saneamento	11
Poluição do Ar	2
Poluição da água	3
Coleta de lixo Insuficiente	0
Desmatamento	3
PRAIA DO RIACHO	
Impactos Ambientais	***Quantidade***
Esgoto/Saneamento	10
Poluição do Ar	0
Poluição da água	0
Coleta de lixo Insuficiente	0
Desmatamento	4

Como pode ser observado o principal problema apontado pelos moradores foi o relativo à falta de sistema de esgotamento sanitário (Figura 6-1), seguido de questão também freqüente do desmatamento (Figuras 6-2 e 6-3).

Figura 6-1: Lançamento de esgoto no mangue morto do Bairro Kubitschek. Foto: E. Valpassos.

Figura 6-2: Desmatamento no Bairro Concha D'Ostra.
Foto: E. Valpassos.

Figura 6-3: Desmatamento no Bairro Praia do Riacho.
Foto: E. Valpassos.

As percepções obtidas junto às lideranças comunitárias, Ongs, órgãos públicos e até mesmo dos gestores da UC do IEMA, indicam serem esses, os principais problemas encontrados na RDSCD.

7. EXPECTATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Procuradora do IBAMA Dra. Sônia Maria Pereira Wiedmann – em "*A Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação***",** afirma:

> "*A RDS enseja uma união promissora: de um lado, o conhecimento científico, fruto de persistente trabalho; de outro, as comunidades que têm na terra o meio mais relevante de sobrevivência que induz seus "tutores" a proteger essas áreas naturais. Há algo de mágico nessa interação e podemos mesmo ousar dizer que Deus é mais fácil de ser encontrado ali do que em um templo erigido para adorá-lo." (*WIEDMANN, 2001).

A vinculação das **RDS** com as populações tradicionais está bem estabelecida também, segundo SFB (2012), quando define que são áreas naturais que abrigam populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

Segundo Lima, 2006, a RDS é uma categoria que se enquadra perfeitamente dentro do conceito "socioambiental", pois não se trata de proteger a população e ou mais os ecossistemas naturais, como em uma soma aritmética, mas fundamentalmente garantir a o elo e a sinergia decorrente dos processos de interação cultural e ecológica entre a população e o meio em que vivem.

Tendo este referencial como pressuposto, temos que avaliar em uma balança imaginária, o peso correspondente aos impactos ambientais observados dentro da RDS e por outro lado os diferentes usos dos recursos naturais dela usufruídos através das atividades extrativistas observadas.

No contexto atual, não é difícil imaginar que os diferentes aspectos negativos observados vêm pressionando este equilíbrio de forma significativa, comprometendo os objetivos para os quais a UC foi criada. Dessa forma se faz necessária inversão dessa tendência, através da redução dos impactos ambientais negativos mais significativos, relacionados às ocupações em áreas de manguezal e de vegetação de mata atlântica, como também acelerar a implantação dos programas de saneamento ambiental, avançando ainda sobre locais não contemplados na atual fase do Projeto Águas Limpas. Quaisquer outras ações voltadas à implementação de projetos que venham a estimular o turismo, aqüicultura ou até mesmo a regulamentação das atividades extrativistas, deverá ser precedido da redução de forma significativa das pressões ambientais negativas já caracterizadas.

Nesse contexto, se observa atualmente duas expectativas antagônicas entre os moradores que residem dentro da UC. Por um lado as dos moradores da Rua Espírito Santo ou “Bico do Urubu” que aguardam a iniciativa da PMG de relocação da área, e por outro lado, as dos moradores do Bairro Concha D’Ostra que aguardam nas áreas invadidas, a oportunidade de ali permanecerem. Embora a situação de cada local seja diferente, o fato encontrado de ocupações irregulares é o mesmo, variando a quantidade de moradores e as características locais, sendo essa última, justamente a diferença que norteia as posturas diametralmente opostas observadas. No primeiro caso, no “Bico do Urubu” temos a maioria dos ocupantes vivendo em barracos em uma situação degradante e já no outro, ocupações construídas de alvenaria em uma área valorizada, cuja dominialidade indeterminada associada a condições de maior proximidade com a estrutura urbana central de Guarapari, explicam o desejo dos ocupantes de ali permanecerem.

É necessário que o governo do Estado através do IEMA proponha a regulamentação prevista no Art. 7º da Lei que criou a RDS, que diz “*O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias*”, pois poderá então, junto com o diagnóstico aqui apresentado, determinar que posição deverá ser adotada em relação aos ocupantes da RDS.

Destarte, colocar a opinião de LIMA (2006), quando faz a análise dos instrumentos legais que tratam da categoria de manejo RDS em relação a este tipo de problema, afirmando com muita propriedade:

> *“É preciso que a Lei enfrente expressamente a questão da possibilidade ou não de coexistência com propriedades privadas pertencentes a populações não beneficiárias. Havendo possibilidade excepcional de coexistência de propriedades privadas (tese das propriedades insuladas) é preciso que a regulamentação ofereça elementos mais concretos para que o Conselho Gestor da UC, assim como sua administração, possam atuar e garantir a proteção efetiva à RDS.”*

Nesse sentido trazemos a luz do problema, uma contribuição da Procuradora do IBAMA Dra. Sonia Wiedmann, obtida por consulta na Internet, onde afirma:

> *“Quanto a criação da RDS em área sem população tradicional, pode ocorrer, desde que no decreto não conste população residente, mas* ***população do entorno****. Se deixar como está pode ser complicado, pois no plano de manejo deverá constar* ***os direitos específicos da população residente****. O decreto deve ser corrigido no parágrafo 1º. Ao invés de "residentes na localidade" colocar "residentes no entorno da localidade.”*

Reavaliar, portanto, a adequação dos limites da atual RDS, é condição *sine qua non,* para se minimizar os problemas da gestão da presença de moradores

dentro dos limites da UC, assim como buscar agilizar os processos em curso de transferência daqueles moradores que diante dos objetivos para os quais a UC foi criada, não se coadunam.

Outra importante expectativa está relacionada com a aplicação de R$ 2 milhões que foram destinados à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra, provenientes de parte dos recursos arrecadados de compensação ambiental decorrentes do processo de licenciamento da quarta usina da Samarco, no valor total de 7,83 milhões (A Gazeta, 2012) cujo plano de aplicação deverá ser estabelecido, definindo as prioridades para aplicação dos recursos com o aval do conselho consultivo da RDS.

Assim, ao analisarmos a problemática existente na reserva, constata-se que é cada vez mais urgente a elaboração de um Plano de Manejo, que inclua as mais variadas representações da sociedade organizada como universidades, prefeitura municipal de Guarapari, associações de moradores, movimentos sociais, organizações não governamentais, agricultores, sindicatos rurais, entre outros, permitindo a participação efetiva da população na escolha de políticas efetivas para a gestão sustentável da Unidade de Conservação.

Para que este desafio se torne realidade, é necessário e indispensável a criação de condições que possibilitem a melhoria de vida da população local, definindo de forma participativa as melhores opções, para que estas determinem um desenvolvimento econômico, social e ambiental no sentido de se garantir a sustentabilidade deste ecossistema tão singular, rico e dinâmico.

O papel das ONGs é de fundamental importância para o processo de criação e gestão de uma UC, dando transparência a sua administração e ao mesmo tempo angariando apoios que os órgãos públicos tem, às vezes, dificuldades de obter, a exemplo, dos mutirões de limpeza da Sociedade Gaia Religari, ou do projeto de ostreicultura desenvolvido pela da Associação Aquícola de Guarapari - AAGRI, criada em 2000, com objetivo de levar melhor qualidade de vida para os extratores de ostras.

Segundo Araci Vieira de Almeida (SEAG, 2005), que preside a entidade, a entidade possuía 40 associados, sendo 20 extratores de ostras e 20 de caranguejo, e chegaram a produzir 40.000 unidades de ostras no verão do ano de 2000. A renda média mensal dos associados, no verão, foi de aproximadamente R$ 150,00. Segundo SEAG (2005), um convênio entre a Fundação Bando do Brasil, SEAG e Fundação PROMAR deu início um novo período para a AAGRI, onde foram captados cerca de R$ 40.000,00 para aquisição de materiais, embarcações e construção de um galpão para materiais e realização de cursos. Entretanto através de contatos pessoais com a referida presidente, esta informou que o projeto foi abandonado, em face do furto do material usado para produção das ostras, sugerindo-se resgatar esta iniciativa, dentro de uma expectativa do desenvolvimento de práticas sustentáveis para a RDSCD.

Outros projetos de Aqüicultura também têm aptidão/aplicação, mediante estudos de viabilidade, para serem implantados na localidade, mas destacando que os possíveis beneficiários da RDS ficam vedados de explorar espécies localmente ameaçadas de extinção, a exemplo do goiamum, *(Cardisoma guanhumi* Latreille*),* espécie enquadrada como vulnerável (Decreto Nº 1.499-R de 14 de junho de 2005), na lista de animais ameaçados de extinção do Estado do Espírito Santo, ou de realizar práticas que danifiquem seus habitats, proibição essa que se estende também, a terceiros não beneficiários da RDS, quaisquer que sejam eles.

O turismo é também uma alternativa louvável para o crescimento social, principalmente em localidades onde as opções de sobrevivência são precárias e insuficientes, como no contexto onde a RDSCD se encontra, pois possibilita a inserção social por meio das oportunidades de emprego, geradas sobre tudo no trabalho informal, para uma crescente massa de desempregados que o mercado é incapaz de absorver.

Entretanto, para que haja um desenvolvimento local coerente por intermédio do turismo, é preciso incluir um planejamento ordenado e eficaz com base teórico-metodológica, a fim de garantir a conservação dos aspectos ambientais, valorizando a melhoria da vida da comunidade local, e ao mesmo tempo oferecendo o lazer esperado pelos seus freqüentadores, sustentando a economia da região.

Se por um lado desenvolver estratégias específicas para resolução dos problemas da RDS Concha D'Ostra é uma tarefa difícil, por outro cabe ao IEMA em conjunto com o município de Guarapari a realização de ações de fiscalização e de prevenção, através da divulgação em parceria com os diferentes representantes das comunidades envolvidas, a fim de informar a população da importância do ecossistema, das vantagens de sua preservação e do uso adequado dos seus recursos, visando o uso sustentável da RDS Concha D'Ostra.

8. LAUDO BIOLÓGICO E SOCIOAMBIENTAL DA RDS

Ao longo dos anos essa região vem sofrendo impactos negativos como desmatamentos, aterros, ocupações irregulares, deposição de resíduos sólidos, lançamento de esgoto sem tratamento direto em suas águas.

Com base na coleta de dados e informações provenientes das entrevistas realizadas, observamos que as áreas estudadas de todos os bairros apresentam quase sempre as mesmas deficiências, como: carência de saneamento básico em quase sua totalidade, serviços de telefonia deficiente, coleta de lixo irregular e transporte urbano precário ou inexistente.

Os bairros vêm carregando esse "fardo" ao longo de sua história, acrescido de outros problemas como a falta de segurança e violência. Essa situação pode ser observada no Bairro Kubitschek onde é o intenso tráfico de entorpecentes, prejudicando inclusive o trabalho de campo, que implicou em dificuldades de se realizar as entrevistas com os moradores do bairro em função da inibição causada pela presença de pessoas, portando armas que abordaram os membros da equipe da Makoto Ambiental.

O perfil geral das comunidades é de baixa renda social, com poucas exceções, muitas pessoas sem profissões e sem empregos garantidos, permanecendo como caseiros de chácaras e alguns na função de marisqueiro para garantir a sobrevivência. Grande parte da população estabelecida nesta região veio de outros Estados, com o intuito de sobreviver basicamente da pesca e em busca de novas oportunidades de trabalho devido à instalação de grandes empreendimentos na região. O fato dessa população não ser nativa contribui muito para a falta de conscientização e comprometimento ambiental, se deslocando, a qualquer momento, para outros locais. Para a maioria dos migrantes, o manguezal serve como área transitória, até que eles encontrem um local mais adequado, ou seja, “longe” do mangue.

Em sua maioria as famílias possuem até três gerações e as casas são habitadas por muitos moradores, situação essa que implica em sucessivos aterros no manguezal da área da RDSCD, comprometendo não somente a preservação ambiental como também dificultando o fornecimento de serviços urbanos, já que as residências tornam-se cada vez menos acessíveis à medida que adentram na área do manguezal.

No caso do Bairro Concha D’Ostra algumas áreas ocupadas por moradores encontram-se sob interdição judicial, devido à ação de desmatamento da mata atlântica e ocupação, situação essa que contribui para dificultar a gestão da UC em face da fragilidade da presença institucional do órgão gestor, com apenas um único funcionário, que é o gestor da UC. Por outro lado, a interdição judicial fez a comunidade entender a importância de preservar a área para que eles mesmos possam continuar vivendo na comunidade, identificando-se moradores “conscientes e preocupados com a preservação do local”. Este aparente

paradoxo se traduz na posição do representante da comunidade local, que ao mesmo tempo em que participou da ocupação da área, se faz hoje presente no conselho deliberativo da UC defendendo a necessidade de se preservar a região e em especial os recursos naturais da RDSCD.

Além do problema da "invasão" de casas no entorno do mangue, há outros problemas que preocupam os moradores, como por exemplo, as demandas por infraestrutura básica e também uma melhor previsão e divulgação por parte da Prefeitura em relação aos projetos a serem implementados, principalmente, na área de estudo.

Dentro das áreas pesquisadas nos bairros, Praia do Riacho e Prainha de Olaria são os que menos possuem pescadores e a área da “prainha” localizada dentro dos limites da RDS Concha D’Ostra recebe muitos turistas no verão e pescadores do Bairro Coroado e por outro lado alguns moradores levam animais para banhar no canal, usando a mesma área como local para lazer.

Outro aspecto importante é a coleta de lixo que não é realizada com a devida regularidade e em alguns locais é inexistente, sendo os resíduos jogados em locais impróprios, tornando-se uma das principais fontes de poluição da RDSCD, pois contribui para assoreamento de córregos e para o próprio canal de Guarapari, além de contaminar o sedimento e poder causar danos a fauna.

A poluição em grande parte é decorrente da própria ação dos moradores, que inclusive desenvolvem atividades que afetam as condições ambientais do manguezal. Um exemplo marcante é observado na Rua Espírito Santo, onde, 96,8% das famílias que vivem no local desenvolvem atividades como marisqueiros, mas, no entanto despejam o esgoto de suas casas direto no mangue por falta de rede coletora. Neste caso inexistente porque a população ali residente deverá ser transferida segundo informações da PMG, devendo a área então ser desaterrada e recuperada.

Existem trechos do mangue que estão totalmente descaracterizados, como a área no entorno dos bairros Itapebussu e Kubitschek e em alguns locais já não tem mais nenhum aspecto de manguezal, pois foram impactados por fatores que impedem a regeneração natural.

Na primeira situação o mangue foi ocupado em grande parte já a muitas décadas e substituído por residências, algumas até com dois pavimentos, inviabilizando a recuperação natural do manguezal.

Já em Kubitschek, embora ocorram também ocupações, estas já mais recentes, foi constado que o principal problema no local é o despejo de um grande volume de esgoto *in natura*, inclusive de bairros vizinhos. O despejo de esgoto embora seja comum nas demais áreas pesquisadas, em maior ou menor intensidade, algum fator pretérito causou uma perturbação significativa na área de tal forma persistente que inibe até hoje sua recuperação natural, pois a área já era desprovida de vegetação em março de 1970, conforme se comprova na Figura 8-1.

Figura 8-1: Foto aérea de março de 1970 destacando a inexistência de mangue em duas áreas na região do Bairro Kubitschek.

Segundo moradores locais o mangue foi queimado, há muitos anos, situação descrita que não faz sentido, pois se desconhece situações de incêndios em manguezais, a não ser se for ao sentido figurado, ou seja, da aparência, levando a outra hipótese que seria a aplicação de herbicida, fato esse não comprovado

Destaca-se, porém, um fator natural a ser considerado, comumente observado em particular nas áreas mais ao fundo nos manguezais, que é a presença dos "Apicuns" formação essa decorrente de uma situação de maior deposição de sal, inibindo a formação do mangue. Conforme relatado por PEREIRA, O. J. ; Valentin, L. F. D. 2010, observando um dos pontos onde foi realizado o Laudo Técnico da Caracterização dos Ecossistemas e Análise de Impactos Antrópicos da Reserva Estadual do Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra:

> *"grandes trechos são destituídos de vegetação por serem provavelmente "apicum", um tipo de ambiente hipersalino em manguezal."*

De qualquer forma se faz necessário a realização de pesquisas com análises de sedimentos, antes de se promover qualquer tentativa de recuperação das áreas degradadas, pois segundo Rodrigues & Gandolfi (1996), citado por PEREIRA, O. J. ; Valentin, L. F. D. 2010, a intensidade e longevidade das perturbações, determinam a resiliência do ecossistema, ou seja, o potencial ou capacidade de regeneração de um ecossistema após sua degradação.

PEREIRA, O. J. ; Valentin, L. F. D. 2010 citando Panitz & Porto Filho (1995) informa que para haver a intervenção do homem no processo de recuperação do Manguezal deve se remover o tensor que está causando a degradação e deixar que o sistema se recupere por si mesmo. "*É uma perda de tempo tentar restaurar áreas artificialmente se não se remover o tensor ou restarem ainda quantidades residuais do mesmo"*.

Segundo estes autores na recuperação de área de manguezal as condições de substrato, fluxo de água doce e salgada adequada e aporte de nutrientes, devem ser restabelecidos, sendo que certos tensores como aterros e canalizações não permitem a minimização dos efeitos nem a sua recuperação. Nesse sentido há a necessidade de eliminação dos fatores que tencionam o ambiente natural naquela região, paralelamente a realização de análise das condições físico-químicas, para se ter certeza se o fenômeno observado é decorrente de ações antrópicas ou naturais, ou se ainda os mesmos estão interagindo e potencializando uma pressão negativa no sentido de dificultar a regeneração natural do manguezal.

Outra área de mangue que deve ser objeto de preocupação é a do Bairro Camurugi, separado em duas partes com o aterro por onde passa a Rua Rio Grande do Sul, sendo o mangue a jusante, mantido através da comunicação do fluxo da maré por apenas uma única manilha de pequeno diâmetro, afetando a dinâmica natural do manguezal.

Esta situação percebida por PEREIRA, O. J. ; Valentin, L. F. D., (2010), leva-o a recomendar em seu relatório:

> *"Caso este fluxo seja interrompido o trecho do ecossistema voltado para o Norte não sobreviverá por muito tempo. Temos que aqui considerar que os bordos do trecho isolado estão em contato com as residências, que em sua maioria lança esgoto e lixo para o interior deste ambiente."*

Nessa condição o manguezal a jusante tende a se degradar mais rapidamente se esses fatores negativos não forem minimizados. Deve-se, portanto ser feito o monitoramento da área objetivando avaliar a presença de sinais de mudança do perfil do mangue assim como da presença ou ausência de espécies características deste ecossistema, que a exemplo do *Ucides cordatus*, caranguejo uçá, que já não foi identificado às margens da referida via pública por ocasião do trabalho de campo.

Finalizando e em linhas gerais concordando com PEREIRA, O. J. ; Valentin, L. F. D., (2010), resumimos:

...as pressões identificadas no Manguezal da RDS Concha D'Ostra estão basicamente relacionadas com ocupação para moradia sobre aterros deste ecossistema e seus respectivos impactos decorrentes já caracterizados. Para atender o que é preconizado na literatura para este ecossistema e, se considerando que este ambiente em Guarapari é muito representativo no que tange a proporções, logo, com grande capacidade de fornecer e dispersar sementes (resiliente) basta que os tensores sejam retirados que o ambiente irá se recompor naturalmente.

Para solução deste problema específico é necessário que os diferentes órgãos governamentais estejam envolvidos no processo de realocação dos moradores das áreas ocupadas indevidamente, cuja iniciativa deve ser da PMG, com o apoio do governo estadual e federal através de projetos habitacionais para população de baixa renda.

9. PROPOSTA DE REDELIMITAÇÃO DA UC

Como observado ao longo do diagnóstico, os limites atuais da RDS foram ocupados em vários locais ao longo de sua existência, destacando ainda que quando do processo de revisão dos limites e mudança de categoria, áreas já urbanizadas ou não consolidadas, ficaram incluídas em seus limites, a exemplo de áreas dentro do Bairro Olaria, dificultando a gestão da UC e ao mesmo tempo estimulando novas ocupações.

Nesse sentido são apresentadas 3 opções de redelimitação identificadas como **proposta 1** (Figura 9-1), **proposta 2** (Figura 9-2) e **proposta 3** (Figura 9-3), junto com os critérios usados para exclusão ou inclusão dos limites propostos para cada opção.

337000 338000 339000 340000 341000 342000 343000 344000

7716000 7715000 7714000 7713000 7712000 7711000 7710000

CAMURUGI

ITAPEBUSSU

PRAINHA DE OLARIA

OLARIA

COROADO

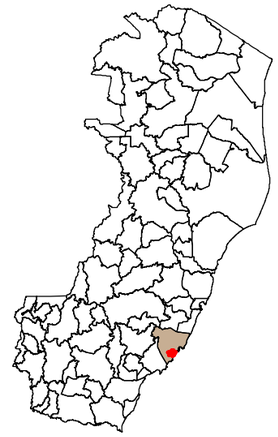
CONCHA D'OSTRAS

KUBITSCHECK

PRAIA DO RIACHO

BICO DO URUBU

LAMEIRÃO



Legenda:

Limite Atual RDS: A= 953,5 ha / P= 39.490 m

Limite RDS Proposto 1: A=966,7 ha / P= 47.096 m

N

Projeção: Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal: WGS-84.
Zona: 24S

MAKOTO AMBIENTAL

iema

Projeto: Diagnóstico Socioambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Concha D´Ostra

Título: Mapa dos Limites Alternativos da Localização da RDS Conha D'Ostra - Alternativa 1.

Local:	*Resp. Técn.Cart.:* Diogo Poloni Geóg. CREA/ES-014129/D	
Data: Jan/12	*Escala:* 1:25.000 (250 125 0 250 m)	*Fonte:* Apoio de campo, IBGE; IEMA.

337000 338000 339000 340000 341000 342000 343000 344000

7716000 7715000 7714000 7713000 7712000 7711000 7710000

CAMURUGI

ITAPEBUSSU

PRAINHA DE OLARIA

OLARIA

COROADO

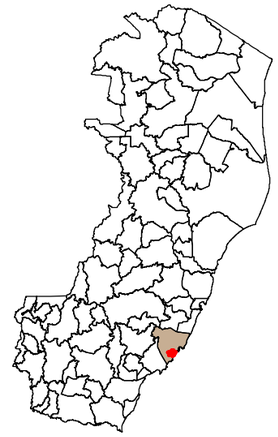
CONCHA D'OSTRAS

KUBITSCHECK

PRAIA DO RIACHO

BICO DO URUBU

LAMEIRÃO



Legenda:

Limite Atual RDS: A= 953,5 ha / P= 39.490 m

Limite RDS Proposto 2: A=1.217,2 ha / P= 47.488 m

N

Projeção: Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal: WGS-84.
Zona: 24S

誠 MAKOTO AMBIENTAL

iema

Projeto: Diagnóstico Socioambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Concha D´Ostra

Título: Mapa dos Limites Alternativos da Localização da RDS Conha D'Ostra - Alternativa 2.

Local:	*Resp. Técn.Cart.:* Diogo Poloni	
ES	Geóg. CREA/ES-014129/D	
Data:	*Escala:*	*Fonte:* Apoio de campo,
Jan/12	1:25.000 250 125 0 250 m	IBGE; IEMA.

337000 338000 339000 340000 341000 342000 343000 344000

7716000 7715000 7714000 7713000 7712000 7711000 7710000

CAMURUGI

ITAPEBUSSU

PRAINHA DE OLARIA

OLARIA

COROADO

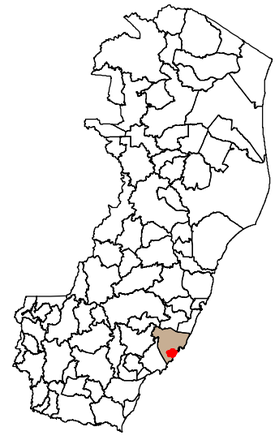
CONCHA D'OSTRAS

KUBITSCHECK

PRAIA DO RIACHO

BICO DO URUBU

LAMEIRÃO



Legenda:

Limite Atual RDS: A= 953,5 ha / P= 39.490 m

Limite RDS Proposto 3: A=1200 ha / P= 49.623 m

N

Projeção: Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal: WGS-84.
Zona: 24S

MAKOTO AMBIENTAL

iema

Projeto: Diagnóstico Socioambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Concha D´Ostra

Título: Mapa dos Limites Alternativos da Localização da RDS Conha D'Ostra - Alternativa 3.

Local:	*Resp. Técn.Cart.:* Diogo Poloni	
ES	Geóg. CREA/ES-014129/D	
Data: Jan/12	*Escala:* 1:25.000 (250 125 0 250 m)	*Fonte:* Apoio de campo, IBGE; IEMA.

Na proposta 1 são mantidos praticamente os limites atuais, buscando apenas contornos mais precisos para incluir a vegetação remanescente de manguezal e outros tipos de vegetação natural, classificados e descritos no item uso do solo, e acrescendo-se áreas ainda preservadas, observadas ao norte e não incluídas originalmente, que incluem alagados e vegetação associada. Outro critério buscado foi o de se excluir ocupações já consolidadas nas áreas dos bairros Camurugi, Itapebussu, Olaria, Praia de Olaria, Concha D'Ostra, Kubitschek, Praia do Riacho e Lameirão de dentro dos limites da UC. Destaca-se que a área correspondente ao Bico do Urubu, apesar de inclusa dentro dos limites, a mesma deve ser objeto de remoção de todos os seus ocupantes, seguida de desaterro e recuperação da área degradada. Outro destaque deve ser feito a manutenção dentro dos limites propostos, das ocupações recentes no Bairro Concha D'Ostra, justificado pelo fato das mesmas estarem sob embargo judicial e ao mesmo tempo existir nesta área um maior percentual de moradores que desenvolvem atividades ligadas ao extrativismo.

Mantido os limites propostos, a UC terá um pequeno aumento em sua área atual de 953,5 ha para 966,7 ha, ou seja, o correspondente a 13,2 ha ou 1,38%.

Dessa forma os critérios para redelimitação usados na proposta 1, foram:

Critérios de Exclusão:

- Ocupações irregulares, recentes e que causam muito impacto a UC;
- Limites pouco precisos sobre áreas naturais.

Critérios de Inclusão:

- Ocupações mais antigas e consolidadas;
- Áreas de vegetação natural ainda preservada.

A proposta 2 mantém os critérios usados na redelimitação da proposta 1, mas avança um pouco mais, incluindo uma área de vegetação em muito bom estado de conservação situada ao noroeste, pertencente a Fazenda Limeira de propriedade da empresa BRASIF. A proposta acresce 263,7 ha à área atual da RDS, ou o correspondente a 27,66%.

A proposta 3 de redelimitação da UC mantém praticamente todos os critérios já apresentados anteriormente, mas com uma alteração no de exclusão onde se somou às áreas com ocupações irregulares, recentes e que causam muito impacto a UC, todas as demais antigas e consolidadas. Observa-se que a adoção deste critério levou em consideração a intenção de se evitar a presença de quaisquer moradores dentro da UC, a exceção dos residentes na Ilha do Piraí.

Dessa forma, para se atingir tal objetivo, a RDS fica dividida na região do Bairro Concha D'Ostra em duas partes, assim como também junto a ponte, onde o manguezal do outro lado ficou isolado do limite da UC, conforme se observa

nas propostas anteriores. Destaca-se que quanto a esta última alteração, a sobreposição com a ponte, foi propositalmente eliminada, objetivando evitar conflitos de gestão com o município, sem perder o principal foco da criação da UC, que é a proteção do recurso natural - o mangue.

Conforme se observa na Figura 9-3, a proposta 3 onde se retira todas as ocupações humanas, perfaz uma área de 1200 ha acrescentando 246,5 ha ao limite atual da UC, ou o equivalente a 25,85 % da RDS.

Com o objetivo de se perceber as diferenças existentes entre as propostas de redelimitação da RDS, se apresenta na Figura 9-4, a sobreposição de todas em uma única imagem, de forma se poder analisar o seu conjunto e avaliar qual a melhor opção a ser adotada.

A partir da análise técnica pelo IEMA das propostas apresentadas, e a escolha de uma delas, ou ainda a proposição de outra opção, a mesma deve ser analisada e aprovada pelo conselho da UC. Após esta etapa, deve ser realizada uma audiência pública para justificar a alteração dos limites e sua aprovação, seguida do envio de projeto de lei a assembléia legislativa com as mudanças nos limites e finalmente encaminhada para sanção pelo governador.

Destaca-se ainda a necessidade, em face da intervenção do Ministério Público Estadual, após a proposta de redelimitação ser aprovada pelo Conselho da UC, que a mesma seja levada ao conhecimento da promotoria, junto com o diagnóstico da RDS, para análise e avaliação da necessidade de suspensão do embargo promovido pela justiça.

Uma vez consolidada todas estas fases recomenda-se a materialização em campo dos novos limites com a instalação de marcos, concomitantemente a uma campanha de esclarecimento junto às comunidades onde serão instalados, objetivando-se não só dar conhecimento público dos limites da UC como também se evitar, em face ao desconhecimento dos mesmos, novas ocupações dentro da RDS.

337000 338000 339000 340000 341000 342000 343000 344000

7716000 7715000 7714000 7713000 7712000 7711000 7710000

CAMURUGI

ITAPEBUSSU

PRAINHA DE OLARIA

OLARIA

COROADO

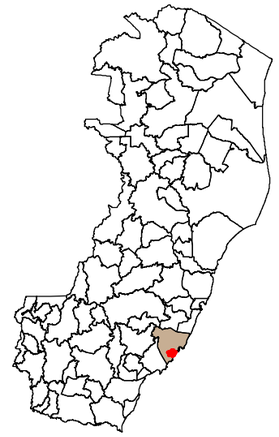
CONCHA D'OSTRAS

KUBITSCHECK

PRAIA DO RIACHO

BICO DO URUBU

LAMEIRÃO



Legenda:

- Limite Atual RDS: A= 953,5 ha / P= 39.490 m
- Limite RDS Proposto 1: A=966,7 ha / P= 47.096 m
- Limite RDS Proposto 2: A=1.217,2 ha / P= 47.488 m
- Limite RDS Proposto 3: A=1200 ha / P= 49.623 m

N

Projeção: Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal: WGS-84.
Zona: 24S

誠 MAKOTO AMBIENTAL

iema

Projeto: Diagnóstico Socioambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Concha D´Ostra

Título: Mapa dos Limites Alternativos da Localização da RDS Conha D'Ostra.

Local:	*Resp. Técn.Cart.:* Diogo Poloni	
ES	Geóg. CREA/ES-014129/D	
Data:	*Escala:*	*Fonte:* Apoio de campo, IBGE; IEMA.
Jan/12	1:25.000 250 125 0 250 m	

10. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

A primeira RDS criada no Brasil foi a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Mamirauá em 1996 no Estado do Amazonas, então uma nova categoria de unidade de conservação ainda inédita no país e que foi posteriormente, incorporada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000 (Queiroz, 2005).

De acordo com Wiedmann (2001), inspirando-se no modelo bem sucedido da RDS Mamirauá, o Art. 20 da Lei 9.985/2000 (SNUC), busca a manutenção das populações tradicionais em áreas de rica biodiversidade cuja utilização sustentável não comprometa a perenidade dos recursos naturais. A lei coloca como objetivo básico a preservação da natureza assegurando condições e meios necessários para a reprodução e melhoria dos modos e qualidade de vida das comunidades.

Segundo Lima (2006), a RDS tem por fundamento jurídico a Convenção de Diversidade Biológica (CDB) e a Constituição Federal brasileira (CF) que apontam para o compromisso e o dever do Estado brasileiro de adotar ações concretas no sentido da proteção jurídica dos ecossistemas naturais e das populações tradicionais que habitam esses espaços e dos seus modos de vida que integram o patrimônio cultural socioambiental brasileiro.

A partir deste referencial o SNUC Lei N° 9.985, de 18 de Julho de 2000, estabeleceu em seu artigo Art. 14 a identificação da referida categoria de manejo dentro do Grupo das Unidades de Uso Sustentável e seu Art. 20 discorre sobre suas características e funcionamento. O Decreto 4340/02 que regulamenta o SNUC embora não trate especificamente da categoria de manejo RDS, trata no seu Capítulo IX do Reassentamento das Populações Tradicionais, em seus artigos 35 a 39, que público especial este que é um dos objetivos desta categoria de manejo.

Em relação à questão dos povos tradicionais, destaca-se, portanto, um importante marco referencial que é a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1992, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 e aprovada pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 2 de 03 de fevereiro de 1994. Tal instrumento, dentre outros dispositivos, prevê:

- Respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas: alínea *j* do artigo 8;

- Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com as práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação e utilização sustentável: alínea c do artigo 10 (Ministério Público do Paraná, 2012).

Ainda no que se refere a Populações Tradicionais temos o Decreto Federal nº 6.040, 07/02/2007 que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e define em seu inciso I, art. 3º o que se compreende por Povos e Comunidades Tradicionais.

> *I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;*
>
> *II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.*

Ao nível federal temos ainda a criação da única RDS federal a Itatupã–Baquiá pelo Dec. s/nº de 14 de junho de 2005, no estado a Amazônia com 64.441,29 ha (ICMBIO, 2012)

Ao nível Estadual temos Lei nº 9.462, de 11/6/2010, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SISEUC incluindo em seu Art. 14, inciso VI, a categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável dentre o grupo de Uso Sustentável e definindo-a em seu Art. 21. Esta lei foi posteriormente alterada pela Lei n.° 9.505 de 16/08/2010, mantendo no inciso II do Art. 24 o caráter deliberativo de conselhos para a categoria RDS.

Ao nível municipal temos o PDM de Guarapari Lei nº 7/2007 estabelece dentre outras diretrizes o seu zoneamento no Art. 103 (Figura 10-1) e no Art. 104 define as UCs que integram a Zona de Proteção Ambiental 1, relacionando as seguintes áreas de preservação especial e permanentes que constituem patrimônios naturais e paisagísticos do Município (Câmara Municipal de Guarapari, 2012):

I - As Unidades de Conservação listadas a seguir e aquelas de Proteção Integral que vierem a ser criadas:

a) Parque Municipal Morro da Pescaria;

b) Parque Estadual Paulo César Vinha;

c) Pico do Cruzeiro e Pedra do Oratório;

d) Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra, incluindo Prainha do Amâncio, Lameirão, Pedra Itapebuçú e Praia da Concha D'Ostra.

Destaque para o fato do texto se referir a RDS Concha D'Ostra, mas no anexo da lei aparece ainda como Estação Ecológica (Figura 10-2).

Em MIGALHAS (2012), destacamos ainda a determinação da juíza da vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos e Meio Ambiente de Guarapari/ES, Danielle Nunes Marinho, que em face de uma Ação Civil Pública - ACP do MPE, determinou a TJ/ES suspensão do fornecimento de água e luz a imóveis construídos sem licença ambiental em Concha D'Ostra.

Em sua decisão, a juíza afirma que a lei municipal, de fato, determina a emissão de estudos de impactos ambientais para a concessão de licenças. Além disso, a juíza destaca que a ocupação de áreas protegidas é um fenômeno contemporâneo e que é necessária a obediência às leis. Em outro trecho, a juíza frisa: "*em primeiro lugar, faz-se necessário que os órgãos e que as leis já criadas para tratarem a questão não sejam letra morta e tomem sua função e seu desiderato e, neste aspecto é fundamental que cada ente Estatal assuma seu papel institucional."* Na liminar, a juíza Danielle Marinho determinou o pagamento de multa diária avaliada em cinco mil reais, caso a decisão não seja cumprida pela CESAN e pela ESCELSA (MIGALHAS, 2012).

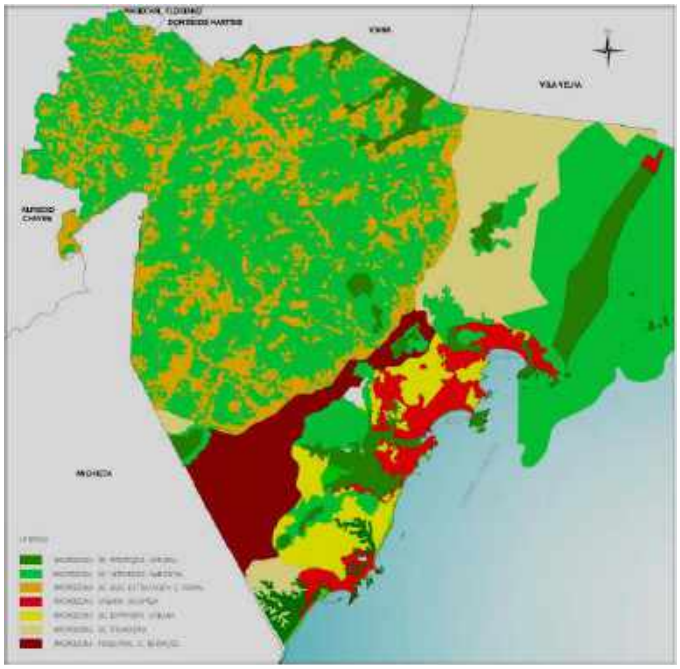


Figura 10-1: Mapa de Macrozoneamento do Município de Guarapari.
Fonte: Vargas e Alvarez (org.), 2007 *apud* Vargas (2007)

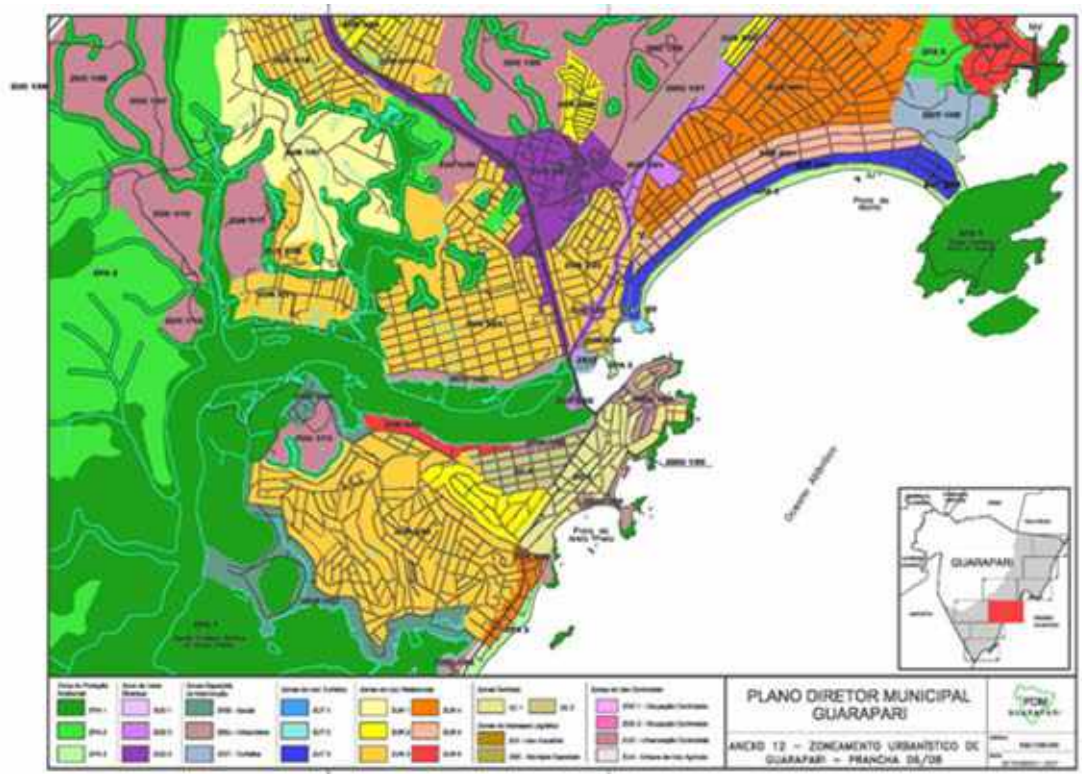


Figura 10-2: Parte do macro zoneamento onde se observa na parte inferior a esquerda identificação da RDS com Estação Ecológica.
Fonte: Câmara Municipal de Guarapari, 2012.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GAZETA. Samarco dará R$ 7,8 milhões a entidades, Denise Zandonadi. Economia Vitória-ES) 31/5/2011. Disponível em <http://www.intelog.net/site/imprimir.asp? TroncoI D= 907492&SecaoID=508074&SubsecaoID=538090&Template = ../ artigosnoticias/user_ xibir.asp&ID=154288>. Acesso em 23 de janeiro de 2012.

ACESG - Associação Cultural e Social de Guarapari. Disponível em Sitio Eletrônico:http://www.brasilchannel.com.br/municipios/mostrar_municipio.asp?nome=Guarapari&uf=ES&tipo=lazer

BRITO, I. M.; MELLO, C. L.; MADEIRA, C. V. Avaliação do significado estratigráfico do termo Barreiras. Anais da Academia Brasileira de Ciências, v. 69, n. 1, p. 136-137, 1996.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI. Lei Complementar nº 7/2007 de Guarapari. Disponível em http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl>. Acesso em 12 de fevereiro de 2012.

CÂMARA, G; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. V. Introdução à ciência da geoinformação. São José dos Campos: INPE, 2001. 344 p. (INPE-10506-RPQ/249). Disponível na biblioteca digitalURLib:<http://mtc-m12.sid.inpe.br/rep-/sid.inpe.br/sergio/2004/04.22.07.43>. Acesso em 08 fev. 2007.

COIMBRA, UBERVALTER. Mangue vendido em Guarapari está em Estação Ecológica. SÉCULO DIÁRIO. Disponível em <http://www.seculodiario.com.br/ arquivo/2005/ maio/ 23/noticiario/meio_ambiente/23_05_07.asp> 23 de maio de 2005. Acesso em 12 de fevereiro de 2012.

CPRM Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – Serviço Geológico do Brasil. Geobank. Disponível no site http://geobank.sa.cprm.gov.br/ Acesso em 01/12/2011

CTA - Relatório de Controle Ambiental – Linha de Distribuição 138Kv Ramal para SD Lameirão. MARCELO SIMONELLI. Maio/2007.

ESPÍRITO SANTO – INDDES municípios. Espírito Santo. Disponível em: www.ijsn.es.gov.br

GATTO, L. C. S.; RAMOS, V.L.S.; NUNES, B.T.A.; MAMEDE, L.; GOES, M.H.B.; MAURO, C.A.; ALVARENGA, S.M.; FRANCO, E.M.S.; QUIRICO, A.F.; NEVES, L.B. Geomorfologia. Geologia, geormorfologia, pedologia, vegetação, e uso potencial da terra/. Projeto RADAMBRASIL, Folhas SF. 23/24 Rio de Janeiro/Vitória. Rio de Janeiro, 1983.

GEOBANK, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais CPRM – Serviço Geológico do Brasil, Disponível em: http://geobank.sa.cprm.gov.br/. Acesso em 9/01/2012.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - Projeto Náutico e Urbanização da Orla do Canal de Guarapari; ADERES – Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo S.A. e SEPES – Secretária Extraordinária de Projetos Especiais. TRANSMAR Consultoria Ltda. Novembro/2006.

HARPIA. Projeto Cultivo de Ostra em Guarapari. Instituto Harpia Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em http://www.institutoharpia.org.br/ projeto. html. Acesso em 23/01/2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico Espírito Santo. Disponível em: www.ibge.gov.br

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE-Cidades @ – Espírito Santo – Guarapari. Disponível em: www.ibge.gov.br

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual de uso da terra. Manuais técnicos em geociências, n. 7. 2 ed. Rio de Janeiro. 2006.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes da Biodiversidade. Dados Gerais das Unidades de Conservação. Disponível em - http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/ comunicacao/downloads/planilha_editada.pdf. Acesso em 12-02-2012.

IEMA – Concha D'Ostra (2) - Levantamento Das Informações Básicas. Relatório Parcial - Comissão de Reavaliação da Categoria de Unidade de Conservação Concha D'Ostra. Coordenação: Luiz Alberto Cheles Ricart, 2004.

IEMA – Reavaliação da Categoria de Unidade de Conservação Estabelecida pela Lei no 7.658/04, Estação Ecológica Estadual Concha D'Ostra Município de Guarapari – ES. Comissão de Reavaliação da Categoria de Unidade de Conservação Concha D'Ostra. 2005.

IEMA - Reavaliação da Categoria de Unidade de Conservação "Estação Ecológica Estadual Concha D'Ostra" (Lei Nº 7.658/04) Município de Guarapari–ES. Apresentação em PPT. 21 slides. 21/12/2006.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves (2008). Perfil Regional – Região Metropolitana da Grande Vitória. Espírito Santo.

LIMA, ANDRÉ. Análise Jurídica Sobre Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Parecer Jurídico. WWF Brasil. 21p. Fevereiro de 2006. Disponível em < http:// assets. wwf. org. br / downloads / analise _ jurídica _ sobre _ reserva _ de _ desenvolvimento_sustentavel_wwf_brasil.pdf>. Acesso em 11 de janeiro de 2012.

MATOSO, S. de Q. & ROBERTSON, F.S. Uso geológico do termo "Barreiras". B. Técn. Petrobrás, Rio de Janeiro, 1959

MENDES, C. A. B. e CIRILO J. A. Geoprocessamento em recursos hídricos. Porto Alegre: ABRH, 2001. p. 536.

MIGALHAS. TJ/ES - suspende fornecimento de água e luz a imóveis construídos sem licença ambiental em Concha D'Ostra. Proteção ambiental. Disponível em http://www. migalhas.com.br/Quentes/17,MI101808,81042-TJ+ES+ suspende+ fornecimento+de+água+e+luz+a+imoveis+localizados+em. Acesso em 23/01/2012.

MIGALHAS. TJ/ES suspende fornecimento de água e luz a imóveis construídos sem licença ambiental em Concha D'Ostra. Disponível em http://www.migalhas.com.br / Quentes/17,MI101808,81042-TJ+ES+suspende+fornecimento+de+agua+e+luz+a+ imóveis+localizados +em. Acesso em 23 de janeiro de 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ – Legislação geral sobre comunidades tradicionais. Disponível em http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/. Acesso em 12 de janeiro de 2012.

MMA – Ministério do Meio Ambiente - Mapa das Áreas Prioritárias Para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, Brasília, 2003.

MUNICÍPIO DE GUARAPARI. Informações. Disponível em: http://pt. wikipedia.org/ wiki/Guarapari. Acesso em 26/03/2011, MYERS,

NORMAN (ed.). “Ocean, Gaia”, in An Atlas of Planets Management. Garden City, NY: Anchor Press, 1984, p.74.

PE. ANTÔNIO NUNEZ, Guarapari é o seu nome Autor. (1987)

PEREIRA, O. J. ; Valentin, L. F. D. . Reserva Estadual do Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra, Guarapari, Espírito Santo: caracterização dos ecossistemas e análise de impactos antrópicos. 2010. 78pg; Samarco Mineradora - PSG do Brasil Ltda.. Guarapari, ES. 2010.

PEROTA, C.; BOTELHO, W. C. & DE MARCHI, J. “Evolução da paisagem e transição cultural - Estudos de arqueologia no litoral do Estado do Espírito Santo”. In Anais do Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário: Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987.

PETRI, S. & FÚLFARO, V.J. Geologia do Brasil. São Paulo :EDUSP, 1983

PRADA-GAMERO M.; VIDAL-TORRADO P. E. FERREIRA, T. O. Mineralogia e físico-química dos solos de mangue do rio Iriri no canal de Bertioga (Santos, SP). Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0100-06832004000200002 &script =sci_arttext> Revista Brasileira de Ciência do Solo. R. Rev. Bras. Ciênc. Solo vol.28 nº 2 Viçosa Mar./Apr. 2004. Acesso em 12 de fevereiro de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI (2011). Informações e fotos. Disponível em: www.guarapari.es.gov.br. Acesso em 26/03/2011.

PROJETO RADAMBRASIL. Folhas SF23/24, Rio de Janeiro / Vitória, Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação e Uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1983.

QUEIROZ, HELDER L. A Reserva De Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. DOSSIÊ AMAZÔNIA BRASILEIRA II. Disponível em < http://www.scielo.br/ scielo.php?pid=S0103-40142005000200011&script=sci_arttext>. Estud. av. vol.19 no.54 São Paulo May/Aug. 2005. Acesso em 11 de fevereiro de 2012.

RODRIGUES R. R. & GANDOLFI, S.. Recomposição de florestas nativas: princípios gerais e subsídios para uma definição de metodologia. Revista Brasileira de Horticultura, v.2. p. 4-15. 1996

SEAG - Secretaria Estadual de Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca. Macrodiagnóstico Da Pesca Marítima Do Estado Do Espírito Santo Sig - Pesca ES. Fundação Pró-Mar. FPM RT 005/05. Julho /2005.

SECRETARIA DE TURISMO. Disponível em: seltur@guarapari.es.gov.br - turismodeguarapari@yahoo.com.br - Disponível em Prefeitura Municipal de Guarapari.

SÉCULO DIÁRIO. Projetos aprovados e em tramitação do deputado Sérgio Borges. Disponível em http://www.seculodiario.com/ arquivo/2003/dezembro/15/ claudia/ claudia/ legislativo3.asp. Acesso em 23 de janeiro de 2012.

SFB – SISTEMA FLORESTAL BRASILEIRO - Funções de cada categoria de Unidade de Conservação (UC), SNIF – Sistema Nacional de Informações Florestais. Disponível em http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao. Acesso em 11 de fevereiro de 2012

SOFFIATI, ARTHUR. Dez manguezais no Espírito Santo. 31 de Agosto de 2005. Disponível em: <http://www.oeco.com.br/convidados/16744-oeco13640>. Acesso em 19/11/2011.

SUGUIO, K.; NOGUEIRA, A. C. R. Revisão crítica dos conhecimentos geológicos sobre a Formação (ou Grupo?) Barreiras do Neógeno e o seu possível significado como testemunho de alguns eventos geológicos mundiais. Geociências, Rio Claro, v. 18, n. 2.1999.

VARGAS, PAULO SÉRGIO DE PAULA et Alli. Guarapari: Planejamento, Turismo e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em < http://lppufes.org/sites/ default/ files/ ELECS07_1095_1104%20guarapari%20pdm.pdf>. Acesso em 12/02/2012. Quarto Encontro Nacional e II Encontro Latino-americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2007.

VARGAS, PAULO SERGIO DE PAULA. GUARAPARI – ES Avaliação do Plano, Disponível em http://web.observatoriodasmetropoles.net/ planosdiretores/ produtos/ es/ ES%20-% 20 Relatorio%20Municipal%20n%C2%BA%207%20-20Mun% 20 Guarapari% 20-% 20 Paulo%20Vargas%20-%20npv2009.pdf> Guarapari, ES. 23 de novembro de 2007. Acesso em 12 de fevereiro de 2012.

VENTURINI, A. C. E PAZ P. R. DE. Registros documentados de aves inéditas ou de ocorrência rara no Espírito Santo. Originalis Natura Ltda, Ararajuba 11 (1): 95-99, junho de 2003.

WANDERLEY, T.C., BRICALLI, L.L. e VALE, C.C. Caracterização Geológica e Geomorfológica Da Bacia Do Córrego Morrinho (Sul do Estado do Espírito Santo). Eixo temático nº 1: Técnica e Métodos de Cartografia, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto, Aplicadas ao Planejamento e Gestão Ambientais. Viçosa. MG (S.D.). Disponível em http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/ trabalhos/ trabalhos_completos/eixo1/091. pdf. Acesso em 13 de fevereiro de 2012.

WIEDMANN, SÔNIA MARIA PEREIRA. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação em "Direito Ambiental das Áreas Protegidas" de diferentes autores e coordenado por Antonio Herman Benjamin. Ed Forense Universitária - São Paulo- pg. 448 a 454. 2001.

12. EQUIPE TÉCNICA

- **Coordenador do Diagnóstico Socioambiental:**
  Geógrafo MS Eng. Ambiental Diogo Medice Poloni

- **Responsável técnico pelo quadro Socioeconômico:**
  Socióloga Heloisa Nascimento Gomes

- **Especialista em Levantamento Fundiário:**
  Geógrafo Luciano Cajaíba Rocha
  Geógrafo Erick Alessandro Schuning Fernandes

- **Equipe Socioambiental:**
  Socióloga Aline Souza Silva
  Sociólogo Vitor Hugo Simon Machado
  Técnico em Meio Ambiente Patrick Tadeu Pereira

- **Coordenação Estratégica:**
  Comunicóloga Esp. Gestão Ambiental Maria Esther Arruda Kill
  Bióloga Esp. Gestão Rec. Hídricos Neiva Mattos Parro Pinheiro

- **Especialista em Unidades de Conservação:**
  Biólogo MS. em Ciência Florestal Edson Valpassos Reuter Mota

- **Coordenação de Apoio Administrativo/Editoração:**
  Mabel de Queiroz Lattufe

- **Estatística:**
  Jornalista Marilda Gonçalves da Rocha

- **Estagiária:**
  Bióloga Narem Rodrigues Chaves

ANEXOS

- ANEXO 4.1-1 -

- Lei que Cria a Estação Ecológica Estadual da Concha D'Ostra –

Poder Legislativo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

*** LEI Nº 7.658**

Cria a Estação Ecológica Estadual Concha D'Ostra, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, o Governador do Estado, nos termos do art. 66, § 1º. da Constituição Estadual sancionou, e eu, Claudio Vereza, seu Presidente, nos termos do § 7º. do mesmo artigo, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Estação Ecológica Estadual, na área de 10.365.985,82 m2, em que se localizam os Manguezais do Saco do Lameirão, do Córrego do Lameirão, de Concha D'Ostra e do Rio Aldeia Velha, nos exatos limites definidos nos Anexos 1, 2, 3 e 4 desta Lei.

Art. 2º Fica denominada Estação Ecológica Estadual Concha D'Ostra a unidade de preservação ambiental, criada por esta Lei e constituída de uma vegetação arbórea composta pelos gêneros "Rhizophora" (mangue vermelho), "Avicennia" (mangue preto) e "Laguncularia" (mangue branco).

Art. 3º A Estação Ecológica Estadual Concha D'Ostra tem como finalidade a preservação e a proteção integral e permanente do ecossistema e dos atributos naturais existentes em seus limites, especialmente das reservas genéticas da flora e da fauna, para fins científicos, educacionais e de sobrevivência das populações tradicionais, através da prática da maricultura sustentável.

Art. 4º A Estação Ecológica Estadual Concha D'Ostra fica sujeita ao regime de proteção estabelecido no Código Florestal, na lei de proteção à fauma, e demais normas pertinentes ao assunto, cabendo ao Estado zelar pela sua fiel execução, dentro dos limites de sua competência.

Art. 5º Fica proibida qualquer forma de exploração, de remoção e de supressão total ou parcial da Estação Ecológica e de sua vegetação.

Art. 6º A administração e a fiscalização da Estação Ecológica cabem direta ou indiretamente ao Estado, através de convênio; à Prefeitura Municipal de Guarapari ou a uma organização civil sem fins lucrativos, que tenha por finalidade a preservação ambiental.

Parágrafo único. O regulamento desta Lei disporá sobre a administração e a fiscalização da Estação Ecológica, prevendo a existência de um conselho de gestão composto por representantes das administrações públicas e da organização da sociedade civil.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Domingos Martins, em 04 de dezembro de 2003.

CLAUDIO VEREZA
Presidente

* Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Aerógrafo de Lei 121/03
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Projeto de Lei 65/03 Mensagem.....
Data da Promulgação 04/12/2003
Data da Publicação 09/12/2003
Autor: Dep Sérgio Borges
Diretoria Legislativa de Documentação e Informação

- ANEXO 4.1-2 -

- Relação dos Indicados na Instrução de Serviço Nº 140-S, de 28 de Junho de 2004 -

Relação dos Membros da Comissão de Reavaliação da Categoria de Unidade de Conservação Concha D'Ostra, criada como Estação Ecológica Estadual, através da Lei Nº 7.658, de 04 de dezembro de 2003 - Município de Guarapari - ES:

Edson Valpassos Reuter Mota
Gerente do Parque Estadual Paulo César Vinha - IEMA;
Rodovia BR 262, S/N – Jardim América – Cariacica – 29.140-261.
(27) 3367-0002
9944-5163
edsonvalpassos@yahoo.com.br

Luiz Alberto Cheles Ricart
Gerência de Recursos Naturais – GRN - IEMA
Rodovia BR 262, S/N – Jardim América – Cariacica – 29.140-261.
(27) 3136-3474
9932-9603
laricart@hotmail.com

Giovana dos Santos Baptista
Assessora do Deputado Sérgio Borges - Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo;
Av. Américo Buaiz, 205 – Enseada do Suá – Vitória – 29.050-950.
(27) 3382-3801/3802
9951-9248
gibaptista@bol.com.br

Antônio Teles Zimerer
Secretário Municipal de Meio Ambiente de Guarapari
Prefeitura Municipal de Guarapari;
R. Santana do Iapó, 29 – sobrado – Muquiçaba – Guarapari – 29.200-000
(27) 3361 – 2322 Ramal 227.
(27) 8806 - 1158
zimerer-teles@ig.com.br

Sandra Maria Gomes Tedoldi
Sociedade Gaya Religare;
R. Mário Jorge Assef, 348 – Itapebuçu – Guarapari – 29.200-000.
(27) 3262-8759 (Secretaria Municipal de Turismo)
(27) 3361-1020 (Residencial)
(27) 9979-0033 (Sandra)
9251-0691 /9983-6771 (Mateus)
tedoldi@fipag.br ou pmg.turismo@terra.com.br

Araci Vieira de Almeida
Presidente - Associação Aquícola de Guarapari
Dona Vanda – 3261.6715
Dr. Edson - Cedeu para a associação de Bairro
R. Vereador Osias Santana, 56 – Centro – Guarapari – 29.200-000.
9964-3194
ostrosecalcio @ig.com.br

- ANEXO 4.1-3 -

- Resultados Obtidos pelo Primeiro Diagnóstico Socioeconômico Realizado na RDS -

CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS DE PESQUISA

Concha D'Ostra – Baía de Guarapari, ES

N.º de entrevistados: 32 (1ª campanha)

1 - Bairros abrangidos:

1 Bela Vista	**3**
2 Camurugi	**1**
3 Casuar	
4 Concha D'Ostra	
5 Coroado	**18**
6 Independência	
7 Itapebussu	
8 Jabaraí	**3**
9 Kubitschek	**5**
10 Lameirão	**1**
11 Olaria	**1**
12 Parque da Areia Preta	
13 Santa Margarida	

2 – Características dos bairros segundo os moradores:

1 Calmo	**13**
2 As vezes calmo	**17**
3 Violento	**2**

3 – Tempo de residência nos bairros:

1 Até 6 meses	**1**
2 De 6 meses a 2 anos	**1**
3 Mais de 2 anos	**30**

4 – Perfil social dos entrevistados:

1 Sexo	Masculino	**30**
	Feminino	**2**
2 Idade	15 a 20 anos	
	21 a 30 anos	**4**
	31 a 40 anos	**5**
	41 a 50 anos	**8**
	51 a 60 anos	**3**
	61 a 70 anos	**1**
	Acima de 70 anos	
3 Membros da família	Casal	**1**
	3 pessoas	**5**
	4 pessoas	**4**
	5 pessoas	**7**
	Mais de 5 pessoas	**15**
	N.º total de membros	**178**

4 Grau de instrução	Analfabeto	**1**
	1º grau incompleto	**26**
	1º grau	
	2º grau incompleto	**2**
	2º grau	**1**
	3º grau	
	Não declarado	**2**
5 Renda familiar	1 salário mínimo	**23**
	2 salários mínimos	**7**
	3 salários ou mais	**2**
6 Alimentação básica	Arroz	**23**
	Feijão	**23**
	Ovos	**3**
	Peixe	**22**
	Mariscos	**2**
	Carne de boi	**7**
	Frango	**7**
	Massas	**1**
	Verduras	**1**
	Frutas	**1**
	Farinhas	

5 – Área de trabalho:

1 Atualmente	Empregado	**3**
	Desempregado	**29**
	Autônomo	
2 Profissão	Agricultor	**1**
	Catador de caranguejo	**4**
	Maricultor	
	Marisqueiro	**14**
	Motorista	**1**
	Pedreiro	**1**
	Pescador	**9**
	Pintor	**1**
	Não declarada	**1**
3 Ocupação atual	Cata de mariscos e caranguejo	**20**
	Maricultura	**0**
	Motorista	**0**
	Pesca amadora	**12**
	Pedreiro	**0**
	Pintor	**0**

6 – Cursos de interesse da família:

1 Ofícios da construção civil	**7**
2 Cabeleireiro e manicure	**3**
3 Serviços domésticos	**1**
4 Supletivo 2º grau	**5**
5 Técnicas agrícolas	**3**
6 Arte e artesanato	**8**
7 Digitador	**9**
8 Pesca	**15**
9 Jardinagem	**1**
10 Eletricista	**2**
11 Línguas estrangeiras	**1**

7 – Saneamento e Meio Ambiente:

1 Abastecimento d'água	Cesan	**26**
	Poço	**6**
	Nascente	
2 Destino do esgoto	Fossa séptica	
	Fossa seca	
	Rede de esgoto	**2**
	Canal do mangue	**6**
	Valão	**7**
3 Impactos ambientais identificados	Aterro	**2**
	Desmatamento	**13**
	Derramamento de óleo	**13**
	Lixo no mangue	**1**
	Lixo da maré	**1**
	Pesca predatória	**9**
	Queimada	**6**
	Não declarou	**7**

8 – Benefícios econômicos obtidos com a exploração dos mangues e do estuário da baía de Guarapari:

1 Obtém algum benefício	Sim	**25**
	Não	**7**
2 Tipo de atividade	Agricultura	**2**
	Cata de mariscos	**18**
	Cata de caranguejo	**4**
	Pesca	**8**

N.º de entrevistados: 88 (2ª campanha)

1 - Bairros abrangidos:

1 Bela Vista	
2 Camurugi	**11**
3 Casuar	**11**
4 Concha D'Ostra	**11**
5 Coroado	
6 Independência	**11**
7 Itapebussu	**11**
8 Jabaraí	
9 Kubitschek	
10 Lameirão	**11**
11 Olaria	
12 Parque da Areia Preta	**11**
13 Santa Margarida	**11**

2 – Características dos bairros segundo os moradores:

Calmo	**71**
1 As vezes calmo	**16**
2 Violento	**1**

3 – Tempo de residência nos bairros:

Até 6 meses	**6**
1 De 6 meses a 2 anos	**2**
2 Mais de 2 anos	**80**

4 – Perfil social dos entrevistados:

1 Sexo	Masculino	**40**
	Feminino	**48**
2 Idade	15 a 20 anos	**3**
	21 a 30 anos	**16**
	31 a 40 anos	**11**
	41 a 50 anos	**26**
	51 a 60 anos	**12**
	61 a 70 anos	**7**
	Acima de 70 anos	**1**
	Não responderam	**12**
3 Membros da família	Casal	**13**
	3 pessoas	**19**
	4 pessoas	**19**
	5 pessoas	**18**
	Mais de 5 pessoas	**19**
	N.º total de membros	**381**

4 Grau de instrução	Analfabeto	**10**
	1º grau incompleto	**35**
	1º grau	**14**
	2º grau incompleto	**4**
	2º grau	**15**
	3º grau	**3**
	Não declarado	**7**
5 Renda familiar	1 salário mínimo	**39**
	2 salários mínimos	**22**
	3 salários ou mais	**26**
	Menos de 1 salário	**1**
6 Alimentação básica	Arroz	**82**
	Feijão	**80**
	Ovos	**7**
	Peixe	**29**
	Mariscos	**3**
	Carne de boi	**44**
	Frango	**39**
	Massas	**8**
	Verduras	**31**
	Frutas	**1**
	Farinhas	**6**
	Carne de porco	**1**

5 – Área de trabalho:

1 Atualmente	Empregado	**24**
	Desempregado	**38**
	Autônomo	**21**
	Aposentado/Reserva/Licenciado	**5**
2 Profissão	Agricultor/Produtor Rural	**2**
	Auxiliar de Saúde	**2**
	Auxiliar de Serviços Gerais	**2**
	Cabeleireira	**2**
	Carpinteiro Naval	**1**
	Catador de caranguejo	
	Comerciante	**2**
	Costureira	**1**
	Do Lar	**30**
	Eletricista	**1**
	Empregada doméstica	**2**
	Estudante	**1**
	Ferroviário	**1**
	Fotógrafo	**1**
	Frentista	**1**
	Gari	**1**
	Jardineiro	**1**
	Manicure	**1**
	Marceneiro	**1**
	Marisqueiro	**1**
	Marítimo Taifeiro	**1**
	Militar da Marinha	**3**
	Motorista	**2**

	Operador de Caixa	**1**
	Pedreiro	**3**
	Pescador	**7**
	Pintor	**1**
	Piscicultor	**1**
	Professor	**3**
	Representante Comercial	**1**
	Serralheiro	**1**
	Técnico de Plataforma	**1**
	Vigilante	**1**
	Aposentado/Reserva/Licenciado	**6**
	Não declarada	**8**
3 Ocupação atual	Agricultura	
	Cabeleireira	**1**
	Carpintaria Naval	**1**
	Catador de Caranguejo	
	Comércio Bar e Lanchonete	**2**
	Comércio de Gás	**1**
	Construção Civil	**2**
	Costura	**1**
	Do Lar	**27**
	Eletricista	**1**
	Empregada Doméstica	
	Ensino Médio	**1**
	Estudante	**1**
	Ferroviário	**1**
	Frentista	**1**
	Jardinagem	**1**
	Limpeza Pública	**1**
	Manicure	**1**
	Marisqueiro	**1**
	Marítimo Taifeiro	**1**
	Microempresário	**1**
	Militar da Marinha	**2**
	Motorista	
	Operador de Caixa	**1**
	Pecuarista	**2**
	Pesca	**5**
	Pintura Automotiva	**1**
	Pintura Residencial	**1**
	Piscicultura	**1**
	Porteiro	**1**
	Serralheria	**1**
	Serviços de Saúde	**2**
	Serviços Gerais	**2**
	Técnico de Plataforma de Petróleo	**1**
	Turismo Náutico	**1**
	Venda de Aguardente	**1**
	Vigilante Patrimonial	**1**
	Aposentado/Reservista/Licenciado	**6**
	Desocupados	**7**
	Não Declaradas	**6**

6 – Cursos de interesse da família:

1 Ofícios da construção civil	**9**
2 Cabeleireiro e manicure	**12**
3 Serviços domésticos	**6**
4 Supletivo 2º grau	**22**
5 Técnicas agrícolas	**14**
6 Arte e artesanato	**24**
7 Digitador	**28**
8 Pesca	**26**
9 Jardinagem	**5**
10 Eletricista	**11**
11 Línguas estrangeiras	**1**
12 Mecânica de automóveis	**1**
13 Vigilância de automóveis	**1**
14 1º Grau	**1**
15 Cursos universitários	**1**
16 Cursos eletro-eletrônico	**1**

7 – Saneamento e Meio Ambiente:

1 Abastecimento d'água	Cesan	**70**
	Poço	**18**
	Nascente	
2 Destino do esgoto	Fossa séptica	**28**
	Fossa seca	**15**
	Rede de esgoto	**25**
	Canal do mangue	**17**
	Valão	**3**

3 Impactos ambientais Identificados	Aterro	**17**
	Desmatamento	**21**
	Derramamento de óleo	**6**
	Lixo no mangue	**2**
	Lixo da maré	**34**
	Pesca predatória	**13**
	Queimada	**14**
	Lançamento de esgoto	**4**
	Pocilga	**1**
	Não declarou	**18**

8 – Benefícios econômicos obtidos com a exploração dos mangues e do estuário da baía de Guarapari:

1 Obtém algum benefício	SIM	**28**
	NÃO	**60**
2 Tipo de atividade	Agricultura	
	Cata de mariscos	**6**
	Cata de caranguejo	**3**
	Pesca	**15**
	Mergulho	**1**
	Comércio	**2**
	Turismo Náutico	**1**
	Fotografias	**1**

9 – A Criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável:

A favor	SIM	**81**
Contra	NÃO	**7**

- ANEXO 4.1-4 -

- Lei nº 8464: Cria a Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra -

Lei Nº 8464 Cria a Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra, no Município de Guarapari, e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra com área de 953,5 hectares (novecentos e cinqüenta e três vírgula cinco hectares), onde se localizam os manguezais da baía de Guarapari, fragmentos de mata de tabuleiro, o estuário da baía de Guarapari e o bairro Concha D'Ostra, conforme memorial descritivo e mapa em anexo.

§ 1º A Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra é uma área natural utilizada por pescadores artesanais, marisqueiros e catadores de caranguejo residentes na localidade.

§ 2º A exploração dos recursos naturais por essa população ocorre ao longo de gerações, perpetuando seus meios de vida, cultura, conhecimentos e técnicas de manejo do ambiente.

Art. 2º A Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra tem como objetivos básicos a conservação da natureza, a utilização sustentável de seus recursos ambientais e o asseguramento das condições e meios necessários à reprodução e melhoria dos modos, qualidade de vida e exploração dos recursos naturais pelas populações descritas no artigo 1º.

§ 1º Entende-se por regime de uso sustentável a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

Art. 3º A Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 1º A posse e o uso das áreas ocupadas serão regulados no Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Gratuito e em regulamentação específica.

Art. 4° A Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações residentes na Reserva, conforme se dispuser em regulamento.

Parágrafo único. Cabe ao Conselho Deliberativo aprovar o Plano de Manejo da Reserva que definirá as zonas de proteção integral, de uso e manejo sustentável, de amortecimento e de formação de corredores ecológicos.

Art. 5º Compete ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA a administração e fiscalização da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra, que para tal fim, poderá firmar convênios com órgãos e entidades públicas e privadas para viabilizar a implementação da unidade, sem prejuízo de sua competência.

Parágrafo único. O regulamento desta Lei disporá sobre a administração da Reserva.

Art. 6º As atividades desenvolvidas na Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra obedecerão às seguintes condições:

I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da Reserva;

II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações beneficiárias da Reserva com seu meio e à educação ambiental. A pesquisa científica estará sujeita à prévia autorização do órgão responsável por sua administração que estabelecerá as condições para a sua realização, observadas as restrições e diretrizes previstas em regulamento;

III – deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população beneficiada e a conservação da natureza;

IV – é proibida, dentro dos limites da Reserva, a exploração dos recursos minerais e a caça amadora ou profissional;

V – é proibida qualquer alteração, atividade ou modalidade de utilização em desacordo com os objetivos da Reserva, seu Plano de Manejo e seus regulamentos;

VI - é admitida, em regime de manejo sustentável e desde que sujeitos ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano Manejo da Reserva, a exploração parcial dos componentes dos ecossistemas naturais e o desenvolvimento de cultivos marinhos, através de sistemas de exploração baseados:

a) no uso sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura das populações que habitam a Reserva;

b) nas condições e nos meios necessários à reprodução e melhoria dos modos e qualidade de vida das populações que vivem na Reserva, bem como na valorização, conservação e o aperfeiçoamento dos conhecimentos e técnicas de manejo do ambiente desenvolvidas por essas populações;

c) no desenvolvimento social das populações que vivem na Reserva, com prioridade ao combate da pobreza e à melhoria das condições de vida de seus beneficiários;

d) no estabelecimento de mecanismos que facilitem às próprias comunidades o exercício das atividades de controle e proteção da flora, da fauna aquática e terrestre, dos recursos hídricos e do solo, inclusive nas atividades de extração, produção, transporte, consumo, beneficiamento e comercialização de produtos e subprodutos da Reserva;

e) na conservação e proteção dos ecossistemas e dos atributos naturais existentes em seus limites, especialmente das reservas genéticas da flora e da fauna, para fins científicos e educacionais.

§ 1º As atividades inseridas na reserva e existentes previamente à sua criação, quando não enquadradas nas atividades descritas nos incisos I, II e VI, poderão ser permitidas pelo Conselho Deliberativo e anuência do IEMA, desde que comprovadamente em regime de uso sustentável.

§ 2º Enquanto a reserva não dispuser do Conselho Deliberativo, Zoneamento Ambiental e do Plano de Manejo, cabe ao IEMA regular sobre a utilização e exploração na área da Unidade de Conservação.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 8º As populações descritas no artigo 1º desta Lei serão identificadas, qualificadas e cadastradas pelo órgão responsável pela administração da reserva, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da regulamentação da mesma.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Fica revogada a Lei Estadual nº 7.658, de 04.12.2003, que cria a Estação Ecológica Estadual Concha D'Ostra.

Palácio da Fonte Grande, em Vitória, 26 de fevereiro de 2007.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES

Governador do Estado

Republicada no D.O. de 14/03/2007 por ter sido publicada no D.O. de 27/02/2007 com incorreção.

- ANEXO 4.2-1 -

- Memorial Descritivo e suas Coordenadas - RDS Concha D'Ostra

MEMORIAL DESCRITIVO E COORDENADAS DA RDS CONCHA D'OSTRA

Partindo-se do ponto 1 de coordenadas N = 7713831 e E = 343903, situado na cabeceira sul da ponte sobre a Baía de Guarapari, segue-se, no sentido horário, pela margem desta baía, confrontando-se com os bairros Independência, Parque da Areia Preta e Olaria por uma distância de 1886 metros, até o ponto 2 de coordenadas N = 7713855 e E = 342171. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal ali existente, confrontando-se com o bairro Olaria e por uma distância de 212 metros, até o ponto 3 de coordenadas N = 7713682 e E = 342102. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal, confrontando-se com o bairro Prainha de Olaria e por uma distância de 662 metros, até o ponto 4 de coordenadas N = 7714073 e E = 341738. Deste, segue-se contornando um fragmento florestal de mata de tabuleiro, confrontante com o Bairro Prainha de Olaria e por uma distancia de 492 metros, até o inicio de uma pequena estrada de onde se segue pela mesma por uma distância de 271 metros, até o ponto 5 de coordenadas N = 7713486 e E = 341401 situado na entrada do sitio do Mariano, no Bairro Coroado. Deste, segue-se pelo limite do mesmo fragmento florestal de mata de tabuleiro, confrontante com o Bairro Coroado e por uma distância de 741 metros, até o ponto 6 de coordenadas N = 7712989 e E = 341518. Deste, segue-se por uma linha reta, passando pelo bairro Concha D'Ostra e por uma distância de 209 metros, até o ponto 7 de coordenadas N = 7712792 e E = 341588, localizado na entrada para a Prainha de Concha D'Ostra. Deste, segue-se pelo limite de um fragmento florestal de mata de tabuleiro, confrontante com o Bairro Kubitschek e por uma distância de 453 metros, até o ponto 8 de coordenadas N = 7712437 e E = 341637, situado na Rua Concha de Ostra. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal, confrontante com o Bairro Kubitschek, por uma distância de 1924 metros, até o ponto 9 de coordenadas N = 7712214 e E = 342971, situado no Bairro Ipiranga. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal confrontante com o Bairro Ipiranga (Praia do Riacho) e por uma distância de 2733 metros, até o ponto 10 de coordenadas N = 7711176 e E = 341357. Deste, segue-se por uma linha reta de menor distância (27 metros) até o ponto 11, de coordenadas N = 7711159 e E = 341336, localizado na estrada Guarapari - Aldeia Velha. Deste, segue-se por esta estrada por uma distância de 709 metros, até o ponto 12, de coordenadas N = 7711469 e E = 340780, localizado na mesma estrada. Deste, segue-se por uma linha reta de menor distância (35 metros) até o ponto 13, de coordenadas N = 7711504 e E = 340784, situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal, confrontante com propriedades particulares e por uma distância de 532 metros, até o ponto 14, de coordenadas N = 7711722 e E = 340362, situado na estrada Guarapari - Aldeia Velha. Deste, segue-se pela estrada Guarapari - Aldeia Velha, por uma distância de 1622 metros, até o ponto 15, de coordenadas N = 7711333 e E = 338862 e localizado na mesma estrada, em fronte à entrada de um pequeno sítio particular. Deste, segue-se contornando um pequeno fragmento de mata de restinga, confrontante com o mesmo sítio e por uma distância de 191 metros, até o ponto 16, de coordenadas N = 7711385 e E = 339008, situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal, confrontante com propriedades particulares, por uma distância de 3177 metros, até o ponto 17 de coordenadas N = 7712613 e E = 340185. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal, confrontante com propriedades particulares, por uma distância de 5667 metros, até o ponto 18 de coordenadas N =

7713783 e E = 337333. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal, confrontante com propriedades particulares, por uma distância de 3349 metros, até o ponto 19 de coordenadas N = 7713362 e E = 339858. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal, confrontante com propriedades particulares, por uma distância de 2570 metros, até o ponto 20 de coordenadas N = 7713317 e E = 340678. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal, confrontante com propriedades particulares, por uma distância de 1023 metros, até o ponto 21, de coordenadas N = 7714212 e E = 340856. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal do Rio Jabuti, confrontante com propriedades particulares, por uma distância de 3483 metros, até o ponto 22, de coordenadas N = 7714542 e E = 341188. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal, confrontante com propriedades particulares, por uma distância de 604 metros, até o ponto 23, de coordenadas N = 7714522 e E = 341635. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros da atual linha de preamar média, confrontante com propriedades particulares, por uma distância de 422 metros, até o ponto 24, de coordenadas N = 7714541 e E = 341991. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal de Camurugi, confrontante com propriedades particulares, por uma distância de 455 metros, até o ponto 25, de coordenadas N = 7714898 e E =342036. Deste, segue-se contornando o brejo (área alagada) ali existente, mantendo-se sempre o afastamento de trinta (30) metros do mesmo, por uma distância de 2067 metros, até o ponto 26, de coordenadas N = 7715004 e E = 342422, situado na borda de um fragmento de mata de tabuleiro. Deste, segue-se, contornando o referido fragmento, por uma distância de 570 metros até o ponto 27, de coordenadas N = 7714729 e E = 342260. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal de Camurigi e por uma distância de 616 metros, até o ponto 28, de coordenadas N = 7714219 e E =342350 e localizado no bairro Itapebussu. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros da margem da Baía de Guarapari e por uma distância de 91 metros, até o ponto 29, de coordenadas N = 7714131 e E = 342374 e confrontante com a extremidade oeste da Rua da Marinha. Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do manguezal confrontante com o bairro Itapebussu e por uma distância de 935 metros, até o ponto 30, de coordenadas N = 7714028 e E = 343216. Deste, segue-se pela margem da Baía de Guarapari, confrontante com o bairro Itapebussu e por uma distância de 400 metros, até o ponto 31, de coordenadas N = 7714153 e E = 343588. Deste, segue-se por um limite localizado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do fragmento de manguezal encontrado imediatamente a oeste da cabeceira norte da ponte sobre a Baía de Guarapari (bairro Itapebussu), por uma distância de 291 metros até o ponto 32, de coordenadas N = 7714255 e E = 343704 e situado na margem oeste da referida cabeceira (lado bairro Itapebussu). Deste, segue-se por 30 metros, atravessando a cabeceira norte da ponte em direção ao bairro de Muquiçaba, para o ponto 33, de coordenadas N = 7714257 e E = 343733 e situado na margem leste daquela cabeceira (lado bairro Muquiçaba). Deste, segue-se por um limite situado a trinta e três (33) metros do limite interno (terrestre) do fragmento de manguezal encontrado imediatamente a leste da cabeceira norte da ponte sobre a Baía de Guarapari (bairro Muquiçaba), por uma distância de 348 metros, até o ponto 34, de coordenadas N = 7714284 e E = 343976. Deste, segue-se contornando, pelas águas da Baía de Guarapari, o referido fragmento de manguezal, mantendo-se sempre o afastamento de trinta e três (33) metros do mesmo, por uma distância de 281 metros, até o ponto 35, de coordenadas N = 7714125 e E = 343774, localizado sobre a

margem leste da ponte anteriormente descrita. Deste, segue-se para norte, pela margem leste da ponte, por uma distância de 49 metros, até o ponto 36, de coordenadas N = 7714172 e E = 343766. Deste, segue-se por uma distância de 47 metros, atravessando novamente a ponte em direção ao bairro Itapebussu, até o ponto 37, de coordenadas N = 7714170 e E = 343720. Deste, segue-se para sul, pela margem oeste da ponte e contornando a margem oeste da ilha na qual apoia-se a referida ponte, por uma distância de 564 metros, até o ponto inicial 1, de coordenadas N = 7713831 e E = 343903, situado na cabeceira sul da mesma ponte.

NOTAS:

1. As referências e limites descritos no presente Memorial Descritivo estão relacionados exclusivamente às imagens orbitais do mapa em anexo;

2. As coordenadas dos pontos que definem a poligonal da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra estão todas em unidades métricas, no Sistema de Projeção UTM (Universal Transversa de Mercator), zona 24K, Datum horizontal SAD69;

3. Encontra-se na Tabela 1 as coordenadas dos pontos descritos no memorial e na Tabela 2 com as coordenadas da totalidade dos pontos que definem a poligonal que delimita a Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra.

Tabela 1: Coordenadas dos pontos descritos no memorial.

Pontos	N	E	Pontos	N	E
01	7713831	343903	20	7713317	340678
02	7713855	342171	21	7714212	340856
03	7713682	342102	22	7714542	341188
04	7714073	341738	23	7714522	341635
05	7713486	341401	24	7714541	341991
06	7712989	341518	25	7714898	342036
07	7712792	341588	26	7715004	342422
08	7712437	341637	27	7714729	342260
09	7712214	342971	28	7714219	342350
10	7711176	341357	29	7714131	342374
11	7711159	341336	30	7714028	343216
12	7711469	340780	31	7714153	343588
13	7711504	340784	32	7714255	343704
14	7711722	340362	33	7714257	343733
15	7711334	338862	34	7714284	343976
16	7711385	339008	35	7714125	343774
17	7712613	340185	36	7714172	343766
18	7713783	337333	37	7714170	343720
19	7713362	339858			

Tabela 2. Coordenadas da totalidade dos pontos que definem a poligonal que delimita a Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra.

Ponto	N	E	Ponto	N	E	Ponto	N	E	Ponto	N	E
1	**343904**	**7713832**	3.11	341743	7714083	8.4	341859	7712488	9.2	342990	7712158
1.1	343900	7713806	**4**	**341738**	**7714074**	8.5	341891	7712473	9.3	342969	7712117
1.2	343804	7713720	4.1	341739	7714059	8.6	341920	7712453	9.4	342916	7712064
1.3	343771	7713702	4.2	341726	7714024	8.7	341931	7712437	9.5	342845	7712008
1.4	343704	7713688	4.3	341716	7714017	8.8	341959	7712463	9.6	342829	7712003
1.5	343671	7713675	4.4	341731	7713989	8.9	342003	7712471	9.7	342815	7712005
1.6	343616	7713682	4.5	341655	7713934	8.10	342021	7712467	9.8	342788	7712029
1.7	343600	7713674	4.6	341622	7713901	8.11	342054	7712445	9.9	342753	7712010
1.8	343583	7713650	4.7	341588	7713874	8.12	342063	7712431	9.10	342746	7711878
1.9	343514	7713641	4.8	341601	7713843	8.13	342061	7712404	9.11	342725	7711841
1.10	343416	7713615	4.9	341617	7713804	8.14	342086	7712344	9.12	342717	7711810
1.11	343332	7713600	4.10	341617	7713784	8.15	342094	7712302	9.13	342730	7711765
1.12	343310	7713601	4.11	341590	7713760	8.16	342111	7712252	9.14	342730	7711732
1.13	343287	7713611	4.12	341553	7713727	8.17	342110	7712232	9.15	342721	7711709
1.14	343226	7713611	4.13	341525	7713711	8.18	342099	7712219	9.16	342663	7711642
1.15	343087	7713626	4.14	341530	7713667	8.19	342130	7712198	9.17	342684	7711597
1.16	343001	7713622	**5**	**341401**	**7713486**	8.20	342164	7712155	9.18	342678	7711581
1.17	342965	7713637	5.1	341312	7713475	8.21	342196	7712080	9.19	342654	7711555
1.18	342880	7713620	5.2	341304	7713428	8.22	342240	7712056	9.20	342605	7711530
1.19	342845	7713623	5.3	341300	7713391	8.23	342323	7712041	9.21	342574	7711530
1.20	342764	7713655	5.4	341304	7713361	8.24	342348	7712042	9.22	342549	7711536
1.21	342688	7713703	5.5	341298	7713302	8.25	342364	7712051	9.23	342536	7711530
1.22	342644	7713723	5.6	341275	7713269	8.26	342369	7712068	9.24	342497	7711495
1.23	342502	7713817	5.7	341274	7713247	8.27	342379	7712191	9.25	342481	7711475
1.24	342460	7713827	5.8	341286	7713224	8.28	342403	7712237	9.26	342444	7711457
1.25	342408	7713820	5.9	341284	7713174	8.29	342407	7712262	9.27	342404	7711404
1.26	342328	7713842	5.10	341275	7713120	8.30	342420	7712294	9.28	342342	7711359
1.27	342247	7713844	5.11	341323	7713084	8.31	342455	7712320	9.29	342327	7711357
1.28	342196	7713855	5.12	341350	7713072	8.32	342484	7712321	9.30	342313	7711361
2	**342172**	**7713855**	5.13	341380	7713084	8.33	342505	7712315	9.31	342303	7711371
2.1	342169	7713811	5.14	341422	7713064	8.34	342523	7712320	9.32	342296	7711387
2.2	342179	7713782	5.15	341478	7713015	8.35	342538	7712319	9.33	342260	7711407
2.3	342178	7713765	**6**	**341519**	**7712989**	8.36	342551	7712311	9.34	342188	7711318
2.4	342170	7713752	**7**	**341588**	**7712792**	8.37	342562	7712293	9.35	342171	7711312
2.5	342152	7713740	7.1	341640	7712773	8.38	342570	7712293	9.36	342127	7711315
2.6	342132	7713691	7.2	341687	7712744	8.39	342611	7712308	9.37	342131	7711294
2.7	342120	7713682	7.3	341707	7712677	8.40	342695	7712308	9.38	342147	7711263
3	**342103**	**7713683**	7.4	341709	7712650	8.41	342731	7712285	9.39	342146	7711248
3.1	342067	7713693	7.5	341696	7712613	8.42	342747	7712252	9.40	342136	7711235
3.2	342001	7713763	7.6	341673	7712585	8.43	342749	7712235	9.41	342085	7711197
3.3	341964	7713840	7.7	341657	7712545	8.44	342761	7712225	9.42	342039	7711172
3.4	341819	7714045	7.8	341642	7712501	8.45	342814	7712221	9.43	341928	7711086
3.5	341813	7714070	7.9	341623	7712486	8.46	342844	7712212	9.44	341840	7711029
3.6	341745	7714128	7.10	341625	7712451	8.47	342879	7712211	9.45	341765	7710966
3.7	341735	7714129	**8**	**341637**	**7712437**	8.48	342915	7712226	9.46	341728	7710947
3.8	341731	7714126	8.1	341646	7712434	8.49	342955	7712220	9.47	341665	7710894
3.9	341743	7714112	8.2	341730	7712450	**9**	**342972**	**7712214**	9.48	341660	7710883
3.10	341746	7714098	8.3	341806	7712489	9.1	342988	7712173	9.49	341655	7710865

Tabela 2. Coordenadas da totalidade dos pontos que definem a poligonal que delimita a Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra (continuação).

Ponto	N	E	Ponto	N	E	Ponto	N	E	Ponto	N	E
9.50	341641	7710852	**15**	**338862**	**7711334**	16.45	339412	7711939	17.31	338763	7712654
9.51	341622	7710849	15.1	338857	7711364	16.46	339429	7711957	17.32	338755	7712672
9.52	341603	7710858	15.2	338874	7711384	16.47	339431	7712015	17.33	338774	7712835
9.53	341570	7710908	15.3	338936	7711374	16.48	339445	7712093	17.34	338807	7712906
9.54	341525	7710946	**16**	**339009**	**7711386**	16.49	339455	7712106	17.35	338814	7712940
9.55	341462	7711011	16.1	339005	7711391	16.50	339495	7712134	17.36	338816	7713006
9.56	341411	7711093	16.2	339005	7711398	16.51	339602	7712164	17.37	338843	7713092
10	**341358**	**7711177**	16.3	339005	7711406	16.52	339670	7712160	17.38	338872	7713176
11	**341336**	**7711159**	16.4	339005	7711407	16.53	339798	7712131	17.39	338897	7713224
11.1	341272	7711242	16.5	339005	7711408	16.54	339818	7712154	17.40	338899	7713247
11.2	341224	7711329	16.6	339006	7711409	16.55	339871	7712250	17.41	338885	7713269
11.3	341179	7711386	16.7	339006	7711410	16.56	339885	7712261	17.42	338855	7713286
11.4	341129	7711390	16.8	339007	7711410	16.57	339922	7712272	17.43	338834	7713288
11.5	341074	7711375	16.9	339007	7711411	16.58	339937	7712272	17.44	338826	7713282
11.6	341045	7711381	16.10	339031	7711453	16.59	340008	7712230	17.45	338806	7713181
11.7	341000	7711402	16.11	339032	7711454	16.60	340040	7712259	17.46	338790	7713142
11.8	340954	7711453	16.12	339032	7711454	16.61	340053	7712280	17.47	338766	7713106
11.9	340908	7711463	16.13	339032	7711455	16.62	340058	7712349	17.48	338723	7713087
12	**340780**	**7711469**	16.14	339062	7711499	**17**	**340185**	**7712614**	17.49	338709	7713088
13	**340785**	**7711504**	16.15	339053	7711509	17.1	340090	7712615	17.50	338696	7713095
13.1	340643	7711503	16.16	339029	7711512	17.2	339998	7712546	17.51	338645	7713153
13.2	340521	7711538	16.17	338995	7711528	17.3	339980	7712517	17.52	338573	7713171
13.3	340450	7711590	16.18	338961	7711531	17.4	339974	7712477	17.53	338543	7713203
13.4	340429	7711615	16.19	338913	7711531	17.5	339977	7712441	17.54	338534	7713198
13.5	340424	7711629	16.20	338872	7711525	17.6	339967	7712389	17.55	338521	7713181
13.6	340418	7711684	16.21	338784	7711474	17.7	339930	7712361	17.56	338516	7713141
13.7	340403	7711711	16.22	338704	7711451	17.8	339878	7712350	17.57	338524	7713055
14	**340362**	**7711723**	16.23	338638	7711438	17.9	339811	7712370	17.58	338543	7713025
14.1	340316	7711710	16.24	338550	7711405	17.10	339749	7712424	17.59	338545	7712988
14.2	340247	7711701	16.25	338532	7711410	17.11	339656	7712462	17.60	338540	7712972
14.3	340140	7711694	16.26	338507	7711429	17.12	339550	7712481	17.61	338505	7712944
14.4	340046	7711677	16.27	338488	7711479	17.13	339484	7712524	17.62	338462	7712940
14.5	339958	7711672	16.28	338503	7711529	17.14	339400	7712594	17.63	338403	7712919
14.6	339875	7711647	16.29	338545	7711561	17.15	339362	7712644	17.64	338362	7712924
14.7	339801	7711613	16.30	338600	7711571	17.16	339333	7712701	17.65	338342	7712943
14.8	339758	7711598	16.31	338656	7711549	17.17	339316	7712758	17.66	338337	7712987
14.9	339683	7711589	16.32	338681	7711547	17.18	339301	7712650	17.67	338344	7713006
14.10	339592	7711557	16.33	338692	7711550	17.19	339291	7712637	17.68	338368	7713027
14.11	339558	7711546	16.34	338702	7711569	17.20	339252	7712610	17.69	338371	7713041
14.12	339495	7711531	16.35	338703	7711595	17.21	339197	7712611	17.70	338367	7713069
14.13	339420	7711495	16.36	338714	7711633	17.22	339179	7712619	17.71	338363	7713077
14.14	339381	7711464	16.37	338726	7711660	17.23	339150	7712666	17.72	338282	7713113
14.15	339345	7711446	16.38	338737	7711671	17.24	339126	7712725	17.73	338273	7713125
14.16	339279	7711415	16.39	338778	7711695	17.25	339101	7712743	17.74	338265	7713154
14.17	339167	7711354	16.40	338985	7711723	17.26	338954	7712672	17.75	338267	7713174
14.18	339079	7711305	16.41	339039	7711768	17.27	338874	7712646	17.76	338286	7713202
14.19	338994	7711264	16.42	339134	7711829	17.28	338840	7712640	17.77	338291	7713222
14.20	338955	7711259	16.43	339202	7711883	17.29	338814	7712627	17.78	338288	7713232
14.21	338916	7711272	16.44	339372	7711910	17.30	338793	7712628	17.79	338261	7713254

Tabela 2: Coordenadas da totalidade dos pontos que definem a poligonal que delimita a Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra (continuação).

Ponto	N	E	Ponto	N	E	Ponto	N	E	Ponto	N	E
17.80	338197	7713293	18.14	337657	7713865	19.3	339930	7713394	19.52	340512	7713654
17.81	338146	7713300	18.15	337672	7713859	19.4	339960	7713376	19.53	340548	7713534
17.82	338083	7713265	18.16	337696	7713837	19.5	340035	7713498	19.54	340580	7713387
17.83	338065	7713246	18.17	337727	7713776	19.6	340074	7713526	19.55	340606	7713349
17.84	338064	7713207	18.18	337829	7713676	19.7	340121	7713547	19.56	340632	7713328
17.85	338057	7713185	18.19	337887	7713670	19.8	340138	7713549	**20**	**340678**	**7713318**
17.86	338032	7713157	18.20	337954	7713681	19.9	340198	7713536	20.1	340706	7713346
17.87	337966	7713125	18.21	338007	7713696	19.10	340278	7713542	20.2	340706	7713364
17.88	337914	7713112	18.22	338052	7713724	19.11	340326	7713559	20.3	340674	7713426
17.89	337839	7713133	18.23	338123	7713738	19.12	340324	7713576	20.4	340656	7713510
17.90	337805	7713173	18.24	338182	7713718	19.13	340259	7713601	20.5	340647	7713598
17.91	337803	7713200	18.25	338222	7713674	19.14	340236	7713633	20.6	340648	7713648
17.92	337841	7713243	18.26	338234	7713646	19.15	340235	7713654	20.7	340635	7713761
17.93	337893	7713266	18.27	338256	7713734	19.16	340254	7713696	20.8	340663	7713893
17.94	337898	7713274	18.28	338229	7713767	19.17	340252	7713744	20.9	340664	7714031
17.95	337900	7713291	18.29	338218	7713798	19.18	340210	7713776	20.10	340684	7714088
17.96	337832	7713434	18.30	338224	7713848	19.19	340188	7713782	20.11	340730	7714134
17.97	337744	7713479	18.31	338233	7713864	19.20	340119	7713761	20.12	340775	7714167
17.98	337676	7713532	18.32	338264	7713891	19.21	340071	7713765	20.13	340814	7714177
17.99	337660	7713538	18.33	338289	7713897	19.22	340043	7713773	20.14	340830	7714202
17.100	337638	7713534	18.34	338331	7713880	19.23	339972	7713752	**21**	**340857**	**7714213**
17.101	337623	7713538	18.35	338344	7713867	19.24	339937	7713760	21.1	340763	7714279
17.102	337582	7713572	18.36	338357	7713800	19.25	339920	7713775	21.2	340757	7714293
17.103	337558	7713571	18.37	338386	7713737	19.26	339916	7713796	21.3	340753	7714341
17.104	337537	7713562	18.38	338470	7713589	19.27	339931	7713835	21.4	340758	7714357
17.105	337485	7713530	18.39	338505	7713543	19.28	339955	7713864	21.5	340771	7714369
17.106	337467	7713533	18.40	338562	7713551	19.29	339980	7713874	21.6	340851	7714394
17.107	337442	7713549	18.41	338605	7713542	19.30	340025	7713872	21.7	340864	7714408
17.108	337432	7713560	18.42	338642	7713516	19.31	340058	7713860	21.8	340879	7714461
17.109	337428	7713573	18.43	338652	7713515	19.32	340083	7713859	21.9	340889	7714475
17.110	337435	7713609	18.44	338704	7713564	19.33	340193	7713884	21.10	340918	7714485
17.111	337413	7713632	18.45	338749	7713586	19.34	340207	7713881	21.11	340937	7714482
17.112	337391	7713640	18.46	338841	7713593	19.35	340232	7713866	21.12	340955	7714582
17.113	337314	7713716	18.47	338899	7713591	19.36	340266	7713877	21.13	340953	7714626
17.114	337311	7713738	18.48	338989	7713608	19.37	340283	7713931	21.14	340931	7714650
18	**337333**	**7713784**	18.49	339159	7713678	19.38	340300	7713948	21.15	340889	7714676
18.1	337359	7713800	18.50	339241	7713679	19.39	340321	7713949	21.16	340869	7714722
18.2	337381	7713799	18.51	339314	7713643	19.40	340353	7713933	21.17	340887	7714774
18.3	337417	7713769	18.52	339447	7713566	19.41	340396	7713930	21.18	340898	7714788
18.4	337437	7713743	18.53	339470	7713569	19.42	340413	7713942	21.19	340915	7714794
18.5	337454	7713746	18.54	339485	7713564	19.43	340428	7713945	21.20	340973	7714793
18.6	337484	7713763	18.55	339573	7713495	19.44	340442	7713941	21.21	340972	7714818
18.7	337512	7713757	18.56	339657	7713439	19.45	340460	7713928	21.22	340960	7714870
18.8	337540	7713763	18.57	339716	7713415	19.46	340491	7713919	21.23	340935	7714892
18.9	337584	7713785	18.58	339787	7713396	19.47	340507	7713900	21.24	340914	7714931
18.10	337601	7713798	18.59	339835	7713374	19.48	340519	7713838	21.25	340917	7714951
18.11	337613	7713833	**19**	**339859**	**7713362**	19.49	340512	7713824	21.26	340942	7714985
18.12	337627	7713854	19.1	339872	7713380	19.50	340490	7713801	21.27	340947	7715015
18.13	337641	7713864	19.2	339912	7713396	19.51	340485	7713785	21.28	340912	7715042

Tabela 2: Coordenadas da totalidade dos pontos que definem a poligonal que delimita a Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra (continuação).

Ponto	N	E	Ponto	N	E	Ponto	N	E	Ponto	N	E
21.29	340904	7715063	21.78	341201	7714623	25.23	342063	7715096	25.72	342199	7715485
21.30	340919	7715116	**22**	**341189**	**7714543**	25.24	342063	7715100	25.73	342202	7715483
21.31	340937	7715148	22.1	341333	7714587	25.25	342061	7715111	25.74	342206	7715481
21.32	340945	7715188	22.2	341382	7714570	25.26	342060	7715114	25.75	342209	7715477
21.33	340951	7715226	22.3	341434	7714564	25.27	342058	7715116	25.76	342213	7715471
21.34	340944	7715261	22.4	341480	7714548	25.28	342055	7715117	25.77	342215	7715467
21.35	340934	7715285	22.5	341550	7714547	25.29	342044	7715118	25.78	342219	7715456
21.36	340932	7715331	**23**	**341635**	**7714522**	25.30	342040	7715119	25.79	342220	7715444
21.37	340961	7715448	23.1	341741	7714504	25.31	342036	7715122	25.80	342219	7715434
21.38	340952	7715476	23.2	341804	7714483	25.32	342027	7715130	25.81	342215	7715423
21.39	340927	7715477	23.3	341864	7714472	25.33	342018	7715140	25.82	342209	7715413
21.40	340910	7715492	23.4	341876	7714493	25.34	342010	7715149	25.83	342201	7715405
21.41	340897	7715563	23.5	341884	7714535	25.35	342003	7715160	25.84	342194	7715399
21.42	340911	7715615	23.6	341899	7714551	25.36	341996	7715171	25.85	342187	7715395
21.43	340923	7715629	23.7	341945	7714559	25.37	341991	7715183	25.86	342181	7715393
21.44	340993	7715655	23.8	341958	7714554	25.38	341986	7715196	25.87	342166	7715390
21.45	341020	7715653	23.9	341971	7714542	25.39	341982	7715209	25.88	342160	7715387
21.46	341013	7715696	**24**	**341992**	**7714541**	25.40	341979	7715221	25.89	342152	7715381
21.47	341027	7715729	24.1	342043	7714555	25.41	341978	7715234	25.90	342144	7715372
21.48	341042	7715742	24.2	342084	7714596	25.42	341977	7715249	25.91	342136	7715362
21.49	341057	7715744	24.3	342104	7714624	25.43	341977	7715263	25.92	342130	7715351
21.50	341091	7715739	24.4	342105	7714695	25.44	341979	7715278	25.93	342125	7715340
21.51	341106	7715726	24.5	342111	7714740	25.45	341981	7715292	25.94	342117	7715318
21.52	341115	7715698	24.6	342108	7714783	25.46	341984	7715303	25.95	342115	7715308
21.53	341165	7715671	24.7	342076	7714798	25.47	341988	7715315	25.96	342115	7715301
21.54	341203	7715665	24.8	342065	7714808	25.48	341992	7715325	25.97	342117	7715292
21.55	341214	7715653	**25**	**342037**	**7714899**	25.49	341997	7715335	25.98	342121	7715281
21.56	341228	7715616	25.1	342032	7714907	25.50	342003	7715346	25.99	342126	7715272
21.57	341218	7715580	25.2	342030	7714917	25.51	342010	7715357	25.100	342133	7715262
21.58	341209	7715567	25.3	342027	7714926	25.52	342018	7715368	25.101	342145	7715248
21.59	341195	7715560	25.4	342023	7714935	25.53	342026	7715377	25.102	342155	7715238
21.60	341152	7715553	25.5	342020	7714942	25.54	342034	7715386	25.103	342163	7715231
21.61	341127	7715533	25.6	342015	7714949	25.55	342043	7715394	25.104	342171	7715225
21.62	341128	7715507	25.7	342003	7714960	25.56	342063	7715410	25.105	342177	7715222
21.63	341108	7715436	25.8	342001	7714963	25.57	342073	7715416	25.106	342184	7715220
21.64	341114	7715382	25.9	342000	7714966	25.58	342097	7715428	25.107	342191	7715219
21.65	341106	7715327	25.10	341998	7714972	25.59	342107	7715435	25.108	342200	7715218
21.66	341098	7715287	25.11	341998	7714983	25.60	342118	7715445	25.109	342235	7715220
21.67	341070	7715199	25.12	341999	7714999	25.61	342127	7715455	25.110	342250	7715219
21.68	341072	7715107	25.13	342002	7715011	25.62	342130	7715460	25.111	342258	7715217
21.69	341083	7715088	25.14	342006	7715024	25.63	342136	7715473	25.112	342271	7715213
21.70	341106	7714986	25.15	342011	7715037	25.64	342139	7715477	25.113	342281	7715210
21.71	341122	7714968	25.16	342018	7715050	25.65	342142	7715480	25.114	342288	7715207
21.72	341145	7714915	25.17	342021	7715055	25.66	342147	7715483	25.115	342294	7715203
21.73	341163	7714839	25.18	342027	7715060	25.67	342153	7715486	25.116	342300	7715199
21.74	341147	7714746	25.19	342049	7715077	25.68	342158	7715488	25.117	342305	7715195
21.75	341208	7714729	25.20	342057	7715084	25.69	342169	7715489	25.118	342308	7715190
21.76	341235	7714687	25.21	342060	7715088	25.70	342181	7715489	25.119	342311	7715185
21.77	341232	7714666	25.22	342062	7715092	25.71	342194	7715487	25.120	342314	7715172

Tabela 2: Coordenadas da totalidade dos pontos que definem a poligonal que delimita a Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra (continuação).

Ponto	N	E	Ponto	N	E	Ponto	N	E	Ponto	N	E
25.121	342315	7715169	25.170	342660	7715049	26.18	342331	7714752	30.3	343272	7714035
25.122	342317	7715168	25.171	342663	7715046	26.19	342304	7714752	30.4	343273	7714035
25.123	342319	7715166	25.172	342667	7715041	**27**	**342261**	**7714730**	30.5	343274	7714035
25.124	342323	7715165	25.173	342670	7715035	27.1	342256	7714728	30.6	343275	7714035
25.125	342339	7715164	25.174	342684	7714999	27.2	342264	7714696	30.7	343275	7714035
25.126	342344	7715162	25.175	342687	7714988	27.3	342285	7714659	30.8	343276	7714036
25.127	342347	7715160	25.176	342688	7714979	27.4	342313	7714622	30.9	343277	7714036
25.128	342350	7715156	25.177	342686	7714970	27.5	342366	7714585	30.10	343278	7714036
25.129	342360	7715138	25.178	342681	7714961	27.6	342384	7714540	30.11	343279	7714037
25.130	342363	7715135	25.179	342676	7714954	27.7	342382	7714520	30.12	343279	7714037
25.131	342366	7715133	25.180	342670	7714950	27.8	342364	7714494	30.13	343280	7714037
25.132	342370	7715131	25.181	342660	7714947	27.9	342326	7714473	30.14	343281	7714038
25.133	342374	7715131	25.182	342641	7714944	27.10	342317	7714460	30.15	343282	7714038
25.134	342395	7715129	25.183	342630	7714944	27.11	342319	7714438	30.16	343283	7714038
25.135	342400	7715128	25.184	342617	7714944	27.12	342373	7714324	30.17	343283	7714039
25.136	342403	7715126	25.185	342605	7714946	27.13	342385	7714279	30.18	343325	7714064
25.137	342410	7715121	25.186	342593	7714949	27.14	342376	7714236	30.19	343325	7714064
25.138	342414	7715117	25.187	342581	7714952	27.15	342366	7714225	30.20	343326	7714064
25.139	342416	7715114	25.188	342569	7714957	**28**	**342351**	**7714219**	30.21	343404	7714083
25.140	342419	7715106	25.189	342559	7714964	28.1	342351	7714216	30.22	343404	7714083
25.141	342421	7715103	25.190	342536	7714983	28.2	342360	7714172	30.23	343405	7714083
25.142	342425	7715100	25.191	342530	7714987	**29**	**342375**	**7714131**	30.24	343406	7714083
25.143	342430	7715098	25.192	342523	7714989	29.1	342419	7714113	30.25	343407	7714084
25.144	342445	7715095	25.193	342512	7714991	29.2	342599	7714109	30.26	343408	7714084
25.145	342464	7715094	25.194	342485	7714992	29.3	342649	7714114	30.27	343408	7714084
25.146	342471	7715093	25.195	342474	7714994	29.4	342669	7714106	30.28	343409	7714084
25.147	342477	7715090	25.196	342465	7714997	29.5	342698	7714126	30.29	343410	7714085
25.148	342491	7715079	25.197	342447	7715007	29.6	342715	7714129	30.30	343446	7714102
25.149	342495	7715078	25.198	342438	7715009	29.7	342767	7714117	30.31	343447	7714102
25.150	342500	7715077	25.199	342434	7715009	29.8	342779	7714108	30.32	343448	7714103
25.151	342506	7715077	25.200	342429	7715008	29.9	342786	7714093	30.33	343448	7714103
25.152	342513	7715079	**26**	**342423**	**7715005**	29.10	342806	7714099	30.34	343449	7714104
25.153	342542	7715092	26.1	342418	7715003	29.11	342851	7714090	30.35	343450	7714104
25.154	342548	7715095	26.2	342398	7715007	29.12	342911	7714088	30.36	343451	7714105
25.155	342554	7715096	26.3	342395	7714967	29.13	342949	7714093	30.37	343451	7714105
25.156	342560	7715097	26.4	342443	7714928	29.14	342962	7714086	30.38	343489	7714133
25.157	342572	7715096	26.5	342469	7714841	29.15	342984	7714062	30.39	343490	7714133
25.158	342579	7715094	26.6	342449	7714841	29.16	342991	7714061	30.40	343490	7714133
25.159	342586	7715091	26.7	342424	7714846	29.17	343006	7714079	30.41	343562	7714150
25.160	342596	7715086	26.8	342418	7714833	29.18	343039	7714090	30.42	343563	7714150
25.161	342605	7715078	26.9	342436	7714812	29.19	343086	7714090	30.43	343563	7714150
25.162	342611	7715071	26.10	342419	7714806	29.20	343123	7714079	**31**	**343589**	**7714154**
25.163	342617	7715061	26.11	342395	7714811	29.21	343139	7714092	31.1	343589	7714191
25.164	342620	7715058	26.12	342374	7714818	29.22	343157	7714095	31.2	343619	7714231
25.165	342622	7715057	26.13	342365	7714805	29.23	343203	7714071	31.3	343632	7714256
25.166	342626	7715056	26.14	342378	7714782	29.24	343212	7714050	31.4	343656	7714268
25.167	342640	7715058	26.15	342392	7714776	**30**	**343217**	**7714028**	31.5	343684	7714266
25.168	342645	7715057	26.16	342381	7714768	30.1	343270	7714034	**32**	**343704**	**7714255**
25.169	342655	7715052	26.17	342361	7714762	30.2	343271	7714035	**33**	**343733**	**7714257**

Tabela 2: Coordenadas da totalidade dos pontos que definem a poligonal que delimita a Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra (continuação).

Ponto	N	E
33.1	343742	7714279
33.2	343748	7714301
33.3	343754	7714313
33.4	343781	7714345
33.5	343799	7714354
33.6	343816	7714351
33.7	343832	7714338
33.8	343845	7714335
33.9	343897	7714349
33.10	343910	7714350
33.11	343942	7714345
33.12	343957	7714338
33.13	343964	7714327
34	**343977**	**7714284**
34.1	343967	7714264
34.2	343961	7714235
34.3	343948	7714219
34.4	343940	7714208
34.5	343931	7714199
34.6	343923	7714190
34.7	343914	7714177
34.8	343907	7714169
34.9	343898	7714155
34.10	343883	7714148
34.11	343857	7714139
34.12	343828	7714136
34.13	343801	7714131
35	**343774**	**7714126**
36	**343766**	**7714173**
37	**343720**	**7714171**
37.1	343756	7714043
37.2	343737	7714032
37.3	343725	7714009
37.4	343691	7713987
37.5	343677	7713963
37.6	343677	7713941
37.7	343702	7713895
37.8	343716	7713882
37.9	343734	7713879
37.10	343811	7713907
1	**343904**	**7713832**

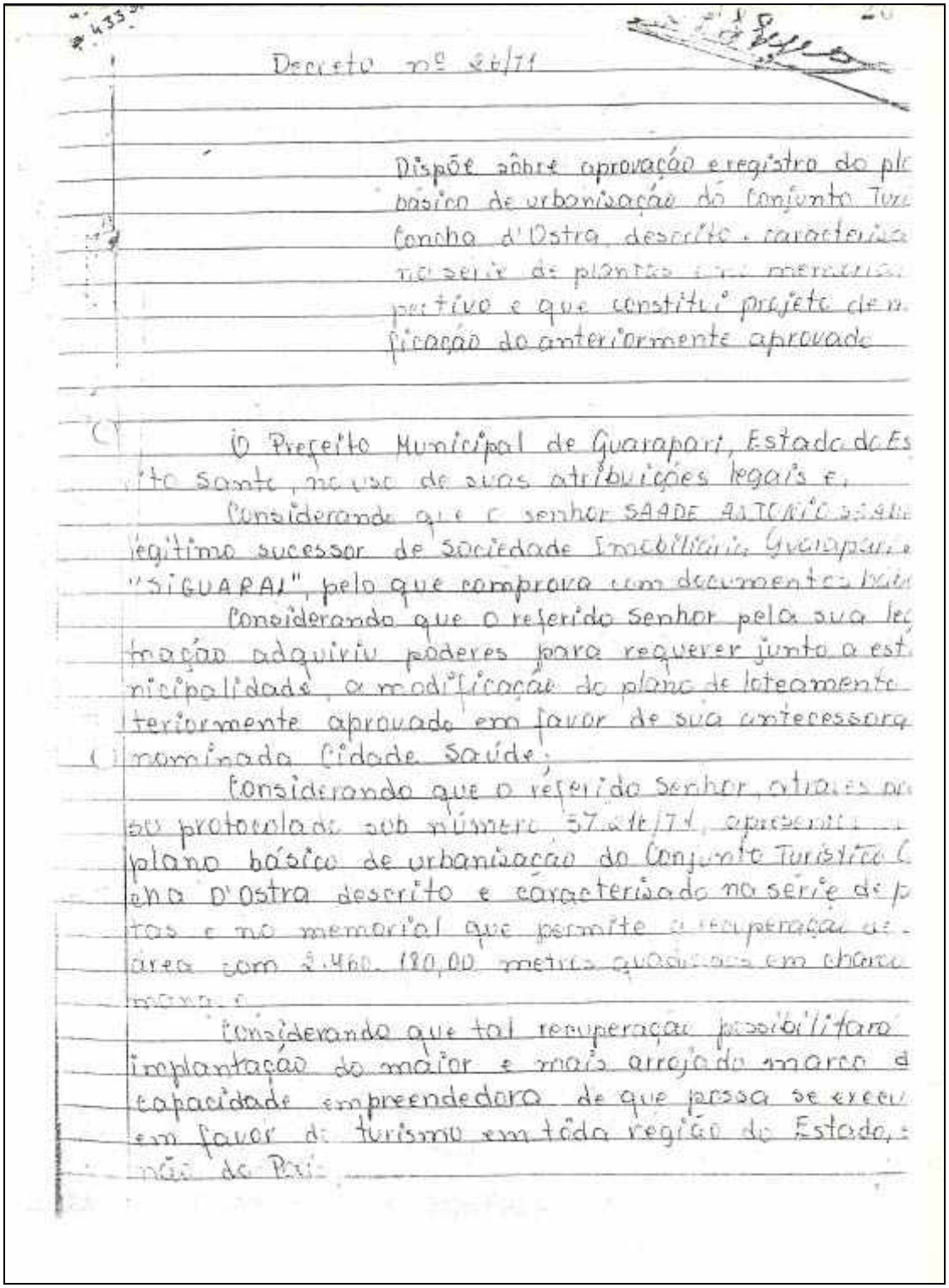
- ANEXO 4.3-1 -

- Poligonal da Estação Ecológica de Guarapari –

VÉRTICE	LATITUDE	LONGITUDE	DISTÂNCIA EM m	CONFRONTANTE
1	7.711.288,14	339.100,78	269,61	Fazenda Lameirão
2	7.711.694,92	340.393,80	1.355,50	Fazenda Lameirão
3	7.711.481,36	340.635,66	322,65	Fazenda Lameirão
4	7.111.247,46	341.311,63	715,29	Fazenda Lameirão
5	7.710.823,73	341.649,61	542,01	Saade Antonio Saade
6	7.710.823,73	341.891,47	241,86	Saade Antonio Saade
7	7.711.223,73	342.275,95	554,83	Saade Antonio Saade
8	7.711.322,03	342.176,74	139,68	Saade Antonio Saade
9	7.711.623,73	342.493,02	437,10	Saade Antonio Saade
10	7.711.603,39	342.617,05	125,69	Saade Antonio Saade
11	7.711.694,92	342.691,47	117,96	Saade Antonio Saade
12	7.712.325,42	342.883,72	659,17	Saade Antonio Saade
13	7.712.396,61	342.706,98	190,54	Saade Antonio Saade
14	7.712.186,44	342.368,99	398,00	Saade Antonio Saade
15	7.712.050,85	342.544,19	157,84	Saade Antonio Saade
16	7.712.050,85	342.201,55	142,64	Saade Antonio Saade
17	7.712.393,22	342.055,81	372,10	Saade Antonio Saade
18	7.712.450,85	341.792,25	269,79	Saade Antonio Saade

- ANEXO 4.9.1.1-1 -

- Trecho do Decreto 26/71 que Autoriza a Recuperação de 246 ha de "charco-mangue" -



Decreto nº 26/71

Dispõe sôbre aprovação e registro do pl
básico de urbanização do Conjunto Tur
Concha d'Ostra descrito e caracteriza
na série de plantas e no memorial
pectivo e que constitui projeto de m
ficação do anteriormente aprovado

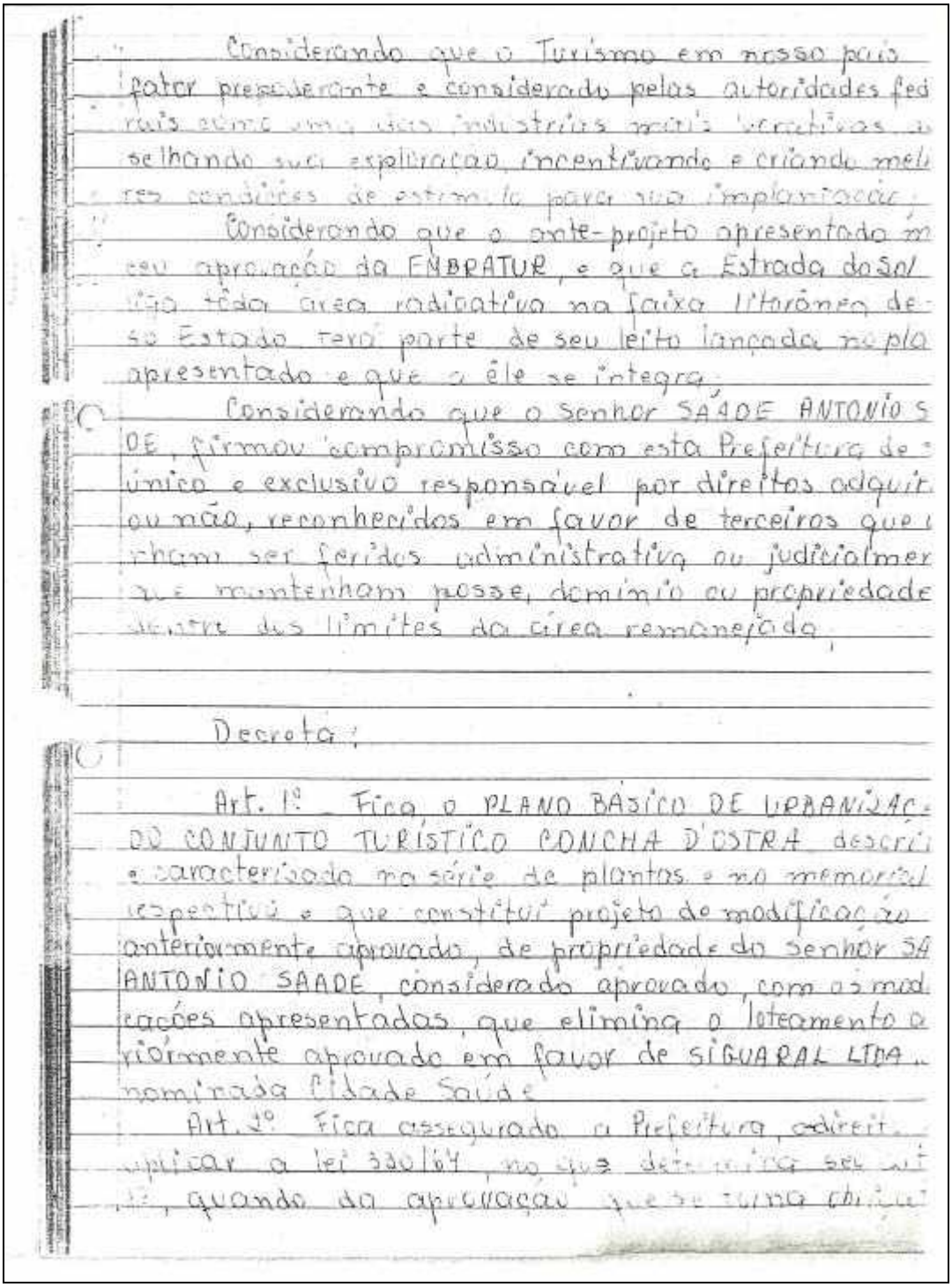
O Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Es
ito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o senhor SAADE ANTONIO SAADE
legítimo sucessor de Sociedade Imobiliária Guarapari
"SIGUARAL", pelo que comprova com documentos hab

Considerando que o referido Senhor pela sua leg
tração adquiriu poderes para requerer junto a est
nicipalidade, a modificação do plano de loteamento
teriormente aprovado em favor de sua antecessora
nominada Cidade Saúde;

Considerando que o referido Senhor, através pr
so protocolado sob número 57.216/71, apresentou
plano básico de urbanização do Conjunto Turístico C
cha D'Ostra descrito e caracterizado na série de p
tas e no memorial que permite a recuperação de
área com 2.460.180,00 metros quadrados em charco
mangue

Considerando que tal recuperação possibilitará
implantação do maior e mais arrojado marco d
capacidade empreendedora de que possa se execu
em favor do turismo em tôda região do Estado,
não do País



Considerando que o Turismo em nosso país fator preponderante e considerado pelas autoridades fed rais como uma das industrias mais lucrativas a selhando sua exploração, incentivando e criando meli res condições de estímulo para sua implantação;

Considerando que o ante-projeto apresentado m ceu aprovação da EMBRATUR, e que a Estrada do Sol liga tôda área radioativa na faixa litorânea de so Estado terá parte de seu leito lançada no pla apresentado e que a êle se integra;

Considerando que o Senhor SAADE ANTONIO S DE, firmou compromisso com esta Prefeitura de único e exclusivo responsável por direitos adquir ou não, reconhecidos em favor de terceiros que nham ser feridos administrativa ou judicialmen que mantenham posse, domínio ou propriedade dentro dos limites da área remanejada;

Decreta:

Art. 1º Fica o PLANO BÁSICO DE URBANIZAÇ DO CONJUNTO TURÍSTICO CONCHA D'OSTRA descri e caracterizado na série de plantas e no memorial respectivo e que constitui projeto de modificação anteriormente aprovado, de propriedade do Senhor SA ANTONIO SAADE, considerado aprovado, com as mod cações apresentadas, que elimina o loteamento a riormente aprovado em favor de SIGUARAL LTDA. nominada Cidade Saúde

Art. 2º Fica assegurado a Prefeitura, o direit aplicar a lei 330/64, no que determina seu art 1º, quando da aprovação que se torna obrig

1.233/

29

ria, das subdivisões das glebas que compõe o ante proj

Art. 3º _ Fica de inteira responsabilidade e obriga
ciedade e a custas do proprietário do plano aprovado, a
execução de tôdas obras de infra-estrutura, de maneira
que se permita a Prefeitura proceder averbações e conc
der licenças por atos de comercialização efetuadas

Art. 4º _ Este decreto entrará em vigor na data d
sua publicação revogadas as disposições em contrário

Cumpra-se registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Guarapari, 26 de agosto de 1971

Benedito Soter Lira
Prefeito Municipal

Recebi o original do presente Decreto, que a pedido d
requerente foi alterado em alguns detalhes e torna sem
efeito um outro de mesmo número (26/71) e da mesma
data.

Guarapari, 1º de setembro de 1971

Saade Antonio Saade

- ANEXO 4.9.1.1-2 -

- Decreto 04 de 1983 Dispondo sobre a Aprovação do "Núcleo Prioritário"

Decreto nº 04A/83

Dispõe sôbre a Aprovação do Núcleo Prioritário e Primeiro Tadeamento, localizado no Setor 1, Núcleo 5, quadras 1 a 8 do Projeto para Relocação dos Setores e Núcleos do Projeto Integrado Guarapari Concha D'Ostra.

O Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a regularidade do Processo nº 258/83 de 13 de janeiro de 1983, e ainda:

Considerando a obrigatoriedade da subdivisão das glebas que compõe o sulo projeto, devidamente aprovado pelo Decreto nº 26/81, de 26 de agosto de 1981 em seu artigo 2º

Considerando a aprovação do Parcelamento Parcial do Núcleo 4 Setor 1, promovida em 01 de junho de 1982 pelo Processo de nº 2095/82, devidamente averbada à margem da transcrição de nº 6942 do Livro nº 3-1 às fls. 63/65, Transportado para a matrícula nº 11.032 do Livro 2A-V às fls. 57.

Considerando a Aprovação do Plano de Ocupação dos Núcleos e Setores já projetado no Plano Básico de Urbanização do Conjunto Turístico Guarapari Concha D'Ostra, promovida pelo processo nº 4333/82 de 08 de novembro de 1982, devidamente averbada à margem da Transcrição nº 6942 do Livro 3-1 às fls. 63/65, Transportado para a matrícula nº 11.032 do Livro de nº 2A-V às fls. 57 e atualmente sob o nº RV/02 - 11.032 do Livro de nº 2 ficha 350.

Considerando que o Projeto do Núcleo Prioritário e Primeiro Tadeamento, localizado no Setor 1, Núcleo 5, quadras 1 a 8 do

Projeto para relocação dos setores e Núcleos do Projeto Integrado Guarapari - Concha D'Ostra, preenche totalmente os requisitos necessários a um Tratamento.

Decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto do Núcleo Prioritário e Primeiro Tratamento, localizado no setor 1, núcleo 5, quadras 1 a 8 do Projeto Integrado Guarapari - Concha D'Ostra, de propriedade do Sr. Dr. Saade Antonio Saade, com área de 102.119,00 (cento e dois mil cento e dezenove) m², dos quais ficam destinados para atender ao sistema viário 10.756,82 (Dez mil setecentos e cinquenta e seis unidades e oitenta e sete centésimos) m², para Área Verde e Parque Comunitário a área de 12.996,50 (Doze mil novecentos e noventa e seis unidades e cinquenta centésimos) m², tudo em conformidade com a planta aprovada por esta Municipalidade e anexada ao Processo nº 258/73, supra mencionado.

Art. 2º Ficam Ratificadas por este Decreto, as Aprovações mencionadas nos Considerandos, quais sejam as do Parcelamento Parcial do Núcleo 4, setor 1 e a do Plano de Ocupação dos Núcleos e Setores, já projetados no Plano Básico de Urbanização do Guarapari - Concha D'Ostra.

Art. 3º O "Núcleo Prioritário e Primeiro Tratamento", localizado no setor 1, núcleo 5, quadras 1 a 8 compreende:

a) Área dos lotes Unifamiliares - 78.366,00 (setenta e oito mil trezentos e sessenta e cinco) m².

b) Área Verde e Parque Comunitário - 12.996,50 (Doze mil novecentos e noventa e seis unidades e cinquenta centésimos) m².

c)- Áreas Públicas - 10.756,87 (Dez mil, setecentos e cinquenta e seis unidades e oitenta e sete centésimos) m².

d)- nº de lotes - 88 (oitenta e oito)

e)- nº de quadras - 03 (oito)

f)- área loteada - 102.149,00 (cento e dois mil, cento e dezenove

Art. 4º Fica de inteira responsabilidade, obrigatoriedade e às custas do proprietário do Plano aprovado, a execução de todas as obras de infra-estrutura, necessárias ao prevenimento das exigências da legislação em vigor, num prazo máximo de 2 (dois) anos.

Art. 5º Ficam ressalvados todos os direitos de terceiros existentes na área pertinente ao Plano aprovado.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

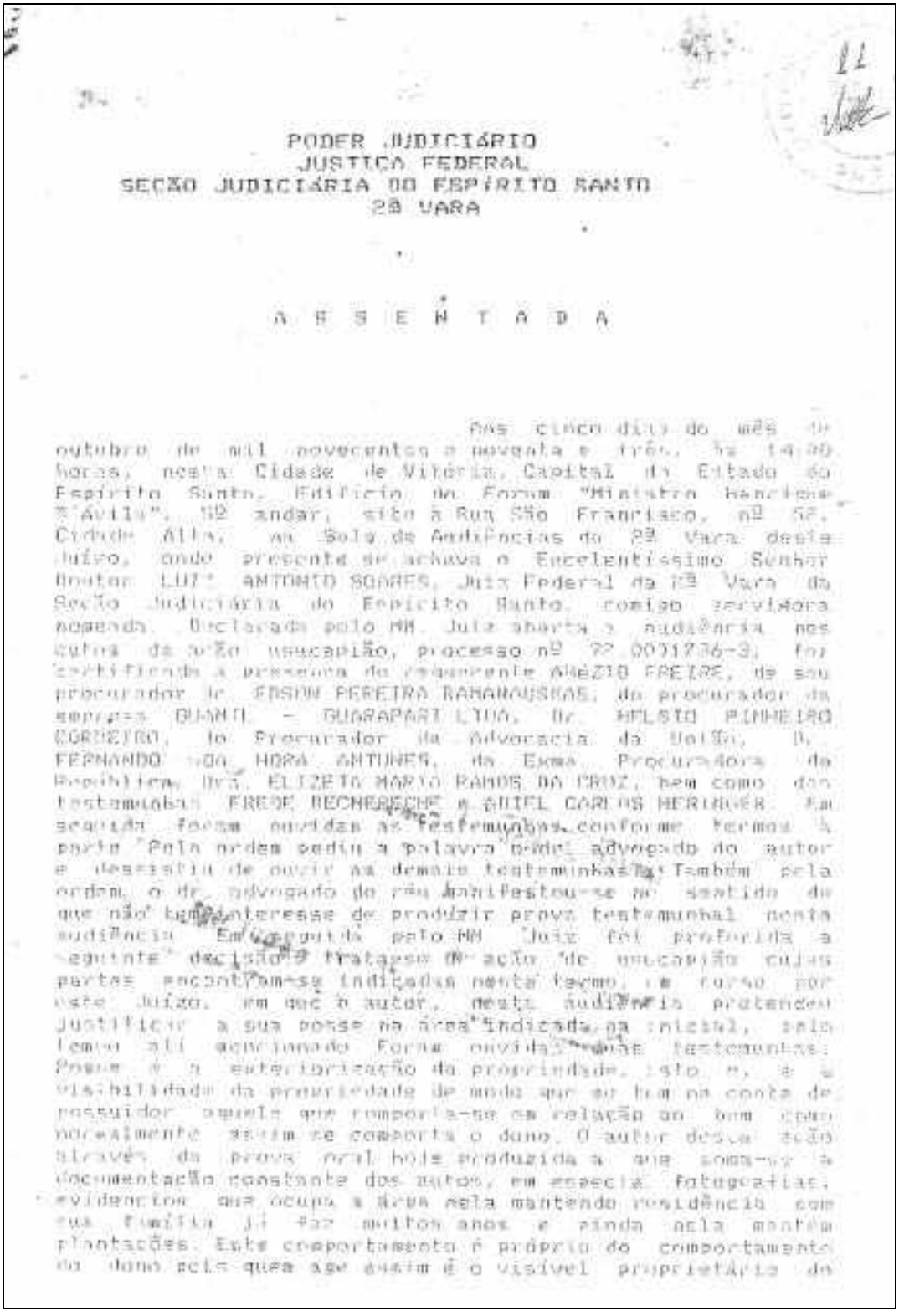
Cumpra-se, Registre-se, Publique-se.

Prefeitura Municipal de Guarabari, 21 de janeiro de 1989.

Benedito Soter Lyra
Prefeito Municipal

- ANEXO 4.9.1.1-3 -

- Decisão sobre Reconhecimento de Usucapião a Favor de Anézio Freire –



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
2ª VARA

A S S E N T A D A

Aos cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e três, às 14:00 horas, nesta Cidade de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, Edifício do Forum "Ministro Bancigam Ávila", 5º andar, sito à Rua São Francisco, nº 52, Cidade Alta, na Sala de Audiências da 2ª Vara deste Juízo, onde presente se achava o Excelentíssimo Senhor Doutor LUIZ ANTONIO SOARES, Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Espírito Santo, comigo servidora nomeada. Declarada pelo MM. Juiz aberta a audiência nos autos da ação usucapião, processo nº 92.0001736-3, foi certificada a presença do requerente ABÉZIO FREIRE, de seu procurador Dr. EDSON PEREIRA RAMANAUSKAS, do procurador da empresa GUANTE - GUARAPARI LTDA, Dr. HELSIO PINHEIRO CORREIRO, do Procurador da Advocacia da União, Dr. FERNANDO SOA HORA ANTUNES, da Exma. Procuradora da República, Dra. ELIZETA MARIA RAMOS DA CRUZ, bem como das testemunhas FREDE BECHERECHE e ADIEL CARLOS HERINGER. Em seguida foram ouvidas as testemunhas conforme termos à parte. Pela ordem pediu a palavra o dr. advogado do autor e desistiu de ouvir as demais testemunhas. Também pela ordem, o dr. advogado do réu manifestou-se no sentido de que não tem interesse de produzir prova testemunhal nesta audiência. Em seguida pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte decisão: Trata-se de ação de usucapião cujas partes encontram-se indicadas neste termo, em curso por este Juízo, em que o autor, nesta audiência pretendeu justificar a sua posse na área indicada na inicial, pelo tempo ali mencionado. Foram ouvidas duas testemunhas. Posse é a exteriorização da propriedade, isto é, a visibilidade da propriedade de modo que se tem na conta de possuidor aquele que comporta-se em relação ao bem como normalmente assim se comporta o dono. O autor desta ação através da prova oral hoje produzida a que soma-se a documentação constante dos autos, em especie fotografias, evidencios que ocupa a área nela mantendo residência com sua família já faz muitos anos e ainda nela mantém plantações. Este comportamento é próprio do comportamento do dono pois quem age assim é o visível proprietário do

- ANEXO 4.9.6.2-1 -

- Lista dos Imóveis Cedidos pelo Estado no Município de Guarapari -

Requerente	Protocolo (Geral)	Município	Lugar	Área m²	Dt. E. Cond.	Dt.E. Def.
CANDIDA FRANCISCA DE ALVARENGA		GUARAPARI	AGUA SURDA	306.000,00		07/05/1946
MARTIN KULL	0143/77	GUARAPARI	ALDEIA VELHA	166.000,00		10/11/1978
JONAS COSTALONGA	0062/82	GUARAPARI	ALDEIA VELHA	621.549,43		14/10/1982
MARIANO CLAUDINO SIMOES	27789535/2004	GUARAPARI	ALDEIA VELHA	153.295,66		13/02/2006
RAFAEL SAITTE	4467/50	GUARAPARI	ALMIRANTE	92.500,00		23/12/1952
RAFAEL SAITH	1515/71	GUARAPARI	ALMIRANTE	234.000,00		18/07/1974
FABIO DE REZENDE BASILIO	26275538/2003	GUARAPARI	ALMIRANTE	166.424,28		14/07/2010
MARCO AURELIO PAVAN	0908/82	GUARAPARI	ALTA SAMAMBAIA, ALTO MT. E ALEGRE	217.457,83		
MARCULINA PINTO DA CONCEIÇÃO	9991/23	GUARAPARI	ALTO BAIA NOVA	200.475,00		
JONAS ALTOE COGO	1418/54	GUARAPARI	ALTO BAIA NOVA	186.225,57		16/03/1984
SEBASTIÃO SOARES DUTRA	2401/90	GUARAPARI	ALTO BAIA NOVA	523.867,42		29/05/1996
SILVANA GAVA DE SOUZA	15273830/99	GUARAPARI	ALTO BAIA NOVA	54.512,33		06/07/1999
JOSE VIEIRA DA SILVA		GUARAPARI	ALTO BOA ESPERANÇA	469.500,00	23/10/1929	12/07/1943
AFONSO MATTEDI	1213/84	GUARAPARI	ALTO BOA VISTA	335.992,62		25/07/1985
MIGUEL MEDEIROS DE FREITAS	2088/94	GUARAPARI	ALTO BOA VISTA	42.296,10		23/06/1997
OLGA HEHER	1085/90	GUARAPARI	ALTO BOA VISTA	58.753,69		24/06/1997
JOAQUIM NEVES FILHO	0049//68	GUARAPARI	ALTO DO SACO	552.000,00		
JACOB SAIT	9095/27	GUARAPARI	ALTO JACARANDA	317.900,00		20/12/1944
GERALDO DE PAULA REIS	23232869/02	GUARAPARI	ALTO MEAIPE	32.947,52		08/12/2005
JOEL COCK	1805/994	GUARAPARI	ALTO RIO CALCADO	213.884,15		
DAVI STEIN	23574011/2002	GUARAPARI	ALTO RIO CALÇADO	342.731,80		
LUCAS JONATAS GALVAO	0159/78	GUARAPARI	ALTO S. MIGUEL	505.000,00		22/10/1979
JOSE MANOEL GALVAO OLIVEIRA	0158/78	GUARAPARI	ALTO S. MIGUEL	350.500,00		12/11/1979
PAULINO COSTA	0527/79	GUARAPARI	ALTO SACO	795.000,00		01/09/1980
DEOCLECIO JOSE DOS SANTOS	4990/22	GUARAPARI	ALTO SÃO MIGUEL	170.000,00		
JOAQUIM DE ALMEIDA PAIVA	1921/21	GUARAPARI	ALTO SÃO MIGUEL	626.200,00		
MANOEL DA SILVA BELEM	19569/27	GUARAPARI	ALTO SÃO MIGUEL	416.000,00		
MARIA MARGARIDA HUPP	11332433/97	GUARAPARI	ALTO SÃO MIGUEL	84.777,74		
JORGE GAZOLLI	27408906/2004	GUARAPARI	ALTO SÃO MIGUEL	129.741,23		
SERGIO BIANCHI GIURIATO	12506834/98	GUARAPARI	ALTO SÃO MIGUEL	158.524,26		31/08/1998
SERGIO BIANCHI GIURIATO	12506834/98	GUARAPARI	ALTO SÃO MIGUEL	158.524,26		31/08/1998
DASIO MARQUES	28297784/2004	GUARAPARI	ALTO SÃO MIGUEL	144.687,22		24/07/2008
HEINZ OTTO SCHELEMM	0420/44	GUARAPARI	ALTO VARZEA NOVA	1.092.315,00		28/02/1956

LEGENDA: **DT**= data; **Cond**= condicionantes (respondida esperando condicionantes); **Def**= deferido

Requerente	Protocolo (Geral)	Município	Lugar	Área m²	Dt. E. Cond.	Dt.E. Def.
JONAS MACHADO	18927246/2002	GUARAPARI	AMARELINHO	174.184,67		06/11/2001
ELIAS BORTOLOTE	33426767/2006	GUARAPARI	AMARELINHO	55.534,17		08/04/2008
JOACYR ZOCCA	40439739	GUARAPARI	AMARELINHOS	56.082,09		
MARIANA PEREIRA	40439410	GUARAPARI	AMARELOS	135.183,83		
KATIA SANTA ROSA LEAL	40906868	GUARAPARI	AMARELOS	324.798,99		
PAULO HERTEL	1801/66	GUARAPARI	AMARELOS	235.000,00		22/02/1980
PEDRO JOSE MISSAGIA	0903/78	GUARAPARI	AMARELOS	565.749,90		15/12/1993
PAULO ROBERTO DE SOUZA	30286794/2005	GUARAPARI	AMARELOS	234.271,11		30/10/2007
VIANNA DE OLIVEIRA COSTA	8772/27	GUARAPARI	ANCHIETA	775.500,00		
ADOLPHO PESTANA	2262/50	GUARAPARI	ANDANA	930.000,00		
WALDEMAR PINTO RIBEIRO	0337/72	GUARAPARI	ANDANA	1.222.000,00		23/01/1973
GETULIO FERREIRA DE BARCELOS	1440/72	GUARAPARI	ANDANA	325.000,00		15/03/1973
JOAO PINTO DE OLIVEIRA	1555/72	GUARAPARI	ANDANA	62.500,00		19/12/1973
ERACI GERALDO RIBEIRO	0197/76	GUARAPARI	ANDANA	200.750,00		17/01/1977
VALDEMAR PINTO RIBEIRO	0135/76	GUARAPARI	ANDANA	233.500,00		12/07/1977
VALMIR ANTONIO TORENZONI	0148/70	GUARAPARI	ANDANA	349.000,00		10/10/1980
EUFLOZINA MARIA DA SILVA	0303/77	GUARAPARI	ANDANO	221.500,00		
ANTONIO LYRIO	8410/26	GUARAPARI	ARAQUARA	82.000,00		
GALDINO MARIANO DA SILVA	12797/1928	GUARAPARI	ARARAS	184.340,00		16/09/1932
GILDO FERREIRA MACHADO	3384/55	GUARAPARI	ARIAL DE BACUTA	662.000,00		11/12/1956
NESTOR CURBANI	12607096/97	GUARAPARI	BAIA NOVA	347.655,77		
MAXIMO GOBBI	1233/82	GUARAPARI	BAIA NOVA	365.112,73		03/02/1984
HELIO PALASSI	28871189/2004	GUARAPARI	BAIA NOVA	184.321,44		09/07/2007
MANOEL PINTO RANGEL	2317/47	GUARAPARI	BANQUETA	327.804,00		
JOSE ANGELO DARDENGO	27791300/2004	GUARAPARI	BARRA DO LIMAO	31.536,60		
SEBATIÃO ADMAR DE OLIVEIRA LIMA	30805139/2005	GUARAPARI	BARRA DO LIMÃO	113.330,35		
SIZOMAR KRAMER	26729539/2004	GUARAPARI	BARRO BRANCO	17.666,39		01/05/2005
HUSCAR CORREA CRUZ	1141/65	GUARAPARI	BELA VISTA	450.000,00		07/12/1972
MANOEL PEREIRA DUARTE	10284966/96	GUARAPARI	BOA ESPERANÇA	315.198,46		21/05/2007
OLI AUGUSTO DA FONSECA	30286778/2005	GUARAPARI	BOA ESPERANÇA	196.833,03		09/04/2008
BENEDITO JOSE DOS SANTOS	4832/63	GUARAPARI	BOA MORTE	360.000,00		
ESPOLIO DAVID MERIGUETE	0172/83	GUARAPARI	BOA SORTE	69.087,99		
JOÃO PEDRO DA VITORIA	1118/75	GUARAPARI	BOA VISTA	38.000,00		
FRANCISCO MARTINS DO ROSARIO	2608/50	GUARAPARI	BOA VISTA	150.800,00		
LUIZ CARLOS DELAZARE	36552780/2007	GUARAPARI	BOA VISTA	62.008,25		

LEGENDA: **DT**= data; **Cond**= condicionantes (respondida esperando condicionantes); **Def**= deferido.

Requerente	Protocolo (Geral)	Município	Lugar	Área m²	Dt. E. Cond.	Dt.E. Def.
ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA LTDA	37529153/2007	GUARAPARI	BOA VISTA	139.469,98		
PEDRO PINTO RIBEIRO	2236/73	GUARAPARI	BOA VISTA	800.000,00		08/11/1973
ANTONIO MARTINS DA VITORIA	1221/80	GUARAPARI	BOA VISTA	197.000,00		15/05/1981
ESPOLIO DE SEBASTIÃO MARTINS DA VITORIA	1220/80	GUARAPARI	BOA VISTA	216.000,00		10/02/1982
ANTONIO ANGELO GRASSI PASSOS	1496/80	GUARAPARI	BOA VISTA	191.500,00		23/04/1982
JOSE ZAVARIZE	0865/75	GUARAPARI	BOA VISTA	178.000,00		28/05/1982
JOSE GOMES FILHO	11291559/1997	GUARAPARI	BOA VISTA	144.576,77		24/11/2006
JOAO MANOEL SIMOES	32477040/2005	GUARAPARI	BOA VISTA	29.895,18		07/08/2008
ERNANDES SANT'ANA NEVES	32477104/2005	GUARAPARI	BOA VISTA	52.598,70		13/02/2009
LUCIMARA SANT'ANA	36330418/2007	GUARAPARI	BOA VISTA	5.519,14		13/02/2009
JOSE BRITO	0771/86	GUARAPARI	BOM JESUS DE COSTA PEREIRA	94.817,54		18/12/1995
FELIPE NERIS DO COUTO	0076/73	GUARAPARI	BONITO	360.000,00		26/11/1973
GRAGORIO DAZZI	1411/48	GUARAPARI	BREJOS DE SÃO MIGUEL	1.367.970,00		05/07/1951
VITALINA BIANCHI MAROCCO	24255254/2003	GUARAPARI	BUENOS AIRES	7.068,29		
VANTUIL BIANCHI	16342976/99	GUARAPARI	BUENOS AIRES	12.815,00		21/02/2002
THEREZINHA FREITAS ARPINI	26729393/2004	GUARAPARI	BUENOS AIRES	10.597,90		18/05/2005
VITORINO BIANCHI	26729458/2004	GUARAPARI	BUENOS AIRES	11.690,38		29/09/2006
ANANIAS BUBACK	1711/77	GUARAPARI	C. DE TODOS OS SANTOS	85.780,00		16/08/1982
OSMAR LUIZ MAIA	27410242/2004	GUARAPARI	C° DO LIMÃO	120.131,03		20/09/2010
LEONARDO IBANEZ CASTILHOS DOS REIS	26275511/2003	GUARAPARI	C° DO LIMÃO	188.018,84		09/11/2010
DOMENCIO CORREA DOS SANTOS	0634/24	GUARAPARI	CAB. DO RI CLARO	105.400,00		
DEOLINDO MANTOVANELI BOURGUIGNON	12607126/97	GUARAPARI	CABEÇA QUEBRADA	91.852,87		
CONSTANTE MARCULANO	0635/83	GUARAPARI	CABEÇA QUEBRADA	73.776,75		18/06/1985
DEOLINDO MANTOVANELI BOURGUIGNON	12607126/97	GUARAPARI	CABEÇA QUEBRADA	91.852,87		27/08/1998
GUILHERME EGGERT	1565/83	GUARAPARI	CABECEIRA SÃO MIGUEL	0,00		
SIRLENE MARIA SARAZAR DO NASCIMENTO	20281102/01	GUARAPARI	CACHOEIRINHA	103.376,01		
HELVECIO SUTIL	42650666	GUARAPARI	CACHOEIRINHA	626.821,59		
AILTON BERAMINI CORREIA	0033/70	GUARAPARI	CAMARUGI	164.250,00		02/07/1974
FRANCISCO HONORATO	0324/38	GUARAPARI	CAMBUCI	253.800,00	04/11/1941	26/02/1943
BRASIF-MAQUINAS ENGENHARIA E	0226/80	GUARAPARI	CAMPO DOS IMBIRAS LAGOA DO MAIMBA	84.280,00		
JUSTINO LYRIO DOS SANTOS	22727/29	GUARAPARI	CAMPO GRANDE	171.500,00		
UBALDINO PEREIRA DE BARCELOS	0098/27	GUARAPARI	CAMPO GRANDE	241.275,00		
ANTONIO PESSANA E OUTROS	1367/69	GUARAPARI	CAMPO GRANDE	1.300.000,00		22/02/1972
ANTONIO BANDEIRA DOS SANTOS	0477/80	GUARAPARI	CAMPO GRANDE	441.000,00		05/01/1980
MATEUS NOGUEIRA DA COSTA	1294/79	GUARAPARI	CAMPO GRANDE	161.500,00		11/12/1981

LEGENDA: **DT**= data; **Cond**= condicionantes (respondida esperando condicionantes); **Def**= deferido.

Requerente	Protocolo (Geral)	Município	Lugar	Área m²	Dt. E. Cond.	Dt.E. Def.
ESPOLIO DE JOSE ZAVARIZE	1002/82	GUARAPARI	CAMPO GRANDE	160.147,39		11/04/1984
TEREZINHA BERTOLO	15342026/99	GUARAPARI	CAMURUGI	185,56		14/02/2000
ANTENOR NALI	0507/77	GUARAPARI	CONCORDIA	288.000,00		19/05/1978
MANOEL MACHADO	1058/50	GUARAPARI	CORREGO DAS PEDRAS	1.108.000,00		
JOÃO MACHADO DOS SANTOS	1370/72	GUARAPARI	CORREGO DAS PEDRAS	1.244.000,00		30/08/1974
DEUFINO MARCELINO CHAGAS	0471/71	GUARAPARI	CORREGO DO LIMÃO	220.000,00		04/07/1973
FRANCISCO XAVIER MAOLI	1391/72	GUARAPARI	CORREGO DO LIMÃO	67.000,00		09/07/1973
JOAO BANDEIRA DOS SANTOS	9094/27	GUARAPARI	CORREGO GRANDE	204.250,00	31/12/1939	26/02/1944
JOAO PINTO RIBEIRO	0065/71	GUARAPARI	CORREGO PEDRAS	206.000,00		29/01/1973
LAURENTINO RODRIGUES	0953/34	GUARAPARI	CRISTOVAN	164.328,00		
THEODORO PEREIRA ALMEIDA	10425/23	GUARAPARI	CURINDIBA	1.000.000,00		
ALEXANDRE RAVELLI NETTO	0388/75	GUARAPARI	DESERTO	310.000,00		
BENEDITO JOSE FERREIRA	8089/23	GUARAPARI	DESERTO	388.620,00		
DOMINGOS ROSSI	2227/38	GUARAPARI	DESERTO	281.793,00		20/08/1943
CICERO ALVES	1392/74	GUARAPARI	DESERTO	113.500,00		26/11/1974
JOSE BRAGA	0388/75	GUARAPARI	DESERTO	30.000,00		16/02/1978
JOSUE ROSSI	0178/78	GUARAPARI	DESERTO	390.000,00		27/12/1979
MANOEL VITAL FERNANDES PEREIRA	0179/78	GUARAPARI	DESERTO	272.000,00		25/02/1981
AMADO FRANCISCO DAFRAGA	1091/48	GUARAPARI	DUCIRICA	178.000,00		25/01/1957
TARTAGLIA TOBIAS	19363/1914	GUARAPARI	EX COLONIA RIO NOVO	302.500,00		30/11/1919
HOLDAR DE BARROS FIGUEIRA	3912/1922	GUARAPARI	FAZ. DO CAMPO	2.024.400,00		31/10/1937
JOAO JOSE DOS SANTOS	0316/32	GUARAPARI	FAZ. DO CAMPO	474.748,00		23/01/1945
HOLDAR DE BARROS FIGUEIRA	0316/1931	GUARAPARI	FAZ. DO CAMPO	474.748,00		23/01/1945
HOLDER DE BARROS FIGUEIRA	2569/30	GUARAPARI	FAZENDA DO CAMPO	447.000,00		
HOLDAR DE BARROS FIGUEIRA	2582/44	GUARAPARI	FAZENDA DO CAMPO	69.757,00		28/02/1945
JOAO VIEIRA DA SILVA	2316/48	GUARAPARI	FAZENDA VELHA	515.845,00		03/11/1949
GUILHERMINO JOAQUIM DA CONCEIÇÃO	183/1909	GUARAPARI	FREXEIRA	295.237,50		24/01/1911
GERVASIO ROSA PORTO	3241/64	GUARAPARI	FUNDAO	124.000,00		
LEOCADIO PINTO DA VITORIA	2228/38	GUARAPARI	FUNDAO	341.500,00		
ILIAS FERNANDES CARDOSO DOS SANTOS	3241/64	GUARAPARI	FUNDAO	124.000,00		26/08/1975
HOLDAR DE BARROS FIGUEIRA	2323/47	GUARAPARI	GUACHUMA	996.209,00		14/08/1951
JOAO FRAGA DE MIRANDA	2318/50	GUARAPARI	IGUAPE	49.801,00		
INÁCIO SERRAT SIMÕES	1051/41	GUARAPARI	IGUAPE	63.956,00		12/07/1942
ANPHILOQUIO FRAGA DE MIRANDA	6798/57	GUARAPARI	IGUAPE	86.000,00		16/11/1961
FRANCISCO BORGES DA SILVA	6037/61	GUARAPARI	IGUAPE	165.000,00		26/02/1962

LEGENDA: **DT**= data; **Cond**= condicionantes (respondida esperando condicionantes); **Def**= deferido

Requerente	Protocolo (Geral)	Município	Lugar	Área m²	Dt. E. Cond.	Dt.E. Def.
JOSE CLOVIS RICIERI	2259/86	GUARAPARI	INDEPENDENCIA	215.249,74		18/11/1988
JOAQUIM ELER DE AREDES	23232404/02	GUARAPARI	INGENHOCA	41.663,22		21/11/2003
ANDREA DA COSTA	23540940/02	GUARAPARI	ITAPEBUSSU	359,36		
VITORINO BIANCHI	0354/74	GUARAPARI	ITAPIUNHA	306.000,00		05/11/1975
MARIA DE AZEVEDO BAHIENSE	0854/74	GUARAPARI	JABARAI	307.000,00		29/03/1982
ESPOLIO DE JOSE MENDES	0940/80	GUARAPARI	JABARI	27.500,00		10/11/1982
PEDRO DE SOUZA FILHO	0344/81	GUARAPARI	JABARI	27.080,00		22/12/1982
JOÃO SUBTIL DE JESUS	1353/82	GUARAPARI	JABOTI	0,00		
BENEDITO SANTOS VIEIRA SANTOS E OUTROS	5024/52	GUARAPARI	JABOTI	456.000,00		04/06/1962
DARCISO CARMINATI	1353/82	GUARAPARI	JABOTI	115.279,50		02/09/1985
SEBASTIÃO SARRIA	0818/94	GUARAPARI	JABOTI	151.796,50		15/05/1997
ANGELO BRAMBATI	26500566/2003	GUARAPARI	JABOTI	244.462,29		01/07/2005
EDEMILSON ANTONIO MOCELIN	25890840/2003	GUARAPARI	JABOTICABA	10.118,82		
RICARDO SHALDERS	29688710/2005	GUARAPARI	JABOTICABA	10.118,82		
HERMINIO OLIVEIRA DE JESUS	1961/74	GUARAPARI	JABOTICABA	141.000,00		10/09/1976
OCTAVIO PINTO RIBEIRO	1588/75	GUARAPARI	JABOTICABA	801.000,00		11/01/1977
ETELVINA VIEIRA MILAGRES	2125/74	GUARAPARI	JABOTICABA	1.345.000,00		09/02/1977
JURANDIR FERREIRA DE BARCELOS	0287/76	GUARAPARI	JABOTICABA	129.000,00		15/07/1983
JOAO GUERINI JUNIOR	30286816/2005	GUARAPARI	JABOTICABA	312.201,66		09/08/2007
BENEDITO V. SANTANA E OUTRO	5024/52	GUARAPARI	JABOTY	456.500,00		
CHARLES SPITZ	-	GUARAPARI	LAGOA DA JOANA	1.233.065,00		
CONSTRUTORA ERG LTDA	3290/73	GUARAPARI	LAGOA DO MAE BA	196.000		
AKLEBIA LUCIO GRIPP	39151239	GUARAPARI	LAJE DAS PEDRAS	69.495,21		
ROBERTO COLOMBO DE CASTRO SPINOLA	27409058/2004	GUARAPARI	LAMEIRÃO	541.925,45		18/01/2007
MARIA FREIRE DE ANDRADE	43172326	GUARAPARI	LARANJEIRAS - TAQUARA DO REINO	146.254,72		
PEDROLINA FREIRE DE ANDRADE	43172539	GUARAPARI	LARANJEIRAS - TAQUARA DO REINO	109.868,15		
MANOEL JORGE FREIRE DE ANDRADE	43171630	GUARAPARI	LARANJEIRAS - TAQUARA DO REINO	99.729,22		
MIRANDA IRMAO COMERCIO E INDUSTRIA	0411/84	GUARAPARI	LIMAO	0,00		
ANTONIO FURTADO DE VASCONCELLOS	0323/38	GUARAPARI	LIMAO	139.400,00		
JOSE RICARDO FILHO	8561/25	GUARAPARI	LIMAO	240.000,00		
WALDEMAR DE MAGALHÃES RICARTE	5574/26	GUARAPARI	LIMAO	269.100,00		
JOSE LOPES DE JESUS		GUARAPARI	LIMAO	358.875,00		04/04/1945
LOURENCO BRAMBAT	0322/38	GUARAPARI	LIMAO	81.300,00		26/09/1952
LOURENCO BRAMBAT	2242/54	GUARAPARI	LIMAO	207.102,00		26/09/1952
JOSE JOAO VILELA	0629/55	GUARAPARI	LIMÃO	126.500,00		12/10/1956

LEGENDA: **DT**= data; **Cond**= condicionantes (respondida esperando condicionantes); **Def**= deferido

Requerente	Protocolo (Geral)	Município	Lugar	Área m²	Dt. E. Cond.	Dt.E. Def.
TARTAGLIA TOBIAS	21144/1915	GUARAPARI	LOTE Nº 20 EX COLONIA RIO NOVO	302.500,00		31/12/1919
BERNARDO MARQUES PEREIRA	23330/50	GUARAPARI	MATOS GONÇALVES	203.000,00		
BERNARDO MARQUES PEREIRA	2330/46	GUARAPARI	MATOS GONÇALVES	223.000,00		19/05/1961
OLIVAL SANTOS CARVALHO	23421339/2002	GUARAPARI	MAXINDA	226.349,83		12/09/2008
ALVARO DOS SANTOS LIBIRIO	4466/57	GUARAPARI	MEAIPE	345.000,00		19/01/1960
BEATRIZ DOS SANTOS VAILANTE	26363135/2003	GUARAPARI	MEAIPE	265.495,74		20/06/2006
CELESTINO ALMEIDA	40195546	GUARAPARI	MORINHOS-MEAIPE	13.217,60		24/06/2009
CICERO ALVES	1667/75	GUARAPARI	MORRINHO	132.000,00		
ELIZABETH SANTOS RICHTER	0193/87	GUARAPARI	MORRINHO	64.852,23		
AREMILDO RAMALHO	40196445	GUARAPARI	MORRINHOS MEAIPE	12.945,93		
BENEDITA BARCELLOS DOS REIS	0970/33	GUARAPARI	MORRO DO CEU	145.690,00		
VITORINO BIANCHI	17457882/2000	GUARAPARI	MORRO DO ORATORIO	5.795,72		
DAVID PEREIRA DE AMORIM	1085/94	GUARAPARI	MORRO DO ORATORIO	25.449,25		15/12/1995
JOAO CLOVIS BRAMBATI	1025/94	GUARAPARI	MORRO DO ORATORIO	50.697,46		18/12/1995
JOAO MARCELINO PINTO	1086/94	GUARAPARI	MORRO DO ORATORIO	26.800,90		18/12/1995
VITORINO BIANCHI	1326/94	GUARAPARI	MORRO DO ORATORIO	24.982,88		18/12/1995
GETULIO PINTO	1026/94	GUARAPARI	MORRO DO ORATORIO	49.882,46		18/12/1995
GERSON BONE BIANCHI	1087/94	GUARAPARI	MORRO DO ORATORIO	28.077,98		18/12/1995
JACINTO MARCELINO PINTO	1088/94	GUARAPARI	MORRO DO ORATORIO	28.838,81		18/12/1995
ADELSON BONE BIANCHI	1233/94	GUARAPARI	MORRO DO ORATORIO	39.209,30		18/12/1995
VITORINO BIANCHI	17457939/2000	GUARAPARI	MORRO DO ORATORIO	5.857,69		25/06/2002
VERIANO BIANCHI	22213716/02	GUARAPARI	MORRO DO ORATORIO	42.272,61		20/01/2004
ZENILDA CINDRA SANTANA	28301617/2004	GUARAPARI	MORRO DO ORATORIO	35.987,03		24/09/2007
VALDIR TEDESCO	31040144/2005	GUARAPARI	MORRO DO ORATORIO	45.913,98		04/12/2007
VALDIR TEDESCO	158899292/99	GUARAPARI	MORRO DO ORATORIO	19.359,68		15/04/2008
VALDIR TEDESCO	31040160/2005	GUARAPARI	MORRO DO ORATORIO	34.081,95		25/04/2008
ALEXSANDRO CARMINATI LYRA	36110060/2007	GUARAPARI	MORRO DO ORATÓRIO	13.506,01		
AYLTON COELHO DOS SANTOS	42650739	GUARAPARI	MORRO DO ORATÓRIO	9.982,78		
FRANCISCO ROSA DE LYRIO	1158/21	GUARAPARI	MORRO DO RIBEIRO	960.000,00		
VICTOR RESTANA MARQUES	1337/36	GUARAPARI	MORRO DO TAQUARI	331.587,00		26/02/1944
CHRYSANTO DE FREITAS LYRA	9884/23	GUARAPARI	MORRO DO VIGIA	266.760,00		13/07/1942
ARLINDO ANGELO VILASCHI	0747/75	GUARAPARI	MORRO GRANDE	807.100,00		24/11/1976
REINALDO SOARES AREAS	12423815/97	GUARAPARI	MUQUIÇABA	437,68		
MARINHO JOSE DOS SANTOS	0215/65	GUARAPARI	MUQUIÇABA	2.050,00		
MARIA VIEIRA PASSOS	0245/55	GUARAPARI	MUQUIÇABA	22.000,00		02/07/1958

LEGENDA: **DT**= data; **Cond**= condicionantes (respondida esperando condicionantes); **Def**= deferido

Requerente	Protocolo (Geral)	Município	Lugar	Área m²	Dt. E. Cond.	Dt.E. Def.
MANFRED FRANS JOSE KULITZ	0431/79	GUARAPARI	ORATORIO	76.500,00	27/07/1980	04/05/1983
LAURA VIDAL DE JESUS	0997/78	GUARAPARI	PAIXAO	381.000,00		11/10/1977
WILSON PINTO VIEIRA	7459/56	GUARAPARI	PALMEIRA	1.011.150,00		
JOAO BANDEIRA DOS SANTOS	0815/76	GUARAPARI	PALMEIRA	626.000,00		18/07/1977
METALURGICA NOSSA SENHORA DA PENHA S/A	1286/77	GUARAPARI	PALMEIRA	926.000,00		21/12/1980
DAVID DOS SANTOS	2348/84	GUARAPARI	PALMEIRAS	71.268,14		10/06/1985
PAULO COSTA BALESTREIRO	41137604	GUARAPARI	PALMEIRAS	391.825,43		25/06/2009
IZABEL MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA E	0251/76	GUARAPARI	PATURA	587.000,00		
GELSON GUIMARAES DE LIMA	1688/76	GUARAPARI	PE DA PEDRA	241.000,00		31/08/1978
GUILHERMINO JOAQUIM DA CONCEIÇÃO	183/1908	GUARAPARI	PEROCÃO	84.250,00		24/01/1911
JOAO BATISTA CERUTI PINTO	27896820/2004	GUARAPARI	PEROCÃO	94.806,25		29/09/2006
SOCIEDADE IMOBILIÁRIA GUARAOARI LTDA	0872/55	GUARAPARI	PONTA DO RIACHO	242.452,00		20/08/1955
RONALDO CONDE	4515/63	GUARAPARI	PRAIA DA BOCUTIA	5.015,00		05/05/1964
ROMULO CONDE	4516/63	GUARAPARI	PRAIA DA BOCUTIA	1.467,00		01/09/1964
MTANIOS ASSAD NADER	19535422/2001	GUARAPARI	PRAIA DAS VIRTUDES	573,39		06/11/2001
GILDO CORREA PIMENTEL	0045/65	GUARAPARI	PRAIA DE GRACAI	50.000,00		18/05/1973
MANOEL LOYOLA	3035/64	GUARAPARI	PRAIA DE GRACAI	22.350,00		18/05/1973
MANOEL CORREA DE OLIVEIRA	7320/57	GUARAPARI	PRAIA FORMOSA	605.250,00	28/05/1957	
DAVID ROSA DE OLIVEIRA	11583886/97	GUARAPARI	RIO CALCADO	215.680,94		
DAVID ROSA DE OLIVEIRA	11583886/97	GUARAPARI	RIO CALCADO	215.680,94		19/03/1998
HUMBERTO MOMBRINI	31866328/2005	GUARAPARI	RIO CALÇADO	567.179,72		31/01/2008
BENEDITO CORREA DOS SANTOS	1031/76	GUARAPARI	RIO CLARINHO	124.000,00		
LUIZ BARTHOLOMEU SAUDINO	1406/58	GUARAPARI	RIO CLARO	670.000,00		24/08/1959
LEOPOLDINO FRANCISCO SOARES	1601/69	GUARAPARI	RIO CLARO	204.000,00		18/09/1974
JOCIR ANTONIO GERA	28301790/2004	GUARAPARI	RIO CLARO	55.658,14		20/11/2006
FRANCISCO DE ASSIS MAIOLI	28970152/2004	GUARAPARI	RIO CLARO	44.182,45		24/04/2007
CASSIANO MARTINS	30106737/2005	GUARAPARI	RIO CLARO	25.471,43		30/08/2007
NILTON HENRIQUE GERA	37222147/2007	GUARAPARI	RIO CLARO	41.227,60		23/01/2009
ANTONIO MARTINS	1433/69	GUARAPARI	RIO CLARO = MORRO DO ALMIRANTE	218.000,00		23/10/1975
MERTILIO DA SILVA TAVARES	17121/28	GUARAPARI	SACCO	217.000,00		
VALDEVINO PEIXOTO DE OLIVEIRA	15668649/99	GUARAPARI	SANTA RITA	140.311,34		
CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS	15668665/99	GUARAPARI	SANTA RITA	145.448,06		30/10/2007
JOSE JAVARINI	0421/49	GUARAPARI	SANTA ROSA	52.000,00		15/12/1958
CARLOS ROBERTO DIAS EIRAS	15946240/99	GUARAPARI	SANTANA	294.444,40		
BENEDITO GOMES DO ROSARIO	1068/87	GUARAPARI	SANTANA	249.155,56		19/08/1988

LEGENDA: **DT**= data; **Cond**= condicionantes (respondida esperando condicionantes); **Def**= deferido

Requerente	Protocolo (Geral)	Município	Lugar	Área m²	Dt. E. Cond.	Dt.E. Def.
GUILHERME EGGERT	15946320/99	GUARAPARI	SANTANA	202.934,68		12/09/2002
ALVINA HENKE DOS PASSOS EWALD	15946223/99	GUARAPARI	SANTANA	72.299,14		16/09/2002
MOYSES DUTRA MOUTINHO	19371381/2000	GUARAPARI	SANTANA	240.903,49		25/08/2004
JOSE ANTONIO SILVA FREITAS	21110638/01	GUARAPARI	SANTANA - ALTO SÃO MIGUEL	141.891,46		03/07/2006
DANIEL RAYMOND ANDRE JOUANGUY	27997316/2004	GUARAPARI	SÃO GABRIEL	96.768,40		28/06/2005
AFONSO GOMES DO ROSARIO	1235/46	GUARAPARI	SÃO JOSÉ DO LIMÃO	320.000,00		26/06/1956
HOLDAR DE BARROS FIGUEIRA	2311/47	GUARAPARI	SÃO MATEUS	870.000,00		14/08/1951
JOSE DELLAPARTE	0491/79	GUARAPARI	SÃO MIGUEL	61.192,82		
LUIZ MANOEL POTON	27789659/2004	GUARAPARI	SÃO MIGUEL	25.553,20		20/11/2006
MIGUEL COSTA POTON	27791971/2004	GUARAPARI	SÃO MIGUEL	25.854,10		15/01/2007
JOAO BATISTA DAZZI	0234/48	GUARAPARI	SÃO MIGUEL DE SANTANA	2.077.033,00	07/05/1951	05/07/1951
AMELIA TRAVA DIAS	2260/51	GUARAPARI	SÃO MIGUEL DO IGUAIPE	187.000,00		18/10/1955
VALERIO NUNES BASTOS	35426098/2006	GUARAPARI	SERRA DA JACUTINGA	499.456,58		
MANOEL PINTO RANGEL		GUARAPARI	SERTÃO JABOTI	57.607,00		11/06/1903
MARIA FERREIRA DA COSTA	2219/87	GUARAPARI	SETIBA	17.019,61		12/01/1989
ELIAS FELBERG	0728/76	GUARAPARI	SITIO BOA VISTA	91.000,00		28/07/1977
GEORGINA LIMA MATTOS	0539/77	GUARAPARI	SITIO GRAMARIM	163.000,00		
PEDRO HENRIQUE DE ANDRADE	43172440	GUARAPARI	SÍTIO LARANJEIRAS - TAQUARA DO REINO	193.592,80		
VALDEMIR CRISTOVAN DO NASCIMENTO	43171877	GUARAPARI	SÍTIO LARANJEIRAS - TAQUARA DO REINO	372.301,83		
REGINA NUNES LOYOLA	43172180	GUARAPARI	SÍTIO LARANJEIRAS - TAQUARA DO REINO	49.627,04		
CONSTANCIA ROSA LYRA	2022/90	GUARAPARI	SITIO RENASCER	73.018,34		12/07/1993
ESPOLIO DE JOSE OLIVERIO DOS SANTOS	0507/80	GUARAPARI	SITIO TAQUARA DO REINO	2.453.000,00		26/11/1987
PAULO BARBOSA DE OLIVEIRA	0012/81	GUARAPARI	SITIO VALE DO SOL	18.250,00		12/03/1982
ALFREDO MATINS DE SOUZA E OUTROS	4823/63	GUARAPARI	SOLIDADE	69.000,00		11/09/1964
JOÃO CLAUDIO DE FREITAS	2688/84	GUARAPARI	SUA	309.694,21		
WANDERLEY DE FREITAS HEMERLY	2224/38	GUARAPARI	TAMBOATA-GUITAN	76.500,00	15/04/1941	22/03/1997
FRANCISCO GOMES DE SANTA RITA	9133/23	GUARAPARI	TAMQUE	820.000,00		
ARMELINDA ANTONIA DE JESUS	9133/22	GUARAPARI	TANQUE	820.000,00		16/06/1956
EDILSON LIDIO PINTO	0149/74	GUARAPARI	TARTARUGA	297.500,00		16/09/1974
BENEDITO DA SILVA SOUZA	0630/51	GUARAPARI	TOCO DA CANOA	388.000,00	13/10/1959	
ALICE CORRADI	7476/26	GUARAPARI	TODOS OS SANTOS	275.000,00		
ELISARIO VIEIRA RIOS	4290/23	GUARAPARI	TODOS OS SANTOS	302.500,00		
VIRGÍLIO BOLDI	610/33	GUARAPARI	TODOS OS SANTOS	304.412,00		04/07/1942
AGUINALDO GOBBI	0615/76	GUARAPARI	TODOS OS SANTOS	680.000,00		03/03/1977
CLEMENTE LANGA	7477/26	GUARAPARI	TRES DE MAIO	300.000,00		

LEGENDA: **DT**= data; **Cond**= condicionantes (respondida esperando condicionantes); **Def**= deferido

Requerente	Protocolo (Geral)	Município	Lugar	Área m²	Dt. E. Cond.	Dt.E. Def.
ANTONIO RANGEL PINTO	0567/31	GUARAPARI	VARGEA NOVA	456.000,00		08/11/1943
MANOEL DE ABREU	0161/94	GUARAPARI	VARGEM GRANDE	365.823,40		17/11/1995
ADRIAO BENTO FERREIRA	4305/55	GUARAPARI	VARZEA NOVA	54.750,00	21/08/1956	
URBANO PINTO DE BARCELOS	2609/42	GUARAPARI	VARZEA NOVA	250.000,00		
MARIVELTON FERNANDES DE SOUZA	31867553/2005	GUARAPARI	VARZEA NOVA	2.102,32		
DEOCLECIO MARIA DE SÃO JOSE	1966/24	GUARAPARI	VARZEA NOVA	622.400,00		15/03/1943
GETULIO CORRADI	2259/50	GUARAPARI	VARZEA NOVA	215.000.00		18/11/1952
HEINZ OTTO SCHELEMM	0421/44	GUARAPARI	VARZEA NOVA	87.238,42		27/02/1956
HEINZ OTTO SCHELEMM	317/44	GUARAPARI	VARZEA NOVA	1.726.024,00		28/02/1956
JOAQUIM NEVES FILHO	2609/42	GUARAPARI	VARZEA NOVA	250.000,00		03/03/1972
ALOISIO BUBACK	37529064/2007	GUARAPARI	VÁRZEA NOVA	24.961,97		13/01/2009
ALEXANDRE RAVELLI NETTO	1926/76	GUARAPARI	VILA DE TODOS OS SANTOS	188.000,00		
PEDRO SERGIO BRAMBATI	9992812/96	GUARAPARI	VIRGEM GRANDE	340.059,60		07/05/1998
ISUNESUKE TOMITA	3903/66	GUARAPARI	VISTA ALEGRE	119.750,00		01/10/1969

LEGENDA: **DT**= data; **Cond**= condicionantes (respondida esperando condicionantes); **Def**= deferido

- ANEXO 4.9.6.5-2 -

- Anúncio de Venda da Ilha do Piraí –

Área para venda em Guarapari - ES

Excelente ÁREA para venda em Guarapari - Ideal para construção de Condomínio de Luxo, Hotel, Resort de luxo, Investimentos Turísticos diversos , frente ao canal de Guarapari - são 105.000 m ²

- com água da CESAN e luz da ESCELSA

- documentação : escritura registrada de posse em cartório,

- calado com 03 metros,

- valor R$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais),

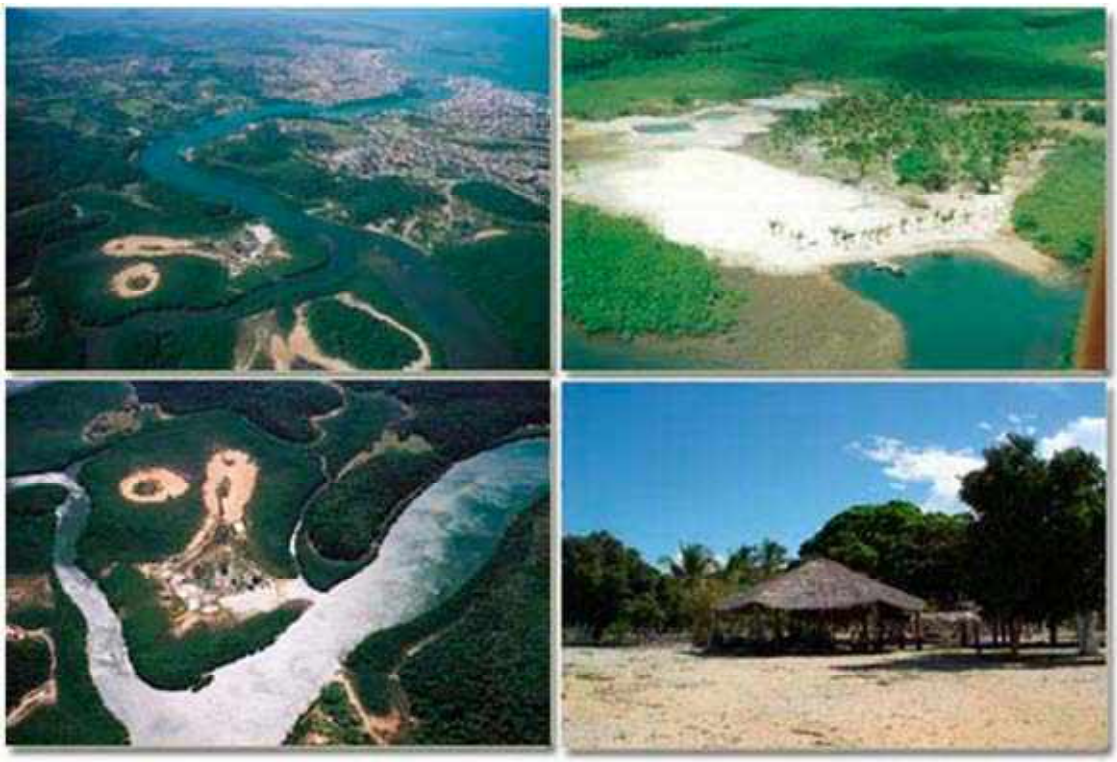
Ref.: 0214

Roberval

Obs.: valores sujeitos a alterações sem prévio aviso, como também disponibilidade do imóvel.

Corretor Wanderley Caldas CRECI: 5905 F - Tels.: 27- (OI) 8817 - 1156 (TIM) 8191-6066

Corretor Renan Alves CRECI: 5793-F Tels.: 27 (OI) 88479526 (VIVO) 9924-1194 (CLARO) 9228-4706 (TIM) 81687699



Fonte: http://lotes-venda.vivastreet.com.br/terrenos-venda+guarapari/excelente-area--ilha---no-canal-de-guarapari/15128766#photos

- ANEXO 5.2-1 -

Questionário 1
– Dados do Censo Imobiliário –

Questionário 1: Dados do Censo Imobiliário

1. Dados do ocupante
1.1. Nome do Ocupante
1.2. Identidade do individuo
1.3. CPF do individuo

2. Localização
2.1. Logradouro - Nome da rua ou avenida.
2.2. Número da propriedade.
2.3. Localidade/Bairro.
2.4. Caracterização Região: ( )Urbana ( )Rural ( )Misto
2.5. Coordenadas X,Y.

3. Situação do imóvel
( )Próprio
( )Alugado
( )Cedido
( )Ocupado

3.2. Uso do imóvel
( )Residência
( )Comércio
( )Indústria
( )Serviço

3.3. Nome do proprietário
3.4. CPF do proprietário: (retirado do contrato de aluguel)
3.5. Escriturado: Sim/Não
3.6. matricula do imóvel
3.7. tempo de ocupação
3.6. Imagem da propriedade

3.7. Ocupação:
( )Em construção
( )Ruína
( )Em demolição
( )Construção paralisada
( )Construção em andamento
( )Construído

3.8. Patrimônio:
( )Particular
( )Municipal
( )Estadual
( )Federal
( )Religioso
( )Entidade Sem fins lucrativos

3.9. Tipo de imóvel:
( )Apartamento
( )Casa
( )Sala

( )loja
( )Galpão
( )Barraco
( )Talheiro
( )Adícula
( )Anexo
( )Outro

3.10. Conservação:
( )Bom
( )Regular
( )Ruim

3.11. Tipo de construção:
( )Madeira
( )Alvenaria
( )Concreto
( )Metálico

4. Informações socioambientais

4.1. Profissão do chefe da família

4.2. Número de ocupantes:

4.3. Localização:
( )Ribeirinha
( ) Manguezal
( )Fragmento florestal

4.4. Importância ecológica da propriedade
( )Nascentes
( )Corpos d'água
( )Manguezal
( )Fragmento de mata atlântica

- ANEXO 5.2-2 -

Questionário 2
- Roteiro de Entrevista com os Responsáveis pela RDS Concha D'Ostra -

Questionário 2*: *Roteiro de Entrevista com os Responsáveis pela RDS Concha D'Ostra

Data do preenchimento do questionário: ___/___/___ Horário: _____

Nome _____

Nome do órgão que trabalha:

1. Há quanto tempo trabalha no órgão?
2. Qual o cargo que ocupa?
3. A quanto tempo o Sr. (a) está trabalhando nesta função?
4. Qual a situação que o Sr. (a) encontrou quando assumiu esta função?
5. A situação atual é a mesma de quando começou ou mudou? ( ) sim ( ) não
6. Se mudou em que?
7. Qual a estrutura e equipamentos que o (a) Sr, (a) dispõe hoje para desenvolver sua função?
8. O (a) Sr.(a) conta com o apoio de algum órgão ou instituição para o desenvolvimento de suas atividades? Sim ou não?
9. Quais?
10. Qual a contribuição de cada órgão ou instituição para o desenvolvimento de suas atividades?
11. Em relação a RDS Concha D'Ostra o(a) Sr(a) tem conhecimento de Associação de Pescadores/Marisqueiros ou Catadores de Caranguejo ou ONGS na região? Sim ou não?
12. Quais?
13. De que forma elas atuam?
14. Quais os principais problemas socioambientais que o Sr.(a) observa dentro da RDS?
15. Quais os principais problemas socioambientais que o Sr.(a) observa dentro das comunidades existentes na RDS?
16. Na sua opinião quais são os principais problemas sociais encontrados?
17. Na sua opinião quais são os principais problemas de infraestrutura encontrados?
18. O Sr. (a) tem conhecimento de algum Programa ou Projeto na região que envolva a RDS Concha D'Ostra? Se sim, qual (ais)?

19. O Sr. (a) vê muitas dificuldades com os pescadores/marisqueiros/catadores de caranguejo e/ou usuários para cumprir a legislação vigente relacionada com a RDS Concha D'Ostra?

20. Porque?

21. O Sr.(a) acha que é possível a conservação da RDS Concha D'Ostra de acordo com as leis existentes ou deveriam mudar? Comente:

22. Como o Sr.(a) avalia a importância da RDS Concha D'Ostra para as comunidades do entorno?

23. Como o Sr (a) avalia a importância das comunidades do entorno para a conservação da RDS Concha D'ostra?

24. O que o Sr. (a) acha que poderia ser feito para melhorar a relação estabelecida entre a RDS Concha D'ostra e a comunidade interna e do entorno?

25. O Sr.(a) gostaria de fazer mais algum comentário adicional?

- ANEXO 5.2-3 -

Questionário 3
- Comunidade -

Questionário 3 - Comunidade

1) Data do preenchimento do questionário: ___/___/___ Horário: _____

2) Nome _____
Endereço:_____

3) Data e local de Nascimento:_____

4) Estado civil:
( ) Solteira/o
( ) Casada/o
( ) Companheira/o
( ) Separada/o ou Divorciada/o
( ) Viúva/o

5) Profissão: _____

6) Escolaridade:
Sem escolaridade ( )
Fundamental: ( ) completo ( ) incompleto
Médio: ( ) completo ( ) incompleto
Universitário: ( ) completo ( ) incompleto

7) Qual o curso Universitário:?
_____

8) Possui Pós-Graduação:
( ) Especialização – *Lattu Sensu*
( ) Mestrado
( ) Doutorado
Especialização em: _____

9) Tem filhos/as:
( ) Sim
( ) Não
Quantos? _____

10) Condição de Moradia:
( ) Próprio
( ) Alugado
( ) Cedido
( ) Não sabe/ não respondeu
( ) Outros:

11) Há quanto tempo a família reside no local?
( ) Até 1 ano
( ) Mais de 1 a 3 anos
( ) Mais de 3 a 5 anos
( ) Mais de 5 a 10 anos
( ) Mais de 10 a 15 anos
( ) Mais de 15 a 20 anos

( ) Mais de 20 anos
( ) Não sabe/ não respondeu

12) Números de pessoas por domicílio: _____

13) Participa de alguma organização/associação?Qual?
_____

14) Qual é a renda total, mensal (aproximada) de sua família? Some o seu salário com o de seu cônjuge e com o de seus filhos.
( ) 1 salário mínimo
( ) entre 1 e 2 salários mínimos
( ) entre 2 e 3 salários mínimos
( ) entre 3 e 4 salários mínimos
( ) entre 4 e 5 salários mínimos
( ) entre 5 e 10 salários mínimos
( ) entre 10 e 15 salários mínimos
( ) entre 15 e 20 salários mínimos
( ) acima de 20 salários mínimos

15) Possui água encanada em sua residência?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

16) Quem fornece água para a sua residência?

( ) CESAN
( ) Não possui água
( ) Por empréstimo
( )Não sabe/ não respondeu
( ) Poço
( ) Outros_____

17) A sua residência é ligada à rede de esgoto?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

18) Esta rede de esgoto foi construída e é mantida pela CESAN ou foi construída pelos moradores? *(somente para quem disse sim na anterior)*.
( ) Rede da CESAN
( ) Rede construída pelos moradores
( ) Não sabe/ não respondeu
( )Outros_____

19) Qual o destino do esgoto de sua residência? (*somente para quem disse que não é ligado a rede)*.
( ) Vai direto para rede de esgoto
( ) Despeja direto na rua/ córrego/ encosta/ no próprio quintal
( ) Não sabe/ não respondeu
( ) Outros_____

20) Possui energia elétrica em sua residência?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

21) Quem fornece energia para a sua residência?
( ) ESCELSA
( ) Não tem energia
( ) Não sabe/ não respondeu
( ) Gato
( )Outros_____

22) Há coleta de lixo no seu bairro?
( ) Sim
( ) Não

23) Se sim, quem é o órgão responsável
_____

24) Quantas vezes por semana?
( ) Uma
( ) Duas
( ) Três
( ) Quatro
( ) Cinco
( ) Seis
( ) Sete

25) O(a) Sr.(a) possui telefone residencial fixo?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

26) O Sr.(a) possui telefone móvel?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

27)Quais doenças o(a) Sr(a) ou alguém da sua família já desenvolveram/sofreram?
( ) Aborto Natural
( ) Aids
( ) Alcoolismo
( ) Anemia
( ) Câncer
( ) Dengue
( ) Diarréia.
( ) Esquistossomose
( ) Gripe
( ) Hepatite
( ) Leptospirose
( ) Problemas de pele
( ) Tuberculose
( ) Verminose

( ) Não tiveram doenças
( ) Não sabe/ não respondeu
( ) Outras: Quais _____

28)Houve óbitos devido a estas doenças?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

29) Onde a família busca atendimento para saúde?
( )Hospital público
( ) Posto de saúde
( )Clínica particular
( ) Hospital particular
( ) Não sabe/não respondeu
( ) Outros (benzedeiras, igrejas, curandeiros, etc):_____

30) Na sua opinião quais os principais problemas(sociais e infra-estrutura) da sua comunidade? Os itens devem ser numerados de acordo com a importância que o entrevistado atribui ao problema, sendo 1 o mais problemático.
( ) Iluminação pública
( ) Esgoto/ saneamento
( ) Falta de escolas
( ) Falta de calçamento
( ) Falta de pavimentação
( ) Não existem pracinhas
( ) Não existem áreas para a prática de esporte
( ) Não tem unidade de saúde
( ) Não possui água encanada
( ) Desemprego
( ) Violência
( ) Tráfico de drogas
( ) Não tem policiamento
( ) A comunidade não é unida
( ) Poluição do ar
( ) Poluição da água
( ) Coleta de lixo insuficiente
( ) Desmatamento
( ) Aumento da quantidade de construções
( ) Falta de transporte público
( ) Não sabe/ não respondeu
( ) Outros_____

31) O(a) Sr.(a) acha que a quantidade de telefones públicos (orelhões), aqui da comunidade são suficientes para atender a população?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

32) Como o(a) Sr.(a) avalia os serviços de telefonia fixa e móvel da comunidade?
( ) Ótimo
( ) Bom
( ) Regular

( ) Ruim
( ) Péssimo
( ) Não sabe/ Não respondeu

33) Como o(a) Sr.(a) avalia o comércio aqui da comunidade?
( ) Ótimo
( ) Bom
( ) Regular
( ) Ruim
( ) Péssimo
( ) Não sabe/ Não respondeu

34) Que tipo de comércio/lojas o(a) Sr(a) acha que falta aqui na sua comunidade?
( ) Supermercados
( ) Lojas de roupas
( ) Livraria
( ) Papelaria/ armarinho
( ) Padaria
( ) Bares/ lanchonetes
( ) Restaurante/ pizzaria
( ) Não sabe/ não respondeu
( ) Outros_____
( ) Não há necessidade de mais tipos de comércio na comunidade

35) O(a) Sr.(a) participa ou freqüenta algum grupo comunitário?
( ) Não participa
( ) Associação de moradores
( ) Igreja
( ) Não sabe/ não respondeu
( ) Outros_____

36) Quais as principais lideranças que o(a) sr(a) conhece aqui na região?
1: _____
2: _____
3: _____

37) Como você se relaciona com o meio ambiente?
( ) Não me preocupo com o assunto
( ) Faço minha parte
( ) Sei que existem problemas, mas não sei como contribuir para resolver
( ) Não sabe/Não respondeu
( ) Outros Quais: _____

38) O que você verifica de problemas ambientais ocorrendo na comunidade?
obs. Esta pergunta deve ser de resposta espontânea, não induzida.
_____

Da reserva Concha D'Ostra:

39) O(a) Sr(a) tem conhecimento da existência de alguma reserva ou área protegida nas proximidades da sua comunidade ou região?
( ) Sim. Qual ?_____
( ) Não

( ) Não sabe/ não respondeu

40) Como ficou sabendo da criação desta área protegida?

_____

41) O Sr. Conhece as regras para viver e trabalhar na área da RDS Concha D'Ostra
( )Sim.
( )Não.

42) Está disposto a continuar vivendo/trabalhando na área, respeitando estas regras?
( )Sim.
( )Não.
Porque?_____

43) O(a) Sr(a) necessita da reserva para sustento da sua família?
( ) Sim - segue o questionário
( ) Não – pule para a pergunta 49 em diante

44) Se sim, de que forma o Sr. utiliza a reserva Concha D'Ostra?

_____

45) Se for pescador/marisqueiro ou catador de caranguejo – Como se dá a forma de transporte?

_____

46) E a forma de comercialização?

_____

47) Se for pescador/marisqueiro ou catador de caranguejo – Quando é a época de suspender a pesca ou catar caranguejo o Sr.(a) respeita essa época?
( ) Sim
( ) Não
( ) as vezes. Por quê?

_____

48) Na época em que há o defeso, andada, reprodução, o que o Sr.(a) faz para conseguir renda?

_____

49) Se não, o Sr. (a) conhece alguém que utiliza a Reserva Concha D'Ostra para seu sustento?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

50) O(a) Sr(a) sabe se existe uma Associação de Pescadores/Marisqueiros ou Catadores de Caranguejo na região?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

51) O Sr.(a) participou da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra?
( ) Sim
( ) Não
( ) Se Sim, de que forma?

_____

52) O Sr (a) conhece algum Programa ou Projeto desenvolvido na região que envolva a RDS Concha D'Ostra?
( ) Sim
( ) Não
( ) Se sim, qual?

_____

53) Existem festas religiosas ou manifestações folclóricas e culturais na comunidade ou na região?
( ) Sim
Quais?_____
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

54) O Sr. Está satisfeito com a atual situação da RDS Concha D'Ostra? Porque?

_____

55) O Sr. Considera que a existência da RDS Concha D'Ostra para a comunidade é:
( ) Muito importante
( ) Importante
( ) Pouco importante
( ) Sem importância.
( ) Não sabe/ não respondeu

Justifique a sua resposta:

- ANEXO 5.2-4 -

Questionário 4
– Lideranças de Associações Comunitárias -

Questionário 4: Lideranças de Associações Comunitárias

1) Data do preenchimento do questionário: ___/___/___ Horário: _____

2) Nome _____
Endereço:_____

3) Nome da Associação da qual participa?

4) Há quanto tempo ela funciona ?

5) Há quanto tempo faz parte dela?

6) Qual a sua função na Associação:

7) A Associação possui sede própria? Se sim. Endereço e/ou Contatos:
_____

8) Qual a Função ou área de atuação da Associação:
_____

9) Como se dá a atuação da Associação junto aos órgãos públicos e Quais foram as conquistas obtidas junto aos Órgãos Públicos, caso tenham ocorrido?
_____

10) Quais foram as maiores dificuldades que enfrentaram para se estabelecerem?
_____

11) Quais as dificuldades que enfrentam para desenvolver suas atividades?
_____

12) Qual a relação da Associação com o Meio Ambiente?
( ) Sim
( ) Não

13) Se sim, como a Associação atua em relação às questões ambientais?
_____

14) O que você verifica de problemas Ambientais ocorrendo na comunidade?
Obs. Esta pergunta deve ser de resposta espontânea, não induzida.
_____

15) Em sua opinião quais os principais problemas(sociais e infraestrutura) da sua comunidade? Os itens devem ser numerados de acordo com a importância que o entrevistado atribui ao problema, sendo 1 o mais problemático.
( ) Iluminação pública
( ) Esgoto/ saneamento
( ) Falta de escolas
( ) Falta de calçamento
( ) Falta de pavimentação
( ) Não existem pracinhas
( ) Não existem áreas para a prática de esporte

( ) Não tem unidade de saúde
( ) Não possui água encanada
( ) Desemprego
( ) Violência
( ) Tráfico de drogas
( ) Não tem policiamento
( ) A comunidade não é unida
( ) Poluição do ar
( ) Poluição da água
( ) Coleta de lixo insuficiente
( ) Desmatamento
( ) Aumento da quantidade de construções
( ) Falta de transporte público
( ) Não sabe/ não respondeu
( ) Outros_____

16) O Sr. Acha que a quantidade de telefones públicos (orelhões), da comunidade são suficientes para atender a população?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

17) Como o(a) Sr(a) avalia o comércio da comunidade?
( ) Ótimo
( ) Bom
( ) Regular
( ) Ruim
( ) Péssimo
( ) Não sabe/ Não respondeu

18) Que tipo de comércio/lojas o(a) Sr(a) acha que falta na comunidade?
( ) Não há necessidade de mais tipos de comércio na comunidade
( ) Supermercados
( ) Padaria
( ) Lojas de roupas
( ) Bares/ lanchonetes
( ) Livraria
( ) Restaurante/ pizzaria
( ) Papelaria/ armarinho
( ) Não sabe/ não respondeu
( ) Outros_____

19) Além da Associação que o Sr.(a) participa, o Sr.(a) conhece outras que funcionam aqui na região? Se sim, qual(is)?
1:_____
2:_____
3:_____

20) A Associação que o Sr(a) participa tem o hábito de promover palestras, cursos ou programas culturais para a comunidade? Se sim qual tipo de atividade?(exemplo: alfabetização de adultos, competições esportivas, oficinas de artesanato, alimentação e saúde, reciclagem de lixo)
( ) Nunca promoveram

( ) Cursos de artes manuais
( ) Gincanas
( ) Aulas de música
( ) Aulas de dança
( ) Aulas de ginástica
( ) Palestra
( ) Escola de teatro
( ) Aulas de pintura
( )Não sabe/ Não respondeu
( ) Outros_____

21) Se não, consideram a possibilidade de realizá-las no futuro?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

Com relação à RDS Concha d'Ostra,

22) O(a) Sr(a) tem conhecimento da existência de alguma reserva ou área protegida nas proximidades da sua comunidade ou região?
( ) Sim. Qual?_____
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

23) Como ficou sabendo da criação deste espaço?
_____

24) O Sr. Conhece as regras para trabalhar na área da RDS Concha D'Ostra
( )Sim
( )Não

25) Está disposto a continuar trabalhando na área, respeitando estas regras?
( )Sim
( )Não
Porque?_____

26) A Associação necessita da reserva para a continuidade dos seus trabalhos?
( ) Sim
( ) Não

27) Se sim, quais recursos são utilizados e de que forma os retira da reserva?
_____

28) Se for pescador/marisqueiro ou catador de caranguejo – Como se dá a forma de transporte, armazenagem e comercialização do material recolhido ?
_____

29) Se for Associação de pescadores/marisqueiros ou catadores de caranguejo – O Sr. Sabe a época em que deve suspender a pesca ou a cata de caranguejo ? E os associados, tem conhecimento desta época?

30) Possuem problemas ou já tiveram problemas na época de suspensão da retirada? Se sim, poderia nos relatar alguns destes problemas e as medidas que tomaram para resolvê-los?

_____

31) Na época em que há o defeso, os pescadores/marisqueiros ou catadores de caranguejo possuem outra forma de conseguir renda? Qual?

_____

32) A Associação da qual o Sr.(a) faz parte ou participou da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D' Ostra? Se Sim, de que forma?

_____

33) O Sr (a) conhece algum Programa ou Projeto desenvolvido na região que envolva a RDS Concha D'Ostra?
( ) Sim
( ) Não
( ) Se sim, qual?_____

34) A Associação da qual o Sr (a) faz parte desenvolve algum Programa ou Projeto na região que envolva a RDS Concha D'Ostra? Se sim, qual?

_____

35) O(a) Sr.(a) sabe se existe uma Associação de Pescadores/Marisqueiros ou Catadores de Caranguejo na região?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu
Se sim, qual?_____

36) Existem festas religiosa ou manifestações folclóricas e culturais na comunidade ou na região?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu
Quais?_____

37) O Sr. Está satisfeito com a atual situação da RDS Concha D'Ostra? Por quê?

_____

38) O Sr. Considera que a existência da RDS Concha D"Ostra para a comunidade é:
( )Muito importante
( ) Importante
( )Pouco importante
( ) Sem importância.
( ) Não sabe/ não respondeu

Justifique a sua resposta

- ANEXO 5.2-5 -

Questionário 5
– Lideranças ONGS -

Questionário 5: Lideranças ONGS

1) Data do preenchimento do questionário: ___/___/___ Horário: _____

2) Nome:_____

3) Nome da ONG da qual participa, há quanto tempo ela funciona e há quanto tempo faz parte dela?

_____

4) Endereço da ONG e Contatos:

_____

5) Qual a sua função na ONG:

_____

6) Qual o Função ou área de atuação da sua ONG:

_____

7) Como se dá atuação e quais foram as conquistas da ONG junto aos órgãos públicos, caso tenham ocorrido?

_____

8) Quais foram as maiores dificuldades que enfrentaram para se estabelecerem?

_____

9) Quais as dificuldades que enfrentam para desenvolver suas atividades?

_____

10) Há relação das atividades da ONG com o tema ambiental?
( ) Sim
( ) Não
Se sim, como vocês atuam em relação às questões ambientais?

_____

11) O que você verifica de problemas Ambientais ocorrendo na comunidade?
Esta pergunta deve ser de resposta espontânea, não induzida.

_____

12) Em sua opinião quais os principais problemas (socioambientais e de infra-estrutura) do bairro? Os itens devem ser numerados de acordo com a importância que o entrevistado atribui ao problema, sendo 1 o mais problemático:
( ) Iluminação pública
( ) Esgoto/ saneamento
( ) Falta de escolas
( ) Falta de calçamento
( ) Falta de pavimentação
( ) Não existem pracinhas
( ) Não existem áreas para a prática de esporte
( ) Não tem unidade de saúde
( ) Não possui água encanada
( ) Desemprego
( ) Violência

( ) Tráfico de drogas
( ) Não tem policiamento
( ) A comunidade não é unida
( ) Poluição do ar
( ) Poluição da água
( ) Coleta de lixo insuficiente
( ) Desmatamento
( ) Aumento da quantidade de construções
( ) Falta de transporte público
( ) Não sabe/ não respondeu
( ) Outros

13) O(a) Sr.(a) acha que a quantidade de telefones públicos (orelhões), da comunidade são suficientes para atender a população?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

14) Como o(a) Sr.(a) avalia o comércio da comunidade?
( ) Ótimo
( ) Bom
( ) Regular
( ) Ruim
( ) Péssimo
( ) Não sabe/ Não respondeu

15) Que tipo de comércio/lojas o(a) Sr.(a) acha que falta na comunidade?
( ) Não há necessidade de mais tipos de comércio na comunidade
( ) Supermercados
( ) Padaria
( ) Lojas de roupas
( ) Bares/ lanchonetes
( ) Livraria
( ) Restaurante/ pizzaria
( ) Papelaria/ armarinho
( ) Não sabe/ não respondeu
( ) Outros_____

16) Além da ONG que o Sr.(a) participa, o Sr.(a) conhece outras que funcionam aqui na região? Se sim, qual?
1:_____
2:_____
3:_____

17) A ONG que o Sr.(a) participa tem o hábito de promover palestras, cursos ou programas culturais para a comunidade? Se sim qual tipo de atividade? (exemplo: alfabetização de adultos, competições esportivas, oficinas de artesanato, alimentação e saúde, reciclagem de lixo)
( ) Nunca promoveram
( ) Cursos de artes manuais
( ) Gincanas
( ) Aulas de música
( ) Aulas de dança

( ) Aulas de ginástica
( ) Palestra
( ) Escola de teatro
( ) Aulas de pintura
( )Não sabe/ Não respondeu
( ) Outros_____

18) Se não, consideram a possibilidade de realizá-las?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

Em relação à RDS Concha D'Ostra:

19) O(a) Sr(a) tem conhecimento da existência de alguma reserva ou área protegida nas proximidades da sua comunidade ou região?
( ) Sim. Qual?_____
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

20) Como ficou sabendo da criação deste espaço?
_____

21) O Sr. Conhece as regras para trabalhar na área da RDS Concha D'Ostra?
( )Sim
( )Não

22) Está disposto a continuar trabalhando na área, respeitando estas regras?
( )Sim
( )Não
Porque? _____

23) A ONG que o Sr. representa necessita da reserva para continuidade de suas atividades?
( ) Sim
( ) Não

24) Se sim, quais recursos são utilizados e de que forma o Sr. Os retira da reserva?
_____

25) O(a) Sr.(a) sabe se existe uma Associação de Pescadores/Marisqueiros ou Catadores de Caranguejo na região?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu
Se sim, qual?_____

26) A ONG que o Sr.(a) faz parte, participou da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra? Se Sim, de que forma?
_____

27) A ONG da qual o Sr (a) faz parte desenvolve algum Programa ou Projeto na região que envolva a RDS Concha D'Ostra? Se sim, qual?

_____

28) O Sr.(a) conhece outros Programas ou Projetos desenvolvidos na região que envolvem a RDS Concha D'Ostra? Se Sim, qual e quem a promove?
( ) Sim
( ) Não

29) Existem festas religiosas ou manifestações folclóricas e culturais na comunidade ou na região?
( ) Sim
( ) Não
Quais? _____

30) O Sr. Está satisfeito com a atual situação da RDS Concha D'Ostra? Por quê?

_____

31) O Sr. Considera que a existência da RDS Concha D"Ostra para a comunidade é:
( )Muito importante
( ) Importante
( )Pouco importante
( ) Sem importância.
( ) Não sabe/ não respondeu

Justifique a sua resposta

- ANEXO 5.2-6 -

Questionário 6
– Autoridades Municipais/Estaduais -

Questionário 6: Autoridades Municipais/Estaduais

1) Data do preenchimento do questionário: ___/___/___ Horário: _____

2) Nome _____
3) Qual o cargo que ocupa? E onde?
_____

4) O(a) Sr.(a) tem conhecimento da existência da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu

5) O Sr. (a) participou da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra? De que forma?
_____

6) Como se dá a atuação da sua secretaria/órgão junto a comunidade ocupante e do entorno da RDS?
_____

7) O(a) Sr.(a) tem conhecimento de Associação de Pescadores/Marisqueiros ou Catadores de Caranguejo ou ONGS na região? Se sim, saberia citar os nomes?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sabe/ não respondeu
Quais?_____

8) Como se dá a atuação da seu órgão junto a essas Associações/ Organizações/ONGS da área e/ou do entorno da RDS?
_____

9) O Sr.(a) tem conhecimento de problemas envolvendo a Reserva Concha D'Ostra com a comunidade do entorno? Se sim, quais e como considera sua atuação em relação a estes problemas?
_____

10) O que o Sr.(a) você verifica de problemas Ambientais ocorrendo na comunidade? Esta pergunta deve ter respostas espontâneas, não induzidas.
_____

11) O Sr. (a) tem conhecimento de algum Programa ou Projeto na região que envolva a RDS Concha D'Ostra? Se sim, qual?
_____

12) Como o Sr.(a) acha que poderia melhorar a sua atuação junto a Reserva e a comunidade local?
_____

13) O Sr. Está satisfeito com a atual situação da RDS Concha D'Ostra? Por quê?

_____

14) O Sr. Considera que a existência da RDS Concha D'Ostra para a comunidade é:
( ) Muito importante
( ) Importante
( ) Pouco importante
( ) Sem importância.
( ) Não sabe/ não respondeu

Justifique a sua resposta:

15) O Sr. Conhece a legislação relacionada à definição da RDS Concha D'Ostra ?

_____

16) Sr.(a) acha importante a permanência e a conservação da RDS Concha D'Ostra de acordo com a legislação existente?
Sim ( )
Não ( )
Porquê?

_____

- ANEXO 10-1 -

- Instrução Normativa N.º 09/2009 de 09/12/2009 –

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 09, DE 06 DE OUTUBRO DE 2009

O Diretor Presidente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA- em exercício, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Complementar 248, de 26 de junho de 2002 e no art. 33, inciso VII do Decreto 1.382-R, de 07 de outubro de 2004, que aprovou o seu regulamento, e considerando:

- O disposto no ARt. 20, § 4º, da Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000 e o Art. 17 do Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002;

- Que a Lei Estadual n° 8.464 de 26 de fevereiro de 2007, criou a Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável – RDS – Concha D'Ostra, Unidade de Conservação da Natureza, localizada no município de Guarapari;

- A necessidade de instituir o Conselho Deliberativo da Reserva, em conformidade com o Art. 4º da Lei Estadual n° 8.464, de 26 de fevereiro de 2007;

RESOLVE,

Art.1º - Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável – RDS – Concha D'Ostra, com a seguinte composição:

I – Uma cadeira para o IEMA, órgãos gestor da RDS e que presidirá o Conselho;

II – Duas cadeiras para outros entes ou órgãos da esfera estadual, em especial a Policia Ambiental, o INCAPER e o IDAF;

III – Uma cadeira para entes ou órgãos da esfera federal, em especial, o IBAMA;

IV – Três cadeiras para o município de Guarapari sendo uma, necessariamente, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

V – Três cadeiras para os moradores do interior ou do entorno imediato da RDS;

VI – Duas cadeiras para entidades representativas do setor produtivo usuário dos recursos naturais da RDS;

VII – Duas cadeiras para Organizações Não Governamentais, com prioridade para aquelas com atuação no município de Guarapari e de caráter ambiental ou que possuam objetivos afins aos da UC;

Art.2º - As entidades eleitas indicarão os nomes dos seus representantes titulares e suplentes.

Art.3º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação

Art.4º - Revogam-se as disposições normativas em contrário.

Cariacica, 06 de outubro de 2009.

ALADIM FERNANDO CERQUEIRA

DIRETOR PRESIDENTE – EM EXERCÍCIO